

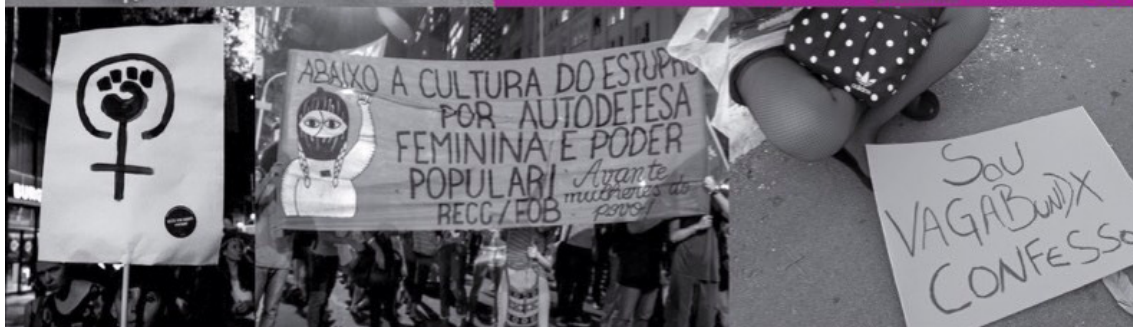


HISTÓRIAS DE GÊNERO



Organizadoras:

Cintia Lima Crescêncio
Janine Gomes da Silva
Lidia Schneider Bristot



Sou VAGABUNDOX CONFESSO

Cintia Lima Crescêncio
Janine Gomes da Silva
Lidia Schneider Bristot
(Organizadoras)

Histórias de Gênero



São Paulo - SP
Verona
2017

EDIÇÕES VERONA

EDITOR

Alexandre dos Santos Mignon

EDITOR ASSISTENTE

Emília dos Santos Mignon

CONSELHO EDITORIAL

Rosangela Patriota (Coordenação Editorial)

Alcides Freire Ramos (Coordenação Editorial)

Andre Luis Bertelli Duarte

Antônio de Pádua Bosi

Arthur Cesar Isaía

Chiara Vangelista

Edgard Vidal

Eduardo José Reinato

Heloisa Selma Fernandes Capel

Julierme Sebastião Moraes Souza

Lourival Andrade Júnior

Nádia Maria Weber Santos

Paulo Roberto de Almeida

Paulo Roberto Monteiro de Araújo

Rodrigo de Freitas Costa

Thaís Leão Vieira

Copyright © 2017 – Cintia Lima Crescêncio; Janine Gomes da Silva & Lidia Schneider Bristot

Direitos de Publicação reservados por Edições Verona

Rua Capitão Manoel Novaes, 82, casa 1, Santana

São Paulo – SP

CEP: 02017-030

www.edicoesverona.com.br

edicoesverona@gmail.com

Comissão Técnica

Talitta Tatiane Martins Freitas – Editoração Eletrônica

Talitta Tatiane Martins Freitas – Revisão Técnica (Lingua Portuguesa e ABNT)

Douglas Belome – Produção de Arte Gráfica e Capa

Fotos da capa - Centro de Mídia Independente – CMI (Brasil) e Centro de Mídia Independente - CMI (Argentina/Rosário)

Revisado conforme o Novo Acordo Ortográfico

Todos os direitos reservados por Edições Verona. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB8/145)

H578

Histórias de gênero / [org.] Cintia Lima Crescêncio, Janine Gomes da Silva,
Lidia Schneider Bristot.

1.ed. – São Paulo: Verona, 2017.

Formato: publicação digitalizada

ISBN: 978-85-67476-39-1

1. História. 2. Gênero. 3. LEGH. I. Silva, Janine Gomes da. II. Bristot, Lidia
Shneider. III. Título.

CDD 301
CDU 305-055

Índice para catálogo sistemático:

1. História: gênero

SUMÁRIO

Prefácio

Rachel Soihet

Apresentação

História, gênero, rede de pesquisas e afetos: Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH

Cintia Lima Crescêncio

Cristina Scheibe Wolff

Janine Gomes da Silva

Joana Maria Pedro

Lidia Schneider Bristot

Gênero e interdisciplinaridade

Para além das áreas de conhecimento definidas: relações de gênero e interdisciplinaridade

Joana Maria Pedro

Silvana Maria Pereira

Anamaria Marcon Venson

Gênero e interdisciplinaridade, problemas e questões

Ana Maria Veiga

A historiografia do design na perspectiva das relações de gênero: alguns apontamentos com base na pesquisa interdisciplinar

Marinês Ribeiro dos Santos

Gênero, ensino e trajetórias de pesquisas

Gênero e Ensino de história: demandas de um tempo presente

Caroline Jaques Cubas

Diversidade de gênero, interculturalidade e ensino de história: reflexões e produção de sentido histórico

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato

A (minha) trajetória profissional em história e o compromisso da formação além da academia: direitos humanos, gênero e raça

Deusa Maria de Sousa

Gênero na pesquisa histórica: relatos de uma experiência

Ana Rita Fonteles Duarte

Gênero, feminismos e sexualidades

Vender para donas de casa é vender amor: publicidade e domesticidade na revista Claudia nos anos 1970 e 80

Soraia Carolina de Mello

Os homens no cartum: humor gráfico feminista e os problemas de gênero (1970-1980)

Cintia Lima Crescêncio

Entre a desconstrução e a construção: dilemas de pensar, agir e reinventar-se feminista latino-americana em tempos de antropoceno

Gleidiane de Sousa Ferreira

Mobilizações feministas e LGBTQ+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC

Morgani Guzzo

Cristina Scheibe Wolff

Elas e Elas: gênero e sexualidade em discurso na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)

Camila Diane Silva

A Pomba-Gira Lady Gaga e a travesti indígena: (re/des) fazendo gênero no alto Rio Negro, Amazonas

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº

Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul

Violência e gênero nas denúncias da Anistia Internacional no Cone Sul

Cristina Scheibe Wolff

Raísa Adrianne Gomes

Fernando Damázio dos Santos

Danielle Santos Dornelles

Somando sentimentos e afetos: a (re) conciliação do pessoal e do político nos relatos de netos/as restituídos/as na história recente da Argentina

Marina Lis Wassmansdorf

Jovens rebeldes: gênero e juventude na Ação Libertadora Nacional e no Movimiento De Liberación Nacional-Tupamaros (1966-1973)

Lidia Schneider Bristot

Vidas clandestinas: um olhar de gênero sobre as memórias narradas por quem viveu na clandestinidade durante a ditadura no Brasil

Musa Santos

Rosa Palau Aguilar: atuação e (in) visibilidade no *Archivo Del Terror* do Paraguai

Janine Gomes da Silva

Josiély Koerich

Lucas Fernandes Silochi

Narrações de uma 'vida': memórias sobre a trajetória de Carmen De Lara Castro na oposição à ditadura stronista (Paraguai 1967-1993)

Tamy Amorim da Silva

Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais: emoção e política na construção de uma biografia

Kelly Cristina Teixeira

Memória e esquecimento: o caso do Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina (1975-1979)

Mariane da Silva

Posfácio

Cristina Scheibe Wolff

PREFÁCIO

Em um momento de demonização das questões de gênero, visando proibir sua discussão nas Escolas, a publicação em foco revela-se de significativa importância. Muito a propósito, este trabalho foi levado a efeito pelo LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina –, no qual os estudos de gênero desfrutam de largo prestígio. Ali, uma equipe sob a liderança das Professoras Doutoras Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Janine Gomes da Silva, dedica-se a este mister, contribuindo para difusão desses estudos no âmbito nacional e internacional. Observam-se neste processo os ensinamentos de Marc Bloch de que “[...] isolado, nenhum especialista nunca compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos”, já que a história “[...] só pode ser feita com uma ajuda mútua”, exercendo-se o ofício do historiador/da historiadora numa combinação do trabalho individual e do trabalho por equipes. (BLOCH, 2001, p. 26.)

Nesse particular, a participação de docentes, alunas/os e ex-alunas/os de doutorado e de mestrado sucede-se nos capítulos que compõem esta obra de relevância acadêmica, política e social. Estes vinculam gênero a inúmeros aspectos que se apresentam como:

Gênero e Interdisciplinaridade

Gênero, Ensino e Trajetórias de Pesquisa

Gênero, Feminismos e Sexualidades

Gênero, Feminismos e Ditaduras

De acordo com a Profa. Joana Maria Pedro “[...] o uso da palavra gênero advém de movimentos sociais, de mulheres feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”. (PEDRO, p. 78, 2005.) A reação a esta categoria é atribuída, principalmente, à liberdade que resulta da sua adoção. Dissolve-se a ideia estabelecida de dois sexos, com o redesenho fundado na liberdade, pois o fisiológico não determina, necessariamente, nem as práticas eróticas, nem a construção de um grupo familiar. Assim, o aparato biológico com o qual nascemos foi repensado pela categoria gênero. Podemos nascer como “homens” ou “mulheres”, mas viver atualizando muitas formas de masculinidade e feminilidade. (Cf. DA MATTA, 2016.)

O dualismo constituído de masculino e feminino – de homem e mulher – foi substituído pelo direito de escolher. Aliás, mesmo quando se considerava, apenas, a existência de dois sexos – “o ator principal do drama (o masculino) e o seu coadjuvante oprimido (o feminino), como nos revelou Simone de Beauvoir em sua obra “O segundo Sexo”, publicado em 1949 – sempre existiram homens femininos e mulheres masculinas. (Cf. BEAUVOIR, 1949.)

Tanto Freud quanto Margaret Mead revelaram como sistemas de crenças marcam e definem quem é macho ou fêmea, tornando a classificação simbólica mais importante do que a visão universalista e evolucionista tradicional. Freud falou em bissexualidade, Mead, por sua vez, descreveu sociedades nas quais os homens eram passivos e as mulheres ativas. Tal variedade, porém, não foi tomada como uma receita. O que se demonstrava era um conjunto de alternativas e não uma camisa de força a ser seguida. (Cf. MEAD, 1969 Apud SOIHET, 1989, p. 138.)

Desde o século XVII, escritoras feministas haviam insistido no fato de que as mulheres eram produto de uma educação imperfeita: suas faculdades de raciocínio e suas realizações históricas não podiam ser comparadas às dos homens, pois elas tinham sido privadas de instrução e condicionadas para exercer um papel secundário e subordinado. As observações de Simone de Beauvoir, apoiadas num discurso filosófico erudito, envolvendo Marx e Freud, intervinham num momento especialmente apropriado. Seu discurso iria tornar-se um dos textos fundadores dos movimentos das mulheres que estavam começando em fins dos anos 1960, movimento por sua vez originado junto aquele dos direitos civis dos negros, como daquele contrário à guerra do Vietnã. (Cf. HUFTON, 1998, p. 244.)

Um dos primeiros objetivos desse movimento era o de apreender o passado legítimo das mulheres, em introduzi-las na História. Ao mesmo tempo, supunha-se que a exploração dessa história evidenciaria que as mulheres haviam sido injustamente tratadas. A história da opressão das mulheres, da qual a sua exclusão era apenas uma manifestação entre outras, ficaria então clara. A mulher emergiria sob formas diferentes, talvez como vítima de uma conspiração tendente a fazê-la calar. Apareceriam assim heroínas que não eram rainhas, amantes de reis e santas, e sim mulheres conscientes de sua difícil situação, que teriam tentado remediá-la, lançando-se nessa corrida de obstáculos, para perceber que os obstáculos tinham sido de repente elevados ou redistribuídos, sorrateiramente. Antes de tudo, esse exercício permitiria à geração do “agora” – correspondente aos anos 1969 – dizer: “Nós estávamos lá”.

As primeiras histórias das mulheres foram lançadas nos Estados Unidos, nos quais as turmas de história sofriam um processo de feminização e a clientela procurava obter uma apreciação de seu passado. Era preciso fornecer manuais e estabelecer bibliografias. Este exercício revelou que, entre as gerações anteriores de mulheres escritoras haviam buscado uma experiência nitidamente feminina e provocou sua redescoberta e a reedição de suas obras, vendidas em quantidade bem maior que a edição original.

O espírito de pesquisa que se manifestava nos anos 1960 era ao mesmo tempo militante e vivificador. Sua dinâmica impelia jovens pesquisadores ambiciosos a estender as investigações com técnicas que favoreciam a profissionalização do campo de pesquisa. Se a história das mulheres conheceu sua primeira expressão mais aparente na América, a Grã-Bretanha, a França e os Países Baixos não vinham muito atrás, apesar do aparecimento de importantes diferenças. Na América, a história das mulheres fazia parte, cada vez mais, de um amálgama multidisciplinar – os *women's studies* – em que a literatura, a

antropologia, a sociologia e a filosofia representavam também um papel importante. Em numerosas universidades, os estudos sobre as mulheres foram incorporados aos programas universitários. Na Europa, o desenvolvimento interveio no quadro tradicional das disciplinas e coexistiu com outros aspectos do processo histórico para reforçá-los ou completá-los.

Certos campos da pesquisa histórica se revelavam mais receptivos, mais acolhedores que outros. O reconhecimento das mulheres como tais incomodava frequentemente muitos professores universitários que tinham levado tranquilamente sua vida de historiadores constitucionais, políticos ou intelectuais sem refletir no desequilíbrio do passado, sem perceber o que uma abordagem baseada na distinção dos sexos trazia para sua disciplina. Alguns viam nisso uma intriga feminista e consideravam pouco respeitável o fato de se ocupar da história das mulheres. Os historiadores da família eram mais favoráveis e o acento posto na demografia (componente importante da abordagem dos *Annales*, que resultara também na constituição do “Cambridge Population Group” na Grã-Bretanha) ajudava a entender a lógica de tal evolução. Os historiadores da sociedade e da cultura, os que estudavam a criminalidade e as práticas religiosas, também estavam receptivos e prontos para integrar esta nova dimensão a suas análises: será que existe uma dicotomia entre comportamentos masculino e feminino diante deste ou daquele problema, e, na afirmativa, por quê? A nova história cultural, lidando com a construção e a transmissão de ideias e de atitudes expressas, por exemplo, nos rituais, nas tradições ou nas formulações dos textos, se dava conta de que as hipóteses sobre o papel dos homens e das mulheres criticavam as questões de que ela se ocupava. Nenhum documento, nenhuma imagem, nenhuma cerimônia era neutra, e sim incluía, qualquer que fosse a sociedade, julgamentos de valor a serem decodificados – entre os quais os que diziam respeito aos papéis respectivos dos dois sexos – para interpretar sua significação. As noções de um comportamento mais de acordo com um dos dois sexos podiam ser indicadores da distinção entre as culturas. (HUFTON, 1998, p. 246.)

Nas mãos dos historiadores da cultura, a distinção sexual tornava-se um instrumento analítico a ser utilizado tal como as distinções segundo a raça ou a classe social. Tanto quanto as mulheres, os homens se tornavam então o produto de um processo de aculturação: foram fabricados, ou seja, não nasceram assim. Seria artificial e exagerado isolar as mulheres, quando importava colocar em contexto homens e mulheres a fim de perceber a dinâmica cultural de uma sociedade. Contra as práticas fechadas dos *women's studies*, tal abordagem contribuía para transformar a história das mulheres em *gender history*. É somente em inglês que o “gênero” tem uma conotação sexual, o qual teve que ser importado para as línguas românicas. A noção de uma *gender history* que se interessa pelo processo de definição tanto do masculino, como do feminino numa sociedade em particular (no lugar de uma história dedicada apenas às mulheres) era amplamente aceitável, tanto para um vasto conjunto de historiadores de matéria social, econômica e cultural como para numerosos cientistas, que se tinham consagrado inicialmente e arrancar as mulheres ao esquecimento.

Já em 1984, numa importante coleção de ensaios, Michele Perrot lançava a seguinte pergunta: *Uma história das mulheres é possível?* E o material contido no volume sugeria inevitavelmente a resposta: provavelmente não.

Essa pergunta e representações favoreceram a metamorfose da história das mulheres numa *gender history* e fizeram do sexo um dos temas de estudo dos historiadores do sociocultural. Esta transformação, no entanto, não se fez sem debate. A *gender history* e a história das mulheres separada de qualquer programa feminista, menos militante, menos engajada do ponto de vista político, são, portanto, mais objetivas? Ou se trata de um processo no qual, mais uma vez, é atribuído às mulheres um papel secundário no discurso?

Esse debate é salutar. Ele nos lembra que o enriquecimento do campo histórico pela introdução da distinção social dos sexos se produziu de modo desigual, segundo os contextos nacionais mais ou menos receptivos. Com toda evidência, teve melhor êxito nos lugares em que os historiadores não tiveram medo de novas perspectivas e também não procuraram impor julgamentos de valor sobre o que deve ser um campo legítimo de pesquisa para o historiador.

Quem imaginaria hoje em dia uma história da religião e das práticas religiosas sem se referir à distinção dos sexos para explicar a participação diferente das mulheres e dos homens? Quem pensaria em escrever uma história das indústrias têxteis sem evocar a mão de obra extremamente barata das operárias, a qual permitiu a decolagem para o crescimento e quem escreveria uma história dos modos de consumo sem levar em conta a procura divergente de cada sexo? Quem, em 1995, se debruçaria sobre a estrutura histórica das migrações sem considerar as mulheres que permaneceram no lugar para se ocuparem com a terra, indispensáveis para a comunidade?

As perguntas desse gênero são inumeráveis. Um exercício começado para tornar as mulheres conscientes de si próprias deu assim origem à conceptualização da diferenciação social dos sexos que está invadindo o conjunto da disciplina histórica. O que começou por um assalto, prossegue – se completa – pela persuasão e pela infiltração. (Cf. HUFTON, p. .250.)

A produção teórica dessas questões ocorreu, sobretudo, no contexto norte-americano, na medida em que a tomada de consciência das desigualdades de sexos, nas interseções das relações de classes, de raças/etnias, de geração e de orientação sexual avançavam e, com ela, as lutas pela instituição de direitos diferenciados. Novos saberes, também interdisciplinares, sobre as desigualdades nas diferenças, prosseguem. A categoria gênero passa a distinguir atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres humanos, de muitos impactos sobre análises sociais anteriores. (Cf. SCOTT, 1990.) Dentre as contribuições do conceito de gênero, destacam-se: a ênfase no caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo, que afastam o fantasma da naturalização; a precisão emprestada à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder;

o relevo conferido ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, indicando que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois sexos poderia existir sem um estudo que os tomasse em separado, aspecto esse essencial para “[...] descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”. (SCOTT, p. 3, 1990.) Além disso, a significação emprestada por esses estudos aos processos de poder e dominação – examinados na articulação das relações de gênero com as de classe, raça/etnia e, mais recentemente, de geração e de orientação sexual – ganha crescente complexidade. O interesse despertado pelo conceito de gênero, nesses termos, é indicativo não apenas da visibilidade dada a processos obscurecidos na oposição homens *versus* mulheres, mas na sua utilidade nas pautas de lutas por inclusão social dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos. Na verdade, tal conceito pode ser intuído “[...] como um código-chave inventado para superar impasses a que a história das mulheres havia chegado”¹

Enfim, essas são algumas das reflexões resultantes da leitura dessas importantes análises acerca das questões de gênero, que convidamos às leitoras/es o prazer de desvendar.

Profa. Dra. Rachel Soihet

Professora Titular da Universidade Federal Fluminense

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe*. France: Gallimard, 1949.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

DA MATTA, Roberto. Sexo, Liberdade e Etnia. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 12 Out. 2016.

HUFTON, Olwen. Mulheres/Homens: Uma Questão Subversiva. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.). *Passados Recompuestos* – campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Historia*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, Jul./Dez. 1990.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de violência* – Mulheres Pobres e Ordem Urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989,

1 - Observação da Prof^a Suely Gomes Costa em conversa com a autora.

HISTÓRIA, GÊNERO, REDE DE PESQUISAS E AFETOS: O LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA – LEGH

Cintia Lima Crescêncio²

Cristina Scheibe Wolff³

Janine Gomes da Silva⁴

Joana Maria Pedro⁵

Lidia Schneider Bristot⁶

Pesquisas e afetos são palavras que, de certa maneira, resumem nossa passagem e/ou permanência no Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH. Estamos todas/os lá discutindo nossas pesquisas no campo dos estudos de história e gênero, compartilhando nossas dúvidas, socializando nossas descobertas (e, assim, acompanhamos novas defesas – de TCCs, dissertações e teses). Mas, também, vivenciando outros sentimentos. Como nos preocupamos com as pesquisas das/os colegas, como comemoramos nossas conquistas, como dividimos alegrias e tristezas – é muito afeto compartilhado. Não falamos aqui necessariamente de uma perspectiva mais teórica em determinado campo do saber sobre o que pode se entender como afeto, embora, atualmente, muitas pesquisas realizadas no laboratório têm perspectivado o chamado “giro afetivo”. Este, segundo Mabel Moraña, “[...] permitiría iluminar bajo una nueva luz aspectos de la relación entre lo social y lo subjetivo que de otro modo escaparían a nuestra percepción”. (2012, p. 317.) Deste modo, ainda segundo esta autora:

Si es cierto que el afecto expresa efectos, estados y modos de ser de la subjetividad, conecta individuos, espacios y eventos, disemina energía, desorganiza y desnaturaliza productivamente el statu quo, no es menos

2 - Professora do Curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Doutora em História.

3 - Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC, Doutora em História.

4 - Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Doutora em História.

5 - Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC, Doutora em História.

6 - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UFSC.

cierto que a través del afectar y del ser afectado el sujeto participa en una dinámica de interpelación que, lejos de ser mecánica o deliberada, se abre imprevisiblemente a la creatividad de la resistencia y el cambio. (MORAÑA, 2012, p. 326.)

Falamos de “afeto” para apresentar este livro, pois, além de ser uma chave analítica para algumas de nossas pesquisas,⁷ é também algo que acompanha nossa vivência no LEGH. Sentimento presente quando nos encontramos nas reuniões semanais e/ou nas reuniões de orientações. Desse modo, o “giro afetivo” não está presente somente nas pesquisas, mas na maneira de nos inserirmos no campo dos estudos de gênero. Em um texto sobre “O historiador sem tempo”, Antonio Celso Ferreira menciona que “[...] para investigar como os historiadores interagem com o tempo atual não basta analisar seus pensamentos, suas filiações historiográficas e obras. É preciso situá-los nos processos de deslocamento [...]”. (2008, p. 12.) Assim, de certa maneira, se deslocando da história social para uma história mais voltada para as questões culturais, e tendo a categoria gênero como central em nossos estudos, as pesquisas e pesquisadoras/es do LEGH sentem-se muito à vontade para falar de sentimentos. Afetos que tangenciam as redes de pesquisa que aos poucos vamos construindo e consolidando. Diversos são os laboratórios e núcleos de pesquisa espalhados por várias universidades brasileiras que tem no LEGH sua “inspiração”.

E foi com a intenção de conhecer melhor esta rede de pesquisa que realizamos a I Jornada do Laboratório de Estudos de Gênero e História – gênero, poder e subjetividades, nos dias três e quatro de dezembro de 2015. Os principais objetivos do evento eram socializar e promover as diversas pesquisas desenvolvidas ao longo dos dez anos de existência do laboratório, por diferentes pesquisadoras/es em diversos níveis da educação (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado), intercambiar experiências e reforçar redes de estudos e pesquisas.

Deste modo, a I Jornada foi a maneira que encontramos para comemorarmos e registramos um pouco da história do laboratório. Em maio de 2005, o antigo Laboratório de História Social, transformou-se, depois de uma reunião com a maioria dos membros do laboratório, em Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH. Essa decisão foi tomada em vista das temáticas de pesquisa que estavam sendo realizadas e que, em sua maioria, focalizavam as relações de gênero. Dessa maneira, adaptou-se o nome do laboratório às temáticas das pesquisas, aulas, orientações e publicações da equipe.

O LEGH tem por objetivo a produção do conhecimento historiográfico sobre as relações de gênero, entendendo-o como uma categoria de análise e como categoria empírica que define “a organização social da diferença sexual”. Desse modo, gênero não reflete ou implementa diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas é “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. Nesse caso, entendemos que a disciplina História não é apenas o registro do que “aconteceu” ou da forma como

7 - Especialmente o projeto de pesquisa “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul”, coordenado pela Profa. Cristina Scheibe Wolff.

os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo, pois a maneira como se escreve a história pode promover uma “produção sobre a diferença sexual”. Nossa compreensão é que uma narrativa histórica nunca é neutra e que, se apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, neste caso, quando não inclui a categoria gênero, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história.⁸

Dez anos após o surgimento do LEGH, com dezenas de orientações concluídas em todos os níveis de ensino, o laboratório, com a I Jornada, teve o intuito de socializar essas pesquisas e promover um encontro para pensar os caminhos que os estudos de gênero trilharam na historiografia.

É importante ressaltar ainda que o LEGH se vincula ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHST) e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). Apesar de sua perspectiva se vincular à área da História, o diálogo com outras áreas das ciências humanas e com os estudos interdisciplinares de gênero e feministas é constante. Várias doutorandas/os do PPGICH têm passado pelas reuniões de discussão do LEGH e estão sob orientação das professoras que trabalham no laboratório.

A I Jornada do Laboratório de Estudos de Gênero e História: gênero, poder e subjetividades promoveu o encontro de pesquisadoras/es que iniciaram suas carreiras no LEGH e que hoje estão em várias instituições de pesquisa. Após dez anos de existência, a discussão dos trabalhos apresentados no evento demonstrou confluência das várias produções acadêmicas desenvolvidas no LEGH e em outras instituições para onde as/os pesquisadoras/es foram atuar. Durante esses anos viu-se o crescimento e consolidação dos estudos de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento, entre elas a História. Nesse sentido, o LEGH teve importância nacional nessa ampliação, participando da formação de diversas pesquisadoras/es que trabalham em diferentes instituições do país (universidades, escolas de educação básica, arquivos, museus, órgãos de preservação do patrimônio cultural). As pesquisas apresentadas pelas/os colegas vindos de outras instituições demonstraram a vitalidade do campo dos estudos de gênero e, ao mesmo tempo, possibilitou o encontro de amigas/os que há muito tempo não se viam. E, como nos lembra Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “O amigo é aquele que faz o outro alçar voos para fora de si mesmo [...] Ele forma e transforma no exercício da amizade”. (2007, p. 211.)

Durante todo o encontro, contamos com a participação efetiva de várias/os alunas/os do LEGH que como sempre, muito animadas/os e competentes, não mediram esforços para que a nossa Jornada fosse um sucesso... Até customizaram bolsas com a logo do laboratório para receber as/os participantes. A todas/os nosso muito obrigada!

E, com o fim do encontro, começamos a preparar uma coletânea que possibilitasse compartilhar com as/os interessadas/os um pouco do que discutimos na I Jornada do

8 - Ver: <http://www.leggh.cfh.ufsc.br/apresentacao/>

LEGH. Da diversidade de histórias e abordagens teóricas, aos poucos, fomos visualizando os textos sob quatro perspectivas: Gênero e interdisciplinaridade; Gênero, ensino e trajetórias de pesquisas; Gênero, feminismos e sexualidades; e, Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.

Na primeira parte – **Gênero e interdisciplinaridade** –, contamos com as reflexões de Joana Maria Pedro, Silvana Maria Pereira e Anamaria Marcon Venson que destacam como é possível levantar questões articulando as áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde, constituindo um campo de saber interdisciplinar a partir da utilização da categoria gênero, no artigo “Para além das áreas de conhecimento definidas: relações de gênero e interdisciplinaridade”. Ana Maria Veiga, em “Gênero e interdisciplinaridade, problemas e questões”, discute gênero e interdisciplinaridade partindo do campo da História, abordando o conceito gênero como intrinsecamente interdisciplinar, portanto transversal, buscando detectar identificações, posicionamentos e preconceitos que o intersectam na realização de estudos diversos. Para tanto, parte-se da historicidade dos estudos feministas e de gênero no Brasil, trabalhando também com o conceito de interseccionalidade. Fechando essa seção Marinês Ribeiro dos Santos, em “A historiografia do design na perspectiva das relações de gênero: alguns apontamentos com base na pesquisa interdisciplinar”, apresenta alguns aspectos da sua trajetória de pesquisa, com ênfase na articulação entre os Estudos de Gênero e a historiografia do Design, especialmente desenvolvendo o tema que enfoca a inserção da linguagem pop no design brasileiro durante os anos 1960 e 1970, explorando, assim, as articulações entre os movimentos de contracultura, com destaque para os feminismos de segunda onda e as transformações nas relações de gênero ocorridas na época.

Na segunda parte da coletânea – **Gênero, ensino e trajetórias de pesquisas** –, privilegiamos as abordagens no campo do Ensino da História. Caroline Jaques Cubas, em “Gênero e Ensino de História: demandas de um tempo presente”, apresenta uma reflexão a respeito das possibilidades e desafios concernentes às relações entre gênero e ensino de História. Através de um exercício analítico, problematiza o caráter político que perpassa o ensino de História no Brasil, particularmente no que diz respeito às questões de gênero, iniciando sua análise a partir das diversas reações advindas da presença de uma questão sobre Simone de Beauvoir em uma prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – em 2015. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato, em “Diversidade de gênero, interculturalidade e ensino de história: reflexões e produção de sentido histórico”, apresenta análises realizadas a partir de atividades de pesquisa e ensino do Laboratório de Gênero, Sexualidade e Interculturalidade (LAIGI/UFMS) em Escolas Estaduais de Três Lagoas/MS. Deusa Maria de Souza, em “A (minha) trajetória profissional em história e o compromisso da formação além da academia: direitos humanos, gênero e raça”, nos emociona ao apresentar a sua permanente preocupação de profissional de história a partir de sua trajetória acadêmica e pessoal na busca permanente pelo exercício da formação desde sua militância pelas áreas de História, Direitos Humanos, Gênero e Raça. Por fim, Ana Rita Fonteles Duarte, em “Gênero na pesquisa histórica: relatos de uma experiência”, narra a trajetória e atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero

(Gepehg), ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), criado em 2010.

Em seguida – **Gênero, feminismos e sexualidades** –, nos apresenta uma infinidade de temas e fontes perspectivadas pelo olhar de gênero. Soraia Carolina de Mello, em “Vender para donas de casa é vender amor: publicidade e domesticidade na revista Claudia nos anos 1970 e 80”, observa a publicidade voltada ao trabalho doméstico feminino, o uso do mito do amor materno e familiar como base discursiva dos anúncios, com o objetivo de analisar como a produção subjetiva capitalística se dá através deles. Essa produção é então utilizada como ferramenta, buscando observar não apenas os estereótipos de gênero, mas estes em sua associação com os interesses das diferentes esferas de poder da nossa sociedade que determinaram espaços de atuação e expectativas bastante coercitivas para as mulheres. Cintia Lima Crescêncio, em “Os homens no cartum: humor gráfico feminista e os problemas de gênero (1970-1980)”, demonstra a emergência da imprensa feminista nas décadas de 1970 e 1980 e, consequentemente, como o uso do humor gráfico para defender ideias feministas foi uma forma de pautar as lutas e reivindicações que mobilizavam mulheres no Cone Sul. Por meio do humor e do riso, centenas de charges e tirinhas problematizavam temas como trabalho doméstico, aborto, sexualidade, contracepção, maternidade e muitos outros que faziam parte da agenda feminista do período. Mas, apesar do caráter feminista das publicações, bem como do humor gráfico produzido e/ou divulgado por elas, um número significativo das charges e tirinhas produzidas e publicadas contava com a autoria de homens. O texto reflete sobre os desafios da autoria generificada da produção feminista, na medida em que, em termos de humor gráfico feminista no Cone Sul, eles tomaram para si parte de um campo que arduamente vinha sendo explorado pelas mulheres. Gleidiane de Sousa Ferreira, em “Entre a desconstrução e a construção: dilemas de pensar, agir e reinventar-se feminista latino-americana em tempos de antropoceno”, parte de algumas reflexões sobre o debate acerca da Era do Antropoceno, da Pós-humanidade, e discute sobre uma cultura política em tempos do Antropoceno, considerando também a sua trajetória como feminista e como pesquisadora/historiadora. Finaliza o capítulo relatando um pouco sobre a militância do grupo feminista anarquista *Mujeres Creando*, tecendo pontos de encontro entre o feminismo anarquista e as várias discussões, análises e lutas sociais da atualidade. Morgani Guzzo e Cristina Scheibe Wolff, em “Mobilizações feministas e LGBTQ+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC”, apresentam um esforço analítico para compreender a efervescência das mobilizações coletivas feministas e LGBTQ+ no contexto universitário. A partir de entrevistas realizadas com militantes de quatro coletivos criados a partir de 2014 por estudantes de diferentes cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), investigam quem são as sujeitas e sujeitos desses coletivos, como se organizam, quais são suas motivações e objetivos. Camila Diane Silva, em “Elas e elas: gênero e sexualidade em discurso na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)”, a partir de entrevistas orais e da análise de Livros de Ocorrência da Ala Feminina, analisa como os discursos sobre gênero e sexualidades foram tratados na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville ao longo de 10 anos. A autora observa uma série de disputas entre os movimentos sociais, as discussões acadêmicas e o campo jurídico em relação

as questões LGBTs, bem como essas disputas refletiram em transformações no campo jurídico, fato que resultou em mudanças na referida Ala Feminina e na vida das mulheres detidas nesta instituição. Por conseguinte, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, em “A Pomba-Gira Lady Gaga e a travesti indígena: (re/des) fazendo gênero no alto Rio Negro, Amazonas”, apresenta notas acerca de algumas (re/des) carpintarias de gênero observadas entre pessoas indígenas moradoras da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, Amazonas, entre 2013 e 2014.

A última parte da coletânea – **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul** –, apresenta as pesquisas mais recentes realizadas no LEGH em torno da temática do mesmo título, que é inclusive nome de uma das produções do laboratório (PEDRO; WOLFF, 2010.) e congrega as três professoras, alunas/os de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Cristina Scheibe Wolff, Raísa Adrianne Gomes, Fernando Damázio dos Santos e Danielle Santos Dornelles, em “Violência e gênero nas denúncias da Anistia Internacional no Cone Sul”, a partir dos documentos do Secretariado Geral da Anistia Internacional, analisam a questão do uso político do gênero no caso das denúncias contra a tortura e o aprisionamento de militantes de esquerda ao longo das Ditaduras de Segurança Nacional nos países do Cone Sul, nos anos 1970. Marina Lins Wassmansdorf, em “Somando sentimentos e afetos: a (re) conciliação do pessoal e do político nos relatos de netos/as restituídos/as na história recente da Argentina”, apresenta como tema a reacomodação dos sentimentos e relações de afetos a partir dos relatos de netos/as restituídos/as. Esses netos/as nasceram em cativeiro ou foram sequestrados/as ainda crianças durante a última ditadura argentina (1976-1983) e, através da ação contínua de suas avós, conformadas na organização Abuelas de Plaza de Mayo, foram identificados/as e “restituídos/as”. Lidia Schneider Bristot, em “Jovens rebeldes: gênero e juventude na Ação Libertadora Nacional e no Movimento de Liberación Nacional-Tupamaros (1966-1973)”, se propõe a pensar a construção de discursos acerca de mulheres e homens, jovens militantes nos grupos de esquerda armada Ação Libertadora Nacional (ALN) do Brasil e Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (MLN-T) no Uruguai, a partir de uma análise de gênero e juventude nos discursos da militância. Musa Santos, em “Vidas clandestinas: um olhar de gênero sobre as memórias narradas por quem viveu na clandestinidade durante a ditadura no Brasil”, discute, a partir das memórias de ex-militantes da Ação Popular (organização de esquerda que atuou e lutou contra regime militar instaurado no Brasil entre os anos 1964 e 1985), de que forma o gênero influenciou e continua influenciando a construção destas narrativas. Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Lucas Fernandes Silochi, em “Rosa Palau Aguilar: atuação e (in) visibilidade no *Archivo del Terror* do Paraguai”, exploram a atuação e a relação de Rosa Palau Aguilar com o acervo documental do *Archivo del Terror* (encontrado em 22 de dezembro de 1992 e considerado um dos mais volumosos acervos documentais tornados públicos com relação às ditaduras civis-militares vivenciadas nos países do Cone Sul entre as décadas de 1950 a 1980), problematizando sua (in)visibilidade – notadamente na imprensa paraguaia – relativa a outros atores sociais também envolvidos com este acervo. Tamy Amorim da Silva, em “Narrações de uma ‘vida’: memórias sobre a trajetória de Carmen de Lara Castro na oposição à ditadura stronista (Paraguai 1967-1993)”, discute as narrativas orais sobre

Carmen de Lara Castro (1919-1993), mulher paraguaia que teve uma destacada atuação em prol dos direitos humanos durante o regime stronista (1954-1989). Kelly Cristina Teixeira, em “Helena Grego e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais: emoção e política na construção de uma biografia”, aborda o papel das emoções na construção das atividades sociais e políticas da mineira Helena Greco em determinados momentos de sua biografia, em especial, a partir de sua entrada para o MFPA em Minas Gerais. Fechando essa última seção, temos o capítulo de Mariane da Silva, “Memória e esquecimento: o caso do Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina (1975-1979)”, no qual a autora analisa a atuação do núcleo catarinense do Movimento Feminino pela Anistia e a sua participação no cenário de resistências à ditadura civil-militar por meio da narrativa de mulheres que participaram do movimento.

Por fim, publicamos o posfácio de Cristina Scheibe Wolff. Intitulado “Casa da mãe Joana”, a beleza e sensibilidade do texto de Cristina emocionaram a todas/os no encerramento do evento. Este livro é fruto de muita pesquisa, mas, sobretudo de uma rede de pesquisa, que há muitos anos compartilha afetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

FERREIRA, Antonio Celso. O historiador sem tempo. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP / ANPUH, 2008.

MORAÑA, Mabel. El afecto en la caja de herramientas. In: _____; PRADO, Ignacio M. S. (Eds.). *El lenguaje de las emociones*. Madrid: Iberoamericana, 2012. p. 313-338.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE

PARA ALÉM DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DEFINIDAS: RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE

Joana Maria Pedro⁹

Silvana Maria Pereira¹⁰

Anamaria Marcon Venson¹¹

Os debates acadêmicos interdisciplinares têm conseguido, com relativa facilidade, conduzir pesquisas que se situam dentro das conhecidas grandes áreas como: Ciências Humanas; Sociais Aplicadas; Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências Agrárias; Linguística, Letras e Artes.¹² A ambição, entretanto, é extrapolar as áreas criando questões que recebam contribuições de diferentes conhecimentos. A categoria gênero tem permitido às pesquisadoras¹³ extrapolar as áreas de conhecimento construindo conhecimentos inovadores. Para este texto buscaremos mostrar como é possível levantar questões articulando as áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde. Tudo isso resulta em contribuições e avanços teóricos e metodológicos.

Como já foi dito, mas vale ressaltar novamente, o uso da palavra “gênero” tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres e feministas, dos movimentos

9 - Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC, Doutora em História Social (USP,1992), Pós-Doutorado Université d’Avignon (França, 2001-2002), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1B, Participante do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – <http://www.legh.cfh.ufsc.br>, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

10 - Enfermeira obstetra do Ambulatório de Tocoginecologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Sociologia Política – UFSC (1996), Estudos Avançados em Direitos Humanos – UPO – Sevilha – Espanha (2005-2006), Doutora em Ciências Humanas – Estudos de Gênero – UFSC (2014), Participante do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – <http://www.legh.cfh.ufsc.br>, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, sil.pereira@gmail.com

11 - Professora substituta junto ao departamento de História da UFSC, Doutora em Ciências Humanas – UFSC (2015), pesquisadora do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História.

12 - Estas áreas estão definidas no site do CNPq e da CAPES. No caso da Capes, ainda se inclui a área Interdisciplinar.

13 - Neste texto, usaremos como universal o gênero feminino. Entendemos que os homens que estão aqui implicados, ou os leitores, não irão se sentir ofendidos por lerem este diálogo no feminino.

lésbicos e gays. O termo possui uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, por igualdade e respeito.

Na primeira metade do século XX, Margareth Mead, (1949) afirmava que cada sociedade humana usava a diferença sexual como argumento na constituição de papéis sociais. Para ela, “sexo” era um dado biológico e “temperamento”, uma produção cultural. Em 1949, Simone de Beauvoir (1967) publica *O segundo Sexo*, obra filosófica que problematizou a biologização do feminino ao propor que uma mulher não nasce uma mulher, mas se torna uma mulher na cultura.

A força subversiva do feminismo, se entendido como um sintoma das contradições do individualismo liberal (SCOTT, 2002.) está na própria reformulação da ideia de individualidade. As práticas discursivas feministas daquela época, que convencionamos chamar de segunda onda feminista,¹⁴ ocuparam-se de pensar uma cultura feminina específica, uma psicologia, uma memória e uma subjetividade feminina.

Nos anos 1980, uma terceira onda feminista nos trouxe novas perspectivas. A terceira onda desmontou o conceito de patriarcado e constituiu novos campos de saber mobilizadores de profundas transformações das propostas políticas feministas: a elaboração da categoria gênero como ferramenta de análise passou a minar a atribuição de universalidade às categorias mulher e mulheres, bagunçando noções biologizantes da sexualidade. Em 1986, a historiadora Joan Scott (1990), num artigo publicado pela *American Historical Review* e traduzido para o português apenas em 1990, retoma a diferença entre sexo e gênero. A autora articulou gênero à noção de poder e produziu um primeiro conceito de gênero. Para ela, o “gênero” é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder.

Foi com a categoria gênero, elaborada concomitantemente à de estudos pós-coloniais, que o feminismo acadêmico foi legitimado e integrou-se à comunidade científica, passando a irrigar, junto a outros movimentos sociais, as Ciências Humanas. Portanto, operar tal categoria é uma posição feminista. Apropriado por diferentes disciplinas, não há como negar a vocação político-acadêmica interdisciplinar dos estudos de gênero. O gênero como categoria de análise, produção do arcabouço teórico feminista, mostrou, fazendo uso de métodos científicos exigidos pela comunidade acadêmica, que os trabalhos dessa própria comunidade estavam limitados a uma perspectiva masculinista e heteronormativa.

14 - Convencionamos chamar de primeira “onda” feminista os movimentos sufragistas. Fala-se também em “gerações”, “fases”, “vagas” feministas, que não significam necessariamente uma sucessão evolutiva de eventos, mas nos ajudam a mostrar a historicidade das reivindicações do movimento.

CIÊNCIAS HUMANAS E GÊNERO: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Para dar conta dos problemas de pesquisa pensados nos estudos de gênero, têm sido utilizadas, combinadamente, reflexões teórico-metodológicas de uma variedade de disciplinas como, por exemplo, História, Sociologia e Antropologia.

Mas há tempos que História e Antropologia se encontram. (VENSON; PEDRO, 2012.) Nos anos 1920, os historiadores Lucian Febvre e Marc Bloch, entusiasmados com as novidades da Antropologia, anunciaram uma perspectiva historiográfica informada por métodos e conceitualizações emprestados de outros campos disciplinares constituindo o que se convencionou chamar de Escola dos Annales. A proposta desse movimento era de colaboração interdisciplinar, o que nos faz notar que as fronteiras disciplinares não são assim tão policiadas como a lógica departamental universitária às vezes nos faz pensar.

Nos anos 1960, uma geração de praticantes da História, afinada com a perspectiva dos Annales, agregou amplamente os estudos de outras disciplinas em seus trabalhos: Michele Perrot, Jacques Revel, Jacques Le Goff, Arlete Farge, Philippe Ariès, Jean Delumeau, George Duby (que lia Marcel Mauss e Malinowski), etc. Essa geração abriu as possibilidades daquilo que se convencionou chamar “viragem antropológica”, perspectiva historiográfica que se colocava contra o determinismo e dava ênfase às construções culturais, incorporando teorias de autoras de outras áreas disciplinares, como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Michel Foucault (teorias do sujeito), Paul Ricoeur (todas as obras são narrativas), Pierre Nora (história da memória), etc. Houve quem chamasse seus trabalhos de “antropologia histórica” ou “etno-história”. Afinal, a Antropologia, a partir de sua rica tradição etnográfica, forneceu às praticantes da História novos métodos e técnicas de trabalho, assim como conceitos, temáticas e problemas de estudo.

Ao passo que os Annales se anunciaram como uma escola historiográfica de abordagem interdisciplinar, acabaram, também, expandindo teorias e conceitos da História para diversas outras áreas, como a noção de duração, a ideia de que não há memória sem temporalidade e o próprio conceito de historicidade. Nesse contexto de tráfego de teorias, praticantes da História acabaram formulando a possibilidade de pensar novas fontes para a História para além de fontes documentais/escritas, abrindo espaço para o retorno da oralidade e da narrativa.

Claude Raynaud (2015) coloca que a prática interdisciplinar não se decreta: se estabelece para a pesquisadora perante a mera aproximação de disciplinas diferentes. E dentre os obstáculos que ainda se fazem presentes, citamos as “resistências institucionais e “confrontos interpessoais”, como reflexo da “rigidez intelectual imposta por uma formação acadêmica altamente especializada”. (RAYNAUD, 2015, p. 1.) Sandra Harding (1993; 1996.) apontava a discussão acerca da instabilidade das categorias de análise, numa perspectiva feminista. Segundo esta autora, algo importante a ser aprendido é aceitar a instabilidade das categorias analíticas. E também usar essa própria instabilidade como recurso – não há

como pensar em pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes – “não há ‘ciência normal’ para nós!”. “As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – as teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais”. (HARDING, 1993, p. 11.)

Claudia de Lima Costa (1998; 2002.) aborda o encontro entre o feminismo e o pós-estruturalismo, que, ao assumir o reconhecimento do sujeito construído em relações de poder, possibilitou estratégias epistemológicas e teóricas para romper com as categorias modernas que apagaram especificidades, como direitos, igualdade, liberdade e democracia, para desconstruir o indivíduo e as experiências femininas universais. Essa autora identifica as teorias pós-modernas como práticas críticas que possibilitam “desmascarar” os sistemas universalistas e as metanarrativas históricas. Associa as práticas críticas feministas e pós-estruturalistas (que estabelecem relação entre linguagem, subjetividade, organização social e poder) ao questionar radicalmente qualquer lógica binária.

A autora também (COSTA, 2002, p. 66.) escreve sobre a categoria “mulher” e situa o debate dentro do feminismo, em que feministas pós-estruturalistas têm buscado a validação da categoria “mulher”, tanto no campo do signo como de sujeito. Para a autora, o sujeito no feminismo circula paradoxalmente tanto entre os discursos/representações quanto nas práticas e lutas sociais. Logo, essa categoria pode se deslocar entre “mulher” como signo e “mulheres” como sujeitos de relações reais. Claudia argumenta que a vitalidade da teoria feminista tem por base sua posição tanto no interior dos discursos autorizados, quanto em seu exterior – ou seja, na posição “essencial” de mulher e na posição de “outro” –; e que esse reconhecimento confere uma perspectiva “ex-cêntrica” (menos pura, menos unificada e de posições múltiplas) a esse sujeito que circula na micropolítica da vida cotidiana de mulheres.

Baseada nessa prática cotidiana e na resistência às especificidades históricas, Claudia de Lima Costa aponta como o feminismo conseguiu utilizar a “categoria ‘mulher’ sem retornar a uma posição nominalista” (que atribui a categoria “mulher” como ficção). Essa estratégia de constituir essa categoria “mulher”, com seus limites e vinculada a situações concretas do cotidiano, confere/iu ao feminismo a posição de um dos “[...] empreendimentos teóricos e políticos mais incisivos e de mais profundo impacto entre as lutas contemporâneas contra a sujeição, a opressão e a dominação”. (COSTA, 2002, p. 68.) A autora debate essencialismo versus antiessencialismo com a desconstrução dos termos identitários, oriundos dos estudos pós-estruturalistas. Algumas linhas teóricas de feministas “desautorizaram” a utilização da categoria “mulher”, considerando seu uso politicamente reacionário e equivocado em termos ontológicos. Essa crítica tem por base uma “concepção humanista do sujeito feminino”, “amarrada a sua identidade essencial como mulher”. A alternativa das feministas pós-estruturalistas foi a “afirmação da diferença total”. Essa crítica tornava a categoria “mulher” uma ficção – “uma construção discursiva que sustentava as relações opressivas de poder” – e levou ao “feminismo sem mulheres”. O termo “mulheres” tem uma instabilidade constitutiva justamente pelo que está excluído, pelo que não representa (referente perdido), portanto seu uso pode ser

considerado questionável, e ao utilizá-lo devemos questionar permanentemente essas exclusões e assumir o caráter contingencial do seu uso. (Cf. COSTA, 2002.)

A partir dessas elaborações, construímos muitas de nossas análises tentando não fazer uso de entendimentos prévios acerca da subjetividade, pois o que buscamos é justamente entender como ela se formula, como elas são operadas para dar inteligibilidade às temáticas. Para executar tal empreitada, utilizamos ferramentas metodológicas elaboradas em diversos campos de saber: da História, através da apropriação do conceito de historicidade; da Filosofia, a noção de discursividade; do Direito, questões técnicas e legais; da Antropologia, categorias de análise. Buscamos esse compartilhamento de saberes, não de forma compartimentada, mas de modo que todas essas disciplinas, e outras mais, constroem-se juntas, reportam-se e apoiam-se umas nas outras. Nossas trajetórias de pesquisa sustentam-se nas leituras e observações das relações de gênero, dos usos estratégicos do gênero e da história do feminismo.

Esses saberes instigam-nos a examinar de onde é emitido o discurso que dá racionalidade às categorias pesquisadas, quais ordens de discurso dão visibilidade a argumentos que constituem problemas atuais, de onde se enuncia o saber acerca de tais práticas. Segundo Susan Bordo, (2000) como decorrência do pensamento feminista, não é mais possível “ignorar” o gênero. De um lado estão os que têm seu foco no que não é específico, ou seja, no que é “universal”, “essencial” e humano. Do outro lado estão a(o)s que são marcados por sua diferença, seja ela sexual, racial ou religiosa – aquelas que são distintas da norma. Essa posição diferente e periférica confere esse caráter de “Outro”, que ocupa um espaço periférico.

No campo da produção filosófica, e da produção de mulheres, Simone de Beauvoir foi marginalizada por conta do pressuposto de que “somente os homens fazem filosofia” e que as mulheres podem escrever sobre fatos da própria condição feminina. Assim, o feminismo contemporâneo foi visto como mais envolvido com a crítica de gênero, do que com a crítica da cultura em geral. No que tange, por exemplo, à concepção de corpo do século XX, como aquele construído socialmente e não como aquele corpo biológico simplesmente, Susan Bordo (2000, p. 13.) afirma a importância da contribuição feminista para o desafio do determinismo e dos essencialismos biológicos. Essa visão do papel das ideologias culturais e das “práticas disciplinares” sobre o corpo moldado, tanto em sua materialidade como em sua representação, estava no centro da política. Mas, lembra esta autora, foi Michel Foucault que ficou conhecido como o “pai da política do corpo”, do “discurso neutro” e aplicável. “Assim, enquanto os homens são teóricos culturais do corpo, apenas as mulheres têm corpo”. (BORDO, 2000, p. 15.) A teóricas feministas desafiaram a pretensa universalidade e unidade do sujeito moderno, a partir da categoria gênero. Houve uma desconstrução desse “homem” tido como universal, tornando-o “homem” corpóreo e generificado.

Joana Maria Pedro (2005) contextualizou historicamente o uso de categorias como “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”. A categoria “mulher” foi muito utilizada na segunda onda do feminismo, como contraposição ao “homem universal”, pois se compreendia

que esse referente não englobava as questões específicas das mulheres. A autora situou as diferenças que foram surgindo no movimento feminista – das “igualitaristas”, ligadas a Simone de Beauvoir; e das “diferencialistas”, ligadas a Luce Irigaray, (1977) estas acusadas de “essencialistas”. Enquanto as primeiras propunham “igualdade de condições” entre homens e mulheres na esfera pública, as diferencialistas falavam em “feminização do mundo”. A categoria “mulher” foi criticada principalmente no contexto estadunidense, com a reivindicação de “diferença dentro da diferença” por parte de mulheres negras, indígenas, mestiças e trabalhadoras. Assim, foi formulada a categoria “mulheres”, explicitando múltiplas diferenças, inclusive no que tange à subordinação, vivida e aceita de forma distinta.

A categoria “gênero” foi inicialmente utilizada pelas feministas a partir da própria biologia e também da gramática, pois muitas espécies ou palavras têm “gênero” – masculino ou feminino – mesmo não possuindo sexo. Para Joan Scott, (1994, p. 11-13.) “[...] gênero é a organização social da diferença sexual”. Assim, o gênero é “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. Scott utiliza a noção de “significados” da(o)s pós-estruturalistas e propõe à história escrever “[...] como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos”. Quem quer escrever esta história deve identificar os significados contraditórios atribuídos às diferenças sexuais e seus contextos políticos.

Para Sandra Harding (1996), o pós-modernismo feminista nega os pressupostos do enfoque do empirismo feminista, para o qual a adesão às normas metodológicas vigentes na ciência, por si só, podem corrigir os desvios sociais causados pelo sexismo e pelo androcentrismo. É uma perspectiva atraente, segundo ela, pois mantém intactas as normas metodológicas vigentes. As feministas pós-modernas compartilham uma descrença em relação aos enunciados universalizantes sobre a existência, a natureza, as forças da razão, a ciência, a linguagem e o sujeito. Esse enfoque propõe buscar a solidariedade para se contrapor ao “humano” naturalizado e essencializado, bem como pensar formas adequadas de investigar as múltiplas e fragmentadas identidades da vida moderna e as políticas criadas a partir dessa perspectiva. O grande desafio posto diz respeito à possibilidade de mudança na visão científica do mundo. O feminismo tem um papel importante: demonstrar que não há e nunca houve “homens” genéricos – existem apenas homens e mulheres classificados em gênero. A partir do momento que se desfaz a ideia de “homem [branco ocidental] essencial e universal”, também se desfaz a noção do oposto oculto que sustenta essa dicotomia construída – “a mulher”. O que temos, então? Uma “[...] infinidade de outros/as que vivem em intrincados complexos históricos de gênero, classe, raça e cultura”. Assim, as teorias feministas têm por base concepções de “reconstrução social”, processos de “transformação”. (HARDING, 1993, p 9) A emergência contemporânea dos estudos trans¹⁵ traz à tona uma quebra significativa para pensar uma

15 - Os estudos acadêmicos surgem a partir de movimentos transnacionais, que apontam uma multiplicidade de identidades trans. Utilizamos o termo conforme nos propõe Aimar Suess “[...] refere-se a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas

ruptura também com essa lógica binária homem/mulher para muito além dos papéis de gênero e das opções sexuais.

Sandra Harding (1996, p. 15.) argumentou que muitas pesquisadoras/es, para além de feministas, têm realizado estudos no sentido de identificar os usos e os abusos da ciência. Uma das contribuições das teorias feministas foi o conhecimento sobre os mecanismos econômicos, políticos e psicológicos que sustentaram e sustentam o sexismo da ciência para desconstruí-los e tornar a busca pelo saber mais integradora do humano. Sandra Harding propôs uma desconstrução da “ciência pura”, afirmando que a pesquisa descolada do sistema de valores da cultura, existe apenas para quem a defende. Ou seja, “o empreendimento científico é estrutural e simbolicamente integrante dos sistemas de valores da cultura”.

Ela apontou dois problemas para a teoria e a prática feminista. O primeiro deles diz respeito à ênfase de que “os seres humanos são de carne e osso – e não mentes cartesianas que, por acaso, habitam uma matéria biológica em movimento”. (HARDING, 1993, p. 25.) A partir do fato de que os corpos de mulheres e homens são diferentes, essa configuração se expressa nas relações sociais e vida intelectual. “Menstruação, penetração vaginal, práticas sexuais lésbicas, parto, aleitamento e menopausa são experiências sexuais que os homens não podem ter”. (HARDING, 1993, p. 25.) A autora, ressalta a importância de afirmar essas diferenças, inclusive por parte do poder público, sem, no entanto, seguir alimentando o determinismo biológico. Mas tem o receio de que isto pode acontecer. “Como poderemos escolher entre defender o reconhecimento de nossas diferenças biológicas, pelo poder público e sustentar que a biologia não é uma fatalidade nem para os homens e nem para as mulheres?” (HARDING, 1993, p. 25.). Ao afirmar que as políticas públicas, as práticas políticas institucionais e individuais, a organização das disciplinas estão impregnadas da dicotomia natureza/cultura, sugere que, em realidade, até mudar nossas práticas dualistas, nossa existência se faz nesse campo de dicotomização tão criticado. “As dicotomias são empiricamente falsas, mas não podemos descartá-las como irrelevantes enquanto elas permanecem estruturando nossas vidas e nossas consciências”. (HARDING, 1993, p. 25-26.)

A opção epistemológica e metodológica pelos estudos feministas/estudos de gênero no âmbito da pesquisa interdisciplinar, relaciona-se às possibilidades de considerá-la como substancial para a análise de questões e campos de pesquisa – seja sexualidades, saúde das mulheres, medicina, “medicina da mulher”, corpo, política, poder, direito, economia, meio ambiente e muitos outros temas relevantes.

DIÁLOGOS DE GÊNERO NA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

Muitas autoras contemporâneas discorrem sobre esse debate entre ciência e

transexuais, transgêneros, travestis, cross dressers, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero queer e outras autodenominações relacionadas”. (SUESS, 2010, p. 29.)

feminismo. Dentre as feministas, podemos citar Sandra Harding, Lia Zanotta Machado, Cláudia Lima Costa, Joana Maria Pedro, Londa Schiebinger, dentre outras. Suas pesquisas têm mostrado a importância da incorporação do enfoque de gênero nas publicações e análises de políticas públicas e de saúde.

Antes da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1985, o Ministério da Saúde propôs o “Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM): bases de ação programática”, cujo documento inicia com a afirmação de que a atenção à mulher reduz-se quase que exclusivamente ao período de gravidez e de puerpério e com consequências danosas para a vida das mulheres. (Cf. BRASIL, 1985.) Tal documento reconhecia a situação em que viviam as mulheres, o quadro de mortalidade por distintas causas e propôs ações integrais. Autoras como Ana Maria Costa e Estela Aquino (2000) identificaram a criação do PAISM como um marco na história das políticas públicas para as mulheres, bem como destacam que a luta pela sua implementação foi assumida por movimentos de mulheres, tanto no âmbito sindical como do feminismo.

Ressaltamos a importância histórica deste Programa, conforme análise destas autoras, reconhecendo que sua concepção ainda está centrada no campo que Lia Zanotta Machado identificava como “estudos de mulheres”, (1998, p. 107.) e ainda não incorpora os estudos de gênero como base teórica para formulação da política. Talvez se possa inferir que tal fato acontece por conta do contexto histórico, já que em 1985, ano de publicação deste Programa, a perspectiva de conceber alternativas metodológicas e epistemológicas para promover esta ruptura com o campo de “estudos de mulheres”, os quais não respondiam mais aos desafios feministas, ainda estavam sendo esboçados nos espaços acadêmicos do Brasil.

O relatório da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, (BRASIL, 2007.) contraditoriamente com seu título expresso no singular,¹⁶ prevê, em seu documento, políticas de atenção à saúde de forma plural, às distintas mulheres, como por exemplo: em faixas etárias variadas (meninas, adolescentes, no climatério e na terceira idade); em situação de prisão; às mulheres negras, índias, trabalhadoras do campo e da cidade; mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais; mulheres em situação de violência; atenção humanizada mulheres e adolescentes em situação de abortamento em condições inseguras; portadoras do HIV. Também prevê uma política nacional de direitos sexuais e reprodutivos e um modelo de atenção à saúde mental com enfoque de gênero. Constata-se a contradição entre o título e o conteúdo, sendo que aqui é possível perceber a tentativa de desconstruir esse conceito universal de mulher, identificando realidades distintas. Mas, apesar dessa ruptura com a heteronormatividade e o reconhecimento das relações de gênero com determinantes das condições de vida de mulheres e homens, conferindo diferenciações e vulnerabilidades distintas, ainda não se percebe a desconstrução entre sexo/gênero/sexualidade que nos propõe Judith Butler, ou seja,

16 - Diferentemente do PAISM, esta política já é elaborada em outro contexto histórico, onde a crítica à essencialização do conceito universal de “mulher” já está amplamente difundida.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (BUTLER, 2003, p. 25.)

O panorama da saúde das mulheres no Brasil descrito pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2007, p. 9-23.) reconhece a relação entre fatores sociais, econômicos, culturais e históricos com o perfil de saúde e doença. Para a análise da mortalidade das mulheres constata-se, também, o impacto da violência e dos problemas relacionados ao exercício da sexualidade, que afetam de modo distinto aos homens e às mulheres. O informe do Fundo de Populações das Nações Unidas de 2002, (IBGE; FNUAP, 2002.) citado no documento do Ministério da Saúde, constatava que a disparidade entre homens e mulheres que vivem em situação de pobreza no mundo aumentou na última década.

Outro documento oficial acerca das condições da população brasileira elaborado pelo IBGE incorpora o conceito de gênero para avaliar o impacto nas mudanças percebidas nas sociedades contemporâneas, seja no âmbito da família, seja no âmbito social e seu significado nas relações entre homens e mulheres. Assim, de acordo com o IBGE, sexo e gênero são assim definidos:

Sexo não é a mesma coisa que gênero, sexo se refere a diferenças biológicas entre homem e mulher, gênero se refere a diferenças construídas socialmente entre sexos, quais sejam: papéis e responsabilidades atribuídas pela sociedade a homens e mulheres. (IBGE, 2009, p. 200.)

Dentre fatores que contribuem para tais mudanças, o documento cita: o significativo declínio das taxas de fecundidade por conta das mulheres alçarem um grau de maior escolaridade; acesso a métodos contraceptivos; e inserção massiva no mercado de trabalho. Ao se referir às iniquidades¹⁷ nas relações de gênero, o destaque é para o empoderamento diferenciado entre homens e mulheres. (IBGE, 2004, p. 204). O estudo também destaca um aspecto invisível, mas que foi mensurado, que é o comprometimento das mulheres com afazeres domésticos.¹⁸ O conceito de gênero adotado incorpora o pensamento de Joan Scott, cujo eixo central é a relação entre gênero, política e poder. Também considera que o mesmo é constituído de relações sociais que tem por base as diferenças entre os sexos e confere significado às relações de poder, ou seja, “[...] é um elemento constitutivo

17 - Sarah Escorel (2008) afirma que o termo equidade foi utilizado mais recentemente, justamente para incorporar “o parâmetro da justiça à distribuição igualitária”. Portanto, a ideia de equidade surge inclusive para substituir o conceito de igualdade, ou seja, não é possível garantir uma homogeneidade material sem considerar a heterogeneidade. Portanto, podemos considerar iniquidade como o oposto à equidade.

18 - “Do total das mulheres ocupadas, 87,9% declararam cuidar dos afazeres e do total dos homens, 46,1%. O número médio de horas na semana dedicado a esses afazeres é de 20,9 para as mulheres e de apenas 9,2 para os homens. Esses resultados evidenciam de forma inegável as diferenças de gênero”. (IBGE, 2009, p. 206.)

de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado ao poder”. (SCOTT, 1990, p. 14.) Recentemente, a política pública implantada pelo Ministério da Saúde – Rede Cegonha¹⁹ também aponta o enfoque de gênero em seus princípios.

Apesar de identificarmos uma institucionalização da categoria gênero nos princípios de políticas de saúde para mulheres, essa concepção não é definida e permanece no campo do genérico, como se já tivesse sido apropriada pelo conjunto de profissionais e instituições de saúde. Para se ter conhecimento, o DeCS²⁰ (Descritores em Ciências da Saúde), define “Gênero e Saúde” como: “Procura identificar e reduzir as diferenças evitáveis e injustas entre homens e mulheres, no que diz respeito à condição de saúde e seus determinantes, ao acesso e qualidade de atenção à saúde e à participação nos processos decisórios sobre alocação de recursos (OPAS)”. (GÊNERO..., 2006.) A busca do termo “Gênero” remete ao termo “Identidade de Gênero”, definido da seguinte forma:

Conceito que uma pessoa tem de si mesma, de ser macho e masculino ou fêmea e feminino ou ambivalente, baseado em parte em características físicas, respostas dos pais e pressões psicológicas e sociais. É a experiência interior do papel de gênero. (IDENTIDADE..., 2008.)

Estas leituras, instigaram-nos a buscar qual seria a definição do descritor para “Feminismo”. O que aparece é: “A teoria da igualdade política, econômica e social dos sexos e atividade organizada em nome dos direitos e interesses das mulheres”. (FEMINISMO, 2008.) Diante do reducionismo que temas como Feminismo e Gênero aparecem numa das referências mais importantes para buscar artigos científicos, no campo da saúde, percebemos os desafios que ainda se impõe para estabelecer diálogos interdisciplinares entre os estudos feministas, de gênero e o campo da saúde.

Através de alguns documentos analisados, com base na bibliografia referenciada, podemos identificar que, no âmbito da proposição e formulação de políticas públicas de saúde, houve um avanço significativo de 1985 para 2007, com a incorporação da concepção de gênero para analisar estas políticas e vários indicadores sociais. Assim como há uma desconstrução da “mulher” universal como foco da política de saúde para reconhecer as múltiplas “mulheres” e suas necessidades específicas.

No âmbito dos estudos acerca das ciências médicas, em especial a Obstetrícia, o diagnóstico do descompasso entre a ação médica e os pressupostos das teorias feministas e estudos de gênero está dado. Como nos revela Carmem Tornquist, (2002; 2004.) os movimentos contra-hegemônicos pela Humanização do Parto e Nascimento apresentam

19 - Portaria nº 1459, de 24 de junho de 2011, do Ministério da Saúde. Esta política recebeu muitas críticas de grupos feministas e de grupos de mulheres, pois rompe com a concepção histórica de “atenção integral à saúde das mulheres” e volta à atenção para a gravidez e parto.

20 - Tem a finalidade de criar uma linguagem única para indexação e pesquisa de artigos científicos em distintas bases de dados. Pode ser acessado na íntegra em: <http://decs.bvs.br/>

contradições e merecem nova análise para observar, se após alguns anos já dialogam com outros saberes e incorporam de alguma forma, os saberes feministas. Até mesmo porque, seguindo a linha de pensamento de Judith Butler, (2003) devido a novas tecnologias reprodutivas, novas conformações familiares e das relações afetivo-sexuais, outra desconstrução é necessária: a associação entre maternidade (biológica ou não) e relação heterossexual, visto que casais gays estão lutando para adotar filhos e casais de lésbicas podem optar pela gravidez através de inseminações artificiais com acesso aos bancos de sêmen.

O que se discute aqui é a possibilidade de estabelecer um diálogo interdisciplinar entre os novos conhecimentos da biologia acerca dos processos considerados “fisiológicos” – como gravidez e parto, que visa torná-los momentos prazerosos, integrando natureza e cultura, valorizando a autonomia das mulheres acerca das decisões sobre o próprio corpo – com as teorias feministas. Os esforços convergem no sentido de dialogar com o saber “nativo” da Medicina. Assim, considera-se que o saber médico constituído deve ser analisado cultural e historicamente e que não há como pressupor juízos de realidade de um povo para outro, ou seja, podemos pressupor que o que é conhecido por historiadoras, sociólogas e antropólogas feministas, acerca da saúde das mulheres e sua relação com as práticas médicas, pouco tem sido incorporado pelo saber médico.

Para Londa Schiebinger, citando o pensamento de algumas feministas (sem explicitar as autoras), “[...] mulheres cientistas tendem a ser pensadoras holísticas e integrativas que, como resultado de sua socialização, estão menos satisfeitas com princípios reducionistas de análise do que os homens”. (SCHIEBINGER, 2001, p. 28.) Outras pesquisadoras citadas por Londa, como Linda e Laurence Fendigan, sugerem que valores considerados “femininos” podem fazer com que as mulheres cientistas sejam “[...] mais persistentes e pacientes, dispostas a esperar que o material fale por si mesmo, ao invés de forçar respostas”. (SCHIEBINGER, 2001, p. 28.)

A própria Londa, (2001, p. 26.) ao historicizar acerca do feminismo, aponta como uma das características do feminismo da diferença a refutação de que “a ciência é de gênero neutro”. Entretanto, não se pode concordar, mesmo que parcialmente, com esse pensamento sem uma análise crítica, para não incorrer no erro da generalização, pois senão corremos o risco de utilizar um argumento tão criticado pelas próprias feministas, como o uso de categorias universais, no caso mulheres e homens cientistas. Da mesma forma, como afirma Londa, a utilização desses traços “femininos”, nas tentativas de remodelar a ciência, pode se revelar divisivo e levar a visões limitadas. Portanto, a utilização de métodos distintos de pesquisa não está relacionada ao sexo ou aos traços femininos. Os novos métodos de análise propostos pelas cientistas feministas, que propõem olhares para questões antes não visíveis, não se relacionam às características femininas, mas são derivados de contextos construídos historicamente, ao longo de anos de trajetórias de pesquisas e estudos.

Utilizamo-nos das palavras de Londa, para fechar essa reflexão. A ciência feminista não pode ser vista como “empática” ou “favorável às pessoas” ou ainda “não-dominadora”.

Portanto, o caminho não é criar uma ciência feminista especial, mas “[...] incorporar uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência”. (SCHIEBINGER, 2001, p. 31.)

Silvana Maria Pereira, (2014) uma das autoras deste texto, em sua tese intitulada *Da submissão ao poder de decisão das mulheres: a residência médica em ginecologia e obstetrícia*, buscou conhecer a concepção de corpo que permeia a formação dessa especialidade médica e como dialoga com os estudos feministas contemporâneos. Foi uma pesquisa histórica, em distintas fontes documentais: os editoriais das revistas científicas das duas entidades médicas relacionadas ao tema – a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e a Associação Brasileira de Educação Médica (Abem); os programas e as diretrizes de dois programas de residência médica na Região Sul do País; os trabalhos de conclusão da residência médica em Ginecologia e Obstetrícia das instituições selecionadas. Iniciou com uma análise feminista das concepções contemporâneas de corpo e sua relação com o saber médico, abordando feminismo e ciência, o campo científico da Ginecologia e Obstetrícia sob a crítica feminista e corpo anatômico/corpo-imagem, no âmbito de debates contemporâneos. Como foi constatado nessa tese, a Medicina vive um movimento dubio. Majoritariamente, prevalece uma concepção de “mulher” com um caráter essencializado e universal, descontextualizada e com foco prevalente no corpo biológico. Como diz Francisco Ortega, (2008) “um corpo vivo e não um corpo que vive”. Mas emergem no horizonte mulheres que expressam seus sentimentos sobre a dor que lhes acometem, assim como têm sua autonomia reconhecida em processos vivenciais sobre parto e nascimento. Os “tocoginecologistas”, que se intitulavam como “o verdadeiro médico da mulher” e que determinavam condutas, perdem força diante de um discurso que propõe uma formação “humanística” para o campo da Medicina, baseada na ética dos direitos humanos, no reconhecimento da diferença das pessoas com deficiência e que assume a educação médica também como uma “questão de gênero”. De uma autoridade de “dono do paciente” emergem decisões compartilhadas.

A intenção é grande, mas o gesto ainda é pequeno. A possibilidade da Medicina se tornar efetivamente um sucesso do feminismo (como nos escreve Londa Schiebinger, já citada) não será de “livre e espontânea vontade”, pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia, de novas conquistas e de novos conhecimentos. A possibilidade desse sucesso depende da inter-relação de múltiplos fatores, como uma ação combinada entre uma ampla divulgação dos estudos e pesquisas feministas, dentro e fora da Medicina, articulada com ações políticas dos movimentos feministas que assumam e façam valer suas pautas para a saúde, seja para a assistência e/ou para a pesquisa. Essas relações de poder, em distintos contextos, podem possibilitar que se pautem essas questões no cotidiano das universidades e na formação de novas médicas e médicos, aberta(o)s ao diálogo interdisciplinar interinstitucional, onde as vozes das mulheres sejam ouvidas, não apenas para relatar seus “sintomas”, mas para expressar seus desejos, mesmo que cercados de dúvidas e medos.

Com esse olhar “diferente”, fomos construindo uma trajetória no campo das pesquisas feministas, que se consolidam como um saber interdisciplinar. Os estudos feministas e

de gênero representaram e representam rupturas metodológicas e epistemológicas com a ciência tradicional.

GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: UM OLHAR MAIS HUMANIZADO

As epistemologias feministas dos anos 1960 e 1970, a partir de uma diversidade de posições, exploraram ambiguidades nos conceitos fundamentais da filosofia acerca do sujeito universal, autônomo e racional (masculino e branco). Essa discursividade deu lugar para a constituição do conceito de patriarcado, perspectiva que, apesar do potencial mobilizador, acabou por reforçar a ideia de uma identidade universal de ser mulher, pois se reconhecia a opressão fundada nas diferenças sexuais. Com especial tom marxista, porque manifesta aquela ideia de que há oprimidas e opressores, um tanto simplisticamente articuladas como categorias estanques e polarizadas, o arcabouço teórico que produziu o patriarcado como alvo do ataque feminista acabou por reforçar noções biologizantes sobre a sexualidade.

Como já foi dito, nos anos 1980, uma terceira onda feminista nos trouxe novas problematizações. A elaboração da categoria gênero, como ferramenta de análise, passou a minar a atribuição de universalidade às categorias mulher e mulheres. Ao mesmo tempo, a crítica feminista pós-colonial/descolonial apontou racismos e elitismos em certas discursividades feministas ocidentais.

Há feministas que apontam que o uso do gênero é desmobilizador, pois arruinaria aquela ideia de irmandade entre as mulheres, unidas contra a opressão masculina, tão cara às lutas feministas dos anos 1960 e 1970. Outras defendem que o gênero politiza ainda mais o movimento, pois destrói a noção de essência e abre um vasto campo de possibilidades de ser e de existir, pois traz consigo a noção de agenciamento pessoal. Muitas autoras apontam que o gênero foi a virada epistemológica nos estudos feministas e nos trouxe a possibilidade de pensar um comportamento, uma subjetividade, uma memória educada para determinados papéis, comportamentos e conhecimentos formatados pelos sentidos do feminino e do masculino. Também possibilitou preterir a ideia de um comportamento e uma subjetividade feminina (ou masculina) exclusiva e essencial.

Operacionalizar o gênero nas Ciências Sociais Aplicadas não significa simplesmente pesquisar “o papel da mulher” ou as relações “entre homem e mulher”, mas pensar como esses saberes constituem e reforçam modelos de gênero, ou seja, como jogam com expectativas sociais a respeito do que é próprio do masculino e do feminino, de homens e de mulheres.

Discussões sobre o reconhecimento de diferentes configurações familiares, das garantias de direitos para pessoas trans-gêneras, mostrar as dinâmicas de gênero que dão lugar a violências – são questões feministas.

Uma diversidade de pesquisas interdisciplinares, com perguntas de pesquisa

pensadas a partir do gênero como ferramenta interpretativa, tem trazido novos olhares sobre os problemas sociais contemporâneos. Isadora Vier Machado (2013) busca compreender o conceito de violência psicológica estabelecida na Lei Maria da Penha, para além do seu significado jurídico-legal, buscando identificar seu sentido teórico-prático, com a perspectiva crítica que os estudos feministas lhe conferem. Cláudia Regina Niching (2013) aborda o tema do reconhecimento jurídico da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo. Anamaria Marcon Venson (2015) analisa processos-crime constituídos em função da operacionalização do Artigo 231 do Código Penal Brasileiro, que define o crime de tráfico de pessoas para fim de exploração sexual, e demonstra que o combate ao tráfico de pessoas tem se materializado como uma técnica de combate à prostituição e às prostitutas, desrespeitando direitos de mobilidade de mulheres pobres.

Em tais pesquisas, gênero não significa “mulheres”, mas é operacionalizado como categoria de análise, tornando possível mostrar o lugar de enunciação dos saberes jurídicos disciplinadores das sexualidades e como eles se constituem a partir de modelos ideais de ser homem e ser mulher. Os estudos feministas, mais que uma temática, são um campo de saber propositivo de conceitos e categorias de análise. O gênero sempre foi uma categoria analítica complexa e interseccional. Junto às questões de gênero, apoiando-as e conformando-as, certamente funcionam matérias dispostas por categorias como classe social, localização, contradições raciais e étnicas. Operacionalizar o gênero significa pensar como as sujeitas escapam como efeitos e produtos dessas formulações discursivas e perceber dentro de quais jogos e disputas estão dimensionadas essas relações de poder.

Importante notar, também, que o feminismo não é e nunca foi um movimento unívoco e que o embate de propostas feministas produz ferramentas para pensar as possibilidades de significação da experiência de alguém que se subjetiva ou que é subjetivada como vítima, como oprimida, como explorada, como exploradora, dentro de certo contexto discursivo.

O debate feminista mostra que há, num complexo jogo de interesses e estratégias, saberes mais privilegiados, mais efetivos, e outros menos; que tentativas de “falar por” ou “representar” um universo de pessoas que não compartilham o discurso dominante acaba por ajudar a manter práticas essencializantes e imperialistas que resultam em violência epistêmica; que o circuito de estratégias políticas dominantes não necessariamente leva em consideração os interesses dos grupos alvo de tais políticas, ainda que fale em nome delas.

Fundamentalmente, o debate sobre o gênero nos permite entender que as subjetividades se formulam na experiência e não são um dado evidente. O gênero, afinal, nos trouxe a possibilidade de pensar e analisar como as mulheres se tornam mulheres, de pensar a historicidade das categorias mulher, mulheres, fragilidade, opressão, vulnerabilidade, etc. e de nos darmos conta de que essas categorias não são universais e nem podem ser aplicadas de maneira universal. O gênero bagunçou a noção de sujeita estratégica universal, desmontou as categorias mulher, mulheres, brasileira, prostituta, oprimida, pobre, explorada, etc. Contudo, isso não significa que estamos impossibilitadas de fazer

uso calculado dessas categorias, mas, sim, que não podemos imaginar as experiências das pessoas a partir de categorias explicativas como se fossem pré-determinadas e universais.

Essas discussões abriram possibilidades para pensarmos, por exemplo, a noção de “violência de gênero”, (GAGNON, 2006.) a qual é mais complexa que a noção de “violência sexual”, e pensar que as mulheres também podem ser sujeitas de violências de gênero. A discussão do gênero não é, portanto, um debate em torno de teorizações abstratas que desconsidera suas implicações práticas, mas justamente o contrário: o gênero nos colocou a urgência de pensar experiências complexas e individuais e pensar como nos subjetivamos na experiência significada.

Incorporar a interdisciplinaridade como metodologia de pesquisa e operacionalizar o gênero como categoria de análise nos ensina a perceber contradições e incoerências no discurso jurídico, mesmo em questões entendidas como “técnicas” e “neutras”. Por exemplo, Anamaria Marcon Venson, (2015) uma das autoras que aqui escreve, explicou inconsistências nas pretensões de salvamento de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual – que são, em parte, movidas pelo mando de normativa legais – mostrando precisamente como as políticas de combate ao tráfico têm efeito devastador para pessoas adultas, que se inserem voluntariamente no campo laboral sexual. Problematisações como essas são possíveis no encontro de saberes disciplinares e de análises instrumentalizadas pelo gênero.

GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PROPOSTA POLÍTICA

Essas proposições são úteis para analisar os textos e discursos da Medicina, do Direito, da Justiça, por exemplo, para identificar quem são as pessoas “autorizadas” a falar sobre o corpo e sobre sexualidades. Assim como nossos textos acadêmicos são produzidos no interior de disputas, de relações de poder, de redes de saber e são estratégias, o discurso jurídico e o discurso médico, por exemplo, também o são. O que há de interdisciplinar começa pela pergunta de pesquisa e não simplesmente o tratamento dado a uma temática. Certamente, toda pesquisa é um tanto transdisciplinar, afinal há uma história da constituição de saberes em campos disciplinares. Assim, a interdisciplinaridade contribui para analisar que campos do saber apresentam determinados temas em discurso e quais relações de poder sustentam sua visibilidade.

Nossa perspectiva com a abordagem de gênero, numa pesquisa feminista e interdisciplinar, é pensar e propor questões ao debate; é procurar problemas e não resolvê-los; é promover o diálogo e não concluir a discussão; é contestar aquilo que é naturalizado e não simplesmente buscar o consenso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Relatório de Gestão 2003-2006: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismos e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Ana Maria; AQUINO, Estela leão. Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira. In: COSTA, Ana Maria; MERCHÁN-HAMANN, Edgar; TAJER, Débora. (Orgs.) *Saúde, equidade e gênero*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

COSTA, Claudia de Lima. O Feminismo e o Pós-Modernismo/Pós-Estruturalismo: as (in) determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, 2002.

ESCOREL, Sarah. Equidade em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França. (Orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

FEMINISMO. DeCS – Descritores em Ciência da Saúde, Biblioteca virtual em saúde, edição de 2006. Disponível em: <http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decserver/?IsisScript=../cgi-bin/decserver/decserver.xis&task=exact_term&previous_page=homepage&interface_language=p&search_language=p&search_exp=Feminismo>. Acesso em: 24 Abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. V. 1.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A ordem do discurso*. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GÊNERO e saúde. DeCS – Descritores em Ciência da Saúde, Biblioteca virtual em saúde, edição de 2006. Disponível em: <[http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decserver/?IsisScript=../cgi-bin/decserver/decserver.xis&task=exact_term&previous_page=homepage&interface_language=p&search_language=p&search_exp=Gênero e Saúde](http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decserver/?IsisScript=../cgi-bin/decserver/decserver.xis&task=exact_term&previous_page=homepage&interface_language=p&search_language=p&search_exp=Gênero_e_Saúde)>. Acesso em: 24 Abr. 2015.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas. *Estudos Feministas*, n. 1, 1993.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais* – uma análise das condições de vida da população brasileira – 2009. Rio de Janeiro, 2009.

IDENTIDADE de Gênero. DeCS – Descritores em Ciência da Saúde, Biblioteca virtual em saúde, edição de 2008. Disponível em: <http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/?IsisScript=../cgi-bin/decsserver/decsserver.xis&task=exact_term&previous_page=homepage&interface_language=p&search_language=p&search_exp=Identidade%20de%20G%EAnero&show_tree_number=T>. Acesso em: 24 Abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; FUNDO DA POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A situação da população brasileira 2002*. Rio de Janeiro: IBGE; UFPA, 2002.

IRIGARAY, Luce. *Ce Sexe qui n'en est pas un*. Paris: Minuit, 1977.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha*. 2013. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, 1998.

MEAD, Margaret. *Male and female: a study of the sexes in a changing world*. New York: Morrow, 1949.

NICHNIG, Claudia Regina. “*Para ser digno há quer ser livre*”: reconhecimento jurídico da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. 2013. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, 2005.

PEREIRA, Silvana Maria. *Da submissão ao poder de decisão das mulheres: a residência médica em ginecologia e obstetrícia*. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RAYNAUT, Claude. Os desafio contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para a interdisciplinaridade. *INTERthesis*, v. 11, n. 1, Jan./Jun. 2014.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994.

_____. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, v. 91, n.5, 1986.

_____. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, Jul./Dez. 1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SUESS, Aimar. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PL ANAS, Gerard. (Ed.). *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, Jul. 2002.

_____. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VENSON, Anamaria Marcon. *Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual? Uma análise de processos-crime (1995-2012)*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

_____; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, v. 15, n. 2, 2012.

GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE, PROBLEMAS E QUESTÕES²¹

Ana Maria Veiga²²

A interdisciplinaridade torna-se cada vez mais corriqueira nas ciências humanas, que proporcionam parcerias entre disciplinas afins, ou por vezes o cruzamento de outras fronteiras, na tentativa de cercar um objeto (ou sujeito) de estudo. Determinada pela fonte, no caso da História, a metodologia interdisciplinar tende a fincar pés na disciplina da qual partem os anseios de quem realiza a pesquisa. É essa restrição que procurarei subverter no decorrer deste capítulo, que privilegia os estudos de gênero como promotores de “viagens” transdisciplinares. Com isso, quero sugerir que, assim como podemos rastrear “viagens” de teorias (COSTA; ÁLVAREZ, 2013; DAVIS, 2007.) e de conceitos, cabe-nos também verificar em que circunstâncias realizamos incursões em busca de ferramentas que nos auxiliem a lidar com nossos problemas de pesquisa nos solos de disciplinas próximas a nós, ou por vezes em territórios que nos são totalmente estranhos. Do estranhamento, a curiosidade, a inspiração.

Com o intuito de ampliar as reflexões sobre os estudos feministas e de gênero como uma área intrinsecamente interdisciplinar, abordaremos neste capítulo alguns aspectos que vão desde o momento de sua emergência no Brasil, durante a ditadura (civil-militar),²³ passando por discussões teóricas mais amplas, como o conceito de interseccionalidade, e retornando ao chão da história, como ponto de partida deste trabalho.

A dificuldade maior para quem rompe com tradicionais barreiras disciplinares talvez seja justamente “reinventar” seu próprio chão, seu campo de estudo, que oferece conforto e familiaridade. Além disso, não faltam à História visões ortodoxas, que entendem a incursão a outros campos teóricos como um distanciamento da disciplina. Mas, haveria uma disciplina “pura”? Se retornássemos a Kant, talvez pudéssemos ter uma boa discussão. O que se valoriza, ao meu ver, é um preciosismo demarcador de fronteiras,

21 - Nota do Editor: a autora responsabiliza-se integralmente pela revisão deste capítulo, do ponto de vista gramatical, com a anuência das organizadoras do presente volume.

22 - Doutora em História, com pós-doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes PNPd.

23 - Os parêntesis sinalizam que, embora nos últimos anos diversos autores tenham consolidado o termo “civil-militar” para se referir à ditadura brasileira, concordo com a perspectiva de Marcos Napolitano (2014) que argumenta que, mesmo recebendo apoio maciço da sociedade civil (entenda-se principalmente do empresariado e da camada média da população), o governo instalado no pós-golpe, e que perpetuou seus métodos e medidas durante os 21 anos de poder, foi, inquestionavelmente, militar.

que nada agrega às atualizações, releituras e autocríticas, por vezes tão necessárias; que faz do aprofundamento no específico uma guia, pouco aberta ao novo e ao imprevisto, diante de outras possibilidades.

Como historiadora que optou por trabalhar metodologicamente em alguns projetos transnacionais com a conceitualização das “histórias cruzadas”, sinto-me à vontade para propor uma analogia com a temática deste capítulo e sugerir que a interdisciplinaridade pode ser tomada como o cruzamento das disciplinas envolvidas na pesquisa, na justaposição dos elementos que as caracterizam. Se pensarmos em fronteiras disciplinares, tal analogia pode ser considerada pertinente, para que se respeite as reivindicadas diferenças e especificidades, para além de possíveis aproximações.

As histórias cruzadas, ou olhares cruzados – no modo como as concebem Werner e Zimmermann –, são mobilizadas no plural, sendo que o encadeamento que se forma, do ponto de vista dos cruzamentos, expõe as singularidades que constituem esse plural; é a singularidade de uma história situada entre outras. (WERNER; ZIMMERMANN, 2004, p. 7.) Neste ponto, falamos de uma disciplina que não perde suas características ao ser alocada entre outras, com as quais realiza trocas, mas sempre mantendo e produzindo conhecimento a partir de seu próprio olhar. “As entidades ou os objetos de pesquisa não são somente considerados em relação aos outros, mas também uns através dos outros, em termos de relações, interações e circulação”. (WERNER; ZIMMERMANN, 2004, p. 22.)²⁴ Especificidades não são apagadas, ao contrário, são valorizadas quando lançamos sobre elas olhares curiosos, perspectivas que agregam mais do que restringem as possibilidades da pesquisa.

Se podemos constatar que a abordagem de gênero não se encontra amplamente difundida entre as disciplinas, sendo abordada por núcleos específicos nelas inseridos, considero relevante traçar um esboço dos caminhos transdisciplinares das pesquisas que constituíram o campo no Brasil.

HISTORICIDADE DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NO BRASIL

Em termos de relações entre academia e militância política, vale lembrar que um dos textos definitivos para as feministas brasileiras nos anos 1970 foi a publicação do livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1979), de Heleieth Saffioti – originalmente sua tese em Sociologia. O feminismo brasileiro surgia nesse período, marcado pela luta contra a ditadura. O livro de Saffioti era lido em massa pelas militantes, tornando-se uma influência importante nessa aproximação. A especificidade da chamada “segunda onda” do feminismo no Brasil está na centralidade dada à luta pela democratização do país.

24 - Tradução livre de “Les entités ou les objets de recherche ne sont pas seulement considérés les uns par rapport aux autres, mais également les uns à travers les autres, en termes de relations, d’interactions, de circulation”.

Partindo de mulheres em sua maioria membros dos grupos de esquerda, estudantes ou professoras universitárias, a demarcação do campo feminista como um campo distinto tornou-se mais contundente depois da anistia e no início da década de 1980, momento em que surgiram diversos grupos e publicações feministas. Nesse período, o Dia Internacional da Mulher passou a ser marcado por encontros e eventos feministas e as militantes foram incorporadas massivamente aos partidos políticos, passando a gozar de maior liberdade na publicação de textos e livros de temática feminista. (ÁLVARES, 2003; VEIGA, 2009.)

Grande parte da constituição do campo acadêmico feminista no Brasil tem sua origem nessas militantes ingressadas na universidade como pesquisadoras e docentes, que já no final dos anos 1980 fundaram núcleos de pesquisas e desenvolveram projetos voltados à temática das mulheres, do feminismo e, mais intensamente a partir da década de 1990, de gênero. Foram também os anos dos Editais de Pesquisas das agências financiadoras internacionais, como a Fundação Ford (através da Fundação Carlos Chagas) e a Fundação MacArthur. Na década de 1990, surgiram a *Revista Estudos Feministas* – cujo número Zero foi publicado em 1992 – e os *Cadernos Pagu*, em 1993.

A década de 1990 foi também o momento em que os encontros feministas e de gênero passaram a ganhar especificidades relacionadas aos diversos cenários onde aconteceram. Entre os encontros pioneiros, pode-se dizer que o primeiro foi o Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero, em 1991, ocorrido na cidade de São Paulo. Esse foi o ponto de aglutinação para várias iniciativas, cujo desfecho resultou na criação da *Revista Estudos Feministas* (REF) e da REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. (GROSSI, 2004.) Antes dele, é importante mencionar a iniciativa da Fundação Carlos Chagas, com apoio da Fundação Ford, de realizar o Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, com a participação de feministas convidadas de várias universidades brasileiras. (COSTA; SARDENBERG, 1994; ADRIÃO, 2008.) Consolidavam-se as bases dos estudos feministas e de gênero como campo acadêmico interdisciplinar, estreitavam-se seus laços com o ativismo político.

Os anos 1990 inauguraram vários fóruns acadêmicos nacionais exclusivamente feministas e do campo de estudos de gênero: o I Encontro Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero, que fundou a REDOR, em 1992; I Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), em 1994; também nesse ano ocorreu o I Encontro Fazendo Gênero, na UFSC, reunindo pesquisadoras de diversos estados do Brasil. Isso sem falar nos encontros e reuniões de áreas específicas, GTs de Associações como a ANPOCS, entre outras.²⁵

25 - Destacam-se nesse caso os GTs Mulher e Trabalho, Mulher e Política e Família e Sociedade, da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), criados em 1978 e depois aglutinados em torno do GT Relações de Gênero (1999) e Gênero e Contemporaneidade (em 2005); (SCAVONE, 2011.) o Encontro Nacional de Mulher e Literatura, organizado pelo GT Mulher e Literatura da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) e cuja primeira reunião aconteceu em 1987. (DUARTE, 1994.)

Em 2006 aconteceu o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, patrocinado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, reunindo mais de duzentos núcleos de pesquisa de cerca de cem universidades brasileiras.

Esses eventos demonstram a fragilidade na demarcação de fronteiras entre academia e militância feminista e comportam as várias facetas do ativismo político feminista, que passam por trocas, debates, publicações e disputas sobre questões atuais, sob perspectivas e abordagens renovadas, sobretudo em relação às chamadas pautas históricas do feminismo, como as lutas pela legalização do aborto, contra a diferença salarial e contra a violência de gênero. As pautas mais atuais, muitas das quais conduzem a debates importantes no interior do feminismo contemporâneo, têm seus focos nas demandas de setores específicos, como as lésbicas, as negras, as mulheres camponesas, as transexuais e transgêneros, marcadas pela afirmação de diferenças no interior do próprio movimento (como foi o caso dos intensos debates na ocasião do X Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, em 2005, do qual trataremos a seguir).

Resta refletir, retornando a uma questão já levantada, com relação às agendas invisíveis, sobre qual é a permeabilidade da produção acadêmica em relação a setores que, na história do feminismo, lutaram e ainda lutam por um espaço de reconhecimento; quais são os sujeitos sociais estão invisibilizados ou ausentes, tanto como “objetos” da produção acadêmica, quanto como sujeitos dessa produção.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSECÇÃO NAS PESQUISAS

Se é a temática, ou o objeto, que define o horizonte interdisciplinar, podemos tocar um ponto bastante discutido nas últimas décadas, e ainda na atualidade, dentro dos estudos de gênero. Quando falamos em interdisciplinaridade e interseccionalidade, partindo de uma perspectiva histórica, nos referimos a desigualdades, hierarquias sociais, privilégios ou situações de abjeção, que impactam diretamente a realidade de sujeitos e de grupos sociais. Sabemos que a ordem do gênero atravessa todas as camadas sociais, e que ela se impõe de maneira mais abrupta e decisiva quando os sujeitos são mulheres – indígenas, negras ou pardas, lésbicas ou trans, que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela, experienciando todos os limites de exclusão social.

Proponho, então, uma reversão da lógica da interdisciplinaridade, anteriormente apresentada como uma incursão entre disciplinas e o cruzamento de seus elementos, focando agora em posições que se intersectam, como raça/etnia, classe e gênero, identificando-as como transversais às mais distintas disciplinas. São elas que nos provocam e estimulam a uma “viagem” interdisciplinar. Ainda assim, essas discussões são, via de regra, tangenciadas dentro do contexto acadêmico mais amplo.

Cada pesquisa pode ser intersectada por essa questão transversal, mas isso depende muito da sensibilidade do(s) sujeito(s) que a promove(m). No caso dos estudos

de gênero, essa tem sido uma busca constante, enquanto que outros estudos de diversas áreas (que privilegiam abordagens étnico-raciais e de classe, por exemplo) raramente se dispõem a discutir gênero agregado a tais abordagens. Lamentavelmente, esse se tornaria um “privilégio” e um “lugar” de onde falam núcleos de estudos como o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina, que ampliam horizontes ao abordar gênero, mas também classe, raça, etnia, deficiência, trans-identidades, dentre outros desafios que passam a se impor sobre os trabalhos realizados. A capacidade de agregar ou de transbordar conceitos, lidando com localizações geopolíticas, é o que faz esse tipo de estudo ganhar cada vez mais adesão, sendo paradoxalmente combatido, seja como “ideologia”, seja como um modismo pós-moderno.

A potência dos feminismos ainda assusta e choca as alas mais conservadoras, dentro e fora da academia, principalmente quando incorporam em sua pluralidade de temas e problemas a característica interseccional. O crescente surgimento de novos coletivos feministas, que agregam jovens militantes acadêmicas e inseridas em movimentos sociais, dá mostras de renovação e traz uma golfada de ar fresco aos debates, que têm como centro a ordem do gênero e tudo o que a atravessa.

Atualmente, com a pesquisa *Ativismos feministas nas margens – teorias e inserção social em torno de eventos acadêmicos interdisciplinares*, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC,²⁶ procuramos entender de que modo se dá a inserção de temáticas e de pessoas em situação de margem nos eventos acadêmicos de estudos feministas e de gênero, bem como se essa presença resulta em publicações ou outros meios de divulgação do conhecimento.

Uma pesquisa com essa abordagem se justifica no contexto e nos cenários atuais das universidades públicas no Brasil, para as quais a pauta da inclusão é central, através, por exemplo, das políticas de ação afirmativa e de acessibilidade social. Pensar o quanto mulheres indígenas, negras, com deficiência, pessoas trans são temas, e sobretudo sujeitos, da produção feminista do conhecimento é fundamental para refletir sobre o caráter mais ou menos inclusivo da universidade e da produção científica de modo geral.

Além da questão da inclusão desses setores, outra não menos importante é a do sentido e da qualidade do(s) conhecimento(s) e da(s) ciência(s) produzidos. O debate em torno de uma epistemologia feminista tem se estendido já há algumas décadas, tendo envolvido discussões calorosas sobre a contribuição do feminismo e dos estudos de gênero para várias disciplinas e para o campo científico de forma mais ampla. Veja-se, por exemplo, a contribuição das historiadoras feministas sobre o conceito de gênero como categoria fundamental para o campo da historiografia como um todo. (SCOTT, 1988.) Ou a crítica das antropólogas feministas em relação aos vieses masculinos e às invisibilizações das mulheres, das crianças ou das relações homossociais na pesquisa etnográfica. (ROSALDO, 1995; entre outras.)

26 - Estágio pós-doutoral PNPD financiado pela Capes no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Ano 2.

Mas, se as epistemologias feministas trazem uma crítica importante a uma visão da racionalidade científica, neutra e transcendente em relação aos sujeitos que produzem a ciência, como fazer esse mesmo movimento crítico dentro do próprio feminismo? Como analisar um feminismo e as epistemologias feministas pensadas e produzidas em torno da experiência de mulheres negras, lésbicas, indígenas, com deficiência, camponesas, trans, etc.?

Desde o final dos anos 1990, os congressos de estudos feministas e de gênero no Brasil ganharam caráter interdisciplinar, avançando para além das propostas oriundas de campos específicos, como os eventos nas áreas da História, da Literatura ou do Cinema. Ao historicizar tais eventos, podemos perceber duas linhas de igual importância para os movimentos feministas: o ativismo militante, partindo da atuação e do agenciamento em diversas frentes, como os movimentos de mulheres negras e de camponesas; e o ativismo acadêmico, fomentado por trocas diversas em nível teórico e pelas publicações resultantes desses debates. Entendendo ambas as linhas, sem ignorar seus pontos de tensão, como partes fundamentais na propagação e circulação de ideias e na efetividade de ações concretas (como políticas públicas) no campo do feminismo e da igualdade social, buscamos realizar um mapeamento da inserção, em eventos realizados no Brasil, de grupos de sujeitos em situação de margem, como os já mencionados, e a sua contribuição para a construção de um conhecimento científico que abarque sua inclusão. O levantamento inclui, também, um estudo sobre a publicação de artigos científicos, livros ou trabalhos em anais dos eventos analisados, que contemplem a situação dessas mulheres, suas reivindicações enquanto movimento e a múltipla opressão social à qual encontram-se expostas.

Refletindo sobre os estudos de gênero como arena interdisciplinar, propomos algumas interrogações: Quem historicamente participa de eventos de estudos feministas e de gênero? A quem se dirigem suas pautas? Para quem é encaminhado o conhecimento produzido e divulgado por meio de suas publicações?

Estudos e publicações sobre os encontros feministas no Brasil têm mostrado três linhas ou espaços específicos: encontros ligados e organizados no âmbito do movimento e do ativismo feminista;²⁷ encontros mais propriamente acadêmicos, no campo dos estudos feministas e de gênero;²⁸ e uma terceira linha ligada ao âmbito do Estado e da elaboração de políticas públicas para mulheres.²⁹ (ÁLVAREZ; et al, 2003; MALUF, 2007; 2011; ADRIÃO, 2008; entre outras.) Observamos que essa é uma classificação analítica que leva em conta a fluidez das fronteiras entre os campos da academia, do ativismo e do Estado e suas políticas públicas no contexto do Brasil contemporâneo.

27 - Como o Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, que realizou sua 13ª edição em 2014.

28- Como exemplos, o Seminário Internacional Fazendo Gênero, na UFSC; os encontros da REDEFEM (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas) e da REDOR (Rede feminista Norte e Nordeste de estudos sobre a mulher e relações de gênero), os Encuentro de centros y programas de estudios de la mujer y de género en instituciones de educación superior de América Latina y el Caribe entre outros

29 - Como as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, no Brasil.

Karla Galvão Adrião (2008) faz uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia, observando a existência de um consenso sobre a utilização transversal do gênero nas diversas disciplinas, caracterizando um viés interdisciplinar, desde a sua entrada no meio acadêmico. (Cf. ADRIÃO, 2008, p. 203.) Assim, a categoria gênero expressa, na academia, a diversidade dos feminismos e seus distintos focos, divididos entre disciplinas e posicionamentos políticos.

Partindo de experiência própria em encontros de estudos feministas e de gênero, percebemos algumas tendências mais definidas, que demarcam espaços no interior de eventos específicos. Uma delas diz respeito a um tipo de ativismo intelectualizado, acadêmico, que se apropria dos encontros com a finalidade de realizar trocas no âmbito das pesquisas e publicações. A segunda tendência nos mostra os caminhos da militância em grupos que se formam e atuam na via da ação política e social, em movimentos de sujeitos em situação de margem, como as mulheres negras, as lésbicas e as transexuais, as mulheres camponesas, etc. Entendemos aqui como “situação de margem” a situação de sujeitos que não são reconhecidos como tais (portanto não-sujeitos), que lidam cotidianamente com o preconceito e com a opressão social. O intuito é analisar suas temáticas prioritárias, os modos de inserção desses sujeitos e dessas temáticas, assim como os enunciados e “modos de endereçamento” dos discursos produzidos nos contextos desses encontros dos movimentos feministas e de mulheres. (Cf. ELLSWORTH, 2001.)

Os eventos em torno dos feminismos e estudos de gênero comportam, como já observado por Adrião e por Maluf na primeira década deste século, as várias facetas do ativismo político feminista, que passam por trocas, debates, publicações e disputas sobre questões atuais, sob perspectivas e abordagens renovadas. Todavia, muitas vezes sinalizam permanências, questões ainda que não foram tocadas por leis, por exemplo, o aborto, a diferença salarial, o preconceito e a falta de espaço para outras possibilidades do “ser mulher” nos dias de hoje, como as mulheres *trans* dentro de seus novos espaços sociais. Dizemos isso porque, na atualidade, muitas delas ocupam lugares antes impensados, como os papéis de professoras e alunas nos bancos das universidades,³⁰ cargos políticos³¹ e

30 - A Universidade Federal de Santa Catarina, entre outras, acatou o direito ao nome social das transexuais nas listas de frequência de seus cursos, também em seus diplomas, a partir de agosto de 2015. Além disso, a aula que inaugurou o ano letivo 2016 foi proferida pela professora trans Luma Nogueira de Andrade, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O respeito ao “nome social” estava presente em 2004 no programa “Brasil sem Homofobia”, porém, medidas foram implementadas a passos lentos dentro dos órgãos públicos, como as universidades (a primeira foi a Federal do Amapá, em 2011). Em abril de 2016, a presidenta Dilma Rousseff assinou decreto que instituiu o uso obrigatório do nome social de pessoas trans no funcionalismo público em todo o Brasil. No momento em que este capítulo é escrito, 29 deputados da “bancada evangélica” da Câmara, representando dez partidos conservadores (PSDB, DEM, PSB, PSC, PV, PR, PRB, PROS, PTN e PHS), entram com um pedido de reversão dessa medida governamental. Isto evidencia que a disputa de poder pela regularização dos corpos e dos sujeitos não cessa.

31 - Cito aqui o exemplo de Kátia Tapety, a primeira travesti a ser eleita para um cargo público no Brasil, como vereadora de sua pequena cidade, Colônia do Piauí. (Cf. VEIGA, 2015.)

outros na esfera pública.³² Mas qual o lugar ou o não-lugar desse tipo de diferença dentro do movimento feminista, na militância e nos eventos? Ali elas podem ser tratadas como mulheres?

Uma das referências para se pensar eventos sobre estudos feministas e de gênero pode ser encontrada no passado recente. Refiro-me ao X Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, ocorrido na pequena cidade paulista Serra Negra, em 2005. Esse evento ficou marcado pelos debates em torno da tentativa de integração de um grupo de mulheres trans ao movimento feminista, e pelo radicalismo que deles aflorou, na manifestação explícita daquelas que não aceitavam as trans como mulheres. (Cf. MALUF, 2007.) Afinal, tínhamos voltado ao argumento biológico?

Partimos desse encontro para refletir sobre os caminhos e desafios atuais dos feminismos, além de participar de uma discussão de interesse interdisciplinar, que rastreia os feminismos em suas diversas intersecções, passando por questões de “raça”, etnia, condição econômica, gênero, localização geopolítica e dentre outras possíveis. Não é apenas a situação das trans hoje que nos interessa, mas a dos próprios feminismos, suas inserções, inclusões ou dissidências.

Quando na década de 1960 as mulheres negras começaram a se manifestar, ao mesmo tempo no movimento negro e no movimento feminista, quando nos anos 1980 começaram a denunciar sua opressão mesmo dentro desses movimentos, por serem mulheres “e” negras – o que se refletia também no campo do conhecimento científico –, a valorização do *Black Power* originou a notabilidade de figuras emblemáticas, como as ativistas Angela Davis e Audre Lord, e décadas depois de trabalhos científicos, como os da própria Davis (1981) e os de bell hooks, (1992; 1996.) que optou pela grafia minúscula para denunciar sua múltipla opressão. Dos anos 1990 em diante (teria sido esse um eco da suposta vitória capitalista e da globalização?), os modelos ocidentalizados, de “barbies”³³ e outras loiras, parecem ter dominado o espaço público. Como pensar a permanência ou um retorno à submissão a esses padrões, que funcionam como rituais de aceitação social? Será que isso se reproduz de alguma forma dentro dos encontros acadêmicos e de ativismo político? Essas questões expressam uma preocupação que vai para além dos contornos da universidade.

Os debates proporcionados pelas teorias feministas pós-coloniais (termo que se refere, a princípio, aos locais de colonização inglesa e que parte dos estudos culturais e literários), descoloniais (Cf. BALLESTRIN, 2013; COSTA, 2010.) (termo que vem dos intelectuais acadêmicos latino-americanos estabelecidos em universidades estadunidenses)

32 - Cito o exemplo de Kelly Vieira Meira, uma mulher trans que é neste momento presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CONDIM), na cidade de Florianópolis.

33 - Nos anos 2010, a boneca Barbie passou a adquirir características mais “realistas” e menos impositivas, como outros tons de pele e contornos mais arredondados. Certamente, a pesquisa de mercado para a produção da boneca parte da percepção de demandas sociais.

e decoloniais [partindo da proposta de autores latino-americanos, como o equatoriano Aníbal Quijano, (2000) que lançam o desafio de se combater a “colonialidade do poder”, começando pelo uso de autores locais para as discussões globais] também interessam para pensarmos sujeitos em situação de margem dentro do ativismo feminista. Podemos citar, entre eles, o trabalho de Gloria Anzaldúa, (2005) “La conciencia de la mestiza” (que critica Quijano por não incluir gênero em sua perspectiva decolonial), e os estudos de Chandra Mohanty, (2003) “Under Western eyes: Feminist Scholarship and colonial discourses”, e de Vron Ware (2003) “To make the facts known: racial terror and the construction of white femininity”, ambos publicados no livro *Feminist Postcolonial Theory*. (LEWIS; MILLS, 2003.)

Em 2006, a *Revista Estudos Feministas* publicou um número dedicado à discussão “gênero, raça e sexualidade”. Entre diversos artigos sobre o tema proposto, apenas um deles, “À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo”, foi escrito por uma autora negra, Denise Ferreira da Silva. Uma década antes, o dossiê do número 2 de 1995 da mesma revista, inteiro dedicado às mulheres negras, teve a grande maioria de seus artigos escritos por esses sujeitos sociais, na intersecção do movimento negro, do movimento feminista e do de mulheres negras. O número 1 de 2002 da REF trouxe um dossiê cujo tema era o racismo, partindo da III Conferência Mundial Sobre o Racismo realizada um ano antes na África do Sul.

De modo algum essas observações sugerem que “raça” é um assunto para ser debatido apenas por pessoas diretamente envolvidas, mas a questão que se coloca é: Onde estão as pessoas diretamente envolvidas? Onde estariam as mulheres negras militantes dez ou vinte anos depois? Fora dos meios acadêmicos e/ou dos circuitos de publicação? Enquanto isso, quem escreve por elas?

Mulheres agricultoras também foram tema do terceiro número de 2003. (MALUF, 2004.) As mesmas questões podem ser colocadas a respeito desses sujeitos sociais igualmente em situação de margem.

Sônia Maluf argumenta que o espaço do dossiê é onde a militância pode se expressar, onde a narrativa acadêmica dialoga e é confrontada com outras narrativas. A autora informa que os temas publicados estão ligados à conjuntura e ao contexto do movimento feminista, como grandes encontros e conferências, ou às políticas governamentais, às áreas de pesquisa que tiveram maior crescimento e financiamento, às políticas públicas decorrentes de reivindicações do movimento, etc. Nas publicações, as tensões entre academia e militância aparecem, não como uma dicotomia entre teoria e prática, mas “[...] entre diferentes práticas acadêmicas confrontadas a diferentes práticas militantes, e entre diferentes saberes e teorias acadêmicas, confrontados a diferentes teorias e saberes militantes e locais”. (MALUF, 2004, p. 240-241.)

Além de apenas analisar ou debater teorias e conteúdos de encontros acadêmicos com a perspectiva de gênero e do feminismo, um envolvimento empírico mais aprofundado pode estar no ato de organizar um evento para então delinear seus contornos como objeto

de pesquisa. Trata-se da elaboração do objeto, de forjar a fonte por meio da experiência, sem perder de vista o viés social que nos propusemos seguir.

CONSTRUINDO A EXPERIÊNCIA DE UM EVENTO ACADÊMICO

Não satisfeita apenas com o escopo teórico que mobiliza autoras de diversos campos acadêmicos, procuro executar a pesquisa por meio de ações dirigidas, como a aproximação com coletivos de dentro e de fora da universidade. Uma das ações pensadas e construídas na pesquisa tratada foi a elaboração do Colóquio Interdisciplinar Gênero e Violências, que reuniu acadêmicos/as, profissionais diversos e movimentos sociais. Tendo a violência como eixo condutor das discussões, pareceu claro ao núcleo organizador do evento que as questões interseccionais de gênero, raça e classe social estavam no epicentro dessa problemática. Por este motivo, foi proposta a mesa redonda central do evento, “Gênero, violência e raça”, que aconteceu justamente no dia 25 de novembro (de 2015) – dia mundial de luta pelo fim da violência contra as mulheres. O encontro teve caráter totalmente interdisciplinar e transfronteiriço, não se restringindo às discussões acadêmicas, alcançando outros setores envolvidos no debate mais amplo.

Ao contrário de presenciarmos rusgas próprias de eventos em torno de uma mesma disciplina, onde alguns querem ser mais historiadores do que os outros, por exemplo, o que se viu foram discussões complementares, onde se buscava aprender com a experiência e a legitimidade das falas oriundas de setores diversos.

A mesa redonda, proposta como fórum de debate, contou com a participação de mulheres negras, sendo duas delas convidadas a falar em nome do movimento social, mas em torno da questão específica da violência de gênero. Depois de convites e reorganizações de nomes, acabamos acertando com duas ativistas do movimento negro, que, coincidentemente, são hoje alunas de programas de pós-graduação da UFSC. Ou seja, podemos entender que o movimento está chegando cada vez mais à academia, tendo como principal facilitador o programa nacional de cotas para as universidades, que tanto fez enriquecer as trocas acadêmicas e os fóruns de diálogos e discussões.

Como conteúdo das falas da mencionada mesa, que proporcionaram um debate intenso, estava a incisão com peso diferenciado da violência de gênero sobre as mulheres negras, pobres, moradoras de periferias. Esse tipo de violência tem peso maior também sobre a população LGBTTTI (sigla que vem sendo modificada ao longo dos anos, de acordo com perspectivas de ativismo, e que agrega Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais). Entendo esse debate como central para se tratar a sobreposição de identificações que levam a posicionamentos políticos que observamos em grupos de mulheres negras, principalmente.

O QUE SE CHAMOU INTERSECCIONALIDADE

É ao mesmo tempo curioso e historicizante o entendimento de que os conceitos surgem e emergem em diferentes temporalidades, em situações geopolíticas distintas. Inserindo-se no debate amplificado por ativistas, como as já mencionadas Angela Davis e Audre Lord, na virada dos anos 1980 para os 1990, Kimberlé Crenshaw (1989) sintetizou as reivindicações do movimento de mulheres negras nos termos de uma interseccionalidade de identificações ou posições vividas por sujeitos interpelados, ao mesmo tempo, pelo gênero, pela pobreza, pela “raça”/etnia e pelo pertencimento ao Sul, que não é apenas geográfico, mas também político e econômico. Falava, então, das mulheres situadas na periferia da periferia, limitadas por discriminações que operam em conjunto.

Em artigo publicado no Dossiê III Conferência Mundial Contra o Racismo, da revista *Estudos Feministas*, Crenshaw define o conceito:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 1989, p. 177.)

Kimberlé Crenshaw argumenta que “Tanto os aspectos de gênero da discriminação racial quanto os aspectos raciais da discriminação de gênero não são totalmente apreendidos pelos discursos dos direitos humanos”. (CRENSHAW, 1989, p. 171.) Seu texto, militante, denuncia as diversas formas de subordinação dessas mulheres, que se manifestam em sua não inclusão, ou “subinclusão”, como denomina.

Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e subinclusão. (CRENSHAW, 1989, p. 174.)

A superinclusão de mulheres pertencentes a grupos dominantes invisibiliza e não dá conta dos problemas de outras mulheres, que não aparecem em suas demandas e que sofrem, por sua vez, os resultados de uma subinclusão. Nesse ponto, Kimberlé

Crenshaw destaca o complexo lugar de onde falam as “élites racializadas”, compostas por mulheres situadas em países considerados “periféricos” em escala mundial, que por vezes assumem posições privilegiadas internamente e não se preocupam com o debate sobre a subordinação de outras mulheres, ou seja, não olham para as hierarquias internas que se manifestam na subordinação racial. (CRENSHAW, 1989, p. 185.) Além disso, as mulheres por vezes são sub-incluídas, também, dentro do próprio movimento negro, quando as vozes de seus representantes são, em grande parte das vezes, as dos homens.

Embora impactante e ainda atual, por alimentar debates contemporâneos em localidades diversas, o conceito interseccionalidade encontra também resistências. Citamos como exemplo um texto de Jasbir Puar, cuja tradução informa: “Eu preferiria ser uma ciborgue do que uma deusa”. Nele, parafraseando Donna Haraway, (2013 [1985]) a autora argumenta que “interseccionalidade” se tornou a chave para se pensar a diferença nas últimas décadas, como um modelo bem sucedido para a transformação política, mas aponta seus limites na atualidade. (PUAR, 2011.)

Embora tenha sido crucial no momento de sua emergência – em meados da segunda onda do feminismo – como demarcador das demandas específicas de raça e classe das mulheres negras dentro dos parâmetros de um feminismo acusado de “branco”, a interseccionalidade, quando passa a ser utilizada e vivenciada por todas as mulheres, acaba, segundo Puar, dando margem à emergência de um Outro que é, nesse caso, as mulheres de cor (Women of Color – WOC). Hoje em dia, a interseccionalidade como parâmetro encontra-se re-situada dentro de um contexto histórico e econômico ressignificado de pluralismo neoliberal e de acomodação das diferenças. (PUAR, 2011.) A questão que Jasbir Puar coloca é se a interseccionalidade não teria se tornado um alibi para um recentramento do feminismo “branco” liberal (de classe média, acrescentaríamos). Segundo a autora, o “mantra” da interseccionalidade – raça, classe e gênero – passou a incluir sexualidade, nação, religião, geração, deficiência, o que resulta no esvaziamento político desse conceito enquanto expressão das reivindicações das mulheres negras. O que se vê, então, é a entrada de sujeitos trans ou com deficiência, por exemplo, na mesma categoria. Interseccionalidade aparece como um paradigma permeável, poroso, propenso a receber as influências de quem dele se apropria. (PUAR, 2011.)

Considerando a validade de seu argumento, penso que podemos compará-lo à denúncia de feministas que atuaram durante os anos de ditadura em seus países, que afirmam que o gênero esvaziou o feminismo. Puar sugere que, a partir do conceito interseccionalidade, os problemas específicos das mulheres negras, pobres, do Sul, lésbicas ou não, adquirem certa opacidade, perdidos entre tantos outros dos quais o conceito parece dar conta.

Buscando exemplificar a utilização de conceitos interdisciplinares pela pesquisa histórica, passaremos agora à exemplificação de outras investigações que lidaram com teorias transversais, que, apropriadas politicamente, servem a determinados sujeitos políticos, enquanto a outros desagradam.

PENSANDO GÊNERO NO CHÃO DA HISTÓRIA

Transversalidade e interdisciplinaridade podem ser pensadas no interior das disputas acadêmicas de poder, quando grupos específicos buscam demarcar e ampliar seu campo de trabalho. Em tal processo, as características específicas de uma disciplina são ressaltadas e contrapostas a sua exterioridade, ou seja, a outras disciplinas ou campos acadêmicos; é na diferença que se constituem. Podemos sugerir, então, que a interdisciplinaridade é uma possibilidade que se mantém no horizonte de cada disciplina, sendo por vezes negada, em outras acionada, de acordo com o que convém a cada discurso ou investigação. Para não recorrer a ela, a historiografia talvez tivesse que retornar aos documentos oficiais, abandonando o vasto leque de possibilidades que abriu ao longo de todo o século XX e que não cessa de ser ampliado. Neste ponto, retomaremos o fio das possibilidades de investigações interdisciplinares, realizadas do ponto de vista da História.

Tendo feito graduação, mestrado e doutorado em História, fica claro que a minha perspectiva frente às disposições interdisciplinares parte desse campo. Este é o lugar onde me situo, portanto, o cuidado com as fontes e o lançamento de desafios a elas, as temporalidades, a situação geopolítica, o contexto que possibilita os acontecimentos, tudo isso está presente, sofre análise e é frequentemente mobilizado no trânsito entre as mais variadas disciplinas.

Falar hoje da perspectiva de um pós-doutorado interdisciplinar não muda muito, em termos empíricos, os procedimentos metodológicos que sempre utilizei. Os referenciais teóricos acionados sempre foram interdisciplinares. Mesmo assim, nos deparamos ainda hoje com enfrentamentos a uma História que se orgulha de sua tradição e afirma, de queixo erguido, que este ou aquele autor não é historiador e, portanto, não cabe em um trabalho endossado pela disciplina.

Fechar-se em torno de si e de seu núcleo faria alguém academicamente mais feliz ou mais competente? Diante de tantas possibilidades de diálogo, o que justificaria o isolamento ou a demarcação restrita de um campo? Será que ainda precisamos disso? Talvez se faça necessária a abertura de outros horizontes, atendendo às demandas colocadas pelo objeto ou sujeito de pesquisa determinado.

A primeira investigação de fôlego que enfrentei tratava das representações de mulheres nas letras dos sambas dos anos 1930 e 1940, que resultaram na monografia *Mulheres em rádio e revista: imagens femininas na Época de Ouro da música* (Rio de Janeiro – 1930/1945), vencedora do I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. (VEIGA, 2006.) Nesse trabalho, as fontes escolhidas me levaram à busca da interdisciplinaridade: letras de canções populares e a revista feminina *Jornal das Moças*. Não havia como chegar à historicidade das canções sem o auxílio de quem pesquisava e escrevia sobre música. Pouco havia ainda na área da história sobre isso. Os argumentos da historiadora Maria Izilda Santos de Mattos, (2011) por exemplo, foram emparelhados aos de especialistas em música, como Sérgio Cabral (1979) e José Ramos Tinhorão. (2002) Sobre jornais e revistas, os trabalhos de Carla Bassanezi (1996) e Dulcília Buitoni (1981) ajudavam a

construir argumentos teóricos.

Félix Guattari e Sueli Rolnik (1996) também foram escolhidos. O livro *Micropolítica, cartografias do desejo* esteve presente nas referências bibliográficas desse e de alguns outros trabalhos do LEGH, com sua conceitualização da “fabricação de subjetividades” por parte da mídia e de outros setores da sociedade. A visão interdisciplinar foi semeada em meus estudos por Joana Maria Pedro – orientadora, amiga e hoje parceira de trabalho. Não fugindo do argumento que atravessa este capítulo, as preocupações com gênero e seus cruzamentos já predominavam neles.

Na pesquisa intitulada *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e teorias entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*, (Cf. VEIGA, 2009.) iniciada em 2007 dentro do Projeto Cone Sul, busquei investigar se houve ou não a formação de redes entre as feministas da Argentina e do Brasil durante os anos 1970 e 1980, período que carregou o estigma dos governos ditatoriais e dos movimentos de resistência a eles. Nesse momento, recorri a autores da sociologia, como Ilse Scherer-Warren (1996) e Manuel Castells (2008) sobre a conceitualização de redes, que eu instrumentalizaria na pesquisa para pensar os feminismos sul americanos; das ciências políticas, como Sonia Alvarez, para mapear os feminismos latino-americanos; e do campo da Literatura, como Cláudia de Lima Costa, (2006) que trabalha sobre as já citadas viagens das teorias e situações de tradução.

Acabei concluindo que as redes se formaram mais por meio de leituras que faziam as feministas, e do compartilhamento do contexto político das ditaduras e da repressão, do que de trocas diretas entre essas mulheres. Isso não seria possível sem as contribuições teóricas mencionadas, além de outras não citadas.

Naquele momento, além do estudo interdisciplinar, vivi a experiência da pesquisa transnacional – e tudo o que ela acarreta em termos metodológicos – e a introdução à história oral, tendo realizado entrevistas com mulheres militantes na Argentina. Essa riqueza de elementos, sem dúvida, resultou em um trabalho mais complexo. Pensar com elementos provindos do outro lado das fronteiras interdisciplinares é uma prática que requer um exercício frequente de desprendimento e de vontade em direção àquilo que não tivemos na nossa formação, mas que podemos conquistar a cada nova discussão.

Mais adiante, no doutorado, desenvolvi a pesquisa que resultou na tese *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura – cruzamentos, fugas, especificidades*, defendida no começo de 2013. A escolha de cineastas e de filmes a serem investigados já dava a linha da interdisciplinaridade. A leitura de críticas cinematográficas em jornais e revistas, a contextualização do chamado “cinema de mulheres” dentro do feminismo dos anos 1970, o conhecimento de autores que discutem amplos aspectos do campo do cinema, isso tudo se tornou incontornável. Mas o argumento central da tese estava nas histórias cruzadas (citando novamente Werner e Zimmermann) das brasileiras com diversas cineastas que faziam filmes em outros lugares do mundo naqueles anos, suas influências e caminhos, a elaboração de roteiros e a construção de personagens mulheres nos filmes,

seu envolvimento ou não com os feminismos.

Para pensar esses cruzamentos, usei então a metáfora do rizoma, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2005) na obra *Mil Platôs*, por meio da qual teorizei a propósito das linhas centrais e linhas de fuga no cinema realizado por mulheres naquela década. Ao contrário da árvore, que representa algumas vezes o cinema, impondo o sentido vertical das influências, o rizoma é uma ramificação horizontal e subterrânea, que favorece o aparecimento simultâneo de suas hastes em diversos locais, ao mesmo tempo. Ele solta brotos que remetem a uma mesma planta, se espalha, não se impõe aos outros, não insinua relações hierárquicas de poder.

Não se trata de “vegetalizar o social”, mas o uso de metáforas por vezes funciona mais do que rodeios que em nada ajudam a entender e a explicar movimentos e cruzamentos que desembocam no social. Ao mesmo tempo, a metáfora da árvore e sua hierarquização, inclusive masculina, do cinema, estaria mais enquadrada ao que é considerado “adequado” à história.

A interdisciplinaridade leva a descobertas que nos habilitam a encarar os trabalhos por meio de outros aprendizados, dando consistência e complexidade aos argumentos. Nessa pesquisa com história e cinema, fui buscar uma posição em ambos os campos, que pensasse o tempo e o espaço, e ainda uma habilitação em análise fílmica, considerando questões estéticas e políticas, enquadramentos, iluminação, banda sonora, etc., promovendo o diálogo entre o contexto da produção fílmica e o tempo da diegese do roteiro. A análise se torna complexa, trazendo um desafio extra à historiografia: para além do uso do raciocínio lógico por parte dos(as) historiadores(as), desenvolver e explorar a sensibilidade. A perspectiva política da realização cinematográfica, em diálogo com sua época de produção, intersecta a mobilização de afetos em sua narrativa.

A incapacidade, ou a pouca vontade, da historiografia diante desses desafios é o que gera com frequência algumas críticas deslocadas, provindas do anseio de ver, nos filmes históricos, por exemplo, retratos de uma realidade impossível de ser atingida, e menos ainda quando se trata de representações, ou potências, das mais diversas, do real.

Talvez o perigo de incursões interdisciplinares seja a vontade de abarcar tudo o que encontramos. Na pesquisa sobre o cinema, o uso da metáfora do rizoma direcionou a narrativa para as realizações cinematográficas de mulheres em outras partes do mundo, partindo de citações recolhidas em entrevistas orais e escritas, onde as diretoras analisadas indicavam outros e outras cineastas cujos filmes as haviam influenciado. Pensando em termos de construção de trabalhos e trajetórias profissionais, a tese mapeou realizações fílmicas na América Latina e na Europa que teriam impactado os trabalhos das brasileiras ou ao menos dialogado com eles.

Como base teórica, a tese contou com um vasto leque, indo aos estudos culturais e à noção de representação de Stuart Hall (1997) para o cinema, à conceitualização de visualidade de Ulpiano Bezerra de Meneses (2003) e a diversas teóricas e teóricos do

cinema, como Laura Mulvey (1983) e Claire Johnston, (2000) com a teoria crítica e a proposta de um “contra-cinema” nos anos 1970; Jacques Aumont e Michel Marie, (2009) sobre a interpretação dos filmes; Lúcia Nagib (2006) sobre cinema brasileiro; Anneke Smelik (1998) sobre diretoras mulheres e autoria, entre outros. Ainda assim, buscava no chão da História elementos característicos da disciplina, que não poderiam ficar de fora do embasamento teórico que se construía.

O entendimento do conceito gênero (Cf. VEIGA; PEDRO, 2015.) em sua transdisciplinaridade é um dos elementos que unificam os trabalhos que partem do LEGH. Diante de referenciais frequentes, como Judith Butler, (2001; 2002; 2008.) Teresa de Lauretis, (1994) entre outros que conceituam gênero, é Joan Scott a campeã de citações de trechos de seu texto “Gênero, uma categoria útil para a análise histórica” (replicado em 1990 na revista Educação & Realidade – o original é de 1986) entre as historiadoras e os historiadores que trabalham com esta categoria. Joana Maria Pedro (2005) explica isso no seu texto já clássico “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”.

Os exemplos deixam claro a necessidade de se colocar a perspectiva histórica em destaque nos trabalhos que partem do campo da História. E isso não é diferente quando se atravessa as fronteiras disciplinares. No exemplo dado sobre o cinema, os livros privilegiados são, antes de tudo, aqueles escritos por historiadoras e historiadores; depois vêm os demais.

Se fizermos um levantamento dos trabalhos de história sobre gênero, nas últimas décadas, também sobre o *queer*, encontraremos como teoria de fundo as publicações de Michel Foucault, Judith Butler e outras que contribuem com reflexões pertinentes e que temos condições de alcançar, quando borramos fronteiras.

Usando exemplos de pesquisas próprias, eu as situo como estudos que transbordaram do LEGH, ocupando outros espaços. O mencionado núcleo de estudos é um lugar que nos proporciona uma visão interdisciplinar e interseccional, um espaço que possibilita voos acadêmicos individuais e coletivos, como o livro lançado em 2011, *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul* – que contou com a participação de professoras e estudantes de níveis diversos. (PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011.)

Para finalizar, destaco a importância do convívio entre professoras e estudantes dentro de um laboratório de pesquisa, onde trocas riquíssimas acontecem. Cada uma trazendo suas leituras, sugerindo bibliografia, dividindo as dificuldades e os prazeres do seu trabalho. Muitos livros e textos inspirados nas discussões do LEGH passaram e passam de mão em mão, sendo introduzidos, discutidos no coletivo, adaptados às pesquisas individuais. A circulação de textos, as incursões interdisciplinares e as gerações de estudantes, como vemos aqui hoje, constituem esse laboratório. Sua menção não poderia ser contornada em um capítulo que discutiu gênero e interdisciplinaridade do ponto de vista da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Karla G. *Encontros do Feminismo: Uma análise do campo feminista brasileiro*, a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ÁLVAREZ, Sonia; et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 11, n. 2, Jul./Dez. 2003.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de La mestiza/ Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 13. n. 3, 2005.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *A análise do filme*. Tradução de Marcelo Félix. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, Maio/Ago. de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004>. Acesso em: 18 Dez. 2016.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BITTNER, Dulcília H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1990].

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”*. Buenos Aires / Barcelona / México: Paidós, 2002 [1993].

CABRAL, Sérgio. *O ABC do Sérgio Cabral*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. V. 1.

COSTA, Cláudia J. de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 39, 2010.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia M. B. Teoria e práxis feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas universidades brasileiras. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., Anais do Simpósio Internacional, Formação, Pesquisa e Edição Feministas nas Universidades, Out. 1994.

COSTA, Cláudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 11, n. 1, 2003.

_____; ÁLVAREZ, Sonia. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 21, n. 2, 2013. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200009/25781>>. Acesso em: 16 Dez. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, Volume: Feminism in the Law: Theory, Practice and Criticism, Issue 1, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 16 Dez. 2016.

DAVIS, Kathy. *How feminism travels across borders: The making of Our bodies, Ourselves*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2005 [1995]. V. 1.

DUARTE, Constância L. GT Mulher e Literatura: história e perspectiva. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n 1, 1994. Disponível em: <<https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/218/231>>. Acesso em: 16 Dez. 2016.

ELLSWORTH, E. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Nunca fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GROSSI, Miriam P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. esp., Set./Dez. 2004.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KURZRU, Hari; TADEU, Tomaz. (Orgs.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [1985].

JOHNSTON, Claire. Women's cinema as counter-cinema. In: _____. (Org.). *Feminism and Film*. New York: Oxford University Press, 2000 [1973].

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEWIS, Reina; MILLS, Sara. *Feminist Postcolonial Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

MALUF, Sônia W. Brazilian feminisms: central and peripheral issues. *Feminist Review* conference proceeding, 2011.

_____. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. In: SILVA, Cristiane

Bereta da; ASSIS, Glaucia de O.; KAMITA, Rosana C. (Orgs.). *Gênero em movimento: Novos olhares, muitos lugares*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

_____. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. esp., Set./Dez. 2004.

MATTOS, Maria Izilda S. de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2011.

MENESES, Ulpiano B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

MOHANTY, Chandra T. Under Western eyes: Feminist Sholarship and colonial discourses. In: LEWIS, Reina; MILLS, Sara. *Feminist Postcolonial Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail. (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 [1975].

NAGIB, Lúcia. *A utopia no cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *1964 – História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 Dez. 2016.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe Wolff; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PUAR, Jasbir. “I would rather be a cyborg than a goddess”: Intersectionality, Assemblage, and Affective Politics. *European Institute for Progressive Cultural Policies* (EIPCP), 01, 2011. Disponível em <http://eipcp.net/transversal/0811/puar/en>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, 2000.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, ano 1, n. 1, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCAVONE, L. Ciência e Militância: os estudos de Gênero no Brasil. *XXXV Encontro Anual ANPOCS*, Caxambú, 2011.

SCHERER-WAGEN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. *Gender and the politics of History*, New York: Columbia University Press, 1988.

SMELIK, Anneke. *And the mirror cracked* – feminist cinema and film theory. Wiltshire, GB: Macmillan Press, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2002.

VEIGA, Ana Maria. Kátia – um documentário sobre afetos, política e história. *Crítica Cultural*, Tubarão-SC, Unisul, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/3408>. Acesso em: 18 Dez. 2016..

_____. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura – cruzamentos, fugas, especificidades*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

_____. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. Mulheres em rádio e revista: imagens femininas na Época de Ouro da música (R. de Janeiro – 1930-1945). In: SPM. *I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, 2006.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana M. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro. (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

WARE, Vron. To make the facts known: racial terror and the construction of white femininity. In: LEWIS, Reina; MILLS, Sara. *Feminist Postcolonial Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédict. (Orgs.). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: EHEES, Le genre humain, Avril 2004.

A HISTORIOGRAFIA DO DESIGN NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: ALGUNS APONTAMENTOS COM BASE NA PESQUISA INTERDISCIPLINAR

Marinês Ribeiro dos Santos³⁴

INTRODUÇÃO

O convite do LEGH para participar dessa publicação me colocou o desafio de falar sobre minha própria trajetória de pesquisa no que concerne à construção de uma prática interdisciplinar que busca articular Estudos de Gênero, História e Teoria do Design. Em confronto com a dificuldade em lidar com a narrativa pessoal, experiência de escrita não muito comum no cotidiano acadêmico, me senti interpelada em eleger quais aspectos dessa trajetória poderiam ser considerados interessantes, a ponto de valer a pena abordá-los. Optei, então, por dar destaque às contribuições que a perspectiva de gênero pode oferecer para a historiografia do design brasileiro e, a partir dessa linha, discutir algumas das estratégias de abordagem e categorias de análise que, parafraseando Joan Scott, (1995) têm se mostrado úteis no direcionamento das discussões que venho propondo.

Ingressei no LEGH em função da minha pesquisa de doutoramento, iniciada em 2006 junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, sob orientação das professoras Dra. Joana Maria Pedro e Dra. Carmen Sílvia Rial. Direcionada pela minha formação em Design de Produtos, a proposta de investigação tinha como objetivo a construção de uma narrativa histórica sobre o diálogo estabelecido entre o design feito no Brasil e o movimento *pop* durante os anos 1960 e 1970. Ligado às manifestações de contracultura originadas no período pós-guerra, o movimento *pop* envolvia expressões nos campos das artes plásticas, da música, do cinema e do teatro, bem como a criação de roupas e de outros artefatos que forjaram uma linguagem irreverente e bem humorada associada à juventude da época.

Para explorar a participação do design brasileiro na configuração dessa linguagem, recorri às revistas de decoração de interiores em circulação naquele período como fonte de pesquisa. O recorte foi delimitado no título *Casa & Jardim*, tanto pela quantidade

34 - Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora nos cursos de graduação do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial e no Programa de Pós-graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), junto à linha de pesquisa Mediações e Culturas. Realiza pesquisas na área de Teoria e História do Design, com ênfase na articulação entre Cultura Material e Estudos de Gênero.

de reportagens focadas na promoção do mobiliário e de artefatos de uso doméstico produzidos no país, quanto pelo número significativo de exemplares disponíveis para consulta no setor de periódicos da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

O meu olhar inicial acerca do tema já vinha informado pelas discussões realizadas junto ao grupo de estudos Design e Cultura da UTFPR, do qual participo como pesquisadora desde 2003. As inquietações a respeito da dimensão cultural dos artefatos compartilhadas nesse grupo³⁵ influenciaram a maneira pela qual passei a compreender o design – conforme apresentado na sequência –, bem como foram determinantes na escolha pelo aprofundamento nas Ciências Humanas. Em contato com o LEGH, defini novos caminhos de investigação, incorporando a perspectiva das relações de gênero mediante uma abordagem fundamentada nos Estudos Culturais.³⁶ O trabalho, então, passou a ser motivado pela problematização da articulação entre o design *pop* e as transformações comportamentais promovidas pelos chamados novos movimentos sociais, com destaque para a organização dos feminismos de segunda onda,³⁷ que se intensificaram no Brasil a partir do final dos anos 1960.

A narrativa desenvolvida a seguir tem como objetivo discutir algumas das opções teóricas feitas durante a construção da tese, ou mesmo definidas em desdobramentos posteriores, que, creio eu, podem servir de aporte para outras pesquisas interessadas na problematização do design como fenômeno cultural e histórico. O texto foi construído mediante a costura de ideias defendidas em trabalhos já publicados anteriormente, (SANTOS, 2010; 2015a; 2015b.) logo não são apresentados argumentos necessariamente novos. Tendo isso em vista, a contribuição que esse capítulo pode trazer está na forma como os temas tratados são articulados, visando a construção de um panorama de conceitos, categorias e abordagens potencialmente profícuos para uma historiografia do design comprometida com a perspectiva das relações de gênero.

O DESIGN E AS DIMENSÕES DA CIRCULAÇÃO E DO CONSUMO

Responsável por grande parte do entorno material integrado à vida cotidiana, a prática do design de produtos é constitutiva das nossas experiências de ser e estar no

35 - Para maior aprofundamento sobre o direcionamento teórico do Grupo de Estudos Design e Cultura, ver: QUELUZ, 2005; 2008; 2010; 2012.

36 - Nesse processo, o trabalho foi intitulado como “O design *pop* no Brasil dos anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista *Casa e Jardim*”. (SANTOS, 2010.) A tese foi premiada na categoria destinada aos textos acadêmicos no 24º Prêmio Design Museu da Casa Brasileira. Também recebeu a chancela de melhor tese defendida em 2010 no PPGICH da UFSC. Em 2015, o trabalho foi publicado como livro pela Editora da UFPR. (SANTOS, 2015a.)

37 - O movimento feminista de “segunda onda” se desenvolveu após a segunda guerra mundial, dando prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra a subordinação das mulheres pelo poder masculino. Certamente essa vertente do feminismo é tributária da “primeira onda”, deflagrada ainda no século XIX e centrada na reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos. (Cf. PEDRO, 2005.)

mundo. Os artefatos com os quais interagimos não são apenas “ferramentas” criadas para supostamente facilitar a realização de tarefas. Incorporados às atividades do dia a dia, eles influenciam comportamentos, medeiam relações sociais, bem como demarcam posições de sujeito que nos localizam nessas mesmas relações. (Cf. ATTFIELD; KIRKHAM, 1989; MARGOLIN, 2002.) Os produtos do design são fenômenos intrinsecamente coletivos, uma vez que caracterizam-se como manifestações culturais e históricas, dependentes de condições materiais e de sistemas de significados socialmente compartilhados. Logo, não são frutos de escolhas individuais e autônomas feitas por gênios criativos, mas, sim, efeitos de negociações entre diversos atores sociais envolvidos nos circuitos de sua produção, circulação e consumo. (Cf. DU GAY; HALL; JANES; NEGUS, 1997.)

O fato de estar lidando com periódicos na pesquisa sobre o design *pop* favoreceu o foco nos aspectos envolvidos na circulação e no consumo de discursos textuais e imagéticos que medeiam a produção de sentidos atribuídos aos artefatos. Sendo assim, o diálogo com as revistas de decoração oportunizou a aproximação com o protocolo de pesquisa sugerido pelo historiador Adrian Forty (2007) no livro *Objetos de Desejo: design e sociedade desde 1750*. Em detrimento de uma abordagem centrada nos/as designers e seus produtos, optei por enfatizar os processos sociais que sustentam o surgimento de determinadas tipologias de artefatos, bem como a interferência desses mesmos processos nos significados que tais tipologias adquirem nas sociedades.

Na obra supracitada, Adrian Forty (2007) se posiciona contra o modelo de relato histórico que privilegia o foco na relação autoria/obra. Nesse registro, os artefatos considerados dignos de serem inventariados são geralmente apresentados como concepções engenhosas e inovadoras de atores sociais isolados, reconhecidos pela sua genialidade e expertise. A explicação da qualidade da obra fica circunscrita à trajetória biográfica do sujeito, apresentando-se como expressão da sua criatividade individual. Contudo, o mito da “autonomia criativa” dificulta a percepção de que o resultado do trabalho de designers é influenciado por questões sociais, culturais, econômicas e políticas. (Cf. FORTY, 2007.)

A maneira pela qual a história é contada configura uma espécie de lente pela qual olhamos o design. Essa lente amplia e dá foco para o que é considerado importante de ser lembrado, mas também relega o que ficou de fora ao esquecimento. A ênfase no protagonismo de designers desconsidera uma rede de parcerias que envolve a negociação – nem sempre tranquila – entre diversos saberes e práticas, invisibilizando outros atores sociais que também contribuíram para os resultados alcançados. (Cf. CAMPI, 2003.) Portanto, a prática do design não é uma atividade isolada. Ela ganha suas condições de possibilidade no contexto e no intercurso social. Considerar essas articulações demanda o comprometimento com uma forma mais complexa de entender a configuração da cultura material, que vai além da crença na concepção dos artefatos como efeito exclusivo da genialidade de profissionais competentes.

Contudo, muitas das abordagens comprometidas com uma visão mais complexa e ampliada dos processos de design acabam por privilegiar a investigação das relações circunscritas à etapa de produção dos artefatos. O destaque à produção – quando valorada

como a etapa mais relevante na definição dos produtos e dos seus significados – reforça alguns pressupostos do senso comum, onde a circulação e o consumo são vistos como estágios subsequentes e tributários da fase da produção. Logo, circulação e consumo seriam domínios onde predominaria a reprodução de sentidos já definidos anteriormente no processo produtivo.

Essa visão carrega consigo profundas implicações de gênero, que podem ser percebidas na assunção da história do design como uma narrativa escrita no masculino. (Cf. CAMPI, 2003.) Vale esclarecer que gênero está sendo entendido nesse texto como um conjunto de normas, discursos, práticas e materialidades que operam na naturalização de noções de feminilidades e masculinidades culturalmente construídas. De acordo com Judith Butler, (2003) os efeitos do gênero são incorporados e produzem não só a sensação de estabilidade dos sexos, como também prescrevem limites para interesses e comportamentos atribuídos a mulheres e homens. A hierarquia da produção sobre o consumo é um desses efeitos, pois decorre da clivagem entre esferas pública e privada e da marcação desses domínios como masculino e feminino, respectivamente. (Cf. HOLLOWS, 2008.)

Ciente das implicações acarretadas pela sobrevalorização da produção para as relações de gênero, a crítica feminista tem trabalhado no sentido de questionar tal pressuposto e de deslocar sua primazia. Enquanto espaço social historicamente marcado por restrições de acesso e por estratégias de ocultamento da presença feminina, a ênfase na produção dificulta uma percepção mais ampla da participação das mulheres na constituição da cultura material. Conforme nos mostram Brenda Martin e Penny Sparke, (2003) são diversas as maneiras pelas quais as mulheres têm se envolvido com a atividade de design, seja como produtoras ou colaboradoras, seja como clientes e consumidoras.

Estudos históricos comprometidos com o questionamento da invisibilidade feminina têm reivindicado o reconhecimento de mulheres que atuaram profissionalmente como designers, cujos nomes não constavam – ou ainda não constam – na narrativa oficial. Isso envolve a crítica à pouca relevância atribuída às mulheres que desenvolveram seu trabalho em parceria criativa com homens, por vezes seus maridos ou companheiros. É frequente o apagamento das suas contribuições, que acabam subsumidas na sobrevalorização da atuação masculina ou na autoria atribuída exclusivamente aos seus parceiros. (Cf. SIMIONI, 2007; RUBINO, 2010.)

Contudo, visando extrapolar a ênfase na etapa de produção, a crítica feminista também tem investido em abordagens de pesquisa que possibilitam perceber a contribuição das mulheres a partir de outros domínios. Nessa perspectiva, ganham relevo os engajamentos em práticas – muitas vezes não remuneradas – relacionadas ao consumo e ao espaço doméstico. Estudos têm demonstrado que embora as mulheres nem sempre estejam ocupando funções consideradas centrais no mundo do design, elas estão frequentemente nas “bordas”, envolvidas em atribuições que influenciam o resultado final. Dessa forma, as pesquisadoras feministas afirmam a importância de conferir o devido crédito à participação das mulheres, pleiteando a revalorização de espaços, funções e

atividades classificadas como subalternas. (Cf. MARTIN; SPARKE, 2003.)

No caso específico da minha pesquisa, a ênfase nos processos sociais e nas dinâmicas culturais, articulada ao recurso das revistas de decoração, possibilitou perceber a contribuição do movimento feminista – logo, das mulheres – como um dos fatores que deram condições de possibilidade para a emergência do design *pop*. Fomentado pela chamada revolução comportamental, da qual o feminismo de segunda onda teve uma participação chave, o design *pop* refletia e dava sustentação para novos padrões de uso do corpo no espaço doméstico, tensionando os padrões de gênero vigentes. Essa argumentação ganhou força mediante a observação das transformações ocorridas nas figuras femininas veiculadas em *Casa & Jardim*, durante a primeira metade dos anos 1970. Para defender que essas imagens podiam ser associadas à constituição de novas subjetividades de gênero, passei a pensá-las a partir da noção de representação definida no âmbito dos Estudos Culturais. Já as revistas de decoração foram caracterizadas como mídias de estilo de vida. Essas duas estratégias de análise são o assunto das próximas seções.

A REVISTA CASA & JARDIM COMO MÍDIA DE ESTILO DE VIDA

A partir da década de 1940, como parte da política desenvolvimentista implementada pelo Estado, o Brasil passou a viver um processo de industrialização que se intensificou significativamente entre os anos 1950 e 1970. Além do investimento na implantação de indústrias estratégicas, como as voltadas para a produção do aço, da energia elétrica e do petróleo e seus derivados, houve expansão no âmbito das indústrias tradicionais de bens de consumo e o incremento de setores como o sistema bancário, a construção civil, o comércio e os serviços. Já o aparelho social do Estado voltou a atenção para as áreas de educação, saúde e previdência. As capitais e as cidades médias tornaram-se atrativas em decorrência de expectativas por novas oportunidades de trabalho e de melhoria na qualidade de vida.

Segundo Mello e Novais, (1998) com o crescimento da urbanização – no curto período de três décadas (1950, 1960 e 1970) migraram do campo para as cidades em torno de 39 milhões de pessoas – os valores associados à modernização capitalista foram sendo assimilados pela população brasileira. Firmava-se a ideia contemporânea do trabalho como meio de obtenção de conforto material. Nesse contexto, as práticas de consumo se transformaram radicalmente. Conforme observa Anna Cristina Figueiredo, o desenvolvimento capitalista “[...] trouxe em seu bojo a formação progressiva de uma cultura de consumo no país”. (FIGUEIREDO, 1998, p. 158.) Sendo assim, as novidades que vieram com a industrialização desencadearam uma série de modificações nos hábitos cotidianos. Os supermercados, os *shopping centers*, as grandes cadeias de lojas de eletrodomésticos, as lojas de departamentos e as revendedoras de automóveis são fruto da reorganização promovida pelos avanços no sistema de comercialização. Nas palavras da autora:

Da simples lâmina de barbear ao mais requintado automóvel, não havia nos anos 50 e 60 bem de consumo que não se pretendesse “moderno”, “novo” ou “inédito”. Estes bens eram oferecidos a homens e mulheres igualmente “modernos”, afinados com os “novos tempos” e vivendo em perfeita consonância com o “progresso”. (FIGUEIREDO, 1998, p. 31.)

Logo, a difusão de uma cultura do consumo envolvia a afirmação de sistemas de valores capazes de pautar tanto as transformações comportamentais, quanto os novos padrões de gosto que iam sendo divulgados, principalmente, mediante os veículos de comunicação de massa. Don Slater caracteriza a cultura do consumo como a forma dominante de reprodução cultural das sociedades ocidentais na modernidade:

A cultura do consumo é, em aspectos importantes, a cultura do Ocidente moderno – crucial, certamente, para a prática significativa da vida cotidiana do mundo moderno; e, num sentido mais genérico, está ligada a valores, práticas e instituições fundamentais que definem a modernidade ocidental, como a opção, o individualismo e as relações de mercado. Se tivéssemos que isolar uma única característica definidora, seria algo do gênero: a cultura do consumo designa um acordo social onde a relação entre a cultura vivida e os recursos sociais, entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem, são mediados pelos mercados. A cultura do consumo define um sistema em que o consumo é dominado pelo consumo de mercadorias, e onde a reprodução cultural é geralmente compreendida como algo a ser realizado por meio do exercício do livre-arbítrio pessoal na esfera privada da vida cotidiana. (SLATER, 2002, p. 17.)

Slater sinaliza para que percebamos a ligação estreita existente entre as práticas de consumo e a modernização das sociedades ocidentais. Para ele, a cultura do consumo não é uma consequência da modernização industrial e cultural, “[...] algo que se conseguiu depois que o trabalho intelectual e industrial da modernidade já tinha sido feito. Foi na verdade, parte da própria construção do mundo moderno”. (SLATER, 2002, p. 18.) A ideia de que a vida pode e deve ser modernizada por meio do consumo cotidiano está no cerne desse sistema cultural. Novos padrões de gosto e de comportamento ganhavam visibilidade com o desenvolvimento crescente dos meios de comunicação de massa.

É no cenário de constituição de uma cultura de consumo no Brasil que se insere o lançamento da revista *Casa & Jardim*, em outubro de 1952. Nessa época, a imprensa brasileira estava se estruturando segundo os moldes de um jornalismo empresarial. Organizado em torno de grandes corporações, que por vezes reuniam jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, esse tipo de jornalismo dependia da ligação estreita com empresas estrangeiras, tais como agências de notícias e de publicidade. (Cf. SODRÉ, 1966; MIRA, 2001.) Como decorrência, houve a expansão de publicações ilustradas de alcance nacional e o direcionamento dos títulos para públicos mais específicos.

Idealizada como uma revista voltada para os interesses de mulheres pertencentes às classes médias, *Casa & Jardim* surge, então, como o primeiro periódico especializado em

decoração de interiores domésticos publicado no país. Num primeiro momento, a noção de domesticidade moderna afirmada pela revista traduzia-se, sobretudo, pela incorporação de eletrodomésticos, móveis e demais produtos industrializados à vida cotidiana, bem como pelo planejamento funcional dos espaços de moradia. Como pano de fundo, existia a intenção de estimular a modernização da casa como meio para o incremento das vendas dos artefatos produzidos pela indústria nacional.

Com vistas a enfatizar a participação das revistas de decoração na formação de novas práticas de consumo doméstico, optei por caracterizar *Casa & Jardim* a partir da noção de “mídia de estilo de vida”. Segundo David Bell e Joanne Hollows, (2005) esse tipo de mídia ocupa um lugar importante na promoção e circulação de standards de gosto, de comportamentos de consumo e de modos de viver. Os principais assuntos abordados nas mídias de estilo de vida envolvem hábitos alimentares, receitas culinárias, cuidados com a saúde e com o corpo, autoajuda, moda, viagens, artigos de consumo e consumo cultural, bem como investimentos no local de moradia. Esse último item abarca temas privilegiados em *Casa & Jardim*, entre eles a decoração de interiores, a jardinagem e as dicas do tipo “faça você mesmo”. Contudo, vale lembrar que no período em estudo a revista também veiculava, de forma mais ou menos regular, reportagens que contemplavam os outros itens elencados.

Bell e Hollows (2005) consideram a produção das mídias de estilo de vida como uma prática significativa mediante a qual circulam valores que influenciam a constituição das identidades individuais e coletivas no interior da cultura de consumo contemporânea. São veículos que contribuem na (re)produção, reformulação ou dissolução de identificações sociais e culturais. A intermediação desempenhada pelas mídias de estilo de vida assume um caráter de voz de autoridade capaz de interpretar e traduzir, para parcelas particulares da população, conhecimentos e valores relacionados às escolhas que somos interpeladas/os a fazer no dia a dia. Logo, as mídias de estilo de vida ocupam um lugar chave na promoção de diferenciação social. Os estilos de vida funcionam como marcadores de posições identitárias.

Segundo Anthony Giddens, podemos entender estilo de vida como um conjunto mais ou menos integrado de práticas abraçadas por um indivíduo, “[...] não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade”. (GIDDENS, 2002, p. 79.) Ao forjar essa definição, o autor parte do pressuposto de que nas sociedades modernas, sob a influência de inúmeras formas de experiência mediada, a autoidentidade é um empreendimento ativo e passível de revisões no decorrer do tempo.

No contexto da cultura do consumo, a ação de escolher emerge como um componente fundamental nas práticas cotidianas. Porém, isso não significa que todas as opções estão disponíveis para todas as pessoas, nem que as decisões são balizadas mediante o conhecimento da gama total de alternativas possíveis. Sendo assim, “[...] a modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e ao mesmo tempo oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas”. (GUIDDENS, 2002, p.

79.) É nesse sentido que as mídias de estilo de vida ganham relevância. Elas servem como guias que ajudam a definir o que e como escolher dentro de um vasto rol de possibilidades que incluem produtos, serviços e também experiências. Elas oferecem oportunidades para a atualização pessoal, por meio de sugestões acerca de como as pessoas podem aprimorar suas vidas, tanto moral quanto esteticamente. (Cf. BELL; HOLLOWS, 2006.)

Desde o seu lançamento, *Casa & Jardim* tinha como proposta servir de guia para o consumo doméstico em um contexto de urbanização e industrialização acelerada. O periódico se dispunha a apresentar soluções capazes de conciliar a preservação dos valores tradicionais da família – entendida a partir do modelo nuclear, heterossexual, branco e de classe média – com a modernização das moradias. Num cenário de transformações sociais e culturais, as donas de casa podiam orientar suas escolhas quanto às práticas cotidianas conforme a opinião de especialistas. O contato com a voz da autoridade oportunizava a atualização dos modos de viver conforme o novo “espírito dos tempos”.

No que concerne à marcação de posições de classe, ao mesmo tempo em que *Casa & Jardim* construía estilos de vida mediante práticas de consumo, o periódico também funcionava como um espaço de visibilidade para o estilo de vida da classe média. (Cf. SANTOS, 2015a.) Um tipo de reportagem característico da revista consistia em apresentar imagens e comentários sobre a arquitetura e/ou a decoração de residências classificadas como pertencentes às pessoas de “bom gosto” da sociedade brasileira.

Já em relação às identidades de gênero, entre a década de 1950 e a primeira metade dos anos 1970, quando a linguagem *pop* se firmou como uma tendência na revista, as variações nos modelos de domesticidade vieram acompanhadas de modificações nas representações da “dona de casa moderna”. Quanto à qualidade dessas modificações, um tipo específico de feminilidade foi engendrado em associação à domesticidade *pop*. Em detrimento da “rainha do lar” (Figura 01) – imagem que concentra as funções de esposa, mãe e dona de casa exemplar, amplamente divulgada em *Casa & Jardim* durante as décadas de 1950 e 1960 – moças em situações de descanso, apresentando o corpo relaxado e os pés descalços passaram a figurar como protagonistas nos ambientes *pop* (Figura 2).



Figura 01: Representações da “rainha do lar”. *Casa e Jardim*, n. 25, maio de 1956; *Casa e Jardim*, n. 60, janeiro de 1960, e *Casa e Jardim*, n. 68, setembro de 1960. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.



Figura 02: Imagens femininas em posturas descontraídas, associadas aos ambientes pop. *Casa e Jardim*, vol. 156, março de 1968; *Casa e Jardim*, vol. 186, julho de 1970 e *Casa e Jardim*, vol. 187, agosto de 1970. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

As estratégias discursivas presentes nessas imagens compõem um aspecto que passou a ser central na discussão acerca das contribuições do design pop para o tensionamento das normas de gênero nos anos 1970. A problematização da articulação entre as transformações percebidas na representação da “dona de casa moderna” e as modificações nos padrões de domesticidade tornou-se, então, o fio condutor da pesquisa. Em função disso, o conceito de representação cultural adquiriu relevância, conforme vou apresentar na sequência.

Mas antes disso, vale uma pequena digressão para observar que a opção em assumir a versão da domesticidade *pop* retratada em *Casa & Jardim* implicou a interpretação de uma abordagem particular da questão. Longe de ser imparcial ou passível de generalizações, a narrativa apresentada na revista estava comprometida com vários fatores, entre eles, a política editorial do periódico, a influência de órgãos oficiais reguladores, a relação com anunciantes e patrocinadores, além da receptividade do público leitor.

Portanto, não procurei nessas fontes um “espelho da realidade”, mas, isto sim, um conjunto de representações que dialogavam com as transformações na vida social daquela época. Além disso, conforme nos lembra Roger Chartier, é preciso levar em conta que “[...] as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles”. (CHARTIER, 2001, p. 78.) Logo, se faz pertinente atribuir à leitura

[...] o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores. (CHARTIER, 2001, p. 78.)

Ele também nos lembra que a materialidade dos objetos impressos é fundamental na atribuição de sentidos aos textos:

[...] os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo. (CHARTIER, 2001, p. 78.)

Sendo *Casa & Jardim* um periódico fartamente ilustrado com reproduções de imagens fotográficas, muitas delas coloridas, entre os protocolos de leitura compartilhados pela sua comunidade de leitoras/es está a interação entre as mensagens textuais e imagéticas. Na interpretação das reportagens selecionadas para o estudo, tanto os textos quanto as imagens foram considerados como construções discursivas que mereciam atenção. As imagens não foram tratadas apenas como ilustrações, mas como parte constitutiva dos significados veiculados.

AS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E A IDENTIDADE SOCIAL DA “DONA DE CASA MODERNA”

Nos exemplares de *Casa & Jardim*, as reportagens que veiculam artefatos ou ambientes domésticos inspirados na linguagem *pop* são basicamente de dois tipos: (1) as que apresentam imagens fotográficas de ambientes montados por lojas de móveis, com objetivo de promover seus produtos e (2) as que mostram imagens fotográficas de ambientes residenciais, com o objetivo de divulgar tendências na decoração de interiores, bem como o trabalho de decoradoras/es ou arquitetas/os. Esse último tipo possibilita inferências acerca das formas de apropriação da linguagem *pop* em residências pertencentes aos segmentos médios da sociedade brasileira, uma vez que retrata a sua incorporação nas moradias das pessoas. Com a avultação do número dessas reportagens a partir do final dos anos 1960, na primeira metade da década de 1970 a linguagem *pop* firmou-se como o principal estilo de decoração apresentado na revista, configurando um tipo de domesticidade “jovem” voltada para moças e rapazes solteiros ou para novos casais.

A associação da domesticidade *pop* com a noção de juventude estava vinculada à chamada revolução comportamental em curso naquele período. Tendo como pano de fundo o cenário de crescimento econômico, o fenômeno da Guerra Fria e a organização dos movimentos de contracultura, as reivindicações por mudanças nos padrões de comportamento e de conduta moral envolviam a crítica aos cânones vigentes por meio do combate às instituições sociais fundadas em relações autoritárias e hierarquizadas. (Cf. HOBBSAWM, 1995.) Insatisfeitas/os com os valores do “mundo adulto”, ao mesmo tempo em que eram favorecidas/os em termos de certa independência financeira devido ao afluxo nas ofertas de emprego, as/os jovens tiveram protagonismo na liberalização dos costumes. No Brasil, tais reivindicações ocorreram sob a opressão do regime ditatorial instaurado pelos militares em 1964 e em um contexto de acirramento das desigualdades sociais promovido pelo “milagre econômico” que favoreceu as classes médias e o grande capital. (Cf. PRADO; EARP, 2003.)

No design de produtos, o envolvimento com a linguagem *pop* privilegiou concepções lúdicas e informais. Soluções de grande impacto visual, porém efêmeras e de baixo custo, possibilitavam o consumo contínuo de mercadorias em resposta ao desejo por novidades. (Cf. WHITELEY, 1987.) A associação do mobiliário com a ideia da durabilidade foi posta em xeque mediante o emprego de materiais pouco convencionais, como o papelão ondulado e o plástico. Abordagens irreverentes enfatizavam significados simbólicos, mais ligados ao universo afetivo do que ao racional, como a brincadeira e o humor. As propostas visavam os comportamentos descontraídos e possibilitavam a interferência das pessoas nas formas de uso. (Cf. SPARKE, 1987.) A contribuição da linguagem *pop* foi além da configuração de uma nova tipologia visual para o design de produtos. Como parte constitutiva da revolução comportamental, essa linguagem foi um dos meios utilizados pela juventude para expressar seus valores e anseios.

Conforme já foi comentado, no período pós-guerra o Brasil viveu os efeitos

do processo de expansão urbana e industrial, procurando firmar-se como um país moderno, porém em condição desfavorável quando comparado às economias mais avançadas. A busca por linguagens ligadas ao ideário modernista esteve presente tanto nas manifestações artísticas quanto no design produzido nesse contexto. Desde os anos 1950, o Estilo Internacional vinha se firmando como cânone, mediante características como despojamento, geometrização das formas e ausência de ornamentação, decorrentes da racionalidade associada à produção seriada em larga escala. (Cf. DENIS, 2000.) Em *Casa & Jardim*, essa domesticidade modernista foi articulada à figura da “rainha do lar”, em princípio representada como dedicada exclusivamente à esfera doméstica. A partir dos anos 1960, o periódico também colocou em circulação representações de donas de casa de classe média envolvidas com o trabalho remunerado fora do lar. Contudo, as obrigações com a casa e a família eram posicionadas como mais importantes e entendidas como definidoras da verdadeira vocação feminina. (SANTOS, 2015a.)

Com a transição da década de 1960 para a de 1970, a linguagem *pop* começou a ganhar espaço na revista, acompanhada de um tipo de feminilidade diferente. Esse período foi marcado pelo recrudescimento da ditadura militar. O clima de repressão moral e política instaurado pelo governo é tensionado pela modernização da sociedade em curso e pelas influências dos movimentos de contracultura, proporcionando terreno fértil para a aglutinação de iniciativas de oposição aos cânones vigentes. Entre essas iniciativas podemos citar o movimento *hippie*, o movimento negro, o movimento gay e o movimento feminista. Em princípio encaradas como alienadas, essas manifestações foram responsáveis por transformações comportamentais de implicações profundas, inclusive no que tange ao aspecto político. Nas palavras de Ismail Xavier,

[...] no bojo da revolução comportamental, são patentes as derivações mais somáticas de uma cultura da autenticidade, esta ativada desde o pós guerra pelo existencialismo e retomada pelos jovens em sua crítica ao senso comum e aos limites da linguagem e do decoro burguês (hipocrisia do poder, ladainha dos pais). Tal cultura, até 68, guardou relações mais ou menos tensas (que não excluíram pontos de convergência) com os segmentos militantes da juventude (movimento estudantil, partidos, organizações revolucionárias). Depois do AI-5, constituiu uma matriz vigorosa de expressão, não propriamente de uma fuga pura e simples do político, como muitos querem, mas de um estilo de oposição à ordem em que a dimensão da cultura veio a primeiro plano e por isso mesmo, articulou muito diretamente as transgressões do cotidiano com a produção artística. (XAVIER, 1993, p. 24.)

Tendo em vista esse panorama, delineou-se o argumento de que o diálogo com as transformações comportamentais impulsionadas pelos movimentos de contracultura – com destaque para a mobilização feminista – servia de recurso para a atualização da figura da “dona de casa moderna” em *Casa & Jardim*. Quanto à observação de Xavier acerca das tensões entre esses movimentos e as organizações de esquerda, vale lembrar que a maioria das brasileiras envolvidas com as demandas feministas também era militante ou simpatizante do combate à ditadura, fato que lhes solicitou o esforço de administrar conflitos

oriundos da combinação dessas duas frentes de luta. Se para os militares a “dissolução dos costumes” era vista como parte da subversão fomentada pelo movimento comunista internacional, para as organizações de esquerda as demandas específicas do feminismo significavam questões secundárias frente à problemática maior da desigualdade social. Mesmo enfrentando dificuldades e preconceitos, as ideias acerca do que se chamava na época de “condição feminina” passaram a circular em conversas, debates, revistas e livros. (Cf. PEDRO, 2008a.)

A problematização da articulação entre as demandas feministas e as imagens de mulheres publicadas em *Casa & Jardim* oportuniza uma série de questionamentos. Para esse texto, vou me concentrar na possibilidade de pensar as representações de feminilidades veiculadas nas mídias de estilo de vida como meios para a constituição de novas identidades de gênero. Isso implica a necessidade de discutir tanto o conceito de identidade quanto a noção de representação cultural que norteou a construção dessa inferência.

No registro dos Estudos Culturais,³⁸ as identidades não são vistas como essencialmente ligadas aos sujeitos, ou seja, como uma espécie de núcleo ontológico estável e imutável. Para Stuart Hall, (2000) as identidades são processuais, uma vez que estão em constante produção ao longo da vida. Elas são construídas no intercurso social e resultam da interação entre as experiências cotidianas e a identificação com representações culturais, que, por sua vez, podem ser entendidas como práticas de significação. O autor afirma que todas as práticas sociais, na medida em que necessitam de significados para funcionar, possuem um caráter discursivo. Logo, reforça Hall, (1997) não é que tudo seja cultura, mas sim que a toda prática social depende e tem relação com sistemas de significados socialmente compartilhados. Fazemos uso desses sistemas simbólicos para atribuir sentido às nossas existências e para regular as nossas condutas e as condutas das outras pessoas.

Inserir o conceito de identidade dentro das discussões acerca das representações culturais envolve “[...] tentar compreender as operações dos complexos e mutáveis processos discursivos pelos quais identidades são atribuídas, resistidas ou abraçadas, e quais processos são ignorados e, de fato, conseguem seu efeito precisamente porque não são percebidos”. (SCOTT, 1999, p. 41.) Mas como esses processos contingentes e históricos de constituição das identidades podem ser explicados? Hall nos apresenta a seguinte sugestão:

38 - Os Estudos Culturais podem ser caracterizados como uma área interdisciplinar cujo interesse de investigação está centrado nos aspectos culturais da vida em sociedade. Têm como pressuposto a “[...] convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social”. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 35.) Os temas privilegiados são vinculados aos fenômenos do cotidiano, como as culturas populares e os meios de comunicação de massa. As abordagens geralmente consideram as disputas identitárias, mediante a problematização de diferenças e hierarquias articuladas a classe social, gênero, sexualidade e raça/etnia.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. (HALL, 2000, p. 111-112. Aspas no original.)

O autor argumenta que quando assumimos determinadas posições de sujeito a partir da interpelação de representações culturais específicas, isso implica o investimento naquelas posições. Tal constatação remete à noção de identificação. As representações culturais delimitam espaços, estabelecem fronteiras por meio das quais são marcadas as diferenças em relação a outras possibilidades de identificação. Em outras palavras, “[...] as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. (Cf. HALL, 2000, p. 112.) Tais pontos de apego são definidos de forma relacional, ou seja, a partir do que pode ser chamado de seu “exterior constitutivo”. Logo, nas identidades, o que é externo constitui o que é interno: identidade e diferença são mutuamente determinadas.

A constituição de uma identidade depende da negociação entre diferentes representações culturais que coexistem e, muitas vezes, competem entre si. As pessoas podem se identificar mais com algumas representações e discordar de outras. Elas também podem não se identificar completamente com nenhuma representação disponível, acarretando a definição de um foco alternativo de identificação. Segundo Hall, (1997) mesmo que as pessoas não se sintam plenamente representadas por nenhum dos discursos em circulação, elas tendem a se sentir mais atraídas por alguns deles. Isso significa que elas começaram a investir em determinadas representações, começam a se identificar com elas e a adotá-las como posições de sujeito a partir das quais podem construir autorrepresentações. Nas palavras do autor:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identidades ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p. 27.)

A articulação entre representações culturais e identidades envolve a questão da regulação de valores, condutas e comportamentos. Para Hall (1997) a dimensão cultural ocupa uma posição privilegiada nos processos de regulação social, pois os arranjos de poder também operam por meios simbólicos. Mediante a capacidade de estabelecer padrões normativos, as representações culturais operam na construção de diferenças que podem contribuir para a naturalização de desigualdades. Combinando aspectos materiais e simbólicos, as práticas de representação participam da constituição das nossas formas de

ser e estar no mundo, para além de apenas descrevê-las.

Ao colocar em circulação a sua versão acerca da domesticidade *pop*, a revista *Casa & Jardim* sugeria ao público leitor que a adesão a esse estilo de vida demandava também a incorporação de um novo padrão de feminilidade, identificado com alguns valores defendidos pelas bandeiras feministas. Entre as pautas das agendas feministas nos anos 1960 e 1970, além das reivindicações pelo acesso ao trabalho remunerado e pela paridade quanto às oportunidades e salários disponíveis aos homens, estavam as chamadas “políticas do corpo”. Yasmine Ergas (1991) explica que as políticas do corpo abarcavam questões como o direito ao aborto e o combate à violência sexual, mas também contemplavam interesses compartilhados com outros movimentos de jovens da época, a saber, a liberação do desejo e o direito ao prazer sexual. O lema “nosso corpo nos pertence” tornou-se uma das principais palavras de ordem.

A defesa do pessoal como político sustentava o desejo de evitar que questões relativas à subordinação na esfera doméstica ou à violência sexual ficassem reféns de julgamentos morais particulares. Também indicava a necessidade de reconstrução do sujeito feminino frente à sociedade. O âmbito do pessoal representava tanto um projeto quanto um espaço de luta política. (Cf. CAMPAGNOLI, 2005.) Para Joana Maria Pedro, (2008a) estava premente a busca por novas “imagens de si”. As mulheres envolvidas com as lutas feministas almejavam construir uma identidade diferente daquela que lhes havia reservado a cultura androcêntrica, no interior da qual se sentiam depreciadas. A partir da revisão de estereótipos e preconceitos, visavam forjar uma imagem de “Mulher” da qual pudessem se orgulhar. Almejavam ser reconhecidas como agentes de suas próprias vidas: pessoas capazes de expressar suas opiniões, de defender seus interesses específicos e de governar seus corpos, suas sexualidades, seus desejos.

Em *Casa & Jardim*, as imagens das moças vinculadas aos artefatos e ambientes *pop*, com suas expressões ousadas e posturas irreverentes, mesmo que apresentadas em uma versão adaptada para o consumo de massa, certamente dialogavam com o esforço feminista em promover novas configurações para o sujeito feminino. Essas imagens são forjadas no contexto do adensamento da organização das lutas feministas no Brasil, que já vinha acontecendo desde os anos 1960. Em 1963, por exemplo, a jornalista Carmem da Silva inaugurava a popular coluna *A Arte de Ser Mulher* na revista *Cláudia*. Nesse espaço editorial,

Carmem respondia a cartas de leitoras que contavam suas insatisfações com a vida sexual e afetiva, estimulando-as a enfrentar desafios, romper com relações fracassadas, buscar um trabalho remunerado e não mais se satisfazer com o seu papel de dona de casa, buscarem outras formas de auto-realização e não mais aceitarem o paternalismo e o machismo brasileiros. (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992, p. 32-33.)

Assim como Carmem da Silva, outras mulheres posteriormente reconhecidas como feministas também divulgavam suas ideias. Entre elas podemos destacar Rose Marie

Muraro, que em 1967 lançou o livro *A Mulher na Construção do Futuro*, e a professora Heleieth Saffioti, que em 1969 publicou o livro *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, resultado da sua livre docência defendida em 1967. (Cf. PEDRO, 2008b.) O retorno de várias brasileiras que haviam vivenciado a participação em grupos feministas no exterior – experiência oportunizada pela necessidade de sair do país como refugiadas do regime militar, seja pela militância pessoal ou de companheiros perseguidos pela ditadura – motivou a organização local de fóruns de discussão formados exclusivamente por mulheres. (Cf. PEDRO, 2008b.) Periódicos feministas foram editados e em 1974 o livro da jornalista Heloneida Studart, intitulado *Mulher, Objeto de Cama e Mesa*, escrito em estilo simples e direto, tornou-se rapidamente “[...] um *best-seller*, atingindo mulheres de todo o País”. (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992, p. 32.)

É pertinente observar que o tipo de feminilidade representado junto ao design *pop* se distancia do modelo da “rainha do lar”, entendido pelas feministas da época como sinônimo de opressão. Ele não lembra, por exemplo, o modelo caracterizado por Betty Friedan (1983) como “mística feminina”, representação construída ao longo do pós guerra que, segundo a autora, oprimia grande parte das mulheres norte-americanas de classe média nos anos 1960: “[...] aquela imagem da mulher completamente realizada em seu papel de esposa do marido, mãe dos filhos, servindo às necessidades físicas do marido, das crianças, do lar”. (FRIEDAN, 1983, p. 30.) Em seu livro, lançado nos EUA em 1963, Friedan chegou a caracterizar o espaço doméstico como um “confortável campo de concentração”. Segundo Ana Rita Fonteles Duarte, (2006) a polêmica despertada pelas ideias acerca da “mística feminina” alcançou o Brasil primeiro por meio da imprensa e, em seguida, mediante a tradução do livro pela Editora Vozes em 1971, alimentando as discussões promovidas pelas mulheres brasileiras. Betty Friedan veio ao país para o lançamento do livro, recebendo grande atenção da mídia nacional.

As atitudes das moças retratadas junto ao mobiliário *pop* não remetem nem ao trabalho doméstico, nem à vida em família. Elas usufruem do espaço doméstico para o descanso, em poses relaxadas. Para ressaltar as ideias de conforto e informalidade, geralmente apresentam os pés descalços. Além disso, aparecem sozinhas ou na companhia de outras mulheres, o que lhes confere uma aura de independência. De maneira interessada, as referências feministas incorporadas nessas representações serviam como recurso para a atualização da figura da “dona de casa moderna”. Sem questionar a associação compulsória das mulheres com o espaço e o consumo domésticos, tais imagens foram usadas na construção de pontes entre feminilidades “tradicionais” e feminilidades “de vanguarda”.

Por meio dessa atualização, a revista dava visibilidade para um tipo de feminilidade característico dos anos 1970, que podia servir como foco de identificação para a constituição de novas identidades de gênero. Aqui, não é pretensão afirmar que toda a comunidade de leitoras/es de *Casa & Jardim* ficou convencida ou satisfeita com essa versão de “mulher moderna”. Contudo, as imagens ousadas das jovens associadas à domesticidade *pop* consistiam em representações culturais – veiculadas em mídias de estilo de vida – que sugeriam expectativas sociais capazes de influenciar julgamentos e escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua argumentação sobre os aspectos culturais envolvidos na prática do design, Judy Attfield e Pat Kirkham (1989) afirmam que os artefatos funcionam como mediadores de relações interpessoais, interferindo nas formas como atribuímos sentido à vida cotidiana. Para as autoras, o design não deve ser pensado como uma prática politicamente neutra ou como algo exclusivamente ligado a questões de forma ou estilo. A busca por outras possibilidades de olhar o design e seus efeitos na vida social foi uma preocupação presente no direcionamento das escolhas de pesquisa apresentadas neste capítulo.

Ao dar destaque às dinâmicas sociais que possibilitam o surgimento de novas tipologias de artefatos, foi possível – a partir de uma abordagem centrada em aspectos mais próximos às esferas da circulação e do consumo – perceber a participação das mulheres na configuração do design *pop*. Como uma das forças impulsionadoras da chamada revolução comportamental, o movimento feminista de segunda onda contribuiu na construção dos novos parâmetros ligados à cultura jovem, materializados por meio da linguagem *pop*.

Referências às reivindicações feministas, por representações alternativas do sujeito feminino, podem ser percebidas, mesmo considerando certo esvaziamento do seu peso político, nas imagens das moças associadas à domesticidade *pop*. Essas representações sugerem novos parâmetros de gosto e de comportamento, mediante o engajamento em novas práticas de consumo. Circulando em mídias de estilo de vida, tais imagens afirmavam princípios associados à cultura do consumo que se consolidava no Brasil com a intensificação da industrialização.

A modernização da casa vinha acompanhada de atualizações no campo dos costumes. Nesse sentido, a divulgação das figuras femininas irreverentes publicadas em *Casa & Jardim* potencializava a sua percepção como pontos de apego para a identificação com alguns aspectos defendidos pelo movimento feminista. Sendo assim, o tipo de feminilidade forjado junto à domesticidade *pop* tanto refletia quanto provocava o tensionamento das normas de gênero vigentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTFIELD, Judy; KIRKHAM, Pat. Introduction. In: ATTFIELD, Judy; KIRKHAM, Pat. (Eds.). *A view from the interior: feminism, women and design*. UK, London: The Women's Press, 1989.

BELL, David; HOLLOWES, Joanne. Making sense of ordinary lifestyles. In: _____. (Eds.). *Ordinary lifestyles: popular media, consumption and taste*. UK, Berkshire: Open University Press, 2005.

_____. Towards a history of lifestyle. In: _____. (Eds.). *Historicising lifestyle: mediating taste, consumption and identity from the 1900s to 1970s*. UK, Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2006..

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPAGNOLI, Mabel Alicia. El feminismo es un humanismo: la década del 70 y “lo personal es político”. In: ANDUJAR, Andrea; et al. *Historia, género y política em los ‘70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

CAMPI, Isabel. *La historia y las teorías historiográficas del diseño*. México, D.F.: Editorial Designio, 2003.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DENIS, Rafael Cardoso. *Uma introdução à história do design*. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n.1, Jan.-Abr. de 2006.

DU GAY, Paul; HALL, Stuart; MACKAY, Hugh; NEGUS, Keith. *Doing cultural studies: the story of the Sony Walkman*. London, UK: Sage Publications, 2003.

ERGAS, Yasmine. O sujeito Mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Eds.). *A história das mulheres no ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. V. 5.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (ed. on-line)

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “*Liberdade é uma calça velha azul e desbotada*”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.

FORTY, Adrian. *Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FRIEDAN, Betty. *A Segunda etapa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, Jul-Dez de 1997.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extermos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLLOWS, Joanne. *Domestic cultures*. UK, Maidenhead: Open University Press, 2008.

- QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. (Org.). *Design & Cultura*. Curitiba: Sol, 2005.
- _____. *Design & Identidade*. Curitiba: Peregrina, 2008.
- _____. *Design & Consumo*. Curitiba: Peregrina, 2010.
- _____. *Design & Cultura Material*. Curitiba: UTFPR, 2012.
- MARGOLIN, Victor. The experience of products. In: _____. *The politics of the artificial: essays on design and design studies*. USA, Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- MARTIN, Brenda; SPARKE, Penny. (Eds.). *Women's places: architecture and design 1860-1960*. UK, London: Routledge, 2003.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. 4.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, 2005.
- _____. Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freira; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.). *Imagens na História: objetos de história cultural*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2008a.
- _____. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 26, 2008b.
- RUBINO, Silvana. Corpos, cadeiras, colares: Charlotte Perriand e Lina Bo Bardi. *Cadernos Pagu*, n. 34, Jan.-Jun., 2010.
- SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *O design pop no Brasil dos anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista Casa & Jardim*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- _____. *O design pop no Brasil dos anos 1970: domesticidades e relações de gênero na decoração de interiores*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015a.
- _____. Questionamentos sobre a oposição marcada pelo gênero entre produção e consumo no design moderno brasileiro: Georgia Hauner e a empresa de móveis Mobilinea

(1962-1975). In: ALMEIDA, Marcelina das Graças; REZENDE, Edson José Carpintero; SAFAR, Giselle Hissa; MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. (Orgs.). *Caderno aTempo: histórias em arte e design*. Barbacena: EdUEMG, 2015b.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, Jul.-Dez. de 1995.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Regina Gomide Graz: modernismo, arte têxtil e relações de gênero no Brasil. *Revista do IEB*, n. 45, set., 2007.

SLATER, Don. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SPARKE, Penny. *Design in context*. UK, London: Quarto Publishing, 1987.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WHITELEY, Nigel. *Pop design: from modernism to mod*. UK, London: The Design Council, 1987.

GÊNERO, ENSINO E TRAJETÓRIAS DE PESQUISAS

GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA: DEMANDAS DE UM TEMPO PRESENTE

Caroline Jaques Cubas³⁹

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”

Simone de Beauvoir

“Organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero”. Essa foi a alternativa C da amplamente debatida questão 1 da prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015. A referida questão, em relação a qual pudemos observar as mais diversas reações, dizia respeito a máxima “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, de autoria de Simone de Beauvoir, citada textualmente no enunciado. As intensas reações à presença dessa questão no exame puderam ser percebidas no dia mesmo de sua realização, quando observamos o que se comentava em diferentes redes sociais. Posicionamentos de entusiasmo e alegria, pela visibilidade nacional possibilitada ao movimento feminista, dividiram espaço com críticas e reprovações ao caráter supostamente “indevido” da questão. Dentre as manifestações de agrado, podemos citar a veiculação de inúmeras fotos da questão, ilustradas com corações e exclamações. Os incontáveis compartilhamentos vinham comumente acompanhados por legendas entusiasmadas como: “eu vivi para ver um dia o Exame Nacional do Ensino Médio, Enem, perguntar sobre Simone de Beauvoir e o feminismo <3” e “Sabe por que é certo militar? Porque teve questão sobre feminismo e cultura patriarcal no Enem”.⁴⁰ De maneira diametralmente contrária, o desagravo também se fez presente. Nesse sentido, reproduzimos abaixo a postagem de um promotor que ganhou grande repercussão devido ao teor inusitado de sua assertiva:

Exame Nacional-Socialista da Doutrinação Sub-Marxista. Aprendam jovens: mulher não nasce mulher, nasce uma baranga (sic) francesa que não toma banho, não usa sutiã e não se depila. Só depois é pervertida pelo capitalismo opressor e se torna mulher que toma banho, usa sutiã e se depila.⁴¹

39 - Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

40 - Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lembrada-nas-redes-sociais.html>. Acessado em 02/12/2015.

41 - Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/10/promotor-causa->

A conotação irônica e equivocada, demonstra, além de desconhecimentos em diferentes instâncias por parte de seu autor, a evidente instabilidade que marcou o ano de 2015 (e não seria incorreto incluir aqui o primeiro quartel de 2016) de forma bastante peculiar no que diz respeito aos projetos sociais e políticas públicas, dentre as quais incluímos aquelas direcionadas à educação. Elegemos como acontecimento representativo as discussões sobre a presença da questão sobre Simone de Beauvoir e o feminismo no Exame Nacional do Ensino Médio de 2015, porém devemos referenciar igualmente os intermináveis debates a respeito da incongruente “ideologia de gênero”, os projetos para a exclusão do termo gênero de Planos Estaduais e Municipais de Educação e, igualmente, a ausência praticamente absoluta à referências sobre gênero do texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular, submetida a leitura e discussão pública em fins de 2015.

Afirmar que a educação pode ser considerada um campo profícuo de disputas políticas não é certamente uma novidade. Tais disputas são evidentes quando direcionamos nosso olhar às especificidades da história do ensino de História em suas inúmeras imbricações. Ao tratar das relações entre a composição de currículos de História e políticas públicas, Katia Abud chama atenção para o caráter intervencionista que currículos e programas podem apresentar. (Cf. ABUD, 2002, p. 28.) Sua argumentação apresenta uma leitura sintética, porém eficaz, da trajetória da História como disciplina escolar no Brasil. Reflexão similar é apresentada por Thais Nivia de Lima e Fonseca, que ressalta os diferentes momentos em que a disciplina escolar História foi colocada (ao menos em sua forma prescrita) a serviço de projetos de estado e/ou nação – a partir do século XIX. (Cf. FONSECA, 2011.)

Vale aqui ressaltar o processo de institucionalização da História escolar e sua diferenciação da chamada ciência histórica, na medida em que são campos absolutamente próximos, porém distintos. Essa diferenciação pode ser pensada a partir de Reinhart Koselleck quando, ao tratar da configuração do moderno conceito de História, apresenta o percurso do termo e da atribuição de um estatuto de cientificidade ao mesmo. Desnaturaliza, dessa forma, do seu caráter imanente. (Cf. KOSELLECK, 2013.) Se através de Koselleck temos acesso a polissemia do termo História, as suas potencialidades e riscos enquanto prática narrativa, é Jörn Rüsen que nos apresenta, através de um estudo do caso alemão, o processo de dissociação da ciência histórica e de sua função didática. (Cf. Rüsen, 2006.) Para o autor, a percepção padrão (e que podemos também constatar no Brasil) a respeito da didática da História (que a trata como uma ferramenta ou abordagem formalizada para ensinar História em escolas e que faria não mais que a mediação entre a História como disciplina acadêmica e a História escolar) é, segundo suas palavras, extremamente enganosa. Isto porque tal percepção, ancorada no século XIX, oblitera justamente as potencialidades dos usos da História na vida prática. Lembramos, segundo Rüsen, que “[...] da antiguidade até as últimas décadas do século XIX [...] a escrita da história era orientada pela moral e pelos problemas práticos da vida, e não pelos problemas teóricos ou empíricos da cognição metódica”. (Rüsen, 2006, p. 08.) Em fins do século XVIII e princípios do XIX assistimos ao processo de institucionalização da História como

disciplina científica. Nesse processo, as funções sociais da História foram aos poucos cedendo espaço às preocupações metodológicas de uma pesquisa racional e verificável, que auxiliariam a obtenção de um almejado estatuto de cientificidade. As preocupações com a aprendizagem da História foram, gradualmente, assumidas pela pedagogia. Sendo assim, ressaltamos que a dissociação entre conhecimento científico/acadêmico e conhecimento escolar – especialmente se entendido como mero instrumento de mediação⁴² – deve ser compreendida em sua historicidade.

No que diz respeito às particularidades do caso brasileiro, a institucionalização da História como disciplina escolar pode ser pensada como parte de um ideário político de construção e legitimação de um projeto de nação. Projeto esse encabeçado por iniciativas como a inauguração do IHGB, em 1838, e do Colégio Pedro II, em 1839. Segundo Fonseca, a definição de uma identidade nacional era central para o projeto da construção da nação brasileira. A educação figuraria, portanto, como seu sustentáculo. Não é ocasional que o IHGB tenha assumido a missão de elaborar uma história nacional, a qual deveria ser difundida justamente através do ensino de História. A escolha do plano de Von Martius, sobre a mistura das três raças e o processo de branqueamento como caminho para a civilização, foi sucedida pela produção e tentativa de disseminação dessa narrativa nacional. A escola seria, portanto, o espaço profícuo para o cumprimento dessa meta.

Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aulas por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto. [...] É nesse quadro, portanto, que se inscreve a constituição da História como disciplina escolar no Brasil. (FONSECA, 2011, p. 46.)

A função moralizante, ordenadora e nacionalista atribuída à História escolar não se restringiu ao século XIX. Nas décadas de 30 e 40 do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas, a escola e o ensino de História ocuparam novamente papel central no projeto de conformação de unidade nacional. Ainda que de maneiras bastante distintas, tanto a reforma Francisco Campos, de 1931, quanto a Reforma Gustavo Capanema, de 1942, delegavam à História o papel de formação política e patriótica.⁴³ Durante os anos 1960 e 1970, em plena ditadura militar, ocorreu um novo interesse pelo ensino de História, dessa vez, porém, no sentido de desmobilização e controle ideológico. A disciplina Estudos Sociais, resultado da associação da Geografia e da História, deveria promover um ensino diretivo e não crítico, através do qual “[...] a ordem social, livre de conflitos, seria fator

42 - É importante ressaltar que nossa concepção de disciplina escolar está pautada em Dominique Julia (2002) e é aqui compreendida como um conjunto de conhecimentos com características e organização própria, com objetivos e métodos próprios, concernentes ao conteúdo com o qual dialoga.

43 - No que diz respeito às reformas supracitadas, entre as distinções existentes é importante ponderar que em 1931 a Reforma Francisco Campos centralizou a definição de programas e instruções no Ministério da Educação e da Saúde Pública, retirando, dessa maneira, a autonomia das escolas. O ensino de História do Brasil foi subsumido pela História da civilização. A Reforma Gustavo Capanema, em 1942, restabeleceu a autonomia da disciplina História do Brasil.

de progresso e as desigualdades seriam legitimadas como fatos universais e naturais”. (FONSECA, 2011, p. 58.)

É evidente que as passagens ressaltadas acima são insuficientes para apresentar as particularidades atribuídas ao ensino de História no Brasil ao longo de uma trajetória de quase 200 anos. Por outro lado, salta aos olhos a estreita relação entre a História como disciplina escolar e alguns projetos e proposições políticas que se efetivariam por meio dela. É essa proximidade que nos remete novamente à presença de Simone de Beauvoir na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias (grande área que abarca, entre outras, a História) do ENEM de outubro de 2015.

São vários os conhecimentos que poderiam ser mobilizados para responder acertadamente a questão. É inegável, todavia, que os vestibulandos que conhecessem Simone de Beauvoir, ou mesmo tivessem noções básicas a respeito das reivindicações do movimento feminista, partilhavam de alguma vantagem. Certamente o engajamento ou mesmo a empatia com as reivindicações feministas poderiam ser construídas através de diferentes espaços e referências. Livros, jornais, músicas, família, amigos e redes sociais podem também configurar espaços de formação e acesso a diferentes referenciais sobre o passado. A presença da questão em um exame nacional do ensino médio, porém, sugere que a temática seria incontornável durante o processo de formação escolar. De fato, quando observamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, um dos temas transversais prescritos é “gênero e sexualidade”, sendo gênero definido como “[...] conjunto de representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. [...] no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘feminino’ e ‘masculino’ como construção social”. (PCN/Temas Transversais, 1998.) Além disso, para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, no item “o que e como estudar História?”, encontramos a referência textual às “[...] problemáticas e anseios individuais, de classe, de gêneros, de grupos sociais, locais, regionais, nacionais e mundiais” como elementos incorporados ao conceito de cidadania, o qual é caro não apenas a História, mas perpassa todas as disciplinas. (PCN/História, 1998, p. 24.) Perante a referência aos PCNs, a comoção ou revolta em relação a presença da questão poderiam ser consideradas desmedidas se não fossem os debates político-sociais inflamados a respeito das questões de gênero que marcaram o ano de 2015. Tais debates tiveram por estopim a publicação de uma cartilha anônima alertando pais e responsáveis a respeito de uma tal ideologia de gênero que estaria em circulação nas escolas do país.

Não nos propomos aqui a realizar uma genealogia do que viria a ser a desacertada ideologia de gênero. Uma breve busca na internet, porém, coloca-nos em contato com espaços curiosos, como o sítio virtual da Arquidiocese de Goiânia, onde encontramos algumas sinalizações de como a noção é apresentada. O texto anônimo chamado “O que é Ideologia de Gênero?”⁴⁴ estabelece como marco das discussões o ano de 2013, quando da proposta (não aprovada) de inclusão da palavra gênero no Plano Nacional de Educação.

44 - Disponível em: <<http://www.catedralgo.com.br/index.php/midias/noticias/244-o-que-e-ideologia-de-genero>>. Acesso em 24 Mar. 2016.

Segue atribuindo o conceito a um grupo de sociólogos reunidos em uma conferência da ONU em Pequim, no ano de 1995, e elenca os alertas reproduzidos a seguir:

A igualdade entre homem e mulher é um dos maiores direitos da pessoa humana. Na Ideologia de Gênero, porém, não se trata de igualdade de diretos, mas do próprio nivelamento de qualquer diferença, inclusive a diferença biológica entre homem e mulher. Infelizmente, a maioria das pessoas, os pais principalmente, desconhecem o que significa o conceito “gênero”, a ideologia que está por detrás dele e as consequências que podem produzir na educação das crianças e dos adolescentes – confusão nas crianças, uso comum dos banheiros, promiscuidade, gravidez na adolescência, perda da autoridade paterna sobre a educação sexual dos filhos, impedimento do ensino da moral cristã mesmo nas escolas confessionais, etc. (Anônimo)

Ao considerarmos a datação apresentada e a atribuição do conceito a um grupo de sociólogos, a primeira assertiva a realizar diz respeito ao total desconhecimento em relação aos estudos de gênero e ao protagonismo das mulheres nesse campo específico. Cabe aqui pontuar que, conforme Joana Maria Pedro, o uso da palavra gênero advém de movimentos sociais de mulheres feministas, gays e lésbicas. “Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”. (PEDRO, 2005, p. 78.) Tal trajetória remete, de maneira geral, ao final do século XIX, com movimentos que reivindicavam direitos políticos – como o direito ao voto – e, de forma mais específica, aos anos 1960, com a chamada segunda onda do movimento feminista, com as reflexões sociais e acadêmicas sobre as categorias mulher e mulheres e, finalmente, com emergência da percepção de gênero como “a organização social da diferença sexual”, tal qual descrito por Joan Scott. (SCOTT, 1994, p. 13.) Voltando à citação, ressaltamos ainda que a apropriação feita do termo ideologia é bastante vulgar, associando-o às possibilidades consideradas temerárias ou falaciosas.

No que diz respeito aos riscos descritos, eles são elencados na cartilha que se apresenta (de forma anônima, novamente) com o objetivo de explicar às famílias o que seria a ideologia de gênero.⁴⁵ Já na capa, encontramos uma chamada bastante apelativa que indica a tônica da abordagem: “Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo”. Sua ilustração é igualmente sugestiva quando observamos o modelo de família exemplar: Pai, mãe, filho, filha, gato e cachorro. Todos brancos. Interessante notar, nesse sentido, que animais domésticos têm espaço nessa conformação familiar. Casais homossexuais, não. Ao longo da cartilha, cuja circulação ganha força em junho de 2015, encontramos a proposição de esclarecimentos sobre a ideologia de gênero claramente respaldada, tanto por um conservadorismo extremo quanto pelo

45- A cartilha anônima “Você já ouviu falar sobre a ‘ideologia de gênero?’” é facilmente encontrada na internet. Em junho de 2015 foi disponibilizada em sítios eletrônicos de inúmeras igrejas e arquidioceses católicas. Para a elaboração destas reflexões, utilizamos o link encontrado em: <https://igrejansn.files.wordpress.com/2015/07/cartilha-ideologia-de-genero.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

desconhecimento daquilo que é efetivamente possibilitado pelos estudos de gênero. É nítida a apropriação de sentenças caras aos movimentos feministas, como logo na abertura: “A ‘Ideologia de Gênero’ afirma que ninguém nasce homem ou mulher [...]”, fazendo referência velada à Simone de Beauvoir. A sequência do texto, porém, apresenta conceitos simplificados e utilizados de forma irresponsável, na medida em que são esvaziados de seus múltiplos sentidos e tornados evidências monolíticas de uma falsa verdade: citamos gênero, identidade, representação e personalidade.

Tal esvaziamento, vale dizer, vem acompanhado de uma estratégia narrativa que demoniza o outro, transformando em “outro” todos e todas que agem ou se manifestam de modo a divergir do que é preconizado pela cartilha. Busca-se, ao longo do texto, a construção de uma polarização entre nós e eles, certos e errados. Por exemplo:

Quer dizer que **essas pessoas** acham que “ser homem” e “ser mulher” são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. **Para eles**, não existe “homem” ou “mulher”, é cada um que deve inventar sua própria personalidade, como quiser. (ANÔNIMO, 2015. Grifos nossos.)

Acontecerá que todas as **nossas crianças** deverão aprender que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um gênero para si mesmas. (ANÔNIMO, 2015. Grifo nosso.)

A cartilha conclama, finalmente, à ação em nome da família e das crianças. A ação sugerida é justamente a pressão política. Pressão exercida sobre vereadores e deputados para que eles interferissem na aprovação de Planos Estaduais e Municipais de Educação que, ocasionalmente, fizessem referência a questão de gênero.

Ainda que existisse uma iniciativa a respeito da inserção das discussões de gênero nos planos de educação, tal iniciativa estava alinhada às proposições de uma educação para a diversidade, presentes já nos PCNs, e que buscava tão somente a construção de um projeto de educação em prol da igualdade de direitos e cidadania, princípios caros à uma sociedade verdadeiramente democrática. Os riscos apontados pela cartilha, além de desconsiderarem a existência de um campo de estudos sério e comprometido, são enganosos e tendenciosos. Esses enganos, certamente, geraram reações. Referendamos aqui o minucioso trabalho da professora Jimena Furlani, ao destrinchar os equívocos e apresentar detalhadamente a imperativa necessidade dos estudos de gêneros na sociedade contemporânea.⁴⁶

Paralelo a uma série de esforços no sentido de apontar as contestáveis afirmações

46 - O trabalho publicado por Jimena Furlani em junho de 2015 foi amplamente compartilhado nas redes sociais e disponibilizado em sítios de centros de estudos e laboratórios dedicados aos estudos de gênero. É importante pontuar que, na versão atualizada de janeiro de 2016, Furlani constata que a autoria da cartilha pode ser atribuída a Felipe Nery, presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica, que a assume no vídeo intitulado “Ideologia de Gênero e o Plano Municipal de Educação”, publicado no youtube em 18 de abril de 2015.

da cartilha, ao longo do segundo semestre de 2015, observamos a não inclusão da noção de gênero em inúmeros planos de educação aprovados em nível estadual e municipal. No dia 25 de junho de 2015, a Folha de São Paulo publicou uma reportagem denominada “Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem ‘ideologia de gênero’”. (BRITTO; REIS, 2015.) A reportagem, ao adotar a expressão “ideologia de gênero” em seu título, mostra-nos a eficácia discursiva da proposição e contribui, em certa medida (e mesmo que de maneira não intencional), para sua disseminação. Em termos de conteúdo, trata da retirada das referências a identidade de gênero, diversidade e orientação sexual dos Planos Estaduais de Educação em oito estados, os quais estabeleceram diretrizes para o ensino nos próximos dez anos, conforme o Plano Nacional de Educação. A retirada teria consolidado-se por pressão das bancadas religiosas, com o respaldo de igrejas católicas e evangélicas. Além desse resultado, por nós considerado um verdadeiro retrocesso, é necessário lembrar que no mesmo ano de 2015 tramitaram no Congresso uma série de projetos de lei buscando vetar do vocabulário escolar os termos gênero e orientação sexual.

A sintética apresentação desse embate, bastante midiaticizado no segundo semestre de 2015, auxilia-nos a dimensionar a importância e, ao mesmo tempo, compreender as reações diametralmente opostas a respeito da presença de Simone de Beauvoir na prova do ENEM, em outubro de 2015. Diante dessas ensurdecedoras demandas, cabe-nos questionar qual o lugar do ensino de História na construção deste nosso tempo presente e, especialmente, em que medida ele pode ser considerado *locus* privilegiado para uma abordagem responsável acerca das questões de gênero.

GÊNERO: UMA HISTÓRIA PRESENTE

Fazer defeitos nas memórias. É a partir das palavras de Manoel de Barros que Durval Muniz de Albuquerque Júnior propõe sentidos e objetivos para a escrita e o ensino de História. Para o autor, a História, através de suas articulações éticas e políticas, deve nos “[...] ensinar a conviver com a diversidade, a respeitar a alteridade e a diferença, que é a condição exata do mundo em que vivemos”. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 33.) Ao apresentar o presente como diferença, a História deve, segundo Albuquerque Junior, não tecer louros ao passado, mas possibilitar a construção responsável de um presente através da crítica, da reflexão e da contestação às memórias cristalizadas e monumentalizadas.

Esse passado tão presente, desafio cotidiano daqueles e daquelas que se dedicam ao exercício docente da história, é constituído por relações de poder, por relações sociais dentre as quais situamos as de gênero. É importante destacar, destarte, que o conceito de gênero não pode ser compreendido de forma uníssona. A amplitude dos debates acadêmicos possibilita-nos, talvez, uma certeza: que ele é tão plástico quanto necessário. Para Guacira Lopes Louro, é “[...] indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas – com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução – estão construindo gênero”. (LOURO, 1997, p. 35.) Isso implica assumir que os debates acerca da insuficiência de categorias advindas do próprio movimento feminista (como as categorias mulher e mulheres) devem ser considerados quando buscamos operacionalizar o conceito

de gênero em nossa prática cotidiana e reflexão.

Existe um número relativamente expressivo de trabalhos que se dedicam a pensar as relações entre gênero e educação, especialmente no sentido de demarcar como as práticas e os espaços escolares atuam/atuaram no sentido de reafirmar percepções dicotômicas e naturalizadas a respeito de predicados atribuídos ao masculino e ao feminino. Ao tratar da escolarização dos corpos, Guacira Lopes Louro afirma que é necessário reconhecer que as imposições e proibições do espaço escolar têm efeitos de verdade e atuam na constituição de parte significativa das histórias pessoais. (Cf. LOURO, 2007, p. 21.) As reflexões sobre gênero e as especificidades do ensino de História, porém, são ainda escassas. Aquelas dedicadas a tal empreitada tratam, comumente, da indispensável tarefa de denunciar o silêncio e a ausência das mulheres na narrativa histórica e, especialmente, nos livros didáticos. Consideramos que a problematização dos recursos didáticos e a utilização de fontes seja um caminho possível para a desconstrução de estereótipos e binarismos, tal qual indicado por Jaqueline Zarbato. (2015) Para a autora, a investigação dos materiais utilizados na prática docente possibilita problematizar, nas aulas de História, as diferentes abordagens sobre a “[...] relação entre homem e mulher, sobre as vivências e histórias de homossexuais, de transexuais, enfim, fundamentar discussões para além dos elementos de heteronormatividade”. (ZARBATO, 2015, p. 55.)

Nosso interesse, porém, é anterior e, talvez, menos pragmático. Antes de problematizar de que maneiras o ensino de História reproduz silenciamentos e binarismos, cremos fundamental pensar em que medida nós, enquanto sujeitos, somos construídos pela história formalizada através do ensino. Em que medida a existência de uma história oficial escolarizada e sexista afasta-nos da possibilidade de percebermos nossa própria historicidade?

Somos sujeitos históricos. Somos formados por múltiplas referências de um passado próximo e distante. Somos a presentificação do passado. Somos a possibilidade de futuro daqueles que nos antecederam. Mais que um exercício retórico, essas sentenças brincam com uma dimensão absolutamente cara ao conhecimento histórico: o tempo. O tempo nos atravessa e nos marca. Ainda que impalpável, sentimos, cedo ou tarde, seu inexorável peso. Esse tempo implacável (que limita ou estende, à revelia, nossas possibilidades e experiências) não evidencia um outro tempo, que igualmente nos conforma, ainda que de maneira sorrateira. Suas marcas não são materializadas em rugas, cores ou dores, mas incidem igualmente sobre nossas crenças, certezas, escolhas e ações.

Se, conforme aponta Albuquerque Júnior, devemos pensar a história a partir de suas articulações éticas e políticas, isso significa que mesmo quando tratamos da História como disciplina escolar, não devemos esquecer que esta advém de uma conformação generificada. Aquilo que estudamos (ou lecionamos) sob a alcunha de “história” é resultado de escolhas, embates, acordos e intenções. Pensar as relações entre gênero e ensino de História não pode se limitar a escolha de um ou outro conteúdo. A memória primeira que devemos fazer defeituosa, que devemos desestabilizar, é a mesma que legitima nosso campo de atuação. Devemos inquirir e desnaturalizar os procedimentos que

determinam o que é ou não histórico. Não se trata, apenas, de demonstrar que as mulheres participaram deste ou daquele evento, que apesar de ocuparem lugar secundário, ou não; aparecerem nos materiais didáticos, que sua presença pode ser percebida em fontes e que suas possibilidades de ação, muitas vezes, restringiam-se aos espaços privados. Ainda que tais abordagens sejam de fundamental importância, devemos também questionar, por exemplo, a preponderância de eventos públicos e de processos políticos na narrativa da História escolar. Eventos e processos esses, vale ressaltar, que visibilizam seus partícipes oficiais, comumente, homens. Que ressaltam predicados historicamente atribuídos ao masculino (a uma concepção heteronormativa de masculino).

Nesse sentido, é possível constatar um certo descompasso entre o entendimento acerca do passado que se constrói em âmbito acadêmico e a História escolar. Não falamos aqui em termos de avanço ou retrocesso (até porque se tratam de campos distintos, formados por saberes e objetivos distintos), mas ressaltamos que os debates teóricos e as múltiplas possibilidades metodológicas que desassossegarão a ciência histórica no século XX, não surtiram o mesmo efeito sobre a História escolar. Apesar de assumirmos a multiplicidade da/na História, a existência de dissonâncias e a impossibilidade de apreensão de um passado verdadeiro e único, ao pensarmos a História escolar, nos encontramos ainda bastante arraigados aos eventos que parecem incontornáveis. Não se trataria, apenas, de procurar a participação das mulheres na “Revolução Mexicana” (mero exemplo), mas de entender o processo que determina quais eventos e sujeitos são significativos (porque e para quem) naquilo que convencionou-se chamar “Revolução Mexicana”. Simultaneamente, não podemos perder de vista o fato de que eleger “Revolução Mexicana” como evento importante para a compreensão do passado, traz consigo uma trajetória possível que ofusca várias outras. Reafirmamos, portanto, a importância dos debates acerca dos Planos Estaduais e Municipais de Educação e da presença de Simone de Beauvoir em uma questão de vestibular. Dentre as inúmeras formas possíveis para se falar a respeito de movimentos sociais, eleger o feminismo possibilita a construção de uma narrativa que não restringe as mulheres aos espaços privados. Além da fundamental questão acerca da visibilidade das mulheres (e de outras vivências de gênero igualmente) em processos até então considerados essencialmente masculinos, trata-se de fazer irromper passados que possibilitem a percepção de diferentes protagonismos.

O passado nos atinge por diferentes caminhos. Helenice Rocha, respaldada pelas reflexões de Jörn Rüsen, apresenta-nos a proposição de uma cultura histórica fortemente amparada na memória social. (ROCHA, 2014, p. 38.) Essa cultura, por sua vez, apresenta-se em dimensões políticas, estéticas e cognitivas. É nessa última que situamos a História científica e a História escolar (distintas, porém profundamente imbricadas, conforme dito anteriormente). Ainda que possamos compartilhar diferentes referenciais sobre o passado, afinal ele pode nos tocar através de jornais, novelas, histórias familiares, retratos, jogos, crenças religiosas, entre outros, é na escola que temos acesso ao passado oficializado. Aos eventos eleitos como chaves de compreensão para o que somos. Na maioria das vezes, porém, a História escolar, ainda que traga consigo a afirmação de que todos são sujeitos da história, não possibilita reconhecimento efetivo destes mesmos sujeitos com o repertório

apresentado a respeito do passado. No que diz respeito as identidades de gênero, tal afirmação torna-se bastante evidente. Essa ausência de um reconhecimento faz com que a História escolar torne-se, por vezes, distante e desimportante para os alunos, perdendo assim seu potencial de orientação e, por que não, transformação.

GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Por que afinal estudar algo que não nos diz respeito? Essa pergunta não verbalizada tornou-se ensurdecadora durante uma experiência organizada e desenvolvida por alunos do curso de História da UDESC, em atividade vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID, durante o segundo semestre de 2015.⁴⁷ Os alunos participantes desse programa deparam-se com desafios e dificuldades concernentes ao cotidiano docente. Tiveram a possibilidade, dessa maneira, de apurar o olhar e de experimentar as demandas do ofício antes mesmo da conclusão de seus cursos de licenciatura. No curso de História, a participação no PIBID amplia os debates sobre o ensino de História e sobre a responsabilidade do professor na educação histórica de alunas e alunos. Dentre os desafios cotidianos, citamos a elaboração de atividades sobre temas diversos, a serem desenvolvidos com turmas de diferentes níveis de escolarização. Os assuntos são escolhidos coletivamente, procurando sempre adequar-se às necessidades dos alunos e ao que é trabalhado em sala, pelo professor supervisor, na unidade escolar.

As incursões dos graduandos nas salas de aula se dão através de observações e da elaboração de oficinas, que buscam não apenas uma abordagem inovadora do ensino de História, mas também da construção de um pensamento histórico. Tal proposição não é facilmente realizável – tanto para os acadêmicos quanto para os professores e orientadores –, porém incita-nos a buscar estratégias eficazes na elaboração de conhecimentos a respeito do passado que façam sentido aos alunos nesse tempo presente. Parte-se, ao invés de uma narrativa histórica acabada, da tentativa de reflexão sobre como determinadas narrativas são construídas, como são validadas e, igualmente, como são (ou não) incorporadas durante os anos de escolarização. Para tanto, é imprescindível estarmos atentos às ideias tácitas dos alunos e alunas a respeito de qualquer temática abordada. Esses serão elementos constitutivos do processo de aprendizagem em História. Tal processo deve ocorrer também através da análise de evidências, as quais possibilitam acesso não apenas a versões prontas do passado, mas impelem a reflexão e ao exercício interpretativo. (Cf. BARCA, 2004.)

Esse foi o desafio assumido por um grupo de estudantes de História que recebeu

47 - O curso de História da UDESC possui atualmente 5 bolsistas vinculados ao programa institucional de bolsas de apoio a docência (Pibid/Capes/Udesc) que desenvolvem suas atividades em uma Escola Básica da rede municipal de ensino em Florianópolis sob a orientação das professoras Luciana Rossato e Caroline Jaques Cubas e supervisão do professor bolsista César Junglubi (Escola Básica Henrique Veras). A experiência que analisaremos a seguir, porém, ocorreu no segundo semestre de 2015, quando o projeto contava com 12 bolsistas e também com a supervisão da professora bolsista Renata Mibielli (Escola Estadual Simão José Hess). A experiência ocorreu em turmas de nono ano do Ensino Médio na Escola Estadual Simão José Hess.

a tarefa de tratar questões relativas às discussões de gênero e história das mulheres com alunos do nono ano do ensino fundamental. A atividade, a princípio, tinha por objetivo a problematização do lugar das mulheres ao longo da chamada “Era Vargas”, estabelecendo conexões com as percepções dos alunos a respeito do lugar atribuído às mulheres hodiernamente. A opção de abordagem para a realização desse objetivo foi a incitação de debates a partir da leitura e discussão de diferentes materiais (compreendidos como fontes). O acesso às fontes objetivava a reconstrução de narrativas acerca do passado. Narrativas essas que desejavam-se mais inclusivas, vizibilizando a participação de mulheres em diferentes espaços de atuação. Dentre os materiais disponibilizados estavam uma reportagem do *Jornal das Moças*, de 1939, o código eleitoral de 1932 e imagens diversas de propagandas de produtos considerados “domésticos”, durante as décadas de 1940 e 1950.

Os alunos demonstraram propriedade ao falar acerca das questões concernentes a “Era Vargas”, anteriormente trabalhadas em sala pela professora supervisora. Todavia, apesar dos materiais disponibilizados e dos questionamentos lançados ao ar, um fato chamou a atenção dos acadêmicos: a maioria dos meninos das turmas parecia isenta do debate. Cruzavam os braços, desviavam olhares, rabiscavam as carteiras e, quando muito, riam sardonicamente. Ressaltamos as palavras utilizadas pelos acadêmicos para descrever suas impressões sobre esse primeiro momento da atividade:

Os meninos em sua maioria ficaram quietos, se manifestaram somente quando solicitado por nós bolsistas. Notamos um relativo desprezo por parte dos alunos, havia repulsa em refletir sobre o papel das mulheres e suas conquistas. As conversas paralelas foram frequentes durante essa primeira etapa da oficina.⁴⁸

Na fala dos/as jovens – principalmente das mulheres, é importante salientar que durante a oficina tivemos a dificuldade de estimular a participação dos meninos – percebemos que ainda existe um forte preconceito a respeito do aborto que não seja em caso de estupro.⁴⁹

A participação dos alunos homens manteve-se tímida ao longo de toda a atividade. Ao mesmo tempo em que as alunas participaram ativamente das discussões, reconheciam-se em diferentes situações e contaram causos de suas vidas particulares, incitados pelas imagens e leituras várias, os alunos ficaram entretidos em seus risos, piadas e conversas paralelas, com raríssimas exceções.

Pressupomos que a participação dos alunos em um debate com o título de História das Mulheres, poderia gerar algum desconforto para os que opinassem. Pois, tal tema é visto de forma desqualificadora pela rede de sociabilidades na qual os mesmos estão inseridos dentro da escola. O silêncio por parte dos alunos, embora tenha nos incomodado durante a

48 - Relatório dos bolsistas EM e GR a respeito da aula ministrada em 2015/02.

49 - Relatório dos bolsistas LC e LS a respeito da aula ministrada em 2015/02.

realização da oficina, pode ser um tanto revelador.⁵⁰

A observação das reações, das participações e do envolvimento dos alunos durante a apresentação do tema e de toda a atividade é uma prática, como dito acima, bastante reveladora. O desinteresse dos alunos, manifestado através de risadas e piadas, merece uma particular atenção. Ao propor a adoção do modelo de oficinas para as atividades do PIBID, pautamo-nos nas indicações de Isabel Barca, para quem o professor deve assumir-se como um investigador social atento ao mundo conceitual dos seus alunos. Apenas dessa forma o professor poderá, muito mais que qualificar como certo ou errado, contribuir para a ampliação positiva deste mundo conceitual. (Cf. BARCA, 2004, p. 133.) O desinteresse dos alunos homens, por uma atividade que trazia no cerne de sua abordagem a descrição/discussão do envolvimento de mulheres em processos históricos, pode ser compreendido na medida em que, para eles, aquela atividade dizia respeito apenas às mulheres. Não houve reconhecimento, por parte dos alunos homens, com o tema em questão, e, dessa maneira, o estudo tornou-se desinteressante e despropositado. Mostrar através de diferentes fontes que, apesar dos silêncios nos materiais didáticos, as mulheres também tiveram papel privilegiado na construção da sociedade contemporânea (ainda que a prática seja essencial para, entre outras questões, o empoderamento feminino), não foi o bastante para que os alunos percebessem-se como igualmente perpassados (formadores e formados) pelas questões de gênero. Apresentar a construção/reprodução do espaço privado como atribuição natural do feminino – através de propagandas, durante a aula – não provocou nos alunos a inquietação a respeito da supremacia do masculino no espaço público.

A ideia de ampliação positiva de um campo conceitual, ao qual nos referimos anteriormente, dialoga com as preleções de Peter Lee, para quem a História pode ser libertária ao alargar as possibilidades de decisões coerentes e racionais na construção de um projeto coletivo de futuro. (Cf. LEE, 2011.) Esse alargamento pressupõe muito mais que um ensino de História pautado em quantidade de informações, mas também o acesso a elementos constitutivos do pensamento histórico. Elementos esses que emergem da articulação entre a percepção da historicidade dos conceitos que monopolizamos para falar a respeito do passado (e do presente), as especificidades da evidência histórica, a impossibilidade da existência de leis universais e a aprendizagem pela experiência vicária. Sendo assim, relacionando tais noções às discussões a respeito das relações entre gênero e ensino de História, pensamos que apenas agregar ao currículo já formatado a informação de que as mulheres também atuaram de maneira veemente em diferentes processos históricos, apesar de prática fundamental para a construção de uma sociedade igualitária, não é suficiente. É preciso reinventar nosso vocabulário e nosso repertório.

Ao entendermos gênero como elemento conformador dos sujeitos históricos, é necessário demarcar que falamos sobre gênero por meio de conceitos que trazem consigo sentidos diversos e a partir de lugares generificados. Tratando-se do ensino de História, tais lugares são tanto a escola (através de seus currículos, práticas e espaços esquadrihados)

50 - Relatório dos bolsistas EM e GR a respeito da aula ministrada em 2015/02.

quanto a própria História escolar que, através da eleição de determinados conteúdos em detrimento de outros, oficializa o que é ou não socialmente importante a respeito do passado.

Como proposição, pensamos em um ensino de História que trate o presente não como resultado de um único processo (formado pelos eventos comumente abordados nos currículos escolares), mas como múltipla potência de passados diversos. É preciso abrir mão do caráter erudito atribuído ao conhecimento histórico e percebê-lo efetivamente como uma maneira particular de pensar. (Cf. BERGMAN, 1990.) Para tanto, é preciso trazer a tona passados que relativizem nossas certezas. Passados esses que ampliem nossas percepções acerca dos diferentes modos de ser, viver e conviver. Cabe-nos, assim, explicitar que a forma como fora cristalizada a história, ao mesmo tempo em que nega às mulheres (e não apenas a elas, é importante ressaltar) a possibilidade de reconhecimento com o passado, impõe aos homens (como espada de dois gumes, pois traz consigo a possibilidade da glória e da lamúria) a exclusiva responsabilidade pelo presente que temos. Para aquelas e aqueles que escapam a essa lapidação, não se trata apenas do silenciamento de vozes passadas, mas do cerceamento das possibilidades de orientação para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. Currículos de História e Políticas Públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; et al. *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projecto a avaliação. In: _____. (Org.). *Para uma educação histórica com qualidade: Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: Centro de Estudos e, Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.

BERGMAN, Klaus. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, Set. 1989 / Fev.1990.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. 1998.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem “ideologia de gênero”. *Folha de São Paulo*, SP, 25 Jun. 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 25 Mar. 2016.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. “Ideologia de Gênero”? Explicando as confusões teóricas presentes na

cartilha.. Florianópolis, FAED, UDESC, Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016 [Versão Revisada 2016]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jimena.furlani>>. Acesso em: 20 Mar. 2016.

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A.; MACEDO, E. (Orgs). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KOSELLECK, Reinhardt; et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LEE, Peter. Por que aprender História? *Educar em revista*, Curitiba, Editora UFPR, n. 42, Out-Dez 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de história. In: MAGALHÃES, Marcelo; et al. *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Esitora da FGV, 2014.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, Jul.-Dez. 2006.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 4, n. 8, Jan-Jun, 2015.

DIVERSIDADE DE GÊNERO, INTERCULTURALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES E PRODUÇÃO DE SENTIDO HISTÓRICO

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato⁵¹

“Ah, professora. Mulher que anda de saia assim (muito curta) eu não namoro” (Lucas, 14 anos)

“Lá em casa, eu não faço nenhum trabalho de casa, meu pai diz que isso é coisa de mulher” (Felipe, 12 anos)

“Aqui na sala tem mais meninas, por isso eu quis ficar aqui, elas são mais inteligentes” (Ramon, 11 anos)⁵²

Essas narrativas pertencem a adolescentes que moram em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, que frequentam a mesma Escola Estadual e que, em sua maioria, mora no mesmo bairro da escola, uma comunidade chamada Vila Piloto. Elas fizeram parte da pesquisa sobre Gêneros na escola, a qual tinha como objetivo compreender as concepções históricas dos adolescentes sobre a sexualidade e o gênero e suas práticas no cotidiano da escola e fora dela. Essa primeira pesquisa impulsionou a criação do Laboratório de Estudos de Gênero, sexualidade e interculturalidade (LAIGI/UFMS), inspirado nas atividades do Laboratório de Gênero e História (LEGH/UFSC), o qual congrega pesquisadoras de diferentes áreas e, além disso, apresenta fundamentações e apropriações do conhecimento histórico e de gênero.

O Laboratório de Gênero, sexualidade e interculturalidade (LAIGI/UFMS) visa impulsionar as abordagens em torno da pesquisa, ensino e extensão sobre as questões de gênero, sexualidade e interculturalidade. A princípio, o laboratório congrega profissionais de diferentes áreas de conhecimento: história, direito, medicina, pedagogia e enfermagem. As ações de cada um dos profissionais envolvidos têm vinculação com suas atividades de área, mas também com projetos interdisciplinares, refletindo e problematizando as

51 - Doutora em História Cultural pela UFSC. Professora Adjunta na UFMS, pesquisando as questões relacionadas ao Ensino de História, Memória e Gênero. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, sexualidade e interculturalidade e do laboratório de educação histórica, em que pesquisa a educação histórica e as abordagens do patrimônio cultural na história.

52 - Narrativas coletadas durante a pesquisa na Escola Estadual Padre João Tomes, em Três Lagoas/MS. Nesse processo de pesquisa investigamos, crianças e jovens a concepção de sexualidade, sexo e gênero entre eles e suas relações nos grupos que pertencem. Realizamos questionários com turmas de 6º ano ao 9º ano, que cursam o período vespertino.

abordagens sobre a diversidade de gênero e interculturalidade. Outros estudos centram-se na questão da paternidade; na questão dos direitos das mulheres; na diversidade de grupos homossexuais e na problematização da heteronormatividade na história. Com base nisso, o grupo de professores/as que atua no LAIGI/UFMS busca aprofundar as discussões teóricas e metodológicas, em ações com suas pesquisas ou coletivamente.

A preocupação em evidenciar a pesquisa com a diversidade de gênero tem como um dos elementos principais aprofundar as dimensões educativas, em espaços formais ou informais, porque presenciamos cotidianamente práticas costumeiras que cristalizam as ações de homens e mulheres na sociedade. Além disso, uma das estratégias de ação do LAIGI/UFMS tem sido publicizar as discussões sobre as concepções de masculino e feminino no campo histórico-cultural. Nesse sentido, ainda estamos iniciando grupos de estudos, debates na UFMS e na comunidade externa.

NARRATIVAS HISTÓRICAS E CONCEPÇÕES DE GÊNERO: AÇÕES DO LABORATÓRIO DE GÊNERO, SEXUALIDADE E INTERCULTURALIDADE

Em 2014, visando projetar os estudos sobre as relações de gênero, percebeu-se que um dos primeiros passos seria “sensibilizar” as pessoas envolvidas no Laboratório, principalmente os estudantes de graduação. Isso porque, muito se aborda sobre a noção de alteridade e equidade, mas ainda caminhamos a passos lentos na fundamentação e nas ações concretas. No contexto cultural e social local, como no caso da cidade de Três Lagoas/MS, em que o padrão de masculinidade e feminilidade perpassa os engendramentos familiares, com posturas que silenciam a pluralidade cultural, abordar, seja na escola, na Universidade, ou numa palestra na Câmara de Vereadores o “empoderamento” feminino, ainda causa estranhamento.

Dessa maneira, realizamos duas pesquisas que se concentravam na produção de sentido histórico com crianças, adolescentes e jovens. A primeira foi sobre a violência contra a mulher,⁵³ com pesquisas em jornais impressos; em entrevistas; coletas de dados na Delegacia da Mulher e Fórum. A segunda centrou-se nas ações nas escolas, especificamente na Escola-Polo, onde são exercidas as atividades do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), bem como as Práticas de Estágio Supervisionado em História, Geografia, Biologia, Pedagogia.

Analisando a relação feminino-masculino, as escolhas, os símbolos e ícones que envolvem a juventude local, como impulsionadores de compreensão da diversidade

53 - Utilizo o termo violência contra a mulher, baseando minhas análises a partir da abordagem de Heleieth Saffioti. Uma vez que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração para a qual as mulheres submetem à violência não porque “consintam”: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir. (Cf. SAFFIOTI, 2004, p. 79-80.)

de gênero, como performances culturais que coexistem em diferentes espaços e são protagonizadas por diferentes pessoas, buscou-se trabalhar com elementos da produção e reprodução dos discursos em torno dos gêneros em dois espaços de formação específicos: a Universidade e as escolas.

Nesse sentido, uma das ações aglutinou com graduandos/as de diferentes cursos da UFMS, a investigação sobre a violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas/MS. Diante de um número expressivo de casos de violência contra a mulher, foi necessário problematizar esse quadro recorrente. Assim, na realização da pesquisa, buscou-se questionar os padrões de conduta machista, rever as ações governamentais e reler o que a imprensa descreve. Esses apontamentos sobre as relações de gênero foram pautados ao longo das análises realizadas pelo prisma da cultura, pois ela constrói o gênero, encaminhando as formas de comportamento feminino e masculino.

Ao correlacionar cultura e gênero parte-se do pressuposto de que muitas/os adolescentes com as/os quais tivemos contato na Escola Estadual, na qual realizamos as atividades, convivem com modelos culturais de conduta. Não analisamos em torno de que modelos de condutas culturais são exemplificados, mas percebemos nas narrativas de cada adolescente a “preocupação” com uma determinada inserção cultural no grupo com o qual interage. Além disso, no espaço escolar, percebe-se, ainda que com raras exceções, que a abordagem de gênero e sexualidade, por exemplo, parte da ideia de heterossexualidade, que os conteúdos e temas são elaborados e apreendidos a partir da fecundação, gestação, partos, aleitamento, com um sentido de encaminhar as funções do corpo feminino e masculino. Reside nesse exemplo uma complexidade em abordar as relações de gênero no âmbito escolar, pois a distinção entre os sexos constitui um mecanismo político de ação e reprodução social, que permite a legitimação tácita das desigualdades. Apresentada como antropológicamente inevitável, essa diferença estrutura nossa concepção normativa sobre as características dos seres “necessariamente” sexuados. (BORRILLO 2009, p. 16.)

Dadas as concepções impostas no cotidiano escolar, resolvemos realizar uma das ações do LAIGI/UFMS com os/as adolescentes da/na escola, uma vez que a instituição escolar não contempla a possibilidade de estudar, debater e fomentar discussões sobre diferentes concepções, como: uniões afetivas e sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, muito menos a existência de famílias constituídas por gays e lésbicas. Sendo assim, as relações que os/as estudantes têm em sua vida prática, fora da escola, carregam diferentes concepções acerca dos gêneros e da sexualidade, mas, ao adentrar os portões da escola, as alteridades de cada pessoa são deixadas de lado.

Percebendo que essas práticas se estreitam e se dizem com mais frequência do que se pensa, iniciamos em 2014 um projeto na Escola Estadual Padre João Tomes, localizada no bairro Vila Piloto, conhecido na cidade de Três Lagoas/MS⁵⁴ por ser um bairro de periferia e violento. A intenção em trabalhar nesse contexto social e cultural deve-se a

54 - A pesquisa foi realizada de 2014 a 2016, contando com a colaboração dos/as estudantes do curso de História da UFMS, bolsistas do PIBID, estudantes que participam de Estágio Supervisionado e voluntários.

fatores como: o número de adolescentes grávidas; que querem desistir dos estudos para se casar; enquanto outras são cerceadas pela religião que seguem. Já em relação aos adolescentes homens, percebeu-se, nas observações e registros iniciais, o elevado consumo de álcool, drogas e as concepções do masculino estabelecidas pela sociedade como padrão heteronormativo.

Ao se examinar a questão de gênero é necessário percebê-lo contextualmente, considerando-o como um fenômeno histórico. A história não é mais apenas o relato do que aconteceu a homens e mulheres, e/ou como eles reagiram a determinadas situações. Ela diz respeito à forma como os significados subjetivos e coletivos (de homens e mulheres), como categorias de identidades, foram historicamente construídos. (Cf. SCOTT, 1994, p. 19.) Assim, seguindo nessa concepção:

[...] historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento, esse seria o encaminhamento das abordagens históricas. (SCOTT, 1994, p. 25-26.)

A fundamentação do gênero faz-se essencial para “desnaturalizar” práticas, o que se mostra de suma importância, visto que na escola se percebe algumas determinações nas relações cotidianas impetradas e justificadas pelo campo cultural. A “defesa” de um modelo de comportamento, a negação de abordar a questão de gênero (devido a cultura de cada um), muitas vezes torna complexa a inserção do gênero na escola para além do biológico. Nesse sentido, fundamentamos as ações na escola estabelecendo com todos/as os/as envolvidos/as a ideia de que o papel da escola seria:

[...] transmitir a cultura e, com ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que a criança “humanize-se”, cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se. A criança, então, vai deixando de imitar os comportamentos adultos para, aos poucos, apropriar-se dos modelos e valores transmitidos pela escola, aumentando, assim, sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social. (BOCK; TEIXEIRA, 2001, p. 261.)

Problematizar o natural, desconstruir os estereótipos, fundamentar novas relações e pertencimentos fizeram parte do universo de ações ocorridas na escola e, ao mesmo tempo, um dos desafios enfrentados em nossa pesquisa. Trata-se de aspectos inseridos nas mentes e nos corpos das pessoas, nas suas sexualidades, nos significados de suas trajetórias, num processo histórico de reformulação de conceitos e pré-conceitos. Sendo assim, para Louro:

[...] a sexualidade que é geralmente apresentada na escola está em

estreita articulação com a família e a reprodução. O casamento constitui a moldura social adequada para seu 'pleno exercício' e os filhos, a consequência ou a benção desse ato. Dentro desse quadro, as práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos. (LOURO, 1998, p. 41.)

Assim, elencar as possibilidades de se abordar a questão de gênero, envolvendo as discussões sobre a sexualidade, nos mostrou que há diferentes trabalhos possíveis de serem feitos na escola: com a história social, com as discussões de gênero e os estudos das mulheres. Tal perspectiva é apontada por Jurandir Costa, ao afirmar que “[...] os estudos das mulheres, a história social e a dos feminismos, aproximados, serão, agora, os lugares principais de assentamento do conceito de gênero”. (COSTA, 2003, p. 195.)

Para substantiar a análise realizada na escola, apresentamos a todos/as envolvidos/as nas ações (estudantes, professores/as, diretor, etc.) a fundamentação no campo educacional, como os Parâmetro Curricular Nacional/PCN's. Isso porque, esse documento encaminha as discussões sobre gênero, ainda que circunscritas ao campo da sexualidade e da saúde. Mesmo com todas as dimensões de análises sobre os PCN's, o avanço nas diretrizes possibilita a inserção das discussões de gênero na aula de História,

[...] por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões. (PCN's, 1998, p. 26.)

A contradição nas legislações educacionais favorece alguns discursos conservadores na manutenção de discursos sobre o gênero, bem como dificulta a sua inserção nos debates educativos. Isso porque, de um lado, temos nos PCNs encaminhamentos sobre a abordagem referente à sexualidade, com enfoque direcionado no que e como ensinar. Por outro, nos Planos de Educação, bem como na Base Nacional Curricular Comum (principalmente de História, mas também em outras áreas de conhecimento), têm-se a “negação da abordagem sobre a relação de gênero”, pois se defende que esse não é um tema a ser abordado na escola. A citação ao termo gênero foi retirada do Plano Nacional de Educação durante sua votação no Congresso, ato que se repetiu em muitos planos municipais e estaduais, após pressão de líderes religiosos e outros setores conservadores. Novamente a relação de gênero é silenciada, pois não se apresenta o movimento feminista, o lugar do homem e da mulher na sociedade, bem como não há menção aos processos de luta dos grupos de gênero no Brasil e fora dele. Percebe-se que as questões de gênero e

sexualidade ficam circunscritas apenas ao campo biológico.

O termo gênero é citado em pontos da apresentação de conceitos das disciplinas de língua estrangeira, artes, biologia e na área de Ciências Humanas. Na descrição das expectativas para a disciplina de Biologia do ensino médio, a Base Nacional Curricular Comum (2015) aponta que “[...] o jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo”. O documento da Base Curricular Comum de História não apresenta a abordagem sobre as discussões de gênero, relata apenas a conceituação histórica das relações de trabalho no Brasil contemporâneo, estabelecendo nexos com as lutas e conquistas dos movimentos trabalhistas ao longo do século XX.

No Plano Nacional de Educação (2010) são estabelecidas as definições, metas e orientações para as escolas brasileiras pelos próximos 10 anos. Nele, ainda se têm, na prática, muitos silenciamentos sobre gênero e sexualidade, mesmo que o documento tenha como proposta a superação das desigualdades educacionais “[...] com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” e a implementação de “[...] políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”.

Muitas das análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos, do que é feminino e masculino na escola, o que se contrapõe à ampla diversidade de arranjos familiares e sociais. A pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados. (Cf. LOURO, 2008, p. 70.)

Dessa forma, a pretensão de agregar os silenciamentos sobre gênero e sexualidade, no campo da interculturalidade, foi relacionada com as discussões sobre legislações educacionais, buscando dessa forma contribuir com a fundamentação a partir das culturas, pois é da intersubjetividade como princípio que a categoria da interculturalidade ganha sentido. Essa parte do princípio do reconhecimento igualitário da diferença cultural, a qual supera a compreensão etnocêntrica pautada na tolerância cedida pelo civilizado ao não civilizado.

As lutas pelo reconhecimento estão na base dos conflitos culturais contemporâneos. Contudo, é no campo desses conflitos que as chances de comunicação intercultural se fazem valer, pois as “[...] culturas se interpenetram, delimitam-se umas em relação às outras, combatem-se, aprendem umas das outras e se modificam no relacionamento mútuo”. (RÜSEN, 2014, p. 296.)

PERCURSOS DO GÊNERO E INTERCULTURALIDADE NA ESCOLA

Utilizamos metateoricamente a abordagem do termo gênero pelo viés proposto por Scott, que o conceitua enquanto uma categoria útil à história. Nessa perspectiva, a

relação de gênero contribui com as análises sobre a história das mulheres, dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si, das mulheres entre si, das desigualdades e das hierarquias sociais. Assim, o entendimento e discussão feito com as crianças e jovens parte da prerrogativa de que “ser homem e ser mulher” faz parte das construções da história e da cultura.

Como opção metodológica, discutiremos cultura a partir da perspectiva da interculturalidade, que, conforme Walsh, pode ser compreendida como:

Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar. (WALSH, 2001, p. 10-11.)

Para fundamentar as ações na escola, realizamos algumas aulas-oficinas sobre temas relacionados à vivência dos alunos na escola e fora dela. O local escolhido fica localizado na Vila Piloto, um bairro de periferia, com altos índices de violência na cidade de Três Lagoas-MS.



Imagem da Vila Piloto (google maps). Acesso em: 12 Mar. 2015.

Um dos primeiros elementos de fundamentação das ações foi situar historicamente a relação de homens e mulheres em diferentes momentos da história: na cidade, na escola, nas famílias e nas relações de amizade. Isso porque, na análise com os estudantes, persistem o silenciamento sobre a importância e a participação feminina nas transformações

históricas. De certa forma, ainda ensinamos história nas escolas pelo viés masculino. Por isso, ao inserir ou evidenciar a presença das mulheres ainda causamos grande estranhamento, tanto em crianças e adolescentes, como em alguns professores/as. Muitos alunos relataram que sequer ouviram falar de gênero e que, para eles, o masculino e o feminino estão determinados pelas condições físico-biológicas ensinadas pelas famílias e por alguns profissionais na escola. Termos como alteridade, igualdade de gênero e assimetria de gênero sequer são problematizados.

É sob esses aspectos que reside uma questão fundamental para a narrativa que realizamos neste capítulo. Que diferenças sociais e culturais construímos com os conhecimentos de gênero na escola?

Responder a essa questão pode parecer simples, mas quando trabalhamos com crianças e adolescentes, que vivem em universos culturais diferenciados (alguns com um modelo familiar que segue a lógica da religião que frequentam; outros com mães como líder da família; outros que vivem com os avós), que nos damos conta da dimensão e da responsabilidade de abordar a relação de gênero.

[...] fui criada numa casa só com mulheres, eu sou a penúltima das filhas, somos em 6 irmãs. Minha mãe nos criou sozinha, mas sempre teve relacionamentos com homens, que eu acho muito ruim. Uns até eram bem legais, mas a maioria deles era nojento, ficavam bebendo, brigando com ela. Acho que como eu sou uma das menores, meu medo sempre foi muito maior que das minhas irmãs mais velhas, eu sempre obedeci. Hoje, não gosto de homens, não quero eles perto de mim, tenho medo, acho eles ruins. A minha mãe briga comigo, diz que sou esquisita, mas eu não quero casar. (Narrativa de Vili, 16 anos)

Essa é apenas uma das narrativas, dentre tantas outras, que ouvimos ao longo dos dois anos de projeto. Por isso, no intuito de problematizar as discussões sobre gênero, organizamos diferentes ações e atividades que possibilitassem exacerbar a importância de abordar a questão de gênero. Ser homem, ser mulher, ser homossexual tem sentidos diferenciados para alguns adolescentes e, na escola, eles por vezes, se silenciam ou são silenciados.

Por isso há a necessidade de analisar os exercícios do poder disciplinar, que se inscrevem também nos micro-poderes circunscritos em universos familiares e educativos, o quais visam agir detalhada e ininterruptamente sobre o corpo, definindo espaços de ação, relações, movimentos, exercendo sobre homens e mulheres uma ação reguladora. Sendo assim, tal como aponta Foucault:

[...] o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; estas relações de poder não se encontram em posições de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais) mas lhes são imanentes: são efeitos imediatos de partilha, desigualdades

e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições intensas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor. (FOUCAULT, 1985, p. 90.)

Além disso, a normatização dos gêneros tem no espaço educativo a extensão de muitas práticas costumeiras da sociedade, permeando a definição de heterossexual, de comportamentos adequados, entre outros. Segundo Judith Butler, (2010) trata-se da repetição das normas de gênero, as quais são reiteradas socialmente a partir de uma matriz heterossexual que constitui os sujeitos e as identidades. Da mesma forma, Guacira Louro defende que para garantir o privilégio da heterossexualidade “[...] seu status de normalidade e, o que ainda é mais forte, seu caráter de naturalidade são engendradas múltiplas estratégias nas mais distintas instâncias (na família, na escola, na Igreja, na medicina, na mídia, na lei.)”. (LOURO, 2009, p. 89.)

Nesse sentido, a escola é um dos principais agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de gênero, que gera discriminações e violência contra mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, se expressa no ambiente educacional de várias maneiras. Conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da mulher, por exemplo, ainda são reproduzidas em materiais didáticos e paradidáticos, em diferentes espaços e contextos educacionais.

OS DESAFIOS A ENFRENTAR

Há muitos desafios a serem enfrentados no que se refere à abordagem de gênero na escola. Um deles é ter que lidar com um tipo de história que já nasce pronta, que molda um dado imaginário sobre as relações entre homens e mulheres. Esse ensino vem com esquemas de interpretação do porquê, na história, os homens fizeram desta ou daquela forma, que as mulheres tinham outras funções, ou seja, elementos quase que em formatos definitivos, que pouco têm incorporado da revisão de paradigmas de gênero. Não se pode deixar de avaliar o quanto a repetição de antigos modos de pensar a história define as representações, bem como propaga preconceitos, base de discriminações de vários feitios.

Na experiência das escolas, em várias regiões no Brasil, o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina não se sustenta. No entanto, ainda persiste a concepção de trabalhos tidos como extensões da vida doméstica (mundo das mulheres) e os muitos exercícios de poder podem tornar inteligível a dialética das relações escolares, por exemplo.

Um dos encaminhamentos, na construção da igualdade de gêneros, se dá com o entrelaçamento de abordagens no campo do ensino, da extensão universitária com a história ensinada nas escolas. Como exemplo, uma das aulas-oficinas consistiu na inserção do conceito de gênero a partir de documentários e filmes. Um dos filmes abordados e trabalhados com os/as adolescentes foi o “*Acorda, Raimundo!*”. Nele, o conceito de gênero foi abordado a partir de normas constituídas e constantemente reafirmadas acerca do que

seriam comportamentos e significados associados ao “mundo feminino” e ao “mundo masculino”.

Problematizar a relação de gênero, com as pessoas que atuam na escola, é um desafio que principia por ampliar o olhar sobre a categoria de gênero, já que ele “[...] é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. (SCOTT, 1990, p. 16.)

Dessa forma, ao propor um aprofundamento com as/os futuras/os professoras/os de história, estudantes de graduação, sobre a importância e necessidade de historicizar e problematizar a questão de gênero em sala de aula, principiamos por abordar as questões de gênero refletindo sobre o conceito de transição visual de gênero a partir de personagens históricas, ou seja, a transição visual e a personificação das lutas das mulheres na história. Entre os exemplos das abordagens sobre a relação feminina na história, utilizamos a construção da imagem da *princesa Isabel*, de *Dandara* e da *papisa Joana*.⁵⁵ Porque essas três imagens e representações femininas foram escolhidas? Pela divergência na forma de serem narradas na história e pela representação no processo histórico do que é ser mulher. Mas, afinal, que mulheres eram estas? E que narrativas históricas envolvem essas mulheres?

Princesa Isabel foi escolhida (bem como sua imagem e contexto histórico) por ser uma personagem feminina que aparece correntemente nos livros didáticos, nas aulas de história e em narrativas históricas, porém vinculada a ações dos homens no Brasil. Ela é descrita em relação ao papel que assumiu na administração do país, entretanto sua representação na história foi e ainda é questionada, mesmo na assinatura da dita “libertação dos escravos”. Já Dandara dos Palmares é representada como esposa de Zumbi e, como ele, também lutou com armas pela libertação total das negras e dos negros no Brasil. Nos discursos sobre a luta pela libertação de escravos, ela é representada como aquela que liderava mulheres e homens, que tinha objetivos que não se encaixavam nos padrões de ser mulher. É precisamente pela marca do machismo que Dandara não é reconhecida ou sequer estudada nas escolas. A papisa Joana, por sua vez, tem sua história narrada no final do século IX, pois o Vaticano afirma que se trata de uma lenda.

Na abordagem sobre essas três mulheres, vários elementos foram utilizados nas análises sobre as relações de gênero. O entendimento de que a representação social e cultural das mulheres está atrelada ao fazer masculino e a uma persistência em que suas ações históricas pautavam-se pelo modelo masculino, contribuiu para que as/os professoras/os envolvidas/os na análise refletissem sobre como ensinar crianças e jovens por um viés de valorização das ações femininas – não em detrimento sempre da ação masculina, mas pela interpretação de ações de pessoas diferentes. Em relação à questão de gênero, nos pautamos na perspectiva metateórica a seguir:

55 - Essas atividades foram desenvolvidas na sequência de ensino, com as aulas-oficinas de bolsistas do PIBID, Jorge Tertuliano Neto e Renuza Gonçalves, no ano de 2015, na Escola Estadual Padre João Tomes, com uma turma do Ensino Fundamental. Destacamos neste artigo, apenas uma parte das ações desenvolvidas.

[...] ‘gênero’ dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 289.)

Fundamentar essa parte com professores/as contribui para que eles/as aprofundem seus olhares e suas práticas, pontuando na aula de história as questões de gênero, com a desconstrução de estereótipos, com o questionamento de violências e padrões de comportamento definidos como masculinos e femininos.

Com a introdução dos temas da História Cultural na escola, houve a inserção e a utilização de linguagens, fontes históricas e abordagens diversificadas no ensino de história. Isso foi/é importante porque, “nos últimos trinta anos, nos deparamos com várias histórias notáveis que anteriormente eram desconsideradas por se pensar não possuírem uma história, como a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade”. (Cf. SOIHET, 1997, p. 275.)

Nomear, identificar, quantificar a presença de homens e mulheres nos lugares, nas instâncias, nos papéis que lhes são próprios, parece uma etapa necessária para pensar as relações de gênero na história e na escola, problematizando a própria erotização dos corpos e no uso de palavras ofensivas com significados de propriedade da mulher pelo sexo oposto. A partir das mulheres mais citadas pelos alunos em seus relatos, trabalhamos com algumas personificações de resistência feminina utilizando imagens, de duas mulheres distintas, que eram passadas de mãos em mãos, enquanto os alunos eram indagados se conheciam quem eram as tais personagens históricas.

Os alunos identificaram a figura da princesa Isabel Leopoldina de Bragança e Bourbon, uma das primeiras mulheres a entrar no universo político brasileiro, na administração do Brasil. Além de Isabel, trabalhamos com a figura de Dandara dos Palmares que, além de ser mulher, era negra e sofria duplamente numa sociedade patriarcal e racista.

Porém, a história de Dandara pouco é conhecida pelo simples fato de ser mulher, e, portanto, ocupar o segundo plano, ou nem ocupa lugar algum, na lembrança dos livros de história. Sendo assim, muitos alunos desconheciam essa mulher, tendo muitos questionamentos. Aproveitamos para trabalhar com os conceitos de assimetrias de gênero (passado-presente), de gênero e de heteronormatividade, vinculados às representações das mulheres que estávamos abordando. Uma das condições discutidas e problematizadas na escola foi o conceito de assimetria de gênero: desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando hierarquias. Por exemplo, no mercado de

trabalho.

Para acalorar ainda mais a discussão, apresentamos dados estatísticos e históricos sobre conquistas e desigualdades que as mulheres passaram e passam até hoje em nosso país, como a conquista do direito ao voto apenas em 1932; as taxas de analfabetismo apresentadas pela UNESCO, em que as mulheres aparecem em desvantagem; além de dados de antes e depois da aprovação da Lei Maria da Penha, sobre as ocorrências de violência doméstica. Fundamentou-se também o conceito de “sujeito individual”, apresentado por Joan Scott, (1995) o qual é protagonizado na concepção de “devir-mulher”, de Deleuze e Guattari, “[...] em função de uma conquista que elas operam de seu próprio organismo, de sua própria história, de sua própria subjetividade: ‘Nós, enquanto mulheres...’ aparece então como sujeito de enunciação”. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 61.)

Dessa forma:

[...] a fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287.)

Na história, há um sentido para cada sujeito, de acordo com suas trajetórias culturais e relações estabelecidas no cotidiano. A compreensão das diferenças podem ser analisadas como parte da formação histórica e da consciência histórica, vislumbrando-se, dessa forma, a amplitude dos papéis sexuais na história. Esse é um dos desafios no ensino de história: inserir nas aulas as discussões sobre as relações de gênero, aprofundando as concepções culturais que permeiam as identidades e diferenças e, de certa forma, impulsionando análises e produção do conhecimento histórico.

Com esse pensamento, recitamos uma poesia sobre a mulher, envolvendo cada estudante com uma narrativa sobre a mesma e sobre a questão de gênero.⁵⁶ Para problematizar e questionar a todos/as que estão no espaço escolar, “o olhar” sobre a mulher foi colocado como o princípio para os debates e estudos de gênero na aula de História. Para isso, durante a oficina, iniciamos com a poesia e terminamos lendo-a e interpretando-a. Múltiplos olhares e percepções, mas com respeito ao diferente.

Meu nome é mulher!

Eu era a Eva, fui criada para a felicidade de Adão.

Mais tarde fui Maria, dei à luz aquele que traria a salvação.

Mas isso não bastaria...

56 - Essa oficina está atrelada a sequência de ensino, desenvolvida no ano de 2015 e 2016 nas aulas de história.

Passei a ser Amélia, a mulher de verdade.
Para a sociedade, não tinha o menor valor.
Mas sonhava com a igualdade.
Muito tempo depois decidi:
Não dá mais! Quero minha dignidade. Tenho meus ideais!
Hoje não sou só esposa ou filha...
Sou pai, mãe, mulher de família...
Sou caminhoneira, taxista, piloto de avião, policial,
Trabalho nas forças armadas,
Operária da construção,
Podóloga,
Professora,
Advogada,
Contadora,
Técnica em enfermagem,
Estudante,
Estagiária,
Mãe,
Dona de casa...
Ao mundo peço licença para atuar onde quiser.
Meu sobrenome é competência
E meu nome é mulher!

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS...

Nesse capítulo apresentamos brevemente as experiências de pesquisa e extensão executadas a partir das ações do Laboratório de Gênero, Sexualidade e Interculturalidade (LAIGI/UFMS), no qual pautamos nossas abordagens teóricas e metodológicas sobre as relações de gênero no campo educacional e histórico. A percepção do silenciamento nas escolas da região de Três Lagoas, espaço de fronteira entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, nos mostrou que as muitas concepções acerca do feminino e do masculino seguem convicções tradicionais que definem leituras para o que deve ser exercido por mulheres e por homens na sociedade.

Há ainda alguns “discursos locais” que sustentam a manutenção de que a cultura da região centro oeste tem diferenciações em relação a outros lugares do Brasil. Isso é justificado por alguns grupos, relacionando cultura e educação das famílias, a partir do modelo de vivência nas fazendas, nas indústrias, guiados pelo mundo do trabalho e

também pelos modelos religiosos evangélicos neo-pentecostais. Esses ditos discursos nos incomodam de tal forma que, juntamente com os/as estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso, realizamos as atividades na cidade, e também numa Escola Estadual, visando desconstruir essa “naturalização” do que é próprio para homem e para mulher na sociedade.

Mesmo com alguns avanços no processo de ação da pesquisa e da extensão, as quais continuam em exercício, se percebe as dificuldades de rompimento com padrões culturais. Entre os principais: a) a resistência de profissionais da escola em participar das ações sobre gênero e sexualidade; b) resistência das famílias em permitir que as crianças e adolescentes participassem das aulas oficinas, com pouca participação, inclusive de pais e professores/as.

A preocupação em investigar, problematizar, conscientizar crianças e adolescentes sobre as relações de gênero e sexualidade contribui, em nossa perspectiva, com a desconstrução histórico-cultural sobre o que “deve” ser definido para cada pessoa a partir de seu gênero biológico. Uma vez que, num mundo plural e intercultural, respeitar é o princípio básico das ações por uma sociedade em que a equidade seja garantida.

Em suma, mais do que provocar debates, buscamos com as ações dos laboratórios instrumentalizar os/as estudantes da UFMS, de vários cursos, assim como os profissionais da Escola e as crianças e adolescentes sobre a historicidade do conceito de gênero, a importância do respeito à diversidade, a contribuição das pessoas em diferentes espaços culturais, sem “rótulos”, “padrões de comportamento”, “estereótipos”, entre outros.

Logo, as ações do Laboratório de Gênero, Sexualidade e Interculturalidade (LAIGI) ainda tem um longo caminho a trilhar, com muitas análises a serem realizadas em diferentes espaços educativos formais e não formais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra; 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2012. *História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

CROSS, Donna. *A papisa*. RJ: Geração editorial, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FONSECA, Selva. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

FOUCAUL, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V. 3.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Revista Pro-Posições*, v. 19, n. 2, Maio-Ago. 2008.

_____. *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Gênero, sexualidade e educação*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: Orientações sobre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, 1997.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, Jul.-Dez. 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: EDUNESP, 1999.

_____. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, Carmem Ramos. (Org.). *Gênero e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista: Cidadania e Feminismo*, n. esp., 2000. (Edição especial em português)

_____. *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

WALSH, Catherine. *La educación intercultural en la educación*. Peru: Ministerio de Educación, 2001.

A (MINHA) TRAJETÓRIA PROFISSIONAL EM HISTÓRIA E O COMPROMISSO DA FORMAÇÃO ALÉM DA ACADEMIA: DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E RAÇA⁵⁷

Deusa Maria de Sousa⁵⁸

INTRODUÇÃO

Início a escrita deste capítulo atendo-me à minha maior preocupação desde que decidi ingressar no curso de licenciatura em História, em regime sequencial, ainda nos idos de 1997 na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, em Floriano, cidade onde nasci: a qualidade da (minha) formação como profissional em História. Para tanto irei falar sobre mim, e falar de si não é uma tarefa fácil, ou, como ressaltou Ângela de Castro Gomes, (2004, p. 11) “[...] os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e, por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas [...]”. Quero relembrar que, naquele momento, sendo uma menina do sertão piauiense e sem acesso aos bons cursos de universidade de boa qualidade na capital, ser estudante de História era para mim uma grande realização. Apesar de todo o esforço e alegria que me cercava e aos colegas da época, era preciso encarar a realidade: campus universitário sem livros para pesquisa, professores sem formação adequada, além do curso em período modular, ou seja, apenas em período de férias dos cursos regulares, o que dificultava muito o tempo necessário para depuração das leituras teóricas.

Já naquela época, com quase 24 anos de idade e ainda iniciando a graduação, preocupava-me com minha formação dentro e fora da universidade. Por razões pessoais, ainda durante o terceiro semestre do curso de graduação em História pela UESPI, em 1999, migrei para região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul e, novamente, fiz vestibular para História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, e fui aprovada para iniciar naquele inverno, que foi agosto daquele mesmo ano. Lembro-me que, além da grandeza e suntuosidade do campus da Unisinos, eu também me sentia pequena e diminuída pelo frio e pelos hábitos e jeitos de falar do Sul do Brasil.

57 - Texto síntese da palestra na Mesa redonda: “Gênero, feminismos e ditaduras” durante a **I Jornadas do LEGH**, entre os dias 3 e 4 de dezembro de 2015, em Florianópolis-SC.

58 - Pós-doutora em História Social pela UFPI (Universidade Federal do Piauí) com Doutorado em História Cultural pelo PPGH da UFSC. Consultora técnica da UNESCO na CEMDP (Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) da SDH (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil) 2012-2013 e pesquisadora da ONU na CNV (Comissão Nacional da Verdade), 2014. Professora Adjunta da UFPA (Universidade Federal do Pará), Campus de Abaetetuba.

As aulas começaram e eu logo fui me dando conta de que o lugar de onde eu vinha e falava nada ou pouco tinha a ver com a realidade que agora se apresentava a mim. Logo passei a vencer as etapas no curso e me destacar pelo desempenho e também pelos posicionamentos que passei a apresentar durante as aulas e fora dela. Eu era uma militante comunista orgânica, ou seja, seguia com afinco as orientações de meu partido político e tinha na universidade uma maneira de introduzir mais ideias a respeito da doutrina comunista e combater as contrárias a ela. Eram tempos de embate permanente pelas lutas estudantis em nível local e nacional nas organizações estudantis por meio dos Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes dentro das principais universidades no Rio Grande do Sul. As maiores batalhas consistiam em ganhar ou não um ou outro CA de História, pois se sabia que nesse curso muita gente tinha “futuro político”.

O mesmo ocorria durante as aulas de história, onde o materialismo histórico era contraposto à “onda revisionista” que chamávamos de “nova história”. Outra situação que resta de lembrança daquele período é que nenhum posicionamento de direita era permitido para o acadêmico do curso de História da minha universidade. Era um tempo onde não havia espaço para os “indecisos”. Havia até aqueles nossos colegas que preferiam manter-se em silêncio e serem mais próximos das metodologias de trabalho dos professores e não se exporem ao debate teórico. Mas nós, ditos “stalinistas” e “trotskistas” (termos que comecei a usar depois das leituras marxistas de João Amazonas, [1990] intitulada *30 anos de confronto Ideológicos: Marxismo x Revisionismo*), sabíamos entre nós quem se inclinava mais para um lado do que para o outro. E o trotskismo petista que insurgente no Rio Grande no início dos anos 2000 era crescente e heterogêneo. Nós, os comunistas alcunhados de “stalinistas” pelos petistas, os quais alcunhávamos de “trotskistas”, éramos poucos, liderados por um único partido, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, mas fazíamos a diferença onde quer que estivéssemos. Eram tempos bons de sonhos, conquistas e também de perda da inocência política e da utopia de que as esquerdas poderiam governar o país sem se inebriar com o legado histórico da corrupção da política nacional.

Foi nessa época, ainda durante a vigência do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vi muitos petistas e trotskistas de carteirinha debandar-se do PT e de suas crenças tão defendidas na Universidade. Eu já não era uma militante orgânica e também começava a me questionar sobre determinadas práticas políticas de alguns líderes comunistas que começavam a ocupar espaços de poder nas esferas dos governos municipais, estaduais e do governo federal.

Naquele tempo, envolvi-me visceralmente com a pesquisa histórica e queria literalmente consumir a maior parte da minha vida com os métodos de análises e pesquisa dentro e, posteriormente, fora dela. Naquele período, comecei como bolsista de Iniciação Científica e depois comecei um estágio em museu de imigração alemã na cidade em que residia. Penso, hoje, que a minha “fome” por conhecimento era derivada da imensa possibilidade de vivenciar a experiência de acadêmica em História da maneira mais plena possível. Era tudo rico, novo e desafiador para mim. Eu não era uma juvenzinha, mas sabia que queria seguir a docência acadêmica. Antes disso, conforme defendia dentro e

fora da sala de aula na Universidade, acredito (ainda nos dias atuais) que o bom professor se forma mesmo na educação pública de ensino básico e médio. Tendo essa convicção, adentrei no mundo do ensino como professora com contrato emergencial pelo Estado do Rio Grande do Sul, num regime de 34 horas-aulas, o que naquela época significava ter 17 turmas, cada uma com média de 40 a 45 alunos. Aguentei essa vida dura e cansativa por cerca de 3 anos ininterruptos. Eu queria e precisava dar minha contribuição ao ensino público de meu país.

Hoje acho que toda a minha experiência como militante política e também minha origem foram determinantes para a escolha do objeto de pesquisa na carreira acadêmica que comecei a trilhar desde o final da graduação.

HISTÓRIA, POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS

O tema que venho investigando desde a conclusão do curso de licenciatura em História, em agosto de 2003, é a Guerrilha do Araguaia. Cabe destacar que a opção por ele teve a ver com minha militância comunista, mas principalmente com o silenciamento historiográfico a respeito da temática. Havia muita bibliografia produzida pela imprensa oficial do PCdoB acerca do Araguaia, mas aquilo não era considerado pela historiografia como História, ainda assim continuei com a mesma temática no mestrado. Assim, como foi enfatizado por SOUSA, (2011, p. 27.) “[...] a Guerrilha do Araguaia, nasceu como síntese crítica das experiências do movimento de guerrilha no Brasil e na América Latina e como estratégia de sobrevivência de suas lideranças, que se encontravam naquele momento, a partir de 1964, perseguidas pela ditadura militar nos grandes centros urbanos”.

Eram tempos obscuros em relação aos documentos relacionados ao período ditatorial brasileiro, e durante a seleção do mestrado uma das entrevistadoras do processo afirmou que dificilmente eu lograria êxito na perspectiva de análise apresentada. Felizmente tal preocupação serviu como incentivo para mim, pois consegui desenvolver e defender o texto final da dissertação em tempo hábil e logrei êxito com a finalização do trabalho.

Assim sendo, ainda durante a produção do trabalho final, aproximei-me dos familiares dos quatro desaparecidos políticos do Araguaia que eram originários do Rio Grande do Sul e adentrei no mundo particular do sofrimento e do silêncio dessas famílias e na busca pelos corpos e pelo “direito sagrado” de enterrarem seus mortos. Foi minha iniciação à união da história aos direitos humanos, que resultou no meu trabalho final intitulado *Caminhos Cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*, finalizado durante o mês de abril de 2006.

DITADURA, GÊNERO, RAÇA

A minha descoberta como mulher e o empoderamento que isso acionou fizeram-me perceber essa particularidade que até a graduação eu não havia dimensionado. Originária de uma trajetória na militância marxista é “natural” que não tivesse acesso a outras leituras

sobre feminismo senão o marxista, e, ainda assim, pouco difundidas no meio no qual eu atuava. Meu encontro com o gênero como categoria de análise ocorreu no processo da produção da dissertação, quando constatei que a maioria dos familiares dos desaparecidos e desaparecidas durante o combate na Guerrilha do Araguaia eram mulheres, muitas delas irmãs, sobrinhas, pois a primeira geração de parentes daqueles desaparecidos (mães que foram protagonistas desta luta) morreram, sem ter podido sepultar os corpos de seus filhos e filhas, essas famílias passaram a viver uma situação-limite. (Cf. CATELA, 2001.)

Naquele universo muito particular de dor, medo e silenciamento, legado deixado pela ditadura e por uma mídia oportunista nacional que age ao longo dos anos ao sabor dos interesses políticos, o mundo dos familiares encontrado por mim era quase impenetrável. Foram muitas e muitas tentativas frustradas até eu lograr o êxito esperado. Nesse mundo fechado, além da normalidade de um mundo familiar convencional, havia muita dor, ressentimento e muitos tabus ainda presentes. (Cf. SOUSA; WOLFE, 2008.) Acredito que muitas vezes as estratégias de gênero contribuíram muito para o êxito da pesquisa. Ou seja, havia no momento da produção do meu texto uma diversidade de familiares de desaparecidos políticos que iam desde aqueles que mantinham simpatia e proximidade política com o PCdoB (partido no qual militei e que organizou e dirigiu a Guerrilha do Araguaia) até os que mantinham ressentimento ou tabu em relação à participação do desaparecido no episódio do Araguaia. Conteí com as contribuições, entre outras, de OBERTI, (2006) PASCUAL (2004) e BOSI. (1987)

Precisei adentrar além das leituras sobre memória e ditaduras para entender esse universo muito particular dessas famílias e mulheres que mantinham esse luto permanente daqueles parentes que não puderam sepultar. Adentrei nas primeiras leituras sobre gênero e ditaduras, impulsionadas, sobretudo, pela rica bibliografia da ditadura da Argentina acerca do protagonismo das mães da Praça de Maio sobre o assunto, ancorada principalmente nas leituras de SÁBATO (1984) e SARTÍ e SANCHEZ. (1987)

Instigada pelas questões levantadas pela banca de dissertação, pude pensar e desenvolver um projeto para o Doutorado que buscou analisar esse mundo particular e paralelo vivido por estas famílias. Adentrei ainda no mundo muito particular de mães de desaparecidos que iniciaram por meio de cartas entre um mundo de dor, segredos e compartilhamento de esperança e ternura pelos filhos e filhas desaparecidas. Em 2007, fui aprovada para o curso de Doutorado em História na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na linha de gênero e subjetividade, ainda sob o impacto da aprovação e oportunidade de pela primeira estudar em Universidade Federal, sonho acalentado por toda minha vida. Foi um tempo maravilhoso de descobertas e de possibilidades que o ensino público de qualidade me possibilitou. Por meio da minha orientadora, tomei parte do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH, onde ganhei uma perspectiva e possibilidades de investigação sobre meu projeto de pesquisa à luz da história cultural, o que me vislumbrou sentimentos e sensibilidades antes não analisados.

Foi por meio do LEGH que fiz minhas primeiras viagens internacionais (Equador e Argentina) e onde pude também discutir e compartilhar muitas das minhas dúvidas

com outras pesquisadoras e pesquisadores de graduação, mestrado e doutorado. Naquele mesmo ano, eu, ainda sem bolsa de fomento à pesquisa, concorri ao Programa Bolsa da Fundação Ford. Ainda em 2007, havia poucos negros e negras com acesso ao ensino de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras e eu era das poucas, talvez a única, aluna negra do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina naquela época.

Eu tinha ido mais longe do que a maioria dos meus colegas e contemporâneos, pois entre meus colegas que iniciaram os primeiros anos escolares, alguns poucos chegaram até o ensino superior e, dentre esses, apenas eu fui além. Todavia, chegar até a pós-graduação [*strictu sensu*] era algo importantíssimo, mas sem bolsa de fomento à pesquisa [experiência por mim vivenciada no mestrado] demonstrou ser uma tarefa árdua e quase impossível.

Já havia, naquele período, muitas discussões sobre a disparidade de igualdade de direitos e acesso ao ensino superior no Brasil entre pessoas brancas, negras e indígenas, mas àquela altura não havia ainda a implementação de cotas para estudantes negros e indígenas nos cursos de pós-graduação no Brasil. Tal pauta estava envolta em um grande debate acadêmico nacional e a Ford Foundation⁵⁹ (por meio da Fundação Carlos Chagas) visou contribuir viabilizando bolsas de estudo para estudantes brasileiros que eram líderes em suas áreas de atuação (indígenas, negros e negras) e que tiveram comprovada dificuldade de acesso à educação no percurso escolar. Assim, a Fundação Ford pôde contribuir com a discussão das cotas – assunto muito recorrente dentro da esfera política educacional brasileira e uma tendência mundial das Ações Afirmativas.

Daquele modo, no processo para conseguir uma bolsa de estudos, foi que eu, realmente, tomei consciência da minha condição de mulher negra. As leituras marxistas e minha condição de militante tinham me transformado numa lutadora pelos direitos iguais da humanidade, mas em nenhuma delas eu tinha me distinguido pela cor da pele, nem que essa diferença me traria menos oportunidades na vida que as pessoas de pele clara. Cabe ressaltar que essa “constatação” foi dolorosa. A vida toda eu sofri com racismo, mas sempre tinha a “arma” do argumento em punho contra isso. Muitas vezes a saída encontrada por mim, e certamente por muitas pessoas negras que são vítimas frequentes de ataques racistas (sejam estes ataques agressivos ou camuflados), é tentar abstrair e seguir em frente. No processo de seleção para bolsa da Fundação Ford, pude conhecer outras pessoas (candidatos à mesma bolsa que eu) com histórias de vida e dificuldades semelhantes à minha e, infelizmente, com as mesmas narrativas de situações de exclusão

59 - “A **Fundação Ford** é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano. Criada em 1936, a Fundação Ford já contribuiu com US\$ 13,3 bilhões em doações e empréstimos para auxiliar a produção e divulgação do conhecimento, apoiando a experimentação e promovendo o aprimoramento de indivíduos e organizações. Atualmente, não possui ações da Companhia Ford e sua diversificada carteira de investimentos é administrada para ser uma fonte permanente de recursos para custear seus programas e suas atividades”. Disponível em: <<http://www.programabolsa.org.br/fford.html>>. Acesso em: 25 Mar. 2016.

e racismo.

Felizmente fui contemplada com a bolsa da Fundação Ford, o que possibilitou dedicar-me inteiramente ao Doutorado durante 3 anos e ter todas as condições de moradia, seguro de saúde e de vida, além de incentivo à participação de eventos e publicações custeadas pela bolsa. Foi por meio da Fundação Ford que também pude realizar grande parte da minha pesquisa com a entrevista de mais de 20 familiares de desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia e pude viajar para São Paulo, Rio de Janeiro e pelo interior do Rio Grande do Sul, entre outros, com recursos advindos desta bolsa. Foi um importante passo para a qualificação do projeto e, posteriormente, para o texto da tese defendido em dezembro de 2011.

A bolsa possibilitou-me ainda ter uma importante vivência em outro país e compartilhar a experiência de viver com outros bolsistas de nacionalidades estrangeiras (mais de 20 ao todo) e aprender com sucesso o idioma inglês por meio de curso intensivo na *University of Arkansa*, durante a primavera de 2010.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E O DEVER DE (RE)CONTAR

Na escrita da minha dissertação e da tese pude constatar o quanto o olhar do(a) historiador(a) pode, e a meu ver deve, voltar-se para os dilemas do passado e tentar dialogar com as ferramentas do presente. A Guerrilha do Araguaia – e as quase 60 pessoas desaparecidas durante esse episódio – foi o desafio a mim apresentado e que eu, na condição de historiadora, procurei dar contribuição no tempo presente. A publicação do pequeno livro intitulado *José Huberto Bronca: da luta sindical ao Araguaia* em 2006, para o público não acadêmico, foi minha primeira iniciativa nessa direção. Logo depois da defesa da tese intitulada *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*, em dezembro de 2011, fiz seleção pública para consultora UNESCO para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH-PR, junto ao Grupo de Trabalho Araguaia – GTA, onde pude contribuir com meu conhecimento como especialista na temática para o grupo de pesquisadores forenses e familiares acerca da produção bibliográfica sobre a temática e no levantamento e catalogação de relatos orais que pudessem levantar indícios para os possíveis locais de inumação dos corpos dos desaparecidos do Araguaia.

Foi um duro e árduo trabalho que requereu de mim, além do conhecimento específico sobre a temática, a consciência política da importância do historiador e do ser humano envolvido naquele trabalho. Muitas noites fora de casa, viagens em condições que muitas vezes inspiravam medo e insegurança, mas que me deram indícios seguros para afirmar o quão importante e necessário é o envolvimento do historiador com temas e dilemas do tempo presente.

A região onde ocorreu o conflito do Araguaia é conhecida por mim há mais de

10 anos. Região diferente do Sul e Sudeste do Brasil, mas atualmente muito diferente da região inóspita e inacessível descrita pela bibliografia corrente sobre o cenário da Guerrilha. Cabe destacar que, ainda assim, é uma localidade pobre, carente de muitas das modernidades e acessibilidades que “nós”, a maioria dos pesquisadores e pesquisadoras que estiveram por lá, conhecemos. Nada naquele lugar me causou espanto, soberba ou repulsa – o que presenciei vindo de alguns membros da equipe, que encaravam o trabalho naquelas condições apenas como “trabalho”, diferente de mim que o via como contribuição, na visão (talvez) de historiadora engajada que tinha ainda no início da graduação. O(a) historiador(a) é um indivíduo do seu tempo, mas que traz todas as marcas de suas vivências; então, creio, novamente, que a menina simples, que ansiava em mudar o mundo e fazer justiça social por meio da luta da adolescência até a graduação, vive ainda em mim na condição de pesquisadora que tenta fazer justiça nos objetos e trabalhos e que tenho buscado (des)envolver. Assim, foi rica a experiência da consultoria para CEMDP-SDH, em que pude vislumbrar o quanto os trabalhos que podemos fazer além da academia contribuem para nossa formação e nos põe em contato com a realidade e os dilemas históricos do tempo presente.



Imagem 1: vista panorâmica da região da Serra das Andorinhas, São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá (TO). Foto: Tereza Sobreira- (Ministério da Defesa). Fonte: Acervo pessoal, 2012.

Nessa consultoria pude estudar, produzir e sistematizar seis “produtos” (como são chamados os trabalhos de pesquisa) que foram aprovados e depositados para consultas, a todo tempo, pela CEMDP-SDH. Assim, na condição de sigilo, a produção entregue não pode nem deve ser divulgada ou mesmo publicada pela consultoria, mas aquilo se materializa ou impregna a alma e a vida de quem faz e participa de uma experiência rica, mas cheia de dificuldades e também de silêncios. Chorei muitas vezes durante a produção da pesquisa para a consultoria, assim como também fui acometida, por diversas vezes, de emotividade nas dúvidas que surgiram no processo da construção das entrevistas (ALBERTI, 2005.) em diversos rincões, e temia frequentemente ser alvejada por uma bala de algum jagunço escondido a mando daqueles que ainda defendem as atrocidades

cometidas na região do Araguaia. (CAMPUS FILHO, 1997.)



Imagem 2: vista panorâmica da balsa de transporte de passageiros, São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá (TO). Foto: Tereza Sobreira- (Ministério da Defesa). Fonte: Acervo pessoal, 2012.

Naquele período tive a oportunidade de visitar tantos lugares, conhecer tantos sabores diferentes de comidas, sentir o medo e apreensão com a chegada da equipe nos pequenos lugarejos em que tentávamos encontrar restos mortais dos desaparecidos. Sobre o manto “sagrado” da lei, invadimos cidades, cemitérios e lugares ditos sagrados nos lugarejos por onde passamos. Estávamos a serviço do Estado e cumprindo uma sentença judicial, mas meu olhar de historiadora não se aquietava com os dilemas e, talvez, problemas que estávamos provocando. (POLLAK, 1989.)



Imagem 3: No meio do mato na região do Araguaia durante o levantamento antropológico dos possíveis locais de inumação de corpos dos desaparecidos do Araguaia. Foto: Tereza Sobreira (Ministério da Defesa). Fonte: Acervo pessoal, 2012.

Foi minha a iniciativa de que a equipe de pesquisadores e representantes dos três Ministérios envolvidos, antes de chegarmos aos lugarejos, devêssemos contatar as autoridades locais, explicar-lhes as razões da Caravana, e, em seguida, contatássemos as escolas públicas para que, por meio de professores, pudéssemos apresentar a finalidade de nossa visita (invasão). Infelizmente, devido ao excesso de demanda (além desta) nunca houve, de fato, essa iniciativa. Por intermédio de um contato anterior construído com o então titular da Secretaria de Educação de um dos municípios onde a Caravana fazia escavações, pude viabilizar a ida de alguns peritos forenses, um familiar, um representante da SDH e eu até a maior escola de ensino médio daquela localidade e, juntamente, com o corpo de professores explicar-lhes a finalidade de nosso trabalho. Foi uma importante iniciativa que prestamos naquela ocasião para a população do local do conflito do Araguaia.



Imagem 4: Estudantes de escolas públicas da região em visita ao local de inumação em Xambioá (TO). Foto: Tereza Sobreira- (Ministério da Defesa) Fonte: Acervo pessoal, 2012.

Depois dessa iniciativa, outras escolas de outros municípios vizinhos puderam sanar a curiosidade em relação ao nosso trabalho nas áreas dos cemitérios entre duas cidades da região sudeste do Pará e do estado do Tocantins. Cabe ressaltar que nosso trabalho era cercado de sigilo e a população local, por vezes, por conta das nossas escavações, era impedida de visitar os túmulos de seus parentes enterrados nos cemitérios onde estávamos acampados. Houve, naquele período, muita resistência à nossa presença naquelas localidades. Mexíamos muito com a normalidade dos lugarejos onde estivemos. Por diversas vezes era confuso entender essa relação conflituosa e tentar explicar para as pessoas daqueles lugares a importância de resolvermos dívidas do passado (no caso a localização e identificação de restos mortais dos desaparecidos do Araguaia) sem ferir os ritos sagrados do presente. Em muitas ocasiões percebi o quanto os traumas em relação a esse passado ainda são presentes e muito mais dolorosos para as pessoas que ali habitam. Era esse o exercício que eu procurava fazer a mim e a equipe permanentemente. (Re) mexer o passado sem desprezar o presente.

GÊNERO E ORALIDADE

Em junho de 2013 comecei a integrar o Projeto Patrimônio Cultural no Nordeste do Brasil, desenvolvido na Universidade Federal do Piauí – UFPI e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Minha pesquisa de pós-doutoramento teve como finalidade fazer levantamento do patrimônio material e imaterial da comunidade das Canárias (MA), com os objetivos de valorizar a memória coletiva, a tradição, o patrimônio edificado por populações de pescadores e pescadoras, rendeiras e artesãos que vivem em torno do Delta do Rio Parnaíba, extremo norte do Piauí e divisa com o Maranhão. Foi uma possibilidade de reencontro com meu lugar de origem e de poder contribuir com a história do meu povo.

Durante o processo de imersão e conhecimento melhor da área em análise (APA – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba), fiz um passeio panorâmico ao Delta e uma de pesquisa à Ilha das Canárias. Foi uma experiência enriquecedora em que tive uma dimensão maior sobre a vida das pessoas que vivem da pesca e da cata do marisco. Desde o princípio da pesquisa, interessei-me pela vida e pela história das mulheres marisqueiras ou mariscadoras da comunidade do Morro dos Tatus, em Ilha Grande de Santa Isabel, no Piauí. Certamente, foi uma questão de identidade com minha história de vida, minha cor da pele – a mesma das marisqueiras –, enfim, a vida semelhante a que eu cresci, vendo mulheres como aquelas, fortes e, sobretudo, lutadoras, que me inspiraram a proceder meu projeto entre as mariscadoras do Morro dos Tatus.

Meu trabalho final do pós-doutorado versou sobre a vida e o empoderamento das mariscadoras a partir da cata, beneficiamento e venda do molusco. Foi uma experiência em que pude conviver com a labuta das mariscadoras empoderadas em uma atividade tida por elas antes como lúdica e secundária, transformada a partir da importância e disseminação do trabalho delas em principal fonte de renda para suas famílias. (SOIHET, 1997.)



Imagem 5: Mariscadoras e alunas do curso de turismo na labuta do beneficiamento dos mariscos, em Ilha Grande de Santa Isabel (PI). Foto: A autora. Fonte: Acervo pessoal, março de 2014.

O pós-doutorado deu-me ainda a possibilidade de, pela primeira vez, ministrar aulas para o ensino superior. Naquele campus universitário, o projeto se integrou ao curso de graduação em Turismo. Pude, junto com meus alunos e alunas, “desbravar” uma parte significava das pequenas cidades do entorno do Delta piauiense e investigar as diversas formas de manifestações culturais (algumas ainda trazidas pela imigração portuguesa, tais como: a renda de bilro e outras de caráter indígena como cestaria, entre outras), o que foi uma experiência maravilhosa e enriquecedora para mim como historiadora.

Ao final do estágio de pós-doutorado, participei de seleção pública para pesquisadora via Organização das Nações Unidas – ONU para o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – CNV,⁶⁰ para a escrita do capítulo sobre Guerrilha do Araguaia, a qual logrei, novamente, êxito. Tal experiência me propiciou trabalhar com a documentação dos órgãos e forças oficiais (civis e militares, produzida durante o regimento ditatorial militar) do governo brasileiro, até então consideradas secretas e disponibilizadas para consulta pública. Foi muito gratificante trabalhar com tantas fontes primárias e entender o exercício de catalogação e classificação feita pelos técnicos do Arquivo Nacional, de Brasília, e constatar, para minha satisfação de pesquisadora do tema, que muitas daquelas fontes militares, então inéditas, versavam certamente sobre os indícios dos destinos finais de muitos dos guerrilheiros e guerrilheiras do Araguaia que eu havia levantado anos antes durante a pesquisa no mestrado, doutorado e, principalmente, para a consultoria da CEMDP-SDH.



Imagem 6: Equipe de pesquisadores, pesquisadoras, conselheiros e equipe técnica da CNV em Brasília, durante o evento final da produção do relatório, novembro de 2014. Fonte: Acervo pessoal.

O trabalho de uma equipe de oito pesquisadores e pesquisadoras (de diferentes áreas

60 - “A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632”. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 29 Maio 2016.

de formação e origem) para a escritura do capítulo sobre a Guerrilha do Araguaia mostrou-se uma tarefa árdua, mas também prazerosa e necessária para o momento que a história política nacional estava e está imersa. Foi um sacrifício pessoal muito grande mudar-me durante seis meses com filho pequeno para Brasília e trabalhar durante mais de oito horas por dia na pesquisa que tinha data para terminar sem mais prorrogação. Tínhamos, nós pesquisadores e pesquisadoras envolvidos naquele trabalho, um sentimento único: o de que estávamos contribuindo – tecnicamente falando – com um importante momento para a reescrita da história brasileira em relação aos crimes cometidos contra cidadãos e cidadãs opositores ao regime ditatorial iniciado com o Golpe de 1964. Era ainda a resposta de um governo (outrora protagonista da resistência à ditadura) eleito democraticamente acerca de tais crimes. Ao final, pudemos elaborar um interessante capítulo que fez parte da versão final do trabalho e entregue em uma emocionante cerimônia pública à presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2014.



Imagem 7: Solenidade da entrega do Relatório final da CNV pelos comissionados à presidenta Dilma Rousseff, em 10 dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 04 Abr. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho na CNV, depois de quase dois anos longe da minha vida no Rio Grande do Sul, voltei para casa. Todas essas experiências, que relatei acima, considereirei como válidas e importantes no processo de formação para o ingresso na docência efetiva no ensino superior. A partir de então, e após três anos desde a defesa do Doutorado, somando os erros e acertos nas opções e nos concursos prestados sem obtenção de êxito, resolvi melhorar meus objetivos e seguir um foco: a região norte, pois era o local do país mais carente de doutores, onde eu teria mais chances e poderia contribuir e aprender mais. Assim, em junho de 2015, fiz concurso para professor adjunto para a Universidade Federal do Pará – UFPA, no Campus de Abaetetuba, no qual fui aprovada em primeiro lugar, efetivada em agosto daquele mesmo ano e onde me encontro até o presente momento.



Imagem 8: “Beiradão” principal ponto de chegada e saída [por via fluvial] dos povos das Ilhas do entorno da cidade de Abaetetuba. Foto: Autoria desconhecida. Fonte: Acervo pessoal.

Como previa, desde os tempos de graduação, encontrei-me plenamente como professora de História para o curso de Educação do Campo. Aqui ensino História e aprendo sobre a vida e lida dos povos da floresta e das ilhas (72) do entorno da cidade e região. Sou consumida diariamente com uma infinidade de nomes e saberes da terra que me mostram o quanto temos que nos aproximar da cultura popular e também aprender com as demandas do campo e não apenas da cidade. No momento da finalização deste capítulo estou envolvida na produção de um projeto sobre as mulheres quilombolas da região de Abaetetuba e na montagem do primeiro laboratório de História Oral do Campus onde trabalho atualmente. E minha formação e vida seguem, de fora para dentro da academia, como assim tenho defendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMAZONAS, João. *30 anos de confronto Ideológicos: Marxismo x Revionismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz / Edusp, 1987.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec / Anpocs, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Escrita de si, escrita da história: A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana. (Comp.). Subjetividad y figuras de la memoria. In: OBERTI, Alejandra. *La memoria y sus sombras*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006.

PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado: A Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SÁBATO, Ernesto. *Nunca Mais*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SARTÍ, Aída; SANCHEZ, Cristina. *Presentes! Ahora y siempre! Colihue*: Madre de La Plaza de Mayo. Buenos Aires: Línea Fundadora, 2007.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. *Gênero e Ciências Humanas: Desafio à ciência desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos Cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

_____. *José Huberto Bronca: da luta sindical ao Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 2011. Tese (Doutorado em História Cultural) = Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____; WOLFF, Cristina Scheibe. *Estratégias de gênero na denúncia aos desaparecimentos: Argentina e Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GÊNERO NA PESQUISA HISTÓRICA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA

Ana Rita Fonteles Duarte⁶¹

A experiência de pesquisa que relatarei começa antes de meu ingresso na Universidade Federal do Ceará, em janeiro de 2010, como bolsista de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) e, posteriormente, de forma efetiva, em julho do mesmo ano, como professora adjunta. Fala do desejo de um grupo de alunos de pós-graduação (até aquele momento somente de mestrado) e da graduação, em discutir a temática de gênero.

Ligados a um curso com forte tradição na área de História Social, com privilégio em temas como trabalho, migrações e movimentos religiosos, a temática de gênero ou mesmo a utilização da categoria não eram comuns no Departamento de História da UFC, ou objeto de discussão, apesar de alguns projetos aprovados na pós-graduação.

Eu mesma, aluna da primeira turma de mestrado, no ano de 2000,⁶² estudava a temática em pequenos grupos com outras duas alunas, procurando compreender os interstícios da discussão. A depender da maior ou menor boa vontade de alguns professores, admitia-se o debate ou, no mais das vezes, procurava-se readequar os projetos às possibilidades de discussão dos orientadores.

O Grupo de Estudos de Gênero, posteriormente transformado em Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (Gepehg), foi fundado em 2009, mas o seu registro junto ao CNPq só foi possível em 2010, porque necessitava de professor efetivo para fazê-lo. No início, tratava-se da discussão de textos fundantes: Michel Foucault, Joan Scott, Thomas Laqueur, Donna Haraway, Gloria Andalzua.⁶³

As discussões compuseram uma disciplina ainda ofertada no âmbito de tópicos

61 - Profa. Dra. Departamento de História –UFC, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (Gepehg) e do PIBID Educação em Direitos Humanos: Gênero e Sexualidade na Escola. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi membro do Laboratório de Estudos de Gênero e de História (Legh), da UFSC.

62 - O trabalho de mestrado foi defendido em 2002 e publicado em 2005. Centrou-se na análise dos escritos feministas da jornalista Carmen da Silva na revista *Cláudia* e nas memórias produzidas por ela e em torno dela. Ver: DUARTE, 2005.

63 - Os textos lidos foram FOUCAULT, 1980; 1996; SCOTT, 1995; LAQUEUR, 2001; HARAWAY, 2000; ANZALDUA, 2005.

especiais e ajudaram a ampliar as fileiras do grupo. Ainda no final de 2010, surgiu a oportunidade de concorrer com minha pesquisa selecionada no edital Igualdade de Gênero, do CNPq. Tratava-se do projeto *Homens e Mulheres contra o inimigo: as mobilizações do gênero pela ditadura militar (1964-1985)*.

Eu, que a pouco havia defendido uma tese sobre os usos e jogos de gênero para a ação política por ex-militantes do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA),⁶⁴ na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), observando as resistências e atribuição de valores à atuação militante com base em representações sobre gênero, família e política, acabei me interessando pelas formas pelas quais o regime autoritário haviam se apropriado do gênero para legitimar suas ações e combater o inimigo com base na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Passei ao outro lado do tabuleiro.

O projeto de pesquisa tinha por objetivo investigar e analisar as formas utilizadas para mobilizar identidades femininas e masculinas como forma de dar sustentação ao projeto de poder da ditadura militar implantada no Brasil (1964 e 1985), baseada na DSN, com características de guerra total e permanente.

A Doutrina de Segurança Nacional, sobre a qual se construíram as linhas de ação ditatoriais, defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militares) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania).

Nesse sentido, a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das armas usadas pelos comunistas para desagregar a sociedade tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias. Não só o ideário golpista, mas também os governos militares alimentavam-se nesse aspecto de elementos do imaginário anticomunista brasileiro – disseminado a partir da segunda década do século XX, que via nas ideias “bolchevistas”, entre outras coisas, um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar. Documentos produzidos por serviços de informações da ditadura, analisados por Carlos Fico, atribuíam ao suposto Movimento Comunista Internacional (MCI) tentativas de propagar-se através do incentivo ao uso de drogas e da valorização da ideia do “amor livre”.

Consideradas subversivas, inadequadas pelo regime ditatorial e por parcelas da população, como fica explicitado nas mobilizações pró-Golpe ou mesmo nas manifestações de apoio à censura governamental, as mudanças comportamentais e identitárias deveriam ser enfrentadas através de uma “estratégia psicossocial” ainda pouco analisada historicamente.

Alguns trabalhos sobre a propaganda política ditatorial revelam a busca da preservação da moral e dos bons costumes para a transformação do País, segundo os militares, em situação de decadência. A “união”, “solidariedade” e “amor”, pregados por

64 - O trabalho foi defendido em 2009, na UFSC, e publicado em 2012. DUARTE, 2012.

peças publicitárias ditatoriais, vinham da convivência pacífica e feliz do núcleo familiar em que pais, mães e filhos estavam convencidos da necessidade de colaborar com as mudanças, unidos em torno dos “ideais certos”. À família cabia valorizar e compreender a dinâmica de gerações que preservam esses valores, como esfera privilegiada da educação cívica, estímulo à “obediência” e ao “respeito”, à “verdade”, à “lealdade”, à “honestidade” e ao “sentimento de dever”. Homens e mulheres, na condição de pais e mães, deviam agir como educadores dos lares, na busca pelo fortalecimento do caráter nacional.

Esse pensamento seria reforçado pelo ensino obrigatório em escolas, a partir de 1969, da disciplina de Educação Moral e Cívica que conclamava o cidadão, como parte de um organismo maior, a realizar sua parte para o melhor funcionamento e crescimento desse. O modelo de socialização da disciplina era educar crianças e jovens nos valores e universo moral, conformando comportamentos do homem, da mulher e vínculo familiar.

Em livros didáticos, os alunos aprendiam que deviam tornar o país uma grande nação, fazendo-se seres “produtivos”, “úteis” e “ágeis”; que a instabilidade da família moderna, a ser combatida, tinha entre suas causas as condições da vida urbana (que não permitiam mais famílias numerosas), a emancipação da mulher e a necessidade dela trabalhar fora de casa.

A degradação de valores que seriam caros à Moral Nacional, a ameaça à estabilidade das instituições como família e igreja, assim como a necessidade de combater o crescimento do pensamento “marxista” no âmbito da educação, motivaram a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, em 1969. Eram atribuições desse órgão, ligado ao Conselho de Segurança Nacional: a definição curricular e aprovação de livros didáticos para a disciplina de Educação, Moral e Cívica; um trabalho mais amplo de articulação com autoridades civis e militares de todos os níveis de governo para implementação e manutenção da doutrina de Educação, Moral e Cívica; colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação, Moral e Cívica; influenciar e convocar a cooperação – para servir aos objetivos da Educação, Moral e Cívica – das instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, incluindo jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e TV, entidades esportivas e de recreação, entidades de classe e órgãos profissionais e empresas gráficas e de publicidade; além de manter vinculações com os órgãos governamentais encarregados de ações repressivas ao que seriam “fatores negativos para a boa formação moral e cívica”.

A Comissão, composta por dez membros nomeados pelo Governo, sendo “de preferência diplomados pela Escola Superior de Guerra”, era formada por militares, padres e educadores. De acordo com as atribuições presentes em seu decreto de criação, ela teria amplo poder de decisão nas questões ligadas às questões relacionadas à Educação Moral e Cívica dentro e fora da escola.

Os escritos militantes de seu primeiro presidente, professor e especialista de “liderança na guerra revolucionária” da Escola Superior de Guerra, general Moacir Araújo

Lopes, evidenciam o caráter estratégico da imposição da disciplina pelo regime, bem como as conquistas obtidas pela Comissão em seu trabalho de convencimento sobre outras esferas governamentais, inclusive na construção de decretos e modificações à constituição, como no caso da censura moral à publicação de livros, jornais e outros periódicos:

É nesta difícil conjuntura que o Governo, em esplêndida demonstração de verdadeiro nacionalismo, lança as vistas para o basilar campo psicossocial e promulga o Decreto Lei 869, de 12-9-1969, sobre Educação, Moral e Cívica. Torna-a obrigatória como disciplina e como prática educativa – ideia e vivência. Mas o que é fundamental: dá-lhe seguras bases filosóficas-constitucionais teístas, e estende a influência destas bases às atividades de todo professor brasileiro – público e privado. Em outras palavras, estende as bases filosófico-constitucionais à Educação no Brasil, resgatando décadas de experiências imprecisas e neutras.

[...] Quase em seguida, a Emenda Constitucional n.1, de 17-10-1969, afirma no final do parágrafo 8º do art.153, que “Não serão, porém, toleradas... as publicações e exteriorizações contrárias à moral e os bons costumes”. E, finalmente, o Decreto Lei n. 1077, de 26-01-1970, regulamenta o texto constitucional.

Abre-se a perspectiva de ser sustada a tentativa em curso de degradação da mulher e do exílio da família, fatos observados em velhas civilizações degradadas e que, no tempo, mereceram correções memoráveis: Sodoma, Gomorra, Babilônia, Roma, Pompéia. (LOPES, 1971, p. 148.)

Para lecionar a disciplina de Educação, Moral e Cívica, os professores que atuassem no ensino superior ou médio deveriam ser formados nas faculdades de filosofia. Já os que atuassem no então ensino primário deveriam receber a formação nas Escolas Normais ou estabelecimentos equivalentes. Mas para além de uma preocupação com a formação conteudística da disciplina, definida pelos integrantes da CNMC, seria necessário que o professor se adequasse ao esperado em termos morais, cabendo punições para aqueles que infringissem os valores da Educação, Moral e Cívica, apoiados nas “tradições nacionais”, tais como “a preservação, fortalecimento e projeção dos valores espirituais e morais da nacionalidade” e “o aprimoramento do caráter, com apoio na moral e no amor à família e à comunidade”. Aqueles de conduta considerada inadequada podiam ser submetidos a processos, podendo ser suspensos das funções por um prazo de até 10 anos e ficando impedidos, durante a suspensão, de exercer cargo ou função em qualquer estabelecimento de ensino.

Na condução da disciplina, o papel dos professores e, especialmente, das professoras, se coloca como fundamental para o sucesso da empreitada, tal como explicita a conclamação de Moacir Araújo Lopes, embasado por dois expoentes do pensamento católico na área de educação, em sua Mensagem aos professores, pronunciada em solenidade de encerramento do curso de Dinâmica da Educação Moral e Cívica, no Instituto de Educação da Guanabara, em 20 de dezembro de 1969:

Nas citações de Frans de Hovre, sobre Kidd, a importância fundamental da Juventude e da Mulher, na evolução dos povos e da raça, resulta da capacidade para a criação de valores espirituais. Valores esses que são a causa e a origem dos atos, comportamentos e exemplos morais e cívicos, imprescindíveis à formação e aperfeiçoamento do caráter, à vivificação das Instituições e à integridade, coesão e unidade da própria Pátria.

Se as características de mulher e de jovem as minhas ouvintes juntam a de Professora, a sua função humana e social avulta de significado.

[...] Fostes preparadas, dignas ouvintes, para assumirdes a direção da disciplina Educação, Moral e Cívica, na formação espiritual, moral e intelectual de brasileirinhos. Formar o caráter em bases cristãs; ajudar a construir corretas escalas de valores; fazer praticar atos cívicos e preparar o futuro cidadão. Se todas as matérias, sem exceção, devem colaborar nos mesmos objetivos, aquela que nos congrega no momento tem essas finalidades específicas.

O trabalho dos órgãos de informação criados pelo regime ditatorial também é pautado pela observância e caracterização do comportamento moral daqueles que são alvos de dossiês e investigações. Constantemente informações obtidas ou mesmo forjadas eram utilizadas como forma de combater oponentes.

Era comum que se tentasse desqualificar pessoas sob acusação de “desvio moral” – padres e bispos progressistas eram acusados de romper o celibato, políticos de oposição de serem homossexuais, professoras de esquerda de terem amantes, jovens estudantes de realizarem congressos estudantis que encobriam a prática do amor livre ou de uso de drogas. Cartelas de anticoncepcionais foram usadas como provas de acusação contra moças presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 1968. Construía-se, também assim, modelos de comportamento a partir do que se condenava ou estigmatizava.

Sob a alegação de defender a moral e os bons costumes, a censura de seguidos governos militares perseguiu, cassou, proibiu, editou ou tirou de circulação peças de teatro, filmes, novelas, programas de TV, shows de humor, músicas, livros e revistas jornalísticas.

Esse tipo de ação voltado para a construção de modelos de feminilidade e masculinidade não se restringiu ao Brasil. Capdevila (2001) identifica em vários países do Cone Sul, submetidos a ditaduras nas décadas de 1960 e 1970, a defesa pelos regimes militares do ideal da mulher como dona de casa e de valores familiares que deveriam ser adotados por toda a sociedade, o que implicava, entre outras coisas, na perseguição a homossexuais homens e mulheres. Muitos deles integram a lista de “desaparecidos”.

Na Argentina, alguns torturadores consideravam “recuperáveis” presas que se reaproximassem de sua feminilidade, exigindo antes da liberação que depilassem as pernas. Histórias de maior indignação são abundantes em depoimentos de mulheres torturadas no Brasil: parte de policiais, ao prenderem guerrilheiras, intensificavam as torturas em revolucionárias, incluindo violência sexual.

Prescrições para atuação na família, disciplina cívica, reforço de valores morais, reprovações de comportamentos sexuais considerados inadequados, observação sobre o “decoro” no que era exposto, mostrado, cantado, escrito. Essas são algumas formas de mobilizar homens e mulheres presentes em discursos e ações do aparato ditatorial.

As bases do Poder Nacional, dentro da expressão psicossocial da DSN, seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso, com conotação cristã. Encíclicas papais são citadas como formas de fortalecer argumentos.

A presença de diretrizes para o que seriam hoje consideradas relações de gênero pode ser mais claramente perscrutada no que tange ao papel desempenhado pelas instituições sociais em seu caráter de ordenamento, considerado pela Doutrina como imprescindível para a vida social, sendo esta passível de constantes estudos e busca por informações, tais como:

[...] Quais os grupos que estão adquirindo preeminência econômica e social? Quais são os desenvolvimentos dentro do elemento particular da população conhecida como força de trabalho? Que está acontecendo com a filiação às igrejas? Quem está entrando para os clubes e que espécie de clube é? Quem está fundando novas lojas, sociedades secretas e cooperativas? A esse respeito as informações devem conhecer um grande número de outras coisas acerca da sociedade, tais como alterações dos hábitos de vida, desenvolvimento de novas moradias, alterações na economia doméstica e diversões da família. Devem estar atentas às mudanças de gostos, maneiras e modas. [...] Devem conhecer as mudanças da atitude popular diante de um expurgo de indesejáveis, da nacionalização da propriedade privada, do partido do governo, do casamento civil, da instrução leiga, dos direitos das minorias, do serviço militar obrigatório, para citar apenas alguns dos pontos mais importantes. (MANUAL Básico, 1975, p. 464.)

O fortalecimento, estabilização e aperfeiçoamento de instituições sociais fortaleceriam o poder nacional de acordo com a Doutrina elaborada no âmbito da Escola Superior de Guerra. Criada em 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964 o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis. Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites.

Não se preocupava, no entanto, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis em seu quadro permanente como professores ou convidados, alunos, conferencistas. Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro presidente do regime, marechal Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da Escola.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos cujo principal é o Manual da Escola Superior de Guerra (publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente, até 2009), além de artigos publicados nas revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra* (Adesg) e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos, como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a DSN através da realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos e da Adesg, são referências para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar que as relações de gênero – expressas através de normas de conduta, análises comportamentais e posicionamentos diante de transformações culturais – têm na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como essas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e mudanças sociais.

As possíveis mobilizações de gênero, na forma como pretendíamos analisá-las, poderiam ser realizadas a partir do estudo acurado e minucioso do que se conceitua na Doutrina como “estratégias psicossociais”, uma das expressões do poder nacional, ao lado das expressões política, econômica e militar. Geradoras de forte preocupação, naquele momento, essas expressões, de acordo com o Manual Básico da ESG:

[...] estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão de poder.”

As informações sobre o campo psicossocial do próprio país ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão.

Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação de segurança.

Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempos de paz, ou o emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância. (MANUAL Básico, 1975, p. 462.)

A dinâmica familiar é considerada fator da expressão psicossocial, apesar de se reconhecerem mudanças que estariam ocorrendo nessa instituição:

Na família, os compromissos éticos e morais de seus membros devem resultar de vínculos que se fortalecem no lar, órgão legítimo,

onde virtudes, sentimentos e ideais encontram seu ambiente próprio. Na sociedade contemporânea, entretanto, efeitos perversos estão violentando a estrutura familiar em sua coesão e em seus legítimos desempenhos. (COMPLEMENTOS da Doutrina, 1981, p. 54.)

É importante salientar que o contexto histórico, em que se realizam essas avaliações, é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado entre os anos de 1960 e 1980, trouxe consequências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência.

A entrada maciça de mulheres de classe média no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, a divulgação de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, conflitos de gerações estabelecido, a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento.

As mulheres e os jovens, especialmente, tornam-se alvo de preocupação expressa pela instituição apontada como laboratório de ideias do regime, embora seja possível perceber um tom ambíguo nas análises realizadas pelos textos que reconhecem avanços realizados por esses grupos sociais.

[...] a mulher evoluiu bastante, no campo das atividades profissionais, especialmente em setores de atividades que, tradicionalmente, eram reservados ao sexo masculino.

Quanto à coesão da família, o trabalho da mulher fora do lar contribuiu para enfraquecê-la. Quer realize os trabalhos domésticos, quer trabalhe fora, a mulher costuma sair e ter muita presença nos empreendimentos comunitários. Por outro lado, tem progredido a divisão equitativa dos afazeres domésticos, o que estimula o companheirismo. (MANUAL Básico, 1975, p. 399.)

A participação dos jovens na força de trabalho remunerado, que lhes facilita prematura emancipação financeira e a possibilidade de se afastarem cedo do lar paterno, encurta o convívio familiar e facilita, não raras vezes, efêmeras ligações, nas quais as ligações afetivas são totalmente desprovidas de qualquer compromisso ético e moral. Por via de consequência, podem-se enfraquecer, sub-repticiamente, os laços familiares e a influência educativa dos pais, com graves consequências sobre o equilíbrio emocional dos filhos, que irão crescendo com possíveis desajustamentos e conflitos. (COMPLEMENTOS da Doutrina, 1981, p. 54.)

Era possível, portanto, identificar alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças, representadas por “maus

comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais.

A pesquisa que era, portanto, individual foi assumida pelo grupo, formado na época, em sua maioria, por estudantes de graduação ainda nos primeiros semestres, num total de seis alunos, além de duas mestras e um doutorando. Fomos contemplados não só pelo *Editais Igualdade de Gênero* do CNPq, mas também pelo *Editais Primeiros Projetos*, da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

O financiamento nos possibilitou a compra de equipamentos para a pesquisa, livros, a seleção de bolsistas de iniciação científica, mas, especialmente, o deslocamento para a pesquisa em arquivos fora do Estado do Ceará, em Brasília (Arquivo MEC/INEP, Conselho Nacional de Educação, Arquivo Nacional) e no Rio de Janeiro (Biblioteca General Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra – ESG, Arquivo Nacional), além da organização de publicações. À empreitada juntou-se outra professora, Meize Regina de Lucena Lucas, e seu Grupo de Estudos em História e Imagem, também registrado no CNPq.

Amparados na ideia das mobilizações do gênero pela ditadura militar, passamos a analisar prescrições para atuação na família, disciplina cívica, reforço de valores morais, reprovações de comportamentos sexuais considerados inadequados, observação sobre o “decoro” no que era exposto, mostrado, cantado, escrito. Essas eram algumas formas de mobilizar homens e mulheres presentes em discursos e ações do aparato ditatorial.

Mas, como, afinal essas ações aparentemente fragmentadas, constantemente citadas em trabalhos sobre a ditadura brasileira, ligados ou não ao campo da história, como exemplos de autoritarismo, política de terror e mesmo do anacronismo da ditadura militar brasileira, articulavam-se dentro de um processo de mobilização de identidades femininas e masculinas a serviço do projeto de poder pensado para a ditadura militar?

Dentro das estratégias de combate ao inimigo na guerra interna e externa travada contra o comunismo, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, qual o lugar dessas mobilizações? Como a instituição ou reforço dessas identidades poderia contribuir com o projeto de nação que se pretendia construir? E, por fim, havia divergências sobre as formas de mobilização ou construção de modelos identitários de gênero “adequados” entre as forças que sustentavam a ditadura brasileira? Essas foram algumas das questões que ajudaram a delinear essa proposta de pesquisa.

Com base nas diretrizes iniciais da pesquisa e do farto material encontrado nos arquivos, organizamos a pesquisa em dois grandes eixos: 1) a análise das mobilizações de gênero a partir de políticas educacionais, centrando-se na criação e implementação da disciplina de Educação, Moral e Cívica, a partir de 1969; 2) as mobilizações do gênero a partir da censura moral a produções culturais, notadamente no campo audiovisual (cinema e televisão).

No primeiro eixo, pensamos o próprio debate sobre a necessidade de criação da disciplina, a partir da Comissão Nacional de Moral e Civismo e no âmbito do MEC e Conselho Nacional de Educação. Podemos perceber que esse não era um tema consensual

nessas instâncias do regime.

O período da ditadura militar no Brasil representou uma série de modificações para o campo educacional como ampliação da privatização do ensino, implantação do ensino profissionalizante, a presença dos Estados Unidos na implementação de uma série de políticas através dos acordos MEC-USAID, a intensificação de formação positivista que exaltava a ideia de um Brasil grande. Essas questões vêm sendo pensadas por diversos pesquisadores, mas para o que nos interessa mais de perto, foi fundamental analisar como o regime e seus ideólogos, a partir da ESG, compreendiam a escola como espaço estratégico para o combate ao “inimigo interno”, consubstanciado nas ameaças à moral e aos costumes.

Presente em variados textos de manuais da ESG, a escola é pensada como um órgão da Expressão Psicossocial do Poder Nacional, agindo como uma continuadora e ampliadora “da função educativa do lar”. Essa tarefa tornar-se-ia mais “[...] complexa à medida em que se multiplicam e diferenciam os valores culturais do grupo social, passando a exigir a criação de normas que garantam o equilíbrio da convivência social”. (DOCTRINA BÁSICA, 1979, p. 156.)

A degradação de valores que seriam caros à Moral Nacional, a ameaça à estabilidade das instituições como família e Igreja, assim como a necessidade de combater o crescimento do pensamento “marxista” no âmbito da educação estavam entre as principais preocupações.

A análise dos conteúdos a ser ensinados, a composição do currículo e das práticas de ensino, além da formação de professores aptos a ensinar, foram os temas discutidos por nossos bolsistas em artigos realizados com base em exame de livros didáticos, leis e pareceres do Conselho Nacional, debates na imprensa, palestras e escritos da Comissão Nacional de Moral e Civismo.⁶⁵ Além disso, examinou-se mais a fundo lugares de mobilização no âmbito escolar, esquadrinhando o uso de vultos nacionais e datas comemorativas a partir do fortalecimento de identidades de gênero aprovadas pelo regime.

No âmbito das mobilizações do gênero utilizadas pela censura às produções culturais (a partir de dezenas de processos de censura a filmes, novelas, minisséries,

65 - Criada em 1969, eram atribuições desse órgão, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, não somente a definição curricular e aprovação de livros didáticos para a disciplina de Educação, Moral e Cívica, também criada em 1969, mas cabia a ela um trabalho mais amplo de articulação com autoridades civis e militares de todos os níveis de governo para implementação e manutenção da doutrina de Educação, Moral e Cívica; colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação, Moral e Cívica; influenciar e convocar a cooperação para servir aos objetivos da Educação, Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, incluindo jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e TV, entidades esportivas e de recreação, entidades de classe e órgãos profissionais e empresas gráficas e de publicidade, além de manter vinculações com os órgãos governamentais encarregados de ações repressivas ao que seriam considerados fatores “negativos” para a boa forma da moral e cívica.

do fundo Divisão de Censura a Diversões Públicas, do Arquivo Nacional, em Brasília) procurou-se entender os modelos e comportamentos interditados e/ou liberados pelos censores em diferentes momentos do regime, quando não se tinha ainda um aparato legal que subsidiasse o controle daquilo que poderia ou não ser veiculado via cinema e TV.

O foco se direcionou para as argumentações e debates gerados entre censores, policiais, produtores culturais, legisladores e políticos acerca daquilo que poderia ser veiculado, levando-se em consideração horários, faixas etárias e grupos vulneráveis a temas e situações consideradas impróprias.

Durante todo o trabalho as esferas da moral e da política não foram vistas de forma dissociada, como ainda é bastante comum em muitos trabalhos sobre a censura no regime militar, mas como construtoras uma da outra. Certas interpretações sobre a censura tendem a separar a repressão política da moral, alegando que a repressão moral estaria vinculada a uma tentativa de respaldo frente a parcelas da sociedade, especialmente a grupos conservadores, que legitimariam a repressão política, uma vez já inscritas numa tradição moralista que antecederia o Golpe de 1964 e seria o verdadeiro objetivo da repressão à produção cultural.

De fato, tomadas de forma isolada, certas ações empreendidas pela censura federal (como o veto de filmes que são vistos como defesa do adultério ou do amor livre) têm pouco sentido. E se concordamos que a censura moral antecedeu o Golpe, não deixamos de perceber que essa tradição em torno do que seria a defesa da moral e bons costumes tornou-se tópico a arregimentar apoiadores e fiscais para o regime autoritário implantado no Brasil a partir de 1964.

Na maioria dos casos o Estado tem pouco a ganhar em termos materiais ou imediatos. Essas ações de fiscalização e censura moral só podem adquirir sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação de um poder, como nos lembra Joan Scott, autora aliás que nos ajuda muito a pensar o gênero em sua articulação com o regime político em questão, ao lado de Teresa de Lauretis e Beatriz/Paul Preciado, (LAURETIS, 1994; PRECIADO, 2008.) em suas reflexões sobre os meios de comunicação e produções culturais como tecnologias de produção de um sistema de sexo/gênero.

Dessa forma, a repressão moral foi entendida na pesquisa como uma forma de construção de uma autoridade e de um poder através da mobilização das identidades de gênero.

A primeira etapa da pesquisa foi concluída em 2013, com o fim dos dois editais anteriormente mencionados, prestação de contas e elaboração de relatório. No final de 2014, lançamos o livro *As Mobilizações do Gênero pela Ditadura Militar Brasileira*, (DUARTE; LUCAS, 2014.) reunindo artigos de pesquisadores do grupo e de convidados que trabalham temas correlatos, todos integrantes do Laboratório de Estudos em Gênero e História, da UFSC. Estamos preparando um segundo volume, uma vez que as pesquisas continuaram. Dois dos estudantes que ingressaram na pesquisa como bolsistas de iniciação

científica estão concluindo seus mestrados e trabalham com a temática da censura a partir do enfoque de gênero, analisando processos sobre telenovelas e filmes nacionais e estrangeiros.

Os acervos continuam alimentando pesquisas em Pibic (Programa Institucional de Apoio à Iniciação Científica). São três bolsistas, atualmente, voltados para o estudo da disciplina de Educação Moral e Cívica, censura moral e, agora, a questão da comunicação social pensada no âmbito da Escola Superior de Guerra, principal centro formador de lideranças do regime.

A partir da análise de documentos produzidos pelo principal centro formador de lideranças civis e militares do regime ditatorial (1964-1985), a Escola Superior de Guerra (ESG), como manuais, doutrina, complementos de doutrina, revistas, livros e relatórios produzidos por seus alunos, em pequenos grupos de formação, este projeto pretende analisar as representações daquela instituição sobre o lugar da comunicação de massa na Doutrina de Segurança Nacional elaborada e reelaborada pelos dirigentes e egressos da Escola.

Serão analisadas as possibilidades vislumbradas para a comunicação no projeto de construção autoritária de nação com fins de legitimação do regime militar, assim como as abordagens sobre os perigos e ameaças trazidos pela expansão de meios de comunicação como a televisão, o cinema e as publicações, num período marcado, ao mesmo tempo, pela expansão de infraestrutura necessária à implantação e consolidação dos mídia e da transmissão de informações em território nacional e pela intensificação da censura política e moral às produções culturais.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos, são lugares de referência para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar que a comunicação social e/ou de massa tem na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e mudanças sociais.

De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que, através da comunicação social, se conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que conscientizassem sobre a importância das necessidades da nação. A comunicação social é vista como responsável, em grande medida, por processos como interação social, formação da opinião pública, do Moral Nacional e pela valorização do ócio e do lazer.

Importante salientar que a preocupação e entendimento do lugar de importância assumido pelos meios de comunicação social passaram a ser preocupação do regime, através da constituição de condições de infraestrutura que permitiram a disseminação de uma indústria cultural – nos anos 1960 a TV se consolida como veículo de massa; na década seguinte, o cinema se estrutura como indústria; além das indústrias do disco,

editorial e publicidade, etc. Além disso, havia a preocupação em exercer o controle sobre os conteúdos e formas de expressão através da constituição de um importante aparato de censura ligado ao Ministério da Justiça, intensificado com a promulgação da Constituição de 1967 que expandiu a competência da União para censurar, além de filmes e peças teatrais, programas de rádio e TV, imprensa periódica e letras de música. À Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, coube o papel de estabelecer as condições de apreciação, liberação e veto de obras artísticas, tarefa exercida durante os 21 anos de ditadura, embora esse trabalho tenha superado o ano de 1985.

A preocupação com o que veiculavam os meios de comunicação vai ao encontro de outras instituições como a Igreja Católica, valorizada em sua tarefa de recuperar valores numa sociedade em crise. O papado publicizou suas posições e diretrizes sobre o bom uso da cinematografia, rádio e televisão, instruindo, em meados dos anos 1960, expectadores, produtores, autores, pais, pastores e autoridades a defenderem as leis morais na produção artística e de informação via meios de comunicação, a fim de se proteger públicos considerados vulneráveis como jovens e mulheres.

Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso destes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as devidas precauções por parte daqueles que por motivo de seu ofício manejam tais instrumentos.

Tenham-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos à sua idade. (INTER MIRIFICA, 1965, p. 11-12.)

De acordo com a ESG, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que, através da comunicação social, se conseguisse, de maneira eficaz, desencadear mensagens que conscientizassem sobre a importância das necessidades da nação. Sendo assim, os estudos realizados por grupos de professores e alunos (a partir da Doutrina e de sua sistematização) evidenciam as representações sobre a importância e impactos dos meios de comunicação de massa no âmbito do comportamento.

O lar, a família, a juventude, a moral e a religião são temas constantes nos trabalhos monográficos e relatórios produzidos pelos estagiários da Escola, através da Divisão de Estudos, e podem nos dar uma dimensão da articulação da Doutrina com a conjuntura social e política, revelando pontos de vista explicativos e sugestões de ação, a fim de garantir a Segurança Nacional através do estímulo a produção de algumas informações e conteúdos, bem como interdição e/ou censura de outros a partir dos meios de comunicação de massa.

Dessa forma, faz-se necessário aprofundar as análises, buscando a intersecção entre os discursos produzidos pela ESG – sobre a comunicação social ou de massa – e

outros setores do regime. É preciso também analisar as formas de ação de seus egressos na tentativa de implementação de políticas públicas ou de influenciar e convencer agentes governamentais e setores da população civil. Todos esses aspectos são fundamentais para o entendimento da ditadura em sua dimensão de mobilização nacional.

Nossos objetivos são, portanto, entender o lugar da comunicação social na Doutrina de Segurança Nacional elaborada no âmbito da Escola Superior de Guerra; identificar as outras matrizes de pensamento nos campos da educação, sociologia, ciência política e religião, com as quais esse pensamento se articula; verificar como esse pensamento é sistematizado nas produções didáticas destinadas aos alunos dos cursos oferecidos pela ESG, como manuais, revistas, livros, além dos relatórios produzidos pelos próprios alunos; analisar quais as estratégias defendidas nos estudos realizados na ESG no que toca aos usos ou interdições de usos para a comunicação social num regime de exceção; entender como o pensamento elaborado na ESG sobre os usos da comunicação social se articula com os modelos de gênero e moral defendidos pelo regime no âmbito de suas políticas públicas.

Entre o controle e a apropriação, procuramos entender como a comunicação é pensada pelos defensores da Doutrina de Segurança Nacional e como elaboraram sugestões de políticas para essa área. O gênero continua presente, não como única categoria, mas tendo ainda papel importante para a análise.

No final de 2014, a professora Meize Lucas concorreu e venceu o edital do CNPq, possibilitando a continuação da pesquisa com os acervos. Além de nós duas, mais dois professores se integraram ao projeto intitulado *Entre imagens e textos: censura e cinema no Brasil (1964-1985)*. O projeto, que se estenderá por 2016, investiga a censura realizada no Brasil no período da ditadura civil militar. A partir dos arquivos situados no Arquivo Nacional em Brasília (DCDP e propaganda) e na ESG (Escola Superior de Guerra), tem como proposta investigar a formação dos censores, a prática da censura e os textos que orientavam a prática censória no período.

O projeto foi gestado a partir da experiência de pós-doc da referida professora, a qual iniciou o trabalho conosco, e resultará em outra publicação em 2017, centrada em nossas reflexões sobre a censura a partir dos processos da DCDP e dos escritos da Escola Superior de Guerra (ESG).

Antes disso, ainda esse ano, lançaremos um segundo volume do primeiro livro, com foco nas reflexões acerca das mobilizações realizadas a partir do aparato de comunicação social e das reflexões realizadas pela Escola Superior de Guerra sobre os lugares dos meios de comunicação na construção do país desejado pelo regime militar, observando seus escritos e visões estratégicas sobre meios como a TV e sobre instrumentos como a censura aos meios de comunicação.

O fato é que a pesquisa sobre gênero e ditadura estabeleceu uma temática de pesquisa que possibilitou o trabalho conjunto de alunos e professores no Departamento de História da UFC. Ela tem formado quadros de pesquisa e nos permite vislumbrar um trabalho

profícuo e, de certa forma, novo no campo da historiografia que deverá nos ocupar ainda por muitos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro, 1975.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Complementos da Doutrina. Rio de Janeiro, 1981.

INTER MIRIFICA. Decreto do Concílio Vaticano II sobre os Meios de Comunicação Social. 11. Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (Orgs.). *As Mobilizações do Gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Colúmbia, 2016, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 1, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

- LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. In.: HOLLANDA, Heloisa. (Org.). *Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.
- OLIVEIRA, Eliézer R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; et al. (Orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- PRECIADO, Beatriz. Tecnogênero. In: _____. *Testo Yonqui*. Madri: Espasa Calpe, 2008.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil – repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Editora Uel, 2001.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: [s. n.], 1991. (mimeo)

GÊNERO, FEMINISMOS E SEXUALIDADES

VENDER PARA DONAS DE CASA É VENDER AMOR: PUBLICIDADE E DOMESTICIDADE NA REVISTA CLAUDIA NOS ANOS 1970 E 80⁶⁶

Soraia Carolina de Mello⁶⁷

Contrariando a premissa liberal de que a produção é mais valorosa e importante que o consumo, e que o consumo frívolo, perigoso, hedônico, emocional e irresponsável é aquele feminino, este capítulo parte de teorias feministas para observar a publicidade voltada às donas de casa na revista **Claudia**, nas décadas de 1970 e 1980. Com foco especial no trabalho doméstico das mulheres, o texto centra-se no argumento de que o consumo – as compras em si; uma vez que consumir é algo que todas as pessoas fazem, lembrando que podemos viver sem produzir, mas não sem consumir – é um dos trabalhos prestados pelas donas de casa às suas famílias e, em alguns lares de estratos médios, uma das suas principais ocupações. Além de se traduzir em atividades muito importantes no plano macro-econômico, que de fato regulam mercados e economias, o consumo feminino é responsável por carregar todos os significados sociais – ou, como colocaria Mary Douglas (2013), a troca de informações – presentes nos objetos que as famílias têm, presenteiam e usam para se comunicar em suas sociedades.

Partindo desta perspectiva, chama a atenção na observação da publicidade voltada ao trabalho doméstico em **Claudia**, nas décadas de 1970 e 1980, o uso do mito do amor materno e familiar como base discursiva dos anúncios. Através da noção de produção subjetiva de Félix Guattari (1994; 2010), esses anúncios são aqui observados de modo a analisar como a produção subjetiva capitalística, um termo de Guattari que pode ser entendido como sinônimo de sistema “capitalista-urbano-industrial-patriarcal”, se

66 - Este capítulo é um recorte da pesquisa de doutorado que resultou na tese intitulada *Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2016. A pesquisa foi realizada dentro do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff. Os debates feministas presentes no conteúdo editorial de Claudia, a respeito do trabalho doméstico, ganham destaque dentre as temáticas abordadas na tese por suas características progressistas. Isso ocorre, contudo, em aberta contradição com as posições encontradas nos anúncios voltados à domesticidade na publicação que, conforme observaremos neste texto, se mantiveram majoritariamente conservadoras no período analisado.

67 - Doutora em história cultural (2016) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde 2005 vem desenvolvendo pesquisas dentro do LEGH sobre história dos feminismos, trabalho doméstico, imprensa feminista e voltada para mulheres, no Brasil e no Cone Sul. Também tem atuado em formação docente com enfoque nas temáticas de gênero, diversidade e cidadania desde 2009.

dá através deles. A produção subjetiva é então utilizada como ferramenta, buscando-se observar não apenas os estereótipos de gênero, mas esses em sua associação com os interesses das diferentes esferas de poder da nossa sociedade que determinaram espaços de atuação e expectativas bastante coercitivas para as mulheres.

É importante, para tais objetivos, levarmos em consideração o fato de que a revista **Claudia** surge no Brasil, na década de 1960, com enfoque em um público-alvo emergente, a chamada mulher moderna, a esposa da crescente classe média urbana que vinha se estabelecendo nesse período. Na década de 1970, **Claudia** já era uma marca estabelecida e suas soluções baseadas no consumo, oferecidas aos problemas das donas de casa, pareciam trazer o modelo de feminilidade a ser atingido ou imitado, ainda que só fosse plenamente acessível a uma pequena parcela das mulheres brasileiras.

Ao observar a publicidade no magazine, com enfoque especial naquela relacionada ao trabalho doméstico, podem-se perceber as negociações entre um modelo de modernidade, de novidade, de avanço, e as tradicionais funções e atribuições familiares femininas.⁶⁸ É nessa lógica de modernização conservadora (Cf. DUARTE, 2005) que **Claudia** estabelece seus discursos sobre o trabalho feminino nas décadas de 1970 e 1980, sendo através dela, também, que podemos compreender a forte presença do conservadorismo nos anúncios voltados às mães de família.

Enquanto determinadas seções da revista, e mesmo alguma publicidade, pareciam dialogar constantemente com as novas percepções de feminilidade – estimuladas pelas mudanças culturais que emegem a partir da década de 1960 e principalmente devido aos feminismos –, a publicidade relacionada ao trabalho doméstico insistiu nos modelos mais tradicionais de feminilidade. O apelo àquilo que as feministas contemporâneas aos anúncios chamaram de “mito do amor materno” é regra nesses discursos publicitários, que não economizaram em termos como: “Amor com Primor se paga”, “Amor com tricô se paga”, “Costurar é um ato de amor”, “Puro e necessário como o seu amor”, “Amor, carinho, e um potinho com legumes”, “Amor de mãe é contagioso”, “Faça uma declaração de amor para o seu filho”, “Ele vai sentir o seu amor na pele” (sic), “É tempo de amor” ou, ainda, “Mas prova de amor mesmo é fazer seguro”.⁶⁹

68 - “Femininas” aqui é um termo utilizado como simples sinônimo de “das mulheres”, sem nenhum sentido essencialista.

69 - Exórdios encontrados, respectivamente, nos números 109; 226; 141 e 332; 163 e 174; 252; 187; 243; 108; 136; e 258 da revista **Claudia**, entre 1970 e 1989. Dos 240 exemplares de **Claudia** lançados entre 1970 e 1989, consulte para a pesquisa de doutorado 168: números 101, 104, 106-111, 116, 118-123, 125-131, 133-136, 138, 139, 141-145, 147-154, 156, 159, 161-165, 167-169, 171, 174-185, 187-190, 192-232, 234, 236-238, 240-244, 246-248, 252-255, 257-259, 262, 264, 265, 272, 274, 282, 284, 299-302, 304-310, 312, 314, 315, 317-319, 322-332, 334, 339. Alguns deles estavam incompletos, mas não muitos. Esta consulta foi realizada em dois acervos diferentes: o acervo pessoal de Maria Paula Costa, que fez sua pesquisa de doutorado sobre a revista **Claudia** e me cedeu acesso às revistas utilizando o espaço físico do Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava (PR), localizado na Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste); e o acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). A Biblioteca

As referências indiretas ao amor materno, profundamente naturalizadas, são inúmeras. Carinho, segurança, proteção, confiança, cuidado, nutrição, felicidade, pureza, são palavras destacadas nos anúncios. Isso ocorre principalmente com produtos infantis ou para a casa e família de forma geral, de que as crianças poderiam fazer uso indireto, como carpetes ou cortinas, linhas de tricô e máquinas de costura, seguros de vida, automóveis, alimentos ou vestuário. O vestuário, vale destacar, quando relacionado ao amor e carinho, aparece ligado a roupas de dormir ou do dia a dia para as crianças, principalmente aquelas de algodão. Quando se busca uma abordagem mais sofisticada, com referências à moda e tendências mundiais no vestuário de adultos e crianças, os marcadores de classe e status são evidenciados e o vestir-se, ou vestir os seus, parece se afastar da esfera doméstica e dos valores familiares.

Partindo dessas constatações e utilizando teoria crítica a respeito do consumo, em especial o consumo feminino, assim como teoria feminista mais recente em diálogo com a produção feminista contemporânea aos números de **Claudia** observados, este capítulo analisa os anúncios voltados às mães de família e ao trabalho doméstico. Além do enfadonho uso do mito do amor materno e familiar para vender às donas de casa, busca-se refletir sobre a produção subjetiva das mulheres de camadas médias no período com base nesses discursos repetidamente propagados.

Com enfoque especial no trabalho doméstico, podemos inferir em que sentidos essa produção subjetiva se traduzia, materialmente, em volume de trabalho para as mães de família que não era compartilhado com seus esposos, independente do fato de elas trabalharem ou não fora de casa. Ao mesmo tempo, é interessante refletirmos como os novos modelos de feminilidade, que surgem na publicação em diálogo com os feminismos desses anos, não são apropriados pela publicidade quando seu enfoque era o trabalho doméstico – produtos alimentícios, infantis, de decoração, de costura etc.

Nesse panorama, é preciso sublinhar a marcante presença de alguns anunciantes. Dos 93 anúncios observados durante as duas décadas que são mais centrados na questão do amor materno, o primeiro (fevereiro de 1970) assim como o último (dezembro de 1989) são da Johnson & Johnson, num total de 9 anúncios, o que representa quase 9,7% dos 93. Essas mensagens publicitárias incluem, além de produtos infantis, como fraldas, sabonetes, talco ou cotonetes, também produtos para gestantes. Entretanto, a grande campeã em *vender amor* em **Claudia**, ao longo desses anos, foi sem dúvida nenhuma a indústria de alimentos Nestlé. Contam-se 18 anúncios diferentes destacados entre os 93 selecionados, o que representa 19,3%, que chamam a atenção por terem sido publicados repetidamente, de forma muito intensa. Alimentos infantis, como papinhas prontas, preparados para mingaus, leite em pó ou leite condensado – que quase sempre surge associado às crianças – são anunciados de forma bastante agressiva na publicação (considerando a quantidade de

Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, informou-me ter o acervo completo da revista. Entretanto, seu setor de periódicos estava em reforma no período em que coletei as fontes de pesquisa, reforma esta que se estendeu por alguns meses. Dessa forma, o acervo só reabriu no final de dezembro de 2012, quando eu tinha acabado de voltar de minha terceira e última viagem de coleta de fontes, e portanto não foi visitado.

espaço comprado), sempre agregando noções de bem estar, felicidade e desenvolvimento infantis.

A Nestlé não só associou seus produtos ao bem estar e saúde familiar, como subjetivou as mães a um papel muito específico, de cuidadoras, nutridoras, aparentemente as únicas responsáveis pelo crescimento saudável das crianças. Aquilo que Roland Barthes teria chamado de mito (que dependeria da repetição intensa dos conceitos em diferentes formas⁷⁰ para garantir sua existência), ou aquilo que as feministas, algumas vezes, nomearam como “[...] um trabalho chamado amor” (MELLO, 2010), fica muito claro nas subjetividades maternas produzidas nos anúncios em **Claudia**.

O fato de ter apenas 1 figura paterna representada em todos os 18 anúncios da Nestlé, e inclusive em todos os de alimento infantil observados, só reforça esse ponto de vista, principalmente se levarmos em consideração que as imagens, antes de ilustrar os anúncios, os determinam (Cf. SANT’ANNA, 2012, p. 304) ou, ao menos, que nos anúncios texto e imagem dão instruções de leitura um ao outro (Cf. GASTALDO, 2005, p. 62). Importante destacar que a citada figura paterna aparece junto com a mãe e os filhos e filha, representando assim o conjunto doméstico e a felicidade familiar, não aparecendo como alguém responsável por alimentar as crianças, como podemos observar na Figura 1. Nessa figura, pode-se interpretar o esposo, inclusive, como mais alguém a ser cuidado e/ou alimentado pela esposa. Esse trabalho surge como exclusivo das mães, em todos os anúncios analisados.



Figura 1 – *Claudia*, nº 149, 1974.

Outros anunciantes também se destacam. A empresa americana Gerber, focada em alimentos infantis, em especial as papinhas para bebês, na tentativa de se estabelecer

70 - Porque “[...] as coisas repetidas [...] significam”. BARTHES, 2010, p. 211.

no Brasil na década de 1970, investiu bastante em publicidade, trazendo discursos muito semelhantes àqueles dos anúncios da Nestlé. Outras empresas europeias ou multinacionais, mas principalmente estadunidenses, donas de marcas como Maizena, Kellogg's ou Royal, constantemente compraram espaço publicitário em **Claudia**. Essa pronunciada presença de empresas estrangeiras como financiadoras da publicação pode nos ajudar a compreender as ressalvas das feministas que, engajadas em uma visão anti-imperialista, entendiam que o conteúdo da revista era comprometido devido aos seus anunciantes e, assim, não enxergavam um potencial comunicador revolucionário na mesma. Quer dizer, **Claudia** era comumente acusada de antifeminismo, apesar de, de uma forma ou outra, tocar bastante no assunto.

A naturalização do amor materno⁷¹ é trabalhada de maneira intensa nesses anúncios. As diferentes formas através das quais esse amor e cuidado se traduziam em trabalho parecem ter sido mais abordadas no conteúdo editorial da revista do que nos anúncios em si, os quais tratavam a questão não apenas de um ponto de vista mais idealizado, mas quase onírico, produzindo imagens que remetiam mais à lembranças ou expectativas do que ao dia a dia das mulheres.

Uma exceção, que, apesar de trabalhar com a importância das lembranças (algo como aproveitar determinada fase da infância das crianças), faz referência direta ao trabalho feminino de alimentar o bebê, é um anúncio das papinhas prontas Gerber de janeiro de 1973. Sua chamada destaca: “Converta seu tempo em carinho, e deixe Gerber cuidar da nutrição do seu bebê” (*Claudia*, nº 136, 1973), acompanhada da foto de uma mulher abraçando o bebê sorrindo. Esse anúncio vem em uma página menor em destaque que abre, só para ele, e quando fechada se lê apenas “É tempo de amor”, ocupando a página inteira.

Apesar das inúmeras referências à nutrição nos anúncios de alimentos, em especial os infantis, nem sempre o tempo gasto pelas mulheres nessa tarefa era abordado de forma tão direta. As letras miúdas de anúncios de Farinha Láctea da Nestlé poderiam citar a vantagem do produto não precisar ir ao fogo para se preparar o mingau mas, de forma geral, se ressaltava que eram alimentos nutritivos e gostosos, provendo tudo o que as crianças precisavam. Ao mesmo tempo, reforçavam-se as relações entre o alimentar, o nutrir, e o carinho e amor, como nas letras miúdas desse anúncio de papinhas da Nestlé, de novembro de 1987

Qualquer um pode se orgulhar de fazer uma comida assim *pura*, absolutamente sem corantes nem conservantes. E não é porque vem num potinho que não foi feita com muito *carinho*. Aliás, *carinho* também é ler um anúncio tão comprido só para saber o que é bom para

71 - Era comum encontrar, como acontece em nossos dias ainda, o uso de celebridades, depois de se tornarem mães, para anunciar produtos infantis ou familiares. Temos exemplos como Regina Duarte em um anúncio de linhas para tricotar enxovais (dezembro de 81), ou pijamas para crianças (dezembro de 73), e Rita Lee em anúncio de iogurte (março de 89).

os filhos. Abra um potinho Nestlé. Veja que *amor* de comidinha [...]. (Claudia, nº 314, 1987)⁷²

Outro tipo de produto anunciado que trouxe frequente referência ao amor materno e familiar foram as linhas de tricô e máquinas de costura. Em junho de 1973, o anúncio de duas páginas cheias da máquina de costura Singer Flexiponto traz redação exemplar nesse sentido.

Costurar é um ato de amor.

Quem já esteve atrás de uma menininha apressada e ofegante sabe o que isso significa. Quem já pregou sianinhas, tocou num tecido, sentiu o cheiro de algodão, chita, ou já furou o dedo com uma agulha também sabe. Nós vamos ser duros e sinceros com as pessoas que não têm a mínima idéia (sic) do que significa sentir essas coisas. A sensação de sentar na frente de uma máquina de costura e fazer uma roupa, vestir alguém, é tão grande como a de amamentar um filho. Costurando, você usa a imaginação, tem momentos só seus e faz alguém muito feliz. Não existe sensação mais gratificante do que essa. Faça as pazes com a felicidade. Sente-se na frente de uma Singer. No princípio você vai ficar meio sem jeito, meio sem graça. Como no dia em que você olhou firme para alguém e sentiu que estava sendo olhada da mesma maneira. Depois você vai pegando o jeito. E vai soltando a imaginação. Com a Singer você pode fazer mil coisas: cerzir, bordar, costurar em cima de tecidos elásticos, chulear, casear, pregar botões. Em pouco tempo você vai sentir tudo aquilo que nós falamos sobre as sianinhas, cheiro do algodão, menininhas apressadas e atos de amor. SINGER. (Claudia, nº 141, 1973)

O texto acima encontra-se na página direita, com pequenas imagens da máquina e exemplos de costura. A página esquerda é toda ocupada pela fotografia de uma menina paciente olhando para frente, segurando seu chapéu de palha enquanto sua mãe, por trás dela, arruma uma fita na trança em seu cabelo. O cenário é rústico e romântico, como em uma fazenda. Ao fundo, a meia luz, vê-se a máquina de costura. As especificações sobre as funções da máquina, como costurar em tecidos flexíveis, pregar rendas ou fazer bordados

72 - Meus grifos. Texto do anúncio completo: “É **preciso ser muito puro para entrar aqui**. Afinal estamos preparando a refeição do seu bebê. Tudo é de primeira: carne, galinhas saudáveis, ovos fresquinhos, legumes e frutas cultivados com capricho. A Nestlé coloca-se no papel da mãe exigente e faz uma seleção rigorosa de todos os ingredientes. Como você, lava tudo direitinho, separa as sementes, as cascas, lava novamente, corta. Depois vem o cozimento no tempo e temperatura certos para preservar todo o valor nutritivo do alimento. E, chegando no ponto ideal, é hora de transformar em purê conforme gostosas receitas. Os potinhos são fechados a vácuo, depois de 12 etapas de fabricação onde não faltou gente especializada e muito controle. Qualquer um pode se orgulhar de fazer uma comida assim pura, absolutamente sem corantes nem conservantes. E não é porque vem num potinho que não foi feita com muito carinho. Aliás, carinho também é ler um anúncio tão comprido só para saber o que é bom para os filhos. Abra um potinho Nestlé. Veja que amor de comidinha. Esta é a verdade pura e natural dos Alimentos Infantis Nestlé”. Segue com um telefone de contato da Nestlé para quem quiser saber mais. (Claudia, nº 314, 1987)

aparecem em letras tão minúsculas que no arquivo que tenho do anúncio muitas dessas partes são ilegíveis.

Singer não está anunciando uma máquina que borda e costura em tecidos elásticos, está anunciando um emaranhado de sensações prazerosas e gratificantes. O amor, a felicidade, a imaginação, são vendidos apelando diretamente ao estereótipo da dona de casa vitoriana, aquela que Virginia Woolf (2013) chamou de anjo do lar. A analogia com o prazer da amamentação, a referência à relação entre mãe e filha, a comparação entre o primeiro contato com a máquina e o primeiro contato com o que se pode entender como o esposo, fazem o anúncio de um instrumento de trabalho para a dona de casa parecer o anúncio de um projeto de vida, de um caminho para a felicidade. A projeção de um universo onírico, associado à vida familiar, também é presente, como nos anúncios de alimentos infantis. A subjetivação da dona de casa como uma consumidora antes de sentimentos do que de produtos, cujas escolhas podem ser manipuladas por aspectos que não dizem respeito às funções do produto em si, é produzida nesse exemplo.

Em agosto do mesmo ano, 1973, outro anúncio da Singer Flexiponto apresenta uma chamada semelhante, mas a redação tem abordagem diferente.

Para mim a felicidade é um bom pedaço de pano, carretéis de linha, passamanarias, minha Singer e algum tempo de folga.

“Deus ajuda quem cedo madruga. Por isso, às seis da manhã eu já estou pondo água no fogo e arrumando o café do meu marido, que pega duas conduções. Em seguida eu tiro as crianças da cama e levo prá (sic) escola. Dia sim, dia não, eu faço uma faxina completa na casa. E duas vezes por semana, lavo e passo a roupa. Na quarta eu compro arroz, feijão, batata, chicória, abobrinha, berinjela, fubá, óleo e às vezes um peixe fresco. O almoço em casa é muito simples e a cozinha eu arrumo num instante. A tarde é a parte do dia que eu mais gosto. É a hora de visitar os parentes e de pegar na minha Singer, nos meus panos. Ficar sem costurar para mim é como ficar sem arroz, feijão e bife. Eu não vivo. Com a minha Singer Flexiponto eu costuro sobre tecidos elásticos e o ponto não arrebenta, bordo, prego rendas, chuleio, caseio. Costuro para a família inteira e para a casa: fronhas, panos de prato etc. Valeu o sacrifício que nós fizemos para comprá-la. Agora a minha roupa, a do meu marido e a das crianças estão sempre em ordem. Até minha casa ficou mais bonita com a Singer Flexiponto na sala de visita”. SINGER. (Claudia, nº 143, 1973)

Aqui, o dia a dia da dona de casa e o trabalho doméstico ganham atenção. Na página direita, o anúncio traz as mesmas pequenas imagens, com descrições em letras miúdas das funções da máquina, como ocorre no anúncio anterior. Já a página esquerda traz um casal sentado em um banco de praça com uma menina entre eles, ambos seguram as mãos da criança. É importante perceber que, apesar das descrições em letras miúdas, esse anúncio traz também na sua redação principal características do produto anunciado, como o nome, que o anúncio anterior não trazia, e algumas de suas funções. A referência à rotina

de trabalho, a utilização do transporte público pelo esposo, assim como o sacrifício que foi necessário para comprar a máquina direcionam esse anúncio a um público um pouco diferente do primeiro. Aqui, a máquina ganha destaque por sua utilidade e é apresentada como uma opção vantajosa à leitora. Por mais que o depoimento frise como é prazeroso para as mulheres costurar, o produto é oferecido mais como um utilitário do que como um meio de alcançar sensações como “olhar firme para alguém”, “fazer as pazes com a felicidade” ou uma sensação “tão grande como a de amamentar um filho”.

É como se o primeiro anúncio, ambientado em uma casa de campo e focado em aspectos que fogem à questão da necessidade material – inclusive abordando o ato de costurar mais como uma experiência do que como trabalho doméstico –, fosse voltado à *mulher-Claudia*, aquela descrita por Maria Cristina Gama Duarte, redatora-chefe da publicação em 1980, como a que “não sonha, consome” (SARTI; MORAES, 1980, p. 25). Já o segundo anúncio, voltado a uma mulher pertencente a um núcleo familiar menos abastado, foge um pouco desta proposta. Entretanto, o fato dele ser veiculado na revista, em conjunto com tantos outros aspectos da publicação, nos leva a inferir que essa *mulher-Claudia* descrita pela redatora-chefe não era necessariamente a leitora da revista ou, talvez, representasse uma parcela não tão expressiva das leitoras. Lembrando que as revistas circulam por diferentes meios, é importante ter em conta o amplo público que tinha acesso à **Claudia**, uma revista que anunciava produtos de luxo como diamantes mas também trazia anúncios relatando como valia a pena fazer alguns sacrifícios para se comprar determinados eletrodomésticos. Que era lida por assinantes mas também por mulheres em salas de espera de consultórios e empregadas domésticas nas casas das patroas.

Assim como Singer fez com a costura, o tricô foi com frequência associado ao amor nos anúncios em **Claudia** nos anos consultados. Apesar das referências à moda e também à economia aparecerem nos anúncios das linhas e lãs, principalmente entre meados da década de 1970 até o começo da seguinte, ganham destaque chamadas como: “Não deixe a sua família sentir falta de carinho neste inverno” (*Claudia*, nº 175, 1976. Anúncio Fios Pingouin.); “Ser Super-Mãe é ser uma verdadeira fábrica de carinho” (*Claudia*, nº 177, 1976. Anúncio Fios Pingouin.); “Amor de mãe em 300 cores maravilhosas” (*Claudia*, nº 179, 1976. Anúncio Fios Pingouin.); “Não deixe o seu amor de mãe enferrujando durante o verão” (*Claudia*, nº 181, 1976. Anúncio Fios Pingouin.); “Para quem põe carinho em tudo o que faz” (*Claudia*, nº 188, 1977. Anúncio Novelos Crylor.); “Veja aqui algumas maneiras de fazer carinho com as mãos” (*Claudia*, nº 201, 1978. Anúncio Fios Santista.); “Uma declaração de amor em suas mãos” (*Claudia*, nº 212, 1979. Anúncio Novelos Crylor.); ou, ainda, “A primeira prova de amor a gente dá quando faz o enxoval com linhas Círculo” (*Claudia*, nº 243, 1981. Anúncio Linhas Círculo). Essa última chamada é já do final de 1981, com a assinatura manuscrita de Regina Duarte e a fotografia de seu olhar apaixonado para um bebê⁷³ coberto de lã.

73 - É possível que o bebê do anúncio seja seu terceiro filho, João Ricardo, nascido em 1981.

Um anúncio de Lãs Pingouin publicado em julho de 1977 apresenta essas ideias se calcando no tricô também como tradição. Ele aborda a socialização das mulheres nas prendas domésticas desde muito jovens e menciona aspectos daquilo que se estabelece como lar na dicotomia público-privado: aconchego, carinho, amor, proteção. A foto traz mulheres de três gerações de uma família, posicionadas em ordem crescente de idade, a primeira delas ainda uma criança, com uma boneca ao seu lado. Todas estão sentadas tricotando, diante de uma cesta cheia de novelos, sob o anúncio “Lãs Pingouin: para fábricas de carinho de pequeno, médio e grande porte”. Em letras miúdas ao pé da página se lê

A Pingouin está oferecendo a melhor matéria-prima para fábricas de carinho: lãs bem macias, aconchegantes, em 350 cores maravilhosas. E com um tipo de fio para cada trabalho: com lãs Pingouin, você faz blusinhas, casacos, luvas, gorrinhos, cachecóis, meias, tudo para agasalhar e proteger sua família inteira. Agora que o inverno está aí, pegue alguns novelos de lãs Pingouin e abra a sua fábrica de carinho. Nome para ela você já tem: Amor de Mãe S.A. (*Claudia*, nº 190, 1977. Anúncio Fios Pingouin.)

Assim como grande parte do diálogo que o próprio conteúdo editorial da revista estabelece, esses anúncios se dirigem a mães donas de casa. Mesmo que muitas vezes mencionem o trabalho que as mulheres têm ao tricotar, especificidades sobre as linhas etc., as chamadas colocam o ato de tricotar como uma forma de demonstração de carinho e não como trabalho. O tricô é tão associado à demonstração de amor familiar que inclusive é utilizado na publicidade em **Claudia** para vender um produto que não tem nenhuma relação com linhas ou agulhas, simplesmente porque o mote de venda do anúncio é o amor. Conforme reproduzido na Figura 2, podemos observar a propaganda de caderneta de poupança Bamerindus, na qual a imagem das mãos de uma mulher casada (uma vez que a aliança em seu dedo aparece com clareza) tricotando um sapatinho de bebê é associada à mensagem em destaque “Tudo o que você faz, faz por alguém”. No rodapé da página, a redação

Tem coisas que a gente sente e *não sabe explicar*. Sente lá no fundo do coração. Às vezes ela se torna tão grande que a gente acha que *pode pôr tudo a perder*. É assim com o *amor*, não é? Acho que é por isso que dá essa vontade enorme de proteger, de abraçar, de ficar sempre junto dele. É nessas horas que a gente *tem que usar a cabeça* e pensar no futuro.

Poupança Bamerindus – O futuro de quem se ama.

Abra sua Caderneta de Poupança em qualquer uma das 600 agências Bamerindus. (*Claudia*, nº 221, 1980. Meus grifos)



Figura 2 – Claudia, nº 221, 1980.⁷⁴

Os estereótipos da consumidora feminina, frívola, que sonha acordada, focada antes em sentimentos do que na razão, ficam evidentes nesse anúncio. Além do tom informal de conversa e cumplicidade de muitos desses anúncios, tom de aconselhamento amigo – que de forma geral é encontrado na linguagem midiática voltada às mulheres –, nesse caso em particular se busca chamar a atenção dessas criaturas tenras e sentimentais para o fato de que “é preciso usar a cabeça”, pois o futuro de quem se ama depende de decisões racionais e não apenas de amor. Será que em revistas voltadas ao público masculino o Bamerindus anunciaria da mesma maneira? A mensagem não poderia ser considerada ofensiva, se voltada a homens?

Diferente do caso dos produtos infantis e daqueles associados ao aconchego do lar, os anúncios referentes à costura e ao tricô são quase todos dos anos 1970.⁷⁵ Há de fato uma maior incidência de apelo ao amor nos anúncios dessa década do que nos da de

74 - Anúncio de teor semelhante é encontrado em setembro de 1982, quando o Bradesco traz a foto de uma mulher grávida tricotando sob a chamada “Você acha muito cedo para fazer seguro de vida?”.

75 - Salvo um anúncio que encontrei de máquinas de costura Singer de maio de 1989, com a chamada utilizada repetidas vezes pela marca “Costurar é um ato de amor”, os outros dois anúncios são do começo da década, de linhas de tricô e crochê das marcas Santista e Círculo, de julho de 1980 e dezembro de 1981, respectivamente. Há também a propaganda da caderneta de poupança Bamerindus de fevereiro de 1980 que faz a associação entre tricô e amor, reproduzida aqui na Figura 2. Apesar de eu ter consultado um número menor de revistas na década de 1980, cerca de 43% do total que consultei, contra 57% da década de 1970, a diferença nos números de propagandas de fios e máquinas de costura é expressivo, sendo que destaquei 11 anúncios da década de 1970 contra os três da década de 1980, que representam pouco mais de 20% do total de anúncios de produtos para costura. De forma geral, essa diminuição da costura, do tricô, do crochê e do bordado acompanha o conteúdo editorial de **Claudia**.

1980, mas isso não acontece, por exemplo, com os dois principais anunciantes: a Johnson's e a Nestlé. As referências ao tricô associadas ao amor familiar, por sua vez, praticamente desaparecem – ao menos nos números consultados – a partir de 1982. Em 1989 o anúncio de máquinas de costura Singer, reproduzido aqui na Figura 3, indica essa mudança

Costurar é um ato de amor.

Nada se compara ao prazer de você mesma fazer um conserto ou arrumar uma roupinha para suas crianças. Faça questão de que sua filha tenha na memória uma imagem parecida com a que você tem de sua mãe, costurando com uma Singer. É claro que as mães de hoje mudaram. Mas a Singer também mudou. As máquinas de costura tornaram-se muito mais simples de ser usadas, com recursos inacreditáveis. Numa Singer, hoje, você pode fazer desde costura reta e ziguezague, com um acabamento mais perfeito, até caseados, cerzidos, bainha invisível e pregar botões. Você costura com muita facilidade, pois a máquina tem duas velocidades e luz direcionada sobre a costura. As coisas podem ter mudado. Mas costurar ainda é um ato de amor. SINGER. (Claudia, nº 332, 1989.)

A mensagem de lembrança, de carinho e de acolhimento passada pela Figura 3 é semelhante àquela das imagens dos anúncios Singer da década de 1970, mantendo-se também o padrão da fonte e da redação. Em um momento em que certamente as máquinas de costura diminuíram suas vendas e a larga inserção das donas de casa no mercado de trabalho modificou relações familiares e forçou a simplificação de muito do trabalho prestado pelas mulheres às suas famílias, Singer ainda aposta no amor, no sentimento e na nostalgia para vender para mulheres. Não na economia, na praticidade ou autonomia que resolver pequenos problemas de costura em casa poderia oferecer.



Figura 3 – Claudia, nº 332, 1989.

Essa ênfase no sentimental, na construção de lembranças, na sensação de aconchego e nos demais significados atribuídos ao lar não está tão presente quando os anúncios fazem referência ao amor romântico e ao casamento. Nesses casos, em especial na década de 1970, o humor se sobressai como meio de divulgação dos produtos. Chamadas como “Geladeira é que nem marido, escolhendo bem dura a vida inteira”, da GE; ou de forma muito semelhante “Escolha a sua geladeira com o mesmo amor com que você escolhe um marido”, da Gelomatic; “Meu marido inventou mil desculpas para não trocar de fogão. Acontece que eu inventei mil e uma”, da Brastemp; “Walita foi meu primeiro amor. E continua sendo”, acompanhada de uma foto do casal de atores de telenovelas Rosamaria Murtinho e Mauro Mendonça; “Se v. está namorando, conte pro seu marido”, sobre *namorar* um Fusca; “Os beijos que eu dava na minha mulher eram carregados de paixão e cheiro de bife”, dos exaustores de cozinha Exaustar; “Ponha mais brilho na sua casa. Sem pôr seu marido na rua”, da cera Cascolac; ou ainda “Novidades, novidades, novidades. O que toda mulher deseja, depois de ganhar um marido”, da Arno,⁷⁶ são encontradas na revista. A margarina Becel, para fazer alusão à boa saúde alimentar dos esposos, usou chamadas como “Será que seu marido ainda é o mesmo?” (*Claudia*, nº 201, 1978) e “Você sabe da vida que o seu marido anda levando fora de casa?”, que finaliza a página com a assertiva “Se você não cuidar do coração dele, quem vai cuidar?” (*Claudia*, nº 180, 1976).

Na década de 1970 também são frequentes as abordagens dos anúncios ao fato de que as mulheres não tinham poder de decisão sobre gastos significativos nos lares. Assim, o imperativo “peça ao seu marido” surge em muitos momentos. Carros para levar as crianças à escola, eletrodomésticos dos mais diversos e mesmo mobília para a cozinha são apresentados como presentes, provas de amor dos esposos para suas esposas. Também nesses casos o humor é utilizado, como nos exemplos aqui reproduzidos na Figura 4, de anúncios de lavadora e secadora, e também de fogão Frigidaire. A referência à esposa agredindo fisicamente o esposo para ganhar determinados eletrodomésticos pode talvez parecer mais inadequada para nós agora do que pareceu na década de 1970. Contudo, o fato desse tipo de propaganda ir contra um ideal de feminilidade propagado pela publicação e de não ser um recurso usado repetidamente nos anúncios, como acontece com outros recursos de humor e referências ao amor, nos leva a inferir que esses anúncios são exceção e talvez tenham sido interpretados em certa medida como inadequados também na época de sua publicação.

76 - Esses anúncios são encontrados, na ordem em que são listados, nos seguintes números de *Claudia*: 110, 150, 159, 128, 120, 181, 182 e 284. Foram publicados entre 1970 e 1985.



Figura 4 – Claudia, nº 120, 1971 e Claudia, nº 122, 1971.⁷⁷

A utilização da felicidade conjugal sem mencionar sensualidade aparece em anúncios de toalhas de mesa, panos de prato, móveis, cortinas ou álbuns fotográficos, inclusive com chamadas que fazem uso de referências bíblicas como “Crescei-vos e multiplicai-vos” (Claudia, nº 208, 1979. Anúncio Móveis Itatiaia). Mas o amor, o carinho e o lar abordados com base em referências oníricas, lembranças e nostalgia, são marcadamente menos frequentes nesses anúncios se comparados à publicidade que envolve a maternidade.

Com o aproximar da década 1980, a abordagem ao amor conjugal relacionada ao trabalho doméstico na publicidade se volta principalmente à perspectiva de que economizar tempo, seja com um eletrodoméstico, uma panela antiaderente, ou uma cera líquida de fácil aplicação, possibilita maior dedicação ao *tempo a dois*. Às vezes a questão surge relacionada à crise no casamento, como no anúncio da Brastemp em que uma mulher aparece lavando a louça na cozinha enquanto seu esposo assiste televisão e, à direita, a mensagem “Seu casamento está precisando de uma Lavalouça Brastemp” (Claudia, nº 218, 1979).⁷⁸

77 - Nos exórdios se lê, respectivamente: 1) “Com êste, ela ganhou a Lavadora Frigidaire. Com êste, a secadora”, (sic) enquanto o esposo aponta para dois olhos roxos; 2) “Naquele instante ela amou mais o fogão Frigidaire do que o próprio marido”, o esposo aparece com um curativo na cabeça e uma expressão de queixa.

78 - Em setembro de 1983 (nº 264) a Brastemp traz anúncio semelhante, com a imagem de página inteira de um casal aparentemente apaixonado, muito moderno, saindo de casa e a chamada “Existem programas mais interessantes para depois do jantar do que lavar louça”. Nas letras miúdas no final da página, ao lado de uma foto bem pequena da lavalouça, lê-se: “Por mais gostoso que seja o jantar, ele provoca uma verdadeira indigestão se, depois do cafezinho, o marido vai ler o jornal ou assistir televisão e a mulher tem que lavar a louça. Nesses tempos em que as empregadas estão cada vez mais rarefeitas, contrate os serviços de uma lavalouça Brastemp. A Brastemp lava pratos, talheres e copos de até 12 pessoas com o carinho de uma dona

Os estereótipos femininos, para além da naturalização dos instintos maternos, são também utilizados nos anúncios focados nas relações matrimoniais. A infantilização das mulheres e a utilização de características atribuídas à feminilidade (Cf. VESTERGAARD; SCHRODER, 1988) – mesmo as negativas, como a inveja – são alguns dos fatores que encontramos nesses discursos. Destaquei nesse sentido três exemplos, de meados da década de 1970. O primeiro deles, da marca de tecidos Trevira publicado em junho de 1973, aborda a escolha de tecidos e a costura de uma forma muito dessemelhante àquela apresentada pelos anúncios Singer citados anteriormente. À esquerda de uma foto de página inteira, em close ao rosto sério de uma mulher elegantemente vestida, lê-se

VOCÊ TEM UMA RIVAL MUITO SÉRIA EM CADA MULHER QUE USA TREVIRA. É verdade que as mulheres que usam roupas de Trevira não são muitas. Mas são as mais perigosas: conhecem os lançamentos da moda que acontecem lá fora muito antes que eles cheguem aqui. Conhecem de longe essas roupas fabricadas em série. E conhecem muito bem as roupas de Trevira para saber que essas não são. Pior que tudo: conhecem os homens melhor do que você está pensando. E esse tipo de mulher, você sabe como é: não entra numa competição para perder. É bom você nunca esquecer disso, mesmo que a mulher de Trevira seja sua amiga de infância. Lembre-se que o mundo está cheio de pessoas que foram as últimas a saber. TREVIRA 2000 (*Claudia*, nº 141, 1973).

Além da noção de que a manutenção do casamento é função feminina, conforme observado também no conteúdo editorial da revista, esse anúncio se apresenta como uma afronta direta às ideias de sororidade feministas que, mesmo que pudessem ser ainda incipientes ou pouco divulgadas no Brasil em 1973, já circulavam de forma mais incisiva *lá fora* – conforme o próprio anúncio comenta, ao que podemos entender como América do Norte e Europa.

Exatamente dois anos depois, em junho de 1975, encontramos em **Claudia** outro exemplo de uso publicitário do medo de perder marido.⁷⁹ O hidratante para as mãos Vasenol, sob a chamada “Alívio rápido para mãos que trabalham” à esquerda, traz uma série de fotografias à direita onde se lê “Não pense que essa historinha só acontece nos filmes da televisão. Acontece também na sua casa”. O resumo dos nove quadrinhos é a dona de casa trabalhando, principalmente na louça, enquanto seu esposo chega em casa. Como resultado do trabalho, suas mãos ficaram extremamente ressecadas. Ela usa Vasenol

de casa. Sem reclamar da marca do detergente nem se queixar por que perdeu o último capítulo da novela. Use a cabeça: entre uma pilha de pratos cheios de gordura e seu marido, fique com ele. Dentro ou fora de casa. **Lavalouça tem que ser BRASTEMP**”. Aqui podemos observar uma série de estereótipos, objetificações e produções de subjetividades envolvendo a dona de casa de classe média, a empregada doméstica e o papel da mulher no casamento.

79 - Vale ressaltar que esse medo, tratado nos anúncios como uma questão de sedução e competição, muitas vezes com humor, era uma fator emocional e material muito presente na vida de mulheres que, subjetivadas para serem esposas em relações de dependência, viam suas vidas totalmente desestruturadas em casos de desquite ou divórcio.

e restaura a hidratação natural da pele, segundo o anúncio. Os dois últimos quadrinhos trazem o esposo se aproximando das mãos dela e as beijando, sob as legendas: “8. Use diariamente. 9. Antes que seu marido conheça uma mulher de mãos mais macias”.

Diferente do anúncio Trevira, perder o marido aqui não é o mote principal do texto, e sim as mãos que trabalham. Entretanto, o anúncio fecha com esse recado, utilizando-se assim de um dos maiores temores do público-alvo de **Claudia** nesse período, ao menos segundo o que podemos perceber no conteúdo editorial. Por outro lado, o foco no trabalho da dona de casa nos ajuda a evidenciar sua rotina no lar como trabalho, o que talvez não ocorresse num anúncio do mesmo produto em meados dos anos 1980, quando trabalho era sinônimo de trabalhar fora. De modo semelhante, em dezembro de 1975 a General Eletric anuncia uma série de eletroportáteis (aspirador, enceradeira, ventilador, batedeira, ferro de passar e sanduicheira) sob a chamada “Economize sua mulher. Leve portáteis GE para casa.” (*Claudia*, nº 171, 1975). No ano anterior, em maio de 1974, encontramos anúncio semelhante da GE, porém mais explícito sobre o porquê de se economizar sua mulher. Sob a chamada “Portáteis GE fazem sua mulher durar muito mais” lê-se nas letras miúdas

Tudo isto que você está vendo foi feito para ficar entre a sua mulher e o trabalho da casa. E não para deixar que o trabalho da casa fique entre você e a sua mulher. A GE acha que não adianta nada ter comida gostosa, casa bonita, e uma mulher nem tanto. Os portáteis GE duram a vida toda e fazem sua mulher continuar bacana por muitos e muitos anos. **GENERAL ELETRIC – Linha do Mínimo Esforço GE.** (*Claudia*, nº 152, 1974)

Se por um lado temos a equiparação das mulheres a objetos, inclusive com a noção de economizá-las – talvez para outros *fins* das esposas, como exhibi-las em eventos sociais ou mesmo fins sexuais, já que o texto do primeiro anúncio da GE citado, como tantos outros, permite interpretações ambíguas –, temos também a ideia de que o trabalho doméstico realizado por elas é pesado e complexo, o que pode ser usado para questionar a invisibilidade do mesmo.⁸⁰ É claro que o que salta aos olhos, tanto nesses anúncios quanto no de Vasenol, são os estereótipos e a responsabilização das mulheres por todo o trabalho doméstico. Todavia, é importante perceber que essa designação do serviço de casa como trabalho – e sendo reconhecido como trabalho é importante, valorizado – é algo que se perde no decorrer da década de 1980 quando, para a publicação, trabalho passa a ser praticamente sinônimo de trabalho remunerado. Retomando as noções de Guattari (1994), certamente esses anúncios operaram subjetivando as donas de casa de classe média no período em que foram publicados, mas podemos observar neles, também, as brechas para uma apropriação feminista que poderia desencadear processos de singularização. Esses se dariam ao inverter a lógica dominante e elevar a *status* de trabalho as atividades da *mulher*-

80 - Temos exemplo que também pode ser interpretado nesse sentido em um anúncio do óleo de milho Mazola, de fevereiro de 1979, **Claudia** nº 209, que mostra uma mãe cuidando de duas crianças na praia e a chamada “Pelo jeito que você descansa no fim de semana, é fácil imaginar como são os outros dias”.

Claudia, essa mulher representada mais como consumidora do que como trabalhadora e, portanto, em posição menos prestigiosa que seu esposo, que ocuparia os benquistos lugares de produção e a esfera pública.

Torben Vestergaard e Kim Schroder (1988, p. 134) observam que “[...] na constante ambição de poder controlar o futuro a fim de planejar o fluxo da produção e da venda dos produtos, a propaganda sempre procura resguardar as fórmulas e os valores estáveis e consagrados pelo tempo, bem como a situação vigente contra novas práticas e atividades”. Segundo essa perspectiva, os novos sentimentos no público-alvo geram um ajuste no setor, mas essa mudança nunca se daria por iniciativa da publicidade. Essa é uma perspectiva que entende a publicidade como conservadora, mas de alguma forma a exime da culpa de o ser, como se ela agisse apenas conforme o mercado e não fosse marcada por outras subjetividades, ou não fosse em si produtora delas. É como pensar que a publicidade simplesmente reflete os preconceitos da sociedade onde está inserida e não que, além disso, os produz, reafirma, propaga, enaltece. Para os fins deste capítulo a questão apresentada se mostra como um argumento com sentido que, inclusive, explicaria o fato da publicidade referente ao trabalho doméstico surgir sempre como mais conservadora que o conteúdo editorial da revista. Entretanto, não parece ser um pressuposto que, sozinho, seja suficiente para elucidar toda a produção subjetiva que a publicidade em **Claudia** nos apresenta.

O conservadorismo ou misoginia de grande parte dos anúncios não é um fenômeno reservado nem ao recorte temporal observado, nem à revista **Claudia** como publicação. Mas é fato que a publicidade especificamente voltada para as mães, aqui observada, certamente não acompanhou de perto os debates mais progressistas⁸¹ presentes na revista, apesar de ter acompanhado, por exemplo, a baixa nos trabalhos manuais.⁸² É claro que há muito, mas muito mesmo, conteúdo editorial conservador em **Claudia** no que se refere à maternidade e à infância. Mas não é só isso. Questões importantes para o feminismo foram discutidas na publicação, como a educação gendrada das crianças ou a maternidade como único caminho para a realização pessoal das mulheres.

Ao mesmo tempo, algumas questões que ficaram muito destacadas na observação das fontes editoriais, como o incentivo ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho na década de 1970 seguido da volta ao lar das donas de casa no final da década de 1980 (e a ideia de que o trabalho remunerado talvez não fosse aquela maravilha toda), não aparecem com clareza na publicidade. Não pude delinear nenhum padrão nesse sentido com os anúncios, enquanto isso me pareceu bastante evidente na observação das fontes editoriais. Por mais que entenda que a revista em si cria uma atmosfera e um mundo

81 - Vale ressaltar que a abrangente pesquisa de onde se recortou este capítulo, que observou vinte anos da publicação (1970-1989), encontrou em **Claudia** os debates mais recentes e progressistas realizados no Brasil naqueles anos sobre o trabalho doméstico. Eles se deram em diálogo direto com a bibliografia e os periódicos feministas brasileiros e às vezes também dos EUA e Europa Ocidental daqueles anos.

82 - Os anúncios de linhas de tricotar desaparecem proporcionalmente e nos mesmos momentos em que desaparecem as receitas de tricô publicadas no magazine.

particulares, produz subjetividades porque é também uma ferramenta e um produto capitalístico, a impressão geral foi de que a publicidade cria um universo mais onírico, ou menos verossímil, e também mais homogêneo. Se por um lado esse é um dos trunfos do mundo publicitário, criar ânsias e desejos centrados em imagens e situações oníricas e ideais, por outro não é possível se dar ao luxo de apresentar anúncios totalmente descolados do mundo ao seu redor e, principalmente, do mundo do seu público-alvo.

Quer dizer, os anúncios produziram sim subjetividades, realidades, discursos de verdade, produziram necessidades e em muitos momentos desqualificaram quem não poderia participar disso. Entretanto, mesmo que em um nível mais descompromissado do que se esperaria ou se cobraria da edição da revista, a publicidade não ignorou, e talvez a ela não fosse permitido ou aceitável que ignorasse, todo o “mundo lá fora”, lembrando uma das lições da virada material (Cf. COSTA, 2014), de que a linguagem tem impacto imediato nas formas como as pessoas vivem e experienciam suas vidas; e também que essas construções culturais da linguagem não podem existir sem as pessoas e suas vidas. Elas existem exatamente em referência a elas. Em termos bastante materiais, as representações e subjetivações aqui observadas são sobre pessoas, por mais estereotipadas e “enlatadas” que possam se apresentar.

Tenho em perspectiva que a publicidade é uma forma de acessar o conteúdo da revista, porque ela faz sim parte desse conteúdo, em seu viés mais capitalístico. A bibliografia de referência descreve a **Claudia** como um enorme catálogo, um produto feito para vender produtos, e o próprio magazine se colocou para os anunciantes como um espaço que oferecia a oportunidade de entrar nos “melhores lares brasileiros”. Nesse sentido podemos refletir, mesmo que em contraste com um conteúdo editorial mais feminista ou progressista, sobre os resultados das subjetivações produzidas nesses anúncios para o dia a dia das mulheres. Quanto trabalho e sobretrabalho se somou ao dia a dia das leitoras de **Claudia** sob o signo do amor materno e familiar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Claudia, São Paulo, nº 136, Ano XII, Jan. de 1973.

Claudia, São Paulo, nº 141, Ano XII, Jun. de 1973.

Claudia, São Paulo, nº 143, Ano XII, Ago. de 1973.

Claudia, São Paulo, nº 152, Ano XIII, Maio de 1974.

Claudia, São Paulo, nº 171, Ano XV, Dez. de 1975.

Claudia, São Paulo, nº 175, Ano XV, Abr. de 1976.

Claudia, São Paulo, nº 177, Ano XV, Jun. de 1976.

Claudia, São Paulo, nº 179, Ano XV, Ago. de 1976.

Claudia, São Paulo, nº 180, Ano XV, Set. de 1976.

Claudia, São Paulo, nº 181, Ano XVI, Out. de 1976.

Claudia, São Paulo, nº 188, Ano XVI, Maio de 1977.

Claudia, São Paulo, nº 190, Ano XVI, Jul. de 1977.

Claudia, São Paulo, nº 201, Ano XVII, Jun. de 1978.

Claudia, São Paulo, nº 201, Ano XVII, Jun. de 1978.

Claudia, São Paulo, nº 208, Ano XVIII, Jan. de 1979.

Claudia, São Paulo, nº 212, Ano XVIII, Maio de 1979.

Claudia, São Paulo, nº 218, Ano XIX, Nov. de 1979.

Claudia, São Paulo, nº 221, Ano XIX, Fev. de 1980.

Claudia, São Paulo, nº 243, Ano XXI, Dez. de 1981.

Claudia, São Paulo, nº 314, Ano XXVII, Nov. de 1987.

Claudia, São Paulo, nº 332, Ano 28, Maio de 1989.

Bibliografia

- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: _____. (Orgs.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem–mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- COSTA, Claudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 44, Dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Maio 2015.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão, 2005.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel,

1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.

FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

GASTALDO, Édison. A representação do espaço doméstico e papéis de gênero na publicidade. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

GUATTARI, Félix. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, André. (Org.). *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HOLLOWS, Joanne. *Domestic cultures*. Berkshire: Open University Press, 2008.

MELLO, Soraia Carolina de. *Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dez. 2007.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. De perfumes aos pós: a publicidade como objeto histórico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, Dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000200016&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 17 Maio 2015.

SARTI, Cynthia; MORAES, Maria Lygia Quartim de. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. (Orgs.). *Vivência – história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Editora Brasiliense, 1980.

SLATER, Don. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres. In: _____. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

OS HOMENS NO CARTUM: HUMOR GRÁFICO FEMINISTA E OS PROBLEMAS DE GÊNERO (1970-1980)

Cintia Lima Crescêncio⁸³

INTRODUÇÃO

A referência histórica mais comum às décadas de 1970 e 1980 em países do Cone Sul é às ditaduras. Regimes autoritários que assolaram países integrantes do bloco costumam ser protagonistas de narrativas com tal recorte temporal. A história desse período, no entanto, não se restringe a golpes, presidentes gerais, guerrilha armada. Muitos outros acontecimentos tomaram forma em paralelo à instauração de governos civis-militares. Uma página importante dessa história tem como sujeitos mulheres que, em pleno estado de exceção, fizeram emergir movimentos sociais que, não apenas questionavam a legitimidade do regime, como também demandavam transformações estruturais na sociedade. Trata-se dos movimentos feministas e de mulheres do Cone Sul que lutaram contra ditaduras e que também tiveram nos movimentos de esquerda um papel de enfrentamento e luta.⁸⁴

Em tempos de restrição das liberdades e alto engajamento político, uma das ferramentas de comunicação e reflexão exploradas por tais movimentos era a imprensa. Antes, durante e depois de golpes e ditaduras, as diferentes organizações feministas criaram uma modalidade jornalística com assumida posição ideológica: a imprensa feminista. Nas publicações feministas debatiam-se temas de interesse das mulheres – sexualidade, trabalho doméstico, aborto, contracepção, mercado de trabalho, participação política – e ainda interesses “gerais” – democracia, carestia, anistia. Através de instrumentos corriqueiros da imprensa, como reportagens, entrevistas e colunas, os jornais feministas pautavam e refletiam as preocupações feministas do período. Um elemento bastante explorado por tais publicações era o humor gráfico. Charges e tirinhas com perspectiva feminista compunham colunas de humor, ilustravam matérias e protagonizavam páginas

83 - Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Membro do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH entre 2010 e 2016. Atualmente é professora do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Três Lagoas – CPTL. Email: climahist@gmail.com

84 - No projeto *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, coordenado pelas professoras Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, vinculado ao LEGH, uma série de pesquisas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado dedicam-se ao estudo desse período a partir de uma perspectiva comparativa e com foco nos estudos de gênero. Este texto é articulado às atividades e discussões motivadas pelo desenvolvimento desse projeto.

de maneira independente. O humor gráfico feminista não se baseava na ridicularização ou destruição, ele tinha um enfoque crítico e político, afirmando-se como instrumento com potencial transformador. O protagonismo das mulheres nos movimentos feministas e na imprensa feminista, entretanto, no caso do humor gráfico, é compartilhado com outros sujeitos. Homens cartunistas conhecidos, como Henfil, Miguel Paiva, Quino e Angeli, são autores frequentes nas páginas de jornais feministas. Por meio de traços, eles repercutiram a causa feminista e conquistaram espaço em publicações inteiramente produzidas por mulheres.

Em um contexto de dificuldade de projeção das mulheres cartunistas, os cartunistas homens assinavam praticamente 50% do humor gráfico publicado em páginas feministas. Nesse sentido, é importante questionar, a partir de um olhar de gênero – categoria relacional e construída culturalmente –, as características do humor gráfico com perspectiva feminista produzido por homens, uma vez que, conceitualmente e do ponto de vista teórico, essa participação desafia premissas que apontam o humor feito por mulheres, sejam elas feministas ou não, como mais subversivo. O objetivo do presente capítulo é, portanto, refletir sobre a autoria generificada através da análise de charges e tirinhas assinadas por cartunistas homens e publicadas nos jornais feministas *Nós Mulheres* (1976-1988) e *Mulherio* (1981-1988), do Brasil; *Persona* (1974-1986), da Argentina; *La Cacerola* (1984-1988) e *Cotidiano Mujer* (1985-1987), do Uruguai.⁸⁵ Para isso, exploro as ferramentas da análise do discurso, disciplina que considera a historicidade da língua, (Cf. ORLANDI, 2007, p. 47.) e a proposta de Ulpiano Bezerra de Menezes que aponta a visualidade como um elemento de natureza discursiva. (MENEZES, 2003, p. 16.) Charges e tirinhas, fontes primordiais deste texto, têm função analítica e são elas que pautam os temas debatidos na sequência.

Brasil, Argentina e Uruguai viveram a emergência dos movimentos feministas de maneira distinta e com temporalidades diversas.⁸⁶ No Brasil, em 1973, cinco anos depois do Ato Institucional número 5 (1968) e nove anos após o golpe (1964), uma nítida ação de recrudescimento do regime, o Movimento de Luta Contra a Carestia, também conhecido como Movimento do Custo de Vida, foi o primeiro movimento que ousou ir às ruas após 1968. Composto basicamente por mulheres da periferia, as ações do grupo, que tiveram início em São Paulo, proliferaram pelo país. Donas-de-casa, mães, trabalhadoras, por meio dessas manifestações e explorando componentes de gênero, reivindicavam melhorias de vida e questionavam a política econômica que afetava diretamente a economia doméstica. Em 1975, já em pleno processo de distensão e abertura, foi fundado o Movimento

85 - As reflexões trazidas neste texto integram minha tese de doutorado intitulada *Quem ri por último, ri melhor: o humor gráfico feminista (1975-1988)*, defendida em abril de 2016 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação da professora Cristina Scheibe Wolff. Na tese são explorados como fontes jornais do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, mas para este artigo foi feita a opção de priorizar apenas três países.

86 - O mesmo vale para as ditaduras. A ditadura na Argentina durou 17 anos, entre 1976 e 1983; no Uruguai foram 12 anos, entre 1973 e 1985; no Brasil foram 21 anos, entre 1964 e 1985.

Feminino pela Anistia, também em São Paulo. Personalizado pela figura de Therezinha Zerbine, mulher de classe alta e influente, a organização provocou a fundação de uma série de grupos semelhantes ao redor do país. A pauta era específica: luta pela anistia. (Cf. TELES; LEITE, 2013.) Além da participação em movimentos organizados, as mulheres, desde o desferimento do golpe, integraram ativamente a luta armada. Estimativas apontam que de 15 a 20% dos efetivos de organizações armadas eram de mulheres. (Cf. RIDENTI, 1993, p. 198.) Essa porcentagem indica os grupos de esquerda como espaço privilegiado de emergência de movimentos feministas. Nesse cenário emergiu a imprensa feminista brasileira, impulsionada pela declaração da ONU que instituiu 1975 como Ano Internacional da Mulher e 1975-1985 a Década da Mulher.⁸⁷

Na Argentina as primeiras organizações feministas são contemporâneas às brasileiras, contudo elas surgiram antes do golpe desferido em 1976. O Movimiento de Liberación Femenina foi formado em 1972. O Movimiento Feminista Popular e a Asociación para a Liberación de la Mujer Argentina foram criados em 1974. No encalço da decisão da ONU, algumas dessas entidades e outras uniram-se em torno da Frente de Lucha por la Mujer. (Cf. PEDRO, 2010, p. 119.) O aborto legal era um dos pontos que integrava o programa da Frente. Ainda em 1975 foi criada a Unión Feminista Argentina, organização que publicou o periódico *Persona*. No caso argentino, o golpe e a consequente ditadura interromperam – sem cessar – a efervescência feminista.

O Uruguai vivia um cenário também particular. Desde 1960 o país havia avançado nas conquistas de muitos direitos que foram assumidos como lutas pelos feminismos brasileiros e argentinos anos depois. O divórcio, por exemplo, era legal desde 1907, 70 anos antes em comparação ao Brasil. O ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior também foi precoce se comparado aos países vizinhos. A “feminização” do ensino superior anterior à ditadura é, certamente, uma informação relevante. De acordo com Joana Maria Pedro, muitas mulheres uruguaianas se reconheceram feministas a partir de experiências de exílio, mas principalmente por meio de participação em grupos de estudos e pesquisas de universidades. O feminismo acadêmico, portanto, foi um dos protagonistas da emergência do feminismo no Uruguai. Foi somente a partir de 1981, com a abertura política, que os movimentos sociais encontraram espaço ampliado de mobilização, (Cf. PEDRO, 2010, p. 131-133.) a exemplo do que ocorreu no Brasil.

Nesses três países, a emergência dos movimentos feministas foi acompanhada pela produção de uma imprensa com viés feminista. *Nós Mulheres*⁸⁸ e *Mulherio*⁸⁹ foram

87 - Bernardo Kucinski, apesar de reconhecer a importância da imprensa feminista, afirmou que ela parecia uma “ala feminina” do jornalismo alternativo político. (KUCINSKI, 1991, p. 83.)

88 - *Nós Mulheres* foi fundado em São Paulo em 1976 e encerrou suas atividades em 1978, depois de oito números. Suas integrantes haviam participado de reuniões feministas durante o exílio em outros países. Havia ainda muitas estudantes. Desde o princípio o grupo proclamava e defendia a construção de um feminismo autônomo. (TELES; LEITE, 2013, p. 82.)

89 - *Mulherio* nasceu em 1981 como um boletim provisório projetado pela pesquisadora Fúlvia Rosenberg

fundados no processo de abertura política brasileira, pós-1975. O mesmo ocorreu com os uruguaios *Cotidiano Mujer*⁹⁰ e *La Cacerola*,⁹¹ inaugurados pós-1981, quando da reabertura no Uruguai. No caso argentino a temporalidade é inversa, uma vez que antes do golpe já haviam organizações feministas. O *Persona*⁹² foi fundado em 1974, dois anos antes do golpe, e durante o regime tinha edições esparsas, tendo sido retomado com mais força já nos anos 1980. Os suportes de divulgação do humor gráfico com perspectiva feminista produzidos por cartunistas homens eram, nesse sentido, manifestações materiais do contexto político experienciado pelas mulheres.

Contextualizada a trajetória feminista no Cone Sul, é importante que nas próximas páginas seja elaborada uma discussão sobre categorias e questões que interessam diretamente ao argumento de que a produção do humor gráfico com viés feminista por homens, embora articulado ao pensamento feminista, diferenciava-se do humor feminista de autoria de mulheres. Para aprofundar essa reflexão proponho um debate sobre a teoria do humor que considera a produção de mulheres, um levantamento quantitativo de charges e tirinhas assinadas por cartunistas homens e, por fim, uma análise de personagens homens e mulheres traçados por eles.

O HUMOR DAS MULHERES

Segundo Nancy Walker, (1988, p. 80.) existe um discurso que tem negado às mulheres o senso de humor. Esse discurso é o mesmo que, por muito tempo – principalmente durante o século XIX –, questionou sua capacidade intelectual com base em argumentos de clérigos, de cientistas, de filósofos. Estando inteligência e senso de humor interligados, parece bastante claro que “[...] quem negou o senso de humor das mulheres, por conseguinte, começou negando-lhes a capacidade de pensamento lógico”. (WALKER, 1988, p. 82. Tradução nossa.) Assim como muitos outros discursos que, apesar da necessidade de serem repetidamente reforçados, figuram como verdades e constituem as vivências de mulheres, o esforço de provar a inabilidade das mulheres de rir e principalmente de fazer rir precisam hoje ser desconstruídos e justificados por meio

e editado pela jornalista Adélia Borges. Foi publicado até 1988, tendo encerrado suas atividades depois de 40 edições. Ao contrário do *Nós Mulheres*, emergiu vinculado a uma instituição, a Fundação Carlos Chagas. À Fundação eram vinculadas as pesquisadoras e jornalistas que levaram o jornal adiante, todas interessadas em estudar assuntos referentes às mulheres. O jornal contava ainda com patrocínio da Fundação estadunidense Ford. Atualmente o *Mulherio* encontra-se disponível para acesso online: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/>

90 - *Cotidiano Mujer* foi fundado em 1985, em Montevideu. O jornal teve vida longa e foram publicados mais de 30 exemplares. Sua criação está ligada à organização de mesmo nome que ainda hoje atua no Uruguai.

91 - *La Cacerola* foi fundado em 1984 em Montevideu e circulou, no mínimo, até 1988. Tinha formato de boletim e era publicado pelo Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer en el Uruguay.

92 - *Persona* foi fundado em 1974 em Buenos Aires e circulou até meados da década de 1980. Era editado pelo Movimiento de Liberación Femenina, liderado por María Elena Oddone.

de provas mais do que concretas. Essa negativa parece ter ainda mais aceitação no caso das mulheres feministas, taxadas desde suas primeiras manifestações organizadas, em fins do século XIX, como mal-humoradas. A indicação da existência de um humor gráfico feminista assinado por mulheres parece ser fator crucial para uma compreensão distinta do humor. Escritos clássicos como de Quentin Skinner (2002) e Henri Bergson (1978), enfatizando o caráter destrutivo do humor, não atendem às demandas teóricas e analíticas do humor feito por mulheres e, principalmente, por mulheres feministas.

Umberto Eco (2008) parece aproximar-se de uma definição que contempla a necessidade de pensarmos no humor como, no mínimo, revolucionário e que, nesse sentido, se adequa aos desejos feministas. O autor faz uma importante distinção entre a comédia produzida na antiguidade (que funcionava como um reforço das leis, uma lembrança recorrente de quem está no poder, uma máscara de permissividade) e o humor, esse sim, um instrumento de mudança em potencial.

O humor não simula, como o carnaval, conduzir-nos além dos nossos próprios limites. Ele nos dá o sentimento, ou melhor, a imagem da estrutura dos nossos limites. Ele nunca é fora dos limites. Ele enfraquece os limites por dentro. Não procura uma liberdade impossível, mas é um verdadeiro movimento de liberdade. Humor não nos promete a libertação: pelo contrário, ele nos alerta sobre a impossibilidade de libertação global, lembrando-nos da presença de uma lei que não temos razão de obedecer. Essa lembrança enfraquece a lei. (ECO, 2011, p. 8. Tradução nossa.)

Para o autor, o humor é um movimento de liberdade, embora ele não a garanta. O humor como instrumento não faz uma promessa de libertação, mas reforça a existência da lei e a não obrigatoriedade de vivermos sob ela. O humor gráfico feminista, definitivamente, é um movimento legítimo de libertação que, em diferentes níveis, evidencia a existência de uma lei/cultura que não só não beneficia as mulheres como as pune pelo simples fato de serem mulheres. Umberto Eco ainda avança ao apontar que o riso provocado por um humor efetivamente subversivo e revolucionário é, em última análise, um riso triste diante da descoberta das injustiças do mundo. (Cf. ECO, 2011, p. 8.) A definição do autor é bastante adequada aos conteúdos do humor gráfico feminista que procura causar o riso, mas também provoca incômodo, insatisfação, tristeza. Para pontuar esse item, destaco uma tirinha feminista assinada por Sylvia Bruno e publicada no argentino *Persona*.



Figura 1 – BRUNO, Sylvia. [Sem título]. *Persona*, Argentina, ed. 3, p. 30, Dez. de 1974.

No primeiro quadro, quatro personagens debatem a questão da distribuição de direitos e deveres: “– Sostengo que es un derecho. – Sostengo que es un deber. – Sostengo lo que sostuve. – Sostengo lo que sostengo”. O debate é ilustrado por dedos em riste, olhares bravos e uma postura aparentemente agressiva. No quadro seguinte, abaixo da discussão empreendida por personagens que concluímos serem homens, uma personagem mulher, estrategicamente demarcada por símbolos que nos fazem reconhecê-la como tal, é representada sentada e com um balão de pensamento que informa seu desejo mais íntimo: “– Me pregunto quien les otorgo el ‘derecho’ e ‘deber’ de decidir sobre mi persona”.

A conclusão de que as mulheres não legislam suas próprias vidas, inclusive, se adequa ao uso da expressão lei proposta por Eco, (2011) mas também reitera o fato de que uma lei que não nos atende não precisa ser respeitada. Nesse caso o feminismo, estampado na pele da personagem que lamenta a trágica realidade das mulheres argentinas, mas também de todas nós, emerge como um movimento não apenas legítimo como necessário de contestação da lei, uma vez que a descoberta e o riso triste nos fazem perceber “[...] o mal-estar – a ausência de sentido – de viver sob uma lei, qualquer lei”. (ECO, 2011, p. 8. Tradução nossa.) Se essa cultura não nos contempla, não precisamos nos submeter a ela e o humor feminista, definitivamente, é uma excelente forma de contestá-la. A tristeza causada pelo lampejo de consciência emerge junto a um sentimento de revolta e incômodo. Conforme Regina Barreca, é esse sentimento que inspira o desejo de mudança.

Esse tipo de comédia é arriscada. É confrontacional e rompe limites uma vez que você vai embora sentindo-se brava mesmo que você ria. Esse tipo de comédia não encerra os sentimentos de impotência das mulheres – ao invés disso ela sublinha a natureza política do papel das mulheres. Ela nos deixa ainda mais determinadas a transformar aqueles aspectos de nossa situação que nos confina. É uma comédia que inspira e também entretém. (BARRECA, 1991, p. 14-15. Tradução nossa.)

O humor produzido por mulheres, portanto, afirma-se como uma modalidade contra-hegemônica, uma vez que ela recusa o uso comum de estereótipos, nega os objetos e alvos costumeiramente visados – minorias políticas – e rejeita a exploração do ridículo como instrumento cômico. Para Regina Barreca esse tipo de humor é arriscado, na medida em que, para além da tristeza, causa revolta e indignação. Sendo assim, as mulheres, como categoria política que experencia a cultura marcada pelas desigualdades de gênero enquanto sujeitos de segunda categoria, são produtoras de um tipo de humor que ousa chamar de revolucionário. Acrescido do filtro feminista, esse humor rompe duplamente com modelos tradicionais de fazer rir. Entretanto, o elemento autoria cria desestabilidade. Não é possível negar que os homens produziram humor gráfico com conteúdo feminista, mas seus traços e abordagens são distintos, insinuando certa ambiguidade política e ideológica. Para compreender o compartilhamento da autoria faz-se interessante observar em números a participação dos homens.

O HUMOR GRÁFICO FEMINISTA EM NÚMEROS

O *Mulherio*, publicado entre 1981 e 1988, apresenta-se como a amostra ideal para uma avaliação estatística. Ele foi preservado de maneira eficiente pela Fundação Carlos Chagas e encontra-se disponível integralmente para acesso *online* e gratuito. Sendo assim, os 40 exemplares publicados entre os seus oito anos de circulação foram passíveis de análise. Foram localizadas 102 charges/tirinhas que estão quantificadas em termos de autoria no gráfico da sequência.

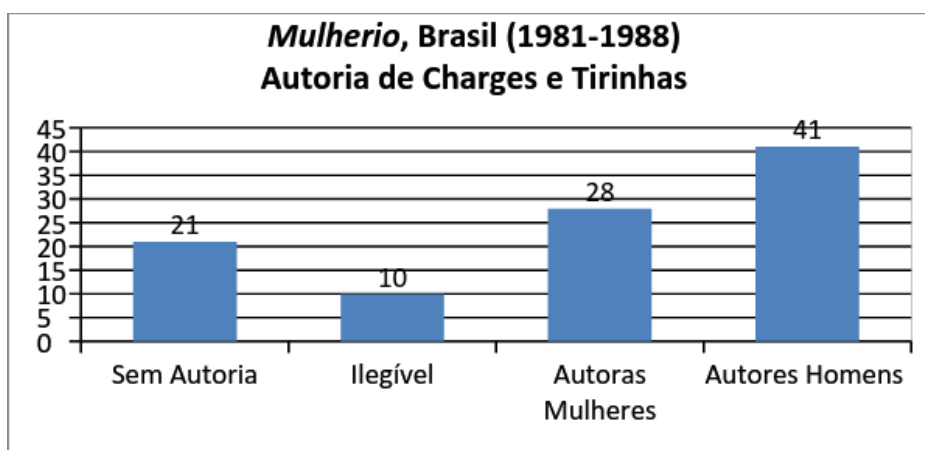


Gráfico 1

Do número total, dez charges/tirinhas não tiveram sua assinatura identificada, sendo impossível afirmar sua origem, seja em função da qualidade do suporte físico ou em função da dificuldade de reconhecer a assinatura em si. Outras 21 não contém assinatura, prática bastante comum no período. É possível, contudo, identificar a autoria de 71 charges/tirinhas que são distribuídas da seguinte maneira: 41 charges/tirinhas são assinadas por homens, enquanto 28 charges/tirinhas são assinadas por mulheres. O número de homens

identificados como autores é, no caso do *Mulherio*, maior que o número de mulheres.

Assim como o *Mulherio*, a amostra do *Nós Mulheres*, publicado entre 1976 e 1978, é ideal, uma vez que foi possível ter acesso a todos os oito exemplares publicados durante sua existência. Das 22 charges/tirinhas localizadas no jornal, três têm a autoria não identificada e duas não são assinadas, como demonstra o gráfico.

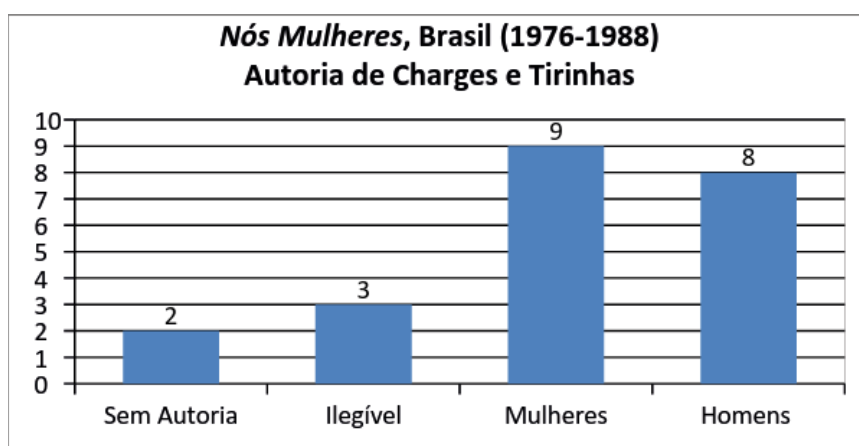


Gráfico 2

Em termos de distribuição da autoria: nove são assinadas por mulheres e oito são assinadas por homens. O número de mulheres autoras é, portanto, maior que o número de homens autores, embora a diferença seja pequena. As amostras seguintes, apesar de confirmarem minha hipótese, são parciais.

O jornal argentino *Persona* não permite um gráfico absoluto, pois não tive acesso a todas as suas edições. Consulte 17 exemplares distribuídos durante toda sua existência. Entre os anos de 1974 e 1986 foram publicadas 23 charges e tirinhas.

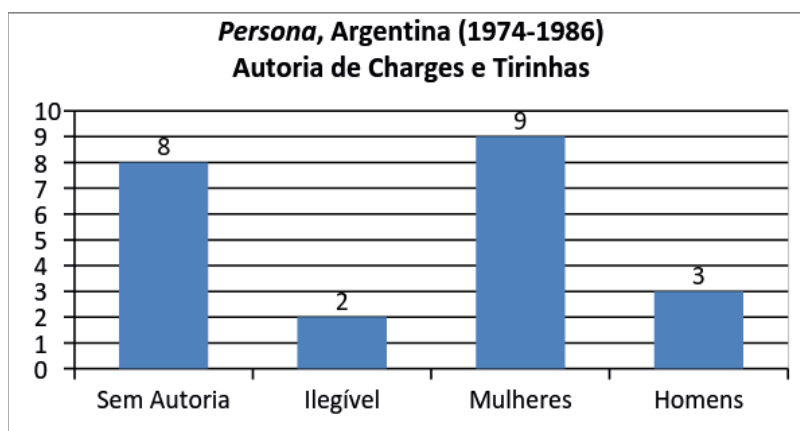


Gráfico 3

De um total de 23 charges e tirinhas, oito não são assinadas e duas estão ilegíveis, enquanto nove têm autoria de mulheres e três têm autoria de homens. Apesar da amostra não ser muito extensa, ela demonstra uma prevalência da autoria de mulheres com uma significativa soma, o triplo da autoria de homens. A publicação argentina não segue o padrão das brasileiras, mas também indica a presença de cartunistas homens.

O uruguaio *La Cacerola* circulou entre os anos de 1984 e 1988 e desse universo de cinco anos tive acesso a nove exemplares. Neles foram publicadas 11 charges e tirinhas.

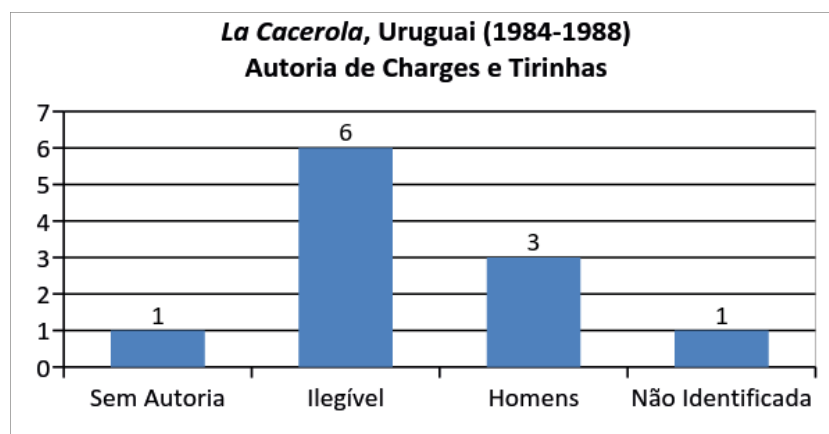


Gráfico 4

Das 11 charges e tirinhas apenas três tiveram sua autoria identificada, todas são assinadas pelo cartunista brasileiro Henfil.

O também uruguaio *Cotidiano Mujer* fez uso menos frequente do humor gráfico em relação aos jornais já citados. Apesar disso, a autoria de homens e mulheres, em relação a charges e tirinhas, é equilibrada.

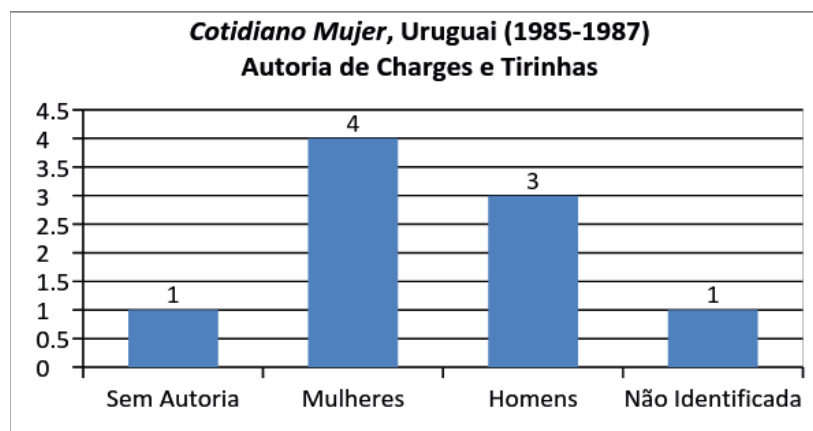


Gráfico 5

Das nove charges e tirinhas localizadas, quatro são assinadas por mulheres, três por homens, uma não é assinada e uma tem a autoria ilegível. Os números apontam que homens e mulheres compartilhavam a autoria de charges e tirinhas na publicação uruguaia.

Números aparentemente frios indicam que o espaço de produção e divulgação do humor gráfico feminista no Brasil, na Argentina e no Uruguai estava sendo compartilhado com homens cartunistas, especialmente com nomes já bastante reconhecidos no campo do cartum. A teoria que indica uma série de especificidades no humor feito por mulheres e por feministas, portanto, precisa ser problematizada ou confrontada com as fontes assinadas por autores homens, uma vez que eles tomaram para si a pauta feminista e, através de seus traços, produziram conteúdos que iam ao encontro do produzido por mulheres cartunistas. Nas páginas anteriores já refleti sobre a teoria do humor que comunga com a produção feminista, nesse sentido, é tempo de refletir sobre charges e tirinhas produzidas por cartunistas homens.

AS MULHERES NOS TRAÇOS DOS HOMENS CARTUNISTAS

A emergência do humor gráfico, entendido como a produção de charges e tirinhas, data do século XIX-XX. A grosso modo, as caricaturas teriam dado origem às charges que, por sua vez, foram se desdobrando em tirinhas e histórias em quadrinhos. Essa datação é tipicamente estadunidense, no entanto, é preciso reconhecer a forte influência dos Estados Unidos na produção impressa, especialmente a brasileira. O país influenciou fortemente nossa indústria cultural e uma série de paralelos podem ser feitos em termos de humor gráfico: semelhança nas temáticas, uso dos mesmos formatos, representação de personagens e expectativas de gênero similares. Por aqui, tiras famosas encontraram um mercado promissor, como Peanuts, criado em 1950 por Carlos Schulz, e Calvin e Hobbes, criado em 1985 por Bill Watterson. As histórias de super-heróis, que encontraram seu auge entre os anos 1930 e 1940, também tinham ampla circulação no mercado editorial brasileiro. O mesmo aconteceu com as Graphic Novels, popularizadas no fim dos anos 1980.⁹³ Não é um equívoco, portanto, partir do princípio que o humor estadunidense teve grande influência em países latinos, especialmente no humor gráfico do Brasil. Selma Oliveira (2007, p. 15.) afirma que as hq's brasileiras foram todas inspiradas no modelo norte-americano. Na Argentina, o fenômeno Mafalda, tira publicada por Quino entre 1964 e 1973, também indica o interesse nesse mercado editorial, mas a partir de um caminho inverso. A rebelde Mafalda atravessou oceanos e inspirou reflexões pelo mundo. (Cf. COSSE, 2014.)

No que se refere ao Brasil, a afirmação da autora é acertada em alguma medida, se

93 - “A história das histórias em quadrinhos norte-americanas divide-se nas seguintes eras: os *funnies* ou pioneiros (1895-1929); era de ouro (1930-1945); recessão (1946-1960); era de prata (1961-1990); os teóricos denominam a fase que se inicia a partir de 1980 de *novas tendências*, e nela inclui-se o chamado *quadrinho de autor*”. (OLIVEIRA, 2007, p. 17.)

tomarmos como corpus de análise o humor gráfico difundido pelo jornal alternativo *O Pasquim*, inaugurado em 1969 e famoso por sua propaganda machista e antifeminista. Observando as personagens mulheres veiculadas no jornal dentro de uma perspectiva feminista, como o fez Rachel Soihet, (2007) é possível construir um paralelo com as impressões da autora que analisou as personagens criadas nos Estados Unidos.

A teoria feminista auxiliou-nos a investigação dos modelos femininos construídos pelos roteiristas e pelos desenhistas de hqs – representações duplas como virgem/vagabunda, esposa dedicada/esposa fútil, a feia inteligente/a bonita tola, a morena boa/a loura má, a mocinha/vilã e muitas outras construções. (OLIVEIRA, 2007, p. 29.)

Os modelos de mulheres identificados podem ser localizados em diferentes medidas nas charges e tiras de Jaguar, Ziraldo, Millôr, Paulo Caruso e outros. Conforme Ricki Goodwin, referindo-se ao *O Pasquim*:

A mulher é tratada também como um ser superficial, de mentalidade rasa. Dotada de curvas abundantes, ou sendo ‘feia que dói’, seja quais forem seus atributos físicos, a inteligência atribuída lhe será pequena. Pode ser encontrada na cama ou na cozinha (ou seja, satisfazendo as fomes do homem). (GOODWIN, 2011, p. 548.)

Parece óbvio, mas é relevante ressaltar: não é esse modelo de personagem mulher que comumente circula nos periódicos feministas dos países do Cone Sul. Entretanto, há exceções, como a observada na charge de Miguel Paiva.



Figura 2 – PAIVA, Miguel. [Sem título]. *Mulherio*, Brasil, 2 ed., p. 21, Jul.-Ago. de 1981.⁹⁴

94 – Não adianta se exhibir, Arionaldo, mulher quando vê um homem não sente esse nervosismo íntimo

A situação da charge sugere uma mulher rejeitando um homem sobre a cama. Ele tem uma postura heróica com um casaco – quase uma capa. Um olhar lançado só para o homem e para a fala da mulher indica o personagem homem sendo colocado em situação de ridículo. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para a personagem mulher, deitada sobre a cama e coberta pelos lençóis. Ela tem traços faciais que denotam certa displicência, enquanto seios arredondados e um largo quadril são evidenciados. A representação dialoga diretamente com o modelo estadunidense e com as características das personagens mulheres do *O Pasquim*: o espaço é a cama e as curvas são abundantes. Independente do texto escrito e do personagem homem sendo colocado como o rejeitado, a representação da mulher é objetificada. Os traços são também a reprodução de “dicas” de um manual de desenhos famoso no universo hq. O manual *Wizard* ensinava a desenhar o corpo das mulheres e recomendava: bundas arredondas, cinturas finais e seios fartos. (Cf. OLIVEIRA, 2007, p. 15.) O modelo dos manuais era comum no *O Pasquim*, nos jornais feministas, não surpreendentemente, ele é raro e assinado por homens.

Uma abordagem mais frequente é a que coloca mulheres em conflito. O tema, também comum em discussões de cunho feminista, já que ele suscita questões que passam pelos desafios da diferença dentro do próprio feminismo – geração, raça, classe social, sexualidade –, foi explorado várias vezes pelos cartunistas homens e raramente pelas cartunistas mulheres.



Figura 3 – MAGALHÃES, Henrique. [Sem título]. *Mulherio*, Brasil, 2 ed., p. 22, Jul.-Ago. de 1981.

No diálogo da tira em destaque, o centro do debate é a questão da sexualidade das

conhecido por tesão.

mulheres e a natalidade. Nos primeiros quadros a personagem mais jovem faz uma espécie de monólogo enquanto sua parceira de cena apenas escuta: “Sem essa de sexualidade... Isso é lá problema? Problema é o desemprego, a fome!... Sexualidade é uma luta menor. Afinal.... Você já viu alguém trepar com fome?”⁹⁵ No quadro que finaliza a tirinha, a personagem que se manteve calada durante o diálogo tem um sorriso de satisfação no rosto em função da família pobre e cheia de filhos que ilustra a cena e destrói os argumentos da empolgada jovem. O conflito reside no paradoxo de um debate sobre sexualidade e planejamento familiar, apontando os desafios enfrentados pelos movimentos do período para se desvincular discussões sobre sexualidade e direitos reprodutivos; mas, também, no debate sobre a seletividade das iniciativas de controle da natalidade que, no período, tinham como foco mulheres de baixa renda.

A tira problematiza a questão da sexualidade, dos direitos reprodutivos, da natalidade e o senso comum que procurava elencar as questões sociais que eram dignas de atenção, mas também apresenta o confronto. Trata-se de uma crítica às próprias mulheres.

Em charge de Miguel Paiva, novamente, o conflito e a tensão são os protagonistas. Nela uma menina questionadora conversa com a mãe. O cenário é comum em tiras de Quino e sua clássica Mafalda que circulavam em variados jornais feministas do Cone Sul.



Figura 4 – PAIVA, Miguel. [Sem título]. *Mulherio*, Brasil, 5 ed., p. 22, Jan.-Fev. de 1982.

95 - O diálogo é protagonizado pelas personagens mais conhecidas de Henrique Guimarães – Maria e Pombinha –, um cartunista paraibano que não obteve tanta projeção quanto os moradores do sudeste.

Em um contexto de caos doméstico com piso sujo e molhado, panela transbordando sobre o fogão e uma pia cheia de louças, a menina informa: “Apesar de pertencermos a duas gerações diferentes, a duas linhas de pensamento diametralmente opostas, vou me aliar a você porque somos mulheres e devemos lutar pela mesma causa!”. Uma mãe esfarrapada e com olhar vesgo responde: “Ótimo, então eu lavo e você enxuga”.

Na charge há uma tentativa da criança, aparentemente a voz da maturidade feminista, de se aliar a sua mãe, uma dona de casa com problemas bastante concretos, reais e visuais. A chamada para dividir a tarefa doméstica é uma exaltação bastante evidente do conflito que se estabelecia entre as próprias mulheres.

Na mesma linha está a charge de Henfil. Na imagem, patroa e empregada doméstica negociam a liberação da funcionária para comemorar o aniversário da abolição.



Figura 5 – HENFIL. [Sem título]. *Mulherio*, Brasil, 7 ed., p. 9, Maio-Jun. de 1982.

Na charge, o conflito de raça e classe é acionado entre duas personagens mulheres separadas pelas diferenças. A empregada deseja ser liberada para comemorar a libertação dos escravos. A patroa concorda, sob algumas condições.

– Claro, Maria! Depois que você fizer a feira, tirar o lixo, encerar as salas e móveis, escovar os sapatos e tapetes, polir a prataria, cozinhar o almoço e lavar a louça, limpar as privadas e bidês, esfregar as roupas, trocar as fraldas mijadas, passar as cuecas do Romualdo e levar o Titi para fazer cocô na praça, pode ir na comemoração da libertação dos escravos...

A empregada é muito magra, tem a pele negra, está agarrada a uma vassoura, além de ter atributos físicos bastante criticados em termos de representação negra no humor: bunda grande e lábios exageradamente grossos. Seu rosto tem um sorriso simples e um

olhar subserviente. A patroa é uma mulher gorda que se encontra acomodada em uma larga poltrona, com muita maquiagem e joias. O diálogo se dá enquanto a patroa pinta as unhas. Seu rosto tem um largo sorriso.

Maria é a personificação de milhões de mulheres negras que, sem acesso à profissionalização, submetem-se a um serviço doméstico com ares de eternidade, como deixa implícita a lista de afazeres listada pela “patroa”. Quando Maria poderá comemorar o aniversário de libertação dos escravos? Nunca. Primeiro, porque seus afazeres são repetitivos. A comida precisa ser feita novamente, assim como as roupas lavadas e as crianças trocadas. Segundo, porque a libertação dos escravos não aconteceu. Essa é a mensagem da charge. A imagem, além de acentuar intersecções de raça e classe, representa as personagens a partir de traços grotescos, prática incomum no humor gráfico assinado por mulheres

Henrique Magalhães, Miguel Paiva e Henfil, nos três exemplos, provocam os anseios feministas ao apontar, em diferentes níveis, as diferenças que afastam as mulheres, tanto materialmente quando em termos de ideais. É provável que ninguém se arrisque a questionar a validade dessa crítica. A intersecção é ainda hoje um problema a ser enfrentado pelos movimentos feministas de todo o mundo. Contudo, é importante analisar o fato de serem os homens a elaborarem essa crítica.⁹⁶

Não era apenas de críticas – muitas pertinentes – aos movimentos feministas que se construía o humor gráfico feminista feito por homens. Muitas são as produções que valorizam as mulheres e questionam o papel desempenhado pelos homens na nossa sociedade. Regina Barreca (1991, p. 169.) identifica cenário parecido na literatura de humor assinada por homens nos Estados Unidos. Segundo a autora, apesar de muitos humoristas terem dedicado precioso tempo a ridicularizar e satirizar as mulheres e tudo que a elas se relaciona, outros tantos optaram por um humor que as valorizasse. No Brasil, Henfil, não acidentalmente, é lembrado por sua abordagem “amorosa” ao tratar dos interesses das mulheres em seus desenhos.⁹⁷

Em uma de suas tiras mais famosas, cangaceiro Zeferino, espaço em que a personagem Graúna se imortalizou, Henfil celebra a liberdade das mulheres e constata a necessidade dos homens de sua dependência.

96 - Sobre a representação da mulher negra é possível fazer uso de uma série de teorias do campo do humor para demonstrar como esse modelo de mulher negra servia apenas para ridicularizar e construir estereótipos sobre a população negra. Entretanto, elas não são traçadas no humor gráfico produzido por mulheres cartunistas que circularam nos jornais feministas do Cone Sul, elas não estão lá representadas – pelo menos não nos exemplares dos periódicos levantados para este texto. Elas protagonizam fotografias, são temas de artigos, mas não são personagens de charges e tirinhas, a não ser no traço de Henfil e em uma charge de Angeli, (*Nós Mulheres*, 1977), em ambos casos problematizando o tema do emprego doméstico.

97 - Em entrevista realizada em novembro de 2012, Ana Alice Alcântara Costa relembra o cartunista com carinho, em função de seu olhar sensível às causas feministas.

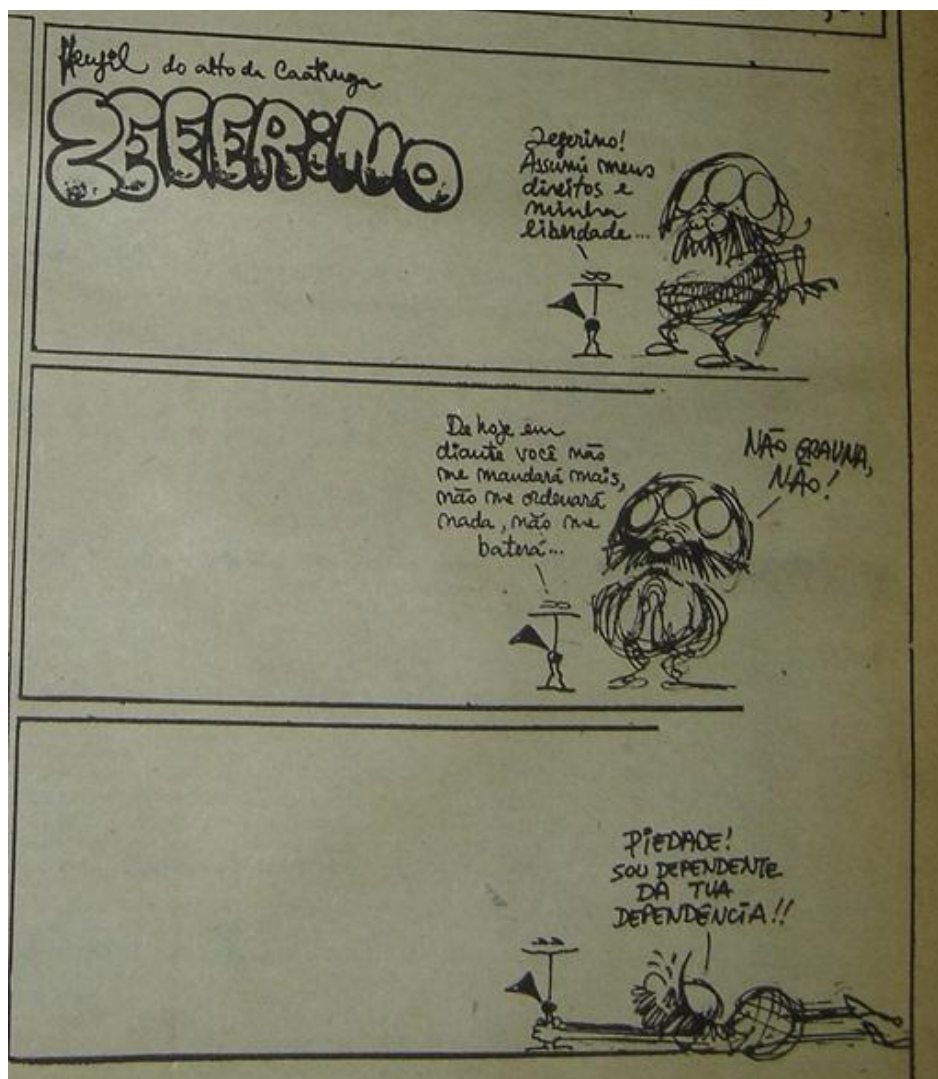


Figura 6 – HENFIL. [Sem título]. *Nós Mulheres*, Brasil, 6 ed., p. 15, Ago.-Set. de 1977. Coluna de Humor.

Nos dois primeiros quadros uma Graúna com tons decididos informa: “Zeferino! Assumi meus direitos e minha liberdade... De hoje em diante você não me mandará mais, não me ordenará nada, não me baterá...”. Sob os protestos do cangaceiro: “Não Graúna, Não!... Piedade!! Sou dependente da tua dependência”. Zeferino passa por três estágios de representação: susto, protesto, súplica. Já Graúna passa de uma feição séria nos dois primeiros quadros, para uma finalização com um leve sorriso diante da súplica do companheiro de cena.

Henfil enfatiza o desespero – quase ridículo – do cangaceiro diante da proclamação de independência de Graúna. A personagem representada por um pássaro fêmea, traçada a partir de um simples ponto de exclamação, protagoniza a tira ao informar que assume seus direitos e sua liberdade. A escolha pelo verbo “assumir” não pode ser considerada mero acaso, afinal, ela não conquistou seus direitos, ela assumiu o que era seu por direito.

A exclamatória Graúna representa milhões de mulheres lutando por um mundo diferente. O ultrapassado Zeferino representa o tradicional mortificado, em pânico diante das transformações.

O papel dos homens nas lutas feministas e na representação das personagens mulheres é, portanto, de ambiguidade. Eles apoiam o feminismo e também se entendem no direito de fazer a crítica. Eles constroem argumentos a favor dos direitos das mulheres, mas incorrem em representações sexualizadas. Os cartunistas homens avançaram em direção a um conceito de humor contra-hegemônico, como o produzido pelas mulheres, no entanto, em variados momentos, incorreram na reprodução de modelos conhecidos ou na crença de que era sua função reavaliar os movimentos feministas.

OS HOMENS PELOS HOMENS

As expectativas de gênero que marcaram a construção das subjetividades de mulheres e homens, como é natural supor, também afetaram os modos de representar os homens no humor gráfico com perspectiva feminista. Nos personagens homens, assim como nas personagens mulheres, traços e abordagens os representam de um determinado modo. Entretanto, ao contrário das personagens mulheres, os personagens homens parecem todos seguir a mesma direção, sejam eles de autoria de mulheres ou de homens. A ambiguidade que pode ser evidenciada nas personagens mulheres (por eles) não parece ser categoria útil para analisar a representação dos personagens homens (por elas e por eles).

Nancy Walker (1988, p. 44.) identifica três diferenças básicas no humor de mulheres e de homens: o tema do humor; forma do humor; meio como a mensagem é entregue. Em certos níveis os temas podem se aproximar se considerarmos um esforço de mulheres e homens de conectar o pessoal com o político, mas, novamente, a forma parece se diferenciar já que o produto final, em termos de representação dos homens, parece se aproximar tanto no humor das mulheres quanto no humor dos homens, quando essa produção tem perspectiva feminista.

Os personagens homens, de maneira geral, são representados como vilões, machos inseguros, maridos acomodados e passivos sentados em confortáveis poltronas, patrões machistas e burocratas sentados atrás de uma mesa de escritório, companheiros de militância que no espaço doméstico optam pela manutenção da divisão generificada do trabalho. A representação dos homens nos traços com perspectiva feminista é, portanto, mais homogênea. Sendo assim, na sequência, proponho a análise desses modelos através de referências também às produções de mulheres. Para análise, destaco uma das representações mais comuns, o homem no sofá.⁹⁸

98 - É importante destacar que o uso dessas categorias não são um privilégio da imprensa feminista. Faço menção especialmente ao homem no sofá, representação muito corriqueira reproduzida não apenas nas páginas de alternativos como *O Pasquim*, mas também da grande imprensa que acolhia cartunistas

Ainda que essas representações de masculino estivessem emergindo com força, outras tantas, mais hegemônicas, permaneciam aquecendo o mercado editorial de hq's. O famoso personagem Super-Homem começou a ser publicado no Brasil ainda em 1938, meses depois de seu lançamento nos Estados Unidos, sendo que em 1984 a editora Abril lançou sua própria revistinha. As tiras de Popeye foram lançadas em 1929 nos Estados Unidos e apenas três anos depois já circulavam em jornais brasileiros. O modelo do personagem homem, portanto, variava. Conforme Selma Oliveira, (2007; 1971.) o herói dos quadrinhos é um modelo transportado, é uma projeção dos homens reais. Super-Homem e Popeye, com sua força e potencialidade de proteger suas respectivas namoradas, Lois Lane e Olívia Palito, adequam-se muito bem a esse modelo masculino de uma parte dos quadrinhos, contudo, por aqui – na imprensa feminista do Cone Sul – os personagens homens guardavam suas capas e mantinham suas latas de espinafre fechadas. No humor gráfico feminista do Cone Sul, seus acessórios eram poltronas fofas, jornais e uma atitude quase onipotente, talvez o único super-poder que lhes restava.



Figura 7 – PAIVA, Miguel. [Sem título]. *Mulherio*, Brasil, 3 ed., p. 7, Set.-Out. de 1981.

Na charge de Miguel Paiva, a personagem que já figurou em discussão com a filha questionadora aparece confrontando o marido. Uma esposa e mãe bagunçada, com avental sujo e mãos na cintura pergunta: “O que você acha que eu sou? Sua empregada?”. Um marido afundado em uma poltrona cuidadosamente decorada com paninhos nos braços, de chinelos e pés sobre a cadeira, gravata e olhos fechados para ajudar no descanso responde: “Por enquanto não posso me permitir esse luxo, por isso se atenha às suas

como Millôr Fernandes – revista *Veja* – e Henfil – *Isto É*. Os homens que protagonizavam as charges do *O Pasquim*, por exemplo, eram repetidamente baixos, gordos, carecas, engravatados, velhos babões, guerreiros “públicos” que no espaço privado agarravam-se às televisões, aos jornais e às poltronas que desempenhavam o papel de trono.

obrigações de mulher”. O provedor e herói do lar, que encontra em casa seu espaço de descanso, desafia a esposa não apenas com seu discurso machista, como com sua postura arrogante e despreocupada. Sua condição de homem trabalhador – como sugere a gravata – faz do personagem homem o rei do lar e, como rei, suas obrigações são assumir seu trono – a poltrona – e esperar que a rainha do lar cumpra com suas “obrigações de mulher”.

Em charge de M. Kahil, cartunista que não foi possível identificar outras informações, o homem é novamente representado agarrado ao seu acessório primordial do ambiente doméstico, a poltrona.



Figura 8 – KAHIL. [Sem título]. *Mulherio*, Brasil, ed. 9, p. 23, Set.-Out. de 1982.

Dessa vez o cenário é complementado com um aparelho de televisão prostrado frente ao seu espectador. Em primeiro plano a dona de casa e mãe, novamente trajando um avental, faz malabarismos com quatro crianças. A esposa com suor no rosto e cara de desespero estende sua mão para o marido que se encontra no segundo plano da imagem. Equilibrado entre seu indicador e seu polegar estão os óculos do “rei do lar” que, para alcançar o objeto, resume sua ação a um braço estendido para trás (em direção ao primeiro plano). A cabeça e os olhos do marido permanecem vidrados no aparelho de televisão, todo o esforço é empreendido pela personagem mulher.

Em quadrinho da cartunista Claire Bretecher, novamente, um marido acomodado no sofá é representado.

Un día como cualquier otro

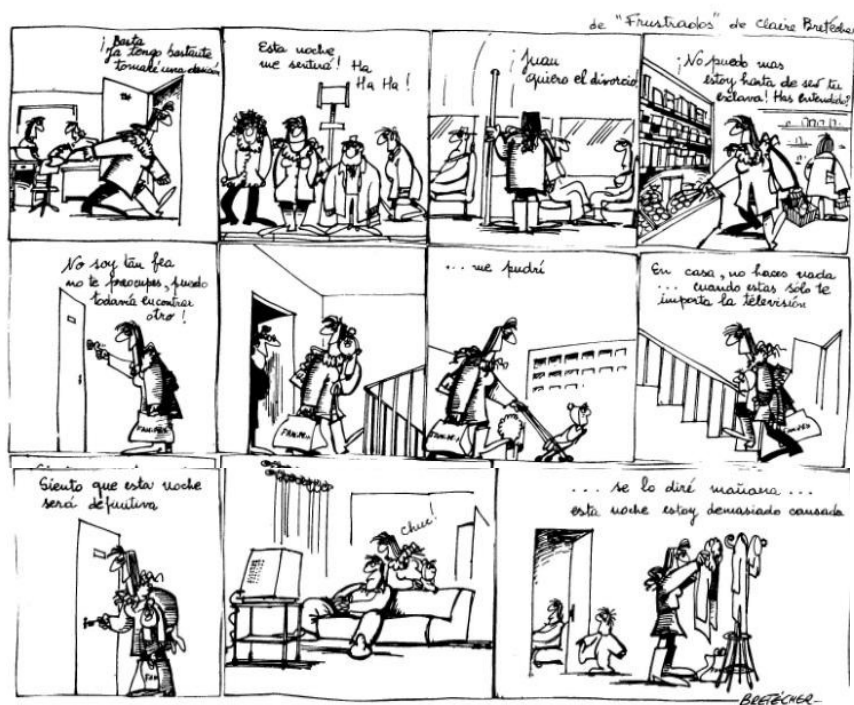


Figura 9 – BRETECHER, Claire. Um dia como cualquier otro. *Cotidiano Mujer*, Uruguai, 3 ed., p. 3, Nov. de 1985.⁹⁹

A personagem é representada em um dia comum em que dispense seus pensamentos em (re)afirmar a decisão de finalizar a relação por estar cansada de ser tratada como uma escrava. O marido só aparece na cena nos dois últimos quadros. Ele encontra-se sentado no sofá, assistindo o aparelho de televisão, no momento em que recebe um beijo da esposa que dedicou o dia a tomar sua decisão. No último quadro ele permanece sentado e é visto parcialmente ainda sentado no sofá enquanto a esposa pendura seu casaco e pensa: “... se lo diré mañana... esta noche estoy demasiado cansada”.

Em história, cuja autoria não foi identificada, o protagonismo do sofá e de seu proprietário é novamente reforçado.

99 – Basta! Ya tengo bastante. Tomaré una decisión. – Esta noche me sentiré! Ha ha ha. – Juan, quiero el divorcio! – No puedo mas, estoy harta de ser tu esclava! Has entendido? – No soy tan fea, no te preocupes, puedo todavía encontrar otro. – me pudrí... – En casa, no haces nada ... cuando estás sólo te importa la televisión. – Siento que esta noche será definitiva. – Chuc! – ... se lo diré mañana... esta noche estoy demasiado cansada.



Figura 10 – [AUTORIA ILEGÍVEL]. Dia de elecciones. La Cacerola, Uruguai, 8 ed., p. 5, Nov. de 1984.

O quadrinho narra um dia de celebração da democracia. No primeiro quadro, o companheiro informa a alegria de estar indo votar. A esposa demonstra a mesma excitação e informa que fará o mesmo em breve. Depois de cozinhar, limpar, lavar roupas e tomar conta dos filhos, todas situações acompanhadas pelos diferentes quadros, a mulher arruma-se para a atividade que o marido desempenhou pela manhã. No último quadro, com uma janela iluminada pela lua e o marido, como sempre, acomodado em sua poltrona, a frase derradeira encerra a cena: “Las mujeres siempre dejando lo importante para ultimo momento”. Ele não tem feições arrogantes como o homem do sofá de Miguel Paiva, mas sim um sorriso simples e singelo. A mensagem, ao final, é a mesma. Do alto de seus tronos, ou melhor, de suas poltronas, os maridos observam a dificuldade de suas companheiras de cuidar de todas as tarefas domésticas e esperam que elas os sirvam. Nessa história, especialmente, ainda é acionada de maneira bastante direta a invisibilidade do trabalho doméstico desempenhado maciçamente por mulheres.

Os quatro exemplos de humor gráfico escolhidos para problematizar a representação

dos personagens masculinos como o homem do sofá têm autorias e origens variadas. Um mesmo modelo de homem é traçado em todas as charges e tiras, mesmo que algumas diferenças possam ser notadas em termos de comportamento. Nem todos eles são assumidamente machistas como o personagem de Miguel Paiva, assim como nem todos têm um sorriso bondoso no rosto como o do último quadrinho. Entretanto, ao final todos eles são o exemplar de um mesmo homem, aquele que desempenha o seu papel de provedor fora de casa – como um super-herói – e à noite veste sua roupa de rei do lar, assumindo a identidade secreta – o homem do sofá.

Simone de Beauvoir afirma que:

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina. Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade. (BEAUVOIR, 2009, p. 548.)

Pensar a relação de homens e mulheres com o casamento é fundamental, principalmente, diante de um modelo de masculino que enraiza o homem em uma condição de sujeito passivo no espaço doméstico. A reciprocidade é inexistente diante de um homem sujeito autônomo e produtivo que contribui com o coletivo. Nesse cenário, o modelo de mulher representada desempenha um trabalho invisível, sem valor e considerado improdutivo, uma vez que ela contribui “apenas” com a manutenção do espaço doméstico e tudo que gira em torno dele. O homem do sofá evidencia todas as vicissitudes de um homem que, “da porta para dentro”, age como um hóspede dentro da própria casa. Danda Prado, (1985) em livro que se dedicou a definir o conceito de família em 1982, apresenta-nos informações que reforçam a existência de um ideal muito claro que perpassaria todas as famílias brasileiras no período. De acordo com a autora:

Não varia muito de uma camada social para outra o IDEAL referente à família, aos laços que aí são valorizados (amor entre o casal, compreensão e amizade entre pais e filhos), ao comportamento esperado entre seus membros (responsabilidade econômica do marido, infra-estrutura doméstica e afetiva pela mulher, obediência às diretivas paternas), e à expectativa dos papéis sociais que deverão ser cumpridos por cada um. (PRADO, 1985, p. 76.)

As expectativas de gênero, portanto, demandam que cada membro desempenhe suas próprias tarefas. Cabe a mulher cuidar do ambiente doméstico, enquanto o homem provê a família com recursos materiais de sobrevivência. Mesmo diante das mudanças típicas da segunda metade do século XX, como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, a realidade da dupla jornada só se reforçava, porque, como diz o personagem homem de Miguel Paiva, a esposa deve se ater “às suas obrigações de mulher”.

O modelo de masculino, desse modo, apesar de todas as mudanças que ocorreram a partir da organização e mobilização dos movimentos feministas, era constantemente reforçado nos seus papéis mais tradicionais.

Marko Monteiro, (2013) referindo-se ao contexto de transformações em termos de mercado de trabalho e consequentemente em se tratando do deslocamento de gênero entre as décadas de 1960 e 1970, ressalta que “[...] as mudanças socioeconômicas e culturais em curso são visíveis, mas não são absolutas: o homem perde espaço como chefe inquestionável da família, mas sua posição privilegiada não desaparece por completo”. (MONTEIRO, 2013, p. 346.) As charges e tirinhas feministas que colocavam o homem como figurante e, ao mesmo tempo, protagonista no ambiente doméstico, sugerem a permanência de expectativas e modelos de relações domésticas que ainda existem.

A autoria generificada, no que se refere à representação de personagens homens, difere claramente da representação de personagens mulheres. Enquanto características do humor hegemônico, na elaboração de personagens mulheres, parecem insistir em marcar o esforço dos cartunistas homens de produzir um humor gráfico com conteúdo feminista, na construção de personagens como o homem no sofá, eles parecem conscientes da necessidade de autocrítica, mostrando-se alinhados, pelos menos em termos de traços, às críticas feitas por cartunistas mulheres e pelos movimentos feministas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O humor gráfico foi uma arma amplamente explorada por grupos feministas do Brasil, Argentina e Uruguai. Com diferenças contextuais, quantitativas, temporais, políticas e temáticas, esses países foram o cenário de construção de um humor contra-hegemônico que deslocou as mulheres dos lugares de alvo e objeto de humor, para os espaços de sujeitos do humor. Esse deslocamento, no entanto, foi acompanhado pelos cartunistas homens interessados em explorar as pautas feministas em suas charges e tirinhas. Fruto de relações diferentes com a cultura, a produção assinada por eles resultou em charges e tirinhas diversas, mesmo que a perspectiva feminista fosse compartilhada. Se as mulheres produziram humor gráfico essencialmente revolucionário e inspirador, os homens esforçaram-se para alcançá-las.

A participação dos homens na produção do humor gráfico com conteúdo feminista permite uma crítica diferenciada às expectativas de gênero referentes ao masculino. Se na representação de mulheres eles dedicam muita atenção às diferenças que as separam, na representação dos homens eles são capazes de satirizar com bastante propriedade os modelos de masculinidade que os rodeiam. Também o homem do sofá recebe muita atenção, tanto de cartunistas mulheres quanto de cartunistas homens. Ele simboliza uma figura passiva no sentido doméstico e coloca em evidência, inclusive, o papel de homens libertários na construção de um mundo diferente. No humor feminista marcado pela necessidade de conectar o pessoal com o político, os homens fizeram esforços importantes, muito embora eles tenham avançado num campo em que as mulheres cartunistas lutavam

e ainda lutam para se afirmar. A linha que os une, cartunistas mulheres e homens, insinua, porém, que o caminho para a conciliação seria exatamente o da problematização do modelo masculino naquele contexto. Foi através da autocrítica que os cartunistas homens mais se aproximaram do humor gráfico feminista – e não apenas com perspectiva feminista –, talvez essa seja a chave-explicativa: é tempo dos homens refletirem sobre seus lugares no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Cotidiano Mujer, Uruguai, 3 ed., Nov. de 1985.

La Cacerola, Uruguai, 8 ed., Nov. de 1984.

Mulherio, Brasil, 5 ed., Jan.-Fev. de 1982.

Mulherio, Brasil, 2 ed., Jul.-Ago. de 1981.

Mulherio, Brasil, 2 ed., Jul.-Ago. de 1981.

Mulherio, Brasil, 7 ed., Maio-Jun. de 1982.

Mulherio, Brasil, 3 ed., Set.-Out. de 1981.

Mulherio, Brasil, 9 ed., Set.-Out. de 1982.

Nós Mulheres, Brasil, 6 ed., Ago.-Set. de 1977.

Persona, Argentina, 3 ed., Dez. de 1974.

Bibliografia

BARRECA, Regina. *They used to call me snow white... but I drifted*. Women's strategie use of humor. USA: Penguin Books, 1991.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERGSON, Henri. *O riso*: Ensaio sobre o significado do cômico. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

COSSE, Isabella. *Mafalda*: historia social y política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

ECO, Umberto. The Frames of Comic Freedom. In: _____; IVANOVV, V. V.; RECTOR, Monica. *Carnival! Approachs to Semiotic*. Berlin: Walter de Gruyter, 2011.

GOODWIN, Ricki. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel. (Org.). *Imprensa, Humor e Caricatura*: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KUCINKSK, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

MONTEIRO, Marko. Masculinidades em Revista: 1960-1990. In: PRIORI, Mary del; AMANTINO, Marcia. (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. *Mulher ao Quadrado*. As representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990). Brasília: Ed. UnB / Finatec, 2007.

ORLANDI, Eni. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul. In: _____; WOLFF, Cristina Scheibe. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del Cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea; et al. (Orgs.). *Historia, género y política en los 70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, Jan-Jun. 2007.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista*. A construção do Feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-198). São Paulo: Intermeios, 2013.

WALKER, Nancy A. *A very serious thing*. Women's humor and American culture. United States: American Culture, 1988.

ENTRE A DESCONSTRUÇÃO E A CONSTRUÇÃO: DILEMAS DE PENSAR, AGIR E REINVENTAR-SE FEMINISTA LATINO-AMERICANA EM TEMPOS DE ANTROPOCENO¹⁰⁰

Gleidiane de Sousa Ferreira¹⁰¹

NOTAS SOBRE A ERA DO ANTROPOCENO E A IDEIA DE HUMANIDADE

O Antropoceno, em linhas gerais, seria a compreensão da ação humana na terra como semelhante às forças que movem a natureza. Segundo essa conceituação, os seres humanos estariam alterando radicalmente a terra e acelerando o processo de mudança das eras geológicas. A partir dessa hipótese, o ser humano não seria apenas entendido como um agente biológico, mas também, um agente geológico.¹⁰²

As reflexões iniciadas na história recente sobre o termo Antropoceno suscitaram vários debates internacionais a respeito dos desdobramentos geológicos da intervenção humana na Terra. Perguntas filosóficas primeiras, tais como os motivos da nossa vida coletiva e da nossa finitude material são retomadas nessas discussões, não mais em um sentido isolado da razão humana antropocentrada, mas na reflexão cosmopolítica sobre a existência temporal, material e simbólica de toda a matéria.

Além dessas retomadas, entendemos que a discussão em torno do conceito de Antropoceno demanda também certa urgência na conexão entre novos saberes e regimes de saberes. Ela traz novamente a importância de pensarmos o intercâmbio de ideias e

100 - Agradeço a todas(os) as(os) colegas da disciplina Antropoceno, Pós Humano e Cosmopolítica (PPGL-UFSC 2015.1) pelos inúmeros debates compartilhados durante a realização da disciplina e que de alguma maneira colaboraram para a materialização deste capítulo. Agradeço também ao amigo Antonio José Oliveira pela leitura atenta e pertinente das ideias aqui esboçadas

101 - Doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. E mail: gleidiane_cultura@hotmail.com

102 - “O cientista holandês Paul J. Crutzen, Nobel de Química de 1995, criou este conceito. Impressionado com a intensidade da moderna escala de destruição do meio ambiente, concebeu a possibilidade desta era geológica, na qual o extermínio do ecossistema, desencadeado pela ação irracional do Homem, se torna cada vez mais frequente”. (ANTROPOCENO, 2012.) Semanticamente, o *antropos* se refere a *homem* como generalização de humanidade, e *ceno* seria uma terminologia que remete à idade, ao tempo. Daí, portanto, a conceituação ser definida como uma era, uma idade do homem em definições geológicas.

de observarmos os diferentes poderes de fala, ou seja, as desigualdades existentes na geopolítica, na enunciação e na comunicação de verdades, na proposição de ideias e análises, e na produção de contestações. Também nos faz pensar os limites das discussões sobre o termo Antropoceno que estabelecem o foco na vida humana e no “salvacionismo” humano, reforçando a hierarquização e a subjugação exploradora (há quem diga “sustentável”) da vida humana e não humana.

Gostaríamos de começar por uma pergunta central. Como chegamos num momento histórico cuja capacidade de intervenção humana no mundo foi (é) tão intensa e profunda a ponto de modificar a geologia da Terra e de tornar possível o aniquilamento dessa vida humana e também da não humana? Essa pergunta nos parece fundamental para iniciar as reflexões propostas rapidamente neste texto, na medida em que ela exige um pensamento histórico sobre as relações humanas. Não partimos do pressuposto de que essa capacidade sempre existiu e de que todas as experiências humanas culminariam nesse nível de intervenção. Ou seja, partir dessa posição demanda uma reflexão sobre a categoria de “humanidade” na sua historicidade e, também, possibilita considerações sobre a definição ontológica e estatutária de ser *humano* em relação ao ser *não humano* no pensamento ocidental.

Considerando esses pontos, entendemos ser importante a compreensão dos próprios limites dessa pergunta central, na medida em que ela de nenhuma forma dá conta da infinidade de relações entre vida humana e não humana estabelecida na história. Quando falamos do *humano* e da *humanidade* contidas na definição do termo Antropoceno devemos partir sempre da compreensão dos limites dessa enunciação, já que falamos especialmente (embora não exclusivamente) de debates que emergem em espaços de poder tradicionais, no que se refere à macro política moderna e colonialista. A emergência desses debates, especialmente nos espaços de pesquisa e ação políticas vinculadas aos Estados-nação e aos grandes centros de “produção de saber”, precisa também ser considerada ao pensarmos a pertinência e os níveis de argumentação em torno do tema do Antropoceno. Quem é o “nós” que nomeia esse fenômeno? E a partir dessa enunciação, quem é o “nós” que aparece como sujeito dessa “marca humana em escala geológica”?

O que colocamos aqui não é apenas uma mudança de epistemologias capaz de descentrar o humano masculino, branco, ocidental, católico, heterossexual, porque não se trata de propor novas epistemologias para a produção de conhecimento. Trata-se de propor uma reflexão também sobre os espaços de luta e de poder de verdade em que determinados fenômenos podem existir e ganhar legitimidade. O que queremos problematizar é o porquê de várias das enunciações da insustentabilidade da vida, já anunciada por centenas de movimentos e grupos sociais, não (pôde) pode ganhar o estatuto de verdade urgente para o conjunto do planeta? Será que os Estados e o corpo da grande intelectualidade mundial estão interessados na resignificação *do todo* na relação com o planeta? Ou se trata de apenas buscar novas formas de viver na exploração de discursos políticos e novas pesquisas inovadoras? Para quem a insustentabilidade passou a ser tema urgente?

A disputa em torno da própria definição pública internacional do conceito

Antropoceno, que seria a virada de pensar o humano enquanto agência geológica e não apenas biológica, nos parece retomar a necessidade de outra reflexão e de outro debate acerca da própria categoria “humanidade”. A atenção a esse ponto é interessante, primeiramente pela necessidade de compreender historicamente quais são os grupos sociais que possuem o estatuto de nominar o termo “Antropoceno” e suas caracterizações, e quais participam dos diferentes fenômenos considerados na sua conceituação, como a capacidade de alterar o eixo e a termodinâmica da Terra e a capacidade de intervir no núcleo terrestre. Nesse sentido, a primeira pergunta importante a ser considerada é: de que “humanidade” se fala quando consideramos a agência histórica dos seres humanos sobre a matéria?

Ao levantar essa questão, ressaltamos algumas das considerações das teses feitas por Dipesh Chakrabarty. Como um historiador imerso nos debates da pós-colonialidade, esse autor fala da importância de atentarmos para os perigos de se reconsiderar os humanos como *espécie* e, de alguma forma, de retomarmos o pano de fundo biologizante e essencialista da vida humana, principalmente quando considerado para “engrossar o caldo” da explicação do que seria a Era do Antropoceno.

De forma muito coerente, Chakrabarty afirma que “[...] ninguém está na posição de afirmar que há algo inerente à espécie humana que tenha nos empurrado fatalmente para o Antropoceno”. (CHAKRABARTY, 2013, p. 18.) Esse elemento é de suma importância quando buscamos complexificar a compreensão da categoria “humanidade”, principalmente quando ela está sendo mobilizada no palco de disputas políticas, em níveis internacionais, sobre o “de quem é a culpa” nos tempos do Antropoceno. Como indica o historiador, a humanidade é um “efeito do poder”, ela é um conceito em pleito. (Cf. CHAKRABARTY, 2013, p. 21.) Ele pergunta:

Quem é o nós? Nós, humanos, nunca nos experimentamos como espécie. Podemos apenas compreender intelectualmente ou inferir a existência da espécie humana, mas nunca experimentá-la como tal. Não poderia haver nenhuma fenomenologia de nós mesmos como espécie. Mesmo se nós nos identificássemos emocionalmente com uma palavra como humanidade, não saberíamos o que é ser uma espécie, pois, na história das espécies, os humanos são apenas um exemplar do conceito espécie, como, com efeito, seria qualquer outra forma de vida. Mas ninguém experimenta a condição de ser um conceito. (CHAKRABARTY, 2013, p. 21.)

Esse ponto de vista é fundamental não apenas como argumento político, mas também para retomar as várias contribuições teóricas e políticas – como os estudos feministas, descoloniais, pós-coloniais, da diáspora e do próprio marxismo – que contestaram há bastante tempo o *humano* como uma categoria fundada no sexismo, no racismo, no classismo e na heteronormatividade, ou seja, uma categoria que nega a contingência histórica.

É possível inferir sobre a existência de um sem número de experiências sociais

em que as relações entre humanos e não humanos tenham se dado de forma bastante diferente, e onde a própria *Terra* tenha assumido significados alternativos ao que passou a ser hegemônico do pensamento ocidental moderno-colonial-capitalista; momento da história, no nosso entendimento, cuja capacidade de alteração da Terra passa a ser mais profunda e veloz. Sem dúvida, muitas dessas experiências sequer conquistaram estatuto de narração e comunicação. Obviamente, para fundamentar um pouco mais essa suspeita, nossa argumentação careceria de leituras e experiências também quase infinitas em que pudessemos ter contato com essas vivências, considerando diferentes lugares do globo e diferentes temporalidades. Porém, ao concentrarmos as nossas reflexões apenas no espaço que convencionamos chamar de América, por exemplo, já poderíamos vislumbrar muito dessa diversidade de experiências espaciais e temporais.

Os trabalhos antropológicos de Marisol de la Cadena e de Viveiros de Castro são alguns dos exemplos que podem ser considerados nesse vislumbre. Eles problematizaram grupos humanos e suas *marcas* deixadas no mundo. A primeira, abordando sociedades que foram colonizadas e/ou viveram de forma mais direta as diferentes fases do colonialismo; e o segundo, como uma abordagem mais antropológica pensando a cosmogonia de comunidades indígenas cujas próprias mudanças culturais foram menos marcadas pela alteridade colonizadora.

O conceito de *perspectivismo ameríndio*, de Viveiros de Castro, é frutífero para pensar as reflexões aqui colocadas. Tal conceituação não apenas relata a “equivocação” de compreender o pensamento ameríndio, mas se constituiu numa chave interpretativa para pensar diferentes sociedades que definem a vida, a si mesmos e o seu entorno de outras formas que não a hegemônica da sociedade ocidental. Nessa conceituação é apresentada a capacidade, por parte dessa visão de mundo ameríndio, de atribuir uma ontologia para os diferentes “objetos” e “fenômenos” que compõem a existência humana na Terra. As águas, o vento, a montanha, os animais, o sol, as doenças, por exemplo, podem ser vistos dentro de uma classificação estatutária de *pessoas*. Ou seja, nessa visão, a materialidade do mundo não é estática, parada, observável pelo mérito e pela capacidade específica do ser humano, pelo contrário, ela é dinâmica, ela também vê e significa simultaneamente a vida e as entidades ao seu redor. Segundo esse perspectivismo, cada um desses entes se enxerga como central do mundo, possuindo uma “humanidade” própria e capacidade relacional de existência. De acordo com as reflexões do antropólogo, essa forma de entender os entes terrestres como “pessoas” constrói uma cosmogonia eminentemente “perspectivista”.¹⁰³

103 - É importante explicar resumidamente a ideia de perspectiva apresentada por Viveiros de Castro. Para o autor, essa noção é completamente distinta da noção de perspectivismo ocidental. O perspectivismo ocidental se funda na ideia de que é possível ter visões distintas sobre os “mesmos fenômenos”; seriam várias formas diferentes de ver um fenômeno, que na noção ocidental estaria na realidade apreensível daquele que observa. No perspectivismo ameríndio essa questão é distinta, no sentido de que não se trata de observar de forma diferente a mesma coisa, mas que todas as coisas possuem leituras sobre os mesmos fenômenos. Em outras palavras, não existiria espaço nesse pensamento para uma exterioridade não humana inativa, ou que não fosse capaz de estabelecer ao mesmo tempo uma leitura sobre o que entendemos por seres humanos. E é justamente essa capacidade de “enxergar e agir” relativamente sobre o mundo que essa cosmogonia define

Em certo grau de proximidade com Viveiros de Castro, a teórica Marisol de la Cadena, ao falar da noção de política para os povos colonizados e que vivem processos colonialistas e imperialistas até os dias atuais na América Latina, em especial na região andina, ressalta esse fator histórico e contingente de tais visões de mundo. Os “princípios indígenas”, mesmo os mais interferidos pela alteridade e pela violência colonizadora, ainda fazem parte da leitura e das disputas políticas de muitos desses povos latino-americanos, que, por vezes, contestam essa maneira racionalista, antropocêntrica e exploradora de pensar o (e no) mundo.¹⁰⁴

Como afirma a pesquisadora, essas visões não foram valorizadas pelas formas tradicionais de pensar a política, inclusive por muitos grupos filiados às orientações revolucionárias que pensam formatos de lutas e projetos de revoluções na contemporaneidade, que em muitos casos (não em todos)¹⁰⁵ também estão marcados pelo racionalismo e pela divisão hierárquica e controladora entre humanos e não humanos. Ao pensar essas questões sobre as lutas políticas desses grupos na América, a autora chama a atenção para a importância da *natureza* como categoria que precisa ser repensada filosoficamente. Segundo ela, a noção de política ocidental representou o mundo *não*

por “humanidade”. Capacidade esta que existe em todos os entes que compõem o mundo. Em suas próprias palavras diz que: “Quando os índios tentam expressar essa ideia em uma linguagem simples, que possamos entender, dizem: todos os animais e todas as coisas têm almas, são pessoas. Uma onça, por exemplo, é mais que uma simples onça; quando está sozinha na floresta, tira sua “roupa” animal e se mostra como humana. Todos os animais têm uma alma que é antropomorfa: seu corpo, na realidade, é uma espécie de roupa que esconde uma forma fundamentalmente humana. Em contrapartida, nós ocidentais pensamos usar roupas que escondem uma forma essencialmente animal. Sabemos que, quando estamos nus, somos todos animais. Os instintos, por trás das camadas desse verniz que é a cultura, constituem nosso fundo animal, primata, mamífero etc. Os índios vêem as coisas de modo oposto: por trás dos corpos roupas animais, acha-se um personagem humano. O que diz a mitologia é que a humanidade não é a exceção, mas a regra. Nós não somos uma espécie escolhida por Deus no final da criação mas, ao contrário, a condição de partida”. (CASTRO, 2004, p. 94-95.)

104 - Ao construir esse argumento lembramos os conflitos que estão ocorrendo no Equador atualmente. Enquanto este capítulo era produzido, fizemos leituras sobre a luta das comunidades indígenas equatorianas contra as concessões de direitos de exploração às empresas mineradoras em seus territórios. As empresas, além de concentrarem riquezas que serão socializadas de acordo com as regras do capital internacional em detrimento da subsistência dessas comunidades, destroem, poluem e profanam vários dos entes que representam o “buen vivir” material e espiritual dessas comunidades. O uso de mercúrio, que polui os rios por parte dessas empresas, é fator de confrontação entre as comunidades e o governo, não apenas pela poluição, mas porque é dos rios que nascem as divindades. Em texto jornalístico muito sensível, Elaine Tavares, pesquisadora do IELA (Instituto de Estudos Latino-Americanos), afirmou que “[...] terras foram cedidas às empresas transnacionais de exploração de petróleo e outros minerais. Foi detectado o uso, inclusive, de mercúrio, em vários desses empreendimentos mineiros que começaram a contaminar os rios, que são a base da sobrevivência de inúmeros povoados indígenas e camponeses, além de ter forte sentido espiritual, visto que são nos rios que nascem os deuses”. (TAVARES, 2015.)

105 - Acreditamos que vários grupos de militância social fizeram trabalhos, análises e esforços sensacionais de pensar essa relação de até onde existe diálogo entre uma conceituação de fazer política ocidental e ameríndia. Para mencionar alguns que têm produção maior, os escritos de Mariátegui e de Fausto Reinaga não podem, de nenhum modo, ser considerados nessa generalidade em que Cadena esboça no texto.

humano como completamente apartado da vida humana. E é dessa forma que a “natureza” é hegemonicamente representada na esfera política. Esse é um dos conflitos centrais entre os grupos que historicamente lutam não apenas por determinadas demandas e pautas políticas, mas que disputam representações de natureza, noções de humano e não humano em outros moldes no mundo atualmente. A autora afirma que essa representação,

[...] monopolizó la política para aquellos que representaban la Naturaleza a través de la ciencia y la negó para aquellos que querían representar a lo no-humano a través de otras prácticas. Al principio, sin embargo, el antagonismo entre las representaciones europeas y locales de las entidades no humanas era visible. En las Américas, la Inquisición española era su enemiga, encargada de extirpar prácticas indígenas “demoníacas”. Más tarde, cuando se distinguió la razón de la fe como el medio para el conocimiento, la representación de las cosas efectuada a través de estas prácticas pasó a ser irrelevante a través de un proceso de conceptualización que los europeos habían empleado en contra de la representación no científica de las cosas en la propia Europa. Volvamos a escuchar nuevamente a Hegel, en esta oportunidad acerca de su percepción de África, donde “*las fuerzas naturales al igual que el sol, la luna, los árboles, los animales son reconocidas como poderes por sí mismas, no son vistas como teniendo una ley eterna o providencia detrás de ellos o como formando parte de un orden natural universal y permanente*” (Hegel [1975] 1997:130). Y donde “*los reyes tienen ministros y sacerdotes – y en ciertos casos una jerarquía completamente organizada de funcionarios– cuya tarea es practicar la hechicería, controlar los poderes de la naturaleza y determinar el clima*” (Hegel [1975] 1997, p. 130). (CADENA, 2009, p. 147. Destaques no original.)

Nesse sentido, partindo das contribuições das pesquisas e análises dessas autoras, e considerando as ponderações enunciadas por Chakrabarty, é possível pensar que as definições de “humano”, “humanidade” e “não humano” estiveram (e ainda estão) em disputas na história. Partindo dessa compreensão, é importante considerar que os debates em torno da “Era do Antropoceno”, mesmo que de maneira não declarada, precisam considerar marcadamente esses elementos. Essa questão disponibiliza uma compreensão sobre as distintas formas de *ser humano* no mundo, mas também sobre a importância de vislumbramos a existência de outros regimes temporais e conceituais de existência humana e não humana na história.

No texto *Geo-politics and the disaster of the Anthropocene*, Nigel Clark (2014) atenta para a importância de um pensamento social, cultural e filosófico que abrace o “não humano”. O autor aponta para a deficiência de uma cada vez mais desenvolvida “geopolítica antropocentrada”, que não é capaz de pensar a dinâmica dos fatores não humanos da terra. Segundo ele,

[...] talvez a lição mais importante do Antropoceno é que a própria terra deva ser entendida como muito mais do que uma mera superfície ou estágio em que disputas políticas acontecem; ela deve adquirir

volume ou dimensão vertical. A geopolítica já não pode se referir a uma horizontal e sincrônica globalidade. (CLARK, 2014, p. 34.)

Acrescentariamos na sua reflexão que, talvez, a lição mais importante do Antropoceno seja evidenciar a necessidade mais que urgente de intercambiarmos noções e projetos de mundo que há séculos estão em disputa e constituíram de maneira distinta a perspectiva hegemônica de organização. Nesse sentido, mostra-se de suma importância lermos esse debate considerando os limites políticos e conceituais dos alardes lançados pelos debates internacionais acerca da Era do Antropoceno. Até mesmo para conseguirmos analisar criticamente essas discussões. Esses limites só podem ficar claros quando fazemos um exercício teórico-prático descolonial a respeito do que seria “humanidade” na narrativa temporal e espacial do ocidente, e de como ela está historicamente em disputa.

SOBRE PENSAR DESCONSTRUÇÕES E RESISTÊNCIAS

Em decorrência dessas ponderações colocadas sobre o conceito de humanidade e das enunciações em torno da Era do Antropoceno, queremos apontar a relevância da reflexão histórica como fator indispensável para entender as ações de pensamento, desconstrução e resistência social no tempo presente.

Quando nos referimos ao pensamento histórico, não falamos da História enquanto ciência humana e social, mesmo por que a intenção é marcadamente a de repensar esses lugares de enunciação de poder, em que o discurso da ciência e dos “experts” bem intencionados, como fala Bruno Latour, (2014, p. 22.) precisam ser situados e desconstruídos. Essa História com “H” maiúsculo é definida pela própria busca por pensar a ação “humana” no tempo, em que os humanos são os “objetos” sobre os quais devemos perseguir na produção desse saber. Em outras palavras, é um saber que se constitui num hegemônico antropocentrismo interpretativo.¹⁰⁶

Nos referimos aqui à história como um olhar, uma chave enunciativa que constitui a narrativa de nomeação dos fenômenos, isto é, um elemento que constrói e fundamenta fenômenos a partir de outros lugares e posições de poder. Ter isso em mente é fundamental para compartilhar reflexões sobre as “angústias” e incertezas que nos ocorrem quando pensamos as catástrofes consequentes à Era do Antropoceno. Ao considerar essa questão, é possível mostrar a experiência humana como múltipla, fazendo com que a ideia de *inevitabilidade*, alertada por Chakrabarty sobre a situação ambiental de hoje, e as definições que temos de “humano” e “humanidade” sejam também entendidas à luz das relações de

106 - Mesmo a História Ambiental – que ganhou forças a partir da década de 1960 – e que deu outro estatuto ao “ambiente” na narrativa historiográfica, trazendo novas contribuições epistemológicas para a pesquisa histórica, ainda não foi capaz de superar a centralidade e o estatuto do “homem” (aqui homem entendido marcadamente em viés sexista) para suas contribuições teóricas. Além disso, a escala da reflexão ética da existência humana tampouco buscou projetar novos imaginários sociais que promovessem outro estatuto político e existencial para não humanos. O estatuto conquistado pelos *não humanos* nesses estudos ainda é especista e voltado para o bem estar e autoconhecimento da História “humana”.

poder que marcam as narrativas históricas. (Cf. CHAKRABARTY, 2013.)

Considerando tempo e espaço, será que o conjunto da humanidade, invariavelmente, chegaria aos mesmos modelos de alteração ambiental? E, principalmente, será que todas as múltiplas cosmogonias possuem a mesma “dívida histórica” quando rastreamos essas alterações? Será que quando consideramos essas diversidades temporais e espaciais de vida humana, uma superação “da caminhada para o abismo” que vivemos hoje pode ser construída?

Pensar isso, como indicado até aqui, mais do que conversar sobre os poderes enunciativos de quem pode dizer ou não que vivemos na Era do Antropoceno, podendo assim diagnosticar sobre como nos encontramos enquanto “humanidade” nos tempos atuais, é também discutir a invisibilidade de experiências em outros espaços e em outros tempos que não tiveram as mesmas condições de serem nominadas e/ou consideradas nessa definição. O que se coloca em debate diante dessa questão histórica é: será possível uma desconstrução da noção cartesiana, racional, utilitarista e binária a qual o pensamento moderno e eurocêntrico se hegemoniza? Teríamos experiências que nos apresentam questões suficientes para vislumbrarmos outras culturas políticas e outras éticas de existência?

São a partir desses questionamentos que a noção de *humano* e do estatuto ontológico do *não humano* passa por ressignificações, cuja contribuição para uma noção de ética *pós-humana*¹⁰⁷ se coloca de forma transformadora desse estatuto hierárquico que colocamos os seres humanos. Essa hierarquia aparece de várias formas, seja na atribuição que é dada para o valor da vida humana como mais importante, seja como uma representação racionalista de uma natureza ainda estática e/ou inferior que está pronta para ser controlada e nos servir.¹⁰⁸

Nesse sentido, entender a política e o político de maneira abrangente é fundamental quando pensamos as contribuições teóricas-práticas que visam explorar a urgência de imaginar “saídas” para a supremacia racionalista e utilitarista sobre a vida. O compromisso de repensar arqueologicamente as ideias que possibilitaram uma hegemonia do humano na tradição ocidental é, sem dúvida, uma das principais contribuições de um refletir filosófico pós-humano, como o pensado por Rose Braidotti, (2013) de uma ação cosmopolítica,

107 - Em linhas gerais, a Pós-humanidade seria uma perspectiva política e filosófica que questiona a centralidade do “humano” na produção de pensamento. Nessa perspectiva, as materialidades “não-humanas” – animais e objetos, por exemplo – são inseridas na dinâmica da reflexão filosófica, destacando as potencialidades políticas dessas inserções.

108 - É importante frisar o caráter racista e sexista dessa visão de humano do racionalismo moderno. Quando falamos sobre a importância hierarquizada da vida humana, segundo essa expectativa, consideramos que a vida dos povos não brancos, das mulheres e sujeitos que rompem as normativas de gênero também não foram (não são) dignos do estatuto de humanidade. Esses sujeitos recorrentemente são compreendidos desde um estatuto que os “animaliza”, “biologiza”, e, portanto, nessa lógica, os desumaniza num sentido filosófico do sujeito.

no sentido de Isabelle Stengers (2005), e de uma Ética Minimalista, como a pensada por Joana Zilinska. (2014)

Joana Zilinska, autora de *Minimal Ethics for the Anthropocene*, (2014) traz valorosas reflexões para a urgência de estabelecermos outra relação com e entre a materialidade que compõe o mundo. A filósofa se aproxima bastante das discussões trazidas pelos(as) estudiosos(as) que ressaltam a oportuna definição do conceito de “epistemologias ecológicas”,¹⁰⁹ que não apenas questionam os clássicos binarismos – outrora já criticados pelas teóricas feministas – de natureza/cultura, sujeito/sociedade, homem/mulher, como também reforçam a importância de superarmos a ideia de que produzimos conhecimento apenas com o cérebro; ou de que o conhecimento é produzido sobre uma dada materialidade supostamente guiada por leis rígidas e generalistas.

Esses questionamentos se aproximam de uma ideia cuja matéria e corpo são “operadores do conhecimento” e agem no mundo. Um dos elementos mais interessantes da proposta de Zilinska (2014) é a tentativa de apostar numa nova relação com a matéria, numa relação não controladora e que se baseia na certeza de que o *outro* e o *eu* são forças emaranhadas e fronteiriças, e não entidades separadas. Entender essa questão é, sem dúvida, pensar sobre a difícil tarefa de relacionar-se com a vida e, consequentemente, com a morte de forma mais complexa, ou seja, de pensar a finitude e a circularidade da vida de outra maneira também. De acordo com suas reflexões, isso seria se construir dentro de outras narrativas de nascimento, de vida e de finitude.¹¹⁰

Apesar de várias reflexões, como as apontadas por Zylinska sobre uma Ética Minimalista a respeito das coisas, terem sido anunciadas e vividas de um ponto de vista ativista, nos questionamos: é possível imaginar que essa ética minimalista se transforme em projeto de sociedade? O que essas reflexões, advindas especialmente de espaços acadêmicos, contribuem enquanto projeto ético de vida comunitária? Dizemos uma vida comunitária e não um novo modelo de governabilidade estatal e/ou institucional. Perguntamos: até que ponto essas contribuições nos permitem superar o risco de um ativismo individualista, individualizante e reconfortante? Em que medida, quando pensamos o poder político e colonial da possibilidade de filosofar, essas contribuições

109 - Esse trabalho é importante para pensar o conceito de “epistemologias ecológicas”, mas também nos demanda uma reflexão crítica importante sobre os perigos de não deixarmos que os debates teóricos do Antropoceno novamente emascarem as contribuições das teorias feministas. Muito da crítica sobre os problemas do pensamento binário da razão/corpo e natureza/cultura colocada nesse e em outros textos já tinham sido amplamente desenvolvidas nas teorias e críticas feministas.

110 - É nesse sentido que essa autora se aproxima das contribuições de Braidotti no seu texto sobre pós-humano, onde pensa sobre a possibilidade de uma “teoria da subjetividade pós-humana” (BRAIDOTTI, 2013.) capaz de repensar a unidade básica de referência para o ser humano. Para a autora, essa questão se torna ainda mais importante quando consideramos a era biogenética e a as tecnologias “necro-políticas” as quais estamos inseridas no tempo presente. (Cf. BRAIDOTTI, 2013.) A obra traz muitas outras questões importantes, as quais eu gostaria imensamente de poder desenvolver um pouco mais. No entanto, para este texto tal desenvolvimento não foi possível.

também não se beneficiam dos diferentes lugares de fala em que filosofar é possível?

Colocamos essas questões novamente, no sentido de dizer que ao pensarmos sobre uma nova ética de viver é fundamental que indaguemos quem a profere e de que lugar social as profere. Quando falamos de uma “ética minimalista”, ou mesmo nos indagamos sobre a possibilidade de uma “subjatividade pós-humana”, precisamos atentar para outra questão importante quando vislumbramos filosoficamente outros “mundos”: discurso acadêmico *versus* saber popular. Essa questão é curiosa no sentido de pensar que sujeitos tem o poder de produzir “fala”, que contextos e em que espaços autorizados essa fala pode ser produzida. A dicotomia ainda existente entre saber popular e saberes oriundos de espaços com poder sobre *a verdade* – como a academia e as instituições governamentais – precisam ser refletidos para que possamos pensar o alcance desses debates. Nesse sentido, entendo que resistir é ter poder para enunciar, para falar, mas também, para ser ouvida, como diria Spivak (2012). É também pensar de forma propositiva caminhos coletivos – humanos e não humanos – de ação e transformação.¹¹¹

Essa dimensão coletiva pode ser observada nas compreensões, por exemplo, da ideia de “buen vivir” que secularmente fez parte da cosmogonia indígena do território americano. Esse termo, como bem sinalizou Houtart, é complexo no sentido de que pensar o “buen vivir” hoje significa entender o campo de disputas discursivas em que ele está inserido. (Cf. HOUTART, 2011.) O termo, enquanto significado político, é bastante apropriado por distintos grupos que veem nele instrumento de luta no tempo presente. No entanto, quando o entendemos enquanto “ética comunitária” conseguimos, mesmo que de forma genérica, entender sua contribuição na observação da diversidade da experiência humana na terra, elemento que estou tentando sinalizar desde o início do texto.

Saídos de diferentes culturas políticas das sociedades indígenas latino-americanas, esses princípios são primordiais para exercitarmos um vislumbre sobre várias possibilidades de pensarmos uma vida “pós-humana e pós-teórica”, e uma “ética minimalista da existência”. No entanto, precisamos construir ouvidos atentos para as experiências históricas impossibilitadas historicamente de “falas”, muito em decorrência de ausência de “escutas”. O valor atribuído pela cosmogonia ameríndia ao não humano é fundamental para a noção de bem viver. Essa valorização é marcada não apenas pela ótica da vivência dos humanos, mas, principalmente, por entender que só se *vive bem* quando tudo está bem; e quando as fronteiras entre o nós e os outros não partem de uma absoluta separação.

Além disso, a própria noção de viver bem implica numa aceitação diferenciada da

111 - Vídeo sobre a proposta de plantio em agroflorestal no Brasil: <https://vimeo.com/136423275> Nessa iniciativa a ideia é combater a monocultura em grande escala, que é voltada para a produção de grãos que servirão para a produção industrial, estimulando um plantio agrícola voltado para a produção de comida que simultaneamente realize um trabalho de revitalização de áreas degradadas. Essa iniciativa é interessante quando pensamos o exercício realizado de intervir sobre os recursos não humanos, mas entendendo que eles possuem “tempos e ciclos próprios” e que devem ser compreendidos e respeitados.

finitude e da morte, do trabalho, do sacrifício religioso, da divisão de tarefas sociais e de vários outros elementos que superam a noção construída no ocidente de uma “eliminação ontológica do outrem”, como expôs Marco Antonio Valentim. (VALENTIM, 2014, p. 03.) Ao contrário, o que tem de mais rico em muitas das cosmogonias não ocidentais – não apenas as ameríndias – é uma relação de trato com um mundo marcado pelo contato direto, pela relação emocional, espiritual e material, imediata com os recursos/entidades existentes no mundo. Nessa apreensão, o *eu* e o *outro* se encontram plenamente imbricados num convívio cotidiano.

Essa realidade é cada vez mais distante de boa parte da sociedade ocidental, que principalmente após as grandes revoluções industriais desenvolveu um distanciamento profundo com os frutos de seu trabalho e construiu um consumo “alienado”, no sentido de Marx, de produtos secundários. Chamamos Marx aqui, pois ainda acreditamos que a sua contribuição sobre o “trabalho alienado” nos ajuda, e muito, a entender o distanciamento e a separação em que a hegemonia da sociedade ocidental passou a viver nos últimos séculos. O trabalho é vendido para uma finalidade que não é um uso direto, fruto da dedicação de energias para suprir uma necessidade compartilhada de uma comunidade. O consumo é “alienado” no sentido de que não sabemos exatamente porque consumimos algumas coisas e perdemos bastante os saberes sobre as nossas necessidades primeiras que ficaram a cargo das instituições do estado e das leis do mercado.¹¹² O marcado distanciamento da sociedade ocidental com os *não-humanos*, recorrentemente compreendidos dentro da linguagem fetichizada da mercadoria, ainda é processo a ser amplamente desconstruído.

Esses processos nos ajudam a pensar o que sinalizamos no início deste capítulo sobre a importância do intercâmbio de ideias, falas e vivências comunitárias no tempo presente; e, nesse sentido, a cosmogonia indígena tem muito a contribuir na desnaturalização do nosso “mal viver” ocidental.

Não buscamos aqui reforçar o mito do bom indígena, como já bem nos alertou o historiador Warren Dean, (1998) tampouco universalizar as experiências indígenas, pois entendemos a relevância de pensar situada e criticamente as várias culturas políticas que marcaram os povos originários que sofreram com o Colonialismo. Não se trata de uma fetichização da vida indígena. Trata-se de uma recuperação crítica e descolonial de diferentes éticas existenciais e princípios organizativos que não tiveram as mesmas condições macro-políticas de visibilidade. Ao considerar esse elemento, entendemos também ser necessário um cuidado para que novos pensamentos, oriundos de espaços de saber e poder que já conhecemos, não se tornem novamente invisibilidades de experiências históricas. Foi precisamente nesse sentido que chamamos atenção para a pertinência de se compreender as coisas numa perspectiva temporal.

112 - Esse debate de Marx pode ser visto em várias de suas obras, especialmente em “O Capital”. Para pensar um pouco o conceito de alienação em sua obra me baseei no interessante texto de José D’Assunção Barros chamado “O conceito de alienação no jovem Marx” de 2011. Nele o autor fala um pouco das fases e da trajetória do próprio conceito em Marx. (BARROS, 2011.)

É importante dizer que o exercício realizado até aqui foi pensar sobre as várias ponderações necessárias quando discutimos o Antropoceno e narramos os elementos que configurariam esse fenômeno. É importante dizer que diferentes civilizações vivem há séculos em condições de vida e existência incomensuravelmente já insustentáveis. As situações de guerras e intervenções internacionais, a estetização despolitizada da fome e do sofrimento em várias partes do globo, a racialização e hierarquização de povos e culturas constituem também os limites enunciativos do que seria a “Era do Antropoceno”. Pra quem esse enunciado é importante/urgente no final das contas?

SOBRE PENSAR AS CONSTRUÇÕES E OS VISLUMBRES

Para esse último ponto, começaremos considerando um aspecto que julgamos fundamental para discutir possíveis construções e vislumbres para tais perguntas: o que fazer diante da insustentabilidade da vida e da existência em escala macro como a que vemos no tempo presente? Ainda é possível acreditar em experiências e mundos distintos do que temos e imaginamos hegemonicamente nos dias de hoje? Que culturas políticas são possíveis diante dos problemas que vivemos em “tempos de Antropoceno”?

Partindo dessas questões, para iniciar, destacamos que no próprio pensamento ocidental algumas práticas filosóficas-políticas já tinham sinalizado diversas questões sobre a necessidade de transformar a noção de *fazer política* que se estabeleceu na sociedade moderna ocidental. Muitas das práticas políticas anarquistas, por exemplo, já levantaram análises relacionadas à escala do *fazer político* e de seus sistemas institucionais que “alienaram” o plano do político das sociedades modernas. A crítica ao sistema representativo, ao plano institucional e oficial de fazer política, à construção das noções de pertencimento social ligados ao Estado-Nação, são algumas dos temas de críticas anarquistas principais, aparecendo em diversas vertentes desse pensamento, trazendo contribuições sobre a necessidade de repensarmos a política e também suas esferas de atuação e transformação. Falamos dessas questões menos no sentido de fazer propaganda política para esse pensamento social e mais no sentido de mostrar a pluralidade de perspectivas críticas e de vivências na história do próprio pensamento político ocidental que se dedicaram a refletir sobre o formato e a escala do fazer política.

A importância da educação, da ética e da autogestão de teorias e práticas foram elementos centrais na construção do pensamento anarquista, que de alguma maneira já sinalizaram, desde o século XIX, os limites de um fazer político que se voltava para a construção da pátria, dos Estados Nacionais e da economia de Estado. Na prática política anarquista, a autogestão e a luta contra a representação política oficial sempre foram fundamentais no sentido de construir uma cultura política cuja reflexão exaustiva acerca do cotidiano da vida pudesse ser o protagonista da agência. Não delegar a outrem a capacidade de pensar sobre si mesmo é ainda um ponto essencial para essa perspectiva. A autonomia e a governabilidade da própria vida, individual e/ou coletiva, foram elementos centrais em suas elaborações.

Em linhas gerais, pensar sobre as diferentes dimensões da vida como um fazer político foi (e ainda é) princípio central da história do pensamento anarquista. Essa questão ficou marcada também por sua ligação com uma luta eminentemente classista, cuja ideia radical de expropriação de riquezas e da ideia de “posse” – seja de bens, de pessoas e de ideias – pudesse ser desenvolvida enquanto projeto comunitário. Mencionamos essas contribuições também como tentativa de reforçar um pouco mais o argumento quanto à pluralidade de vivências em face ao projeto hegemônico colonialista, moderno e capitalista.

Desse modo, não temos nenhuma pretensão de indicar o anarquismo como a grande perspectiva política que transformaria as diferentes relações de opressão ou mesmo as diferentes relações de negação ontológica que estabelecemos com o mundo em suas mais diversas materialidades humanas e não humanas. O pensamento anarquista também é marcado pelo antropocentrismo, pelo eurocentrismo e pelo sexismo de muitos dos seus teóricos e de muitas experiências práticas, e, sem dúvida, somente essa temática poderia se desdobrar em dezenas de outros trabalhos. A ideia de trazer esses elementos para o texto foi no sentido de questionar, juntamente às demais autoras utilizadas no texto, a noção do que é *político* e do que é *política*, isto é, pensar sobre a escala de onde as disputas políticas acontecem e precisam ser repensadas.

Dessa maneira, nos referimos novamente aos questionamentos trazidos por Marisol de la Cadena. Para ela essa questão de escala está colocada como uma forma de pensar os diferentes princípios indígenas latino-americanos que ecoam em espaços de conflitos por demandas políticas. A escala da reflexão é modificada, bem como as diferentes ressignificações do que seria “accionar” politicamente. Uma nova ética das relações sociais e materiais é colocada como necessária para uma verdadeira descolonização da política. (CADENA, 2009)

O mais interessante das reflexões de Marisol – mas também, de Houtart (HOUTART, 2011.) e de Aníbal Quijano (QUIJANO, 2011.) nos textos que discutem o conceito de “buen vivir” – são as referências ao fato de que as sociedades ameríndias, de modo geral, construíram culturas políticas que conflitam essa noção de institucionalização alienada da vida social e espiritual do ocidente. Exemplos disso são as lutas contra a comida “com veneno”, a agricultura comunitária, a relação negociada com os “recursos naturais”, o comércio de troca e a busca pela autogestão cuidadosa do cotidiano. Esses elementos possuem centralidade nessas culturas políticas que buscam o “buen vivir” entre vida humana e não humana, entendendo que para os inumanos é necessário um convívio (*conviver* como dito por Stengers) que respeite sua própria dinâmica. Esses exemplos são não apenas pautas políticas a serem defendidas, mas lutas pela existência de cosmogonias de grupos sociais que, como indicado anteriormente, não tiveram o mesmo estatuto de visibilidade histórica.

Para este capítulo, quisemos apontar algumas possibilidades de críticas sociais cuja noção de *boa vida* está relacionada, também, a uma noção de fazer política no seu sentido individual e coletivo, e de pensar que a própria fronteira entre individualidade e coletividade precisa mais do que nunca ser repensada e recriada.

No entanto, é importante demarcar que o sexismo e o patriarcado fazem parte de muitas vivências/projetos comunitários que buscam alternativas de sociedade, inclusive de muitas culturas que constroem as cosmovisões indígenas. E, diante disso, as reflexões e análises feministas são primordiais quando pensamos uma crítica que possa, ao mesmo tempo, vislumbrar antigas-novas-apropriadas relações de existência no mundo e possa ler esse processo a partir das contribuições das teorias e críticas feministas, em especial, quanto ao danoso binômio natureza/cultura.

É precisamente nesse aspecto que queremos compartilhar algumas das experiências de luta das mulheres que constituem a nossa pesquisa doutoral. Durante mais de vinte anos, o grupo *Mujeres Creando* vem produzindo uma série de atividades que visam discutir uma proposta de sociedade não-patriarcal partindo de um lugar de fala do feminismo anarquista e também indígena. O grupo é formado por mais de vinte mulheres e durante as duas décadas de existência, além da grande produção de textos, artigos, livros e documentários que buscavam veicular suas críticas sociais, o grupo criou em 1993 um centro cultural autogestionado chamado *Café Carcajadas*, que funciona até os dias de hoje na *Casa Virgen de los Deseos* no centro de La Paz. Esse espaço é um lugar de leituras, oficinas e discussões feministas, alimentação a preço popular e também um lugar onde alguns serviços são organizados de forma autogestionada: como a alfabetização de mulheres, a creche exclusiva para mães solteiras, a rádio popular feminista, a orientação para mulheres vítimas de violência, dentre outras atividades.

Segundo elas, todas essas funções são realizadas com o intuito de possibilitar uma formação feminista na qual as mulheres possam despontar possibilidades de produção de conhecimento sobre si mesmas – que possa se contrapor aos discursos acadêmicos, governamentais e jornalísticos –, mas também que possam construir práticas políticas fundadas na solidariedade coletiva e no fortalecimento de projetos comunitários que queiram criar *desde la práctica* novas relações com o mundo.

Ao longo desse tempo, a luta dessas mulheres esteve focada numa proposta de despatriarcalização da sociedade, assim como no combate ao que elas identificaram como práticas patriarcais dos movimentos sociais. Essas discussões voltaram-se não apenas para os ditos movimentos tradicionais – como os vinculados às organizações estatais, partidos políticos, sindicatos, grupos anarquistas – que são comumente e maioria de homens, como também para os movimentos indígenas urbanos e rurais. Para esses últimos, muitas das críticas elaboradas por essas mulheres se deram na tentativa de desconstruir várias dessas práticas patriarcais, que se fundamentavam supostamente nas tradições dos povos originários.

Um exemplo interessante é a crítica da própria feminilização da “mãe terra” que faz parte do imaginário de muitos grupos indígenas e originários de países andinos latino-americanos. Em texto publicado nos anos 2000, o grupo explora essa crítica afirmando que se a “madre tierra” falasse, certamente diria:

[...] yo no les he parido, ustedes no son mis hijos. No quiero ofrendas de sangre de llama, ni altares de endiosamiento. No quiero que me atribuyan voluntades, ni que hablen en mi nombre. No quiero que se proclamen mis hijos, ni tampoco mis defensores. No quiero que entre culturasse disputen la más profunda comprensión de mi fecundidad, no es cierto que quechuas, ni aymaras ni ninguna otra cultura indígena ancestral sobre la tierra detente la comprensión de mi voluntad, de mi ser ni se relacione más directamente conmigo. Ninguno de esos saberes tiene las llaves de comprensión de lo que yo soy. Todas esas son elocubraciones culturales, vacilaciones y alucinaciones de los hombres en torno de su poder de hombres. Imagino a la tierra sospechando de su sacralización y repudiando todo el discurso que la endiosa. La imagino diciendo con insistencia y en todos y en todos los idiomas: Soy la tierra, soy la naturaleza, pero no soy tu madre, ni soy tampoco tu mujer. Todo el discurso que me feminiza y me humaniza como tu madre y tu mujer nos es más que una manipulación simbólica más para convertirme en mi amo, para convertir mi devenir en la simple función de tu voluntad. (CREANDO, 2000. d.a, p. 115-116.)

As críticas construídas nesse trecho, e em várias das atividades de formação criadas pelo grupo, são sobre a clássica tentativa simbólica de relacionar mulher e natureza, relação esta que, apesar de estar em outros parâmetros, é bastante intensa também na cultura política e no imaginário social de muitos desses grupos. Muito das lutas das feministas indígenas latino-americanas atualmente se dá na tentativa de ressignificação do que é natureza para elas, ponderando não apenas as suas vivências como indígenas, mas também disputando a esfera cosmológica dessas atribuições. Esse uso patriarcal das visões de mundo originárias seria observável, por exemplo, quanto à questão da descriminalização do aborto, que é tomada por alguns grupos de comunidades indígenas como algo que contrariaria suas tradições e agrediria a “mãe terra”.

Ni la tierra es mujer, ni las mujeres somos la tierra, ni la naturaleza es madre reproductora de vida para el hombre, ni nuestra fecundidad es naturaleza a ser cumplida a voluntad masculina. No es cierto que la naturaleza nos castiga si abortamos, lo que es cierto es que todo eso se nos dice para controlarnos y aterrorizarnos. Todo eso se nos dice para justificar el castigo usando la naturaleza como pre-texto para esconder que se nos castiga tan solo para controlarnos. Es cierto que el discurso cultural sobre la tierra como madre y como mujer es un discurso a ser administrado por chamanes, jilakatas y amautas para detener frente a la comunidad la comprensión del universo, para descargar su poder sobre el cuerpo de las mujeres y para descargar al mismo tiempo su poder sobre la tierra. (CREANDO, 2000. d.a, p. 116-117.)

Além do caráter desconstrutivista das lutas efetuadas pelo grupo, as ações de militância se propõem a uma constante politização do cotidiano, reforçando a educação das mulheres como uma responsabilidade coletiva e política feminista. A militância feminista para elas se daria não apenas nas mudanças epistemológicas e conceituais da produção teórica feminista, mas na imbricação dessa produção nas práticas políticas que possam

ser transformadoras e possam dispor formas de vidas inspiradoras e revolucionárias no cotidiano. E é precisamente nessa transformação e nessa luta que, segundo elas, as ideias feministas devem se inserir, disputar espaços e serem “criadas” não partindo de espaços de poder – que também constroem hierarquias de fala e de enunciação, como a academia, as instituições e organizações estatais.

“El feminismo de las luchas concretas para la transformación” (CALLEJAS, 2013.) e “Mujeres Creando, feminismo de las luchas concretas” (ALVAREZ, 2009.) são exemplos de publicações do/sobre o grupo que versaram sobre a importância de pensar e fortalecer essa escala de ação militante. As lutas concretas e a visão refletiva dos aspectos imediatos da vida individual e coletiva são apresentadas como alternativas de grande potência, que possibilitam outras formas de se imaginar feministas no contexto latino americano contemporâneo. Daí, portanto, a busca por acreditar na autogestão e na autonomia do que chamamos de movimento feminista. Durante esses anos, grande parte da produção teórica desse grupo se voltou também para uma crítica aos feminismos institucionais, que para elas, não propõem projeto de vida comunitária diferenciada, mas apenas reformas que promovem uma “inclusão no inferno”, sem questionar o próprio inferno e, em muitos casos, legitimando o “inferno”.

Mas a pergunta que não desaparece é: como essas experiências poderiam contribuir com as demandas políticas levantadas por uma “Era do Antropoceno”? Uma das questões que acreditamos ser mais interessante é a capacidade de contribuir na construção de teorias e práticas feministas que vislumbrem outras vivências societárias, partindo de lugares sociais que consideram o patriarcado e a colonialidade marcadoras da (in)visibilidade de pensamento, sujeitos e vivências políticas na história e no tempo presente.

O grupo Mujeres Creando durante esse tempo ressaltou a necessidade de pensar a *escala do fazer política*, destacando não apenas que o “privado é político” (como já feito na história do feminismo), mas pensando na possibilidade de “criar” e recombinar diversas esferas de político. Nesse sentido, a tentativa do grupo é de demarcar a importância de um feminismo revolucionário, não mais nos moldes da revolução socialista, estatal e da tomada do poder, mas no sentido da *criação cotidiana* como projeto revolucionário. Em outras palavras, um fazer político que fomente novas linguagens, novas relações e, por que não, novas existências comunitárias globais em constante negociação com os seres não-humanos. Os mais de vinte anos de organização foram marcados por várias ações, cuja crítica ao salvacionismo da política institucional e dos Estados Nacionais para os problemas globais não passariam de perspectivas falaciosos, e, em muitos casos, desmobilizadoras (alienadoras?) de uma necessária e urgente politização da vida nas suas diversas materialidades.

A experiência de tal grupo foi levantada aqui como forma de considerar a relevância de um feminismo descolonial nas suas ideias e práticas. Isto é, em um feminismo que possa discutir não apenas os clássicos binarismos amplamente debatidos na teoria e crítica feministas, mas também que seja capaz de questionar as práticas, ações e as esferas de atuação dos próprios movimentos feministas.

É nesse sentido que retomamos o diálogo com as demais reflexões desenvolvidas ao longo do texto. Não se trata de pensar apenas de que modo as epistemologias feministas e/ou descoloniais podem contribuir no debate das novas epistemologias surgidas após uma “virada ontológica”, mas de como o pensamento feminista pode pleitear novas práticas e vivências societárias que ultrapassem os portões dos saberes acadêmicos e institucionalizados. Como podemos agir como feministas na desconstrução do antropocentrismo das relações políticas e no vislumbre de outros futuros coletivos? A descoberta dessa resposta é ainda um laço que precisamos construir e desenvolver.

Enfim, concluímos este texto na certeza de que muita coisa ainda poderia ter sido mencionada, considerada, e que muitos elementos poderiam ter sido mais explorados. Mas buscamos “nos deixar levar” pelas reflexões, lembranças e anotações feitas ao longo da nossa rápida imersão nas leituras em torno do debate da “Era do Antropoceno”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Helen. Mujeres Creando, feminismo de las luchas concretas. *Mujeres creando*, artigos, Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.mujerescreando.org/pag/articulos/2009/06-junio/mujerescreando.htm>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

ANTROPOCENO. *TV Cultura*, Repórter Eco, 12 Out. 2012. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/reportereco/antropoceno>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

BARROS, José D. O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 23, n. 1, Jun. de 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a11>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

BRAIDOTTI, Rose. *The Posthuman*. Polity Press: Cambridge, 2013.

CADENA, Marisol de la. Política indígena: un análisis más allá de ‘la política’. RAM-WAN – Red de Antropologías del Mundo / World Anthropologies Network, *Eletronic Jornal*, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/documents/05_e_Journal/journal-4/5.%20marisol%20de%20la%20cadena.pdf>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

CALLEJAS, Andrea. El feminismo de las luchas concretas para la transformación. Entrevista a Andrea Callejas. *El Tribuno Jujuy*, Entrevista, 02 de Jul. De 2013. Disponível em: <<http://www.eltribuno.info/el-feminismo-las-luchas-concretas-la-transformacion-n298860>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. *Sopro*, n. 91, Jul. 2013. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>>. Acesso em: 02 de Abr. 2016.

CLARK, Nigel. Geo-politics and the disaster of the Anthropocene. *The Sociological Review*, v. 62, n. S1, 2014.

CREANDO, Mujeres. Mujer Globalizada, Naturaleza Aniquilada. *Revista de Discusión Feminista*, n. 6, 2000 (d.a).

DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOUTART, François. El concepto de Sumak Kausay (Buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. *Revista Ecuador en Debate*. Quito-Ecuador, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/3514/2/RFLACSO-ED84.pdf>>. Acesso em: 02 de Abr. 2016.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de antropologia*, São Paulo, USP, v. 57, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702/90680>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. *Revista Ecuador en Debate*, Quito-Ecuador, Diciembre del 2011. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/3514/2/RFLACSO-ED84.pdf>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. Epistemologias Ecológicas: delimitando um conceito. *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106579/000936708.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 02 de Abr. de 2016.

STENGERS, Isabelle. The Cosmopolitical Proposal. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter. (Eds.). *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Karlsruhe y Cambridge, MA: ZKM, Center for Art and Media y MIT Press, 2005. [The seven volumes were published by La Decouverte/Les Empecheurs de pcnsen en rond, Paris, 1996-1997, and republished in two volumes by La Decouverte, 2003.]

TAVARES, Elaine. O mundo indígena e as incompreensões da esquerda. *IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos*, UFSC, 20 Ago. 2015. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-mundo-indigena-e-incompreensoes-da-esquerda>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

VALENTIM, Marco Antonio. A sobrenatureza da catástrofe. *Revista Landa*, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/marco-antonio-valentim.pdf>>. Acesso em: 02 de Abr. de 2016.

ZYLINSKA, Joanna. *Minimal Ethics for the Anthropocene*. Ann Arbor: University of Michigan Library, 2014.

MOBILIZAÇÕES FEMINISTAS E LGBT+ NA CONTEMPORANEIDADE: A EFERVESCÊNCIA DOS COLETIVOS NA UFSC, EM FLORIANÓPOLIS/SC

Morgani Guzzo¹¹³

Cristina Scheibe Wolff¹¹⁴

INTRODUÇÃO

As sujeitas: um grupo formado por jovens universitárias/os interessado em discutir suas experiências de preconceito e opressão. O espaço: os corredores, as salas de aula, os “varandões” dos prédios dos cursos. O objetivo: o empoderamento individual e a criação de estratégias de enfrentamento às opressões dentro e fora dos cursos. O resultado: a criação de coletivos com viés feminista e LGBT+. ¹¹⁵ Esse é o resumo do que vem acontecendo, desde 2014, em alguns cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Ao todo, são quatro ¹¹⁶ coletivos autogestionados e autônomos com viés feminista e/ou LGBT+ na universidade, localizados nos cursos de Jornalismo, Relações Internacionais, Psicologia e um no Centro Tecnológico. A efervescência de grupos de pessoas que discutem preconceitos e opressões no *campus* (e para além dele) tem chamado a atenção pela sua estrutura e pela visibilidade de suas ações. Além disso, por meio dos relatos das/os estudantes que compõem os grupos, é perceptível a mudança

113 - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), área de concentração Estudos de Gênero; jornalista, mestre em Letras; integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e da comissão editorial da Revista Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas; bolsista CAPES.

114 - Orientadora do trabalho. Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC, participante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas e uma das organizadoras do Fazendo Gênero 11 e do 13º Women's World Congress.

115 - A sigla refere-se ao grupo composto por pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, transexuais, travestis, intersexuais, assexuais, pansexuais e/ou demais orientações ou identidades de gênero, inclusive queer (+).

116 - Até a última edição deste texto (maio de 2016), tomamos conhecimento da criação de outros coletivos feministas na UFSC, como a Coletiva Feminista Maria Bonita, no curso de Biologia, e da reativação de um coletivo de luta pela diversidade sexual, o Gozze. Como o texto já estava pronto, não tivemos tempo de incluir esses dois coletivos nas análises realizadas neste trabalho.

na forma como se veem e veem suas relações, sejam familiares, com amigas/os e com a sociedade como um todo. É visível o empoderamento pessoal, o engajamento político e a transformação que os coletivos têm provocado, seja na trajetória individual de cada uma das pessoas ali envolvidas, seja na forma como discursos preconceituosos têm sido combatidos no âmbito de cada curso.

De acordo com Manuel Castells (2013), as mobilizações coletivas e os movimentos sociais têm sido, ao longo da história, o grande motor da mudança social. Para o sociólogo, as sociedades são construídas sobre o medo. As formas de dominação social dependem da consciência clara de que se há algo que vá em contradição com as regras sociais, com as ordens instituídas, se há algo contra esse sistema, esse algo é completamente perigoso. Portanto, qualquer intento de revolta é um perigo; qualquer reação é passível de repressão e represálias. Por isso o medo. No entanto, toda mudança surge de um sentimento, de algo que se sente que é insuportável: a indignação diante daquilo que nos afeta tão fortemente que não nos importa o perigo. Da indignação individual à comunicação com outras pessoas, surge o sentimento de solidariedade e a capacidade de nos relacionarmos com outros frente ao perigo e, juntas/os, fazer algo em relação ao medo.

A organização das pessoas em torno de indignações comuns é o que mobiliza a ação política. A pluralidade de sujeitas e sujeitos políticos, tanto organizadas/os em movimentos sociais quanto em marchas ou manifestações mais pontuais, compõe um caldo de contestação da ordem social disposto a provocar mudanças em vários espaços e diversos âmbitos: na rua, na universidade, nas escolas, em redes virtuais, em grupos do Facebook, entre outros. Mas, como surgem esses grupos? O que reivindicam? Como se organizam? Quem deles faz parte? Que reflexos de sua militância eles sentem no âmbito no qual estão mobilizados?

Para perseguir essas respostas, apoiamo-nos nos estudos culturais, estudos de gênero e da epistemologia feminista pós-colonial, buscando abordar a efervescência política feminista e LGBT+ nos últimos anos no contexto universitário de Florianópolis. Considerando os movimentos feministas como “campos discursivos de ação” (ALVAREZ, 2014) compostos por sujeitas, práticas e reivindicações plurais, nos instiga investigar as motivações para a criação dos grupos, as formas de militância, as pautas e as principais discussões em torno das opressões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e suas articulações com outros marcadores de diferença, como classe, raça/etnia, geração, entre outras.

Partimos do mapeamento dos coletivos criados nos cursos de graduação da UFSC, campus de Florianópolis/SC, nos últimos dois anos e da realização de entrevistas com alguns de seus membros. Nosso encontro com esses coletivos se deu a partir da participação em algumas reuniões e da nossa própria militância feminista dentro da UFSC. O mapeamento dos coletivos contou com a ajuda de colegas que indicaram pessoas conhecidas de dentro dos coletivos ou de outros coletivos que citaram, durante algumas conversas, a existência de grupos em outros cursos da UFSC. Como todos os coletivos possuem *fanpages* no Facebook, o contato e o pedido para entrevista ocorreu por meio

dessa rede social. Após o agendamento, a realização das entrevistas foi feita no âmbito universitário, sendo nossas interlocutoras e interlocutores pessoas que participam dos coletivos e que tinham mais disponibilidade na data agendada. No total, realizamos quatro entrevistas, nas quais estiveram presentes o total de oito militantes. Para aqueles e aquelas que nos deram autorização, referenciamos o nome completo da/o estudante na entrevista. Já para aqueles que não nos deram autorização, colocamos um nome fictício, sinalizado em nota de rodapé, para manter o anonimato de sua identidade.

Por meio das entrevistas, conseguimos compreender os processos de identificação que se dão na relação entre o individual e o coletivo. Partimos do conceito de identificação de Stuart Hall (2000) para quem a construção da identidade está sempre em processo, inacabado e constante e, portanto, condicionado. Nesse aspecto, conseguimos enfocar a problemática da identidade e da diferença como questão política no âmbito dos coletivos, refletindo a respeito das especificidades dos grupos, evidenciando suas abordagens e a incorporação ou não do olhar interseccional entre várias formas de opressão vividas pelas pessoas no contexto universitário.

Cumpramos ressaltar que o contexto universitário é apenas um recorte da militância contemporânea no âmbito urbano. A Universidade Federal de Santa Catarina é uma instituição pública federal e gratuita, criada em 1960. Sujeitas e sujeitos, que fazem parte dessa comunidade de estudantes da UFSC, possuem um perfil socioeconômico, racial/étnico e geracional específico diante da maioria da população brasileira: são majoritariamente brancas/os e de classe média/alta.¹¹⁷ Esse perfil pode ser traçado por meio das informações da Comissão de Vestibular da UFSC (Coperve). Ao analisarmos os dados socioeconômicos das candidatas e candidatos classificados no Vestibular de 2015, percebemos que o Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSC tem diminuído a desigualdade de classe e raça entre as/os estudantes classificadas/os, embora ainda seja evidente que a grande maioria (cerca de 73%) das/os estudantes aprovados sejam de não optantes do PAA. Do total de classificados geral (5.028 estudantes), 178 são estudantes autodeclaradas/os negras/os; 554 são estudantes de escola pública com renda até 1,5 salários mínimos (PPI e outros); 600 são estudantes de escola pública com renda superior a 1/5 salários mínimos (PPI e outros); 1 (um) é indígena e 3.695 são estudantes não optantes do PAA. Com relação ao curso de Psicologia (Bacharelado e Licenciatura), por exemplo, dos 90 estudantes aprovados, 47 entraram pelas vagas universais: 17 vagas foram ocupadas por estudantes oriundos de escola pública com renda acima de 1,5 salários mínimos (PPI e outros); 19 vagas foram ocupadas por estudantes de escola pública com renda até 1,5 salários mínimos (PPI e outros); e das 9 vagas ofertadas, 7 foram ocupadas por estudantes

117 - Embora o acesso à universidade pública ainda seja bastante restrito, o Programa de Ações Afirmativas (PAA) implantado pela Universidade Federal de Santa Catarina desde 2007 tem alterado o perfil das estudantes da universidade. O número de estudantes de escola pública subiu de 18,1% (2004-2007) para 32,1% (2008-2012); o número de estudantes negras/os subiu de 8,5% (2004-2007) para 13,3% (2008-2012). (Cf. SISTEMA DE..., 2012.)

autodeclarados negras/os.¹¹⁸ Embora as políticas afirmativas de inclusão contribuam para a ampliação do acesso à universidade, muito ainda falta ser feito para que esse espaço seja realmente democrático.¹¹⁹

Assim, apesar de constituir um recorte restrito, a universidade é um campo fértil para o desenvolvimento de ideias e de práticas sociais transformadoras. Em 2011, no Canadá, por exemplo, um grupo de universitárias criou a *Marcha das Vadias (SlutWalk)*, denunciando a linguagem institucional da Polícia que culpabiliza as mulheres vítimas de assédio sexual.¹²⁰ Tal evento gerou repercussão midiática mundial, passando a ser organizado por pessoas de várias cidades do mundo, ampliando as pautas e abrangendo uma pluralidade de experiências. Dessa forma, é possível identificar os coletivos surgidos na UFSC como potências transformadoras, seja das subjetividades das pessoas que se envolvem na militância, seja das práticas sexistas dos cursos dos quais as estudantes dos coletivos fazem parte. Compõem, também e ao mesmo tempo, uma imagem sobre a sociedade, ao refletir questões que estão latentes em outros espaços sociais que, na universidade, encontram formas de expressão.

FEMINISMO PÓS-COLONIAL, LATINO-AMERICANO E MOBILIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Durante décadas, a história do feminismo como movimento político foi contada a partir da perspectiva do norte global. Eventos como a luta das sufragistas em Londres no final do século XIX, a revolução sexual nos Estados Unidos e a efervescência intelectual do feminismo francês nos anos 1960 e 1970 construíram o imaginário do feminismo como uma luta de mulheres burguesas, brancas e intelectualizadas. Embora as historiadoras mencionem a luta das operárias dentro dos movimentos de esquerda, a insurgências das mulheres negras dentro dos movimentos raciais e de outros movimentos de mulheres no contexto do Sul global, impera o olhar do colonizador – a epistemologia eurocêntrica – como base de análise e escrita a respeito das mobilizações sociais, tanto do feminismo como de outros grupos de militância política.

118 - Utilizamos como exemplo as/os candidatas/os inscritas/os para o curso de Psicologia por esse ser um dos cursos onde foi criado um coletivo feminista. Dados de outros cursos podem ser consultados no site da UFSC. (VESTIBULAR..., 2015.)

119 - Estudos sobre os controversos caminhos da inclusão foram publicados em livro pelas pesquisadoras Ilse Sherer-Warren e Joana Célia dos Passos (2014); um estudo sobre a relação entre movimento negro e a academia na instituição das cotas pelo Programa de Ações Afirmativas da UFSC foi feito por Joana Célia dos Passos e Morgani Guzzo (2016).

120 - A Marcha das Vadias foi criada após um policial, convidado a dar uma palestra sobre segurança no campus, na Universidade de York, em Toronto, ter afirmado que para evitar estupros as mulheres deveriam evitar se vestirem como “vadias”. A indignação gerada foi compartilhada pelas redes sociais e jornais do mundo todo e a repercussão mobilizou pessoas de várias cidades a organizarem no âmbito local marchas com o mesmo nome, denunciando a cultura do estupro, a falta de preparo das instituições para tratar de casos de violência e a culpabilização da vítima.

Joana Maria Pedro (2006), ao analisar as narrativas em torno de uma “origem” do ressurgimento do feminismo no Brasil na década de 1970, nos mostra como o campo da história é um campo de complexos embates em torno de quais personagens e experiências abordar/escrever e quais apagar/esquecer. Segundo a historiadora, a narrativa da “origem” do feminismo de “segunda onda”¹²¹ no Brasil, que perdura até hoje, foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre esses e personagens envolvidas/os na luta contra a ditadura militar no país (1964-1985). Fala, portanto, de poderes e conflitos. Há um campo de disputa entre as narrativas de fundação que tomam como “marco” o Ano Internacional da Mulher e o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU (Organizações das Nações Unidas), no Rio de Janeiro – realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1975 – e as “outras origens”, que apontam para grupos de mulheres que se reuniam, ainda antes dessa data, para pensar e discutir a “situação da mulher”. Esse embate ocorre devido à resistência dos grupos a um apagamento de suas experiências das páginas da história, que se realiza tanto em benefício de um conhecimento eurocêntrico hegemônico, quanto para determinar um marco histórico fechado em apenas um evento.

É sobre esses embates que se debruça a crítica pós-colonial e a crítica decolonial desenvolvidas por teóricos como Gayatri Spivak (2014), Boaventura de Sousa Santos (2004), Ella Shohat e Robert Stam (2006), Aníbal Quijano (2002), entre outras/os. Nesse mesmo viés crítico, epistemologias feministas vêm sendo desenvolvidas por várias pesquisadoras ao redor do mundo, visando construir narrativas científicas e historiográficas que rompam com o viés hegemônico universalizante, colonialista, imperialista, andro, euro e etnocêntrico que, até pouco tempo, dominou a produção de conhecimento. Pesquisadoras como a chicana Gloria Anzaldúa, a indiana Chandra Mohanty, as argentinas María Luisa Femenías e María Lugones, entre outras tantas teóricas feministas, provocam-nos a pensar, por meio da perspectiva do Sul, as mobilizações sociais que aqui se organizam e atuam. Propõem uma construção de baixo para cima, uma inversão do olhar às dimensões epistemológicas, culturais, sociais, políticas e econômicas, a partir de múltiplas narrativas de emancipação social. (Cf. SANTOS, 2004.) O objetivo é criar espaços onde os grupos subalternos – aqueles silenciados ou esquecidos pelo discurso dominante – possam falar e serem ouvidos, como apela Spivak (2014), para que as mulheres intelectuais subalternas criem espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual.

As próprias universidades podem constituir esses espaços. A trajetória de luta para que as mulheres pudessem estudar, o longo período de exclusão das mesmas dos espaços de produção do conhecimento, os valores que, até hoje, imperam, determinando profissões ditas “masculinas” e profissões “femininas” e a longa luta contra o sexismo que impõe que mulheres não são aptas a frequentarem determinados cursos, como os das

121 - Joana Maria Pedro (2006) se refere à “Segunda Onda” do feminismo como o período após a Segunda Guerra Mundial no qual a pauta das mulheres esteve mais direcionada ao direito ao corpo e à direitos sexuais e reprodutivos. Essa “onda” ficou conhecida pelo *slogan* “o pessoal é político”.

ciências exatas, são debates colocados tanto pelo feminismo quanto pelo pensamento pós-colonial que questiona a lógica androcêntrica, masculinista e objetivista da produção do conhecimento. Assim, as universidades podem ser vistas – principalmente nas últimas décadas, com a instituição de políticas de inclusão¹²² – como espaços propícios para a enunciação de vozes diversas – mesmo que, muitas vezes, não se possa afirmar que essa pluralidade de vozes esteja efetivamente sendo ouvida muito além dos muros da academia.

As perspectivas feministas pós e decolonial têm como preocupação a construção epistemológica que, ao invés de partir do teórico para o empírico, perseguindo o mito da objetividade no conhecimento científico hegemônico, busque valorizar as experiências vividas pelas sujeitas sociais. Dessa forma, torna-se um campo teórico fértil para pensar as especificidades dos feminismos que surgem em múltiplos espaços e contextos. No Brasil, assim como em outras partes do mundo, tem-se evidenciado a efervescência de mobilizações baseadas em questões como pertencimento identitário, representação e posicionalidade nos espaços sociais: movimentos de mulheres da periferia, mulheres negras, grupos LGBTQ+, indígenas, quilombolas, entre outros, têm recebido atenção das teóricas feministas pós-coloniais e decoloniais por seu caráter localizado e transformador das estruturas culturais hegemônicas.

Maria da Glória Gohn (2010b) nos ajuda a compreender as formas de organização coletiva em torno das questões de gênero e de sexualidade que surgiram na UFSC nos últimos anos a partir de sua definição de movimentos sociais, isto é,

[...] ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural, que viabilizam distintas formas da população de organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.¹²³ (GOHN, 2010b, p. 13.)

122 - A abertura de novas universidades públicas, de mais vagas em universidades federais já existentes, a criação e ampliação de programas de financiamento estudantil para que estudantes de baixa renda possam frequentar universidades particulares (FIES), Programas de acesso a estudantes de escolas públicas e políticas afirmativas de cotas para pessoas negras, indígenas e de baixa renda (PROUNI, PAA), ampliação de políticas de permanência estudantil nas universidades públicas, entre outras ações, foram criadas e levadas adiante nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ampliando o acesso à universidade e dando um grande passo em direção à democratização da educação superior. Uma abordagem da trajetória das políticas recentes é realizada por Adilson Pereira dos Santos e Eustáquio Amazonas de Cerqueira (2009).

123 - Gohn (2010a) identifica a internet como o grande meio/veículo articulador de ações coletivas. Além da conexão e estruturação das ações, ela tem sido agente divulgador das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes. (GOHN, 2010a, p. 149-50.)

Para essa pesquisadora, tanto os movimentos sociais dos anos 1980, quanto os atuais, têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Eles criam identidades a grupos antes dispersos e desorganizados, e “[...] ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social”. (GOHN, 2010b, p. 15.) Definidos também como “novos movimentos sociais”, os “movimentos identitários e culturais”, que englobam questões como gênero, sexualidade, raça/etnia e gerações, por exemplo, conferem aos seus participantes uma identidade centrada. Gohn (2010a) cita como exemplos os movimentos afro-brasileiros, indígenas, da juventude (Hip Hop, meninos e meninas de rua), dos idosos, bem como os movimentos de mulheres, feministas, LGBT, entre outros. (GOHN, 2010a, p. 89.)

Porém, nem todas as ações coletivas ou mobilizações de grupos podem ser consideradas movimentos sociais. No caso dos coletivos da UFSC, cuja estrutura é diferente de um movimento social, a referência à identidade reivindicada estrategicamente pelas pessoas do grupo é importante para pensarmos a forma como os coletivos feministas e LGBT+ conseguem formar uma unidade para a ação política.

Embora a questão da identificação seja um aspecto relevante na análise dos coletivos, é preciso pontuar a crescente discussão proposta por teóricas feministas sobre a multiplicidade das sujeitas que compõem o movimento feminista: quem pode, afinal, reivindicar ser sujeito do feminismo?¹²⁴ A efervescência dos estudos de gênero e *queer* e da problematização dos binarismos de gênero tem suscitado polêmicas e dividido teórica e empiricamente os campos feministas.¹²⁵ Assim, reivindicar “somente” uma identidade de gênero (“sou mulher”) pode se tornar redutor, já outras identificações ocorrem concomitantemente nas diversas relações em que as sujeitas estão envolvidas. O mesmo corpo é atravessado por outras marcas (de classe, raça/etnia, geração, etc.), o que implica conhecer quais são essas sujeitas situadas no âmbito da luta feminista – uma preocupação essencial para o feminismo pós e decolonial.

É preciso reconhecer que há, no contexto do Sul global, formas específicas de atuação feminista. Segundo a teórica feminista indiana Chandra Mohanty (2008), os discursos ocidentais dos “direitos humanos e direitos das mulheres” (EUA e Europa Ocidental), que utilizam a categoria universalista e igualitarista de “mulher do terceiro mundo”, produzem um sujeito monolítico singular, invisibilizando as fissuras que ocorrem na construção das múltiplas identidades dessas sujeitas políticas. O mesmo ocorre com a categoria “mulheres”, que é tida como um grupo constituído e coerente, com interesses idênticos, desconsiderando as características de classe social, raça/etnia e os contextos culturais e

124 - Essa abordagem, que escapa às discussões propostas neste capítulo, é encontrada em Costa (2002) e Braidotti (2004).

125 - Entre as perspectivas teóricas, estão aquelas que analisam as demandas, formas de articulação, organização e publicização das ações feministas ao longo dos tempos a partir da definição de “ondas”. Para a teórica brasileira Marlise Matos, (2010) as especificidades do movimento feminista contemporâneo inaugurariam uma “quarta onda” feminista no Brasil e na América Latina.

históricos locais. A teórica indiana refuta o modelo de poder que apresenta uma noção homogênea de opressão (as mulheres como um grupo singular a partir de sua posição subordinada e do domínio universal dos homens sobre elas).

Outra teórica feminista do Sul, a argentina María Luisa Femenías (2007), corrobora a crítica de Mohanty (2008) sobre o pensamento feminista ocidental e avança, apontando a necessidade de se pensar um feminismo latino-americano que considere as contradições locais e adote questões próprias para compreender o desenho das políticas de identidade nesse contexto. Para Femenías (2007) “igualdade” se tornou muitas vezes invisibilização das desigualdades étnicas e culturais, assim como a não confirmação do “outro/outra” implicou brutalmente a negação de sua pessoa e de sua história. Assim, a autora defende a necessidade de gerar teorias feministas interseccionais,¹²⁶ que reconheçam as múltiplas opressões (de classe, raça/etnia, geração, religião etc.), os modos em que o racismo e o sexismo se potencializam, visando buscar soluções para os preconceitos, violências e desigualdades historicamente vivenciadas em nossos territórios.

Ao reconhecer o continente latino-americano como “mestiço”, Femenías (2007) propõe que se trabalhe com a noção de identidades negociadas. Nesse sentido, apesar do efeito “estabilizador” da noção de identidade, ela argumenta que essa ficção política de “identidade feminista mestiça” torna possível provisoriamente a nossa autoafirmação, a visibilidade das diversas opressões de gênero, classe e etnia/raça e implica abrir um *locus* que fragmente a contradição universal/particular e a faça visível. Assim, a autora sustenta que o feminismo na América Latina nasce de narrativas múltiplas, que incluem transversalizações, e que a recepção, tradução, discussão e reapropriação de teorias favorecem conceitualizações novas e alternativas, além de abrir um “espaço de fala local”.

É na busca por “espaços de fala”, de compartilhamento de experiências e de enfrentamento das opressões vividas em comum que surgem os grupos feministas e LGBT+ na UFSC. Nesse processo, a construção identitária ocorre concomitantemente com o processo de ação política, resultando em empoderamento individual e coletivo.

Nessa negociação de identidades, que aparece no dia a dia da universidade e que se traduz em disputas por espaços de fala, existe o desafio de construir pontes, de criar um campo de alianças e possibilidades de ações conjuntas, o que é um processo árduo e nem sempre possível, mas que, por outro lado, parece ser a única forma de superação conjunta. Uma dessas alianças que parece funcionar é a LGBT+ com a feminista, embora algumas experiências em grupos mistos não resultem tão profícuos como se pretendem ao iniciar a militância.¹²⁷

126 - Para o conceito de interseccionalidade em outras autoras, ver Crenshaw (2002), Mattos (2011) e Brah (2006)

127 - Os embates em grupos mistos, isto é, coletivos que abrangem tanto mulheres quanto homens na luta pelo fim da opressão de gênero e de sexualidade, não raro geram a dissolução do coletivo. Relatos de machismo, por exemplo, não são incomuns nesses espaços. No caso de um dos coletivos estudados em nosso capítulo, o DiGA, até o momento da última edição deste texto (maio de 2016), disputas internas

IDENTIDADE, DIFERENÇA E ATUAÇÃO POLÍTICA NOS COLETIVOS DA UFSC

Nos últimos anos, as/os acadêmicas/os da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) viram surgir, no âmbito de alguns cursos de graduação, mobilizações políticas para buscar representatividade, empoderamento e transformações estruturais, sociais e culturais no espaço universitário. Dentre essas mobilizações, grupos de estudo sobre gênero e feminismo foram criados pelos Centros Acadêmicos dos cursos ou por iniciativa de pessoas que sentiram necessidade de discutir questões como a opressão de mulheres e pessoas LGBT+ (lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexuais, entre outras) nas salas de aula e outros espaços institucionais.

Entre 2014 e 2015, foram criados quatro coletivos que se mantêm ainda ativos: *Coletivo Jornalismo Sem Machismo*¹²⁸ (Curso de Jornalismo/CCE, 2º semestre de 2014), *Coletivo DiGA*¹²⁹ (Diversidade, Gênero e Afirmação – vários cursos do Centro Tecnológico/CTC, 1º semestre de 2015), *Coletivo Migre*¹³⁰ (Minorias e Gênero em Relações Internacionais/CSE, 1º semestre de 2015) e *Coletivo MUPsi*¹³¹ (Coletivo Mulheres Unidas da Psicologia/CFH, 1º semestre de 2015). Esses coletivos autônomos e horizontais têm, em comum, o objetivo de propor a discussão sobre as opressões de gênero e sexualidade nos seus respectivos cursos e a realização de ações de enfrentamento e resistência dos grupos oprimidos.

Com relação à composição e ao contexto de surgimento de cada um dos coletivos, em entrevista, as participantes relataram que, dos quatro, três coletivos foram formados a partir do interesse em discutir a temática de gênero nos cursos. Um dos primeiros coletivos criados na UFSC é o *Coletivo Jornalismo Sem Machismo*. De acordo com o relato da acadêmica Clarrisa Levy¹³², o coletivo surgiu da necessidade de discutir sobre a questão de gênero na futura profissão e, também, nas relações com professores e colegas nas salas de aula e outros espaços da universidade. O primeiro espaço de discussão sobre a temática foi proposto pelo Centro Acadêmico do curso de Jornalismo e envolveu somente mulheres. A partir disso, as estudantes realizaram reuniões, relataram experiências pessoais e discutiram o machismo que percebiam ser inerente às práticas de alguns professores do curso e no próprio exercício da profissão. A formação do coletivo partiu das experiências vivenciadas e compartilhadas enquanto mulheres no contexto da profissão.

geraram a ruptura entre alguns de seus membros e a momentânea pausa nas atividades do grupo.

128 - Fanpage: <https://www.facebook.com/jorsemmachismo>

129 - Fanpage: <https://www.facebook.com/Coletivo-Diga-966746273403714>

130 - Fanpage: <https://www.facebook.com/Coletivo-MIGRE-358605121001307>

131 - Fanpage: <https://www.facebook.com/fempsi/>

132 - A estudante de jornalismo Clarrisa Levy nos autorizou a informar seu nome neste capítulo.

Outro coletivo fundado a partir do interesse por questões de gênero foi o *DiGA* (*Diversidade, Gênero e Afirmação/CTC*). De acordo com o relato das/os três participantes entrevistados, antes de se tornar um coletivo, alguns estudantes se uniam em um grupo de estudos presencial criado pelo Centro Acadêmico de Engenharia Sanitária Ambiental para discutir gênero. O grupo de estudos, assim como o coletivo que se formou depois, sempre foi misto, composto principalmente por homens gays e mulheres, independente da orientação sexual.

No caso do *Migre* (*Minoria e Gênero em Relações Internacionais/CSE*), o grupo começou com a criação, em 2013, de uma página de discussão no Facebook direcionada ao compartilhamento de informações, notícias e propostas de discussão em torno das problemáticas de gênero e da sexualidade. Esse grupo também era misto e, após um ano de atividade, surgiu a necessidade de criar um espaço presencial de discussão entre as acadêmicas e acadêmicos do curso. Assim, em março de 2015, ocorreu sua primeira reunião com a proposta de se tornar um coletivo.

Diferente dos três casos citados anteriormente, o *MUPsi* (*Mulheres Unidas da Psicologia/CFH*) foi mobilizado a partir da reação a um caso específico de opressão de gênero no curso.

A ideia surgiu com algumas meninas que, no semestre passado, criaram um grupo para começar a pensar a ideia de formar um coletivo feminista no curso para, enfim, lidar com os casos dentro no próprio curso, poder pensar um pouco dentro das situações que acontecem ali. Logo em seguida, teve uma situação com um professor, que estava dando aula aqui, mas que era de outro departamento, e que estava assediando as estudantes dentro da sala de aula, e aí nesse momento acabou juntando uma série de pessoas, acabou dando um caldo ali, e o pessoal fez cartaz para expor no CFH, fez denúncia na ouvidoria, carta para a coordenação, para as duas coordenações, tanto a nossa quanto a de Sociologia, e aí o professor acabou sendo afastado. Também, acho que porque era um momento meio delicado, tinha acabado de ser denunciado aquele caso do menino de racismo no grupo da UFSC e aí acho que isso deu uma agilizada no encaminhamento do processo, porque as pessoas foram olhar e esse professor já tinha dado aula em outros cursos, já havia denúncias e nunca havia se resolvido, no caso dele, e de repente se resolveu. [...] Mas teve muita repercussão o caso, a gente viu as fotos dos cartazes sendo muito compartilhadas, muito divulgadas. Só que aí, a gente começou a tentar organizar a ideia de um logo [logotipo], pensar o nosso nome, pensar um pouco o que a gente queria, só que aí acabou se desarticulando. Aí no início do semestre houve uma tentativa de iniciar um grupo de estudos, de novamente pensar essa identidade do coletivo, mas só agora, com o caso da festa da Atlética que as coisas deram uma acendida novamente. Aí veio essa necessidade de discutir sobre isso, de pensar o que fazer, aí veio a ideia da Hora Feliz, de fazer uma nota, de pedir apoio para os outros coletivos. Teve as meninas que tentaram conversar com as meninas da festa, porque a maioria da Atlética é meninas e gays, então, muito foda assim, porque são justamente aquelas pessoas que você quer dialogar,

fazendo essa prática bizarra, né. (Virgínia, *Mupsi*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis, 2015.)

De acordo com o relato de Virgínia¹³³, o *Coletivo MUPsi* só tomou forma após casos de assédio terem sido denunciados no âmbito do curso de Psicologia. As estudantes, como ela conta, organizaram ações pedindo o afastamento do professor denunciado. Nesse aspecto, a identidade das militantes (mulheres da psicologia) foi importante para efetivar a ação (a identificação que ocorre está relacionada à diferença quanto ao opressor: o professor homem/heterossexual, denunciado por assédio). Segundo Virgínia, após terem conseguido o afastamento do docente, houve esfriamento da militância. O retorno das mulheres do curso à ação coletiva só surgiu novamente devido à necessidade de reação diante da organização de uma festa chamada “Cabaré”, com o *slogan*: “A festa mais cafajeste da UFSC”, organizada pela Atlética¹³⁴ de Psicologia. O uso do discurso sexista no *slogan* da festa chamou a atenção das mulheres do coletivo, as quais atentaram para a necessidade de problematizar o machismo junto aos membros da Atlética. Para Virgínia, o fato de a Atlética ser composta, majoritariamente, por mulheres e homens gays, torna o caso ainda mais emblemático. A partir do relato dela, percebemos a compreensão de que o pertencimento ao mesmo grupo identitário oprimido (mulheres e homens gays) deveria ter facilitado o diálogo entre o coletivo e os membros da Atlética. Porém, apesar de reconhecerem o discurso opressivo do *slogan*, os membros da Atlética não tiveram nenhuma ação concreta de mudança no nome, *slogan* ou na forma de divulgação da festa.

A crítica do *MUPsi* aos membros da Atlética provoca uma problematização importante a respeito das identidades reivindicadas enquanto coletivo: mulheres e pessoas homossexuais. É perceptível que as referências identitárias não são suficientes para gerar uma concordância entre os grupos. Da mesma forma, é um equívoco pressupor que o compartilhamento de determinados tipos de experiências de opressão entre indivíduos gera a mesma leitura de mundo a respeito dessas experiências (e do que é “opressão”). Portanto, evidencia-se que, ao mesmo tempo que a partilha das experiências leva à formação de grupos de militância com objetivos comuns, somente a experiência compartilhada pode não ser suficiente para criar pertencimento identitário.

Sobre esse aspecto, torna-se importante considerar o entendimento de Sonia Alvarez (2014) a respeito dos grupos feministas como *campos discursivos de ação*. Para a cientista política, a trajetória dos movimentos feministas no Sul das Américas leva em conta três

133 - A estudante de psicologia entrevistada optou pela utilização de um nome fictício. Perguntamos a ela se ela gostaria de escolher o nome para homenagear alguma mulher, e ela optou por Virgínia, como forma de reconhecer o trabalho da historiadora brasileira Virgínia Fontes.

134 - Atléticas são grupos formados por universitários/as que visam a organização de jogos, campeonatos, atividades culturais, recreativas, festas e recepção às/aos calouros, com objetivo de criar identidade e união entre as/os estudantes do curso. São organizadas de forma centralizada e hierárquica, constituídas por cargos de presidente, secretário/a, tesoureiro/a, etc. e suas ações geralmente visam lucros que são voltados à outras atividades do curso.

momentos: 1) momento de “centramento” e a configuração do “feminismo no singular”; 2) momento de “descentramento” e pluralização dos feminismos e do “*mainstreaming*” (fluxo ou transversalidade vertical) do gênero; e 3) o momento atual, em que se presencia um “*sidestreaming*”, isto é, um fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas.¹³⁵

Nesse contexto, surgem debates sobre corporalidades, sexualidades e identidades de gênero (transfeminismo, transgênero, pós-gênero, *queer*), bem como outros debates trazidos pelas trabalhadoras do sexo, mulheres negras, pessoas trans, lésbicas e bissexuais; setores como a Marchas das Vadias contribuem para as discussões ao impelirem o campo feminista para além dos binarismos de gênero e muito dos essencialismos corporais. Segundo Alvarez (2014), esses discursos implodem não só a categoria “mulher”, mas a própria noção do feminismo, de quem seriam os seus sujeitos privilegiados e sua visão de mundo compartilhada – elementos centrais na constituição de campos discursivos de ação, incluindo tanto o universo trans quanto os movimentos de mulheres negras.

Sonia Alvarez (2014) chama a atenção para a necessidade de tradução, ou seja, para a necessidade de verificar as diferenças culturais ou distintas perspectivas sobre um mesmo mundo, assim como indagar sobre as diferenças ontológicas, percebidas a partir de outros mundos, como sugerem as teóricas pós e decoloniais, que chamam a atenção para a compreensão do campo feminista como múltiplo, interseccional e plural. O olhar pós-colonial evidencia as especificidades de contexto, raça/etnia, classe, gênero, orientação sexual, geração, religião, etc., e propõe a criação de categorias “outras” para a compreensão dos múltiplos feminismos e, respectivamente, dos múltiplos sujeitos que fazem parte desse campo.

No caso do *MUPsi*, a análise da composição do coletivo baseada na identificação das pessoas enquanto “mulheres” (sejam elas lésbicas, bissexuais ou heterossexuais) é insuficiente, já que se torna claro que identificar-se com outras pessoas nas formas de opressão sofridas não garante que haja a construção dos mesmos significados sobre o mundo e sobre situações de opressão. Assim, retomamos a definição de Hall, (2000) para quem a identidade nunca é um dado, uma característica pronta, acabada. Ao contrário, é um processo, uma construção constante, relacionada diretamente com a diferença e com

135 - Para Sonia Alvarez (2014), o crescente “*sidestreaming*” das ideias e práticas feministas significa uma multiplicação de feminismos populares na cidade e no campo e expressões político-culturais lúdicas que sinalizam uma popularização do feminismo: “[...] as Vadias, a cena ‘anarca’, a ‘galera do hip hop’, as Blogueiras Feministas, as Blogueiras Negras, as ‘minas do rock’ e tantas outras” (ALVAREZ, 2014, p. 42.) Segundo ela, os movimentos feministas atuais se expandem “para além da sociedade civil”, isto é, se estendem verticalmente em direção à sociedade política (ao Estado), e também se articulam horizontalmente com outros campos discursivos paralelos, liderados por mulheres e homens atuantes nos movimentos autonomistas, anarquistas, neo-leninistas e trotskystas, “[...] os quais têm múltiplos pontos de interseção e influência mútua, – mas uma relação nem sempre tranquila – com diversos setores do campo feminista atual, especialmente com os mais variados setores do chamado ‘feminismo jovem’”. (ALVAREZ, 2014, p. 33.)

a sua posição do sujeito no discurso. Portanto, o autor prefere a referência à identificação (como processo) ao invés de identidade (como posição fechada).

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional. (HALL, 2000, p. 109.)

As múltiplas formas de compreender-se enquanto mulher e/ou pessoa homossexual não passam despercebidas no relato da discordância entre as mulheres do *MUPsi* e as da Atlética. Nesse caso, para além de uma identificação com o gênero, está a posicionalidade, a formação da diferença que se estabelece entre indivíduos que aparentemente compartilham de um mesmo marcador de diferença (ou categoria de identificação). A situação relatada, portanto, evidencia relações mais complexas, cuja compreensão exige a articulação de outras categorias e a discussão sobre a posicionalidade das sujeitas/os dentro das relações de poder instituídas no embate (oposição entre o posicionamento das membras do coletivo e dos membros da Atlética).

Considerando que o processo de identificação é baseado no contexto e na posicionalidade dos sujeitos nas relações de poder, ele desempenha um papel estratégico na mobilização política. Um aspecto compartilhado pelos coletivos que estudamos é a criação espontânea de “grupo de reflexão” a partir do compartilhamento de experiências de opressão entre os/as estudantes. Joana Maria Pedro (2006), ao abordar os grupos feministas da década de 1970, conceitua esses “grupos de reflexão” como “grupos de conscientização feminista” ou grupos de mulheres para “tomada de consciência”. Segundo a historiadora, a criação desses grupos foi muito influenciada pelas feministas norte-americanas. Eles eram majoritariamente formados por mulheres de classes médias, com nível superior e um recorte geracional. Nas reuniões, as mulheres realizavam leituras de feministas norte-americanas e europeias, além de discutir suas experiências em comum. Embora esses grupos tenham sido chamados de “burgueses”, compostos por “feministas liberais”, haviam alguns que tinham uma preocupação em abordar experiências de mulheres da classe operária e foram compostos por feministas ligadas à luta da esquerda.

Jaqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves descrevem o “grupo de reflexão” como grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres, cuja tática desenvolveu-se espontaneamente, pela necessidade de romper o isolamento que as mulheres viviam. “A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se”. (PITANGUY; ALVES *apud* PEDRO, 2006, p. 261.) Nesses grupos, as mulheres percebem que suas experiências,

dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas, mas partilhadas. De acordo com essas feministas, a descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista. “Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e de transformação”. (PITANGUY; ALVES apud PEDRO, 2006, p. 261.)

Entre os coletivos formado na UFSC, tanto o *Jornalismo Sem Machismo* quanto o *Migre* relatam que a primeira atividade presencial dos grupos foi uma “roda de conversa”, onde as pessoas se sentiram confortáveis para falar sobre opressões e violências que sofreram, criando um laço de amizade, de empatia e de ajuda mútua entre os presentes. Esse aspecto inicial do coletivo, de criar um “espaço de desabafo”, foi relatado por Gabriel Roberto Dauer, do *Migre*, e por Clarissa Levy, do *Jornalismo Sem Machismo*, respectivamente.

A primeira reunião foi dia 26 de março de 2015 que, pelo que me contam foi uma grande quantidade de pessoas nessa reunião do curso. Entre 50 e 80 pessoas. E a primeira reunião, assim, foi mais um desabafo das pessoas do que uma discussão mesmo, teórica, sobre alguma coisa em geral, porque acho que foi um dos primeiros momentos do nosso curso que a gente pode estar fora da sala de aula falando coisa que não é falada, com profundidade, que as pessoas puderam expor um pouquinho do sofrimento do dia-a-dia delas, que não era perguntado, que não era questionado, e esse espaço inicial foi muito interessante pelo que falam, já que eu não estava, onde as pessoas realmente extravasavam muito do que elas guardavam. (Gabriel Roberto Dauer, *Migre*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis, 2015.)

Gabriel pontua a importância de o coletivo criar um espaço onde as pessoas se encontrem, compartilhem experiências, percebam as opressões e, a partir disso, as motivações em comum. Esses aspectos são essenciais para se construir empatia, confiança, união entre os membros do grupo e, posteriormente, fundamentar a sua ação política.

No relato de Clarissa, do *Jornalismo Sem Machismo*, embora também aborde a importância da “roda de desabafo”, a identificação entre as estudantes do coletivo já é mais clara em torno de dois principais aspectos: o gênero e o curso de graduação.

Então, de uma iniciativa de Centro Acadêmico, de uma conversa, a gente fez um evento que vieram várias meninas, e virou mais uma roda de desabafo, a gente começou a conversar sobre como cada uma se sentia oprimida. Então, a partir dessa conversa, a gente elencou uma série de frases que a gente ouvia no curso, ou seja: “Põe uma gostosa nessa capa”, ou “essa pauta é perigosa demais para mulheres” ou os absurdos que falavam para as calouras, tipo: “O bom de ser veterano é que a gente pode mandar nas calouras” e, a partir dessa roda de conversa, a gente começou a se encontrar regularmente e fazer espaços de troca e de discussão, e está fazendo várias ações. (Clarissa Levy, *Jornalismo Sem Machismo*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis, 2015.)

Apesar de a identificação ser importante para a ação política, ela nunca é completamente determinada, podendo ser, a cada momento, sustentada ou abandonada. “Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. A identificação é, portanto, um processo de articulação” (HALL, 2000, p. 106.) Trata-se, então, de refletir que as “rodas de desabafo” são espaços que possibilitam o processo de identificação entre os membros dos coletivos, onde algumas identidades estratégicas e posicionadas são acionadas, visando construção de empatia, fortalecimento do grupo e definição coletiva de reivindicações. No caso do *Jornalismo Sem Machismo*, conforme relato de Clarissa, duas posições identitárias são acionadas: o da “estudante de jornalismo” e a de “mulher” perante uma profissão masculinizada. Esse aspecto é abordado por Clarissa em outra parte de seu relato:

A gente tem conseguido pensar o jornalismo de uma óptica feminista: como é ser mulher nessa futura profissão, que muitas vezes é dominada pelo estereótipo do jornalista homem que vai lá e é muito investigativo e não sei o quê. Tipo, se a gente for olhar, o que cabe à jornalista mulher é ali, estar no tempo, é ser a bonitinha da TV e essa bonitinha tem um estereótipo: ela é branca, de cabelo liso, etc., etc. E a gente quer desconstruir tudo isso. (Clarissa Levy, *Jornalismo Sem Machismo*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis, 2015.)

Nesse trecho, além de expor o objetivo do coletivo, Clarissa também problematiza os estereótipos de gênero presentes na profissão de jornalista, reflexo da sociedade sexista e patriarcal: ao homem cabe o espaço público (a investigação jornalística, os riscos da profissão) e à mulher o espaço privado (o estúdio, de onde aborda temas leves como a previsão do tempo ou apresenta o programa, no papel de âncora).¹³⁶ A problematização e denúncia dos estereótipos de gênero reproduzidos na profissão jornalística evidencia ainda outro marcador de diferença: a raça/etnia. Esse aspecto chama a atenção para o argumento das teóricas pós-coloniais de que as expressões feministas do Sul devem ter, sempre, a preocupação com a opressão de maneira interseccional. Assim, embora a desigualdade de gênero seja evidente na divisão das pautas (*soft news/hard news*), nos espaços ocupados e no peso da credibilidade de homens e mulheres no jornalismo, segundo o relato de Clarissa, a mulher considerada na profissão tem cor, e ela é branca. Portanto, qual é o espaço da mulher negra no jornalismo?

Ao colocarmos essa questão, buscamos evidenciar que a preocupação do coletivo ultrapassa a questão de identidade de gênero e propõe, ainda, considerar a interseccionalidade de gênero com raça/etnia. A construção da identidade do coletivo, portanto, leva em conta a percepção da diferença em, pelo menos, dois aspectos: um relacionado ao gênero (não ser homem/ser mulher) e outro relacionada à raça/etnia (não ser branca/ser negra, parda, indígena, etc.).

Hall (2000) e Silva (2000) apontam que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento de que é por meio da relação com

136 - Uma discussão sobre a divisão das esferas baseado no gênero é feita por Joana Maria Pedro (2000).

o Outro, da relação com aquilo que não é, que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído. Mulher (em oposição a homem) e negra (em oposição a branca) são marcas (termos marcados) em contraste com os termos não marcados (dominantes/hegemônicos). Assim, as identidades proclamadas são, na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão. A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir.

Com relação ao Coletivo *DiGA*, criado por estudantes homossexuais e mulheres de vários cursos do Centro Tecnológico (CTC), a identificação dos membros ocorre, principalmente, devido ao seu entendimento enquanto minoria. A identificação leva em conta uma questão de exclusão. É no não ser algo que ocorre a identificação com outro aspecto: é por não ser homem cis heterossexual (identidade dominante no CTC) que a mobilização dos grupos se organiza. O perfil majoritariamente masculino dos cursos de engenharia no Brasil, segundo a historiadora Luciana R. Fornazaari Klanovicz (2011), reflete o próprio processo de exclusão do acesso das mulheres ao ensino superior e a dificuldade de sua inserção em cursos na área de exatas ou das chamadas ciências “duras”, devido aos valores sexistas da nossa sociedade. Em sua pesquisa sobre a entrada de mulheres nos cursos de engenharia no Sul do Brasil, Klanovicz (2011) demonstra que, embora os homens ainda sejam a grande maioria nesses cursos, há uma inserção constante (embora não muito numerosa) de mulheres nas engenharias. A abertura de novas universidades, escolas e cursos superiores com maior segmentação das engenharias é apontado pela historiadora como uma forma de ampliar o interesse de mulheres nessa área.

Em entrevista com três membros do *DiGA*, contou-se que o coletivo foi fundado após um estudante evangélico abordar um colega, homossexual, com um discurso homofóbico. Esse fato mobilizou estudantes a criar um grupo de estudos de gênero que, impulsionado pelo surgimento de outros coletivos na UFSC, acabou se tornando um coletivo em julho de 2015. As duas atividades consideradas mais importantes do coletivo foram as rodas de conversa: “Como ser mulher no CTC” e “Como ser LGBT no CTC”. A escolha dos temas possibilitou o início do processo de identificação entre os/as estudantes presentes através da diferença com o perfil normativo do curso.

O fato do coletivo ser misto é tido como positivo pelos membros. Apesar das dificuldades, o estudante Daniel Paredes aponta os avanços na desconstrução dos meninos devido ao apoio e à orientação das meninas.

Às vezes não é fácil, infelizmente as meninas, por ignorância dos caras, acabam passando por coisas desnecessárias. Só que na ótima vontade delas, elas vão ajudando a gente a desconstruir e tentar evitar esse tipo de coisa. Só que a grande vantagem que eu, particularmente, vejo ali, é que por ser um coletivo com tudo junto, a gente, a parcela LGBT ali, masculina, acaba aprendendo muito com as meninas, sabe? E acaba desconstruindo de uma forma muito mais direta... sólida e constante. (Daniel Paredes, *DiGA*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis,

2015.)

No relato de Daniel fica claro dois marcadores de identidade: a de gênero (“as meninas”) e a de sexualidade (“os LGBT”). Embora o relato trace uma diferença entre “as meninas” e “os LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, travestis e transgênero), ao que nos parece, “os LGBT” do *DiGA* são, majoritariamente, homens gays. Isso fica mais claro no relato de Aparecida Cristina de Souza sobre a construção de um “*DiGA Feminista*” dentro do coletivo.

Embora ele seja misto, as meninas do coletivo têm um espaço auto-organizado, que é o *Diga Feminista*, que é onde a gente discute as pautas feministas e algumas coisas que talvez a gente não se sinta confortável em discutir no grupo geral. Porque, dependendo, as meninas têm casos pessoais, algumas coisas que acontecem na vida delas, e a gente se ajuda muito, é um grupo muito bom e eu espero que um dia os meninos façam isso também [...] Porque, sei lá, eu sou bissexual, eu não entendo às vezes a homofobia que eles passam, ou nem a lesbofobia que algumas meninas do coletivo passam, então eu acho importante ter um espaço auto-organizado, não de separar o coletivo, mas esse pequeno espaço para, enfim, cada um dos grupos que tem no coletivo se organizarem, se ajudarem e se desconstruírem também. (Aparecida Cristina de Souza, *DiGa*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis, 2015.)

Aparecida defende a criação de “espaços auto-organizados”, que divida o grupo misto em grupos menores para tratar de questões mais específicas ao gênero. Assim, segundo ela, quando as meninas estão entre elas, ficam mais confortáveis para discutir determinadas questões e relatar formas de opressão sofridas. Nesse aspecto, o marcador de identidade e de diferença age dentro do próprio grupo, diferenciando as opressões sofridas pelas mulheres daquelas sofridas pelos homens, mesmo que homossexuais.

Embora esteja muito presente nos relatos dos entrevistados do *DiGA* a menção às diferentes sexualidades dentro dos cursos do CTC, é clara a falta de aceitação de alunos e professores daqueles estudantes que agem de maneira mais explícita quanto à sua identidade de gênero (as expressões usadas são: “mais afeminados” ou “bicha louca”).¹³⁷ Nesse sentido, ainda é frágil a problematização em torno da hegemonia da cisgeneridade e da heteronormatividade. Pelos relatos, a “exigência” imposta pelo grupo dominante de os gays “não darem muita pinta” é vista com humor por alguns membros do coletivo, possivelmente por considerarem essa a condição de sua aceitação pelos demais colegas dos cursos.

Eu acho que o que a gente mais sofre, assim, é porque o CTC de modo geral, tanto com cara hétero quanto com cara gay, quanto com mina,

137 - Ao desenvolver o conceito de performatividade de gênero, Judith Butler (2010) nos dá ferramentas para uma análise mais específica dessa questão. No entanto, não nos deteremos nesse aspecto neste trabalho.

são todos muito heteronormativizados, sabe? Então o CTC tem aquela cultura escrota de homem não poder e tudo mais, e às vezes os próprios gays e as próprias meninas do CTC acabam fazendo isso sem se dar conta, sabe? A nossa principal dificuldade é tentar mostrar para esses gays e essas minas que, cara, não precisa ser assim. Eu já ouvi de muito..., eu tenho um amigo gay no CTC que não faz parte do coletivo que já vieram: “Ah, tu vai para aquela roda de mimimi? Tu vai para aquela roda de coitadismo?”, sendo que, pode ser a bicha mais afeminada do mundo falando isso e ela tá saindo na rua hoje porque os grupos feito o nosso que tão ali para bater de frente quando acontecer alguma coisa com ele, sabe? [...]

Quando eu entrei na faculdade, eu fiquei seis meses enrustido, eu fazia parte da atlética e tudo mais, e eu me assumi depois de seis meses e foi um turbilhão de emoções e tudo mais. A galera me acolheu muito bem, só que era sempre aquela coisa: “Não, Daniel, tudo bem que você é assim, só não pode ser aquela bicha louca. E eu, não, pô. Eu não fazia noção do que era aquilo”. (Daniel Paredes, *DiGA*. Entrevista a Morgani Guzzo. Florianópolis, 2015.)

Um ponto falho na discussão das pautas LGBT no *DiGA* relaciona-se às pessoas T (transexuais, travestis, transgênero), que não são mencionadas. O fato de não aparecerem opressões sobre essas sujeitas nas respostas dos coletivos nos leva a uma questão: seriam essas pessoas invisibilizadas ou não reconhecidas pelo coletivo ou não há nenhuma pessoa identificada com essas identidades de gênero frequentando cursos no CTC? Outro ponto a considerar é que as militantes entrevistadas não abordam, em nenhuma parte dos relatos, questões essenciais para a compreensão dos movimentos no contexto brasileiro pela perspectiva decolonial. Isto é, as opressões de classe e raça/etnia, que são muito presentes nesses cursos (o Centro Tecnológico abriga cursos como as engenharias, computação, entre outros, que têm um perfil historicamente elitista), não são mencionadas nos relatos.

A ausência da menção a pessoas trans ou travestis nas entrevistas, no entanto, não é suficiente para afirmarmos que essa preocupação não esteja inserida nas pautas das reuniões do coletivo. O que podemos verificar é que, ao contrário do coletivo *Jornalismo sem Machismo* e de outros, na fala dos membros do *DiGA* não fica evidente a perspectiva de raça, classe e das identidades trans e travestis. Isso se deve, possivelmente, a questões situacionais, isto é, ao próprio perfil das pessoas que militam no coletivo e aos tipos de opressões que afetam suas vivências. Também pode refletir a representatividade de pessoas negras e trans nos cursos de engenharia. Quantas mulheres negras, homens gays negros, mulheres ou homens trans estão cursando engenharia na UFSC? Na ausência desses dados, é necessário considerar que, além de possivelmente constituírem um número muito pequeno comparado ao quadro geral de estudantes – devido ao perfil do curso –, essas pessoas se deparam com situações de opressão que os invisibiliza, sendo constantemente estigmatizados, discriminados e silenciados pelos colegas.

Apesar de algumas vezes invisibilizarem várias formas de opressão, no relato dos membros do *DiGA* ficam explícitos os discursos homofóbicos e as violências contra as

diferentes feminilidades que circulam no CTC. Assim como o machismo, o racismo, o classismo, o sexismo, a transfobia, a bifobia, a lesbofobia e demais formas de opressão são vivenciadas todos os dias por diferentes estudantes da UFSC, a resistência a essas práticas também se dá de maneira diferente e, muitas vezes, individualizada. Assim, fazer parte do *Diga*, do *Migre*, do *Mupsi* ou do *Jornalismo sem Machismo* retira o caráter individual dos casos, provocando a reflexão em torno das estruturas sociais e mobilizando, enquanto grupo, formas de enfrentar e combater a cultura que oprime diferentes subjetividades e sujeitas. É uma forma, em última análise, de união entre grupos oprimidos, de empoderamento individual e coletivo, de construção coletiva de ambientes, espaços e relações onde seja possível ser e viver sem medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível, nos últimos anos, a construções de ações coletivas de grupos oprimidos ao redor do mundo. Tanto por meio da ocupação de grupos de discussão na internet, de manifestações nas ruas (*Occupy* nos EUA, jornadas de junho no Brasil, Marcha das Vadias, Primavera Árabe, indignados na Espanha, entre outros) ou em contextos escolares e universitários, a proposta de criar espaços de reflexão e empoderamento tem reunido pessoas com experiências diversas, mas objetivos em comum: a luta contra formas de opressão que perpassam suas trajetórias.

Além das mobilizações que surgiram ao redor do mundo, o contexto de criação de grupos de militância dentro das universidades brasileiras, especialmente no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina aqui estudado, tem relação direta com a ampliação do acesso à educação superior, especialmente a partir de 2003. Políticas afirmativas que possibilitaram o aumento no acesso à universidade pública por negros/as, indígenas e estudantes de escolas públicas e de baixa renda evidenciaram, em contrapartida, os persistentes ranços de preconceito e opressão que existem na sociedade. A criação e o avanço de políticas de permanência e a luta contra opressões de classe, raça, gênero e sexualidade, por exemplo, tornaram-se de extrema necessidade para que a universidade seja realmente um espaço democrático e seguro para todas as pessoas que fazem parte de sua comunidade.

Apesar de possibilitar processos de identificação e militância, a universidade ainda é um espaço restrito para diversos grupos. É evidente que a identificação criada nos coletivos aqui estudados significa, em contrapartida, a exclusão de outros grupos minoritários e, muitas vezes, mais vulneráveis socialmente (jovens de periferia, pobres, mulheres negras, pessoas indígenas). Assim, coletivos de estudantes negras/os e indígenas também foram sendo criados ao longo dos últimos anos na universidade (Coletivo 4P – Poder Para o Povo Preto e Coletivo Kurima, por exemplo). Assim, é primordial considerar que qualquer discussão de gênero dos coletivos aqui estudados, deva levar em conta os aspectos interseccionais das experiências de suas/seus membras/os e de outros estudantes da UFSC.

O surgimento dos coletivos LGBTQ+ e feministas na UFSC também está relacionado a outras mobilizações feministas ao redor do mundo, como a chamada “Primavera Feminista” ou “Primavera das Mulheres”. No Brasil, essa onda de protestos teve como enfoque as denúncias de casos de assédio, estupro, violência e os feminicídios e a resistência das mulheres diante da ameaça aos direitos já conquistados.

O ano de 2015, no Brasil, foi marcado por um grande número de manifestações que tiveram a internet como fundamental ferramenta de mobilização e visibilização das denúncias, como nos casos das *hashtags* “primeiro assédio”, “agora é que são elas”, “não tira o batom vermelho” e “meu amigo secreto”. Foi palco de ações importantes no contexto feminista nacional, como a realização da Marcha das Mulheres Negras e a Marcha das Margaridas. Foi um ano de avanço com a promulgação da Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15) – que caracteriza como homicídio qualificado e tipifica como “feminicídio” quando for praticado contra a mulher por razões da sua condição de gênero – e de resistência, principalmente contra o Projeto de Lei 5.069/13, de autoria do Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que presidia a Câmara dos Deputados.¹³⁸ A luta contra o avanço do PL 5.069/13 na votação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) mobilizou milhares de mulheres em várias cidades brasileiras, por representar um retrocesso no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual e na legislação a respeito do aborto.¹³⁹ Também foi o ano em que o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) citou a filósofa francesa Simone de Beauvoir (uma das acadêmicas mais citadas pelas feministas) e propôs como tema de redação a violência contra a mulher.

A emergência dos coletivos LGBTQ+ e feministas na UFSC está, portanto, numa relação de influência e reflexo das ansias por mais visibilidade, representatividade e direitos à população de mulheres, lésbicas, homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros na sociedade. Consiste em uma amostra específica da ampliação na mobilização política de diferentes subjetividades. A luta ocorre dentro e para além da universidade, mas representa, nos espaços acadêmicos, nuances características sobre as opressões e as formas de resistência.

O que se percebe nas discussões dos coletivos aqui estudados é que, para que haja a visibilidade dos vários tipos de opressão (de classe, raça/etnia, geração, acessibilidade etc.), é necessário utilizar a estratégia de pautar a perspectiva interseccional dentro dos coletivos e nos demais espaços (sala de aula, debates, palestras). Além disso, torna-se

138 - Eduardo Cunha foi afastado da presidência da Câmara dos Deputados em 05 de maio de 2016, devido a suspeitas de envolvimento em casos de corrupção, por interferir em votações da Câmara e por representar risco às investigações da Operação Lava Jato. (Cf. FALCÃO, 2016.)

139 - O referido projeto de lei dificulta o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, retirando a obrigação do SUS de garantir a profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a prevenção de gravidez. O texto “[...] tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induzir a gestante à prática do aborto”. Inteiro teor disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013>. Acesso em: 18 de Maio de 2016.

importante um esforço de ampliação e inclusão nesses coletivos para que, por meio de ações diretas, suas discussões cheguem ao maior número possível de estudantes e da comunidade universitária em geral, buscando alcançar diferentes sujeitos para que possam transformar suas realidades. Um dos maiores esforços e desafios dos coletivos, entretanto, tem sido manter a mobilização e assiduidade dos membros, já que a universidade é um espaço de grande rotatividade de pessoas, cujas responsabilidades mudam e aumentam notadamente a cada semestre.

É preciso considerar, também, outro aspecto que fragiliza a mobilização dentro dos cursos. Além do tempo e dedicação necessários para construir espaços políticos, a exposição das/os estudantes diante de um professor ou colega opressor é uma das questões mais limitadoras que os coletivos enfrentam. A militância, que vai muito além do compartilhamento de notícias em páginas do Facebook, torna-se perigosa se não encontra na instituição universitária um amparo jurídico e, muitas vezes, psicológico para os enfrentamentos.

Para minimizar a sensação de insegurança e de impotência, uma das possibilidades é a criação de redes ou alianças entre os coletivos da UFSC e diferentes universidades e espaços fora delas. A troca de experiências e o contato com outras realidades abre novos enfoques e injeta energia para os coletivos que são, muitas vezes, formados por um grupo de somente dez ou quinze pessoas.

No entanto, apesar de recentes e de todas as limitações existentes, a construção coletiva desses grupos tem sido importante tanto para os indivíduos que os compõem quanto para as transformações no âmbito acadêmico. Um exemplo disso é a conquista do direito ao uso do nome social por travestis, transexuais e transgênero nos documentos, registros e atos da vida acadêmica (Resolução Normativa nº 18/Cun de 24 de abril de 2012),¹⁴⁰ o que representou um avanço na garantia de um dos direitos básicos das pessoas T na UFSC.

Além disso, as diversas identificações e as ações políticas direcionadas à problematização de valores e práticas opressoras são os primeiros passos para uma possível transformação cultural, tanto no âmbito universitário quanto além dele. Embora os coletivos ainda estejam, tanto epistemologicamente quanto empiricamente, sendo definidos, eles são espaços em/de construção. Muitas/os das/os estudantes que fazem parte desses grupos estão tendo, pela primeira vez, a oportunidade de entrar em contato com a militância política e com as questões de gênero e sexualidade que atravessam seus corpos. São construções políticas que estão, inerentemente, ligadas às subjetividades. Esses espaços e processos constituem-se como um nítido exemplo do que deveria ser a experiência universitária: um processo amplo de aprendizagem, empoderamento e transformação.

140 - Disponível em: <www.propg.ufsc.br/files/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_18CUn2012_NomeSocial.pdf>. Acesso em: 18 de Maio de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos Pagu, n. 43, Jan.-Jun. de 2014.
- BRAH, Avtah. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, Jan.-Jun. de 2006.
- BRAIDOTTI, Rosi. El Sujeto En El Feminismo. In: _____. *Feminismo, Diferencia Sexual Y Subjetividade Nómade*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.
- COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito do feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.
- FALCÃO, Márcio. Teori afasta Eduardo Cunha do mandato na Câmara. *Folha de S. Paulo* [online], São Paulo, 05 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1768000-teori-afasta-eduardo-cunha-do-mandato-na-camara.shtml>>. Acesso em: 18 de Maio 2016.
- FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de um Feminismo Latinoamericano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 01, Jan.-Abr. de 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010a.
- _____. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010b.
- HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KLANOVICZ, Luciana R. Fornazaari. História, Gênero e Ciência: Mulheres engenheiras no Sul do Brasil. *Revista Venezolana De Estudios De La Mujer*, v. 16, n. 37, 2011. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/47947/1/historiag%C3%A9neroeci%C3%A9nciamulheres.pdf>>. Acesso em: 18 de Maio de 2016.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, 2010.
- MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos

de gênero no Brasil. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Curitiba, de 26 a 29 de Jul. de 2011 *Anais...* Curitiba, GT: novas sociologias: pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e Queer, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=191&Itemid=170>. Acesso em: 18 de Maio de 2016.

MOHANTY, Chandra T. Bajo Los Ojos Del Occidente. Academia Feminista Y Discurso Colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída. (Eds.). *Descolonizando El Feminismo*. Teorias Y Prácticas Desde Las Márgenes. Madrid: Cátedra, 2008.

PASSOS, Joana Célia dos; GUZZO, Morgani. A relação entre movimento negro e academia na construção e implantação de políticas públicas: o caso das ações afirmativas na UFSC. In: PEDRO, Joana Maria; FREIRE, Patrícia de S. (Orgs.). *Interdisciplinaridade: universidade e inovação social e tecnológica*. Curitiba: CRV, 2016.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, n. 4, 2000.

_____. Narrativas Fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno para o Pós-Colonial. E para além de um e outro. *Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, 2004. [Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004.] Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 18 de Maio de 2016.

SHERER-WARREN, Ilse; PASSOS, Joana Célia do. (Orgs.). *Relações étnico-raciais nas universidades: os controversos caminhos da inclusão*. Florianópolis: Atilênde, 2014.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Do Eurocentrismo ao Policentrismo*. In: _____. *Crítica da Imagem Eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SISTEMA DE cotas muda perfil da UFSC durante os cinco anos de implantação. *G1*, Site de notícias da Globo, Santa Catarina RBS TV, 21 de Out. de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/10/sistema-de-cotas-muda-perfil-da-ufsc-durante-os-cinco-anos-de-implantacao.html>>. Acesso em: 18 de Abr. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode O Subalterno Falar?* 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VESTIBULAR UFSC/2015. *Universidade Federal de Santa Catarina*, Dados Gerais do Vestibular, 2015. Disponível em: <<http://www.vestibular2015.ufsc.br/dados-gerais-do-vestibular-ufsc2015/>>. Acesso em: 4 de Abr. de 2016.

ELAS E ELAS: GÊNERO E SEXUALIDADE EM DISCURSO NA ALA FEMININA DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE (2003-2013)¹⁴¹

Camila Diane Silva¹⁴²

No ano de 2013 iniciei o processo de pesquisa de campo de minha dissertação no Presídio Regional de Joinville/SC-PRJ, mais especificamente na Ala Feminina da instituição. Minha pesquisa tinha como objetivo principal problematizar as experiências – conceito proposto por Joan Scott (1999) –, afetivas e/ou sexuais, entre mulheres em condição de cárcere e como essas podem desconstruir normativas de gênero e sexualidades. Propus-me trabalhar com as narrativas dessas mulheres com o aporte da Metodologia de História Oral, bem como analisar o material institucional disponível. No entanto, não sabia se encontraria mulheres dispostas a falar sobre suas experiências, assim como não sabia como a instituição lidava com a questão da homossexualidade. Dessa forma, a pesquisa teve início com conversas informais com profissionais que trabalhavam na instituição, ao mesmo tempo em que buscava verificar a disponibilidade de outras fontes que pudessem oferecer informações, como o Livro de Ocorrências que trazia registros diários da Ala Feminina desde o ano de 2003.

Nesses primeiros contatos, constatei a existência de relacionamentos assumidos, mulheres que recebiam visitas conjugais de suas companheiras e que possuíam papéis de união estável oficializada. Além daquelas que mantinham relacionamentos apenas com mulheres e traziam marcadores corporais e estéticos como cabelos curtos, roupas, assessorios e comportamentos masculinizados. Essas últimas eram os “paizinhos”, categoria nativa do presídio de Joinville.¹⁴³

Ao realizar as entrevistas constatei, através das narrativas, que minhas impressões

141 - Texto referente apresentação realizada no evento “I Jornadas do Legh: gênero, poder e subjetividades”, compondo o Eixo Temático “Gênero na Pesquisa Histórica”.

142 - Mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, onde foi bolsista Capes e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH/UFSC.

143 - Digo isso tendo em vista o levantamento bibliográfico que realizei. Dentre as pesquisas que revelam categorias nativas de mulheres que se relacionam com mulheres nos presídios, encontrei das mais variadas como: sapatões, caminhão, sapatilha, roçadeira, heterossexuais limpas e sujas, entre outros. Desses, destaco as identificações de “sapatões” e “caminhão” atribuídas às mulheres masculinizadas que se relacionavam com outras mulheres. Em Joinville essas são identificadas como “paizinhos”.

sobre a ala se confirmavam. A Ala Feminina do PRJ se revelava um ambiente tolerante para que mulheres tivessem as mais diferentes experiências afetivas e/ou sexuais com outras mulheres. Uma das entrevistadas, demonstrando senso de humor, afirmou que “[...] se você entra lésbica, você sai mais lésbica do que nunca, né? E se você entra hetero, pelo menos bissexual você vai sair daqui de dentro... [risos]”. (A.N.S.F.O., 2013.) Ou seja, a Ala Feminina do PRJ parecia ser um ambiente de possibilidades para que mulheres vivenciassem sua sexualidade, e mais, parecia que poucas mulheres passavam pelo presídio imunes à experiência de se relacionar com outras mulheres.

Segundo as entrevistadas, algumas mulheres apenas “ficavam” com outras para experimentar, já outras namoravam e casavam com suas companheiras. O casamento, em alguns casos, consistia em troca de alianças e solicitação para viverem na mesma cela, enquanto outras oficializavam a união através de documentos que comprovavam a união estável.

Iniciada a pesquisa documental, constatei que nem sempre essa tinha sido a realidade na instituição. Os Livros de Ocorrência, com registros entre os anos de 2003 a 2010, apontavam para momentos da história da ala onde houve perseguição e repressão às mulheres que se relacionaram afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres.

Além desses registros relacionados à homossexualidade de mulheres, os Livros de Ocorrência traziam muitos outros registros que revelam informações importantes para entender sobre como a instituição lidava com questões relacionadas a gênero e sexualidades. Nesse sentido, procurei analisa-los e entender como os discursos sobre gênero e sexualidade foram tratados na Ala Feminina do PRJ, ao longo destes 10 anos.

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM REGISTROS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIA DA ALA

Os Livros de Ocorrência são documentos onde são feitos registros diários da Ala Feminina. Esses registros são feitos pelas agentes prisionais durante seu turno de trabalho na ala. Através deles é possível perceber os discursos institucionais, o posicionamento de agentes ao registrarem suas impressões, bem como as interferências de discursos externos que refletem nas normas institucionais. Destaco aqui que essas anotações feitas nos Livros de Ocorrências não são informações neutras, pois são documentos produzidos dentro de uma instituição, feitos por diferentes agentes prisionais e em um determinado período. Ou seja, são marcados por subjetividades.

Em meio a tantos registros diários relacionando números de entradas e saídas, discursos sobre gênero e sexualidade emergiam de diferentes formas. Seja nos registros sobre as visitas íntimas, seja nas observações sobre os corpos, os crimes, as práticas cotidianas e o destaque para os registros sobre homossexualidade.

Inicialmente, um dos registros que se repetia frequentemente começou a me chamar

atenção: tratava-se da “conjugal”.¹⁴⁴ Junto a ele vinha a listagem de nomes de mulheres que naquele dia tinham realizado suas conjugais – geralmente, se deslocando para as alas masculinas do presídio, onde muitas possuíam seus companheiros. Já aquelas que recebiam visitas conjugais, quando o companheiro vinha de fora do presídio, tinham suas visitas realizadas na Ala Feminina.

Os presídios, de forma geral, não foram instituições planejadas para a realização de visitas conjugais, até porque esse não era um direito claramente estabelecido e praticado historicamente nos presídios. Foi apenas com a Lei de Execuções Penais–LEP, em 1984, que houve a regulamentação da visita íntima. O Art. 41, inciso X, previa “[...] visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”.¹⁴⁵ No entanto, essa lei era facilmente interpretada como visita de familiar e não necessariamente em visita íntima. É somente com a resolução de 30 de março de 1999, do Ministério da Justiça, que há a recomendação e garantia de visitas íntimas para ambos os sexos. O Art.1º declarava que “A visita íntima é entendida como recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam assegurados”.¹⁴⁶

Através dessa resolução houve a especificação ao direito da mulher de ter visitas, o que é bastante significativo tendo em vista que, anterior a essa lei, as mulheres não tinham garantia alguma desse direito. Segundo Natália Corazza Padovani, antes de 1999 a visita íntima em presídios femininos era “esquecida”, (Cf. PADOVANI, 2010.) ou era “moeda de troca” quando havia bom comportamento, como constatou Cláudia Priori. (2012). No entanto, para os homens, essa era uma concessão feita muito antes da lei ser revista.

Sendo assim, considero fundamental o uso da categoria gênero, como nos ensina Joan Scott, (1990), no sentido de pensar as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Para o homem o direito a visita íntima é visto como uma necessidade, enquanto para a mulher não, posto que historicamente as mulheres seriam menos sexuais que os homens. De acordo com a historiadora Margareth Rago, “[...] a construção de um modelo feminino universalizante foi imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, enfim, pelo olhar masculino reforçado, principalmente nos centros urbanos, pelos estímulos da indústria de consumo”. (RAGO, 2004, p. 04.) Esse ideal de feminilidade “dessexualizava” as mulheres, privando-as do desejo sexual e do prazer. No entanto, as lutas feministas, segundo a historiadora, vão contribuir para que essas imagens sejam desconstruídas.

A garantia da visita íntima é uma prova dessa desconstrução. Na Resolução de 30 de março de 1999, do Ministério da Justiça, é inserida a especificação em relação ao

144 - Conjugal é o mesmo que Visita Íntima.

145 - Lei de Execuções Penais – LEP de 1984.

146 - Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/res01_300399.html>. Acesso em: 25 de Jan. de 2015.

direito à visita íntima para as mulheres. Simbolicamente é reconhecido que as mulheres em condição de cárcere também possuem desejos sexuais.

Como a Ala Feminina do PRJ foi inaugurada em 2001, as mulheres já possuíam seus direitos de visitas íntimas garantidos. No Livro de Ocorrências do ano de 2003 havia vários registros em relação às visitas conjugais. As mulheres que tinham seus companheiros presos, no mesmo Complexo Prisional, eram deslocadas para as Alas Masculina ou Penitenciária, para realizarem as conjugais. Quando o companheiro não estava detido no complexo e vinha de fora, as visitas eram realizadas na Ala Feminina. A partir dos registros, foi possível perceber que era mais comum às mulheres terem visitas dentro do presídio, se deslocando para as Alas Masculinas, do que visitas vindas da rua.

As visitas íntimas aconteciam dentro de condições impostas, dentro de um modelo heteronormativo e regulador simbolizado através de papéis legais que indicassem e garantissem o matrimônio e/ou a união estável entre o casal. Isso se expressava de forma declarada através dos regimentos internos e era uma condição para que as conjugais acontecessem. Isso indica princípios ligados à moral religiosa aliada à medicina e as práticas higienistas, pois a prática do sexo regulada pela instituição do matrimônio, o sexo ligado ao casamento, ao casal, é uma prática que se distancia da promiscuidade e rotatividade entre parceiros/as. A ausência desses papéis legais resultava em julgamentos e proibições, como essa: “M. e J. foram visitar seus maridos (suposto), somente irão para conjugal mediante papéis legais”. (LIVRO DE..., 19 Dez. 2003.) O fato dessas mulheres não possuírem ou não terem apresentado “papéis legais” coloca seus relacionamentos em questionamento. Isso fica evidente com a observação entre parênteses, sugerido um “suposto” relacionamento, fato que impossibilitava a realização das conjugais.

Com a intenção de evitar que essas práticas pudessem acontecer, algumas medidas foram adotadas, como essa: “Foi proibido pelo chefe da segurança qualquer tipo de ‘patuá’¹⁴⁷ que não seja para esposa ou esposo. Sendo encontrado haverá punição”. (LIVRO DE..., 05 Set. 2004.) Essa foi uma das medidas com a intenção de diminuir o contato entre os/as detentos/as, evitando assim que solicitações para conjugais fora das normas acontecessem.

A sexualidade era regida por uma série de exigências que indicavam comportamentos a serem seguidos. Aquilo que fugisse a norma era repreendido e tornava-se passível a julgamentos, principalmente quando se tratava de mulheres rompendo com lógicas matrimoniais, de fidelidade, cuidado, atenção e afeto para com seus companheiros. A antropóloga Mirian Goldenberg, ao dialogar com a filósofa Simone de Beauvoir, chama atenção para a “[...] dissimetria e a dupla moral sexual que permite ao homem ‘trazer para seu leito escravas, concubinas, amantes e prostitutas’ enquanto a esposa ‘deve-lhe a virgindade e uma fidelidade rigorosa’”. (GOLDENBERG, 2013, p. 14.) Nas entrevistas em que realizou em suas pesquisas sobre infidelidade, a autora constatou que “[...] os

147 - Nome utilizado no presídio para se referir a bilhetes e cartinhas trocadas entre detentas e detentos.

homens se justificam por terem uma natureza propensa à infidelidade”. (GOLDENBERG, 2013, p. 19.) A traição masculina seria algo construído pelo patriarcado como “natural”, fazendo com que os homens justificassem suas traições e essas fossem mais toleradas pela sociedade.

Os discursos presentes nos Livros de Ocorrências refletem as subjetividades das agentes que faziam os registros e expunham suas opiniões e julgamentos em relação à sexualidade das mulheres, reproduzindo a moral sexual. Já em relação aos homens esse comportamento parecia ser tolerado. Nesse sentido, me proponho aqui comparar alguns desses registros que revelavam a concepção diferenciada para homens e mulheres e sua sexualidade.

As visitas íntimas eram realizadas mediante a comprovação de união estável ou certidão de casamento, as quais indicavam que essas pessoas estariam comprometidas e teoricamente não poderiam se relacionar com outras, como expressa o alerta da agente:

A reclusa M. cancelou a visita de S., pois o mesmo não tem vindo mais visitá-la. Porém eu já deixei claro para a mesma, que ela não poderá fazer conjugal com outra pessoa, pois sua pasta já está a documentação de união estável com o S. (LIVRO DE..., 07 Out. 2007).

Nesse caso, ela já havia apresentado um papel de união estável, fato que leva a crer que já existia um relacionamento. Cancelando esse, pela ausência de visitas de seu companheiro, foi alertada pela agente que não poderia solicitar outro. Há uma espécie de aviso da agente para com a detenta, como se questionasse sua decisão. Convém lembrar que não seria aceito outro pedido de conjugal com outra pessoa, pois o papel da primeira união apresentada valia mais do que os sentimentos e as sensibilidades presentes nesse contexto. O fato de não receber visitas do companheiro, alegado como motivo, não rompe com essa união, impossibilitando existir outros laços com outras pessoas, pois esse relacionamento já estava engessado.

Essa que parecia ser uma regra fixa para uma mulher em condição de cárcere, parece encontrar fluidez quando se trata do ambiente masculino:

O detento D. casado com L. também presa neste ergástulo, possui em sua pasta: certidão de casamento com L. e escritura de união estável com R. Esses documentos certificam a bigamia de D. que quinta-feira recebia L. e aos sábados recebia a amante R. Conforme orientação do Cabo, a visita de R. foi cortada e o mesmo ficará 30 dias sem a visita da esposa L., até 27/02/2005. (LIVRO DE..., 27 Jan. 2005.)

Ao comparar esses dois casos, é possível identificar as relações de gênero desiguais estabelecidas. No primeiro exemplo, a mulher foi alertada, quando quis cancelar sua conjugal, que não teria direito de solicitar outra, pois já possuía um relacionamento. Enquanto no segundo exemplo, o homem recebia visitas de duas mulheres, mediante comprovação que indicava casamento e união estável. Apesar de receber punição de 30

dias e suspensão da visita da “amante”, em nenhum momento houve julgamento sobre sua pessoa, personalidade ou postura. Seu direito de continuar com a esposa (documento de certidão de casamento) foi mantido e apenas a sua outra relação com a “amante” foi cancelada (documento de união estável).

Não houve questionamento em relação às mulheres envolvidas. Seria uma a esposa e a outra a amante destruidora de lares? Ambas teriam conhecimento e consentimento dessa relação? A esposa estaria de acordo em continuar o relacionamento? Faço aqui especulações, pois não obtenho respostas, mas julgo necessário pensar sobre elas tendo em vista a margem que o registro abre com palavras como esposa e amante, resolvendo a relação através de um respaldo documental e a ausência de questionamentos sobre o posicionamento do homem bígamo.

Imagino que não seria uma prática aceita e consentida deliberadamente no presídio, mas em algum momento foi permitida ou burlada. Entretanto o que mais chama atenção nesses casos é como os julgamentos e distinções entre homens e mulheres aparecem nos registros.

No exemplo a seguir, o homem cancelou sua visita, pois reatou com sua esposa: “A Assistente Social da Penitenciária R. comunicou que o detento V. cancelou a visita da detenta P., porque reatou com sua esposa”. (LIVRO DE..., 10 Jun. 2010.) Diferente do exemplo anterior, no qual a mulher é alertada para o cancelamento da visita, nesse caso o homem cancela e reata sua antiga união. Ele possui liberdade de escolha entre seus relacionamentos e não é emitida nenhuma opinião, julgamento ou advertência quanto a isso.

Quando há registros sobre traição ou bigamia praticada pelos homens, suas ações e práticas sexuais não são questionadas pelas agentes, pois estavam dentro do que era considerado “natural” para um homem. Quando se trata de mulheres e as práticas sexuais há concepções diferentes. Se a mulher possui matrimônio ou união estável, dentro ou fora do presídio, tem direito a visitas, mas alguns dos julgamentos descritos sugerem que elas acontecem por conta dos homens e suas necessidades sexuais. O fato das mulheres possuírem desejos sexuais era algo que fugia daquilo que se esperava para uma mulher, ainda mais se os mesmos se distanciassem dos ideais de matrimônio e monogamia. Quando esse comportamento ocorria, a mulher passava a ser vista como a sedutora e causadora de confusões através do uso de seu sexo, sua sexualidade, suas artimanhas. Essas personagens começam a aparecer nos registros, fato que chama atenção, pois, por mais que um comportamento seja estabelecido e esperado de uma mulher, não necessariamente se adequam a norma.

Há mulheres que são marcadas por seus atos, indicados como impróprios, como se dessas já pudesse esperar tal comportamento. São indicadas como verdadeiras ameaças para as visitas, para os internos e agentes da instituição. É o caso de Z. que aparece várias vezes nos Livros de Ocorrências por questões ligadas a sua sexualidade. Analisando os envolvimento entre internas e visitantes, Z. aparece na seguinte situação transcrita:

“Coloquei a Z. no castigo, pois estava namorando com a visita da D. e para não dar mais atritos no X¹⁴⁸ gostaria que a mesma permanecesse lá até a 2ª ordem ou alguma atitude da direção”. (LIVRO DE..., 5 Set. 2004.) Nesse caso, há o indicativo de envolvimento entre internas e visitas vindas da rua, porém os mesmos não são aceitos, como fica perceptível na indicação de que a interna deveria ser punida.

Em relação à visita parece nada ter acontecido, pois um mês depois há um registro que sugere se tratar dos mesmos personagens, por apresentar semelhança nos nomes e situação parecida. O que muda é o envolvimento com outra detenta e não mais com Z. e a condução da história por parte da agente, que anota da seguinte forma: “Foi pego, quando entrei na cadeia pela parte da tarde, no X6 da reeducanda V. encontrei o irmão da reeducanda D. acariciando e beijando. Como não havia castigo disponível, só conversei e disse que se ele quer visitar a V., vai ter que fazer os papéis, caso contrário será cortado sua vinda a feminina”. (LIVRO DE..., 28 Out. 2004.)

Nesse caso, é oferecida a possibilidade de uma união estável, diferente do caso de Z. Essa pode ter sido apenas uma condução diferente por parte das agentes de plantão, ou pode também estar relacionada à forma como cada detenta é vista, como sua reputação é reconhecida na instituição. Digo isso, pensando no caso de Z. Ao prosseguir com as análises do material, o nome de Z. tornou a repetir. No início de 2004, do envolvimento com a visita, a detenta aparece na seguinte situação:

Foi descoberto que a detenta Z. que saia para fazer conjugal com seu marido estava no X de outro detento, fazendo conjugal com este. Fica então cancelada sua visita ao marido. Como o castigo esta ocupado, pedimos as demais agentes que assim que o desocupem ela seja colocada. [...] A detenta M. apresentou um atestado médico, onde o médico atesta que a mesma tem problemas de saúde e necessita dormir em cama, por causa da umidade. Sendo assim, dei a cama que era da Z. para a M., já que a Z. só tem aprontado. (LIVRO DE..., 2 e 8 de Maio de 2004.)

Ou seja, meses antes de Z. se envolver com uma visita, ela traiu seu marido com outro detento. Ela troca de “X” no dia da conjugal, segundo os registros, para se relacionar com um outro detento, que não era seu esposo. Há várias especulações que podem ser feitas através desse registro em relação às concepções sobre matrimônio, monogamia e fidelidade, tendo em vista que as mesmas são vistas de forma distinta entre homens e mulheres, como indicado em casos citados anteriormente. Afinal, essa é uma ação tolerada quando se tratam de homens e não de mulheres inseridas em um contexto matrimonial. Fato que leva a crer que a punição nesse caso acontece por a mulher ter se utilizado do mesmo dia de visitas a seu marido para obter conjugal com outro homem.

As mulheres são marcadas por essas ações e a punição não ocorre somente através do castigo (aqui me refiro à cela especial do castigo), mas através da reverberação do

148 - Cela, Cubículo.

ato de punir, como no momento em que Z. perde sua cama para outra detenta, com a justificativa que “esta só tem aprontado”. O registro aponta para o histórico de Z., pois acredito que esse “só tem aprontado” não remeta apenas a sua ação do tempo presente, mas ao seu histórico, tendo em vista registros anteriores a esses fatos.

No ano de 2003 Z. aparece novamente protagonizando práticas consideradas indevidas, ligadas a sexualidade:

No dia 21/09 pela manhã as detentas Z. e A. foram para o seguro¹⁴⁹ sem autorização para visitar P.L. e (Ge. – apelido) O., os mesmos tem suas esposas e no domingo é dia de conjugal. Quando soube do ocorrido, pois estava lá na frente, tirei as duas e coloquei de castigo. (LIVRO DE..., 24 Set. 2003.)

Mais uma vez as mulheres são repreendidas pelos seus atos, enquanto para os homens é feita apenas a observação de que os mesmos são casados. Essas mulheres desafiam as regras da instituição, não somente em relação às condições para se ter uma visita, mas desafiam os enlaces do matrimônio e por isso são punidas através do castigo.

O destino dos castigos é algo que se repete na vida de Z. alguns meses depois. Dessa vez, a detenta não se envolve diretamente com nenhum homem na instituição, mas utiliza-se de seu corpo. Segundo as agentes: “Horas depois da briga entre Z. e M., a detenta Z. chamou o agente J. e tira a blusa para mostrar os seios, e por esse desrespeito, a mesma deverá ficar mais tempo que a M. de castigo”. (LIVRO DE..., 30 Dez. 2003.) O contexto leva a entender que houve uma briga entre as detentas e Z., após o ocorrido, mostra seus seios para um agente masculino. O agente aparece na história como um personagem aleatório, que sem motivos visualizou tal cena. Mas por qual motivo Z. mostrou seus seios para ele? Seria essa uma forma de se indignar pela briga? Seria uma forma de chamar atenção para o que estava acontecendo? Estaria esse agente envolvido na situação? Não há nenhuma informação que leve a algumas possíveis respostas e versões sobre o que houve, no entanto há o resultado da ação para Z. que foi punida duplamente. Seu castigo foi acrescido de mais tempo pela atitude “desrespeitosa”.

Dentro do contexto prisional, mostrar o corpo, principalmente partes sexualizadas como os seios, muitas vezes está inserido em um contexto de protesto, resistência, uma forma de chamar a atenção. Até porque essa ação é reconhecida como algo “desrespeitoso”. Portanto, ser desrespeitosa vai contra os princípios, sendo uma forma de resistir.

O último registro que obtive de Z. foi no ano de 2004, quando ela (após exibir seu corpo, visitar homens casados, trair seu marido e se envolver com visitas) aparece na situação seguinte: “A detenta Z. refez a documentação de União Estável com seu marido V. Porém ela só poderá receber visitas após o resultado do exame de HIV. E por determinação do da S., ele é que virá até a ala feminina, para evitar que a Z. arrume confusão como

149 - Cela especial para isolamento e garantia de segurança para presos que correm riscos.

já aconteceu anteriormente”. (LIVRO DE..., 12 Nov. 2004.) Esta última aparição de Z. confirma minhas especulações iniciais sobre a construção da reputação de algumas mulheres com práticas sexuais fora da norma. Z., ao resolver retornar ao matrimônio, tem o apoio da instituição, com a condição que seja esquadrinhada por uma avaliação médica que comprove sua saúde sexual, tendo em vista um histórico promíscuo. Não que esses procedimentos médicos não sejam necessários, mas a observação feita para Z. está relacionada a seu histórico, fazendo relação a sua vida promíscua. Além disso, há a observação para que a visita ocorresse na Ala Feminina, de forma a evitar que Z. pudesse retornar a sua antiga vida sexual desregrada, como enfatiza o comentário “para evitar que arrume confusão como já ocorreu anteriormente”.

Por meio da análise desses documentos, tive acesso aos registros das agentes, esses marcados pelo discurso institucional e principalmente pelas subjetividades de quem os fez. Percebi que os julgamentos e punições ocorridos no cotidiano vão além das leis e reforçam a produção de normas, contribuindo assim para a construção de normais e anormais. (Cf. FOUCAULT, 2009.) Dessa forma Z., assim como outras que não correspondiam com as normas estabelecidas culturalmente para as mulheres, teve sua imagem construída como anormal ao longo de sua passagem pela instituição, muitas vezes tendo seus direitos violados por isso.

Os registros reforçavam normas de gênero e sexualidade através de julgamentos e punições estabelecidas pelas agentes. As mulheres casadas e que tinham suas práticas sexuais com seu companheiro, por exemplo, recebiam tratamento diferente daquelas que mantinham relacionamentos sem configurar matrimônio, aquelas que traíam seus companheiros ou que buscavam sexo através de arranjos para além dos papéis legais. Contudo, essas não são condições estáticas, há possibilidades de resistências, subversões, empoderamento dessas mulheres. Foucault aponta para o poder de subjetivação, o poder do sujeito, que rompe com a ideia de sujeito controlado e assujeitado. (Cf. FOUCAULT, 1985.) Essas discussões vão ao encontro do movimento e teoria feminista, no sentido de empoderamento destas mulheres. É perceptível que diante do controle por parte da instituição, dos/as agentes e de suas subjetividades impressas nas anotações há também as resistências e o empoderamento dessas mulheres, que através dos mais diferentes arranjos subvertiam as normas impostas.

Gênero e sexualidade se revelaram como discursos emergentes nos registros. Através de suas práticas, as mulheres demonstravam que também possuíam desejos e reivindicavam o direito a terem práticas sexuais, sejam essas dentro de uma união estável certificada pelos papéis exigidos ou nos mais diferentes arranjos estabelecidos. Contudo, os registros analisados indicavam apenas práticas sexuais entre casais heterossexuais. Até porque a análise que fiz partiu dos registros sobre as conjugais que, segundo as regras do presídio, reivindicam papéis que comprovassem o matrimônio ou a união estável entre os envolvidos. Entre os anos de 2003, quando se inicia os registros da ala, até 2009 não existiu nenhum relato que remetesse a visitas entre casais do mesmo sexo, o que não quer dizer que as práticas homossexuais não aconteciam e emergiam da mesma forma em que

se falava sobre as práticas heterossexuais. Da mesma forma com que notei que se falava sobre a sexualidade entre os heterossexuais se falava sobre as práticas homossexuais. Esses registros apareciam inicialmente reivindicando cuidado, pois nesses casos não se tratavam de mulheres que fugiam da norma por praticarem sexo com outros homens de forma indevida. Além de fugirem da norma por sentir desejos e reivindicar o sexo, faziam isso com pessoas do mesmo sexo – algo que passou a ser contido no presídio através de diversas medidas repressoras e perseguições declaradas.

A “CAÇA” ÀS LÉSBICAS

O Sgt. B. juntamente com o Cb. da S. estiveram no isolamento verificando o espaço e a maneira de tirar as presas lésbicas de dentro da cadeia e transferi-las ao X0, assim devendo ter direito a banho de sol durante a manhã, fechando elas dentro do pátio da cadeia sem a companhia das outras reclusas, assim poderá manter a ordem e a disciplina (sem confirmação). Sgt. B. pediu a relação das presas lésbicas que são: [cita a relação de 7 nomes de mulheres]. Se houver mais alguma presa que seja lésbica e que não esteja relacionada acima favor informar ao Sgt. B. ou Cb. da S. (LIVRO DE..., 05 Jan. 2005.)

Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-ABGLT, em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde-OMS retirou a homossexualidade da classificação internacional de doenças.¹⁵⁰ No entanto, 24 anos depois ainda é possível encontrar psicólogos oferecendo a “Cura Gay”, pastores políticos ou políticos pastores condenando a prática, além do que o uso do sufixo “ismo” (indicativo de doença) na palavra “homossexualismo” ainda é usado, além de existir grupos declaradamente homofóbicos que promovem a violência. Dessa forma, não é estranho pensar que a situação transcrita no início do texto tenha ocorrido no Presídio Regional de Joinville no ano de 2005.

Nessa situação o administrador da instituição, diante de ocorrências sobre as “lésbicas” da Ala Feminina, resolveu criar uma medida de segurança que consistia em separá-las das demais, transferindo-as para um mesmo espaço. São registrados os nomes dessas mulheres com a intenção de evidencia-las, como se fossem portadoras de uma doença que pudesse causar uma epidemia na instituição. Certamente, não eram somente essas as mulheres que tiveram alguma experiência afetiva e/ou sexual no cárcere com outra mulher, porém elas pareciam ser as hospedeiras da lesbianidade. A historiadora Tania Navarro-Swain, ao discutir sobre a construção da representação da homossexualidade feminina, fala sobre a concepção da “homossexual inata”, na qual as mulheres teriam as preferências sexuais “inscritas em seus genes”. (Cf. NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 55.)

Deixa-las isoladas das demais seria uma forma de estabelecer controle sobre os

150 - Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/homofobia.php>>. Acesso em 27 de Jan. 2015.

corpos e contê-los. Assim a existência das lésbicas ficaria restrita, alheia do cotidiano da Ala Feminina, além de evitar que pudessem contagiar as demais detentas, como demonstra o registro seguinte: “Foi trocada a detenta R. do X01 para o X05, pois a mesma já estava de caso com a V. Para inibir a proliferação do Lesbianismo dentro da cadeia”. (LIVRO DE..., 03 Mar. 2005.) Esse registro foi feito, aproximadamente, dois meses após a determinação do administrador para isolar as lésbicas, momento no qual os nomes de R. e V. não constavam no levantamento de lésbicas feito pelas agentes. O que reflete a política de controle adotada pelas agentes ao fiscalizar tais comportamentos e coibi-los.

Essa medida preventiva é intensificada durante o período de 2005 e 2006, por determinação desse administrador em específico. No entanto, tais medidas não são restritas a esse período administrativo em específico. Elas apenas se intensificam, tendo continuidade nos anos seguintes. Anteriormente, nos anos de 2003 e 2004, quando iniciam-se os registros de ocorrências da Ala Feminina, já era perceptível anotações de advertência e punição para as lésbicas que tivessem mau comportamento, ou seja, que manifestassem comportamentos lésbicos.

Trata-se de uma medida recorrente em instituições prisionais e se mostra como preocupação em alguns períodos da história em que ainda não existia a regulamentação da visita íntima, como expressa o jornalista Jorge Rizzini em seu livro *O sexo nas prisões*, publicado na década de 1970. O autor chamava atenção para os casos de pessoas que “se tornavam homossexuais” nos presídios, o que segundo o autor era um problema causado pela:

[...] abstinência sexual nos presídios. Resultado: onanismo e homossexualismo coletivo. E com uma agravante, que precisa ser considerada: é que os detentos, ao ganharem a liberdade trarão consigo o vício, e para sempre, o que representa uma temeridade, visto que ninguém poderá negar, cientificamente, que tal vício não aumente a periculosidade criminal (RIZZINI, 1976, p. 47.)

A homossexualidade, para o autor, era vista primeiramente como uma doença, sendo também comparada a um vício que poderia ser adquirido no presídio, devido à abstinência sexual. Uma vez “adquirido”, ele poderia continuar presente nas pessoas após o período de reclusão, o que para Rizzini era uma grande preocupação. Na década de 1970, a homossexualidade era considerada pela Organização Mundial da Saúde – OSM como uma doença. Além disso, estereótipos sexuais e morais associavam-na a elementos como a violência, a promiscuidade, a pedofilia, entre outros comportamentos não aceitos pela sociedade. Quando a homossexualidade passa a ser vivenciada em um ambiente prisional, o vínculo com a violência aparece em vários momentos, mostrando-se uma condição evidenciada nos livros analisados da Ala Feminina.

Nos primeiros livros, referente ao ano de 2003, a homossexualidade aparecia nos registros de forma discreta, indicando incômodo com a postura de mulheres que se interessavam fisicamente ou afetivamente por outras. Nesse primeiro momento, as

observações concentram-se em uma personagem específica. Essa era K., que aparece frequentemente nos registros ligada a confusões, a atitudes violentas e a comportamentos inaceitáveis. Esse seria apenas mais um dos casos registrados se não fossem os elementos que esporadicamente indicassem sua homossexualidade.

O primeiro registro que encontrei indicando homossexualidade na instituição trazia a seguinte informação: “Devido a problemas no berçário envolvendo a K., tirei a mesma, pois estava discutindo com a D. e dando indiretas (cantadas) para a J. Coloquei a K. no X6”. (LIVRO DE..., 11 Nov. 2003.) A detenta foi transferida devido a problemas, não são somente por discutir com outra, mas por dar “indiretas/cantadas”, indicando seu interesse por J.

Dias depois, outros registros foram feitos, indicando que ela continuava a agir de forma não aceita: “Troquei a K. do X6 para o X7 por 15 dias se a mesma não mudar só um castigo para a mesma”. (LIVROS DE..., 01 Dez. 2003.) Os registros das agentes indicavam que a postura da detenta não era aceita e que ela deveria mudar. Mas mudar de que forma? Mudar sua sexualidade? Ao que tudo indica, suas ocorrências de mau comportamento estavam ligadas também a sua sexualidade, o que se confirma em registros futuros.

Nem sempre havia a observação sobre sua sexualidade, mas após ter a informação sobre o fato de estar entre as lésbicas do presídio, sua sexualidade parecia estar ligada ao seu mau comportamento, como se fosse algo de se esperar de alguém, cuja sexualidade fugia a normalidade.

Seu caso em específico me chamou atenção, pois quando vi seu primeiro registro lembrei de jornais que havia analisado anteriormente, sendo que uma das matérias, intitulada “De orfanato para a cela do presídio”, fazia referência a K. Um breve resumo, que transcrevo a seguir, apresentava sua história:

K. tem um passado sofrido e histórias tristes para contar. Abandonada pelos pais em um orfanato, ela foi adotada por três famílias. No Presídio Regional de Joinville, arranhou uma namorada e, depois que saiu, cometeu novo delito para encontrar a companheira. Numa das vezes que foi presa, em 2001, estava grávida de quatro meses. Quando estava próximo de dar a luz, sofreu um aborto. ‘Eu caí e a bolsa estourou. Pedi ajuda para as carcereiras e elas não deram bola. Depois de implorar ajuda é que fui para a maternidade, mas eu já tinha perdido a menina’ lamenta. A ex-detenta conta que os funcionários do presídio não acreditaram na sua história porque já havia fingido um aborto. [...] Sobre o romance que viveu dentro das grades com a homicida M., condenada a 21 anos, fez pouco comentário. Conta que estava no sistema de albergue e ficou três dias sem comparecer ao presídio. ‘Tomei um porre e furtei duas calças para voltar’, acrescenta. O relacionamento foi interrompido por dois motivos. O primeiro por ter ganhado a liberdade e mulheres não tem direito a visita íntima. O segundo por que M. foi transferida para Tijucas, no final do ano passado. (SANTOS, p. 03, 2003.)

A relação entre elementos como o abandono pelos pais e a vida em um orfanato seriam os responsáveis por K. ter se envolvido com a criminalidade, como se o orfanato fosse o trampolim para a cadeia. Consequentemente, essa informação associada à sexualidade sugere a instabilidade de suas práticas sexuais. Quando associei a matéria de jornal aos registros feitos nos Livros de Ocorrência e percebi que se tratava da mesma pessoa passei a olhar com mais atenção para quando K. era citada. Ela possuía seu nome entre as lésbicas selecionadas como “problema” no presídio no ano de 2005, quando a caça às lésbicas é declarada.

Destaco a história de K., pois ela é a primeira mulher a aparecer nos livros de registros relacionada à homossexualidade. A mesma se destaca por não se condicionar às proibições e reivindicações para a mudança de seu comportamento. Pelo contrário, continua a manifestar sua sexualidade. Em depoimento para o jornal, citado anteriormente, revela ter “tomado um porre” e “furtado duas calças” para retornar ao presídio e reencontrar sua namorada. Sendo assim, o fato de existirem proibições declaradas na instituição não significa que essas práticas não aconteciam, mesmo correndo o risco de punição.

A homossexualidade aparecia em vários registros, seguida de julgamento, preocupações e punições. A forma de punir muitas vezes aparecia associada à possibilidade de romper com essas manifestações e, quem sabe, fazer com que essas práticas chegassem ao fim, como o registro seguinte: “Como não foi permitido o convívio de C. com J. que as duas resolveram se assumir. A detenta C. pediu para retornar para o castigo para ficar isolada, como achei justo coloquei até 2ª ordem ou providencias da direção”. (LIVRO DE..., 14 Nov. 2004.) Ou seja, elas se assumiram e isso implicava em não dividirem o mesmo espaço, fato que não era aceito de forma passiva pelas detentas. No entanto, criaram estratégias de resistência, subvertendo as normas e as ordens através de suas práticas, como fica evidenciado nos registros que dão continuidade a esse relacionamento:

Coloquei a detenta J. no isolamento, pois flagrei a mesma desfilando somente de calcinha nos corredores gritando hinos evangélicos para chamar atenção dos PMS. As Demais presas relataram que a mesma tem feito isso diariamente e que ela não respeita nem as visitas. As próprias visitas vieram reclamar da falta de respeito, já que a mesma ficava se beijando e se agarrando com outras presas. É necessário coibir esse comportamento lesbiano para se manter a ordem e a disciplina, pedida pelas próprias presas que não concordam com esse tipo de comportamento. (LIVRO DE..., 18 Dez. 2004.)

Nessa ocorrência, fica registrada a interferência do posicionamento da agente, indo ao encontro da política seguida na instituição em relação a homossexuais, bem como impressões das agentes sobre comportamento que desagrade familiares e as outras detentas. Porém, o que mais chama a atenção é a forma com que a detenta subverte as normas. Ela mostra seu corpo ao mesmo tempo que “grita” hinos evangélicos. Ela rompe com a igreja, com o estado e com as imposições normativas que regulam sua sexualidade. Lógico que a mesma foi julgada, punida e seu comportamento rendeu um castigo, contudo

isso não invalida a subversão que a mesma causou ao romper com as normas estabelecidas, mostrando que estas não são fixas.

Assim como essas mulheres resistem e subvertem as normas estabelecidas, a instituição responde com a reelaboração de regras, estabelecendo novas estratégias, medidas de controle e segurança para evitar a proliferação dos casos. A ocorrência transcrita abaixo ilustra essa tensão, que segundo os registros, é desencadeada pelo comportamento das lésbicas:

Foi trocada a detenta R. do X01 para o X05, pois a mesma já estava de caso com a V. Para inibir a proliferação do Lesbianismo dentro da cadeia. [...] Foi determinado para retirar todos os 'quietos', cortinas das jegas, sendo permitido apenas as cortinas das portas, que durante o dia devem permanecer abertas, sendo fechadas somente a noite. (LIVRO DE..., 03 Mar. 2005.)

Como não podiam se relacionar em público, por despertar a atenção das agentes, essas mulheres se relacionavam em seu ambiente privado: dentro de suas “casinhas”, em suas “jegas” com os “quietos” fechados. Esse seria um ambiente privado se não tratasse de uma prisão, onde os corpos e os espaços são esquadrinhados. Logo, a proibição do uso de quietos foi instituída, como uma política de prevenção para que as mulheres não criassem estratégias para ficarem juntas e terem momentos de intimidade.

Esses registros aparecem durante os anos seguintes, mas foi em 2009 que percebi alguns adendos que dão ideia de transformações, resultantes provavelmente de reivindicações de movimentos sociais, a abordagem da temática pela mídia e, conseqüentemente, as mudanças do campo jurídico. Destaque para as ocorrências seguintes, que continuam a reproduzir as medidas de precaução e os cuidados com as lésbicas, mas recebiam um adendo que se diferenciava dos demais registros feitos até então:

Devido há muitas reclamações por parte das visitas, que relataram ao diretor que as detentas estão com atitudes libidinosas, se beijando e fazendo carícias em atitudes de desrespeito na frente de crianças e familiares. Resolveu-se tirar todas as cortinas (quietos) de todas as camas, facilitando a visualização de toda a Ala. Foi avisado que autorização para visitas homossexuais somente com ordem judicial. Nesse caso, foi cortada a visita de M. para D., que não tiveram comportamento respeitoso no dia da visita, ficando somente 1 hora no parlatório com D., e somente no dia de hoje. [no mês seguinte há outro registro referente a este relacionamento e comportamento que transcrevo em seguida]. M. promoveu desordem e confusão na portaria desrespeitando os funcionários e demais visitantes. Gritando que não teria ninguém que a impedisse de entrar no presídio para visitar a D., já que era só ela ligar para o juiz. (LIVRO DE..., 13 de Mar. E 10 de Abr. de 2009.)

A homossexualidade continuava não sendo aceita nos registros e práticas dos

funcionários/as da instituição, pelo que indica as subjetividades contidas nesses registros. No entanto, aqui aparecem elementos novos que anteriormente não foram vislumbrados. Há o registro de que visitas entre casais homossexuais aconteciam e que as interessadas poderiam solicitar respaldo jurídico. Mas o grande destaque nessa ocorrência é a resistência e o empoderamento dessas mulheres, que dialogam e acionam o campo jurídico. Provavelmente, essa não era uma reivindicação e exposição coletiva, já que não foram todas contempladas e o preconceito continuou (e continua) reverberando. No entanto, houve a possibilidade e mecanismos de acionar outros meios de resistência.

No ano de 2013, ao entrevistar essas mulheres em condição de cárcere que possuíam relacionamentos, práticas afetivas e sexuais com outras mulheres, percebi não somente a emergência dos discursos sobre a homossexualidade, mas uma forma diferente de falar sobre o assunto. Mas afinal, o que ocorreu nesse período que possibilitou essas transformações?

A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS E PRÁTICAS

Primeiramente, é preciso entender que o limiar entre o “dentro” e “fora” do presídio é tênue. As mulheres presas não estavam alienadas aos discursos recorrentes na mídia, às transformações no campo jurídico ou às discussões de movimentos sociais em prol de direitos. Historicamente, o cárcere foi concebido como uma sociedade à parte, na qual as pessoas que não estivessem aptas a viverem com as demais deveriam ser isoladas. No entanto, trata-se de uma mesma sociedade. O presídio e as pessoas que lá vivem mantêm, de alguma forma, a comunicação com o ambiente externo, fazem parte do mesmo momento histórico e partilham de acontecimentos. Como quando as mulheres entrevistadas acionavam e partilhavam, durante as entrevistas, notícias que haviam assistido na televisão sobre a temática LGBT, como o exemplo abaixo:

A gente tava escutando Faustão domingo e ele falou, ‘se você não aceita, né? Então se cala’. [...] A menina tava no Faustão no sábado... domingo, a Thammy [...]. Ela falou bastante sobre a transformação que ela teve. A mãe dela ta fora do Brasil também né? E tava falando sobre o preconceito que ela sentiu, na verdade né? Perante a sociedade. Que hoje ainda, hoje, na época que nós estamos hoje, ainda existe um preconceito sem limite né? Não adianta a gente falar que existe a lei agora e parou o preconceito que isso... [pensa] é tampar, na verdade é tampar o sol com a peneira. (O.S.G, 2013.)

O exemplo se referia ao programa *Domingão do Faustão* apresentado por Fausto Silva, que no domingo do dia 15 de abril de 2013 trouxe ao palco, no quadro “Eu acho”, a atriz Thammy Miranda, mais conhecida como Thammy Gretchen.¹⁵¹ Na ocasião, não

151 - Thammy ficou conhecida por ser filha de Gretchen e por fazer parte do grupo de bailarinas/os da cantora. Ganhou grande destaque da mídia ao se assumir homossexual e se apresentar com características estéticas masculinizadas, diferente de como se apresentava no início de sua carreira. Atuou na novela *Salve*

havia assistido o programa, mas as redes sociais traziam algumas informações sobre a participação de Thammy. Ela já havia participado de outros programas de televisão e falado sobre sua sexualidade, mas a questão era que dessa vez ela havia discutido o tema em um tradicional programa da televisão brasileira, exibido todos os domingos à tarde. A abordagem, em rede nacional, fez com que muitas pessoas tivessem acesso àquela informação, como foi o caso da entrevistada. Acionar essa figura pública homossexual e sua fala em um programa tradicional da televisão brasileira foi o respaldo que a entrevistada encontrou para falar sobre a sua realidade.

Para Tania Navarro-Swain,

O mundo em que vivemos é construído de imagens, não apenas as visíveis, mas igualmente as representacionais carregadas de valores, de hierarquias, de posições, de normas nas quais a vida individual se desloca, decodificando, analisando e adequando-se, com maior ou menor pertinência, aos perfis preestabelecidos. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 69.)

Em nossa sociedade ocidental, há modelos preestabelecidos de como as pessoas devem ser e agir, indicados através de imagens concretas ou subjetivas. Para aqueles/as que não se encaixam dentro de um padrão de gênero binário, ocidental, branco, classe média, heterossexual, não portador de deficiência e magro, por exemplo, é destinado o fardo de tentar se adequar ou viver na clandestinidade da norma. A pouca visibilidade para aqueles modelos que não se encaixam na norma dificulta a construção de outros referenciais de identificação pelas pessoas.

A escritora feminista Teresa de Lauretis defende a ideia de que o cinema e a literatura, por exemplo, contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para diferenciar masculino e feminino, o que é chamado por ela de “tecnologia de reprodução do gênero”. (LAURETIS, 1987.) Nesse sentido, há tecnologias de reprodução de modelos de ser e agir que resultam em normas. Quando outros modelos ganham visibilidade, há a possibilidade de construção de outras tecnologias e, conseqüentemente, a identificação com essas. Esse foi o caso da entrevistada que encontrou respaldo para falar de si e da questão LGBT através de uma figura pública como a de Thammy.

A partir do momento em que se cria identificação, há a possibilidade de posicionamento coletivo, de visibilidade e de luta por reconhecimento. Ao partir da premissa de que o reconhecimento em um Estado de Direito é alcançado através da legislação, é necessário que se aprovem leis que ofereçam essas garantias. Destaco a importância do movimento LGBT e as lutas travadas diariamente para que sujeitos/as sejam reconhecidos.

Ao longo dos anos 2000 aconteceram debates significativos do movimento que

Jorge da Rede Globo, exibida entre os anos 2012 e 2013, onde ganhou maior destaque com sua atuação.

repercutiram com maior visibilidade nos meios de comunicação. O doutorando em ciências humanas Maurício Pereira Gomes, em dissertação defendida no PPGH da UFSC, identificou os anos de 2010 e 2011 como um momento de “explosão de discursos” sobre a temática LGBT, com destaque para as discussões sobre os debates em torno do projeto de lei que pretendia criminalizar a homofobia. (Cf. GOMES, 2014.)

Nesse período, também ocorreu a aprovação de decisões históricas com destaque para o ano de 2011, quando houve o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal à união estável entre pessoas homossexuais e a publicação da Resolução n. 4 de 29 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária–CNPCP, que especificava o direito a visitas íntimas para casais do mesmo sexo.¹⁵²

Segundo o doutor em Ciências Humanas Felipe Bruno Martins Fernandes, as pesquisas sobre a questão LGBT vão atribuir essas transformações, ocorridas ao longo dos anos 2000, ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). No entanto, o autor enfatiza que elas foram consequências do papel ativo dos movimentos sociais. (Cf. FERNANDES, 2011.)

A atuação desses movimentos repercutiu em uma maior visibilidade para a questão LGBT, assim como na aprovação de leis que ofereceram garantias para estes/as sujeitos/as. Dessa forma, interfere em todo o cenário nacional, até mesmo nas cidades mais provincianas e conservadoras – como é o caso de Joinville, que em 2008 contou com a fundação da “Arco-Íris: Associação LGBT de Joinville”.¹⁵³ A fundação desse grupo na cidade contribui para as articulações que resultaram na realização, no ano de 2009, da primeira semana da diversidade e parada LGBT de Joinville, intitulada “Direitos seus, direitos meus = direitos humanos”. No ano de 2010 houve a segunda edição, com o título “Famílias somos todos”.¹⁵⁴

Esses eventos possibilitaram a realização de uma semana aberta para discussões com a comunidade sobre diferentes questões ligadas ao movimento, como os direitos e a questão da família. Diferentes atividades foram propostas durante a semana, com destaque para mesas redondas e debates com convidados ligados à academia e à militância. O evento recebeu apoio da Fundação Cultural da cidade e teve cobertura pela mídia local, fato que auxiliou na difusão do evento. Essa divulgação foi extremamente positiva, tendo em vista que, durante esse período, a temática LGBT esteve em questão na cidade. Isso não quer dizer que houve aceitação e que as pessoas concordaram, apoiaram ou participaram em

152 - Esta resolução traz a especificação em seus artigos para uniões homoafetivas – união de casais do mesmo sexo. Anterior a ela, as visitas ficavam a critério da avaliação dos juízes que poderiam interpretar a antiga **Resolução nº 01/99 de 30 de março de 1999, que garantia visita íntima para homens e mulheres.**

153 - Mais informações sobre a Associação e as Semanas da Diversidade na cidade estão disponíveis no site: <<http://arcoirislgbt.blogspot.com.br/>>. Acesso: 19 de Jul. de 2013.

154 - Sobre a segunda Semana da Diversidade consultar: <<http://centraldenoticiassgays.blogspot.com.br/2010/07/2-semana-da-diversidade-de-joinville-sc.html>>. Acesso em: 19 de Jul. de 2013.

massa do evento, mas houve a abertura para que ocorresse o debate.

É dessa forma que o movimento alcança brechas para se infiltrar nas famílias, no Estado, nas instituições e alcançar direitos. Que seja apenas o direito de falar sobre, mas esse já implica em uma série de transformações do cotidiano, como a “abertura de espaço” na Ala Feminina do PRJ apontada pela entrevistada:

Temos que agradecer, vocês né? Que vem pra estar abrindo esse espaço, não é? Que eu, como eu tô desde 2005 aqui, né? Uma grande diferença! Uma transformação assim de 100% do que acontecia antes aqui. [...] Nem poderia estar falando. Na verdade se fosse naquela época nem sei se você seria recebida, na verdade. Tirar as detentas pra conversar sobre isso! (O.S.G, 2013.)

Em sua narrativa, a entrevistada refere-se a “abertura de espaço” como um movimento vindo de fora para dentro da instituição. Quando cita “vocês” referencia-se ao meu papel enquanto acadêmica, inserida na instituição, para falar sobre a temática, mas acredito que cita “vocês” no plural por ter acompanhado, durante esses anos, a interferência e os reflexos de instituições como o CDH e o CCJ. Entre outras influências dos movimentos sociais e a própria academia com suas discussões que alcançaram transformações no campo jurídico, por exemplo, trazendo garantias para estas mulheres se exporem e vivenciarem sua sexualidade.

A aprovação da união estável e a resolução que garantia que casais do mesmo sexo recebessem visitas conjugais no presídio fizeram com que as instituições prisionais tivessem que se adequar e respeitar esses direitos. Esse passou a ser um trunfo para as mulheres do presídio que possuíam relacionamentos homoafetivos, como enfatiza a entrevistada:

Essa coisa mais aberta, na verdade, facilitou bastante o respeito, com os próprios funcionários. Que agora a gente pode procurar nossos direitos, né? [...] Isso mudou, na verdade, a lei mudou, né? Na verdade, a lei mudou. Que eles sabem que se a gente sofrer, esse tipo de... tipo assim, eu tô com a V., e chegam, algemam e diz: ‘você vai pro castigo, você vai pro castigo’. Então a gente tem uma defesa, né? Vem um advogado, não é falar mal, a gente sofreu um grande preconceito, né? Além de separarem a gente, a gente foi de castigo por isso. A gente tem agora, um escudo. (O.S.G, 2013.)

Ao falar sobre o “escudo” que as mulheres que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com outras no presídio agora possuíam, a entrevistada faz uma comparação com o que ocorria anterior à regulamentação das leis na instituição. Assim, relembra:

Antigamente era bem difícil. A gente ia pro castigo, se descobrissem que tava com a mulher. Acabavam indo pro castigo. Eu tô feliz, assim, tô feliz também pelo tipo de comportamento dos funcionários, que agora, né? Como eu puxei cadeia desde 2005, não é? 2005, 2006, era nunca que a gente ia estar aqui fazendo o que nós estamos fazendo agora. Falando

sobre isso. [...] Tinha castigo. Uma ia pra um X, né? A outra ia pra outro. Ou primeiro ia pro castigo, e depois voltavam e se separavam. Fora de cogitação de ficar juntos. (O.S.G, 2013.)

A realidade que encontrei no presídio, composta pela aceitação por parte da instituição, dos funcionários e a liberdade com que mulheres se relacionavam e falavam abertamente sobre seus relacionamentos e experiências com outras mulheres, parecia ter sido o resultado de disputas travadas ao longo dos anos. Disputas ocorridas dentro e fora da instituição que resultaram na emergência dessas práticas e sua aceitação. Segundo Michel Foucault, a emergência de discursos é o resultado de disputas. (Cf. FOUCAULT, 1996.)

A primeira década dos anos 2000, como discutido anteriormente, foi um período marcado por transformações significativas para a questão LGBT, fato que resultou em mudanças na Ala Feminina do PRJ e na vida das mulheres detidas nessa instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Entrevistas

A.N.S.F.O. A.N.S.F.O.: entrevista [abr. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Celas e Elas: uma possibilidade de trânsitos de identidades de gênero e sexualidades de mulheres em condição de cárcere no Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

O.S.G. O.S.G.: entrevista [abr. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Celas e Elas: uma possibilidade de trânsitos de identidades de gênero e sexualidades de mulheres em condição de cárcere no Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

Livros de Ocorrências

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 24 de Set. de 2003.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 11 de Nov. de 2003.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 01 de Dez. de 2003.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 19 de Dez. de 2003.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 30 de Dez. de 2003.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 10 de Abr. de

2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 2 e 8 de Maio de 2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 05 de Set. de 2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 28 de Out. de 2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 12 de Nov. de 2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 14 de Nov. de 2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 18 de Dez. de 2004.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 05 de Jan. de 2005.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 27 de Jan. de 2005.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 03 de Mar. de 2005.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 07 de Out. de 2007.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 13 de Mar. E 10 de Abr. de 2009.

LIVRO DE ocorrências do presídio Regional de Joinville, Ala Feminina, 10 de Jun. de 2010.

Bibliografia

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)*. 2011. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. V.3.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 36 ed.

Petrópolis: Vozes, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. Amor, casamento e fidelidade. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 3, Jan./Jun. 2013.

GOMES, Maurício Pereira. *A força de uma palavra*: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011). 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PADOVANI, Natalia Corazza. “*Perpétuas Espirais*”: Falas do Poder e do Prazer Sexual em Trinta Anos (1977-2009) na História da Penitenciária Feminina na Capital. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RAGO, Margareth. Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos. In: COSTA, Claudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. (Orgs.). *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004.

RIZZINI, Jorge. *O sexo nas prisões*. São Paulo: Nova Época, 1976.

SANTOS, Poliana. De orfanato para cela de presídio. *A Notícia*, Joinville, p. 03, 26 Out. 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, Jul./Dez. de 1990.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Mulheres, 1999.

A POMBA-GIRA LADY GAGA E A TRAVESTI INDÍGENA: (RE/DES) FAZENDO GÊNERO NO ALTO RIO NEGRO, AMAZONAS

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F^o155

*I'm beautiful in my way / 'cause God makes no mistakes
I'm on the right track, baby / I was born this way*

*(Eu sou bonita do meu jeito / pois Deus não comete erros
estou no caminho certo / eu nasci desse jeito)*

Lady Gaga

Fim de tarde abafado em São Gabriel da Cachoeira. Abafado como quase sempre. Como acontece quase todos os fins de tarde, caminho em direção a uma das 35 igrejas evangélicas da cidade pra conversar com as pessoas. Nas comunidades não se fala em homossexualidade – é um grande tabu.

É como se não existissem indígenas lésbicas ou gays. Menos ainda se menciona a possibilidade duma indígena ser outorgada homem ao nascer e se perceber como mulher, ou vice-versa. Nas comunidades subindo o rio em que estive, nunca me foi mencionada a existência de tais pessoas.

Quando eu perguntava, diziam que não havia índio gay, que era coisa de branco. Aqui na sede, também não se costuma admitir a existência de indígenas homossexuais. Travestis, menos ainda. Aliás, qualquer indício de quebra de gênero é malvisto. Como dito, tanto nas comunidades como na sede, o sentido comunitário prevalece em relação ao de individualidade.

Transgredir o gênero ou mexer no corpo adaptando de algum modo ao gênero de identificação se assemelha, ao que me parece, a transgredir uma espécie de corpo coletivo. Afeta toda a coletividade. Então é melhor nem falar ou pensar na possibilidade da transgressão. Menos ainda falar disso com branco. Mas há quem fale e admita a existência de pessoas indígenas homossexuais e daquelas que não se encaixam no gênero determinado.

E há igrejas que têm se especializado em promover a 'cura e libertação' dessas pessoas, 'corrigir e erradicar' tais vivências do seio da comunidade. Estou indo em direção a uma destas igrejas, conversar com as pessoas que trabalham como missionárias com quem falei semana passada. Uma das coisas que me disseram foi 'Deus faz o corpo do homem mas influenciado

155 - Presidentx da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). Pós-Doutorandx em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutorx em Ciências Humanas pelo Programa Interdisciplinar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorx em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrx em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadorx do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: edumeinberg@gmail.com.

*pelo diabo ele vai e deforma. O corpo é possuído por pombagiras como a Sete Saias e a Lady Gaga’.*¹⁵⁶ *Perguntadas como aprenderam a relação entre alteração do corpo ou homossexualidade e influência de pombagiras demoníacas, uma destas pessoas me disse “assistindo os vídeos de homens abençoados como o pastor Silas Malafaia e o pastor Marco Feliciano”* (CADERNO DE CAMPO, fevereiro de 2014).

INTRODUÇÃO

Apresento, nesse texto,¹⁵⁷ de maneira introdutória e *inconclusiva*, algumas (re/des) carpintarias de gênero¹⁵⁸ percebidas, de 2013 a 2014, entre pessoas indígenas residentes da cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC), localizada no Alto Rio Negro (ARN), Amazonas. Esses (re/des)fazimentos de gênero *podem ser* motivados, em alguns casos, por discursos religiosos (por vezes também generificados e relacionados a orientações sexuais), que por sua vez, se conectam com a própria agência e vontade das pessoas indígenas. Sendo assim, procuro analisar superficialmente o que algumas pessoas indígenas de SGC *fazem* com o que os discursos religiosos (simultaneamente generificados/sexuais) *fizeram* (ou *procuram/procuraram fazer*) delas.

156 - Lembro que a aparição da *pombagira Lady Gaga* me foi relatada em relação a uma pessoa específica, somente. Assim sendo, não deve ser tomada como um exemplo de entidade que costuma ser vista em rituais de religiões afro-brasileiras – ou em rituais de *exorcismo* ou *desencapetamento* praticados por igrejas ou missões de *cura e libertação* de travestis, transexuais e homossexuais.

157 - O conteúdo deste capítulo foi publicado em versão ligeiramente ampliada como artigo (2015) e em minha tese de Doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP), em que procurei analisar algumas (re/des)carpintarias subjetivas de pessoas trans*, ex-trans*, ex-ex-trans* e em outras situações de inadequação ao sistema sexo-gênero outorgado no nascimento (2014). Durante a tese, procurei identificar o que tais pessoas *faziam* com o que determinados discursos religiosos / generificados / sexuais de igrejas inclusivas e de ministérios de “cura e libertação” de travestis *procuravam fazer* delas. Escrevi sobre o assunto em ocasiões anteriores: (MARANHÃO Fº, 2011a; 2011b; 2014; 2015a; 2015b; 2015c; 2015d; 2015e; 2015f; 2016, no prelo a, no prelo b.), bem como sobre “inclusão” de travestis e transexuais. (MARANHÃO Fº, 2012; 2013.)

158 - É importante deixar claro que o próprio termo *gênero*, assim enunciado e a partir da concepção/perspectiva de quem escreve o texto, pode não ter os mesmos efeitos que o termo tem para as pessoas indígenas de SGC. Do mesmo modo, termos como *mulher* e *homem*, possivelmente, não se referam às mesmas coisas para uma pessoa pesquisadora, vinda do sudeste brasileiro e não-indígena, e para uma pessoa indígena residente de SGC e que é imbuída de conceitos sócio-cosmológicos diversos. Assim, por si só, termos como *homem*, *mulher*, *gênero*, *sexualidade*, e também muitos outros, devem ser “entendidos” a partir da chave da suspeição/suspensão. Talvez fosse conveniente, ao se tratar de estudos de gênero no ARN, entender gênero como o faz Marilyn Strathern, como “[...] aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências, etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais”. (STRATHERN, 2009, p. 20.) Acerca das relações de gênero no ARN, em especial sobre as transformações na vida das mulheres que migram de comunidades ribeirinhas para viverem na cidade de SGC, uma indicação é: (LASMAR, 2005.)

Essas imbricações entre gênero, sexualidade e religião no contexto de SGC no tempo presente¹⁵⁹ subjazem uma série de outras relações e momentos históricos precedentes de encontros entre concepções indígenas e não-indígenas acerca do que pode ser considerado “gênero”, “(homos)sexualidade” e “religião”; e uma diversidade de premissas sociocosmológicas pelas quais as etnias de SGC fundamentam concepções relacionadas a esses marcadores sociais. Não analiso tais fatores neste texto por conta de falta de conhecimentos teóricos em áreas como Etnologia Indígena, mas entendo ser essencial que estas lacunas sejam preenchidas através de novas pesquisas.

Assim, tal texto deve ser lido *sob suspensão e suspeição*. Trata-se de análise primária que visa trazer substratos iniciais à questão das relações entre “gênero”, “sexualidade” e “religião/religiosidade” de pessoas indígenas do ARN, especialmente a partir do contexto do avanço (neo)pentecostal na região e de ministérios emergentes de “cura e libertação de vícios” entre as pessoas indígenas, tendo entre esses “vícios” a homossexualidade e a travestilidade. Vale ressaltar que a travestilidade, numa determinada perspectiva não-indígena, especialmente associada a estudos de gênero e de vozes nativas não-indígenas, costuma ser entendida como algo diferente da homossexualidade: nessa concepção (que compartilho),¹⁶⁰ travestilidade se relaciona à identidade de gênero e homossexualidade à orientação sexual. Mas entre as vozes nativas do ARN que escutei, tanto indígenas quanto não-indígenas, travestilidade é concebida como uma forma “mais intensa ou radical” de homossexualidade, ou, como costuma ser referida na região, de “homossexualismo” (termo largamente rejeitado por muitas pessoas não-indígenas e não-residentes na região, por conta do sufixo *ismo* denotar patologia, por exemplo),¹⁶¹ e tanto a homossexualidade como a travestilidade, referidas muitas vezes como “coisa de branco”.¹⁶²

159 - Na revisão bibliográfica que procurei fazer (em 2013/2014), não tomei conhecimento de nenhum trabalho acerca de relações entre gênero, sexualidade e religião no ARN, o que pode indicar um bom campo para novas pesquisas.

160 - Comentei sobre travestilidade (e transexualidade) em ocasiões anteriores, como, dentre outras, 2011a, 2012b, 2013. O artigo de 2012 foi utilizado em 2014 para assegurar o nome social de pessoas transexuais e travestis na Secretaria de Educação de Roraima.

161 - As categorias *indígena homossexual* e *indígena travesti* (concebida como homossexual “radical”) são expressões nativas que escutei em campo, de pessoas evangélicas que trabalhavam com “cura e libertação”. Sobre o assunto *homossexualidade indígena*, ver: (FRY; MACRAE, 1985; MOTT, 2011; FERNANDES, 2014.) Esses e outros autores ressaltam que “[...] há, no Brasil, diversas referências a sexualidades indígenas operando fora do modelo heteronormativo desde a colonização”, (FERNANDES, 2014, p. 27.) ao que podemos agregar: fora do modelo não só heteronormativo como cisgêneronormativo.

162 - Em relação à homossexualidade e/ou à travestilidade ser “coisa de branco”, é importante a contextualização feita por Fernandes de que “[...] práticas como a masturbação entre cunhados, ou o sexo ocasional em caçadas e rituais não podem ser percebidos como práticas homossexuais sem problematizações”, (FERNANDES, 2014, p. 27.) mas que “[...] tal conjunto de práticas era comum em sociedades indígenas brasileiras, sem que houvessem estigmas sobre essas pessoas por parte de seu grupo. Tem sido bastante comum [...] ouvir que casos de homo/bi/transexualidade nas aldeias existem por conta da ‘perda de cultura’ ou da ‘depravação advinda do contato’. Contudo, há várias fontes apontando para um papel espiritual central desempenhado por esses indivíduos em suas aldeias: o que os missionários e colonizadores percebiam como

Para a engenharia deste capítulo, selecionei fragmentos de narrativas de história oral a partir de dois grupos de pessoas: indígenas que participam dos ministérios de “cura e libertação” de outros indígenas, e que veem a homossexualidade (e a travestilidade aqui incluída) como algo a ser combatido para a pessoa indígena ser *liberta, resgatada e restaurada*; e pessoas indígenas que podemos considerar aqui, para fins heurísticos e didáticos, cientes de que o termo apresentado não é suficiente para “explicar” as vivências “identitárias” de tais indivíduos, como *pessoas entre-gêneros*.

De início, é importante explicar o que entendo por pessoas *entre-gêneros* e porque utilizo esse vocábulo. Adotei esse termo¹⁶³ ao perceber, dentre outras coisas, que muitas pessoas não se sentiam encaixadas em conceitos como transgeneridade,¹⁶⁴ ex-transgeneridade¹⁶⁵ e cisgeneridade,¹⁶⁶ se percebendo em um *lugar identitário* distinto dos classificados através dessas expressões, ou, em alguns casos, em *nenhum lugar identitário no que se relaciona a gênero*, como aparenta ser o caso de algumas das pessoas cujas narrativas são apresentadas neste texto. Uma razão pela qual *entre-gêneros* pode ser útil é a de que termos guarda-chuva como transgênero e trans*¹⁶⁷ não abarcariam, provavelmente, certas identidades associadas às mobilidades de gênero, como as identidades de retorno ou de (des/re)transição (como ex-trans* e ex-ex-trans*), nem outras situações de não-adequação à cisgeneridade, como as das pessoas que não se vêem *nemcis, nemtrans**,

uma depravação era, muitas vezes, percebido como potencial xamânico pelos indígenas”. (FERNANDES, 2014, p. 28.) Sobre tal potencial xamânico, veja: (FRY; MACRAE, 1985.)

163 - MARANHÃO Fº, 2012b. Mas na tese (MARANHÃO Fº, 2014.) a expressão está explicada de forma mais refinada.

164 - *Transgeneridade* é entendida aqui como a condição sociopolítica de transgressão de normas e convenções sociais esperadas à pessoa outorgada de um determinado sistema sexo-gênero no nascimento ou gestação. Ou, como explica Letícia Lanz: “[...] a não conformidade com a norma de gênero está na raiz do fenômeno transgênero, sendo ela – e nenhuma outra coisa – que determina a existência do fenômeno transgênero. A primeira coisa a se dizer sobre o termo ‘transgênero’ é que não se trata de ‘mais uma’ identidade gênero-divergente, mas de uma circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de gênero, presente em todas as identidades gênero-divergentes”. (LANZ, 2014, p. 70.)

165 - Entendo *ex-transgeneridade* como a condição sócio-política de readequação às normas e convenções sociais, binárias, esperadas à pessoa designada de um dado sistema sexo-gênero no nascimento ou gestação. Esse termo diz respeito a uma série de identidades “ex”, como ex-travesti e ex-transexual, por exemplo.

166 - *Cisgeneridade*, termo nativo utilizado por parte das pessoas trans* (mas também por pessoas cis), é a condição de quem se sente confortável com as expectativas binárias relacionadas ao sistema sexo-gênero designado ao nascer ou durante a gestação.

167 - Trans* é termo utilizado internacionalmente como diminutivo de transgênero. É também utilizado, por vezes, como guarda-chuva para designar identidades e expressões de gênero não-conformes com o sistema sexo/gênero de designação no nascimento ou na gestação. É costumeiramente utilizada pelo *transfeminismo*, por exemplo.

*nemex-trans**,¹⁶⁸ e que ao mesmo tempo, também não se vêem como agêneras,¹⁶⁹ por exemplo. Mas como qualquer conceito, *entregêneros*¹⁷⁰ serve mais para efeitos didáticos e heurísticos, provisórios e rasuráveis, não sendo suficiente para contemplar um infinito de alternativas identitárias possíveis.

Comentado isso, o texto que segue é dividido da seguinte forma: inicialmente, apresento um cenário atual sucinto sobre a cidade em que se situam as pessoas dessa pesquisa, São Gabriel da Cachoeira, no Noroeste da Amazônia, enfatizando um panorama religioso caracterizado pela crescente atuação das igrejas evangélicas no local. Demonstrado isso, observaremos alguns trechos de entrevistas com pessoas indígenas, que apontam para algumas das (re/des) construções de gênero motivadas pelo contexto em que vivem, que por vezes reverberam discursos religiosos, que são em muitos momentos simultaneamente sexuais e generificados. Parte das narrativas apresentadas é de pessoas indígenas que demonstram que se sentem em um sistema sexo/gênero diverso do assinalado no nascimento, mas não sabem bem o que fazer com esta situação – e que aqui, provisoriamente, chamaremos de entre-gêneros. As outras narrativas são de pessoas indígenas que são missionárias de *cura e libertação* de homossexuais e de travestis. A partir disso e mantendo o caráter mais ensaístico desse texto, teço reflexões *despretensiosas* em relação a qualquer conclusão sobre o tema – mesmo porque esse trabalho, de história do tempo presente (ou melhor dizendo, imediato), é constituído por um campo em aberto.

Partamos no próximo tópico, inicialmente, a um panorama sintético sobre São Gabriel da Cachoeira, que, localizada na *cabeça do cachorro* (região situada no Noroeste da Amazônia e assim chamada por conta do seu formato no mapa brasileiro), é considerada *a cidade mais indígena do Brasil*.

168 - Ressalto que *entregêneros* é uma categoria analítica provisória e heurística, não se propondo a substituir categorias ou concepções nativas. O termo *entregêneros* também pode ser pensado de modo mais ampliado. Nesse caso, não estaria contraposto a cisgênero, nem sinalizaria para um sentido dicotômico. Se entendermos que uma pessoa nasce *sem gênero*, e que esse (feminino ou masculino) é determinado e construído socialmente, essa pessoa faz, durante a vida, um trânsito em direção à *afirmação* do gênero que lhe foi designado. *Entregêneros*, pensado desse modo, pode servir como termo que designa toda e qualquer pessoa – peregrina rumo ao gênero de designação, ao de escolha, ou a nenhum dos dois (mas vivendo numa sociedade generificada e se adaptando a esta em momentos distintos de sua vida). Comento mais aprofundadamente sobre possíveis usos da expressão na tese (2014), e pretendo fazê-lo em artigo posterior.

169 - Pode ser considerada uma identidade de gênero não-binária – ou a falta de gênero, dependendo da concepção. Ao pé da letra, pessoas que não possuem gênero. Também denominadas *gendervoid* (pessoa vazia de gênero) ou *genderless* (*sem gênero*). (Cf. MARANHÃO Fº, 2014, p. 710.)

170 - A expressão *entregêneros* pretende-se mais ampliada que transgeneridade ou *trans**, acolhendo quaisquer identidades, expressões e, ainda, *situações* que transgridam integral ou parcialmente, permanente ou momentaneamente, as normas sociais de gênero instituídas compulsoriamente e relacionadas à cisgeneridade/cissexismo. Acolhe por exemplo as identidades / expressões de pessoas *ex-trans** (e *ex-ex-trans**) ou de quaisquer pessoas que não se designam nem *trans** e nem *cis* ou de qualquer outra pessoa que não se identifique conforme o sistema sexo/gênero outorgado no nascimento, podendo ser consideradas também como *não-cis*. (Cf. MARANHÃO Fº, 2014.). Utilizo *entregêneros* e *entre-gêneros* (sem e com hífen, indistintamente).

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, A CIDADE MAIS INDÍGENA DO BRASIL

A cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC), que margeia o belíssimo Alto Rio Negro (ARN), é sede do município homônimo e se localiza a 853 quilômetros de Manaus. Pode ser acessada por vias fluviais através de lanchas ou barcos que demoram de um dia e meio a cinco dias no trajeto Manaus/SGC e vice-versa; e mais recentemente, com a inauguração de aeroporto, através de vôos semanais. A cidade é dividida em onze bairros: Areal, Boa Esperança, Centro, Dabaru, Dabaruzinho, Fortaleza, Graciliano Gonçalves, Nova Esperança, Padre Cícero, Praia e Thiago Montalvo.

O fornecimento de energia – muitas vezes ineficiente – se dá pelos geradores que chegaram à cidade na época da construção da estrada de Cucuí. O lixo da cidade é depositado em um local conhecido como Lixeirão, localizado entre a estrada de Camanaus e a cidade de SGC, bem em frente à comunidade Nova Esperança, habitada por indígenas das etnias Tariano e Baré. A cidade não possui tratamento de esgoto e os dejetos costumam ser lançados em fossas ou igarapés – que muitas vezes desembocam no rio Negro. Quase toda área urbana é servida por água encanada proveniente deste rio, chamada pelas pessoas moradoras da cidade de *água preta*. Além desta, há algumas fontes de *água branca*, potável e também encanada, espalhadas pela cidade.

SGC é chamada de *cidade mais indígena do Brasil* não porque as pessoas indígenas tenham algum protagonismo político e econômico na região: ainda que exista uma importante federação, a *Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro* (FOIRN), e que a própria FUNAI (*Fundação Nacional do Índio*) seja administrada regionalmente por indígenas, o poder está predominantemente nas mãos de não-indígenas. Mas por que então SGC é chamada de *cidade mais indígena do Brasil*?

A expressão é utilizada pois a imensa maioria de sua população é composta de indígenas, em grande parte de etnias dos troncos linguísticos Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami. Além das pessoas indígenas que lá residem, SGC é uma cidade de altíssimo fluxo de indígenas das etnias mencionadas, que vivem no (de)correr do ARN e que se dirigem à cidade para, dentre outras coisas, receberem benefícios sociais do governo como Bolsa Família e aposentadoria.¹⁷¹

SGC é uma cidade que demonstra enorme desigualdade social e casos de patente desrespeito às pessoas indígenas moradoras e visitantes. Como algumas pessoas indígenas me comentaram, há, dentre outras situações, grupos de homens não-indígenas que alugam apartamentos próximos ao bairro da Praia e convidam crianças e adolescentes indígenas, de ambos os sexos/gêneros, para “festas”, em que estas são sexualmente abusadas e muitas vezes colocadas em cárcere privado por dias ou até semanas; pessoas não-indígenas que trabalham em caixas de banco e no comércio e que retêm cartões de banco e da

171 - Para um contexto mais aprofundado acerca de SGC, ver: (LASMAR, 2005; SENE, 2015.)

previdência social de pessoas indígenas, que em grande parte (especialmente, as vindas de comunidades distantes) não conhecem o manejo adequado dos processos bancários; e amplo comércio de drogas a adolescentes e adultos indígenas.

Outra forma que entendo como *desrespeito* às pessoas indígenas¹⁷² está na constante *demonização* feita a alguns aspectos de sua cultura, especialmente às bebidas fermentadas (como o caxiri, o aluá, a garapa) e à pajelança (inclusos os benzimentos). Outros aspectos, como *pular o carissu* (dança coletiva conduzida por flautas), se em algumas igrejas eram diabolizados, em outras, eram de alguma forma ressignificados: como me narrou uma pessoa que era líder de uma das duas unidades da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de SGC, durante a cerimônia de lançamento de *Nada a Perder I*, livro de Edir Macedo, foi entoado o que ele chamou de *carissu de Jesus*.¹⁷³

A intolerância a certos costumes indígenas é praticada, atual e predominantemente, por igrejas evangélicas¹⁷⁴ – e é marcante o avanço de tais instituições na cidade e em comunidades ribeirinhas do ARN em geral. Acerca da presença atual de igrejas evangélicas em SGC, partamos a seguir a um sintético panorama religioso da cidade.

(RE/DES) FAZENDO GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIÃO EM SGC – NOTAS INTRODUTÓRIAS

Acerca do cenário religioso da cidade em 2014, há em SGC um templo kardecista, igrejas católicas formadas a partir de diversas missões (sendo a salesiana a predominante), dois institutos de formação de pessoas pastoras indígenas (um batista e um presbiteriano coreano), e cerca de 35 igrejas evangélicas de diversas vertentes.

Dentre essas, destacam-se duas evangélicas indígenas (Igreja Evangélica Indígena [IEVIND] e Igreja Evangélica Indígena do Areal [IEIA]), diversas igrejas batistas (como a Igreja Batista da Bíblia, considerada a primeira igreja da cidade), e várias assembleias, como a Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Amazonas (IEADAM), a Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil (IEADBAM), a Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil na Amazônia (sem sigla), a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Tradicional do Amazonas (IEADTAM) e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Rio de Janeiro (IEADRJ, apelidada de Assembleia do Rio Jordão, pois o Rio Negro seria o

172 - Importante ressaltar que essa é uma concepção minha, partilhada com parte das pessoas indígenas locais. Muitas outras, sobretudo evangélicas, não entendem tal coisa necessariamente como desrespeito.

173 - Vale frisar que Macedo, autor do livro e fundador da IURD não esteve presente à cerimônia, também realizada (de diferentes formas) por outras unidades da igreja.

174 - A Igreja Católica, especialmente através das missões salesianas (mas não tão somente), também se utilizaram historicamente de diversos expedientes para demonizarem aspectos da cultura indígena do ARN. Atualmente, contudo, a estratégia da Igreja Católica é, de modo geral, a de auxiliar na *revitalização da cultura indígena*. Para maiores detalhes acerca das missões católicas no ARN, ver: WRIGHT, Robin, 1992; CABALZAR, Aloísio, 1999; e também: LASMAR, Cristiane, 2005; CABALZAR, Aloísio, 2009.

Rio Jordão brasileiro). Até 2014, a maior parte dessas assembleias possuía mais de três filiais espalhadas na cidade-sede de SGC, sem contar as que singravam o ARN e seus afluentes *estabelecendo estacas e alargando suas tendas* em busca das *almas indígenas*. Além dessas, são emergentes na cidade algumas neopentecostais como as *universalmente*, aliás, *mundialmente* conhecidas Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).¹⁷⁵

A maioria dessas igrejas – talvez com exceção da Igreja Batista da Bíblia – tem como público predominante as pessoas indígenas. Algumas dessas instituições investem com mais vigor que as outras na atração desse público. Um exemplo marcante, está em uma das estratégias da matriz da IURD na cidade (a matriz é liderada por um pastor não-indígena, e tem uma filial gerida por um pastor de etnia *Tukano*). No caso em tela, observei que determinadas datas do mês eram privilegiadas para o evangelismo de indígenas, como os dias de recebimento de Bolsa Família e aposentadorias,¹⁷⁶ quando membros da matriz da IURD iam de *pick-up* até barracões em que estavam situadas as pessoas indígenas com o objetivo conduzi-las a cultos na igreja.

Dentre outras, uma das coisas que me chamaram a atenção no discurso da IURD e da maioria das demais igrejas da cidade foi a concepção de homossexualidade ou “homossexualismo” como *pecado e abominação*, algo claramente interditado e que tinha influências *demoníacas* ou *de macumbaria* (friso que no contexto de SGC esse termo, “importado” das religiões afro-brasileiras, assume diferentes sentidos, relacionando-se, por exemplo, à pajelança¹⁷⁷). Falar sobre homossexualidade em si já sinalizaria, apesar do tabu e interdição, em se admitir que há pessoas indígenas homossexuais. E (con)vivendo em SGC, em parte de 2013 e 2014, não foi uma surpresa conhecer indígenas homossexuais que viviam ou visitavam a cidade. Conheci indígenas homossexuais em festivais de cultura indígena e em associações de bairro que produziam caxiris e outras bebidas fermentadas. Essas pessoas também frequentavam, muitas vezes, a Igreja Católica e/ou alguma(s) da(s) igreja(s) evangélica(s) mencionada(s). Contudo, como era de se esperar, tais pessoas homossexuais não faziam sua *assunção gay* nas igrejas. Entretanto, além de indígenas que não se identificavam como homossexuais, conheci outras pessoas indígenas que não se encaixavam no sistema sexo-gênero outorgado no nascimento – e que aqui, com fins heurísticos e didáticos, convencionamos como entre-gêneros. Convido quem lê o texto a acompanhar fragmentos das narrativas de algumas dessas pessoas.

175 - Acompanhei a fundação da IMPD, em 2013, e diversas atividades de ambas, bem como das demais acima referidas e de todas as outras igrejas da cidade. Vale realçar, ainda, que algumas dessas assembleias tinham características do neopentecostalismo, assim, ainda que auto-denominadas assembleias, talvez pudessem ser consideradas neopentecostais – ou *assembleias neopentecostais*.

176 - Não há dias fixos para recebimento de Bolsas Famílias, mas muitas pessoas indígenas desciam o ARN em direção à SGC nos mesmos dias, já que, em muitos dos casos, vinham em grandes grupos.

177 - E por vezes, aos *benzimentos*, que na sociocosmologia local faz parte da pajelança.

“Meu maior sonho é ser mulher mas não posso”

Eu sou índio, índio, índio, mas eu fui criado assim, no meio de gente que fala português. Eu acho que quando eu era bem criancinha eu já era assim, agora quando eu descobri que gostava realmente de homem foi com os meus quatorze anos. Hoje eu tenho um... namoradinho. Eu gosto dele, gosto bastante dele... Se pudesse casava, ah, é o meu sonho! Pra mim parece muito bom, eu vejo sempre isso, casal mesmo, homem e mulher. Eu queria ser assim, que nem um homem e uma mulher. Eu sendo a mulher e ele sendo logicamente homem. Meu maior sonho é ser mulher... mas não posso. Meus parentes (fala a etnia)¹⁷⁸ tem preconceito, muito mesmo. Eles falam na nossa língua e eu entendo. Falam assim que tipo eu sou, vamos dizer assim gay, ou mulher. Em (idioma) eles chamam de homem-mulher, né, (fala o termo no idioma). Eu não sei falar em (idioma). É homem-mulher, os dois juntos. Aí eu já ouvi falar muito assim e eu não considero eles parentes por causa disso. Tem um irmão da minha mãe. Ele tem muito preconceito ele. Ele fala que eu to sujando o sobrenome deles, não sei o que, só porque eu sou assim. Mas eu nem ligo pra isso. Às vezes ele fica gritando: “seu gay, seu mulher, vai virar homem”. Ah, o meu nome de mulher eu sempre tive. Mas só com os amigos né? Se eu fosse uma mulher, se eu nascesse mulher e eu mesma pudesse botar meu nome, eu colocaria de (nome feminino, usado eventualmente na cidade). Eu acho muito forte. Aí toda vez que a gente vai nos travestidos, do carnaval, na festa junina tem os travestidos também, aí nesse negócio de homem se vestir de mulher tem que adotar um nome feminino, e eu sempre botei (nome feminino). Aí as vezes as pessoas bagunçam comigo e falam “e aí, (nome feminino)?”. (INDÍGENA A., *entrevista a Maranhão F*, 2014.)

Em uma narrativa semelhante,

“Seria mulher, evangélica, dona de casa...”

O mundo ideal pra mim, eu não sei. É imprevisível nos meus pensamentos. Tem hora que eu penso em virar evangélico, casar com mulher e ter filho, tem hora que eu penso em continuar nessa vida e casar com um rapaz e ficar aqui em casa com ele. Mas o sonho é que eu seria uma dona de casa, e ele um homem, homem, homem. Seria mulher, evangélica, dona de casa, duas meninas pra mim cuidar, um maridão alto, bonito e sensual. Esse seria o ideal pra mim. Mas não me vestir de mulher, teria de ser mulher mesmo. Senão seria horrível. E pessoa que se veste de mulher aqui sofre mesmo (INDÍGENA B., *entrevista a Maranhão F*, 2014.)

As duas narrativas demonstram o desejo de se aceitar e se assumir mulher, mas não podendo fazê-lo por receio do preconceito e intolerância. As duas pessoas, em um

178 - Todos os nomes de etnias foram retirados afim de preservar o anonimato dessas pessoas (que concederam as devidas autorizações para entrevistas).

contexto não-indígena, provavelmente seriam consideradas (e talvez se considerariam) *transgêneras*, no sentido de *transgredirem* normas e expectativas sociais relacionadas ao sistema sexo-gênero de nascimento ou gestação, ou consideradas, ainda, tendo uma identidade *transexual*¹⁷⁹ ou *travesti*.¹⁸⁰ Mas, pelo que conversei algumas vezes com essas duas pessoas, elas não se situavam necessariamente como pessoas *trans* – já que entendiam que para tal deveriam adaptar seus corpos ao gênero de auto-identificação; e nem se sentiam adaptadas ao sexo-gênero outorgado no nascimento: identificadas socialmente como “meninos” ao nascer, se sentiam *mulheres*, ou com um *devir mulher*, ao mesmo tempo em que sabiam-se *não-mulheres* pela impossibilidade de suas imagens corporais refletirem/expressarem suas identidades. Seus lugares identitários de gênero talvez refletissem uma mescla de *entre-lugares*¹⁸¹ e de *não-lugar*.¹⁸² Na segunda narrativa, o sonho mesclava gênero e religião: “seria mulher e evangélica”; dois lugares sociais bem-definidos, mas naquela concepção, impossíveis de se alcançar.

Escutei outras narrativas que demonstravam sentimentos de inadequação social ao sistema sexo-gênero imputado no nascimento. Em história contada por uma pessoa que foi designada “menina” ao nascer, mas se percebe como “homem”, experiência que em um contexto não-indígena possivelmente seria designada como a de um *homem trans*,¹⁸³

179 - Pessoa que, outorgada de um dado sistema sexo/gênero ao nascer ou na gestação, entende-se, binariamente (ao menos em geral), do outro sistema sexo/gênero. Tal pessoa pode ou não empreender alterações corporais afim de adequar sua expressão de gênero à sua identidade de gênero. Há, nesse sentido, transexuais pré-op (e, fase pré-operatória), pós-op (que realizou cirurgia de reaparelhamento genital), e, mais eventualmente (ao que parece), que não pretende realizar cirurgias. Ressalto que o termo refere-se a uma patologia listada no CID-10 e também presente no DSM-V – uma das razões pelas quais opto em não identificar as pessoas que não concordam com o sistema de sexo-gênero que lhes foi designado e procuram migrar para o “oposto” como transexuais, a não ser quando as mesmas assim se declaram. Por essa razão, prefiro o termo guarda-chuvas, genérico, provisório e em ebulição *entregêneros*. (MARANHÃO Fº, 2014, p. 759.)

180 - Em geral, o termo costuma se referir a pessoas que são compulsoriamente designadas com sexo/gênero masculino no nascimento mas não se entendem assim, se assumindo com identidade feminina, fazendo mudanças corporais, com exceção da cirurgia de redesignação genital (CRG). Mas claro, há pessoas que podem designar-se travestis sem realizar tais procedimentos, ou realizando a CRG. Tratando-se de identidades e expressões de gênero, vale a regra de ouro: aceitar a auto-determinação identitária de cada pessoa.

181 - Para o conceito de *entre-lugares*: (BHABHA, 1998.)

182 - Acerca do conceito de *não-lugar*: (AUGÉ, 1994.)

183 - Identidade de gênero. Trata-se da pessoa designada do sexo/gênero feminino ao nascer ou durante a gestação e que se identifica no sistema sexo/gênero masculino. Há, entretanto homens trans que se entendem simultaneamente não-binários. Como me explicaram ativistas do movimento transmasculino paulistano em 2014, *homem trans* refere-se a um guarda-chuva que acolhe identidades como homem transexual, transhomem, homem transgênero, relacionando-se também a homens transnão-binários. (Cf. MARANHÃO Fº, 2014, p. 733.)

“Eu não sei o que eu sou. O que eu sou?”

Aqui nesta cidadezinha feiosinho não sei se tem como eu. Mas esta minha colega daqui também não sei se é menino ou menina. Mas eu não sei se tinha mais menina que era menino não, assim. Minha família tem muito preconceito mesmo. A minha mãe tem muito, por isso que eu sou muito triste. A minha mãe não aceita. A minha mãe não aceita do jeito que eu sou, do jeito que eu quero ser, do jeito que eu quero viver. Briga muito comigo. De querer me matar. Quer dizer, ela quase me matou com vassoura nas minhas costas, de tanto eu apanhar, mas eu sobrevivi. A minha mãe não aceita não. Bateu muitas vezes. De vassoura. Fala que eu tenho de ser menina. Que nasci menina. Ela fala que nunca vai aceitar uma... ela nunca vai aceitar um tipo nora como mulher, como diz ela mesmo. Esse negócio, ela nunca vai aceitar. A minha mãe nunca vai aceitar do jeito que eu sou, ela já falou muitas vezes pra mim: para de curtir mulher, tu nem é homem, tu é mulher, tu já é feia, para de ficar com menina. Só que eu sou boba logo, eu não sei o que eu sou, quer dizer, eu já entendi o que eu sou, do jeito que eu fui feita, só que minha mãe nunca vai aceitar. Comigo tem mais cinco irmãs. Nasci muito diferente, não pouco. Sou menino? Me sinto menino. Às vezes sinto menino, nunca sinto que sou menina. E quero namorar menina. O que eu sou? Eu moro bem nessa rua de barrinho, logo. Por isso que eu sou tão esquisita também, porque a minha rua é pobre, é pobre. Eu falei eu sou esquisita, pobrinha. Você falou que eu não sou esquisita. Eu sou do jeito que Deus me fez. Eu vou querer chorar, para. (INDÍGENA C., *entrevista a Maranhão F*, 2014.)

Como vemos, outorgada sob o rótulo “menina” ao nascer e socialmente ainda identificada como “mulher”, essa pessoa, que se vê masculina e homem, sente-se assim ao mesmo tempo em que identifica sua vivência como algo impossível ou socialmente impossibilitada. Cabe ressaltar que essa pessoa, talvez de modo pejorativo, era chamada por suas colegas como *menina-macho* (termo que traz relação com vocábulo de significado semelhante no idioma de sua etnia).¹⁸⁴ Saliento ainda que não foi possível identificar

184 -Peter Fry e Edward MacRae dão exemplos relacionados à América do Norte e que remetem à ideia semelhante a que escutei do *menina-macho*: “[...] em muitas tribos indígenas, como entre os guaiquí, era perfeitamente possível um homem se ‘transformar’ em mulher e até casar com outro homem. Estas pessoas eram conhecidas como homens-mulher. Inversamente, mulheres também se ‘transformavam’ socialmente em homens, também chegando muitas vezes a se casar com outras mulheres. São as mulheres-homem. Estes berdaches, como são chamados genericamente, como Krembégi, em geral eram bem aceitos e em muitos casos lhes eram atribuídos poderes excepcionais de cura e de profecia”. (FRY; MACRAE, 1985, p. 21.) Os autores ressaltam, entretanto, que “[...] não há mais berdaches nos Estados Unidos da América e o seu fim foi brutal perante a ‘civilização’ que os conquistou em nome de Cristo e do progresso. Os berdaches foram perseguidos e ridicularizados pelos colonizadores brancos, e membros do Bureau de Assuntos Indígenas obrigaram-nos a se vestir de acordo com seu sexo biológico. Nestas circunstâncias, os próprios índios acabaram por ver nesta instituição uma fonte de humilhação e vergonha e há pelo menos um caso de suicídio de um berdache, cuja família insistiu para que ele caçasse junto com os homens da tribo. Os berdaches e os valores sexuais das sociedades às quais pertenciam foram vitimados por uma ideologia sexual que classificava a homossexualidade como crime, pecado e doença”. (FRY; MACRAE, 1985, p. 34.) Ou seja, de modo aparentemente semelhante ao que ocorre em SGC, há uma imbricação entre discurso religioso

claramente, em sua sensível (e sensibilizada) narrativa, o quanto o discurso católico, da religião de pertença de seus pais, e a sociocosmologia de sua etnia, refletiam na violência sofrida por esta pessoa – mas deparei, a partir da conversa com outras pessoas, que tanto a concepção católica como a de sua etnia reverberavam no modo como ela era socialmente tratada. No caso dessa pessoa, ela me pareceu não conseguir *ler e legitimar* seu gênero e sexualidade de auto-percepção, questionando a quem a entrevistou: “o que eu sou?” Como nos exemplos anteriores, parece haver um sentimento identitário que caminha *entre-lugares binários de gênero* e um *não-lugar generificado*, o que causa-lhe desconforto e insatisfação.

Além disso, como em outras narrativas escutadas, a questão do gênero parece firmemente imbricada à orientação sexual. No caso desta pessoa, designada “menina” ao nascer e sentindo-se homem, sua preferência sexual recaía por mulheres (mas não tão somente), assim como em relação à INDÍGENA B., que, designada “menino” ao nascer e sentindo-se mulher, possuía preferência por homens (mas não tão somente). Já no caso de INDÍGENA A., ela se sentia mulher mas tinha interesse unicamente por homens. Isso pode demonstrar que, nos três casos, as pessoas se interessavam (ao menos prioritariamente) por pessoas identificadas como sendo *do outro sexo/gênero, oposto ao de auto-identificação majoritária* (digo majoritária pois em todos os exemplos as pessoas pareciam se situar em uma mescla de *entre-lugares de gênero e sexualidade* e *não-lugar de gênero e sexualidade*), ou seja, possivelmente sentiam-se hétero (na concepção de que pessoas hétero são as que tem interesse por pessoas do sexo/gênero oposto), mas ao mesmo tempo, nos dois primeiros casos, *transparecia* o discurso de que essas pessoas se sentiam mulheres mas eram *gays*, ou que mesmo sentindo-se mulheres, sabiam que não eram mulheres – e por essa razão, ainda que idealmente se sentissem mulheres hétero, em algum lugar mais próximo do que entendiam como real se sabiam homens e *gays*. Acerca de outras pessoas que viviam na cidade e se sentiam de sexos/gêneros distintos dos assignados ao nascer, contaram que

“Chegavam a bater direto neles”

Pelo menos o que eu via realmente do (nome masculino) e do (nome masculino), que na época se vestiam de mulher, era que as pessoas não gostavam mesmo. Não gostavam mesmo, chegavam a bater direto neles. Eu cheguei a andar com eles já, beber, mas nunca me agrediram, nunca levantaram a voz comigo, não sei se pelo fato de eles entrar logo de cara assim, de mulher. E eu não fico de mulher. (INDÍGENA B., *entrevista a Maranhão F*, 2014.)

Como comentado, há um grande tabu e interdição na cidade ao que é entendido como homossexualidade indígena (e os fluxos de gênero costumam, como ocorre na sociedade em geral, serem [con]fundidos com homossexualidade) e, em casos em que a

cristão e discriminação à homossexualidade e a trânsitos de gênero.

pessoa indígena é (re)conhecida como alguém que se veste ou tem costumes entendidos como do sexo/gênero oposto, elas são muitas vezes vítimas de violência não só simbólica como física. Escutei várias narrativas de pessoas indígenas que, sentindo-se de “outro sexo”, foram agredidas violentamente por familiares e expulsas de casa. Em muitos desses casos, ou a pessoa se adaptava ao sexo-gênero imputado, ou se via obrigada a se mudar para alguma cidade distante de SGC. Muitas iam a Manaus a fim de financiarem suas cirurgias de adequação estética ao sexo/gênero de auto-identificação, trabalhando, na maioria dos casos escutados, com programas sexuais.

O discurso religioso parecia influenciar, ao menos no contexto rural-urbano típico de SGC, na concepção de que a experiência homossexual (inclusa aí a experiência entre-gêneros) é interdita por Deus. Como escutei em uma cerimônia da IURD,

“Menino de menina corrige e traz prá igreja”

Pai, mãe, o mundo hoje tá assim. O menino, se a irmãzinha tem uma bonequinha, quer brincar com a boneca, se a menina tem boneca. Tem menino que quer usar a roupinha da menina. Ficar correndo com as meninas. Vai na escola, quer brincar com coisas da menina. Pai tem que educar. Precisar usa a varinha. A Bíblia não condena. Até fala que pode usar. Precisa correção. Como Deus ensina. Mas não pode. Homem é homem, mulher é mulher. Menino de menina corrige e traz prá igreja.¹⁸⁵

O discurso religioso acerca da homossexualidade (no contexto local denominado “homossexualismo”, como na maior parte dos discursos católicos e evangélicos), demonstra, em muitos casos, que a “profilaxia”, nessa concepção, *transita* entre correção em casa (através da *varinha*, em alguns casos) e correção na igreja. Para tal, é fundamental que a criança que brinca ou se comporta fora dos padrões esperados ao sexo/gênero de outorga seja integrada ao *corpo* da igreja e entenda que *corpo* e comportamento de menino é de menino, e *corpo* e comportamento de menina é de menina. No mesmo sentido, é conveniente à pessoa indígena que demonstra inadequações relacionadas à sexualidade e/ou gênero, que seja acolhida na igreja a fim de que se *cure e liberte*, o que se conecta à necessidade de *pregar o evangelho em todos os cantos de São Gabriel*.

Algumas narrativas que escutei demonstraram que as pessoas indígenas entre-gêneros e as homossexuais até poderiam frequentar uma igreja evangélica se entendessem que seriam aceitas como elas são, mas, com receio de não se sentirem adequadas e sofrerem discriminação, preferem não participar. Denotam também que, na concepção da maioria das pessoas na cidade, o sentir-se mulher ou travestir-se de mulher é relacionado a ser homossexual (e numa lógica binária cis/heterossexual, a pessoa assignada “homem” mas que sente-se mulher, apreciaria homens). Duas entrevistadas comentaram sobre uma pessoa indígena que passou, não só por uma igreja evangélica, mas por um ministério

185 - *Nota de caderno de campo*. Cerimônia matinal, dominical, em IURD de São Gabriel da Cachoeira, em fevereiro de 2014.

emergente de uma igreja neopentecostal nova na cidade, que visava a “cura e libertação de vícios” – sendo o “homossexualismo” visto como um desses vícios, e as pessoas travestis como “homossexuais radicais”.

“Querem que eles virem hétero, arruma até namoradinha pra ele”

Ele foi pra igreja e virou (nome masculino) e a gente não sabia que era (nome masculino) o nome dele, na verdade. Quando ele chegou assim ele era uma menininha, vestidinha de bermudinha de homem e blusinha normal, parecia uma machudinha, mas a gente sabia que era um menininho, com o cabelinho bem por aqui. Isso há uns cinco anos atrás, quando ele veio da comunidade pra cá. A gente achava que era menina. Ele é (nome da etnia). Os (nome da etnia) são os mais *gay* que tem. Tem vários que são mulher. Os (nome da etnia) é a etnia mais homossexual, mais que a (nome da etnia), (nome da etnia) tem bem pouco. A informação que eu tenho é que são mais (nome da etnia), por eles ainda andarem nu, entendeu? Aí estimula bastante. Se eu tivesse lá e visse um homem nu, aí meu Deus do céu! Já tá lá nu mesmo... (risos). Deus me livre. Nessa igreja que o (nome masculino) ia e que fizeram ele ficar menino tem muito gayzinho lá, eles querem que eles virem hetero, arruma até namoradinha pra ele. O (nome masculino) até namorou, disse que ia casar, não sei o que. Agora é funkeira, dança *funk*, *funk*, *funk*. Já está com o nome de mulher de novo. (INDÍGENA B., *entrevista a Maranhão F*, 2014.)

A história contada demonstra que, em SGC, tem se investido na conversão de sexualidade e gênero de pessoas indígenas que não se “encaixam” em dadas expectativas sociais – mas ainda assim, nem sempre tais ministérios obtém êxito em suas empreitadas: “fizeram” a pessoa indígena acima mencionada “ficar menino”, mas, após certo tempo, ela “já está com o nome de mulher de novo”.

Conversei com uma pessoa indígena que passou por um desses ministérios que tem chegado à cidade com o intuito de realizar “cura e libertação” de indígenas homossexuais, e, também, de indígenas travestis – lembrando que para a maior parte das pessoas evangélicas, e da sociedade em geral, a travestilidade costuma ser concebida (talvez melhor dizendo, [con]fundida) com a homossexualidade.¹⁸⁶ Sigamos um fragmento dessa entrevista:

186 - Lembro que os termos *indígenas homossexuais* e *indígenas travestis* (nesta concepção, tipos de homossexuais “radicais”) são termos utilizados pelas pessoas missionárias indígenas que entrevistei – mas que há múltiplas experiências de entre-generidade possíveis entre as pessoas indígenas, como entre as não-indígenas. Recordo também que, em dadas concepções não-indígenas, presentes nos estudos de gênero e discursos ativistas LGBT e das próprias pessoas travestis, existam travestis com quaisquer orientações sexuais e/ou afetivas.

“Querem que eu morra e só fique aquele menino”

Meu perfil no Facebook já foi (nome feminino), aí depois quando voltei à igreja virou (nome masculino) de novo, e agora, que faz meses que não vou lá, já tou querendo de novo colocar (nome feminino). Mas o pessoal aqui em São Gabriel briga muito comigo. Todo mundo fala que prefere que eu seja (nome masculino). Não deixam eu me assumir como mulher. Mas eu sou mulher. Mesmo que eu não pareça muito. Mas eu sou. Mas no momento estou assim entre os dois. (INDÍGENA D., *entrevista a Maranhão F*°, 2014.)

Perguntei como foi sua experiência na igreja e escutei um sintético “querem que eu morra e só fique aquele menino”. (INDÍGENA D., *entrevista a Maranhão F*°, 2014.) Após escutar essas narrativas, muitas questões me inquietavam em relação à *conversão* de sexualidade e de gênero de indígenas por parte do pessoal evangélico de SGC. O que motivava na última narradora a conversão a menino após se identificar como menina? E posteriormente, o que a motivou a contar que se sente ainda menino mesmo com os diversos estímulos na cidade para que o menino permaneça dentro e fora dela? Porque era tão importante para as pessoas nativas de SGC que a menina deixasse de existir? Não tive respostas conclusivas a esse respeito, ao menos até o presente momento – mas é algo a se repensar numa pesquisa futura.

Também me inquietavam as possíveis motivações de indígenas que iniciavam seus trabalhos de cura e libertação de homossexuais (e travestis) na cidade, então, fui conversar com alguns destes indivíduos.

“Tem diversos demônios – Estudos de Malafaia e Feliciano”

aqui na igreja a gente trata dos jovens indígenas de São Gabriel, da sede e das comunidades. Evangeliza e cuida dos jovens que tem envolvimento com *crack*, cola, cocaína, com álcool e até com homossexualismo. Sim, por que dizem que não existe índio homossexual mas existe sim. Então a gente procura tratar todo este pessoal. É ministério de cura e libertação mesmo. (MISSIONÁRIO/A INDÍGENA A., *entrevista a Maranhão F*°, 2014.)

Nessa concepção, a homossexualidade é algo a ser *curado*, assim como o vício do álcool, da cocaína, da cola e do *crack*. Outra das pessoas que trabalhavam com “cura gay indígena” contou:

[...] a primeira igreja que converteu homossexual e provou pra SGC que há demônio foi a (nome da igreja), porque no tempo que eu moro aqui, eu nunca ouvi testemunho de ninguém em dizer que homossexual se converteu e virou homem, só de fora já, mas aqui não, porque é horrível esse negócio de preconceito. O nosso foco não é ver o que a pessoa é, não é ver o comportamento dela, mas sim ver o que está por traz disso tudo, a parte espiritual. O demônio existe, existe. Ele age na vida da pessoa? Age. De diversas formas. Não tem como dizer que a pessoa é

Santa por olhar ela não, tem que explicar do modo espiritual. O nosso foco é fazer com que as pessoas entendam que isso é um demônio atrás dela, é a forma do carinho, do amor, acolher, é o que muitos não fazem. Antes viam o homossexual assim, vai te libertar, vai procurar salvação, ou seja, joga toda a responsabilidade pra cima do homossexual, ele não prega assim: “meu irmão, bora comigo ali, vamos orar pra ver se isso...”. A gente tem esse objetivo, de convidar a pessoa em vir ter com a gente pra depois ele próprio se descobrir se aquilo é certo ou errado. Da mesma forma diversos alcoólicos entram na igreja. Se ele descobrir que aquele demônio é o Zé Pilintra, ele próprio vai pedir de Deus que não quer mais isso. (MISSIONÁRIO/A INDÍGENA B., *entrevista a Maranhão Fº*, 2014.)

Solicitei que comentasse mais sobre as razões espirituais e como havia aprendido as relações entre homossexualidade e influências demoníacas.

Tem diversos demônios. Eu tive a oportunidade de ver vários estudos de homens de Deus, como o pastor Marcos Feliciano, Malafaia e diversos outros. Diversos estudos mostram que pro cara ser homossexual vem desde a infância, o que influencia muito isso é a própria televisão que é uma porta, uma janela aberta pra Satanás entrar na vida da pessoa. Se você pegar uma noveleira e um crente que assiste novela é a mesma coisa. Se ela descobrir o que age por trás daquilo lá é tudo armação do diabo pra pessoa. A pessoa que ta vendo novela naquela parte romântica ela vive aquilo, parece que ele ta ali. Quer fazer um teste? Desliga a novela na hora que tem uma cena romântica pra ti ver a briga que você vai arrumar, porque aquilo já ta dentro dela, consegue te hipnotizar, fica daquele jeito. É a mesma coisa o cara que bebe, ele pode ser o mais calmo do mundo, primeira dose de cachaça que torna valente porque o demônio se apodera daquele corpo da mesma forma que a dose da cachaça. A gente faz com que a pessoa reconheça isso, que há esse demônio atrás dela, por isso a (nome da igreja) trabalha muito nessa parte da libertação. Já vi crente antigo vomitar sangue, cabelo, coisas feitas por macumbaria. Agora porque a macumba pega? Janela, portas de entrada de demônio. Porque a (nome da igreja) é muito perseguida tanto pelos homens quanto pelos demônios? Porque o Senhor, pela misericórdia dele, faz com que a gente mostremos isso. Se a maçonaria é do diabo, ela é do diabo e acabou, se eles sacrificam criança, sacrificam criança e acabou, e a gente fala isso. Os drogados já têm aquele... É aquele, o Chiquinho que age na vida deles, porque ele não consegue se denominar. O Chiquinho trabalha muito com doce, ele é muito criança ele, o demônio que age como criança, faz ele se viciar fácil. Ele faz tu experimentar uma coisa e dali permanece. (MISSIONÁRIO/A INDÍGENA B., *entrevista a Maranhão Fº*, 2014.)

Os estudos de *homens de Deus*, como Malafaia e Feliciano, são encontrados de duas formas principais pelas pessoas indígenas evangélicas de SGC: através da *internet* da cidade, de conexão bastante precária, mas oferecida em cerca de cinco *lan houses* e acessada em casa, caso se pague plano mensal; e a partir de DVDs gravados, vendidos na

única *gospel shop* da cidade, dirigida por um membro não-indígena de uma das igrejas locais.

Mas, como vimos, o ministério tem outros focos de *cura e libertação*, além de gente indígena alcoólatra e viciada em cocaína, cola e crack, que são as pessoas “dominadas pelo homossexualismo” – inclusive as que convencionamos aqui como entre-gêneros. Na ocasião, a pessoa missionária falou da conversão de “[...] um irmão indígena que se vestia de mulher porque era possuído por uma pombagira”. (MISSIONÁRIO/A INDÍGENA A., *entrevista a Maranhão F*º, 2014.)

“Quem tava possuindo o corpo dele era a Pombagira Lady Gaga”

Irmão Edu, este irmão travesti é o único assim da cidade hoje em dia. Aliás, era, porque a gente converteu ele prá graça do Senhor. Hoje em dia ele não tem frequentado, mas ficou vários meses aqui conosco. Cortou cabelo, ganhou várias roupas bonitas de homem. Hoje se veste de homem. Mas quase não sai de casa, pelo que eu sei. Faz tempo que não vejo ele. É o irmão (nome masculino). Este irmão travesti era possuído pela Pombagira Lady Gaga. Por que é isso: Deus faz o corpo do homem mas influenciado pelo diabo ele vai e deforma. O corpo é possuído por pombagiras como a Sete Saias e a Lady Gaga. Que era o caso deste irmão. Quando ele chegou na igreja, e o pastor colocou a mão na cabeça dele, ele vestido de mulher, o demônio manifestou, e disse que quem tava possuindo o corpo dele era a Pombagira Lady Gaga. (MISSIONÁRIO/A INDÍGENA A., *entrevista a Maranhão F*º, 2014.)

Outra pessoa que atuava na “conversão do homossexualismo indígena” explicou que a travesti indígena estava possuída por uma *legião* composta por algumas pombagiras, destacando-se uma que possuiria o próprio nome feminino da travesti, e outra, a Pomba-gira Lady Gaga – e em determinado momento, a pomba-gira assumiria esses dois nomes concomitantemente.

“Quem ta mais aí contigo?”

O (nome masculino da pessoa indígena) foi o primeiro, esse foi o primeiro. Ele era travesti, tem foto dele de mulher aí, tudinho.¹⁸⁷ Só que parece que ele caiu de novo, porque ele saiu dessa igreja e foi prá (nome de outra igreja). Lá não tem esse mesmo processo que a gente tem, de libertação, que a gente vê, e gente chega na pessoa e fala: “eu posso orar por ti?”. Se ela disser que pode a gente entra com tudo. Eu queria achar ele pra conversar com ele, pra resgatar ele. O (nome masculino da pessoa indígena) manifestou na igreja, foi muito feio, ele manifestou lá e o pastor pediu pra ele identificar pra os demônios se identificar, quem são vocês. “Em nome de Jesus,” ele falou assim:

187 - Em outra ocasião, esta pessoa me apresentou fotos da cura e libertação da travesti indígena.

“eu sou (nome feminino da pessoa indígena), o demônio pombagira (nome feminino da pessoa indígena)”. Eu nunca tinha ouvido falar esse nome. “Eu sou (nome feminino da pessoa indígena)”. “Quem tá mais aí contigo?” “Lady Gaga”. “Tá aqui comigo Lady Gaga”. Todo mundo tá de testemunho, (nome feminino da pessoa indígena) Lady Gaga. Por isso que Lady Gaga sempre faz aquele sinal assim no olho dela, três vezes. Tudo ali é diabólico, ela aparece no clipe dela com uma pintura de estrela, é um bode de cabeça pra baixo, é uma subliminar, ela tá representando a deusa grega que faz esse gesto também. Tem muitas coisas. Eu nunca tinha ouvido falar isso. Mas o tranca-rua, exu caveira prejudicam muito a vida da pessoa homossexual, muito mesmo. Porque assim, se entra um pra fazer a cabeça do homossexual, aí da brecha pra todos, entra o espírito da prostituição, entra da... de tudo, tudo que não presta. Por isso que a gente fala às vezes de legião. Tem uma legião, não é um só, são muitos, diversos. No caso dele que era travesti era mais forte, porque custou demais pra ele sair do corpo dele. Por mais que ele estava determinado em querer aquilo, o demônio não queria sair. O processo de libertação dele foi em uma semana, ele foi liberto em uma semana. A gente provou, ele não quis saber mais de roupa feminina, ele não quis saber de mais nada que era feminino. Tinha cabelo comprido, cortou, ficou como homem, né. Falou em casamento, tava namorando. Tava de gracinha pro lado de uma irmã da igreja. Ele falou em casar, mas não deu o primeiro passo de buscar realmente. Aí ele resolveu sair da (nome da igreja) e foi pra essa outra, aí caiu, né. Difícil, irmão, essa vida é difícil. (MISSIONÁRIO/A INDÍGENA B., entrevista a Maranhão Fº, 2014.)

Passando pela Pomba-gira Lady Gaga, Feliciano e Malafaia, as falas das pessoas indígenas que convertem gênero e sexualidade de outras pessoas indígenas demonstram, dentre outras coisas, uma concepção teológica que denominei, rasurável e provisoriamente, de *cishet-psi-spi*, caracterizada por um discurso cis/heteronormativo conectado a pressupostos das áreas *psi* e espiritualizantes de cunho demonizante.¹⁸⁸ Tal teologia tem um caráter normativo *binário*, para usarmos um termo do gênero: *ou* se é da pomba da paz *ou* se é da pomba-gira, *ou* se é das trevas *ou* se é da luz, *ou* se é da Lady Gaga *ou* se é de Jesus.

Nas concepções de quem visa *curar e libertar* gente indígena que seja entendida como homossexual, ou cujos corpos e identidades de gênero estejam em *assimetria* com os planos e normas de Deus, sua missão é *corrigir o curso do rio* com a finalidade de possibilitar que tais pessoas *fluam* para a casa do Senhor: o diabo estimula a *deformação* da identidade, mas a igreja está lá para atuar nas *obras de reforma*.

As narrativas das pessoas indígenas que passam por sujeitos conversores, muitas

188 - (MARANHÃO Fº, 2014, 2015b, 2015c, 2015d.) No caso da teologia de pessoas que trabalham como missionárias de “cura” de SGC, provavelmente sejam melhor falar em uma *teologia cishet/spi*, visto que o discurso amparado nas áreas *psi* não se mostrou predominante – ainda que os vídeos de *pastores abençoados como Malafaia e Feliciano* tragam recorrentemente discursos (supostamente) amparados em tais áreas.

vezes também indígenas, é de sofrimento e possível desterritorialização: seu lugar identitário parece ser, mais que um *entre-lugares*, um *não-lugar*, e todo mundo quer um cantinho para chamar de seu. Principalmente quem se acostuma a pensar que *fora do binário não há salvação*. Pessoas indígenas que, de uma forma ou de outra, não conseguem *ler* ou *legitimar* seu gênero (ou melhor dizendo, *ler-se* ou *legitimar-se* como *mulher* ou *homem*), talvez possam ser vistas no âmbito do *desregramento*, pois escapam, de formas diferentes, às expectativas binárias do *cis-tema*:¹⁸⁹ muitas vezes, a partir do *sagrado*, se veem no âmbito do *desregrado*. A contragosto, pois sabem-se e querem permanecer binárias, crendo que o sexo/gênero “de nascimento” é algo *moldado pelo Criador*.

As vozes de pessoas indígenas entre-gêneros, aqui apresentadas, demonstram, ao menos aparentemente, que em contradição com seus anseios, estas não se sentem empoderadas o bastante para realizarem uma *peregrinação/conversão* de gênero relacionada a uma *assunção*: há o receio de que, ao se assumirem de um sistema sexo/gênero diferente daquele outorgado no nascimento, se tornem alvos de violência.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

Procurando realizar uma costura do texto até aqui, é de realce sinalizar que as (re/des)conexões de gênero e religião são (re/des)feitas a partir duma mescla entre determinados discursos religiosos/sexuais/generificados e as próprias subjetividades/desejos das pessoas, em uma rede de tensões e negociações que apresentam interpelações, regimes de validação do crer, falhas e sucessos enunciativos e a mistura entre agência da pessoa e agência da agência religiosa, remetendo à *identidade sob sutura* de Stuart Hall. (2000) O *ponto de sutura* entre fazer, *desfazer* e *refazer* gênero conectado com religião, o veículo que conduz à (re/des)carpintaria identitária de pessoas entre-gêneros, ao menos ao que parece, é o corpo (ainda que não-*transicionado*). Surge a provocação: existe corpo não produzido por discursos e desejos?

Falando em *corpo*, quem lê o texto decerto já escutou a expressão “sai desse corpo que ele não te pertence”. Mas fica a questão: A *quem pertence* o corpo (mesmo não-*transicionado*) das pessoas indígenas que aqui convencionamos como entre-gêneros? À própria pessoa, a Deus ou ao Diabo?¹⁹⁰

Nas concepções de quem atua na *cura* e *libertação*, signatárias do que chamei provisoriamente de *teologia cishet-psi-spi*, ou seja, fundamentada nos pressupostos da cis/heteronormatividade e de concepções espiritualizantes (de caráter demonizador) e advindas das áreas *psi*, o corpo é *morada* de entidades como a pombagira Sete Saias ou a pombagira Lady Gaga. E ser possuída/o por tais entidades significa ter (d)efeitos no corpo e n'alma – que são reflexos um do outro. Deus cria um binômio corpo/alma, o

189 - Cis-tema é um termo nativo utilizado, usualmente, por pessoas transgêneras não-indígenas, dentre outras, para se referir ao sistema sexo/gênero fundamentado na cisheteronormatividade.

190 - Prossigo este diálogo em texto anterior (2016).

Diabo *deforma*, mas a igreja está lá para auxiliar nas *obras de reforma* – corrigir a alteração corporal que reverbera no espírito.

Mas como tais pessoas absorvem as declarações de que estão “possuídas pela pombagira Sete Saias?” ou que estão “*deformadas* e precisam *reformular* tudo?”.¹⁹¹ Como *o que é prescrito* atua no/a corpo/alma *proscrito/a*? Como tais pessoas leem e legitimam (ou não) sua identidade através do corpo?¹⁹² Em alguns casos, tais pessoas se veem num *não-lugar*: “não sei o que sou. O que eu sou?”. Essa *situação não-binária* não é voluntária nem desejada/desejável.¹⁹³ Tal pessoa parece não conseguir *ler* seu sistema sexo/gênero/corpo/alma nem *legitimar* sua experiência identitária pois *aprendeu* que esta *lhe* é impossível e/ou interdita. Tal vivência *lhe* é, aparentemente então, ilegível e ilegítima.¹⁹⁴

Em outros casos, a pessoa parece ter maior ancoragem em relação à sua auto-percepção identitária: “meu sonho é ser mulher”, mas sabe que, por conta da iminente discriminação e intolerância, mesmo que se *aceite*, não deve se *assumir* perante as demais pessoas do coletivo. Claro que enunciações/descrições/prescrições que regem e *pregam* que a pessoa está com *o diabo no corpo* podem falhar, não surtindo os efeitos desejados por quem enuncia tais falas. Se em um momento a pessoa indígena diz “eles querem que eu morra e só fique aquele menino”, em outro, ela anuncia: “eles não param de pegar no meu pé aqui na cidade, mas eu ainda vou ser eu mesma” (INDÍGENA D., *entrevista a Maranhão Fº*, 2014.) – o que demonstra outro exemplo do que a pessoa indígena pode *fazer* com o que o discurso religioso (que é simultaneamente generificado e sexual) *faz* (ou procura fazer) dela.

“Finalizando”, se é que conseguimos vislumbrar um “fim” em um assunto do tempo imediato (e tão pouco estudado), a única coisa certa é que muito mais poderia ter sido melhor dito. Mas o campo está (em) aberto, pronto a novas sementeiras, e estímulo novas/os pesquisadoras/es a aprofundarem estudos acerca das (in)tensas relações entre gênero e religião/religiosidade em contexto indígena – ou melhor, em um contexto que é um *mix* de sociocosmologias indígenas e não-indígenas, impactado com o crescente avanço (neo)

191 - Escutei esse tipo de composição de frase diversas vezes durante o trabalho de campo em ministérios de “cura e libertação” de travestis e/ou de homossexuais.

192 - Realço que identidade e corpo, na maioria das concepções que escutei, não são coisas distintas. O corpo *faz parte da identidade*.

193 - Tal situação, de certo modo, pode ser descrita como uma *situação não-binária*: “não sou homem e nem mulher” – lembrando que na não-binariedade há um espectro bem amplo de identidades, expressões e situações que ultrapassam uma declaração como “não sou homem e nem mulher”. A pessoa passar ou estar numa *situação não-binária* não quer dizer que ela tenha uma identidade não-binária. Ao contrário, tal situação pode evidenciar que a pessoa tem parâmetros binários fortemente constituídos e que se sente muito desconfortável por não atender, em seu julgamento ou de outrem, a tais parâmetros.

194 - Há dezenas de textos, especialmente da área de etnologia indígena, que discorrem acerca da questão do corpo de pessoas indígenas, e que em uma análise mais aprofundada que esta, devem ser levados em conta. Um exemplo é: (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979.)

pentecostal e a reverberação de discursos de pomba-giras, malafaias e felicianos.

Agradecimentos: Agradeço a todas as pessoas indígenas que gentilmente colaboraram através de narrativas generosas e esclarecedoras. *Dedico* este texto a todas as pessoas indígenas que não se sentem adequadas ao sistema sexo/gênero outorgado no nascimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papyrus, 1994.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CABALZAR, Aloísio. *Filhos da Cobra da Pedra*: Organização social e trajetória Tukuya. São Paulo: Edunesp/ISA; Rio de Janeiro: Nuti, 2009.

_____. O templo profanado: missionários salesianos e a transformação da maloca tuyuka. In: WRIGHT, Robin. (Org.). *Transformando os Deuses*. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: desafios de uma pesquisa. *Novos Debates*, Fórum de debates em antropologia, 2014.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa*: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LASMAR, Cristiane. *De volta ao Lago do Leite*: Gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: UNESP, 2005.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Falaram que Deus ia me matar, mas eu não acreditei”: intolerância religiosa e de gênero no relato de uma travesti profissional do sexo e cantora evangélica. In: _____. (Org.). Dossiê Gênero em Movimento. História Agora, São Paulo, n. 12, 2011a.

_____. “Jesus me ama no darkroom e quando faço programa”: narrativas de um reverendo e três irmãos evangélicos acerca da flexibilização do discurso religioso sobre sexualidade na ICM (Igreja da Comunidade Metropolitana). Polis e Psique, v. 3, 2011b.

_____. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. Oralidades – Revista de História Oral da USP, dossiê Diversidades e Direitos, 2012.

_____. Anotações sobre a “inclusão” de travestis e transexuais a partir do nome social e mudança de prenome. *História Agora*, São Paulo, v. 1, n. 15, 2013.

_____. (Re/des)conectando gênero e religião. Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. A Pomba-gira Lady Gaga e a travesti indígena: (Re/des) fazendo gênero no Alto Rio Negro, Amazonas. *Mouseion*, Canoas, n. 22, Dez. 2015a.

_____. “Educar corretamente evitando aberrações”: discursos punitivos / discriminatórios sobre homossexualidades e transgeneridades. *Paralellus*, Recife, v. 6, n. 12, Jan./Jun. 2015b.

_____. “É prá baixar o porrete!” Notas iniciais sobre discursos punitivos-discriminatórios acerca das homossexualidades e transgeneridades. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v. 21, n. 21, 2015c.

_____. “Que sejam atendidos bem longe da gente, porque aqui não dá” – intolerâncias em relação a diversidades sexuais e de gênero. In: _____; BRONSTEIN, Karla Regina Macena Pereira Patriota. (Orgs.). Gênero e religião: Diversidades e (in)tolerâncias nas mídias. Recife: ABHR, ABHR Nordeste, 2015d. v. 1. (Coleção 2º Simpósio Nordeste da ABHR)

_____. “Jesus nasceu pra gente que é travesti e trans também, meu bem”. O primeiro Natal do Ministério Séfora’s de Travestis e Transexuais da CCNEI. *Revista Jesus Histórico e sua Recepção*, v. 22, 2015e.

_____. “Uma igreja dos Direitos Humanos onde promíscuo é o indivíduo que faz mais sexo que o invejoso e inveja é pecado”: notas iniciais sobre a identidade religiosa da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v. 21, 2015f.

_____. Sai desse corpo que esse caminho não te pertence! Pessoas trans* e ex-trans* em (re/des)caminhos de gênero, corpo e alma. *Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH*, Ano VIII, n. 24, Jan./Abr. 2016.

_____. Apresentando notas sobre (re/des)empoderamento de pessoas transgêneras e ex-transgêneras a partir de discursos religiosos e de gênero. *Oralidades*, São Paulo, USP, v. 13, no prelo a.

_____. “Me adiciona? / Pode entrevistar pelo Facebook?”. (Re/des)conectando procedimentos operacionais através de etnografia, história oral e observação ciborgues. *Revista Poder & Cultura*, UFRJ, v.3, n.6, p. 263-287, 2016 (no prelo b).

MOTT, Luiz. A homossexualidade entre os índios do Novo Mundo antes da chegada do homem branco. In: BRITO, Ivo; et al. *Sexualidade e saúde indígenas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da Pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, n. 31, 1979.

SENE, Talita. *Modos de fermentar, sentidos de embriagar e concepções de ser*: Produção e consumo de caxiris entre senhoras Tukano Oriental de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.

WRIGHT, Robin. História indígena no Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Cia. das Letras; SMC-SSP, 1992.

GÊNERO, FEMINISMOS E DITADURAS NO CONESUL

VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS DENÚNCIAS DA ANISTIA INTERNACIONAL NO CONE SUL

Cristina Scheibe Wolff¹⁹⁵

Raísa Adrienne Gomes¹⁹⁶

Fernando Damázio dos Santos¹⁹⁷

Danielle Santos Dornelles¹⁹⁸

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas entrevistas que realizamos para o projeto *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, através do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, várias vezes escutamos histórias sensíveis, difíceis, de pessoas que, por suas convicções políticas, ou mesmo conexões pessoais e familiares, foram perseguidas pelas ditaduras no Cone Sul. São histórias que incluem torturas, separações, desterros, perdas, mas também todas elas nos falam de amizades, companheirismo, amor, encontros e solidariedade. Nestes momentos, em várias das entrevistas, a Anistia Internacional é citada como uma instituição que apoiou e acolheu essas pessoas. Foi por isso que no projeto *Un pedazo de mi alma: gênero e sentimentos na retórica da resistência às ditaduras militares no Cone Sul*,¹⁹⁹ decidimos buscar a documentação da Anistia Internacional. O projeto tematiza a construção e o uso de uma retórica relacionada aos movimentos de resistência às Ditaduras nos países do Cone Sul, que privilegiou os Direitos Humanos como um discurso fundamental e que, para isso, mobilizou as emoções numa perspectiva de agência nos processos de resistência.

Neste texto, num primeiro momento contamos um pouco sobre a Anistia Internacional, suas formas de ação e sua importância na denúncia da tortura praticada nas ditaduras do Cone Sul. Depois passamos a analisar, mais especialmente, as delações

195 - Professora e pesquisadora no departamento de História da UFSC, coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e diretora do programa de pós-graduação da UFSC.

196 - Graduanda em História na UFSC.

197 - Internacionalista e graduando em Filosofia na UFSC.

198 - Graduanda em História na UFSC.

199 - Projeto apoiado pelo CNPq com Bolsa de Produtividade auxílio pesquisa, bolsas PIBIC e AT. Danielle Santos Dornelles e Raísa Gomes são bolsistas PIBIC/UFSC/ CNPq e Fernando Damázio dos Santos é bolsista AT/ CNPq.

de violência sexual que aparecem no contexto da denúncia a essas torturas, encontrados na documentação da Anistia.

A ANISTIA INTERNACIONAL E A DITADURA BRASILEIRA

A Anistia Internacional (AI), *Amnesty International*, é uma organização não governamental, de direito privado, dedicada à defesa dos direitos humanos. Sua data de fundação pode ser considerada como sendo 28 de maio de 1961, em Londres, Reino Unido, por Peter Benenson. Nesta data, diante da grande receptividade de um primeiro artigo publicado no jornal *The Observer* pelo advogado Benenson, ele declarava que havia sido estabelecido um escritório para coletar informações como nomes, números e condições carcerárias daqueles que ele chamava de “prisioneiros de consciência”. A definição de prisioneiro de consciência era dada no mesmo artigo: “Qualquer pessoa que está fisicamente impedida (por encarceramento ou outra forma) de expressar (por palavras ou símbolos) uma opinião na qual ela honestamente acredita e que não defende o uso da violência”. (BENENSON, 1961.)²⁰⁰

A atuação desse tipo de organização em prol dos direitos humanos pode ser tanto de colaboração ou confronto com outros atores da política internacional, como os Estados ou organizações internacionais governamentais, a exemplo da ONU, através de campanhas diretamente direcionadas à opinião pública internacional, clamando por mudanças de políticas adotadas ou reformas específicas. (Cf. HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 222.)

Com efeito, as principais táticas de atuação da Anistia Internacional em favor dos prisioneiros de consciência eram os relatórios produzidos para sensibilização da comunidade internacional e o envio de cartas de apelo, repúdio e consulta às autoridades estatais, bem como cartas aos próprios prisioneiros de consciência. Os relatórios, dependendo das finalidades, eram amplamente divulgados aos contatos da organização. Há notícias, inclusive, que esses relatórios serviram de importantes contrapontos a informes governamentais tendenciosos: os relatórios produzidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América diferiram muitas vezes dos produzidos pela AI. Estados infratores dos direitos humanos, se aliados aos EUA, tinham pareceres atenuados e menos duros do que os produzidos pela Anistia Internacional. (Cf. POE; et al, 2001.) Por outro lado, todas as cartas, mesmo fazendo críticas às medidas macropolíticas e medidas de Estado, como institucionalização da tortura, sempre demonstravam interesse pela condição de um prisioneiro político, um indivíduo em específico, explicitado com nome completo e sobrenome em destaque. (Cf. MEIRELLES, 2014, p. 349.) A ideia inicial da AI era que cada grupo de três pessoas deveria adotar²⁰¹ três prisioneiros políticos,

200 - No original: “Any person who is physically restrained (by imprisonment or otherwise) from expressing (in any form of words or symbols) an opinion which he honestly holds and which does not advocate or condone personal violence”.

201 - No contexto da AI, adotar significava reunir recursos financeiros para o recolhimento de informações sobre o/a prisioneiro/a; a redação de cartas com a finalidade de libertá-lo/a; auxílio material para sua família

sendo cada um destes respectivamente do “ocidente”, do “oriente” e de um “dos países em desenvolvimento”; primeiro, segundo e terceiro mundo ou não alinhados. Com isso, estaria se mostrando a suposta imparcialidade e neutralidade da organização frente aos partidos e ideias políticas. Segundo Meirelles, (2014, p. 349.) essa estratégia de foco fundamental no indivíduo é marca da AI, pelo menos, até 1980.

Essa maneira de agir tinha como alvo provocar sentimentos na opinião pública, mormente a compaixão. A adesão da sociedade civil e apoio político eram baseados na capacidade de provocar compaixão e empatia.²⁰² Na leitura de Meirelles, essa é uma característica marcante das cartas escritas pelos membros da Anistia Internacional, (Cf. MEIRELLES, 2014, p. 349.) tendo como principal motivo para as cartas sempre citarem um prisioneiro em específico, para que a autoridade destinatária tivesse tal sentimento e respondesse positivamente, não com a libertação do prisioneiro, mas com informações sobre seu estado.

Em um sentido mais amplo, na visão do fundador Peter Benenson, o propósito subjacente à AI era proporcionar uma base comum para todos os idealistas do mundo, sob a qual pudessem cooperar em prol de um mundo melhor. Após o que ele diz ser o “eclipse” do socialismo, os idealistas estariam frustrados e sem alvo para seu entusiasmo. (Cf. MEIRELLES, 2014, p. 347.) A organização teria sido uma tentativa de “mobilização do idealismo” contra a polarização da Guerra Fria. Além disso, ao mesmo tempo, através das cartas, adoções e outras ações diretas, a AI envolvia as pessoas que se dedicavam à essas causas e lhes dava um sentido de participação, de envolvimento subjetivo.

No contexto da Guerra Fria que se vivia durante a fundação da AI, era um período de desilusão tanto com o socialismo, quanto com o capitalismo. As declarações e denúncias declaradas por Nikita Khrushchev dos crimes de Stalin, em 1956, fizeram com que milhares de partidários comunistas deixassem seus partidos, mais desilusão também com o mundo ocidental, “liberal” e “democrático” que fez questão de demonstrar seu poder atômico em civis inocentes, supriam com armamentos as guerras nas ex-colônias, bem como os tratamentos desumanos de repatriados, imigrantes forçados e refugiados destes conflitos. (Cf. MEIRELLES, 2014, p. 348.) Os refugiados do bloco soviético, por outro lado, dispunham de melhor proteção internacional e acolhida, já que serviam para evidenciar a superioridade do bloco capitalista. (Cf. JUBILUT, 2007, p. 28-29.) Porém, o intuito da AI era estar equilibrada, e assim neutra frente aos extremismos da Guerra Fria: a todo momento a organização se diz bem equilibrada (*balanced*) e assim tenta ganhar legitimidade frente a grande parte dos governos pelo mundo. (Cf. POWER, 1981, p. 30.)

Em termos mais contextualizados, a Anistia Internacional atuou denunciando abusos contra os direitos humanos dos prisioneiros políticos, visibilizando a tortura e repressão institucionalizada dos mais diversos governos no mundo desde sua criação. No

e para cobrir custos com advogados. (Cf. MEIRELLES, 2014, p. 333.)

202 - Sobre empatia ver: (HUNT, 2001.)

caso do Brasil, durante o regime ditatorial civil-militar, a AI teve um papel de divulgar e mobilizar a comunidade internacional sobre as atrocidades que o Estado Brasileiro cometia. Seu primeiro envolvimento com o país data de 1965, mas foi em 1970 que uma delegação da organização foi à Embaixada do Brasil em Londres demonstrar preocupação com os relatos de tortura; contato sem frutos positivos, negando inclusive o envio de uma missão da AI para averiguação. (Cf. POWER, 1981, p. 92.) Principalmente após o Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, a organização começa a recolher informações com exilados brasileiros na Europa e suas respectivas fontes, e também a Igreja, para lançar, em 1972, seu primeiro relatório exclusivo sobre Tortura e um dos mais longos até então: o Relatório sobre Alegações de Tortura no Brasil.²⁰³ (Cf. POWER, 1981, p. 93.) Tal documento compreendia denúncias recebidas de dezembro de 1968 a julho de 1972; a divulgação do relatório foi feita também em dois grandes jornais daquele país: *Times*, em 6 de setembro de 1972, e *International Herald Tribune*, em 9 de setembro de 1972. A principal conclusão que ali se salientava era a constatação de que a tortura no Brasil estava institucionalizada e era utilizada sistematicamente pela polícia e pelo órgão de segurança para investigação de crimes políticos, bem como para intimidação da população em geral. Segundo Meirelles, (2014) o relatório de 1972 foi o ponto máximo de repercussão negativa do regime cívico-militar brasileiro no Reino Unido, que já vinha recebendo cartas e denúncias da seção britânica da AI sobre graves infrações de direitos humanos no Brasil.

A importância desse tipo de informe se dá pela necessidade de sensibilizar governos que apoiavam a ditadura brasileira, pressionando-os para que ocorram mudanças; nesse sentido, a exemplo do impacto que se conseguia com a mobilização da comunidade internacional, James Green (2009, p. 149.) advoga que é a partir de 1968 que a grande imprensa estadunidense começa veicular material contra o regime brasileiro, tendo no artigo do professor Robert Levine, no *The New York Times*, em dezembro de 1968, marco inaugural. Grosso modo, Green mostra como a pressão internacional nos EUA resulta no discurso pró-direitos humanos do presidente Jimmy Carter, culminando com a perda de apoio dos EUA ao regime ditatorial brasileiro.

Apesar de alguns consideráveis êxitos, a AI não está livre de controvérsias e polêmicas; uma delas é o princípio de não violência. Originalmente, quando da sua fundação, os meios de ação da AI propagam o princípio de não violência: nem seriam utilizados meios violentos, nem seriam defendidos presos que utilizassem tais meios. Porém, casos notórios como a “adoção” de Nelson Mandela e do envolvimento na proteção do grupo alemão *Baader-Meinhof*, que envolviam movimentos armados, geraram controvérsia dentro da própria instituição. Controvérsia que teria sido resolvida com a publicação pela própria Anistia, em 1976, do documento “A Anistia Internacional e o uso da violência: uma nota explicativa”,²⁰⁴ onde foi estabelecido que a organização seria favorável e atuante

203 - *Report on Allegations of Torture in Brazil*, no original.

204 - No original: *Amnesty International and the use of violence: an explanatory note*.

para garantir um tratamento humano e o direito a um julgamento justo, sem distinção entre prisioneiros que fizeram uso ou não da violência. Contudo, a categoria “prisioneiros de consciência” somente seria aplicável aos que não houvessem recorrido à violência. Assim o documento resume os então três aspectos de atuação da AI: i) Libertação dos prisioneiros de consciência (i.e.: os não envolvidos com violência); ii) Julgamento justo dentro de um período razoável para *todos os prisioneiros políticos*; iii) tratamento humano a *todos os prisioneiros*. (MEIRELLES, 2014, p. 335.)

Desta forma, abrindo precedente e posteriormente sendo afirmado pela própria organização, a atuação da AI no Brasil não fez distinção entre presos políticos que utilizaram ou não violência. As diversas técnicas que foram utilizadas para sensibilizar e impedir maus tratos, pena de morte ou tortura foram orientadas a todos os prisioneiros, sem distinção de participarem de grupos armados ou não.

EMPATIA, GÊNERO E EMOÇÃO NOS DOCUMENTOS DA AI

A documentação que estamos analisando é um conjunto de fotos digitais recolhidas no Arquivo do Secretariado Geral da Anistia Internacional, nos anos 1970. A sede do secretariado era em Londres, mas o arquivo está hoje localizado em Amsterdã, no International Institute of Social History. Foram fotografados, em maio de 2014, documentos que mencionavam ou enfocavam a campanha contra a tortura nos países do Cone Sul, naqueles anos.

O uso da empatia no discurso é perceptível na documentação em vários formatos: jornal, dossiê histórico de países, lista de presos, prisioneiros do mês, tendo sempre a intenção de mobilizar a opinião pública e organismos internacionais para proteger os chamados prisioneiros políticos. Este mecanismo de empatia aparece na documentação, por exemplo, com a utilização de trechos de relatos das vítimas nos documentos e o uso de termos como “bloody monsters”²⁰⁵ para se referir aos torturadores, enfatizando sua “desumanidade”, ou seja, seu desrespeito aos direitos humanos. Outros adjetivos como horripilante, extremamente brutal, sofisticado, também são usados.

O uso de relatos pessoais de tortura nos documentos busca, através da subjetividade de cada indivíduo, legitimar o discurso e endossar os direitos humanos sensibilizando o público. Aparecem como pequenos relatos, criando o que Roland Barthes chama de *efeito de real* para o discurso, e, ao mesmo tempo, buscando atingir o público a partir de suas emoções. (BARTHES, 1988.) Esse uso era consciente e proposital. Em um relatório sobre as técnicas empregadas pela organização, o comitê executivo especificava: “Por métodos tradicionais da Anistia entendemos a produção de casos individuais, adoção por grupos, campanhas de escrita de cartas e tentativas de contactar o prisioneiro e sua família”²⁰⁶.

205 - “Monstros sanguinários” (trad. livre) Do arquivo AI 26 – Amnesty and Torture (London 1973), p.09.

206 - No original: *By “traditional Amnesty methods” is meant the production of individual case sheets, adoption by single groups, letter-writing campaigns and attempts to contact the prisoner and his Family*”, do documento

Desse modo, essas técnicas tentavam humanizar os prisioneiros, que em outro contexto poderiam ser vistos como guerrilheiros e terroristas, mas nesse caso são colocados como vítimas da tortura.

Ao mesmo tempo, o comitê levantava a importância de criar outras possibilidades de ação, incluindo pressões junto aos governos e organismos internacionais, além da imprensa, já que os métodos tradicionais não dariam conta da “epidemia de tortura” que parecia estar tomando conta do mundo. A expressão “epidemia de tortura” chama a atenção nos discursos de um dos principais ativistas, Eric Baker. É nesse espírito, o de combater uma “epidemia”, que esse arquivo mostra a articulação de uma campanha transnacional contra a tortura, que se espalhava pelos quatro cantos do mundo.

Em dezembro de 1973 foi organizada a Conferência pela Abolição da Tortura, em Paris, França, com a participação de representantes de diversos países e ONGs, além de jornalistas e observadores. Foram discutidas diversas medidas para a campanha contra a tortura como a criação de um código de ética internacional para policiais, militares, oficiais de justiça e de médicos, por exemplo, que colocasse a tortura como inaceitável, incluindo discussões sobre o direito, e até dever, de não se aceitar ordens superiores que determinassem o uso da tortura.

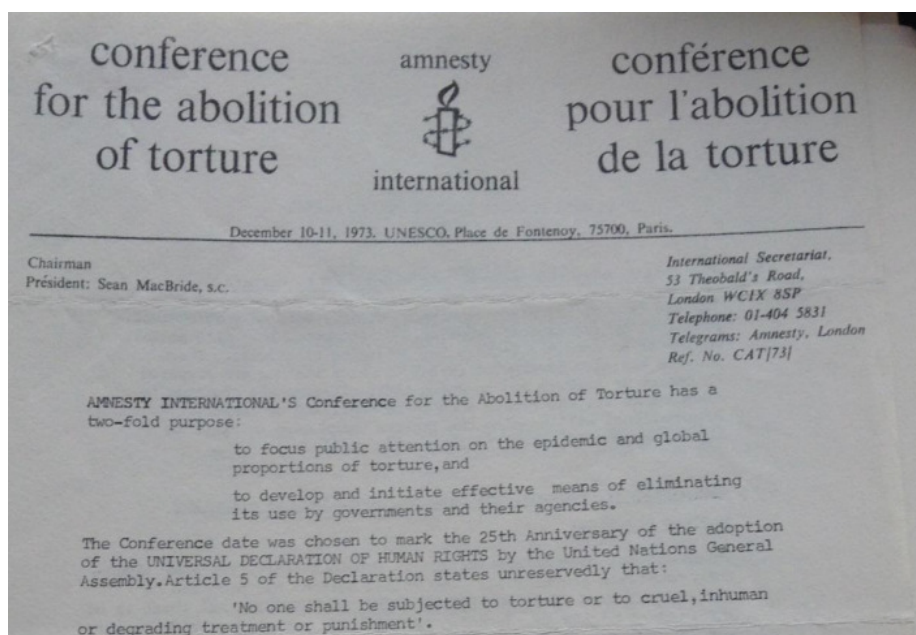


Figura. 1 – Anistia Internacional. *Conférence pour l'abolition de la torture*. 10 de Novembro de 1973

Na apresentação, o Presidente Sean MacBride coloca que o propósito da conferência era “[...] focar a atenção pública nas proporções epidêmicas e globais da tortura e desenvolver

Amnesty International, International Executive Committee, International Council Meeting, Utrecht 6-10 september 1972. Problems of Research Work and Traditional Amnesty Techniques.

e iniciar meios efetivos de eliminação do seu uso por governos e suas agências”.²⁰⁷

Essa comparação da tortura com uma doença aparece em diversos materiais:

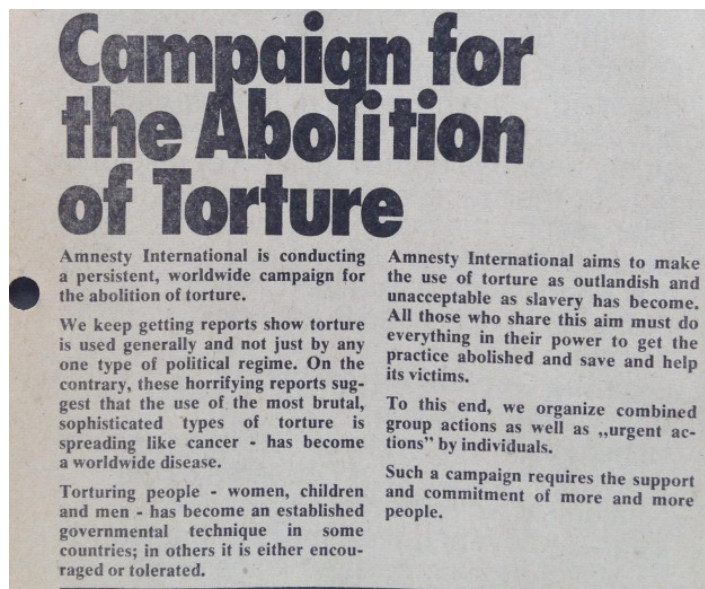


Figura 2 – Anistia Internacional. Recorte de Amnesty Journal. 1977

As vítimas são especificadas: *women, children and men*, o que chama a atenção para o fato de que a tortura era feita também contra mulheres e crianças, como se a esses a tortura fosse um ato mais cruel ainda. Da mesma forma a comparação com a escravidão, reforçada pelo uso do termo *Abolição* no título da campanha, ao remeter a um episódio histórico que também desumanizou uma grande parcela de vidas, faz com que sentimentos de indignação sejam despertados.

Sobre a adoção de presos de consciência do Ocidente, Oriente e de países em desenvolvimento, por grupos mobilizados na luta contra a tortura, como já explicado, denota-se uma espécie de obrigação daqueles melhor aquinhoados na sociedade mundial (no caso os europeus e norte-americanos), nos documentos uma *Noblesse Obligé*, frente aos pobres do mundo.

Diante de tudo isso, percebemos que as publicações da Anistia Internacional, mesmo com uma aparência formal e que mostra a seriedade de seu empreendimento, usa recorrentemente a retórica da emoção, do sofrimento e de valores como a compaixão e a solidariedade para mobilizar a opinião pública.

207 - No original: "to focus public attention on the epidemic and global proportions of torture and to develop and initiate effective means of eliminating its use by governments and their agencies." (Conférence pour l'abolition de la torture. (10 de Novembro de 1973.)

VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DENÚNCIAS DA ANISTIA INTERNACIONAL

Estudar o corpo, em nossa sociedade, é uma atividade que, literalmente, nos faz sentir na pele a pesquisa, as constatações, nosso imaginário a respeito. Isso porque nossa cultura, de diversas maneiras, remete ao corpo significados que são sentidos como incontestáveis por sua natureza física. É como se o corpo falasse por si só, através de arrepios, prazer ou dor. Os limites, as diferenças, os prazeres e tantas outras sensações físicas se transformam numa linguagem que nosso corpo interpreta em sensação também. Assim, pesquisar nos documentos da Anistia Internacional os vestígios de um episódio da História do Cone Sul Americano tão cruel ao corpo, a tortura nas ditaduras militares, nos faz sensíveis às dores infligidas a essas pessoas, tal como nós, de carne e osso, que tiveram seus corpos transformados em alvo dessa prática sistemática e injustificável. Nessa pesquisa, nos sentimos como o ogro da lenda que Marc Bloch já comparou aos historiadores: “Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. (BLOCH, 2001, p. 54.) Não foi difícil farejar a carne torturada nos documentos desse período, posto que durante as ditaduras militares a tortura foi um mecanismo de repressão do estado institucionalizado e os documentos trazem isso à tona. Soma-se a essa sensibilidade, o fato de a pesquisa atentar às violências de cunho sexual, que trazem suas próprias cargas históricas e culturais, como as questões de gênero que serão problematizadas a seguir.

Durante o período ditatorial dos países do Cone Sul Americano (Brasil, Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia), homens e mulheres militantes foram brutalmente torturados por representantes dos Estados, militares e civis.²⁰⁸ Contudo, é corrente na historiografia a ideia de que a tortura era diferenciada para as mulheres com relação aos homens. Como afirma a historiadora Olívia Joffily, às mulheres soma-se o peso das desigualdades de gênero, estabelecendo uma dupla relação de poder: “[...] a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero”. (JOFFILY, 2010, p. 227.) Desse modo, em muitos textos e documentos, admite-se que o gênero, na tortura dos regimes militares, foi explorado como uma via de violência particular às mulheres. A maternidade e a sexualidade são exemplos de questões em que as mulheres foram, nesse caso, duplamente torturadas, como fica claro neste trecho do documento Brasil Nunca Mais:

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma da tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras. (BRASIL..., 1985, p. 44.)

208 - Como explica Enrique Padrós: “O terror de estado aplicado na América Latina entre as décadas de 1960-1980, através das orientações das Ditaduras de Segurança Nacional e na forma da guerra contra insurgente, é um terrorismo de grande escala, dirigido a partir do centro de poder estatal, dentro ou fora de suas fronteiras”. (PADRÓS, 2008, p. 153.)

Temos que relativizar estas questões, pois certamente, como se percebe em inúmeros relatos de homens que foram torturados, estes também foram torturados sexualmente e aspectos de gênero foram utilizados em sua tortura, como acusações e piadas envolvendo práticas homossexuais ou a tortura de companheiras, esposas, namoradas e também filhas/os diante desses homens.

Tendo em vista que a articulação da Anistia Internacional era totalmente estratégica, a instituição declarava uma posição neutra, de humanidade acima da política e também acima de outros recortes de violências e desigualdades sociais. Sendo assim, ao analisar documentos da Anistia sobre as ditaduras militares no Cone Sul, percebemos que, de uma forma geral, existem poucos pronunciamentos sobre tortura em que a categoria gênero foi problematizada. Michelle Perrot, em *As mulheres ou os silêncios da história*, (2005) já explica que a dificuldade de escrever uma história das mulheres deve-se, inicialmente, ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. (Cf. WOITOWICZ, 2008, p. 254.) Essa pode ser uma das questões a serem levantadas quanto à relativa invisibilidade da distinção de gênero na documentação.

Em documentos como na edição de um jornal chamada *Women In Prison*,²⁰⁹ ou ainda em outros que trazem relatos de grávidas na prisão, de protestos do movimento argentino *Mães da Praça de Maio*²¹⁰ e até mesmo sobre a atuação de freiras na militância, o recorte de gênero é bastante evidente, porém, como não é muito problematizado no discurso da Anistia, cabe à nossa pesquisa essas discussões.

Procuramos, nesses documentos, averiguar como apareciam as diferenças de gênero nas denúncias da Anistia Internacional e, por ser um tipo de tortura confirmado por diversas entrevistas de ex-militantes e outras pesquisas (como a já referenciada Olívia Joffily), a frequência das denúncias de violências sexuais institucionalizadas durante os regimes militares.

Assim, primeiramente atentando aos documentos que indicam as desigualdades de gênero nas ditaduras, a Anistia publicou em 1977 um caderno chamado *Women in Prison*,²¹¹ no qual são enfatizados dois pontos principais: o aumento da participação das mulheres na política e em como ser mulher estava ligado a sofrimentos específicos. Se referindo a uma lista de 252 presas políticas, publicada em 1975, ano que foi considerado o Ano Internacional da Mulher, o jornal constata que:

209 - Caderno publicado pela Anistia Internacional em 1977, *Women In Prison*. Impresso em Great Britain by the Russell Press, Nottingham, 1977, Prisoners of Conscience Year, Amnesty International.

210 - As Mães da Praça de Maio é um movimento em que mulheres vão até a Praça de Maio, em Buenos Aires, protestar o desaparecimento de filhos e familiares ocorridos durante o regime militar argentino (1976-1983). O movimento, iniciado durante a repressão argentino, continua os protestos até hoje.

211 - *Women in Prison* – Printed in Great Britain by the Russell Press, Nottingham, 1977, Prisoners of Conscience Year, Amnesty International – Disponível no acervo digital do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com a publicação da lista, a AI não procurou argumentar que as prisioneiras nomeadas nela foram presas ou restritas porque eram mulheres. Ao contrário, o tamanho da lista indica o crescimento da participação das mulheres no processo político, sua preocupação ativa na política, e as condições econômicas e sociais em suas próprias sociedades. No entanto, o fato de que eram mulheres era diretamente relevante para o seu sofrimento, tornando-as especialmente vulneráveis à tortura e maus-tratos infligidos tanto a prisioneiros do sexo masculino como do sexo feminino, e dando particular significado à separação forçada de crianças e famílias sofrida por todos os prisioneiros políticos. (*Women in Prison*, tradução livre²¹²)

Esse mesmo caderno ainda acrescenta sobre as Ditaduras na América Latina:

Numerosas mulheres latino-americanas estão entre aqueles que sofreram prisão e tortura brutais nas mãos de regimes repressivos. Em alguns países (por exemplo, no Chile, nos meses e anos seguintes de setembro golpe de 1973), a tortura infligida às mulheres presas frequentemente tem tomado a forma de brutalidade sexual administrada pelos interrogadores do sexo masculino. (*Women in Prison*, tradução livre²¹³)

Segundo Joffily, as torturas de cunho sexual foram preferencialmente aplicadas às mulheres. Em seus estudos, a autora ressalta que praticamente todos os torturadores eram homens e que “[...] para eles, as mulheres das quais queriam obter informações eram ‘putas’, nada mais lógico do que alternar as seções de tortura com violência sexual”. (JOFFILY, 2010, p. 227.) Assim, podemos considerar também que, de certa forma, toda tortura é também sexual, pois a primeira atitude dos torturadores era desnudar as pessoas. (Cf. WOLFF, 2010. p. 983.)

As constatações dessas pesquisas são confirmadas com as denúncias de tortura publicadas pela Anistia. Há diversos documentos trazendo denúncias, dados e relatos de militantes que nos ajudam a contar esse episódio. Abaixo, trazemos alguns exemplos do que encontramos sobre tortura sexual seguidos de comentários e breves interpretações.

212 - No original: “In publishing the list, AI did not seek to argue that the prisoners named in it were imprisoned or restricted because they were women. Rather, the size of the list indicated the growing extent of women’s participation in the political process, and their active concern at the political, social and economic conditions in their own societies. Yet the fact that they were women was directly relevant to their suffering, making them especially vulnerable to the torture and mal-treatment inflicted alike on male and female prisoners, and giving a particular significance to the enforced separation from children and family suffered by all political prisoners”.

213 - Numerous Latin American women are amongst those who have suffered imprisonment and often brutal torture at the hands of repressive regimes. In some countries (for instance in Chile in the months and years following the September 1973 coup) the torture inflicted on women prisoners has frequently taken the form of sexual brutality administered by male interrogators.

No trecho do documento que traz relatos de tortura de prisioneiros políticos latinos americanos, *Amnesty and Torture*, (1973) a vítima conta como foi despida por policiais e sofreu choques elétricos em várias partes do corpo, incluindo os órgãos sexuais. Nesse documento, curiosamente, os nomes das vítimas e dos locais de tortura são ocultados:

Eu permaneci incomunicável por dois meses, doze dias, dos quais foram gastos na sede da O... – ali eu sofri todos os tipos de tortura – física e mental. Brutalmente despida por policiais, eu fui colocada na ‘cadeira do dragão’ (uma espécie de placa metálica) com as mãos amarradas a fios elétricos e em várias partes do meu corpo, incluindo a língua, orelhas, olhos, pulsos, mama e órgãos sexuais. (*Amnesty and Torture* -1973, tradução livre²¹⁴)

Sabemos que se trata do Brasil, e possivelmente se tratava da Operação Bandeirante em São Paulo, pois a Cadeira do Dragão era o nome conhecido no Brasil de um instrumento de tortura que, a despeito de usar eletricidade, lembrava a inquisição. A omissão do nome recebe significado ao lembrarmos que uma das estratégias da Anistia Internacional em suas publicações era justamente personificar as vítimas de tortura, levar seus nomes aos documentos, delinear a história da vítima, buscando através do relato, a subjetividade de cada indivíduo para gerar empatia e sensibilizar o público.

Isso nos leva a crer que, nesse caso, quanto às mulheres, essa omissão visava, de certa forma, a proteção da imagem da vítima. Publicar o relato de uma mulher que foi estuprada em sessões de tortura poderia, ao invés de mobilizar a opinião pública contra os agentes repressores, jogar contra ela uma parcela da responsabilidade do crime, pois “[...] para as mulheres, sempre pairava a ideia de que elas eram ‘corresponsáveis’ por sua violação, na medida em que eram atraentes ou que eram mulheres”. (WOLFF, 2015, p. 984.) Uma espécie de culpa pelo estupro só por ser mulher. Outro lado a se pensar é em como a publicação de um estupro poderia adicionar um pesado marcador social no corpo da mulher.

Mesmo uma instituição de defesa de direitos humanos, como a Anistia Internacional, estava embebida numa cultura normativa. É preciso levar em conta, também, a constituição histórica da organização, originalmente de valores cristãos, que procurava restabelecer o laço e a consciência de humanidade, os “direitos humanos em geral”, sem grandes distinções na abordagem, assim, preservando a imagem de mulheres que foram violentadas.

Outro ponto que analisamos foi de como a caracterização de estupro era diferente. A introdução de objetos nos órgãos sexuais, muitas vezes, não foi considerada como tal e é o que mais frequentemente aparece nos documentos. Conforme o trecho de uma

214 - No original: “I remained incommunicado for two months, twelve days of which were spent in O... headquarters – here I suffered all sorts of physical and mental torture. Brutally stripped by policemen I was put on the ‘dragon chair’ (a kind of metallic plate) with my hands tied to electric wires and various parts of my body, including the tongue, ears, eyes, wrists, breast and sex organs”.

entrevista citada no texto de Olívia Joffily, a entrevistada diz que: “Fui torturada 70 dias, não fui violentada sexualmente, não fui estuprada, mas fui violentada porque colocaram um pau de vassoura com fio amarrado na minha vagina e deram choque”. (JOFFILY, 2010, p. 228.) Em outro trecho de um documento da Anistia, de relatos de prisioneiros políticos da Bolívia,²¹⁵ ocorre o mesmo:

“Eles me torturaram por seis horas”, disse ela em um sussurro. “Eles me jogaram no chão e uma mulher policial pulou e pisou em cima de mim, por trás e pela frente. De vez em quando um homem se juntava a ela e me batia com o punho.” Ela disse que sofreu hemorragias retais e vaginais graves e tinha dores agudas nas costas. (Bolivian Civil Rights Widely, 26th December, 1973, tradução livre²¹⁶)

A linguagem da denúncia não é clara quanto à natureza sexual da tortura, porém as consequências relatadas logo em seguida (hemorragias retais e anais) comprovam por si o abuso sexual. Foi com essa lógica ampliada de pensar a violência sexual que analisamos os documentos.

Pensando no discurso utilizado pela anistia para falar de violências sexuais, encontramos um material bem consistente que não deixa dúvida de que essa foi sim uma técnica especializada dentro do uso tortura. Termos como estupro e sadismo foram recorrentes em tais leituras.

Em Relatório sobre a Tortura, no Paraguai,²¹⁷ ocorre a denúncia da tortura institucionalizada. A descrição do relatório fala dos abusos sexuais em mulheres e é enfática ao afirmar que entre os torturadores estão deficientes mentais e sexualmente perturbados:

A tortura geralmente ocorre imediatamente após a prisão, durante as fases de interrogatório. Tanto o Ministério do Interior e do Departamento de Crimes e Vigilância em Assunção realizam tortura em seus respectivos centros. Técnicas parecem concentrar-se na brutalidade física, apesar do abuso sexual de mulheres presas ocorrerem dentro das Delegacias, e as famílias também serem ameaçadas. A tortura é frequentemente testemunhada por generais do exército e por uma figura política proeminente, e é realizada por equipes cujos membros incluem deficientes mentais e sexualmente perturbados. (*Relatório sobre a Tortura*, tradução livre²¹⁸).

215 - Bolivian Civil Rights Widely, 26th December, 1973.

216 - No original: “They tortured me for six hours”, she said in a whisper. “They threw me to the ground and a policewoman jumped on me and trampled all over me, back and front. From time to time a man joined her and beat me with his fist”.

217 - Relatório sobre tortura – Anistia Internacional – *Pesquisa mundial sobre tortura*. Esse documento é um recorte sobre a situação do Paraguai e Uruguai.

218 - No original: “Torture usually takes place immediately after arrest, during the interrogation stages.

Também em trecho do Jornal *The Guardian March*,²¹⁹ em que o escritor e correspondente sueco Mr. Johansson vem ao Brasil, ao relatar a situação da tortura no país, ele cita os principais tipos de tortura utilizados e usa o termo “estupro sádico”:

Entre as torturas sobre os quais a Anistia tem recolhido material estão a Cadeira do Dragão – uma cadeira de metal ligada a uma corrente elétrica; espancamentos e estupro sádico; o Telefone – golpes simultâneos em ambas as orelhas; o Pouco Pode – onde os presos são forçados a ficar por longos períodos nas bordas serrilhadas de pequenas latas abertas e o Pau de Arara – em que os prisioneiros são pendurados em um pau pelas articulações dos joelhos e recebem choques. (*The Guardian March*, tradução livre²²⁰)

Em outro documento, da Anistia, sobre o Chile, aparece também o termo “estupro”. Nesse documento, fala-se que no Chile, estupro e outros abusos sexuais são usados.

É possível a constatação da dimensão do uso de violência sexual como método sistemático de tortura, como quando os documentos trazem o seguinte:

De acordo com o testemunho de muitos ex-prisioneiros políticos, aqueles que são torturados são geralmente despidos e espancados por mãos ou com bastões de madeira, mangueiras de borracha ou fios. O estupro é comumente relatado por mulheres prisioneiras. Alguns prisioneiros são pendurados por horas com as mãos amarradas atrás das costas. (Bolivian Civil Rights Widely, 26th December – 1973, tradução livre)²²¹

Para falar sobre o uso estratégico da maternidade na tortura às mulheres, trouxemos o recorte de um documento que fala sobre crianças vítimas de tortura. Nele há o registro de uma mulher, mãe, em que sua filha de apenas três anos foi torturada e usada também

Both the Ministry of the Interior and the Department of Crimes and Vigilance in Asuncion carry out torture in their respective centres. Techniques seem to concentrate on physical brutality, although sexual abuse of women prisoners takes place within the Comisarias, and families are also threatened. Torture is frequently witnessed by Army Generals and by a prominent political figure, and is carried out by teams whose members include the mentally deficient and the sexually disturbed”.

219 - Essa leitura também é de um recorte do Jornal *The Guardian March*, de 1970.

220 - No original: “Among the tortures about which Amnesty has been collecting material are the Dragoon’s Chair – a metal chair connected to an electric current; beatings and sadistic rape; the Telephone – simultaneous blows on both ears; the Little Can – where prisoners are made to stand for long periods on the serrated edges of small opened tins; and the Pau de Arara – in which prisoners are hung from a pole by the joints of the knees and given electric shocks”.

221 - Relatos de presos políticos bolivianos. Bolívia – Article from the NY Times, Bolivian Civil Rights-1973. No original: “According to testimony by many former political prisoners, those who are tortured are generally stripped naked and beaten by hand or with wooden poles, rubber hoses or wires. Rape is commonly reported by women prisoners. Some prisoners hung for hours with their hands tied behind their backs”.

em tortura psicológica infligida à mãe. O relato da vítima conta que:

Em um certo número de casos descritos no relatório, as crianças têm sido submetidas a tortura. Em um exemplo citado no relatório da Anistia Internacional, uma mãe de refugiados alegou em 1975, que sua filha de três anos de idade tinha sido torturada diante de seus olhos durante quatro dias em um centro de detenção do Chile. “*Eles despiram minha pequena filha e chicotearam-na com um chicote de couro. Colocaram-na em um barril com água gelada até que ela quase se afogou. Ameaçaram estuprá-la e chicotearam-na novamente. Isso foi repetido quatro vezes por dia durante quatro dias*”, disse ela. O objetivo da tortura, segundo a mãe, era obter informações sobre o paradeiro de seu marido, um sindicalista de 33 anos que se opunha a junta chilena. (Amnesty International says children are victims of political persecution – August 1979, tradução livre²²²)

É um relato que, por utilizar sentimentos de proteção quanto às crianças pequenas, e ainda associados à maternidade, gera revolta, repulsa, e nos coloca frente ao absurdo do uso da tortura.

Entre as publicações sobre a Argentina, no documento *Denúncias na Argentina – Maio 1978* aparecem diversos tipos de relatos de tortura com recorte de gênero. Fala-se do desaparecimento de duas freiras francesas que atuavam na Argentina: Alicia Domon e Leonie Duquet. Alicia atuava num movimento que tentava localizar pessoas desaparecidas e Leonie Duquet não tinha, aparentemente, ligação direta com esse movimento. Junto a um grupo de 14 pessoas (estavam ligadas ao *Comitê de Familiares de desaparecidos e presos por razões políticas*) as freiras foram sequestradas. Em 30 de Março de 1978, foi noticiado através do jornal francês *Le Monde* a morte das duas freiras e a descoberta dos seus corpos dois meses antes na praia entre Bahia Blanca e o Mar Del Plata. Também estava nesse grupo de sequestrados a médica paraguaia Esther Ballestrino de Careaga. O corpo desta foi encontrado ao mesmo tempo, no Rio da Prata.

Na mesma publicação, foram denunciados cinco casos de tortura em mulheres grávidas, detidas entre 1975 e 1977. São elas: Silvia Angelica Corazza de Sanchez, Silvia Monica Quintela Dalasta, Veronica Handl Alvarez, Maria José Yofre e Isabel Gamba de Negrotti. Isabel Negrotti abortou dois dias após ser detida devido aos choques elétricos recebidos na vagina. Abaixo seguem trechos da denúncia de tortura de Veronica Alvarez, a que mais impressionou devido ao seu grau de truculência.

222 - Amnesty International says children are victims of political persecution – August 1979. No original: “In a number of the cases described in the report, children have been subjected to torture. In one instance cited in the Amnesty International report, a refugee mother alleged in 1975 that her three-year-old daughter had been tortured before her eyes for four days in a Chilean detention center. ‘They undressed my little daughter and whipped her with a leather whip. They put her in a barrel with ice water until she almost drowned. They threatened to rape her and whipped her again. This was repeated four times a day for four days’, she said. The purpose of the torture, according to the mother, was to obtain information about the whereabouts of her husband, a 33-year-old trade unionist who opposed the Chilean junta”.

Veronica Handl Alvarez, com a dupla nacionalidade austríaca e argentina, desapareceu em 5 de Setembro de 1976 em Buenos Aires. Grávida de um mês, foi mantida no presídio Villa Devoto. Nos primeiros dois meses de prisão, ela sofreu intensas sessões de tortura:

Tortura elétrica: amarrada nua numa cadeira de metal com fios elétricos em seus dedos das mãos e dos pés. Depois levada para uma cama de madeira e submetida a tortura elétrica por todo o seu corpo, principalmente na genitália. Durante a tortura elétrica, um médico estava presente. Ele fazia auscultação em seu coração diversas vezes e garantia que estava tudo certo em continuar a tortura [...] Água gelada era derramada sobre ela, especialmente depois da tortura elétrica. [...] Ela foi vendada com esparadrapo e em total isolamento por dois meses numa pequena e gelada cela solitária sem banheiro [...] Ela era privada de sono: era despertada a toda hora por diversas noites e ordenada a tomar banhos gelados, com ou sem suas roupas [...] Tortura sexual: *sham intercourse*, (ou seja, estupro) incluindo masturbação por guardas do sexo masculino. (Amnesty International says children are victims of political persecution – August – 1979, tradução livre²²³)

Noutro relatório, documento pesado que cheira à barbárie, em trecho que fala sobre métodos de tortura, o termo estupro é utilizado e relata-se, inclusive, casos de castração:

Os métodos mais comuns de tortura são: tratamento de choque elétrico; tortura com água; espancamentos com punhos, cassetetes, coronhadas e paus (tem havido casos de mulheres grávidas tão espancadas que têm abortado); queimaduras de cigarro; uso constante do capuz (hooding), privação de comida, bebida e sono; abuso sexual, como estupro. A Anistia Internacional também recebeu denúncias de tortura através da remoção de dentes, unhas e olhos; queimaduras com água a ferver, óleo e ácido e até mesmo de castração. (AI – Denuncias na Argentina, Maio 1978, tradução livre²²⁴)

223 - Amnesty International says children are victims of political persecution – August – 1979. No original: “Electrical torture: tied naked to a metal chair with electrical wires on her fingers and toes. Later placed on a wooden bed subjected to electrical torture all over her body, especially on the genitalia. On this occasion she was also beaten with an iron rod on the abdomen: this caused vaginal bleeding. During the electrical torture, a doctor was present. He did auscultation of her heart several times, and established that it was alright to continue the torture. [...] Cold water was poured over her, especially after electrical torture. [...] She was blindfolded with adhesive plaster and in total isolation for two months in a very small and very cold single cell without a toilet. [...] She was deprived of sleep: she was roused every hour for several nights and ordered to have a cold shower, with or without her clothes on. [...] Sexual torture: sham intercourse, including masturbation by male warders”.

224 - No original: “The most usual methods of torture are: electric shock treatment; water torture; beatings with fists, truncheons, rifle butts and sticks (there have been cases of pregnant women so badly beaten that they have miscarried); cigarette burns; hooding; deprivation of food, drink and sleep; sexual abuse such as rape; Amnesty International has also received allegations of torture by removing teeth, fingernails and eyes, by burning with boiling water, oil and acid and even by castration”.

Na publicação de um relatório da Anistia acerca da situação dos direitos humanos na América Latina, em 1976, aparecem muitos “casos chave” de tortura. No texto, existe a citação de tipos de tortura empregada pelos governos militares em países do Cone Sul: “Descargas elétricas, latas, submarinos²²⁵ e as torturas sexuais empregadas no Chile, Brasil e Uruguai”. Sobre tortura sexual, nesse relatório, chama a atenção o caso de um corpo encontrado no rio chileno Mapocho:

Em 24 de Setembro [de 1973] apareceram no Rio Mapocho, altura da ponte Bulnes, os cadáveres, entre outros, de Miguel Hernán Moreno Caviedo (lhe faltava um braço) e de Sergio Emilio Aguilar Núñez (com os órgãos genitais mutilados), que haviam sido detidos na noite anterior. (Situación de los derechos humanos en la América Latina – França, Setembro de 1976, tradução livre²²⁶)

Trouxemos esses exemplos em que constam nos discursos da Anistia Internacional a tortura sexual em corpos masculinos para fazer uma breve reflexão acerca da masculinidade nessa conjuntura. Em comparação ao material que denuncia as violações em corpos femininos, há muito pouco, quase nada sobre os masculinos.

Ocorre uma omissão de denúncias de violências sexuais contra os homens. Levantamos a hipótese de que essa omissão seja devida ao peso da masculinidade. Afinal, como seria para os homens relatar as situações de tortura sexual que sofreram na ditadura militar? A impressão que fica é que, mesmo na dor das memórias de tortura ou até em relatos oficiais, pesa a construção da masculinidade e o contar esse tipo de experiência seria como assentá-la, torná-la ainda mais real e, portanto, o homem exerceria um papel no qual ele é ao mesmo tempo vítima, cúmplice e o responsável por trazer à tona uma situação constrangedora que invade, penetra, atinge um corpo que é construído dentro da subjetividade masculina para ser inviolável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que tentasse manter uma aparência de uma instituição “imparcial”, a Anistia Internacional ajudou a criar uma opinião pública que influenciou muito a maneira como os regimes ditatoriais do Cone Sul foram vistos internacionalmente e, para isso, os relatos de casos individuais, em que as características de gênero são muitas vezes enfatizadas, bem como a violência sexual, tiveram significância neste processo.

O gênero aparece, assim, como relato e como estratégia de sensibilização do público internacional. Ainda que os informes e relatórios da AI mostrassem uma escrita que

225 - Chamavam de submarino a tortura por afogamento.

226 - No original: “En 12 de septiembre aparecieron en el Río Mapocho a la altura del puente Bulnes, los cadáveres, entre otros, de Miguel Hernán Moreno Caviedo (le faltaba un brazo) y de Sergio Emilio Aguilar Núñez (con los órganos genitales destrozados) quienes habían sido detenidos la noche anterior”.

ênfatizava dados, nomes, locais, e buscava certa “neutralidade política”, ênfatizando os aspectos humanos, os discursos destacavam as emoções. Estas emoções poderiam suscitar a empatia do público a partir de sentimentos recorrentes como a questão da maternidade, a proteção às crianças, a própria ideia de fragilidade feminina. A violência sexual, por supostamente gerar prazer ao torturador, seria injustificável, e contra todos os códigos de honra.

Vivemos um momento insólito no Brasil (2016). A Ditadura tem sido evocada por muitos como um tempo de fartura e segurança, deputados chegam a dedicar seus votos pelo “impeachment” de um governo de cunho popular, eleito pela maioria do povo brasileiro, a torturadores. Mais uma vez vemos nas ruas do país a repressão a protestos dos estudantes e das mulheres. Vale a pena refletir se as denúncias ainda são capazes de suscitar empatia e se essa empatia será suficiente para que não caiamos novamente em práticas totalmente desvinculadas dos ideais dos direitos humanos, da dignidade de mulheres e homens, de sua possibilidade de expressão livre e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENENSON, Peter. The Forgotten Prisoners. *The Guardian*, 28 Maio 1961. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/uk/1961/may/28/fromthearchive.theguardian>>. Acesso em: 14 Nov. 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

GREEN, James Naylor. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. Tradução S. Duarte. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

JOFFILY, Olívia Rangel. O Corpo Como Campo de Batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFE, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

MEIRELLES, Renata. A Anistia Internacional e o Brasil: o princípio da não-violência e a defesa de presos políticos. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, Jan./Abr. 2014.

OLIVEIRA, Núcia A. S. de; SILVA, Janine Gomes da; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, feminismos e ditaduras do Cone Sul: perspectivas recentes. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, Set./Dez. 2015.

PADRÓS, Enrique. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

WOITOWICZ, Karina J. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, Jan./Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a24v16n1.pdf>>. Acesso em: 15 Nov. 2015.

POE, Steven C.; CAREY, Sabine C.; VEZQUEZ, Tanya. How are These Pictures Different? A Quantitative Comparison of the US State Department and Amnesty International Human Rights Reports, 1976-1995. *Human Rights Quarterly*, v. 23, n. 3, Aug. 2001. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/hrq/summary/v023/23.3poe.html>>. Acesso em: 14 Nov. 2015.

POWER, Jonathan. *Amnesty International: Human rights story*. Oxford (UK): Pergamon Press, 1981.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. *Sæculum Revista de História*, João Pessoa, v. 18, Jan./Jun. 2008. Disponível em <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11395>>. Acesso em: 14 Nov. 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, Set./Dez. 2015.

FONTES

Documentação da Anistia Internacional datada nas décadas de 1970 e 1980, referente às ditaduras do Cone Sul, registradas pela profª Drª Cristina Scheibe Wolff no International Institute of Social History sediado em Amsterdam (Holanda) para o acervo do LEGH.

Article from the NY Times, Bolivian Civil Rights Widely Violated, 26th December, 1973.

AI 26 Amnesty and Torture (1973)

Women In Prison, 1977. Prisoners of Conscience Year, Amnesty International.

Situacion de los derechos humanos en la America Latina – Publicação da Anistia Internacional na França – Setembro de 1976.

Relatório sobre Tortura – Anistia Internacional – Pesquisa mundial sobre tortura. (Recorte sobre Paraguai e Uruguai).

Jornal The Guardian March, 1970. (Recorte de jornal).

Anistia Internacional – Denúncias na Argentina – Maio 1978.

Amnesty International says children are victims of political persecution – August – 1979.

SOMANDO SENTIMENTOS E AFETOS: A (RE) CONCILIAÇÃO DO PESSOAL E DO POLÍTICO NOS RELATOS DE NETOS/AS RESTITUÍDOS/AS NA HISTÓRIA RECENTE DA ARGENTINA

Marina Lis Wassmansdorf²²⁷

INTRODUÇÃO

Perdoné a mi apropiador por lo que me hizo a mí. Del resto deben encargarse la sociedad y la Justicia. Pero esa atrocidad no cancela el amor. No. El amor no puede cancelarse de manera forzada. Para mí sería mucho más fácil, no tendría contradicciones. Pero, ¿qué ser humano no tiene contradicciones?

Victoria Donda Pérez (GRITTA, 2014.)

Este relato da neta Victoria Donda Pérez, 39 anos, restituída quando tinha 26, expõe o conflito que mais me instigou desde que comecei a estudar a restituição dos netos/as apropriados/as durante a ditadura no país vizinho. De um dia para o outro, aqueles que os/as criaram desde a primeira infância, construindo relações bastante íntimas, de admiração e de afeto, passam a ser representados como os seus próprios algozes. Por essa razão, são diversos os sentidos, sentimentos e posições que os netos/as têm sobre seus/suas apropriadores/as – podendo trafegar numa mesma fala, de uma figura materna ou paterna até significados mais “duros”, de “repressor”, de alguém que cometeu crimes indefensáveis, contra a humanidade. Esse conflito aparece principalmente nas narrativas daqueles netos/as criados por pais que atuaram no regime militar. As apropriações por militares geraram vínculos complicados e delicados. No entanto, ainda que boa parte dos netos/as restituídos/as tenha tomado consciência da atuação de seus pais de criação na sua apropriação e tenham se engajado politicamente²²⁸ (Victoria Donda Pérez é advogada e

227 - Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). E-mail para contato: marinawass@gmail.com

228 - Parte dos netos/as participa não só de conferências e atos realizados pela própria instituição *Abuelas*, fazem-se presentes também em eventos comemorativos e marchas pela memória dos desaparecidos da ditadura; muitos dão entrevistas periodicamente, e, alguns, particularmente, são atuantes na busca de outros netos/as desaparecidos. Além disso, netos/as como Victoria Montenegro e Juan Cabandié são militantes políticos e reconhecidos ativistas pelos direitos humanos no país, tendo os dois concorridos a eleições para

militante pela causa dos direitos humanos na Argentina), reitero que os vínculos e o afeto não são simplesmente cancelados. E é essa contradição apresentada pela neta Victoria que funciona como guia para a minha pesquisa,²²⁹ parte dela apresentada nestas próximas páginas.

O presente trabalho apresenta como tema a reconciliação do pessoal e do político nos relatos de restituição de netos/as apropriados pela ditadura argentina, em vista de sua dimensão política. Esses netos/as nasceram em cativeiro e/ou foram sequestrados/as ainda crianças durante a última ditadura argentina (1976-1983), e através da ação contínua de suas avós, conformadas na organização *Abuelas de Plaza de Mayo*, foram identificados/as e “restituídos/as”, tomando consciência de sua condição de filhos/as de desaparecidos.

Como fonte, utilizo os relatos de netos/as restituídos/as, protagonistas do documentário *Acá Estamos: historias de nietos que recuperaron su identidad*, (2012) veiculado em 2012, na televisão aberta argentina. Com direção e roteiro de Paula Romero Levit, a série documental deu suporte aos relatos de netos/as apropriados acerca de sua trajetória após serem “restituídos/as”. A realização da produção ficou a cargo de Zafra e Barakacine, produtoras independentes de audiovisuais da Argentina, juntamente com *Abuelas de Plaza de Mayo*. A trilha sonora apresenta a música-tema de Lisandro Aristimuño: *Y vos adonde estás*. É uma clara alusão ao trabalho das avós, na busca incessante dessas crianças desde a ditadura.

Ao longo dos últimos anos, os netos/as restituídos/as se converteram em símbolo nacional. Suas prerrogativas se inserem na medida em que a restituição é entendida, por *Abuelas*, como a resposta coletiva que a sociedade argentina deve a si mesma. Por meio desta problemática, pretende-se compreender como os netos/as lidam com a expectativa pública de ser um neto restituído e como conciliam o afeto privado e a condenação pública daqueles que, até o momento de sua localização, eram seus entes mais próximos. Entrelaçado a esse objetivo, será efetuada uma análise do próprio documentário – em suas intenções subjetivas e políticas.

Para Beatriz Sarlo, crítica literária argentina, o fato de vivermos numa época de forte subjetividade fez com que as prerrogativas do testemunho se apoiem no fato de que o pessoal passou a adquirir um lugar que não é apenas da intimidade, mas sim do que se manifesta no público. No campo da História, são os estudos historiográficos das subjetividades e das sensibilidades que analisam a constituição histórica dos afetos e/ou

cargos no legislativo.

229 - Este capítulo é um compilado de trechos de meu trabalho de conclusão de curso e se costura às novas ideias e categorias que recém tenho contato, como a de agência. Foi defendido no semestre de 2015.1, para o curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob orientação da professora Dr^a Mariana Joffily. Intitulado “*Y vos adonde estas: dimensões políticas e subjetivas nos relatos de netos restituídos/as (Argentina, 2012)*”, o trabalho pretendeu analisar os relatos dos netos e netas presentes em um documentário divulgado pela televisão aberta argentina no ano de 2012, com foco nas subjetividades e no parentesco.

das subjetividades pelas quais os sujeitos constituem maneiras de ser e de viver. Portanto, no presente trabalho, as emoções, os afetos e os sentimentos, presentes nos relatos dos netos/as restituídos/as, serão abordados pelo prisma da História Cultural, da História das Sensibilidades e da categoria de agência, em vista da dimensão do pessoal-político. Além dessas abordagens, a memória e a perspectiva da História do Tempo Presente também serão instrumentalizadas.

A História das Sensibilidades, uma vertente do campo da História Cultural, numa definição do historiador Daniel Wickberg, “[...] foca na prioridade dos diferentes modos de perceber e de sentir, as condições e formas pelas quais os objetos são concebidos, experienciados e representados no passado”. (WICKBERG, 2007, p. 662. Tradução minha) Nesse mesmo entendimento, a autora Frederique Langue salienta que a sensibilidade é uma maneira inédita e não resignada de fazer história, a qual abriu uma nova brecha nas fontes e transpôs silêncios ao reavivar palavras esquecidas. “Impregnado de emoções e paixões na esfera de um cotidiano distante do dia-a-dia das elites governantes”. (LANGUE, 2006 p. 22.)

É por isso que, neste ensaio, me disponho a inserir os sentimentos e afetos – por muito tempo considerados do âmbito privado – em seu conteúdo político. Apoiando-me nas análises de Cristina Sheibe Wolff, (2012) compreendo as emoções, os afetos e os sentimentos como uma retórica, um discurso. Dessa forma, sua instrumentalização, ao causar empatia, mobiliza politicamente. Em sua pesquisa mais recente, a historiadora pretende compreender como movimentos familiares de direitos humanos, em resistência à ditadura:

[...] transformaram a emoção que perpassa os laços familiares, os discursos de gênero, as amizades, em bandeiras políticas, criando uma nova retórica e transformando aquilo que poderia ser visto como fragilidade ou fraqueza, em força e agência. (WOLFF, 2012, p. 6.)

Assim, a capacidade de causar movimentos de solidariedade, compaixão, e, por conseguinte, empatia, fazem-se por meio dos usos políticos que se fazem da emoção, sendo intencionais ou não – e por isso a noção de agência. Lembrando que Sherry B. Ortner relaciona a agência com a intencionalidade dos atores, assumindo que todos os atores sociais “têm” agência. (Cf. ORTNER, 2006, p. 47.) Ao implicar necessariamente uma relação de poder, Ortner define a agência como a capacidade “[...] de desejar, formar intenções e agir criativamente”. (ORTNER, 2006, p. 53-54.)

Para a análise dos relatos dos netos/as restituídos/as faz-se necessário, ainda, a instrumentalização da memória e o uso da perspectiva da História do Tempo Presente. A memória, por sua pretensão de verdade, é entendida como discurso (Cf. RICOEUR, 2007.) e será relacionada com o conceito de “memória emblemática” elaborada por Steve Stern. Já a História do Tempo Presente tem como chave de entendimento os processos sociais considerados “traumáticos”. (Cf. FICO, 2012.)

Se a compreensão pelo “trauma” for utilizada nas ditaduras militares da América Latina (o exemplo mais cabal que temos na nossa História Recente²³⁰), deve ser feita a partir de certos cuidados específicos, tanto em relação à delicadeza na abordagem quanto ao cuidado teórico-metodológico. Como fazer uma história das vítimas sem ser romântica ou vitimizadora? Não apenas a abordagem teórico-metodológica deve ser aplicada, mas também a própria cautela na construção narrativa, que busque ultrapassar as classificações simplistas e que compreenda os limiares, a zona cinzenta que existe para além da oposição vítima e agentes da repressão. (Cf. FICO, 2012.) Nesse ponto de vista, a socióloga argentina Ludmila da Silva Catela considera que a análise acerca das apropriações deve se afastar de compreensões parciais e individuais, de anormalidade e/ou patologia, inerentes à cultura autoritária das forças armadas e policiais. (CATELA, 2005.)

Concordando com a autora, proponho-me a distanciar-me de discursos que encerram os/as apropriadores/as em caixas de vilania, em etiquetas doentias. Bem ou mal, esses apropriadores/as exerceram funções de mãe e/ou pai durante boa parte da vida desses netos/as. É por isso que, o que vai ser descrito adiante a partir da visão desses netos/as, não se trata simplesmente de histórias felizes com finais esperados. Trata-se de descobrir a nova identidade e desprender-se de seus/suas apropriadores/as, considerados “pseudo-pais”. São processos e tempos de re-acomodação distintos. Muitas vezes, o afastamento nem ocorre. O afeto, traduzido na palavra amor, em alguns relatos, continua sendo parte dessas relações. A resposta não é única, nem mesmo o são as relações com os apropriadores/as.

Em contrapartida, é importante frisar o limite no uso dessas trajetórias, as quais não minimizam o sequestro, o assassinato, o impedimento do dolo ou do compartilhar de um ritual de nascimento, nem mesmo a negação da existência de uma pessoa e a destruição de vínculos, entre outros atos, cometidos pelos apropriadores/as.

O DOCUMENTÁRIO ACÁ ESTAMOS EM QUESTÃO

A luta de *Abuelas* como organização inicia-se em novembro de 1977, um ano depois que as Forças Armadas desferiram o golpe militar na República Argentina. Nesses anos, o desaparecimento massivo de pessoas passou a ser a principal modalidade de repressão política dos militares. Concomitantemente, surgem esforços em torno da busca dessas pessoas, por meio de ações de organizações já existentes e de outras que passam a surgir com a integração de ativistas e familiares de desaparecidos/as. Desse processo, o grupo de avós começa a ser formado, quando, especialmente, muitas mulheres percebem que não só deveriam tratar de encontrar os seus filhos desaparecidos, mas também de recuperar os

230 - Florencia Levin e Marina Franco (2007), historiadoras argentinas, utilizam-se do termo “História Recente” para tratar desse passado próximo. Para as autoras argentinas essa história não deve ser definida por termos metodológicos ou por condições temporais, e sim, fundamentalmente: “[...] a partir de cuestiones siempre subjetivas y siempre cambiantes que interpelan a las sociedades contemporáneas y que transforman los hechos y procesos del pasado cercano em problemas del presente”. (FRANCO; LEVIN, 2007, p. 35.)

seus netos. (Cf. JELIN, 2007.) Essas mulheres foram percebendo que seu caso pessoal não era único, e que “[...] esos niños estaban transformándose en botines de guerra”, (JELIN, 2007, p. 46.) na medida em que seus netos/as eram registrados ou adotados ilegalmente por outras famílias – quando não pelos próprios militares – sendo sua adoção mediada por agentes ligados à repressão. Esse fato político passou a ser denominado de “apropriação” pela própria organização.

A instituição deu seus primeiros passos de maneira clandestina e rudimentar. As mulheres que compunham o grupo, em seu início, juntavam-se às escondidas, para discutir meios de localizar as crianças desaparecidas. Para não atrair suspeitas, vestiam a fantasia “senhoras idosas”, “velhinhas”: “¿Quién iba a sospechar de las viejitas que traían chocolates?”. (VEIGA; WULF, 2007, p. 33.) As avós iam a cafés, igrejas, fingiam comemorar algum aniversário, utilizavam códigos e faziam as reuniões em apartamentos – algumas delas até deixaram de fumar. (Cf. VEIGA; WULF, 2007.) Ao longo dos anos, e principalmente a partir da redemocratização, *Abuelas* foi atrás de novos e mais sofisticados métodos de busca, além de terem sido criadas instituições de apoio e complemento, com a função de guardar dados genéticos e de encaminhar casos de sujeitos/as que tenham dúvidas acerca de sua identidade. O meio jurídico também foi acionado de forma a legitimar as restituições de netos/as. Já na década de 1990, campanhas de difusão em massa passaram a fazer parte das iniciativas de busca da instituição, dentre eles, shows, documentários, apresentações teatrais e centros de memória.

Neste ano de 2016, as crianças “apropriadas” já estão completando cerca de quarenta anos de idade. As campanhas massivas de *Abuelas*, então, tem se dirigido a toda essa geração de adultos, com a seguinte mensagem: “Si tienes dudas acerca de tu identidad, contactate con *Abuelas*”. (ABUELAS..., 2014.) Estimam-se em quinhentos o número de crianças que tiveram sua identidade roubada. (Cf. JELIN, 2007.) Desse total, cento e dezenove já foram localizadas. E esse ritmo tem sido cada vez mais acelerado nos últimos anos. Desde que comecei a pesquisa sobre o tema, no ano de 2014, dez netos/as já foram localizados. Naquele ano, inclusive, a notícia de restituição de identidade de Ignacio Montoya Carlotto, neto da atual presidenta da associação, demonstrou o impacto público que o tema garante no cenário argentino e internacional. A ampla cobertura pela mídia, até mesmo internacional, que se sucedeu nos dias seguintes e a recepção da notícia pelo público, percebida pelos compartilhamentos sucessivos nas redes sociais, tanto pelos internautas argentinos como brasileiros, demonstra que o tema dos direitos humanos e da ditadura – mais especificamente pelo lugar que têm os netos/as e as *Abuelas* no cenário argentino – tem causado bastante comoção na sociedade em geral. De acordo com Elizabeth Jelin, (2007) existe um claro apoio e admiração social pelo trabalho da organização, por avançar no esclarecimento e na restituição da identidade.

O processo de localização, ainda, fez com que ocorresse a passagem dos afetos familiares e sentimentos privados – mais do que nunca na profusão de memórias do tempo presente e em sua difusão midiática – para a esfera pública, “[...] rompiendo decisivamente la frontera entre la vida privada y el ámbito público”. (JELIN, 2007, p. 44.) O documentário

“*Acá Estamos*” é representativo desta ruptura. Ao assistir ao documentário, observa-se, no processo de relatar suas vidas após terem sido localizados, o desencadeamento de sentimentos, emoções, afetos. Os netos/as relatam as dificuldades que tiveram em reconstruir suas trajetórias, em reacomodar as peças do jogo da nova família e identidade, bem como de que forma gerenciaram o conflito com aquelas pessoas que eram, até aquele momento, suas famílias que acreditavam ser próprias. (ACÁ ESTAMOS, 2012.)

Dividida em oito capítulos, a série conta com relatos de catorze netos/as, protagonistas de suas histórias. Em cada capítulo assiste-se a história de um, dois ou até três netos/as. O primeiro capítulo conta a história de Laura Catalina de Sanctis; o segundo de Gabriel Cevasco; o terceiro de Carlos D’Elia e Marcos Suárez Vedoya. Depois vem Martín Amarilla Molfino, no quarto capítulo. Na sequência, o quinto capítulo com Juan Pablo Moyano e Mariana Zaffaroni. O sexto capítulo é protagonizado por Leonardo Fossati e os gêmeos Matías Reggiardo Tolosa e Gonzalo Reggiardo Tolosa. O sétimo conta com Victoria Montenegro e Ezequiel Rochistein Tauro, e, finalizando, o oitavo: Pedro Nadal e Jorgelina Molina Planas. São, portanto, quatro mulheres e dez homens.

Acá Estamos foi emitido pela televisão aberta argentina através do *Canal Encuentro* no ano de 2012. Naquele ano, ele era exibido nas segundas-feiras, no horário nobre das 21h30, com repetições nas terças, sábados e domingos. (Cf. BUTKOVIC, 2012.) Criado em 2005 pelo Ministério de Educação da República Argentina, tem intenção de se dirigir a todos os públicos como ferramenta educativa. Por tratar-se de um serviço público de comunicação, não possui publicidade. O canal alcança mais de seis milhões de lares em todo o país e apresenta conteúdos de todas as regiões da Argentina, além de produções da América Latina e do mundo, e orienta-se para a construção de uma audiência reflexiva e crítica. (CANAL ENCUESTRO, 2015)

A direção e o roteiro do documentário ficaram a cargo de Paula Romero Levit. Nascida em Buenos Aires, não foi a primeira vez que Levit trabalhou com o grupo *Abuelas de Plaza de Mayo*. No ano de 2000, atuou como pesquisadora em *Botín de Guerra*,²³¹ um dos documentários pioneiros em retratar a história de luta da instituição para identificar as crianças “apropriadas”. (CINE NACIONAL, 2015.) Foi por meio desse trabalho que a diretora tomou contato com o “mundo de *Abuelas*”, e, nesse momento, diz ter se vinculado afetivamente à luta. Em seguida, passou a trabalhar junto à *Abuelas*, quando foi convidada pelo *Canal Encuentro* a dirigir o documentário em questão. De acordo com a

231 - *Botín de guerra* (2000) foi produzido na Argentina no ano de 1999, permaneceu oito semanas em cartaz no país e foi exibido também no cenário internacional. Foi um dos audiovisuais precursores em contar a história do grupo de avós, e de maneira um tanto inovadora, utilizou-se de testemunhos não só das avós, mas também de alguns netos/as restituídos. Segundo o diretor, David Blaustein, havia um receio por parte dele em entrevistar os netos/as, época em esses sujeitos não estavam tão expostos aos holofotes: “Cuando nosotros empezamos la película, ni remotamente imaginábamos la posibilidad de entrevistar a los nietos restituídos [...] habían tenido experiencias individuales en televisión, pero a mí me daba un pudor enorme entrevistar a los nietos. Lo dije en ese momento y lo digo ahora. Hoy los nietos son diputados nacionales, jefes de La Cámpora, funcionarios”. (BLAUSTEIN apud RANZANI, 2012.)

diretora ainda, a temática social sempre esteve vinculada a sua formação como jornalista e socióloga. (Cf. LEVIT, 2015.)²³²

Considero essa proximidade de Levit com *Abuelas* e com o tema em geral como um dos fatores para o sucesso do documentário em apresentar um tema tão delicado num formato extremamente sensível, desde um âmbito mais íntimo e cotidiano. De acordo com a diretora, em entrevista ao periódico *Página 12*:

La idea de la serie es que los nietos pudieran transmitir su experiencia desde su ámbito cotidiano, que el rodaje estuviera al servicio de la tranquilidad necesaria para explayarse sobre un proceso complejo y particular, que requiere de una escucha atenta. (LEVIT apud RESPIGUI, 2012.)

Essa “escuta atenta”, segundo a mesma, contribuiu para a decisão de que não existisse nenhum texto explicativo ou voz em *off* durante a rodagem. De qualquer forma, compreende-se que o olhar da diretora e roteirista corta, recorta e costura cada relato, seja por meio do roteiro, da edição, da fotografia, da música, do formato. A própria ideia de um cenário intimista é uma demonstração de como se quer representar esses netos/as e a sua “restituição” por *Abuelas*. O jogo do público-privado floresce no decorrer da exibição, seja pelas filmagens dentro das casas desses netos/as, pela dinâmica das cenas de entradas e saídas protagonizadas pelos netos/as em seus portões e portas, pelos cenários externos (em praças, portos e avenidas), pela disposição de portas na entrada de cada capítulo, etc. Na apresentação principal do audiovisual, diversas portas, de distintas cores e tamanhos, são dispostas, finalizando em apenas uma, a qual se abre, num jorro de luz. As portas representam a metáfora da “recuperação da identidade”: cada porta fechada encerra uma possibilidade. O processo para abertura dessa porta é distinto para cada neto/a, bem como o que há por trás dela. Mas ao abrir-se, adentra-se a um novo mundo, onde fazer uma nova história também é possível.

A busca dos netos/as fez com que *Abuelas* desenvolvesse uma poderosa maquinaria simbólica, midiática, institucional, jurídica e até artística. (Cf. GATTI, 2011.) A organização percebeu que as ações e programas multimídia tinham papel importante na localização dos netos/as. Nessa perspectiva, o documentário (produzido por *Abuelas de Plaza de Mayo*) representa tanto o produto de seu trabalho – as narrativas dos netos/as restituídos/as, como também serve como importante instrumento de propaganda, marcando a fase mais recente da instituição, dotada de elaboração técnica e legitimidade pública. Como produto cultural da organização, ainda, o documentário tem uma intenção de memória ao materializar certos sentidos do passado. Assim pontua Elizabeth Jelin:

La memoria, entonces, se produce en tanto hay sujetos que comparten una cultura, en tanto hay agentes sociales que intentan «materializar»

232 - Parte das informações acerca do perfil da diretora foram obtidas por meio de uma entrevista informal com a própria Paula Romero Levit, por e-mail, no dia 18 de junho de 2015.

estos sentidos del pasado en diversos productos culturales que son concebidos como, o que se convierten en, vehículos de la memoria, tales como libros, museos, monumentos, películas o libros de historia (JELIN, p. 17, 2002.)

Segundo a sinopse de *Acá Estamos*, sua intenção principal é “[...] estimular a aquellos cuatrocientos hombres y mujeres que continúan viviendo en la mentira para que se animen a dar el salto y puedan ser libres”. (SINOPSIS, [s/d]) Igualmente, o documentário é importante não só porque pretende estimular netos/as ainda não restituídos/as a buscar *Abuelas*, mas porque o faz de maneira inovadora, ao dar voz aos relatos dos próprios netos/as acerca de sua trajetória após serem localizados, uma memória até então pouco presente na literatura e nas produções de *Abuelas*.

De alguma maneira, todos os netos/as, presentes no documentário, envolveram-se afetivamente com a família biológica, ainda que em processos temporais distintos. Indica-se, portanto, que os netos/as escolhidos para narrar seus relatos na produção que objetiva divulgar o trabalho das *Abuelas*, detêm uma história de restituição com pelo menos um requisito em comum – o da aproximação com essa nova família, que é a família defendida como a “verdadeira” pela organização. Nesse seguimento, discorre Judith Filc:

La forma en que el discurso de las Abuelas es moldeado por las nociones tradicionales acerca de la familia merece una especial atención. Es significativa la presencia de lo biológico en los argumentos a favor de la restitución de los niños recuperados. La familia biológica es la familia “real”, la única capaz de darles a esos niños el amor que necesitan. La identidad de los niños está unida indisolublemente a la recuperación de la familia “real”, la recuperación de la propia historia, del deseo parental. (FILC, 1997, p. 80.)

Por outro lado, surpreendente foi o documentário ter aberto um espaço para que eles/elas contem suas histórias de infância e de criação, junto às suas famílias apropriadoras. A seleção de narrativas tanto pelo documentário – como um veículo de memória, quanto por *Abuelas* – como agente social desse produto, pode ser interpretada a partir da perspectiva de memória emblemática, do historiador Steve Stern. A noção de Stern lembra o enquadramento de memória proposto por Michael Pollak, na medida em que a memória enquadrada refere-se à memória coletiva controlada e autorizada pelo trabalho de atores sociais. (Cf. POLLAK, 1989.) No entanto, compreendo que *Abuelas*, que se construiu historicamente como uma organização em luta contra o autoritarismo da ditadura, bem como o documentário produzido, aproximam-se mais das noções de memória trabalhadas por Stern. De acordo com este historiador, a memória coletiva, aquela que tem sentido para as pessoas, vai se definindo a partir da dinâmica entre memórias individuais/soltas e memórias de determinados grupos sociais, por ele denominadas de “emblemáticas”:

La memoria emblemática es un marco y no un contenido concreto.

Da un sentido interpretativo y un criterio de selección a las memorias personales, vividas o medio sueltas, pero no es una sola memoria, homogénea y sustantiva [...] Este sentido mayor va definiendo cuáles son las memorias sueltas que hay que recordar, dándoles la bienvenida a la carpa y su show, y cuáles son las cosas que mejor es olvidar o empujar hacia los márgenes. (STERN, 2002, p. 4.)

A memória emblemática define as memórias soltas, que vão ser recordadas e disputar o espaço público e aquelas que seriam melhor esquecer ou marginalizar. *Abuelas*, como uma agrupação formada por familiares de vítimas da ditadura, pode ser considerada, nos termos de Stern, uma “porta-voz humana” de uma determinada memória emblemática, comprometida e organizada para compartilhá-la, organizá-la e projetá-la no espaço público argentino. Esse processo de forjar memórias emblemáticas é flexível e complexo, não arbitrário. A organização também difunde memórias emblemáticas ao produzir “lugares de memória”, representados pelo próprio documentário. (Cf. STERN, 2002.) Nessa interpretação, a organização *Abuelas* – ainda que tenha uma intenção de verdade e de memória: a família e o amor biológicos como “verdadeiros” – ao dar voz aos relatos dos netos/as e às suas trajetórias de vida junto às suas famílias de apropriação (por intermédio do documentário), permite um processo de memória mais dinâmica, esta que decorre do jogo entre memórias individuais (soltas) e emblemáticas.

Em *De Vuelta a Casa*, (2008) a jornalista Analía Argento explora as mais diversas histórias de netos/as após a restituição no universo dos/as netos/as restituídos/as, em especial daqueles que seguem em contato com seus/suas apropriadores/as. A autora do livro comenta a escolha de não afastamento: “[...] porque a pessoa da criação não teve a ver com a repressão ou com a desapareição de seus pais, já outros têm dúvidas ou sim sabem que tiveram. E é muito difícil compatibilizar ambos mundos”. (ARGENTO, 2008.) E foi nessa brecha, representada por testemunhos bastante emocionantes e carregados de sentimentos, que passei a pensar a difícil conciliação entre os sentimentos íntimos e a condenação pública de seus/suas apropriadores/as, bem como a expectativa pública que se desenvolve ao redor dos netos/as.

“REFÊM” DE EMOÇÕES OU ESCOLHA COM AGÊNCIA? OS NETOS/AS “PONTOS FORA DA RETA”

Os netos/as restituídos/as se converteram em símbolo nacional. Suas prerrogativas se inserem na medida em que a restituição é entendida, por *Abuelas*, como a resposta coletiva que a sociedade argentina deve a si mesma. A recuperação de netos/as simbolizaria a cura das feridas do país inteiro. (Cf. FILC, 1997.) Nesse âmbito, esses casos individuais tornam-se um problema de toda a sociedade, como destaca o neto Leonardo Fossati:

Por eso lo tenemos que entender así, como sociedad, no como casos individuales porque, cuando uno lo toma como un caso individual, toma como que los derechos son pura y exclusivamente individuales de decir: “Bueno, no. No quiero saber quién soy y ahí queda la cosa”.

Esto no me pasó a mí, le pasó a una sociedad entera. Esto no me pasó a mí, le pasó a mi familia, que me buscó durante veintiocho años. No me pasó solamente a mí, sino que le está pasando a mi hijo. (Leonardo, *Acá Estamos*, 2012, cap. 6. Tempo: 25:38 a 26:04.)

O neto compreende que várias gerações foram afetadas pela apropriação: a de sua família, a dele, e a de seu filho. Por isso, para ele, cada neto possui uma prerrogativa política: sua história não é individual, é uma história pública, que afetou gerações e a sociedade. Assim como Leonardo, todos os netos/as, presentes no documentário, parecem compreender que possuem algum tipo de compromisso no que envolve ser um/a neto/a restituído/a – dever em relação à sociedade, às *Abuelas*, aos outros netos/as, à geração de seus filhos/as... São compromissos materializados de diversas formas, de acordo com cada trajetória, mas que ultrapassam a condição privada e alcançam o político, em alguma instância.

Essa reflexão atenta para uma discussão de expectativas e deveres, calcadas na herança. As integrantes estão envelhecendo, e logo não estarão mais presentes. De modo que os netos/as herdaram uma tarefa especial: localizar os outros netos/as restantes. De acordo com Gabriel Gatti, sociólogo argentino e também filho de desaparecido, os netos/as “[...] son una tribu especial [...] guardan un patrimonio, se encargan de este templo, son el ejército de los hijos de Abuelas”. (GATTI, 2011, p. 144.) Os netos/as “nascem” por meio da instituição, são os “filhos das avós”, e essa perspectiva, quer queira ou não, traça um destino.

E, ao traçar-se um destino, também sobrevém uma carga. Carga para os netos/as localizados; carga para aqueles que ainda não o foram, mas estão em dúvida quanto a apresentar-se.²³³ Gatti, em *Identidades Desaparecidas* (2011), busca trabalhar com relatos de filhos de desaparecidos que querem fugir da carga dessa categorização. O autor demonstra que existe uma carga e um destino no que concerne ser “filho de desaparecido”, pela imposição da reprodução do vínculo e da garantia de continuidade. Segundo o sociólogo, ainda, alguns filhos “desse mundo” preferem distanciar-se dessa origem, a ponto de ficarem com receio de estarem incorrendo em uma traição ao não se posicionarem frente às demandas. (Cf. GATTI, 2011, p. 201.)

O neto Ezequiel Rochistein, um dos protagonistas do documentário em questão, ao asseverar que ainda seguia muito unido à família de criação (até aquele momento), murmura a expressão “assim que” e faz uma pausa, “engolindo seco”. (Ezequiel, *Acá Estamos*, 2012, cap. 7.) Essa frase, em que precisa explicar-se (sem ter palavras para explicar) os motivos de ainda estar unido com a família que o apropriou, revela-se quase

233 - Apresentar-se aqui quer dizer buscar a instituição *Abuelas* ou a própria *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad* (CONADI). A CONADI, instituição governamental, foi criada em 1992, por iniciativa de *Abuelas*, com objetivo de recepcionar e iniciar os trâmites daquelas pessoas com dúvidas sobre sua identidade e encaminhá-las para o Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG), cujas análises genéticas são gratuitas.

como uma confissão, na qual o neto precisa contar o “pecado” de ainda prosseguir vendo seguidamente aquela família. O receio de Ezequiel em demonstrar que ainda detém os vínculos afetivos com a família apropriadora pode ser encarado a partir dos discursos de apropriação da organização *Abuelas* e do posicionamento de outros netos/as.

Segundo a organização *Abuelas*, os/as apropriadores/as correspondem a algozes;²³⁴ “pseudo-pais”, que só puderam criar os netos/as porque fundaram essa operação na mentira, no ocultamento e na cumplicidade no desaparecimento dos pais dessas crianças:

La ilegitimidad de los pseudo padres radica en la imposibilidad de fundamentar su deseo en la ilegalidad. Los pseudo padres, al negar, mentir, ocultar o callar su origen a los niños y al violentar la voluntad y el proyecto de vida de sus progenitores, representados ahora por sus familiares legítimos, no pueden invocar la adopción, ya que se tratan en el mejor de los casos, de siniestra complicidad, puesto que condena al niño, literalmente a desaparecer. Las situaciones de hecho son de fraude y falsificación, sin ley y sin verdad. (EQUIPO..., 1997, [s/p.].)

Dessa forma, a relação dos/as netos/as com seus/suas apropriadores/as, ainda que não expressamente, é considerada ambígua, culposa; e a situação tomada como passageira: apenas um processo de tomada de consciência para que ocorra o afastamento. O afastamento é esperado, assim como posicionamentos considerados mais políticos ou sensatos, principalmente quando há envolvimento dos/das apropriadores/as com a repressão. Nesse entendimento, destaco o relato da neta Victoria Montenegro, presente no documentário mencionado, a qual afirma que, frente ao amor de seu pai apropriador, não pode reivindicar o terrorismo de Estado:

A mí reivindicar el terrorismo de Estado, no me sirve [...] es la persona que cumplió el rol de mi papá [...] y yo nunca pude dejar de quererlo, pero lo que hizo no está bien, es terrible. Y cometió crímenes de lesa humanidad. (Victoria, *Acá Estamos*, 2012, cap. 7. Tempo: 25:04 a 25:17.)

Posição semelhante tem o neto Matías Reggiardo Tolosa, que, ao compreender que seu apropriador cometeu crimes contra seus próprios pais e com as mães de outros netos/as – estes que hoje são amigos seus – passa a defender categoricamente a escolha de um lado.

Uno eso o elige verlo o elige mirar para otro lado y, siendo que mis padres sufrieron lo mismo, uno no puede elegir mirar para otro lado. Siendo que hubo madres de... de otros nietos que son amigos, que estuvieron detenidas en lugares donde él actuó, digamos, uno no puede mirar para otro lado. (Matías, *Acá Estamos*, 2012, cap. 6. Tempo: 16:19)

234 - No prólogo da edição do livro de fotos de *Abuelas da Plaza de Mayo*, os apropriadores são chamados de “algozes desalmados”. (ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2015. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar/material/libros/LibroFotos30.pdf>>. Acesso em: 14 Abr. 2015. Tradução minha)

a 16:36.)

Nessa mesma perspectiva, o neto Pedro Nadal, compreende que as emoções e as elaborações mais íntimas, os valores individuais, devem ser deixados de lado frente à importância do fato político ocorrido.

Es importante transmitir a quienes tienen dudas – son cuatrocientos, es alarmante – que traten de sortear el miedo, la deuda y todos los sentimientos [...]. (Pedro, *Acá Estamos*, 2012, cap. 8. Tempo: 26:11 a 26:22.)

Esses relatos corroboram com a perspectiva de que o afeto privado deve ser deixado de lado frente ao dever público de “ser um neto restituído” e aproxima-se da memória emblemática (de que o amor dos apropriadores/as funda-se na mentira; da importância de se condenar o terrorismo de Estado²³⁵) desenvolvida pela instituição. Parte da literatura acadêmica sobre o tema também tende a esperar posicionamentos mais críticos, conscientes, como o são a dos/as netos/as acima mencionados/as. Mariana Zaffaroni, neta que após restituída continuou o vínculo com o pai apropriador de maneira duradoura, teve sua história analisada pelo historiador Enrique Padrós:

[...] Mariana Zaffaroni, quem apesar da contundência das provas, justificava a continuidade da sua relação com o “pai-apropriador”, o repressor Furci. Segundo ela, ele a salvara, por amor, de ser executada junto com os verdadeiros pais. Essa perspectiva de Mariana descontextualiza tudo o que ocorreu e desconsidera o protagonismo do repressor. Como apropriada, tornou-se refém desde que foi arrancada dos braços dos seus pais, tornando-se também refém das suas emoções, através de um sentimento de gratidão ou de fidelidade que parece irracional. (PADRÓS, 2011, p. 154.)

Discordo do autor, nesse ponto, por colocar a neta num lugar de vítima passiva, de irracionalidade, como “refém das suas emoções”. Compreendo a opção de Mariana em sua *agência*, por fazer inverter diversos parâmetros da narrativa oficial acerca da restituição: da situação passageira, de vítima do seu próprio algoz, do significado de amor. O afeto pode não se desfazer mesmo com a tomada de consciência de que seus pais de criação foram, de fato, apropriadores/as. Mariana, em depoimento ao documentário, comenta que seus pais mentiram e a ocultaram e não parece descontextualizar os mecanismos de apropriação; ao mesmo tempo, isso não a impede de ter uma relação com seu apropriador e apropriadora que permanece. Sobre as famílias (de apropriação e consanguínea), ela acredita que, ainda que não possa acumular famílias, ela pode somar os afetos:

235 - “Junto con otros organismos de derechos humanos, las Abuelas han impulsado el juzgamiento de los responsables del terrorismo de Estado y en particular de los apropiadores de sus nietos”. (ABUELAS..., 2016.)

Mis dos tías y mi abuela vinieron a mi casamento y yo, en ese momento, no me di cuenta del esfuerzo o del, digamos, de la situación que yo estaba generando. Para mí era normal. O sea, si yo me casaba, tenía que estar la familia con la que yo me había criado, que era hasta ese momento mi familia, y, bueno, era lógico que también estuviera mi familia. Entonces, para mí era como normal que estuvieran todos. Y, después, con los años, me fui dando cuenta de que los había puesto a todos en una situación recontraincómoda y que todos habían puesto gran parte de buena voluntad y de buena onda para que todo saliera bien y para no arruinarme la noche a mí, pero podría haber terminado recontramal. Sumar, no se puede sumar. O sea, yo puedo sumar, pero no puedo acumular familias porque, después de un tiempo, entendí que ellos no se pueden sumar entre ellos. Yo sí puedo sumar el afecto. Yo puedo querer a uno y sí puedo querer a otro. (Mariana, *Acá Estamos*, 2012, cap. 5. Tempo: 22:51 a 23:38.)

Assim, compreendo a importância do relato desses netos/as e de suas trajetórias pessoais marcadas por “pontos fora da reta”, em que se reivindica um afeto e um sentimento relegado ao íntimo e privado. Esses relatos fazem inverter e repensar diversos parâmetros dos discursos e da memória acerca do processo de restituição – aspecto importante para quem tem dúvidas de que sua identidade possa se aproximar. Inclusive, parte das mensagens contidas no documentário está dirigida a esses netos/as que possuem dúvidas, no sentido de dar legitimidade ao trabalho de *Abuelas*, ainda que certos netos e netas não se sintam parte desse lugar. O neto Juan Pablo Moyano relembra em seu relato que muitos netos/as, quando restituídos/as, rechaçaram esse “mundo de Abuelas”:

Y es difícil a veces, más que nada porque, por lo general, los pibes que aparecen en algún momento se enojan, ¿no?, con toda esta historia. Se enojan con las abuelas, se enojan con los nietos, se cortan, se van. Pasó con un montón de nietos. (Juan, *Acá Estamos*, 2012, cap. 5. Tempo: 25:21 a 25:34.)

Por isso, a mensagem de Mariana, àqueles que têm dúvidas, é de que não é obrigatório estar de um lado ou de outro. Segundo ela, cada um vai elaborando da maneira que pode, não há coisas que estão bem ou estão mal. Assim, a neta problematiza os posicionamentos mais fechados e consegue manter uma postura considerada mais individual (de estar com sua família de apropriação), combinada com o que dela se espera (aproximar-se afetivamente da família biológica) e com a tarefa política que lhe incumbe (de buscar o seu irmão desaparecido).

El dolor no se puede evitar en la vida. Siempre hay cosas que duelen, pero el proceso de reconocerse a uno mismo es como encontrarse uno mismo [...] Y también está bueno que, por ahí, los que están en esta situación y no lo saben [sepan que] no es obligatorio estar de un lado o del otro (Mariana, *Acá Estamos*, 2012, cap. 5. Tempo de: 26:01 a 26:33.)

Dessa maneira, seu testemunho, longe de ser “emotivo” ou “ingênuo”, detém uma

agência política, ao tornar o espaço da restituição mais aberto e plural possível. E quanto mais diferentes são as situações e os posicionamentos, mais pessoas em dúvida acerca de sua identidade sentem que podem se aproximar.

BREVES CONSIDERAÇÕES...

Considero que o documentário foi eficaz em seu intuito de animar a outros netos/as. Inicialmente, porque dá legitimidade às “vozes” de netos/as afetados, mas principalmente, por permitir que vários perfis e posicionamentos se expressassem, inclusive escolhas pessoais de não afastamento com a família apropriadora. Só o fato de abrir espaço para que contem suas histórias junto às famílias de criação/apropriação já é uma peculiaridade no campo da produção acerca do tema da apropriação e restituição de netos/as.

Ainda assim, são histórias de netos/as que se vinculam afetivamente à família consanguínea e que tomam partido de *Abuelas*, da mesma forma que há um predomínio de histórias que entendem que o amor privado deve ser relegado em detrimento do lugar político ao qual se inserem – estas bastante relacionadas à memória emblemática gestada pela instituição.

Relembra-se que há uma gama de netos/as que rechaçaram o “mundo de *Abuelas*”. Nesse sentido, as narrativas e práticas conformadas no destino e na categoria de ser um “neto restituído”, ao traçar um destino, também representam uma carga a esses sujeitos/as que ainda estão em dúvida. Por isso, defendo que o espaço da restituição deve ser o mais aberto e plural possível, dando lugar às múltiplas famílias, identidades e posicionamentos. Reitero a importância dos relatos que fazem inverter e repensar diversos parâmetros dos discursos e da memória acerca do processo de restituição. De forma que quanto mais diferentes são as situações de restituição, mais pessoas sentem que podem se aproximar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUELAS de plaza de mayo. *Abuelas*, Argentina. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar/>>. Acesso em: 25 Maio 2016.

ACA ESTAMOS: Historias de nietos que recuperaron su identidad, Direção: Paula Romero Levitt, Produtoras: Barakacine e Zafra Producciones, Produção: Canal Encuentro & Abuelas de Plaza de Mayo, Argentina, 2012. Duração: 30min. Série de TV/Documentário (8 capítulos). Disponível em: <<http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?recid=111321>>. Acesso em: 15 Jun. 2015

ARGENTO, Analía. “De vuelta a casa”, historias de hijos y nietos restituídos/as. *Editorial Marea*, Entrevista, Tradução de Mora Cordeu, 2008. Disponível em: <<http://www.editorialmarea.com.ar/analiaentrevista.html>>. Acesso em: 25 Maio 2016.

BUTKOVIC, Bucky. “Acá estamos”: historias de nietos que recuperaron su identidad. *Bucky Buctkovic*, Prensa y Comunicación, Argentina, 9 Set 2012. Disponível em: <<http://bbutkovic.blogspot.com.br/2012/09/aca-estamos-historias-de-nietos-que.html>>. Acesso

em: 10 Jun. 2015.

CANAL Encuentro. Acerca de Encuentro. *Canal Encuentro* – El canal educativo del Estado argentino, Argentina. Disponível em: <<http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/acercade/index>>. Acesso em : 03 Jun. 2015.

CATELA, Ludmila da Silva. Un juego de espejos: violencia, identidades, nombres. Un análisis antropológico sobre las apropiaciones de niños durante la última dictadura militar argentina. *Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos* (TELAR), Tucumán, v. 2, n. 1-2, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5628338>>. Acesso em: 25 Maio 2015.

CINE NACIONAL – Site de cinema argentino. Argentina. Disponível em: <<http://www.cinenacional.com/persona/paula-romero-levit>>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

EQUIPO Interdisciplinario de Abuelas de Plaza de Mayo. El secuestro. Apropiación de niños y su restitución. ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. *Restitución de niños*. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia hist.* [online], v. 28, n. 47, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>>. Acesso em: 25 Maio 2015.

FILC, Judith. *Entre el parentesco y la política: familia y dictadura. 1976-1983*. Buenos Aires: Biblos, 1997.

GATTI, Gabriel. *Identidades desaparecidas: Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada*. Argentina: Prometeo Libros, 2011.

JELIN, Elisabeth. De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: _____. *Los trabajos de la Memória*. Madrid: Siglo XXI, 2002. V. 1. (Colección “Memórias de la represión”)

_____. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 29, Jul.-Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a03n29.pdf>>. Acesso em: 25 Maio 2015.

LANGUE, Frédérique. O sussurro do tempo: Ensaios sobre uma história da sensibilidade Brasil- França. In: ERTZOGNE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. (Orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

LEVIN, Florencia; FRANCO, Marina. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para um campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

NIETOS: Historias con identidad. TV Pública Argentina. Disponível em: <http://www.tvpublica.com.ar/programa/nietos-historias-con-identidad/>. Acesso em: 05 Out. 2015.

ORTNER, Sherry. Poder e Projeto: Reflexões sobre Agência. In: Grossi, M.; Eckert, C; Fry, P. *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. “Botim de Guerra”: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platino. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RESPIGHI, Emanuel. El camino hacia la verdade. *Página 12*, Buenos Aires, 23 Set. 2012. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/8-26516-2012-09-23.html>>. Acesso em: 24 Maio 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SINOPSIS. *Encuentro*, Catalogo, [s/d.]. Disponível em: <http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?rec_id=111321>. Acesso em: 24 Maio 2015.

STERN, Steve. De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: ELIZABETH, J. (Comp.). *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas in-felices*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

VEIGA, Clarisa; WULFE, Guillermo. *La Historia de Abuelas: 30 años de búsqueda*. 1977-2007. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007.

WASSMANSDORF, Marina Lis. *Y vos, adónde estás? dimensões políticas e subjetivas nos relatos de netos restituídos* (Argentina, 2012). 2005. TCC (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WICKBERG, Daniel. What Is the History of Sensibilities? On Cultural Histories, Old and New. *The American Historical Review*, v. 112, n. 3, Jun. 2007.

WOLFE, C. S. *Lágrimas como bandeira: Emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul*. Projeto de Pesquisa. – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Laboratório de Estudos de Gênero e Família. Florianópolis, 2012 (Aprovado na Chamada Universal MCTI/CNPq N º 14/2012).

JOVENS REBELDES: GÊNERO E JUVENTUDE NA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL E NO MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS (1966-1973)

Lidia Schneider Bristot²³⁶

Em maio de 1969 a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização armada revolucionária, lançou um documento de autocritica e análise da conjuntura brasileira. Após uma significativa baixa na organização pela repressão da ditadura civil-militar,²³⁷ assim como um refluxo das forças populares com o AI-5,²³⁸ foi necessária uma análise para perceber quais as falhas da organização e do processo revolucionário que aparentava antes ser iminente no país.

A ALN, assim como muitos outros grupos de esquerda da década de 1960 e 1970 na América Latina, compôs o que chamo aqui de Nova Esquerda, expressão que visa abranger a gama de diferentes movimentos e organizações que surgiram nesse período, por todo o mundo, críticos às práticas e teorias dos partidos “clássicos” de esquerda.²³⁹ O documento, que é um grande exemplo da valorização da ação revolucionária, marca principal da ALN,

236 - Historiadora, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CNPq, vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História. Email: lidiabristot@gmail.com

237 - Utilizo o termo em consonância com os debates (Cf. REIS FILHO, 2014.) que visam demarcar a importância da sociedade civil nos processos de golpe e permanência da ditadura no país. Longe de querer apagar a presença essencial dos militares no poder, acredito que deixar de apontar o apoio civil obtido pelo regime não dá conta de compreender os verdadeiros significados desse processo histórico ou – ainda mais nos dias de hoje – as disputas de memórias sobre o período.

238 - ATO INSTITUCIONAL Nº 5, promulgada em dezembro de 1968, autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. (BRASIL, Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.)

239 - Sejam às críticas direcionadas principalmente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Brasil ou no Uruguai ao *Partido Comunista de Uruguay* (PCU) e o *Partido Socialista del Uruguay* (PS). Penso o termo em sintonia com o que REIS FILHO e DE SÁ (1985) e TRISTÁN (2006) afirmam e acredito que é possível pensar ambos os grupos a partir dessa ideia, sem ter a intenção de com isso colocá-los em formas fechadas, pois acredito que essas organizações e as pessoas que as formaram compartilharam diferentes posições em relação a essas críticas e inclusive transformaram essas posições ao longo do tempo.

procura fazer um histórico da organização, apontar perspectivas de atuação e apresenta, também, as falhas do movimento revolucionário, entre elas:

Outra falha do movimento revolucionário brasileiro é a sua inexperiência. O movimento revolucionário no nosso país é muito jovem. O seu passado recente remonta ao ano de 1968, quando foi desencadeada a guerrilha urbana. É também um movimento integrado por jovens dos dois sexos. Entre os componentes, além da mulher brasileira, que até então não participava na ação revolucionária, mas que agora incorporou nela, encontram-se estudantes, operários, camponeses, intelectuais, artistas, homens de profissões liberais. (O Papel da Ação Revolucionária na Organização. ALN. Maio 1969.)

Um dos motivos para o movimento revolucionário ter falhado era por ser jovem, integrado por homens e – principalmente – mulheres jovens. O argumento chama a atenção pois muitas vezes a juventude foi tida como “motor” revolucionário, não apenas em documentos do período como é reiterado permanentemente nos diversos discursos atuais, seja no cinema, em documentários, entrevistas, livros ou depoimentos. Nessas memórias os jovens de esquerda são tidos como comprometidos com seus ideais, como jovens que deram suas vidas pela defesa de uma sociedade mais justa, “a geração que mudou o mundo”. Outro motivo de atenção é colocar a culpa nas mulheres jovens da organização, elas, fazendo parte da luta revolucionária pela primeira vez não só em suas vidas mas enquanto sujeitos sociais, estavam ainda mais inexperientes que os outros jovens.

O Uruguai, país vizinho, no momento ainda não havia sofrido um golpe de Estado, apesar do processo crescente de autoritarismo, mas também vivenciava o surgimento e desenvolvimento de diferentes grupos de esquerda. Entre eles o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T), uma das maiores e mais famosas guerrilhas urbanas da América Latina. Assim como a ALN, os Tupamaros produziram muitos materiais sobre o contexto nacional e latino-americano, sobre a própria organização e seus militantes, inclusive sobre o papel das mulheres:

Es primordial para la mujer militante encontrar en los propios compañeros revolucionarios la justa comprensión hacia sus carencias e imposibilidades, para que éste, su lugar de militancia, sea eficaz; para que trabajo de equipo supere a los prejuicios, de modo que no haya ya tareas de hombres o tareas de mujer, sino la complementación necesaria que exige toda tarea revolucionaria. (El Papel de la Mujer. MLN.)

Este documento, que fala sobre o papel da mulher no MLN, chama a atenção por ter esta especificidade, uma vez que a maioria dos documentos sobre a luta revolucionária, por mais que citem o papel ou a importância das mulheres nesse processo, o fazem no meio de outras questões, não de maneira pontual como esta. Além de ser um elogio à atuação das mulheres guerrilheiras e pontuar a Organização como um espaço onde essa atuação pode ocorrer sem preconceitos, o texto também aponta para as carências e impossibilidades

que as mulheres militantes vivenciam, principalmente por terem sido criadas e educadas na sociedade capitalista para o papel de esposas e mães. O documento termina contando algumas anedotas sobre mulheres militantes, entre elas o caso da jovem que engana a repressão através de seu charme.

Este texto se propõe a ser uma reflexão sobre militância nesses grupos de esquerda. Procuro pensar como os discursos sobre a juventude e gênero foram agenciados por ambos os grupos e seus militantes no período entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970²⁴⁰ no Brasil e Uruguai. Essas duas categorias foram utilizadas de diferentes maneiras pelas organizações em seus documentos, assim como na memória de seus militantes. A partir dessas diferentes vozes, pretendo pensar quais significados do “ser jovem”, “ser mulher e jovem” ou “homem e jovem” podem ter no contexto de militância. Pensando essas vozes enquanto discursos que produzem sentidos e não apenas traduzem algo já dado, (Cf. FOUCAULT, 1996.) os discursos mobilizados por esses grupos e militantes construíram relações de poder e sujeitos, ajudando a construir ideias de mulheres e homens jovens revolucionárias/os. Puderam ser mobilizadores em prol – ou não – da revolução. Se trata de voltar aos documentos com um olhar específico, que permita realizar novas leituras a partir das categorias gênero e juventude, inspirada nos trabalhos com perspectiva de gênero na temática das ditaduras no Cone Sul.²⁴¹

A escolha de ambos países se dá a partir do entendimento de que tanto o desenvolvimento da chamada Nova Esquerda como o contexto social e político dos países do Cone Sul compartilham de diversas semelhanças.²⁴² A análise de história comparada aqui proposta vai ao encontro da afirmação de Marc Bloch, na qual “[...] a unidade do lugar é apenas desordem. Somente a unidade do problema apresenta um centro”. (BLOCH

240 - A temporalidade parece ser uma questão importante a pontuar, uma vez que remete a contextos distintos. A ALN foi um grupo que se formou durante a ditadura brasileira, que existiu entre 1967 e 1973. O MLN existe enquanto grupo político desde 1966 até os dias atuais, tendo ocorrido diversas mudanças, como o abandono da luta armada e a entrada no jogo eleitoral dentro da coalizão de esquerda Frente Ampla. Para os fins dessa pesquisa o recorte é do seu período de atuação e defesa da luta armada, entre 1966 e 1973, uma vez que com o Golpe de Estado no Uruguai em 1973 e a prisão das principais lideranças tupamaras a organização ficou completamente desarticulada. É importante destacar o período por ser pequeno, mas bastante significativo, e também para atentar a questões como o contexto de ambos os países, que não se dão nas mesmas condições, uma vez que o Uruguai não estava vivenciando uma ditadura formalizada como o Brasil no período e essas questões influenciam a atuação de ambas as Organizações.

241 - Aqui se conjugam os diferentes esforços para pensar sobre gênero nas ditaduras do Cone Sul, onde a pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) na UFSC, do qual faço parte, é uma das destacadas pesquisas que realiza esse debate de maneira comparativa nos diferentes países. Além do material produzido pelo LEGH, onde destaco os dois livros organizados, (PEDRO; WOLFF, 2010; PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011.) são importantes os grandes debates realizados sobre o tema por Alejandra Oberti na Argentina e Graciela Saprizza no Uruguai.

242 - Assim como diferenças, que também serão abordadas nesse artigo. Obviamente uma realidade nunca é igual a outra, no entanto ao colocar a problemática desse artigo dessa maneira me proponho a perceber as semelhanças mais do que as diferenças.

apud PRADO, 2005, p. 18.) Não tenho a pretensão de ordenar qualquer desordem, mas pensar através desses dois grupos práticas de militância que foram compartilhadas.

Para as questões que proponho nesse texto, o centro são dois grupos de esquerda, Ação Libertadora Nacional e *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, aqui considerados enquanto grupos da chamada Nova Esquerda, nome dado aos movimentos e grupos que emergiram pelo mundo a partir dos anos 1950, influenciados por outras lutas políticas além do comunismo, como o movimento negro, o feminismo, e principalmente as lutas de independência terceiro-mundistas. A América Latina foi um espaço privilegiado para a efervescência dessas questões e de outras construídas no próprio continente, como a Teoria da Dependência, a Teologia da Libertação, e a Revolução Cubana; marcos estes essenciais para compreender uma mudança no pensamento e – principalmente – ação das esquerdas nos dois países. Segundo Tristán, (2006) esse foi um movimento que afetou principalmente grupos sociais urbanos e teve forte influência universitária, conjugando, na América Latina, marxistas, cristãos progressistas, anarquistas e nacionalistas frente ao imperialismo no continente.

Cabe destacar a importância da Revolução Cubana para toda a esquerda latino-americana, uma vez que além do sucesso da guerrilha em tomar o poder, muito foi escrito sobre a teoria e análise da situação latino-americana.²⁴³ De maneira sintética, podemos explicitar essa visão geral como o entendimento de que a América Latina ainda precisava realizar sua verdadeira independência, uma vez que continuava dominada pelos interesses da burguesia internacional e do imperialismo estadunidense, e que não era necessário esperar todas as condições subjetivas e objetivas para a revolução (o papel da vanguarda seria construir as condições subjetivas) ou primeiro o desenvolvimento de um Estado burguês nacionalista antes da revolução socialista.

O papel de Cuba e sua revolução bem-sucedida é essencial para pensar essas organizações, seja pelas construções teóricas de ambos os grupos, que muitas vezes são relacionadas à experiência Cubana, seja pelo simbolismo de figuras como Che Guevara e Fidel Castro. Hobsbawm ao falar sobre a importância da juventude no breve século XX (1995) aponta o impacto que a tomada de poder por lideranças tão jovens como Fidel Castro e Che Guevara obteve; eles tinham, respectivamente, 32 e 31 anos.

No Brasil, os movimentos de esquerda se deram com algumas especificidades, principalmente devido ao golpe militar de 1964. Frustrando as possibilidades de mudança social que eram pautadas pelo governo de João Goulart, o golpe ocorreu sem uma intervenção ativa da esquerda para impedi-lo. O descrédito com a via democrática para uma mudança social, assim como o descrédito com o Partido Comunista que defendia uma linha pacifista de atuação foi de extrema importância para as rupturas que ocorreram

243 - Dois principais materiais que serviram de base para muitos militantes foi o livro “A revolução na Revolução” de Debray e a vasta produção de Che Guevara, principalmente “Guerra de Guerrilhas”, onde são formuladas as estratégias e táticas de guerrilha para o continente levando em consideração suas particularidades em relação as lutas travadas em outras regiões do globo.

na esquerda e a formação de novos grupos.

A opção pela luta armada e da ação revolucionária pautará a conformação de novos grupos de esquerda. A historiadora Araújo (2008, p. 258.) afirma que o enaltecimento da violência, nesses casos, estaria ligado “[...] ao desejo de recuperar o próprio sentido da ação política que é, no seu cerne, intimamente ligado à ideia de transformação”. É nesse contexto que muitos grupos de esquerda brasileiros “[...] fizeram parte de uma ‘grande recusa’ – para usar o termo de Marcuse para caracterizar as lutas de 1968 em todo o mundo – que, no caso brasileiro, não era só da ditadura, mas também da organização social e econômica que ela garantia”. (RIDENTI, 2007, p. 49.)

Essa “grande recusa” é também lida como algo juvenil, seja pela grande participação de pessoas jovens, seja pela lógica construída fora dos partidos e setores clássicos da esquerda. A juventude é um período de transformação em si mesma, uma vez que é uma fase transitória da vida e carrega consigo uma imagem do novo, período que pode ser entendido enquanto uma recusa à velha organização do país – e dos pais – e a transformação em busca de uma nova ordem social e uma nova sensibilidade humana, onde a “pressa” de jovens, em várias partes do mundo, os levaram à luta armada.

Caperochipi (2012) defende as experiências guerrilheiras da Argentina, Chile e Uruguai enquanto uma “utopia geracional”. Argumenta que os processos de politização da juventude construíram uma geração política especificamente juvenil que vê no uso da violência uma possibilidade viável e eficaz de transformação social. Penso que as experiências da luta armada não devam ser reduzidas a apenas uma questão de juventude, uma vez somente esse aspecto não consegue explicar um número significativo de militantes mais velhos que rompem com seus antigos partidos e defendem essa forma de atuação. No entanto, é significativo o papel dos jovens em ambas as organizações aqui analisadas.

É nesse contexto que a ALN inicia-se enquanto “Agrupamento Comunista de São Paulo” (em 1967), após o afastamento de Carlos Marighella²⁴⁴ do Partido Comunista Brasileiro, juntamente com um grupo de militantes próximos a ele. No final de 1968 este agrupamento se designou com o nome de Ação Libertadora Nacional. A organização funcionava como uma espécie de federação de grupos armados com grande autonomia, que se espalhavam por todo o país, embora coordenados por Marighella e Joaquim Câmara Ferreira.²⁴⁵ Principal dissidência do PCB, é considerada o “[...] grupo de guerrilha urbana mais significativo pela ousadia, número de integrantes e ações armadas”. (RIDENTI, 2007,

244 - Carlos Marighella foi membro do Partido Comunista, o qual se desligou do PCB em 1967, a partir do contexto das críticas que a nova esquerda tinha para com os partidos tradicionais, considerados pacifistas, imobilistas e ineficientes.

245 - Joaquim Câmara, nascido em 1913, foi também um histórico membro e liderança no Partido Comunista, que afastando-se do PCB juntamente com Marighella em 1967, se tornou liderança na ALN.

p. 37.)

É importante focar na constituição social da ALN: quem eram seus militantes? Citei os dois principais dirigentes, e num artigo que se propõe a pensar mulheres jovens eles são significativos, tanto por serem homens quanto por serem mais velhos: Joaquim Câmara tinha 57 anos quando foi morto em 1970, e Marighella tinha 58 anos. As lideranças não são jovens e não apenas pela idade (a questão não é se ter 50 anos é velho ou não), mas principalmente pela experiência, pela longa trajetória de militância que remonta, respectivamente, a antes de 1968 e antes do golpe de 1964. Marcelo Ridenti fez um grande trabalho sobre as organizações armadas brasileiras, bem como um importante levantamento de dados sobre seus militantes com base na documentação do “Brasil Nunca Mais”. De acordo com o autor, mais da metade dos processados por envolvimento na esquerda armada tinha menos de 25 anos, era muito jovem, especificamente na ALN esse número é de 53,3%. (Cf. RIDENTI, 1990, p. 123.)

Com base na análise do autor também se pode ver que é significativo o número de mulheres militantes, sendo 15,4% do total de processados por envolvimento com a organização. A presença de mulheres nas organizações de nova esquerda do período é um dado significativo, uma vez que será muito maior que nos partidos tradicionais de esquerda. Muitos fatores influenciam nessa questão, como as mudanças culturais dos anos 1960 e a inserção de mulheres nas universidades, o que fez com que o movimento estudantil como iniciação política fosse uma alternativa mais viável.²⁴⁶ Assim como no caso dos homens jovens o ponto central é o movimento estudantil, que devido seu poder de mobilização muito forte, principalmente até 1968, se tornou a porta de entrada de muitas pessoas que depois atuaram politicamente nas organizações de esquerda armada.

O contexto uruguaio era bastante distinto do brasileiro, afinal encontrava-se durante a primeira metade do século XX com um desenvolvimento social e democrático marcante, ainda mais em um continente marcado por crises políticas e econômicas e forte desigualdade social. No entanto, durante a década de 1960 essa ideia do país como a *Suiça da América* foi se distanciando cada vez mais, o que Tristán afirma ser uma consciência da *latinoamericanização* do Uruguai, com uma longa crise econômica, política e social ao longo da década que culminou no governo repressivo, porém “democrático” de Pacheco Areco e o golpe de Estado em 1973. Segundo Padrós, (2005) a estagnação econômica dos anos 60 inviabilizou a permanência do legado de Estado de “bem-estar” das primeiras décadas do século e expôs um conflito social latente.

Nesse contexto os grupos de esquerda viram-se em uma crise eleitoral e muitos de seus militantes questionaram, através do debate mundial da nova esquerda, as práticas eleitoreiras e reformistas de seus partidos e buscaram orientar sua ação para métodos mais

246 - No caso brasileiro, o crescimento se deu entre as décadas de 1950 e 1970, em conjunto com a expansão do ensino superior, sendo 40% universitárias em 1971. (Cf. BARROSO; MELLO, p. 52, 1975.)

radicais e revolucionários, espelhados no sucesso cubano e das mobilizações da UTA.²⁴⁷ O *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* surge nesse contexto, ainda sem nome, em 1966, como um grupo de pessoas vindas de diversos partidos de esquerda e críticos a eles. Em seu primeiro documento afirmam:

En nuestro país hay condiciones objetivas para la acción revolucionaria. En nuestro país no hay condiciones subjetivas (conciencia, organización, dirección). Las condiciones subjetivas se crean luchando. Descartamos la posibilidad de tránsito pacífico hacia el poder en nuestro país (pensamos en términos de años y no de siglos). La única vía para la revolución socialista será la lucha armada. [...] La lucha armada no sólo es posible en el Uruguay, sino imprescindible: única forma de hacer la revolución. (MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS. Documento nº 1. Uruguay, 1967)

É então perceptível a escolha de ambos grupos na luta revolucionária pautada na violência armada. Essa será uma escolha de diversos grupos latino-americanos, no entanto ALN e MLN-T se aproximam ao pautar a guerrilha urbana, diferentemente do proposto por Che Guevara e Fidel Castro na Revolução Cubana. O esforço teórico de construir essa opção aparecerá em diversos documentos de ambas as organizações e, no caso brasileiro, culminará na importante produção de Marighella, *O Mini-manual do Guerrilheiro Urbano*.

Outro dado importante que caracteriza esses e outros grupos de esquerda armada nos dois países é a quantidade de pessoas jovens participantes. Assim como já foi visto no caso brasileiro, com mais de metade dos militantes da ALN tendo menos de 25 anos, no MLN também será significativo a presença dessas pessoas. No Uruguai, 32% dos presos tinham entre 18 e 25 anos e, aumentando a margem para até 30 anos, eles se tornam 62%. (Cf. URUGUAY NUNCA MÁS, 1989, p. 286.) Especificamente para o número de jovens no MLN não obtive dados, no entanto os dados de ocupação de seus integrantes podem ajudar a compreender um pouco esse número. De acordo com as pesquisas de Tristán, (2005, p. 129.) entre os anos de 1968 e 1969 o percentual de estudantes na organização foi de 20%.²⁴⁸ O autor destaca que 1968 foi uma mudança radical, pois, com a explosão do movimento estudantil e as primeiras mortes de estudantes, foi exponencial o crescimento dos jovens no movimento tupamaro.

Sobre o número de mulheres no MLN, Araújo (1980) afirma um percentual muito destacado, um terço do total de militantes na base. Assim como no Brasil, essa inclusão também se deve a maior escolarização das mulheres. No Uruguai, de acordo com Sapriza, (2005, p. 40) o número de mulheres estudantes já era 41% em 1963, quando se iniciou

247 - *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas*, referência às greves de trabalhadores da cana de açúcar vindos do interior que irrompeu Montevideu exigindo mudanças profundas da estrutura agrária do país. Uma de suas lideranças, Raúl Sendic fará parte do núcleo fundacional do MLN-Tupamaros.

248 - Importante destacar que na porcentagem total, 40% das ocupações não foram identificadas, ou seja, contabilizando somente as identificadas o número passaria para 33,3%.

a “feminização” da universidade, dado importante para compreender a participação das mulheres em organizações de esquerda com grande inserção no movimento estudantil.

Esses dados demonstram que havia muitas pessoas jovens nesses grupos; mas seria isso sentido – e significado – pelos membros dos grupos armados? Muitas são as questões que permeiam uma análise sobre juventude, mas é importante perceber se esta é uma questão pertinente no momento. Utilizo-me de uma fala de Marighella, em entrevista a uma revista francesa em 1969, para iniciar a reflexão sobre isto:

A revolução não depende de pessoas, pois é uma questão do povo e de sua vanguarda. A parte que me toca foi dar o início. Nossa organização está integrada, em sua maioria, por companheiros de menos de 25 anos de idade. Cabe aos melhores entre eles assumir a direção. Um deles empunhará minha bandeira, ou, se você preferir, meu fuzil. (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. Comunicado. JOAQUIM CÂMARA FERREIRA. Marighella: vida e ação criadoras. Novembro, 1969.)

Também o MLN – Tupamaros atentava para a atuação das pessoas jovens e sua organização.

Ha habido em algunos sectores [del movimiento estudiantil] un apoyo casi oficial a la Organización [...]. La violencia ha pautado la lucha de este sector. El Movimiento Estudiantil no se inhibe del combate por la crisis, antes bien, cobra auge con ella. Es expresión del problema más general de una juventud desocupada y sin horizontes em un país em crisis. Es hoy por hoy el sector social que más solidamente os apoya. (MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS. Documento nº 5. Uruguay, 1971).

Cabe perceber, nesses dois trechos citados, a importância que a juventude (ou as pessoas jovens, ou as pessoas jovens organizadas através do movimento estudantil) tinha para esses dois grupos políticos. Muitas são as discussões que isso pode suscitar, uma delas é a relação entre jovens e estudantes. Relação essa que não ocorre apenas nos documentos das organizações, mas também nas análises sociais que são feitas desse período. Apesar das diferenças existentes – nem todos os jovens são estudantes, nem todo estudante é jovem – há uma significativa relação entre estas duas questões. Muitos trabalhos sobre juventude se voltam para o movimento estudantil, e muitos discursos do movimento estudantil são pautados por ideias de juventude, por discursos que buscam gerar identificações entre estudantes através de uma juventude compartilhada. Como afirmado anteriormente também foi através do movimento estudantil que muitas mulheres iniciaram sua militância política e o contato com grupos de esquerda armada.²⁴⁹ Mas para além dessa questão, que não é o foco deste capítulo, cabe pensar: quais são as ideias de juventude que essas

249 - O acervo de entrevistas do Laboratório de Estudos de Gênero e História é significativo para pensar esses encaminhamentos. A maioria dos testemunhos de mulheres coletados colocam o início da militância política através do movimento estudantil.

organizações construíram?

Ao analisar a juventude nessas organizações não me proponho a pensar essa categoria como um grupo social fixo, como uma identidade que seja mobilizada para propor uma mudança social ou política a partir dela. Como afirmou Bourdieu (1983, p.112-121), penso a juventude enquanto uma “palavra”, não um objeto dado biologicamente ou uma simples transparência da realidade. A ideia de jovens enquanto uma unidade social, com interesses em comum devido a essa idade é uma construção também. (Cf. BOURDIEU, 1983, p. 113.)

Juventude é uma palavra, um discurso, que construirá identidades, mas essa é uma construção, histórica e cultural, que cria ideias do que é ser jovem. E por que essa categoria é tão utilizada e manipulada? Acredito, apoiada no estudo de outras/os historiadoras/es, que seja pela característica fundamental de transitoriedade presente na ideia de um “tempo da vida”. Essa transitoriedade permite pensar a juventude enquanto um período de transformação, e a ideia de transformação pode carregar uma carga simbólica revolucionária bastante significativa, que será pautada por esses grupos de esquerda revolucionária.

[...] é precisamente sua natureza fugidia que carrega de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade essa construção cultural, a qual, em todas as sociedades, é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. Com esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, as sociedades sempre “construíram” a juventude como um fato social intrinsecamente instável, irredutível à rigidez dos dados demográficos ou jurídicos, ou – melhor ainda – como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos, e não só como um fato social simples, analisável de imediato. (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 9.)

Acredito que os discursos desses grupos são carregados de usos simbólicos na construção de um sujeito revolucionário. A construção do sujeito revolucionário se dá de diversas formas em cada grupo de esquerda, mas tanto na ALN quanto no MLN-T vemos uma grande valorização da *ação*. O sujeito revolucionário é aquele que age, que age através da luta armada em prol da revolução. Afinal, “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, como foi afirmado na Declaração Geral da Primeira Conferência Latinoamericana de Solidariedade, realizada pela *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS) em 1967 em Havana, importante conferência que pautou a guerra de guerrilhas como opção essencial para a América Latina. Para Maria Paula Araújo, “As jovens gerações de militantes brasileiros da década de 1960 também foram marcadas por esse desejo de rompimento, de radicalidade, e pelo sentimento crítico ao que era considerado, de forma geral, reformismo, passividade, conciliação”. (ARAÚJO, 2001, p. 37.)

A ação, enquanto desprendimento das teorias clássicas dos Partidos Comunistas de

reuniões e manifestos, pode ser vista também como uma característica de jovens. As/Os jovens são sujeitos dispostos a agir fora das amarras das normas, desprendidos de vícios antigos de partidos e procurando uma ação que seja imediata. Isso pode ser motivado, como afirma o trecho do documento tupamaro já citado, devido à juventude atual ser “desocupada y sin horizontes”. Curioso perceber que essa é uma argumentação que vai ao encontro das análises sociológicas, que afirmam a possibilidade de atuação social dos jovens a partir da consideração de maior liberdade, onde não há mais os limites impostos pela família na infância, nem todas as obrigações da vida adulta ao entrar no mercado de trabalho e constituir família. (Cf. FORACCHI, 1972; SOUZA; GROPPPO, 2011.) O que quero dizer com isso é que o “operário”, enquanto sujeito da revolução socialista, jamais seria visto enquanto “desocupado” e muito menos teria sido visto nessa característica seu potencial revolucionário. No entanto, uma característica que pode ser vista como negativa em outros contextos é positivada e inclusive transformadora se colocada enquanto inata à juventude.

Esse exemplo também pode ser visto em documentos importantes para a ALN, como o *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Importante documento para o período e também para compreender como era vista a luta armada no Brasil por seus integrantes, entre os diferentes aspectos da guerrilha, Marighella aponta para a importância dos estudantes no processo revolucionário, de maneira bastante semelhante ao MLN-T:

Os estudantes se destacam por ser politicamente cruéis e rudes e por tanto rompem todas as regras. Quando são integrados na guerrilha urbana, como está ocorrendo agora em grande escala, ensinam um talento especial para a violência revolucionária e pronto adquirem um alto nível de destreza político-técnico-militar. Os estudantes têm bastante tempo livre em suas mãos porque são sistematicamente separados, suspensos e expulsos da escola pela ditadura e assim começam a usar seu tempo vantajosamente a favor de a revolução. (MARIGHELLA, Carlos. *Mini-manual do Guerrilheiro Urbano*. Jun, 1969)

Mostrando a relação entre juventude e estudantes, também encontrada nos textos da sociologia, as representações dos jovens estudantes se complementam. Se por um lado Foracchi (1970) afirma que as relações sociais que jovens enquanto estudantes mantinham com suas famílias como meio de manterem-se fora do mercado de trabalho, por outro Marighella afirma que os estudantes possuem bastante tempo livre quando são expulsos da universidade. No *mini-manual do guerrilheiro urbano*, cada grupo social possui suas características próprias e atividades no processo revolucionário, então é interessante que a representação dos estudantes seja colocada nessa relação de poucas atividades / poucas responsabilidades.

Mas essas poucas responsabilidades na vida social “normal” permitem um envolvimento completo na militância; ou seja, grandes responsabilidades de “fazer a revolução” uma vez que não está tão comprometido com família, dependentes ou emprego

fixo. O revolucionário ideal é o que se doa, o que coloca a revolução em primeiro lugar em sua vida. Fidel Castro, em discurso pela morte de Che Guevara em 1967, citou Che como modelo de homem revolucionário: “Nos dejó su pensamiento revolucionario, nos dejó sus virtudes revolucionarias, nos dejó su carácter, su voluntad, su tenacidad, su espíritu de trabajo. En una palabra, nos dejó su ejemplo!”. (CASTRO, 1967.) Ao espaço em branco dos jovens na sociedade deve ser formado o revolucionário perfeito, onde o desejo, a disposição e afincamento pela revolução serão suas prioridades.

Esse jogo entre um ideal de revolucionária/o em relação com as vivências de militantes jovens é uma questão a ser percebida nesta análise. Apesar da importância da juventude para esses grupos de esquerda, será também responsabilidade deles as falhas da revolução, como aponta o documento inicial que abre este artigo. Essa tensão entre positivo e negativo da juventude parece estar presente nos discursos dos grupos de esquerda – além de estarem nos discursos atuais sobre a luta armada. Uma tensão que se pode antever em alguns documentos. Marighella em uma carta aos militantes de São Paulo denominada “Quem samba fica, quem não samba vai embora” discutia como a organização deveria funcionar e afirmava:

Precisamos trabalhar os jovens. Ou melhor: precisamos trabalhar com os jovens. É preciso dar oportunidades aos jovens e responsabilizá-los com problemas que só a juventude pode resolver. Tragamos jovens para a ação, para contatos, reuniões se for o caso. E gente jovem para viajar e aprender. Quando voltarem, pouco a pouco, irão cuidando de tudo, queiramos ou não. (MARIGHELLA, 1968.)

A tensão aparece na relação entre jovens e não jovens – como o Marighella – nesse texto. Muitas questões são suscitadas por esse trecho. Quais os problemas que só a juventude pode resolver? Quem não quer que os jovens tomem conta de tudo? Quais seriam as diferenças entre trabalhar os jovens e trabalhar *com* os jovens? Não seria capaz de analisar completamente essa questão, nem responder essa pergunta, mas acredito que é possível perceber a tensão entre a importância ou não dos jovens para a organização/revolução. Uma tensão que deixa antever essa relação ambígua entre juventude e militância.

Neste ponto duas questões se aproximam: jovens e mulheres. Tanto a presença das mulheres como uma análise de gênero nas guerrilhas latino-americanas têm sido feita há algum tempo. Dentre esses estudiosos as professoras e pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC são referência na temática. Além das mudanças ocorridas para a configuração da Nova Esquerda, há também as mudanças culturais que permitiram uma maior participação de mulheres nas diversas organizações, como a segunda onda do Movimento Feminista e a Revolução Sexual. Por mais que essas esquerdas não fossem propriamente um lugar de discussão ou atuação feminista, o próprio fato de mulheres, e mulheres jovens, se incorporarem a uma militância tida radical já tensionava

os papéis de gênero, onde o espaço tido feminino é o privado, do lar, e não o público, da política.

Mais radical ainda é a incorporação na luta armada, extremamente militarizada, uma vez que o espaço de militarização é tido enquanto um espaço que privilegiado aos homens e construtor de masculinidades. Urbano,²⁵⁰ um dirigente Tupamaro, ao falar sobre o papel das mulheres no movimento em uma entrevista afirmou: “Primero le diría que nunca es más igual un hombre a una mujer que detrás de una pistola cuarenta y cinco”. É possível pensar em algumas questões importantes a partir deste relato. Uma delas é o poder que empunhar as armas pode dar, e nesse caso isso dialoga com as concepções de ambos os grupos que pautavam o setor armado como mais importante e o responsável por levar a cabo a revolução. Nesse caso as armas são um símbolo de poder, e quem as empunha lidera o processo revolucionário. Marighella afirma que quem empunhará seu fuzil será um dos jovens da organização. Outra questão é como esse processo de militarização, de se tornar um/a revolucionário/a com armas iguala homens e mulheres.

No entanto, é necessário questionar como essa igualdade é construída. Considero inegável que as vivências e a formação em grupos de esquerda armada transformaram as mulheres que neles estavam e também a visão de como essas mulheres eram vistas em sociedade, uma vez que transgrediram os papéis de gênero ao estarem no público, na política, na revolução militarizada. Mas é também muitas vezes uma igualdade invisibilizadora das mulheres, uma vez que o ideal de revolucionário é o sujeito universal, no qual o sujeito sem sexo se torna norma, logo o homem. É possível pensarmos: se todos são iguais detrás de uma pistola 45, qual o gênero desses iguais?

Wolff, (2007) ao analisar as configurações de gênero na guerrilha mostra que o sujeito revolucionário guerrilheiro é pautado por ideais masculinos de virilidade, força e determinação, e que apesar das mulheres terem se identificado com esses ideais, eles não deixavam de ser masculinos.

Muitas das jovens guerrilheiras e militantes, a partir do exílio ou a partir de suas trajetórias posteriores [...] tornaram-se feministas. O número e a relevância das militantes mulheres na Nova Esquerda foram muito importantes se levamos em conta os números de mulheres militantes de partidos tradicionais, de esquerda ou de direita. Embora os grupos de consciência, os periódicos feministas, as casas de mulheres e outras expressões do feminismo de segunda onda surgissem em paralelo com os movimentos armados de esquerda ou como sua consequência, tanto no Brasil como na Argentina e no Uruguai, o próprio fato de as mulheres estarem neste momento nas Universidades, em números nunca antes experimentados, e de se sentirem convocadas elas também pelo discurso tão genderizado no masculino para a luta social, colocando-

250 - MLN-T, Tupamaros y gobierno, dos poderes em pugna. Sep., 1970. *Pseudônimo* de Mauricio Rosencof, um dos mais importantes dirigentes do MLN-T em 1970, quando Sendic já estava encarcerado. (TRISTÁN, 2005, p. 149.)

se assim numa relação de igualdade com seus companheiros homens, já expressa uma mudança importante. [...] Disse-me uma ex-militante de Direitos Humanos, então exilada nos Estados Unidos, que, sendo responsável pelo escritório da Anistia Internacional, era vista por seus companheiros como um homem. Segundo ela, estar em uma posição de poder fazia da militante “um homem”. Diziam-lhe: “venha para a reunião, companheira, enquanto as mulheres fazem as empanadas”. O poder, nesse caso, masculinizava, propiciava uma ascensão de *status*. É assim que mais uma vez podemos dizer: gênero é poder. (WOLFF, 2007.)

Dessa maneira, é curioso que a culpa pelas falhas recaia sobre as mulheres jovens. O gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, (Cf. SCOTT, 1990, p. 4.) mas as relações de poder se cruzam entre mais categorias quando é pensado nas pessoas jovens. É também um jogo entre visibilizar e invisibilizar essas mulheres jovens. O sujeito revolucionário pode ser pensado enquanto universal e masculino, mas a presença dessas mulheres nos grupos tensiona essa questão. Urbano ao continuar a entrevista afirma:

Una de las acciones que se hizo con más alegría en el Movimiento fue la evasión de las compañeras de la Cárcel de Mujeres. En un local del MLN se pegaron después las fotografías de ellas aparecidas en los periódicos con una leyenda que decía: “Es verdad: no se puede hacer una revolución sin ellas”. (MLN-T, Tupamaros y gobierno, dos poderes em pugna)

As mulheres revolucionárias serão consideradas como algo “fora da norma” para os jornais, algo a se destacar. E nesse caso a feminilidade e a juventude serão também marcantes, principalmente nas mídias brasileiras que enfatiza a ideia de mulher jovem guerrilheira, que além de terrorista, é considerada bonita – o famoso epíteto de “loira dos assaltos”, o qual muitas mulheres militantes tiveram. Tânia Fayal foi uma dessas militantes que, com 19 anos em 1968, usava uma peruca loira em ações da ALN. A relação entre o que se espera dessas mulheres e o lugar em que elas estão é o que causa a perplexidade e chama a atenção.

Mas essa relação de poder também é pautada nos grupos de esquerda, onde se é construído um ideal de sujeito revolucionário, de forma a buscar um jovem (no masculino) que seja motor da revolução em suas características, não um motivo para o fracasso da empreitada. A questão colocada no documento da ALN com que se iniciou esse trabalho demonstra este lado, do fracasso. Como essas mulheres e homens jovens, com tantas características uteis e positivas à revolução puderam falhar? Os discursos nesse caso são muito poderosos, eles tanto positivam certas características “inatas” aos jovens quanto tensionam e colocam responsabilidades e culpas devido às mesmas características em outros momentos.

Essa relação vai de encontro com as vivências cotidianas dessas/es jovens. Pensar as vivências cotidianas dessas pessoas jovens envolve pensar nas mudanças culturais que ocorreram principalmente na década de 1960 em ambos países, desde uma grande entrada das mulheres no ensino superior, como um “relaxamento” de costumes. Essas possibilidades podem ser vistas de maneira mais nítida através dos relatos em entrevistas de história oral. A história oral enriquece essa análise pois traz vozes difíceis de encontrar nos documentos das organizações, pautados por uma ideia de unificação, sem as tensões que permeiam as reuniões e assembleias de qualquer grupo político.

Elizabeth Jelin, quando enfoca as questões da memória em períodos de crise e repressão, afirma que “[...] abordar la memoria involucra a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también huecos y fracturas”. (JELIN, 2002, p. 17.) Essa fluidez da memória é o que permite analisar com riqueza as experiências vividas, uma vez que envolve diversas questões tanto particulares do indivíduo entrevistado quanto coletivas do contexto social e histórico em que vive e viveu. Através desses relatos é possível perceber como essas questões eram complexas no cotidiano. Carmen Beramendi foi militante tupamara, iniciou sua militância política no movimento estudantil, onde era uma líder reconhecida, e ao integrar-se ao MLN-T foi para o setor de luta armada.

No MLN, eu integrava um setor que se chamava Setor de Serviços, que montava a infraestrutura de todas as ações do tipo armado. Nunca fui consciente de nenhuma discriminação, certamente ela ocorreu, mas eu nunca percebi. Estava claro que os comandantes eram todos homens, havia alguma comandante mulher algumas mulheres que eram meio símbolos, e por causa disso ficou caracterizado que as mulheres estavam no MLN. De qualquer maneira, eu tive aí uma responsabilidade bastante importante, e me sentia, eu era muito jovem, me sentia que estavam me colocando num lugar importante, não me sentia discriminada. (BERAMENDI, 2008.)

A consciência de estar em um lugar importante sendo jovem é sintomática. Se os jovens antes deveriam seguir seus líderes mais velhos, a juventude autossuficiente que pode ser uma liderança traz um papel transformador, o que é percebido pelos militantes. Esse é o posto especial que carrega grandes responsabilidades. Che Guevara foi vitorioso com a Revolução Cubana enquanto jovem, esse era o ideal: “Menos mal que llegó la revolución primero que la madurez! Porque al fin y al cabo, los maduros han madurado tanto que se han podrido”. (GUEVARA, Publicação especial FAU, s/d.) Essa mudança que valoriza a liderança jovem é muito significativa. Marighella já havia afirmado que os jovens tomariam conta de tudo “queiramos ou não”.

Ao mesmo tempo, essas memórias relatam lembranças que trazem um cotidiano de juventude mais amplo, e muitas vezes interpelado por tensões. Iara Xavier Pereira foi militante da ALN assim como toda a sua família, ao dar seu testemunho para a Comissão

Nacional Da Verdade²⁵¹ narra sobre sua juventude e adolescência ainda sem envolvimento com a organização: “Eu nesse período era poderia dizer um contra apoio, fazia a tarefinha, eu ainda estudava, tinha minhas amigas, eu gostava dos Beatles e Rolling Stones, usava mini saia. Eu questionava muito a questão, eu lia muito [...]”. (PEREIRA, 2014, p. 6.) As roupas se tornam algo simbólico, e eram coisas que ela “ainda” fazia. No Uruguai Martha Aguin relata que “[...] em nosso meio, estava mal visto, não podíamos fazer as coisas que faziam as pessoas da nossa idade, dançar. Não o fazíamos e o julgávamos mal. Eu via isso como uma coisa frívola e estúpida. Eu tinha dezesseis anos e ia dançar”. Quantas quebraram essas regras comportamentais. Iara, por exemplo, deixa avistar os embates enquanto adolescente, por querer mais responsabilidades na organização e não ser tratada com proteção excessiva. Mas muitas vezes costumes jovens poderão ser um entrave ao que se é esperado de um revolucionário. Ribeiro (2011) escreveu uma tese sobre a participação das mulheres na ALN, onde procura compreender a atuação e a rede de apoio dessas militantes para a organização. A autora realizou entrevistas com diversas militantes da ALN, entre elas Eliete Ferrer, que afirma

[...] eu era próxima do partidão, fui a algumas reuniões, fui a algumas reuniões de estudo, mas eu achava aquilo tudo muito chato, o partidão era muito sério, muito rígido. Mas uma coisa absurda. E eu sou o que eu sou, eu era muito pior do que eu sou hoje em dia porque eu tinha 18, 20 anos então eu era muito pior não é? Muito mais tesão na vida e tesão em tudo e sangue quente e tudo não é? (FERRER apud RIBEIRO, 2011, p. 325.)

A experiência do *tesão* é tida como jovem, ela era muito maior por ter 20 anos de idade. A narrativa traz uma ideia de juventude ligada ao desejo, à vontade à flor da pele. O tesão aqui não se refere apenas ao desejo sexual, o tesão está em tudo, inclusive na revolução, como foi escrito nos muros de Paris em 1968, “[...] plus je fais l’amour, plus j’ai envie de faire la révolution”.²⁵² No entanto, essa ideia pode ser vista como um descontrole ou uma falta de responsabilidades: o tesão pela revolução deve vir em primeiro lugar. Um controle desses impulsos considerados juvenis deve ser feito por cada militante. Será isso possível?

Podemos pensar sobre essa questão com os escritos de Luiz Eurico Tejera, militante da ALN. Luiz Eurico escreveu diversos poemas que foram reunidos em um livro feito por familiares em sua homenagem na década de 1990, onde é possível perceber a ligação entre juventude e revolução. (Cf. LISBÔA, 1999.) Suas poesias apontam para uma relação onde certos comportamentos tidos como “naturais” são colocados em contraponto aos esperados para a Revolução.

251 - A questão sobre o testemunho público na Comissão Nacional da Verdade é levada em conta no trabalho, mas acredito que mesmo a situação diferente politicamente destes testemunhos e os relatos de entrevista oral para pesquisa acadêmica não inviabilizam as questões sobre memória aqui discutidas.

252 - Tradução livre: “Quanto mais faço amor, mais tenho vontade de fazer a Revolução”.

III

O povo está impaciente,
guerreiros,
As crianças já não cantam
Os jovens não mais se consomem
no amor
e os anciãos só esperam viver
até o grande momento.
Poupam suas forças
para a luta fundamental. (LISBÔA, 1967.)

Escrito em 1967, o poema deixa antever que para realizar a luta é necessário não mais se consumir no amor. Essa construção de jovens como pessoas que vivenciam mais fortemente o amor aparece nas duas falas, tanto Eliete quanto Luiz Eurico, compartilham esse ideal. No entanto pode-se antever uma relação diferente com essas questões, uma outra maneira de se portar. Características tidas como juvenis (como a inconsequência, a imaturidade e a irresponsabilidade) não são revolucionárias; a/o verdadeira/o revolucionária/o é aquela/e capaz de controlar seus instintos. Maria Aparecida Costa, militante da ALN, rememora suas relações amorosas de maneira bastante diferente de como Luiz Eurico relatou as suas.

Quando entrei eu não namorava ninguém fora da organização, uma rara exceção que foi com o Takao então era uma coisa muito simples, porque ambos éramos do GTA e etc, agora claro que eu achava o seguinte, que não existia isso mesmo, que o amor era uma coisa muito pequena burguesa, não é a revolução acima de tudo, então isso para mim pesava porque eu acho que... mas eu fiquei alguns dias, quando ele disse que ia para Cuba, que também ia ser mandado para Cuba, o mundo acabou, eu não consegui ver muito ideologia, eu quero ir junto simplesmente, então eu vou, porque que a gente não pode sair junto? Mas havia aquela demanda, essa decisão de que... um teste, as pessoas não podem fazer as coisas na organização em função de se estar amando ou não, isso é absolutamente secundário, vai porque é oportuno, se der você vai num dia, se não der acabou, ponto e parágrafo. E ele era muito mais disciplinado do que eu. Eu acho que protestei muito mais, entendeu? (COSTA apud RIBEIRO, 2011, p. 333.)

Se podemos pensar que Luiz Eurico seria um jovem revolucionário ideal, colocando os interesses da revolução em primeiro lugar, esse não parece ser o caso dessas mulheres militantes. Não por elas não colocarem a revolução em primeiro lugar, mas por elas construírem em suas narrativas os “vacilos” que vivenciaram nessas relações. Os homens, ao não narrarem essas questões pessoais, se tornam mais ainda o universal. O lugar disciplinado do militante revolucionário aparece como um lugar masculino.

Essa construção de juventude, carregada de simbolismos, mobilizou diversas pessoas, grupos e instituições na década de 1960, quanto continua a ser uma memória reafirmada pelos protagonistas sobreviventes. A construção de uma ideia de mulher também será carregada de simbolismos e irá mobilizar ou desmobilizar diversas militantes. Se para a ALN a mulher brasileira nunca havia participado da atividade revolucionária até 1968, a inexperiência de mulheres militantes jovens será duplamente reafirmada, uma inexperiência pessoal e social.

Caperochipi (2012, p. 107) plantea as guerrilhas enquanto experiência geracional, devido às características como criatividade, urgência, crítica aos adultos e as formas clássicas de ação política. Acredito que a questão é mais sensível, antes de serem estas características juvenis, essas foram características mobilizadas pelos discursos que visaram mobilizar jovens e construir juventudes revolucionárias, discursos permeados de relações de poder que visaram construir caracterizações positivas ou negativas para militantes jovens. Talvez seja neste jogo de múltiplas forças, que pessoas jovens se construíram enquanto rebeldes e revolucionários. Essa tensão entre atitudes corretas ou não para jovens militantes parece evidenciar também uma relação de poder calcada no gênero, onde as características negativas da juventude, seja ela a inconstância, a falta de controle, a inexperiência, são colocadas como femininas. Enquanto as características positivas, a violência, o desprendimento, a agilidade, a coragem, são colocadas como femininas.

A análise proposta aqui é ainda inicial, no entanto parece ser possível ver um caminho baseado nessa relação entre juventude e gênero para pensar as aventuras e desventuras das Organizações de esquerda armada de ambos os países. E compreender a relação contraditória dessas e desses jovens, ao mesmo tempo grandes motores da revolução e culpados pelo seu fracasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. Comunicado. JOAQUIM CÂMARA FERREIRA. Marighella: vida e ação criadoras. Novembro, 1969.

AGUÑÍN, Martha. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Montevideu, Uruguai, 27 de março de 2008. Acervo do LEGH/UFSC.

ERNESTO CHE GUEVARA. *Obras escogidas 1957-1967*. La Habana: Casa de las Américas, 1970.

ERNESTO CHE GUEVARA. Publicação especial da Federación Anarquista Uruguaya, [s.d.].

LISBÔA, Luiz Eurico Tejera. *Condições ideais para o amor: poemas, manifestos e correspondências de um poeta-guerrilheiro*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BERAMENDI, Carmen. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevideu.

28/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini-Manual do Guerrilheiro urbano*. [S.l.: s.n.]: Jun. 1969.

MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo.

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS. Documento nº 5. Uruguay, 1971.

MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL – TUPAMAROS. Tupamaros y gobierno, dos poderes em pugna. Sep., 1970.

O Papel da Ação Revolucionária na Organização. ALN, maio 1969. In: REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

PEREIRA, Iara Xavier. Testemunho para a Comissão Nacional da Verdade. Agosto de 2014

URUGUAY NUNCA MÁS: informe sobre la violación de los derechos humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989.

Bibliografia

ANDÚJAR, Andrea; D'ANTONIO, Débora; DOMÍNGUEZ, Nora; et al. (Orgs.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

ARAUJO, Ana Maria. *Tupamaras*: des femmes de l'Uruguay. Paris: Des Femmes, 1980.

ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 15, Dez. 1975.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAMPOS, Cynthia Machado. Jovens na ditadura e pós-ditadura militar brasileira: escritas em ciências humanas. *História Revista*, Goiânia, v. 18, n. 2, Jul./Dez. 2013.

CAPEROCCHIPI, Macarena Orellana. Utopías generacionales. De la radicalización política a la lucha armada. Jóvenes en el surgimiento del PRT-ERP (Argentina), MIR (Chile) y MLN-Tupamaros (Uruguay). 1960-1970. *Revista Divergencia*, Viña del Mar, ano 1, n. 2, Jul./Dez. 2012.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção: As Esquerdas no Brasil, v. 3.)

FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1972.

HOBBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. v. 1.

_____. *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. v. 2.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de estado e segurança nacional uruguaí (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PRADO, Maria Ligia. Repensando a História Comparada na América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, Ago./Dez. 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014.

RIBEIRO, Ana Cláudia Badan. *Experiência de Luta na Emancipação Femenina: mulheres na ALN*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção: As Esquerdas no Brasil, v. 3.)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, v. 2, Jul./Dez. 1990.

SOUSA, Janice Tirelli de; GROPPPO, Luís Antonio. (Orgs.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya*

1955-1973. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, v. 27, 2007.

VIDAS CLANDESTINAS: UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE AS MEMÓRIAS NARRADAS POR QUEM VIVEU NA CLANDESTINIDADE DURANTE A DITADURA NO BRASIL

Musa Santos²⁵³

Durante as décadas de 1960 e 1970 o Brasil passou por mudanças políticas que foram dramáticas. A Ditadura civil-militar que se instaurou veio acompanhada de forte controle, repressão, torturas e assassinatos, principalmente daquelas pessoas que, de alguma forma, lutavam por uma sociedade socialista ou simplesmente resistiam ao governo instalado. Um grande número de mulheres e homens que faziam oposição ao governo militar, com o AI-5 passaram a ver a clandestinidade como única forma de continuar lutando e sobrevivendo, caso não optassem pelo exílio ou pelo abandono da militância. A vida clandestina implicava em abandonar suas vidas, mudar seus nomes, identidades, aparências, ou seja, construir uma vida nova e passar a ser uma outra pessoa.

Este capítulo pretende trabalhar com as narrativas referentes à vida clandestina vivida por ex-militantes de organizações que esquerda, percebendo de que forma o gênero influenciou, e continua influenciando, a construção dessas narrativas. A questão é saber de que maneira mulheres e homens narram suas experiências referentes à clandestinidade. Há diferenças? Há semelhanças? Quais são as lembranças sobre a vida clandestina que as/os militantes se recordam?

Para isto, gostaria de pontuar que este trabalho foi escrito a partir de materiais da pesquisa *Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960 – 2008)* a qual faço parte hoje como bolsista de Apoio Técnico; e a partir do meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Clandestinidade e relações de gênero no Brasil na década de 70*, defendido em novembro de 2015, com o apoio do CNPq, e orientação da Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro. Este projeto teve início em fevereiro de 2013 e vem buscando, a partir de então, analisar o processo de vida clandestina durante os diversos regimes ditatoriais ocorridos em todo o Cone Sul. Para isto utilizamos diferentes tipos de fontes e materiais, como biografias, autobiografias, livros de memórias e entrevistas.

Neste capítulo utilizarei especificamente entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa Vidas Clandestinas e que hoje compõem o acervo de entrevistas do *Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEHG*. Ao trabalharmos com entrevistas, é importante

253 - Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Apoio Técnico no projeto Vidas Clandestinas, orientado pela Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro.

pensarmos sobre o conceito de memória. Costumeiramente, entende-se por memória o exercício de lembrar o passado, recordar e reproduzir estas lembranças, porém definir a memória somente desta forma seria equivocado. Maurice Halbwachs, (1990) um dos principais estudiosos do conceito de memória coletiva e individual, tem como base do seu pensamento a ideia de que lembrar para o indivíduo corresponde a re-atualizar a memória de um grupo que faz/fez parte. Ele comenta que a memória coletiva de um grupo está diretamente relacionada com o espaço e o tempo.

Anamaria Venson e Joana Maria Pedro, (2012) em *Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia*, colocam que a memória e o uso da memória como fonte de conhecimento são práticas permeadas por relações de poder e datadas, com isso o ato de rememorar é configurado dentro de uma relação de poder. Seja da relação entre entrevistador/a e entrevistado/a, seja do tratamento que historiadoras decidem dar à memória. Por *relações de poder*, as autoras têm como base teórica Foucault, que traz as relações de poder como instáveis e possíveis de reversibilidade, permeadas de disputas, embates e jogos estratégicos pelos quais pessoas livres procuram se conduzir e determinar a conduta das outras.

Michel Pollak (1989), por sua vez, afirma que a memória é um espaço de disputa, disputas entre as diversas memórias existentes sobre determinado acontecimento. A memória da Ditadura civil-militar no Brasil é disputada e está presente no imaginário do país, na memória coletiva, na memória política, na mídia, etc. Por ser tão discutida acaba muitas vezes uniformizada e esse trabalho busca perceber as memórias marginalizadas, como é o caso das falas de homens e mulheres que militaram em organizações de esquerda durante o período da Ditadura e que atuaram na clandestinidade. Principalmente a fala das mulheres, que nos contam histórias diferentes dos homens. Apesar de já discutida e visibilizada a questão da Ditadura, as experiências de diversas mulheres como militantes clandestinas foram ainda pouco discutidas. Através desta pesquisa procuro perceber também como essas mulheres significam essas memórias.

Os relatos sobre a clandestinidade nos países do Cone Sul têm, recentemente, apresentado grande contribuição para a historiografia. Para além de investigar como a memória registra estes momentos e como são narrados, é conveniente perguntar como estas narrativas são permeadas pelas relações de gênero. Afinal, há muito tempo aprendemos, com Michele Perrot, (1989) que a memória é sexuada.

Se às mulheres foi, por muito tempo, reservado o espaço privado, o lugar do silêncio e o anonimato próprio de quem transita por chãos de fábrica, cozinhas e alcovas, também as experiências dos homens comuns ficaram invisibilizadas no discurso historiográfico. A fonte oral se apresenta, portanto, duplamente armada: nos oferece a chance de transitar por domínios entendidos como privados, particulares, considerados irrelevantes para a esfera pública e, mais ainda, nos permite visitar percursos de rememoração da experiência de constituição da sujeita por ela mesma. (VENSON; PEDRO, 2012, p. 135.)

Podemos hoje pensar como o sujeito se constitui na experiência, ou seja, somos o efeito e produto de processos de subjetivações. Tendo em jogo isto, estou considerando que a narrativa oral é um processo, no qual tanto o/a entrevistador/a quanto o/a entrevistado/a estão inseridos/as, pois ambos/as contribuem com perguntas e reações durante o processo de construção da entrevista.

[...] a entrevista é uma relação de poder: a pesquisadora é quem diz o que as palavras significam, descreve as expressões daquela que lhe fala, seleciona o que é fonte e o que não é, decide quais trechos serão descartados e quais perguntas devem ser perguntadas. Mas, se mesmo a interpretação é parte de uma relação de poder, aquela para a qual dirigimos nossas perguntas pode recusar-se a responder e pode, ainda, brincar com nossas pretensões científicas. Mesmo assim, é a pesquisadora quem edita o texto e o organiza como uma verdade válida (VENSON; PEDRO, 2012, p. 136.)

Colocado isso, pontuo que não é de obrigação do/a entrevistador/a transformar a transcrição da entrevista em um documento acabado, muito menos em um relatório do que foi visto e escutado. O que o/a entrevistador/a pode fazer é procurar nas fontes formas de produção de subjetividades, interpretar a fala do/a entrevistado/a tendo consciência de que tal fala foi construída e permeada pelas perguntas realizadas pelo/a entrevistador/a, assim como pelas condições de realização da entrevista, como o local em que foi realizada e sob qual contexto estava inserida.

Se rememorar é um processo, nosso trabalho é procurar nas memórias da experiência como a pessoa que nos fala joga com a cultura e produz a si própria na relação com a Outra, tornando dizíveis processos de constituição de si. Não se trata de uma retirada de informações, mas de interpretar como a pessoa que nos fala reconstrói a própria subjetividade, como percebe a si própria e como percebe o olhar da Outra, como se formula a partir de identificações, como ela entende o modo como se tornou o que é. (VENSON; PEDRO, 2012, p. 136.)

Devido ao objeto de pesquisa e sua problemática, optei pela História Oral Temática para a realização das entrevistas. Segundo Verena Alberti:

Sua escolha é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. (ALBERTI, 2005, p. 38.)

Com isso, quero lembrar que as entrevistas temáticas consideram o tema específico que se está pesquisando, visando principalmente sobre a participação da pessoa entrevistada no assunto em questão. Entretanto, apesar de ser uma entrevista temática, elas têm como eixo a biografia e a história de vida do/a entrevistado/a.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um pequeno questionário, que serviu como guia durante as entrevistas, dando total liberdade às/os entrevistadas/os para contarem sobre suas trajetórias de vida. Além disso, um caderno de campo foi usado para escrever os detalhes das entrevistas, como o local em que foram realizadas, as pessoas que ali estavam presentes, bem como observações e impressões durante as entrevistas. Os sentimentos e avaliações dos momentos em que foram realizadas as entrevistas também constituem importante parte para a realização desta pesquisa.

O/a historiador/a, ao fazer suas entrevistas, constrói suas fontes a partir do momento em que escolhe e decide quais pessoas lhe é pertinente entrevistar. Foram realizadas ao longo dos anos, pela equipe que compõe o *LEGH*, diversas entrevistas com pessoas que foram militantes de esquerda durante o período da Ditadura. Neste artigo utilizarei especificamente quatro entrevistas que tive a oportunidade de participar: Raquel Felau Guisoni e Divo Guisoni, catarinenses que integraram o quadro de militância da organização Ação Popular e viveram um grande período de suas vidas como clandestinos no Brasil; e Lucia Helena Schulte e Inácio Mafra, casal de ex-militantes do PCdoB que também viveram durante anos na clandestinidade. Gostaria de pontuar que as entrevistas do casal Guisoni, aqui utilizadas, foram realizadas no *LEGH*, separadamente, em dias e meses distintos e contaram com o apoio e a presença de professoras e pesquisadoras vinculadas ao *LEGH*, assim como as entrevistas de Lúcia e Inácio. Contudo, essas duas últimas foram realizadas no mesmo dia e horário.

Quando pensamos em resistência à Ditadura, instaurada no Brasil em 1964 e durando até 1985, nos deparamos com perspectivas diversificadas: a resistência cultural, muitas vezes vista como menos resistente e eficaz, a resistência estudantil, com suas ações de massa e mobilizações políticas e a resistência dos grupos de esquerda (armada ou não), praticada por uma parcela da população que acreditava ser esta a única saída para enfrentar a repressão. Neste artigo, tratarei da resistência praticada na época por jovens, que em sua maioria iniciaram suas militâncias no Movimento Estudantil e que consequentemente deram continuidade a suas militâncias participando de organizações de esquerda, que tinham como objetivo lutar e derrotar a ditadura em nome do socialismo.

Foi como forma de resistência a esse regime ditatorial que homens e mulheres militantes que compunham os quadros das organizações políticas, que faziam oposição ao regime, passaram a viver de maneira clandestina. Seus objetivos: resistir e lutar contra aqueles que estavam no poder, mesmo que isso custasse suas próprias vidas; lutar contra o capitalismo e o imperialismo norte-americano e a favor do socialismo; permanecer vivos e conseguir vivenciar as sonhadas mudanças políticas e ideológicas, romanticamente desejadas. Devido então a esse momento de repressão vivido pelo país, a prática da clandestinidade se tornou comum entre as organizações e seus integrantes.

A clandestinidade exigia do/a militante a mudança do nome, era uma forma de permanecer seguro/a, uma vez que seu nome verdadeiro estava sendo espalhado pelo país e visto como de risco à segurança nacional. Mudar o nome era o início do processo de

clandestinidade. Maria Auxiliadora da Cunha Arantes,²⁵⁴ ao tratar das diferentes formas e modalidades de clandestinidade, pontua que tal prática era “[...] uma decorrência da tática de luta, adotada em cada uma das organizações que se tornaram clandestinas”. (ARANTES, 1999, p. 37.) Na AP, o estilo de vida dos/as militantes era mais semelhante, no dia a dia, à vida das massas. O/a clandestino/a integrado/a trabalhava na fábrica, na lavoura, na cooperativa ou no sindicato.

Sobre os/as clandestinos/as das organizações armadas que atuavam nas cidades, a exigência de segurança determinava um rígido confinamento em aparelhos, lhes permitindo sair unicamente para as ações e para os encontros onde lhes eram passadas as orientações. As reuniões dos grupos clandestinos eram feitas sob segurança armada e em vários casos a repressão se utilizou de “infiltrações”, ou seja, militares se infiltravam nas organizações de combate ao regime civil-militar, conseguindo muitas vezes localizar, prender e punir quem se opunha ao governo. Essa punição muitas vezes estava diretamente relacionada a práticas de tortura, tanto psicológica quanto física.

Não restavam muitas alternativas para aqueles/as que escolhiam continuar dentro das organizações de oposição atuando, resistindo e lutando contra a Ditadura. Arantes, sobre esta perspectiva, defende que:

[...] a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência decorrente de sua condição de militante perseguido e considerado inimigo pelas forças militares e policiais [...] o militante político que fez a escolha da clandestinidade, provavelmente estava capturado pelas condições sociais e políticas no país. (ARANTES, 1991, p. 66.)

No Brasil, o golpe de 1964 restringiu a liberdade de ação desses/as militantes. Entretanto a autora afirma que o/a militante tinha a escolha em suas mãos; porém nem sempre tal escolha era palpável, pois muitas vezes não lhe restava outra opção. Essa é uma questão que envolve diversos fatores, como por exemplo, condição financeira (seja da família, seja da própria organização) que fosse capaz de financiar o/a militante fora do país, no caso do exílio político – e muitas vezes, mesmo existindo uma condição financeira favorável para essa possibilidade, sair do Brasil não era o objetivo, eles/as acreditavam que a luta deveria vir de dentro do país, para aqueles/as que se dispunham a lutar.

Se tornar clandestino/a também podia ser visto como uma forma de status dentro da organização. Ser escolhido/a para se tornar clandestino/a era quase um privilégio, era sinal de que o/a militante era combativo/a, que tinha um papel preponderante na luta revolucionária e não podia estar em público. Ou ainda, a clandestinidade era, para muitos/as, uma maneira de permanecer no Brasil. Scarpelli, (2009) em *Marcas da Clandestinidade*,

254 - Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é psicanalista. Formou-se pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em psicologia no ano de 1963. Militante política, participou da fundação de Ação Popular e, durante o regime militar brasileiro ficou presa entre dezembro de 1968 e maio de 1969 junto com seus dois filhos de 2 anos e 3 anos de idade.

traz outra variante importante: nem todos/as militantes entraram na clandestinidade para continuar a luta. Sobre isso escreve:

Alguns mesmo que quisessem continuar, não conseguiam, [...] estavam tão visados pela repressão que precisavam ficar trancados nos chamados “aparelhos”. Outros realmente fizeram a opção de abandonar a luta contra a Ditadura e entraram para clandestinidade como uma forma de se proteger e fugir da perseguição. (SCARPELLI, 2009, p. 109.)

Nem sempre quem vivia a situação de clandestinidade ficava enclausurado/a e/ou migrando de aparelho em aparelho; essa condição era mais comum para militantes que eram dirigentes das organizações, que eram vistos/as como mais perigosos/as pela repressão, como, por exemplo, Fernando Gabeira, (1996) que narra em seu livro, *O que é isso companheiro?*, um pouco da sua trajetória como clandestino e os diversos aparelhos em que ficou escondido durante a Ditadura; bem como o que ele fazia para sobreviver sem levantar suspeitas como, por exemplo, dormir sentado na poltrona segurando a arma, em extremo estado de alerta; ou ainda o fato de não poder ligar o rádio ou fazer o mínimo barulho quando a pessoa que o estava abrigando saía para trabalhar, para a vizinhança não desconfiar que havia outra pessoa naquela residência. Caso isso acontecesse, tanto ele quanto a pessoa que o estava abrigando correriam riscos, havendo a possibilidade da pessoa que percebeu a movimentação fora do normal informar a repressão e tanto ele quanto quem o abrigou serem, na melhor das hipóteses, presos.

Foi somente com a decretação da Anistia, em agosto de 1979, que terminou a clandestinidade política para inúmeros/as militantes, contudo muitos/as permaneceram ainda mais algum tempo vivendo como clandestinos/as, ou por receio de que a Ditadura voltasse ou por terem feito toda uma nova vida na clandestinidade e temerem a volta para suas vidas antigas. É com a Anistia que Raquel, Divo, Lúcia e Inácio voltam a assumir suas identidades e a usarem seus nomes verdadeiros em segurança. O que elas e eles vivenciaram durante seus anos como clandestinos/as é o que trabalharei a seguir.

RAQUEL E DIVO

Nascida no ano de 1941 na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Raquel Felau Guisoni, filha de pai e mãe separados, foi criada pela avó materna. Por ter avós adventistas, foi enviada, ainda menina, para o internato Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, em Curitiba, onde cursou do quarto ano primário até o terceiro ano normal, o que seria hoje o terceiro ano do ensino médio. Seu primeiro contato com a militância foi na Universidade Federal do Paraná, no início dos anos 60, onde cursou História/Geografia. Lá teve contato com várias pessoas que pertenciam à Juventude Universitária Católica (JUC), grupo que tinha como base a Teologia da Libertação. Em pouco tempo Raquel já fazia parte da JUC. Com a fundação da Ação Popular (AP), grande parte dos jovens da JUC se inseriu na AP, Raquel foi uma delas. Foi durante o período em que era militante da AP que Raquel se casou com o também militante Divo Guisoni, passando logo em seguida

à clandestinidade. Durante a clandestinidade Raquel teve suas duas filhas, Iracema e Nara, permanecendo clandestina até o período da Anistia. Com a integração da Ação Popular no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Raquel passa a militar pelo partido, permanecendo nele até hoje.

Divo Guisoni, natural de Santa Catarina, foi seminarista no Paraná, onde cursou Filosofia e entrou em contato com a JUC, Juventude Operária Católica (JOC) e a própria Ação Popular. Foi condenado a dois anos de prisão, mas não chegou a ser preso. Ficou no Brasil atuando, clandestino, ao lado da companheira e esposa Raquel e de suas duas filhas. Atuou no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo (de 1969 a 1973 pela AP e depois na década de 1980 pelo PCdoB) e no Rio Grande do Sul (então pelo PCdoB, em 1973 a 1979). Militou na Ação Popular de 1966 até a sua extinção em 1972, quando ingressou no PCdoB, como grande parte dos militantes da organização.

Raquel Felau Guisoni e Divo Guisoni, se casaram no final dos anos 1960 e permanecem juntos até hoje. Alguns devem estar se perguntando: “[...] mas por que então realizar as entrevistas separadas se eles são casados e viveram juntos durante o período da clandestinidade? É óbvio que eles vão falar as mesmas coisas!”. É aí que vocês se enganam! Realizar as entrevistas individualmente, em dias distintos, nos possibilitou perceber uma série de detalhes presentes nas falas de ambos, que talvez se estivessem juntos durante a entrevista não teríamos notado. Ambos foram convidados a falar sobre sua trajetória e militância na Ação Popular, em específico sobre o período de clandestinos. Sendo entrevistados pelo mesmo grupo de pessoas, no mesmo local, e sobre o mesmo assunto, porém suas falas diferem em pontos bem específicos. Vamos exemplificar: Divo inicia sua entrevista contando sobre a posse de cada um dos presidentes que governaram o país durante a ditadura, falando sobre política, sobre os partidos e sobre o fim da democracia. Só bem depois ele começa a falar sobre como iniciou sua militância. Raquel, entretanto, inicia a entrevista nos contando sobre o fato de ter sido criada por mãe solteira e pelos avós maternos, de ter sido colocada em um internato de freiras para estudar, lugar onde ficou da infância à adolescência, ou seja, acredita ser importante falar primeiro sobre sua formação pessoal, para só depois nos contar sobre a militância.

Outro exemplo que apresento é quando Divo conta sobre sua vida no campo ao lado de Raquel e de sua filha recém-nascida, Iracema. A Ação Popular tinha uma política de integração, prática revolucionária desenvolvida durante a ditadura civil-militar, na qual as/os militantes eram inseridas/os em fábricas ou no campo para trabalharem. (DE LUCA, 2002, p. 36.) Devido a essa prática, considerada como tarefa prioritária e fundamental, Divo e Raquel foram, a pedido da organização, para uma pequena vila no interior do estado do Paraná, Paranavaí. Ao falar na entrevista sobre o tempo em que ele, ao lado de sua família, passou na pequena vila, o que mais chama atenção em sua fala é a questão política, novamente. Nesta vila ele se integrou ao movimento sindical dos trabalhadores, se tornando um dos líderes do grupo. Chega a falar sobre o 1º de maio, porém pouco comenta sobre o cotidiano, sua vida no lar e etc.

Foi em 69, eu estava em Paranavaí fazendo o 1º de maio. Em 69, mesmo com o AI-5 a gente fez o primeiro de maio na rua, tinha um sindicato lá que era combatível e tal, nós fomos lá junto e mandamos ver. Mas nós fomos eleitos. Então, nós trabalhávamos com o pessoal, cultivávamos a terra, nós tínhamos constantes reuniões, etc., e eu fui eleito em cima da história que eu era grevista das greves de Maringá. (GUISONI, 2013.)

Raquel, entretanto, ao falar sobre o mesmo período enfatiza a pouca estrutura que o casal, assim como os demais trabalhadores da região, possuía; que precisava deixar a filha neném com uma moça para poder trabalhar:

A situação foi mais crítica ainda na fazenda porque foi num período que a gente tava lá, deu uma geada muito grande, que matou tudo que tinha, eles já não tinham produzido arroz pra ficar pra eles. A gente não tinha o que comer, foi um período em que na verdade a gente viveu de passar fome, fome, não tinha o que comer. (GUISONI, 2013.)

Foi nessa época que Raquel engravidou – momento no qual engravidar implicava, por diversas vezes, em olhares de reprovação para com essas militantes que optavam pela maternidade, visto que a tarefa da maternidade teria prioridade sobre as necessidades pessoais da militante, colocando a organização em segundo plano; ao mesmo tempo, visto pelo âmbito social, é através da maternidade que sua identidade como mulher é concretizada. Scarpeli ainda coloca que era uma importante escolha, diante da conjuntura em que o Brasil estava inserido, pois implicava em:

[...] ter ou não ter filhos em um contexto diferenciado, em que novos padrões de sexualidade estavam surgindo, inclusive para a mulher, com o surgimento da pílula anticoncepcional e a possibilidade da vivência de uma maior liberdade sexual. Outro fator que se impunha nessa escolha era o próprio contexto político; muitos não queriam ter filhos em um contexto de ditadura militar. Afinal, qual seria o destino dessa criança? Alguns preferiam esperar que a revolução fosse vitoriosa para consumir a maternidade e a paternidade. A outros simplesmente não foi possível a escolha, ser mãe ou pai aconteceu. (SCARPELI, 2009, p. 180.)

Raquel estava ciente das orientações da AP quanto a ter filhos/as, mas, mesmo assim, resolveu seguir com a gravidez, contrariando estas regras. Apesar disto ela diz que tal orientação “[...] tinha sua lógica, tinha uma fundamentação e quem não a seguia tinha que arcar com a responsabilidade. Mas isso a gente tinha”. (GUISONI, 2013.)

Está fortemente presente na narrativa de Raquel o momento em que ela estava para dar à luz a Iracema e surgiram problemas em relação ao nascimento da filha. Raquel e Divo já estavam na fazenda no período do nascimento da criança, porém o local não possuía a mínima estrutura para realizar um parto. Raquel recorda que estava prestes a dar à luz a sua filha quando decide pegar um ônibus para Curitiba, onde encontraria

melhores condições para o nascimento da menina. Então Raquel segue sozinha, com nove meses de gravidez, para Curitiba, preparada para encarar uma situação de risco, tanto para ela como para sua filha e sua Organização, caso fossem pegadas pela repressão. Para a felicidade da família, poucos dias depois nasceu a primeira filha de Raquel e Divo, em 8 de março de 1969. A menina recebeu o nome Iracema, codinome interno da mãe na Ação Popular. Para a felicidade do casal não houve complicações, Iracema logo após nascer já estava junto de sua mãe no campo.

A fala de Raquel nos mostra que as dificuldades de sobrevivência na integração no campo realmente lhe marcaram durante o período em que viveram em Paranavaí. O episódio que vivenciou para conseguir chegar ao hospital em segurança está presente em suas memórias da clandestinidade. Se para Divo a lembrança forte era das greves e de sua atuação no sindicato, para Raquel a dificuldade que ela e o marido passaram, com uma filha pequena, esteve mais presente durante seu relato sobre a época. E continua:

Quando a liderança tinha umas galinhas, quando tinha um ovo, não eram pra nós, eram repartidos pra todo mundo, quando a gente achava um limão, um limão pra mudar o sabor da comida era fantástico. Foi um período na verdade que eu conheci o que era fome, minha filha ainda se salvava porque ela mamava, imagina assim, na época que a gente foi pra se integrar, pro campo, eu era assim, como eu amamentava eu deixava todo mundo comer e se sobrasse mais eu comia, porque eu era “fomeníaca”, porque como a comida era dividida, se sobrava eu comia mais. (GUISONI, 2013.)

Em relação ao trabalho na roça, Divo lembra que antes dele e Raquel irem se integrar, passaram por um treinamento para adquirirem experiência na roça. Sobre isto fala:

A Raquel tinha um pouco [de experiência]. A Raquel fez até um treinamento no seminário em Curitiba. [...] a gente ia para lá fazer treinamento, eu não precisava porque tinha esse hábito de sempre nas férias ajudar na roça. (GUISONI, 2013.)

E quando fala sobre o trabalho dele e de Raquel na roça, aponta que apesar de Raquel ser mais urbana, ela trabalhava, “a Raquel é muito voluntariosa”, (GUISONI, 2013.) diz ele, porém deixa claro em sua fala que quem trabalhava mais era ele e os outros agricultores homens.

Já Raquel tem uma memória diferente sobre isto, coloca que ia para roça com o marido, inclusive tinha que deixar a filha pequena com outra pessoa para ir trabalhar:

Então eu deixava minha filha com a mulher de um dos líderes e ia pra roça com eles, entendeu, e voltava. Quer dizer, a gente não levava os filhos juntos, eles ficavam com certas pessoas, e eu ia trabalhar na roça. (GUISONI, 2013.)

Michelle Perrot, em *Práticas da memória feminina*, coloca que para as mulheres de antigamente, o modo de rememoração estava diretamente ligado à sua condição, ou seja, ao seu lugar na família e na sociedade. (Cf. PERROT, 1989, p. 5.) Seria uma memória do privado, ligada ao íntimo, e também presente nas mulheres de hoje (que ainda carregam o que resta de antigamente), sendo a elas delegada por convenção ou imposição. Em contraposição, questões como a recordação da infância ou da vida privada, teriam sido atrofiadas na memória masculina, uma vez que o trabalho e a vida pública ocupam uma maior importância nas recordações.

Michelle falou das mulheres do século XIX e nós, apesar de estarmos trazendo as memórias de Raquel, nascida em meados do século XX, não podemos deixar de considerar que a entrevista nos foi concedida em pleno século XXI, ou seja, não foi a Raquel da década de 1960 que estava narrando sua vida, mas a Raquel de 2013, com suas ideias, pensamentos e críticas atuais sobre o momento vivido em questão. Com um olhar diferente do que provavelmente ela tinha durante os anos de clandestinidade.

Relembrar o passado é viver o presente. É importante trazer um pouco do contexto em que ambas entrevistas foram realizadas. As entrevistas de Divo e Raquel foram realizadas respectivamente em setembro e outubro de 2013, poucos meses após as passeatas que ocorreram por todo o Brasil, trazendo uma série de debates políticos à tona, inclusive pessoas querendo o retorno da ditadura. Terem testemunhado essa série de manifestações, como gente pedindo o retorno dos militares, tendo ambos vivido durante a ditadura e lutado da maneira que podiam, arriscando a segurança da própria família, influenciou de maneira subjetiva nas suas memórias sobre o período da clandestinidade. Divo deixa explícito em sua fala que era totalmente contra a ditadura, narrando diversos episódios de sua vida onde teve seus direitos cortados, mostrando o quanto o discurso democrático existente na época era distorcido e analisa o momento político presente em que vive:

Eu acho que o mundo que nós vivemos hoje, nós vivemos uma liberdade quase que total, o Brasil nunca teve tanta liberdade como nós temos hoje, ainda temos muita falta de liberdade de distribuição da riqueza, dos bens, não é. [...] É a conquista do povo. Conquista do povo, da população mesmo, que jogou um papel extremamente importante. (GUISONI, 2013.)

Raquel, ao falar sobre a liberdade, narra um episódio que ocorreu com sua filha mais nova, quando ela resolveu sair de casa por falta de liberdade. Nara, cansada de dividir o quarto com a sua irmã mais velha, resolveu se mudar para a Casa da Estudante quando cursava Física, uma espécie de moradia estudantil da Universidade de São Paulo. A justificativa de Nara para se mudar era a falta de liberdade que ela possuía dentro de casa. Raquel, ao ouvir aquilo da filha, ficou chocada, pois acreditava que liberdade era a última coisa que faltava na família.

A fala de Raquel, durante a entrevista, deixa explícita sua tristeza como mãe quando

sua filha mais nova questiona a falta de liberdade que possuía dentro de casa, porém a noção de liberdade que Nara tinha era diferente da de sua mãe. Quando Nara diz que não tinha liberdade, está se referindo à falta de privacidade que possuía devido ao fato de ter que dividir o quarto com sua irmã mais velha. Entretanto, para Raquel, ter que ouvir isto, fez com ela própria analisasse o conceito de liberdade. Para ela suas filhas tinham total liberdade de ir e vir, diferente dela quando tinha a mesma idade, devido ao período histórico em que viveu, onde seus direitos civis foram totalmente privados devido à ditadura.

Contudo, apesar da Raquel não dar ênfase à questão política, ao trabalho, ou seja, às questões de âmbito mais público, isso não significa que ela não estivesse presente neste ambiente. Em um momento da entrevista ela nos relata sobre uma época em que ganhava bem, quando trabalhava com vendas e teve mais jeito para os negócios do que o marido:

O Divo, não sei se ele contou, ele tentou ser vendedor de livros mas nunca conseguiu ganhar dinheiro! [risos] Por quê? Porque ele usava da lábia toda daí o povo começava dizendo os problemas que tinham e que não tinham, e daí ele não conseguia vender livro nenhum porque o pessoal não tinha grana pra comer, daí ele desistiu de ser vendedor de livros, mas eu até conseguia! (GUISONI, 2013.)

O que quero dizer com isso é que parece que ela exerceu por um tempo o papel de provedora do lar, o que em nossa sociedade é considerado tipicamente masculino. Em contrapartida, Divo, que tem em sua fala um enfoque para as questões políticas diz num certo momento da entrevista que ficava mais em casa com as crianças do que ela. Isso é algo que chama a atenção, quer dizer, apesar das próprias mulheres associarem suas práticas ao ambiente privado e os homens ao público, nesta pesquisa essas fronteiras são mais demarcadas no discurso do que na prática.

Uma curiosidade que tivemos durante a entrevista foi: como se davam as relações de gênero dentro de casa? Como acontecia a divisão de tarefas? Quando perguntamos à Raquel sobre esta questão ela nos respondeu:

Na clandestinidade o Divo tinha suas coisas e eu tinha que ficar cuidando da casa, das crianças, etc. Isso me deixava... Não me caía bem. Eu não me sentia confortável. Eu achava que não era por aí. No entanto, frente à realidade, o que a gente ia fazer. Naquele momento não dava. Ou dava condições para ele fazer ou não. Por que eu fazer... Sei lá, talvez se eu batesse o pé talvez pudesse mudar... Mas eu não tinha... (GUISONI, 2013.)

Percebemos claramente na fala de Raquel a divisão dos espaços e atividades tidas como masculinas e como femininas em meio ao grupo social em que o casal estava inserido na época. Segundo Koerich, (2014) tais representações foram ao longo dos séculos sendo construídas cultural e socialmente, mas nos permitem perceber como as militantes já começavam a se questionar dentro das organizações de esquerda sobre este tema. Com

isso começaram a repensar a inserção da mulher como sujeita histórica e política, em luta por seus ideais.

Durante sua entrevista Raquel nos contou sobre o período em que esteve grávida de sua segunda filha, Nara, três anos após ter nascido Iracema. Durante a entrevista, foi perguntado à Raquel se ela usava pílula contraceptiva, e ela respondeu que por certo tempo chegou a tomar, mas que parou quando decidiu engravidar novamente.

Para Raquel era importante que Iracema crescesse com uma companhia, e o fato da família viver clandestina e não manter muito contato com outras pessoas, principalmente nos anos iniciais de Iracema, reforçou de certa forma o desejo de ter mais uma criança em casa, mesmo que para isto ela e o marido tivessem que ir contra as orientações da organização de não terem filhos na clandestinidade. Raquel ainda conta que, justamente pelo fato de Iracema não ter tido nenhum contato com outras crianças durante os primeiros anos de vida, aprendeu a falar corretamente, pois só convivia com pessoas mais velhas.

A narrativa de Raquel é permeada constantemente pela presença das filhas, pelo cotidiano da família e pelas questões do surgimento de uma consciência de gênero, quando nos conta que começava a contestar algumas atitudes do marido dentro de casa, principalmente em relação à divisão das tarefas domésticas.

Divo contudo não se atrela tanto ao íntimo, cita em sua entrevista a presença das crianças mas não explora tanto estas questões, diferente de Raquel. Divo apresenta uma narrativa muito mais ligada ao seu desenvolvimento político e profissional.

LÚCIA E INÁCIO

Diferentemente das entrevistas de Raquel e Divo, Lúcia e Inácio acabaram por serem entrevistados no mesmo dia e no mesmo local. Utilizamos em suas entrevistas o mesmo roteiro de perguntas apresentado para Raquel e Divo. Contudo, apenas Lucia fez questão de ler as perguntas propostas, Inácio preferiu não seguir o roteiro e nem ler as perguntas.

Inácio Mafra nasceu em Brusque no ano de 1947 e assim como Divo, estudou em um seminário católico, onde pensou em seguir carreira religiosa. Após o período do seminário prestou o vestibular na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, onde começou a cursar Filosofia. Foi durante a faculdade que Inácio teve contato com o Movimento Estudantil, se unindo a ele. Neste período Inácio fazia parte da área de influência da Ação Popular. Participou, em 1968, do famoso Congresso da UNE, ocorrido em Ibiúna, onde junto a mais de centenas de estudantes que ali se reuniam foi detido pela polícia. Neste período de 1969, Inácio resolveu se mudar para Porto Alegre, pedindo transferência do curso de Filosofia de Curitiba para a Federal do Rio Grande do Sul, local onde conheceu Lúcia. Chegando em Porto Alegre, Inácio acabou se vinculando a organização VAR-Palmares, e acabou sendo preso no início de 1970 para responder ao processo de Ibiúna, sendo logo liberado.

Lúcia cursou o ginásio em colégio de freiras, quando terminou os estudos prestou vestibular e passou para o curso de Filosofia da UFRGS, conhecendo Inácio quando ele veio transferido do Paraná. Pouco tempo depois já estavam namorando. Por ter estudado toda a infância em colégio de freiras, Lúcia se dizia muito “bobinha e ingênua” no que dizia respeito às questões políticas que estavam ocorrendo na época. Contudo, diz que o curso de Filosofia foi essencial para ela despertar para o que estava realmente acontecendo no mundo.

Devido a uma queda²⁵⁵ de um companheiro, Inácio voltou a ser procurado pela repressão, foi aí então que ele entra efetivamente para a clandestinidade, levando junto Lúcia, que por ser sua namorada também passou a ser perseguida, principalmente após a invasão de sua casa pelos policiais que estavam a procura de Inácio.

Inácio, ao ingressar na clandestinidade, acabou fugindo para Florianópolis, cidade do Sul do Brasil em que ele ainda não era procurado, diferentemente do Paraná e do Rio Grande do Sul, onde tinha a polícia em sua cola. Chegando em Florianópolis tentou fazer algum contato com a organização, mas não obteve sucesso. Foi para Curitiba e para o Rio de Janeiro atrás de contatos, mas continuou sem conseguir nada. Sem saber o que fazer acabou indo para Brusque, onde sua irmã morava. Em Brusque, passou um tempo trancando e isolado em algumas casas, sempre mudando constantemente, para não ser pego pela repressão. Para Inácio foi muito difícil permanecer isolado, trancafiado dentro de casa, sem possibilidade de arrumar um trabalho, pois era procurado e não tinha comunicação com a organização, sem contar que por estes motivos não tinha renda e o pouco dinheiro que possuía uma hora acabaria.

Quando perguntamos de suas lembranças da vida clandestina e das dificuldades enfrentadas, as memórias de Inácio remetem às fugas da polícia, ao risco de ser preso, às aventuras que enfrentou para conseguir novos documentos, à sua atuação política, mas pouco nos narra sobre sua vida pessoal, o casamento ou o nascimento de seus filhos, por exemplo.

Após conseguir novas identidades para ele e Lúcia, Inácio foi para Belo Horizonte, cidade onde havia combinado de encontrá-la. Chegando na cidade, trataram de arrumar empregos com as novas identidades, para a sobrevivência de ambos, já que não conseguiram mais entrar em contato com a organização. Quando Inácio narrava sua vida em Belo Horizonte, esteve muito presente em sua fala novamente, a sua atuação política no Movimento Estudantil, como podemos observar:

Aí na Escola Técnica Federal, a atuação estudantil já recomeçava, nós já estávamos em 74, 75, 76, mais ou menos, o movimento estudantil começou né, e na escola técnica também né eu acabei organizando uma chapa para o Centro Cívico Escolar, mas tudo nome, turma, pessoal

255 - Quando um militante era apanhado pela repressão, diziam que a pessoa tinha caído ou que sofrera uma queda.

nunca, os professores nunca, não houve desconfiança maior em cima da gente, mas foi uma vida normal, trabalhei primeiro nessa metalúrgica aí depois de conseguir o alistamento militar eu fiz concurso pro INSS, pro IAPAS, aliás era IAPAS, concurso publico. (MAFRA, 2015.)

Pouco tempo depois Inácio passou a trabalhar no Banco do Brasil, instituição onde ficou durante anos trabalhando clandestino. Quando pedimos para nos contar sobre como era ser clandestino durante este período, Inácio nos traz a narrativa dos fatos políticos que ele vivenciou. Novamente, nos apresenta toda sua trajetória de trabalho, inclusive as greves que participou ao longo dos anos, como fica claro no trecho que se segue:

Era uma agência que a gente chamava de trampolim. Aí em 79 teve a greve dos bancários, eu participei, já tinha participando do sindicato, eu fiz sindicalização na agência Barro Preto, agência centro, mesmo sem trabalhar lá, eu ia mais cedo para o centro, conversava com um, com outro, sindicalizava, era um trabalho de alguém que acreditava que fosse através da sindicalização e tal, aí houve a greve em 79... (MAFRA, 2015.)

Assim como Divo, as memórias de Inácio são recheadas de episódios que se referem às questões ligadas ao ambiente público, como fica exemplificado no trecho acima. Outras memórias bem presentes na narrativa de Inácio dizem respeito às pessoas que cruzaram o caminho dele enquanto ele estava clandestino e que hoje são políticos e/ou figuras públicas, como por exemplo o encontro dele com Rui Falcão enquanto estava preso na penitenciária na Ilha do Guaíba, em Porto Alegre, ou o fato de ter sido colega de quarto de João Pedro Stédile na república estudantil em Porto Alegre, hoje famoso economista e ativista social brasileiro, ligado ao Movimento Sem Terra.

Podemos perceber que Inácio e Divo têm lembranças semelhantes do período de clandestinidade, em sua maioria lembranças de luta, de militância, de participação em congressos, encontros clandestinos, como fica exposto:

Eu participei do congresso, lá no Rio de Janeiro, desse que fundou o PDT, junto com a delegação, o José Maria Rabelo, o Sinval Bambirra, a Vânia Bambirra, o Teotônio Sanches, esse pessoal que era um pessoal que eu estava meio ligado a eles em Belo Horizonte. (MAFRA, 2015.)

Um dos poucos momentos em que Inácio cita sua família é em relação à questão dos nomes com chegada da Anistia. As crianças possuíam os sobrenomes dele e de sua esposa enquanto clandestinos, e com a Anistia eles decidiram voltar a usar seus nomes verdadeiros, para isto ele precisou entrar com um processo com o auxílio de um parente que era advogado, solicitando a mudança de sobrenome das três crianças. Pouco tempo depois conseguiram fazer a mudança. Ele também menciona sua irmã algumas vezes durante a entrevista, mas devido ao fato dela ter publicado uma nota em um jornal perguntando de seu paradeiro, uma vez que ele tinha sido dado como morto por companheiros de

militância, como mecanismo de proteção.

Após seis anos trabalhando no Banco do Brasil de Belo Horizonte, clandestinamente, com identidade falsa, Inácio decide voltar para Blumenau. Vendeu a casa em Belo Horizonte e foi com sua família para Blumenau, onde passou a trabalhar com sua verdadeira identidade, ainda no Banco do Brasil. Cinco anos após a Anistia Inácio entra com um processo para conseguir anexar os anos de trabalho como Raulino, nome que usava quando clandestino, aos seus como Inácio, pensando numa futura aposentadoria. Sobre o episódio Inácio nos fala que ao chegar em Blumenau continuou com o movimento de sindicalização:

Em Blumenau comecei a fazer sindicalização de novo, fiz sindicalização com o objetivo de disputar a eleição do sindicato, o que aconteceu é a eleição, em 85 a gente disputou a eleição do sindicato e a chapa foi vitoriosa, mas eu já não estava clandestino. (MAFRA, 2015.)

Ao contrário de Inácio, sua esposa Lúcia, que viveu clandestina ao lado dele durante todo o período da Ditadura, em sua narrativa, traz questões relacionadas ao cotidiano da clandestinidade. Sua entrevista começa no momento em que ele sai da sala, onde ela aproveita a oportunidade para relatar sua experiência como clandestina.

Ela inicia sua narrativa nos contando que estava cursando a Faculdade de Filosofia quando conheceu seu marido. Em seguida nos traz sua análise sobre a mentalidade que ela possuía na época em que estava na faculdade. Rememorando os tempos de estudante, Lúcia chega a conclusão de que ela era muito “bobinha”, expressão usada por ela e justifica:

Porque gente, como a época era uma época de contestação, a gente tava assim antenada, mas eu vim do curso normal do colégio de freiras que eu estudei na época o ensino médio, que era magistério, então eu era uma pessoa muito ingênua e muito bobinha e aquela faculdade foi assim, um despertar, de certa forma. Então aí quando falaram que chegou um cara que esteve preso, oh! Pra mim foi como se viesse um E.T. hoje em dia. Então e fiquei muito impressionada. (SCHULTE, 2015.)

Lúcia também nos contou o porquê de ter entrado para a clandestinidade, e que tal decisão foi tomada devido ao grande medo que ela sentiu quando soube que a polícia foi em sua casa. Por ser a namorada de Inácio, a polícia achou que ela saberia do paradeiro do companheiro, ou que estava escondendo-o e foi até sua casa. Chegando lá, Lúcia não estava, mas isto não os impediu de revirar toda a casa em busca de alguma pista. Quando ficou sabendo do ocorrido, ela ficou tão apavorada com a situação que Inácio sugeriu que ela fugisse junto com ele. A partir deste episódio Lúcia entra para a clandestinidade também, como diz ela: “eu fui no rolo”. (SCHULTE, 2015.)

Continuando, ela nos traz as dificuldades, tanto psicológicas quanto de passar por situações em que poderia ter sido descoberta, enfrentadas por ela quando teve que mudar de nome e entrar para a clandestinidade:

E quando já estava com outra identidade, minha nossa! Pra mim foi muito difícil, ele até encarou com naturalidade, tanto que ele até já passou por tortura mas pra mim foi muito chocante! Foi assim algo... Eu perdi o rumo, eu não sabia mais nem quem eu era. Inclusive teve ocasião que me perguntaram, procurando emprego, “ah qual o seu nome?”, e eu dizer meu nome, o meu nome! Aí depois de um tempinho, um minuto depois eu: “Não! Não!”. (SCHULTE, 2015.)

Mudar de nome regularmente, assumir cada vez uma nova história de vida, criar um passado, uma nova profissão, agir da maneira que a identidade assumida pedia; todas essas questões eram complicadas e muitas vezes faziam com que o/a militante fosse se esquecendo de quem realmente era.

Para a pessoa clandestina, sustentar toda uma nova vida que vem junto do novo nome é algo extremamente complexo e complicado. Para algumas pessoas não é uma tarefa simples ter que de um dia para o outro deletar toda a sua vida e passar a viver a de outra pessoa que você não conhece, que você não tem lembranças, não tem história. Ter que inventar toda uma nova história de vida e passar a assumi-la foi algo extremamente desgastante para algumas pessoas. Como é o caso de Derlei Catarina de Luca, que assim como Lúcia teve que assumir uma nova identidade enquanto clandestina. A diferença é que Derlei era militante ativa da Ação Popular, e não assumiu apenas uma nova identidade, em cada lugar que morava criava uma nova pessoa para passar a ser. Sobre esta questão ela nos conta em entrevista realizada em 2015:

Como é que eu me sentia, porque gente, vocês não imaginam, eu acordava de manhã e eu tinha que pensar: primeiro, onde eu estava e com que nome que eu estava. É muito complicado. Quando eu fui pra Cuba durante 6 anos todo mundo só me chamava de Catarina, só me chamava de Catarina. No Chile todo mundo só me chamava de Catarina, lá em Cuba ainda hoje me chamam de Catarina. Eu não tinha mais coragem de inventar um outro nome, que meu nome é Derlei Catarina, não tinha mais coragem de inventar outro nome. Quando eu voltei pro Brasil e me chamaram de Derlei no aeroporto, quando eu cheguei, eu não reagi, porque eu não sabia quem era. (DE LUCA, 2015.)

E não é somente a questão de mudar de identidade que passa a ser difícil de vivenciar, a separação e o afastamento da família e amigos também é algo que exige muito do/a clandestino/a. Sobre isso Lúcia diz que “foi muita barra!”. (SCHULTE, 2015.) Foi muito difícil para ela perder o contato com a família, isso a deixou sem rumo, como ela mesma descreve durante a entrevista “foi muito difícil esse momento”, (SCHULTE, 2015.) não foi tranquilo como ela percebe o de Inácio.

Em sua entrevista Lúcia deixa clara a dificuldade que passou com a clandestinidade, em parte devido ao fato dela não ser militante, de não estar acostumada com estas questões. Mas nem quem era militante vivenciava a clandestinidade de maneira tranquila. Muitas pessoas não conseguiam viver uma clandestinidade total, seguindo as normas passadas

pela organização. Como é o caso da própria Derlei, que continuava mantendo contato com a família, mesmo sendo clandestina e mesmo sabendo que a organização recomendava não manter nenhum tipo de contato.

Assim como Raquel, Lúcia também participou ativamente do sustento da casa. Durante os anos em que morava em Belo Horizonte nos contou que teve diversos empregos:

Fiz concurso. Naquela época fiz concurso pro INAMPS, agora é INSS, e lá naquela época era INAMPS. Trabalhei um ano lá, trabalhei até em comércio, fui mudando de emprego, quando eu via que tinha um salário melhor eu me candidatava. Então assim, eu fui auxiliar de escritório então foi assim, eu tive vários empregos... (SCHULTE, 2015.)

As memórias de Lúcia sobre o período se assemelham às de Raquel em relação às questões do âmbito privado, como as questões de cuidado com a casa e com as crianças. Quando perguntamos se ela possuía jornada dupla de trabalho, ou seja, trabalhava fora de casa e ainda realizava os serviços domésticos ela respondeu: “Ah, isso sim. Sim, sim. Ah, claro. A gente não admitia a ideia de ter uma empregada doméstica, nossa gente, não!” (SCHULTE, 2015.)

Continuando a narrativa, coloca que o trabalho doméstico era dividido com o marido. Contudo, ao lembrar do cotidiano, podemos perceber que esta divisão citada por Lúcia não era totalmente igualitária, ela ficava com a maior parte das tarefas. Partindo disto, podemos observar uma semelhança com a vida de Raquel e Divo.

Raquel nos coloca em sua entrevista que, frente à realidade vivida pelo casal, poderia existir possibilidades de haver uma mudança radical em relação aos cuidados com as crianças e a casa se ela reivindicasse isso. Porém, devido ao fato da militância vir em primeiro lugar e Raquel e o marido serem clandestinos, ela na época acreditava que tinha que dar condições ao marido de realizar o trabalho político, e isto implicava dela cuidar mais das questões do âmbito privado. O casal vivia em um ambiente social onde existia uma forte divisão das tarefas baseadas nas diferenças de gênero e, muitas vezes, como já colocado anteriormente, a segurança da organização e do/a próprio/a clandestino/a vinha em primeiro lugar, isso implicava em não chamar a atenção da vizinhança e muitas vezes se portar e se relacionar socialmente de acordo com as normas sociais do local em que estava inserido/a.

Da mesma forma ocorria com Lúcia, mas com uma diferença: levando em consideração que ela não era uma militante totalmente ativa, diferente de Raquel, percebemos em sua narrativa que ela descreve o marido como “o” militante, apesar dela também ter se envolvido com o movimento sindical. Todavia era ele quem tinha uma militância mais ativa, por isso o cuidado com as crianças ficava sob responsabilidade dela na maior parte do tempo, dando condições para que ele continuasse os trabalhos políticos, tanto que quando nasceu o terceiro filho do casal, Lúcia deixou de trabalhar fora de casa, passando a se dedicar somente às crianças e à casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Biografias, histórias de vida, história oral, diários, documentos pessoais, etc. mostram o que é potencialmente possível em determinado grupo social, e consequentemente em determinada sociedade, não esgotando assim todas as possibilidades sociais. As entrevistas de história oral, em específico, necessitam de uma formação criteriosa por parte das/os entrevistadoras/es, as/os quais precisam se transformar em interlocutoras/es à altura de nossas/os entrevistadas/os, para sermos assim capazes de compreender suas expressões de vidas e seus relatos. (Cf. ALBERTI, 2004, p. 17.)

A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro. (ALBERTI, 2004, p. 22.)

Ao realizarmos uma entrevista, temos a possibilidade de nos tornarmos mais próximas do passado. Quando ouvimos uma entrevista, acabamos nos identificando com a pessoa que a está narrando, nos imaginamos vivendo o que ela viveu, vestindo o que ela vestiu, andando por onde ela andou etc. É o fascínio pelo vivido. E é em parte devido a esse fascínio que cada vez mais pesquisadores/as tem se utilizado da história oral para realizar suas pesquisas.

Perrot nos leva ao século XIX, onde padres, juízes, policiais ou homens da cena pública fizeram registros em que há pouco indício da presença feminina, e quando mencionam é de maneira pejorativa e estereotipada, chamando-as de histéricas e megeras. É no século XIX que são definidas a esfera pública e a privada, e elas não necessariamente são divididas de maneira sexuada, porém o que realmente importava era a política e a economia, pertencentes ao mundo público e diretamente ligadas aos homens. Porém a cidade do XIX é dividida de maneira sexuada, sendo direcionado às mulheres apenas a moda, que define, molda e produz um ideal de mulher a ser seguido. E a moda está diretamente ligada à burguesia e as elites, uma vez que cabe a essas mulheres exibir e esbanjar a fortuna de suas famílias e maridos. Se sobre as mulheres burguesas pouco foi falado, imagina então sobre as mulheres humildes e do povo, delas existem menos registros ainda.

A narrativa histórica tradicional, a partir do momento em que privilegia a cena pública, como a política e a guerra, reserva pouco espaço às mulheres, uma vez que a elas é atribuído o privado. A história oral desenvolveu um grande papel no campo da rememoração feminina, uma vez que a ausência no nível da narrativa se amplia com a ausência de “fontes”, fontes essas que possibilitam o trabalho da/o historiadora, devido à quase inexistência de registros primários.

É pensando também nessas mulheres que este trabalho vem sendo realizado. Notamos que mesmo com o passar dos séculos, existem práticas das memórias femininas

que ainda permanecem semelhantes às das mulheres de dois séculos atrás. Fazer história oral com mulheres é extremamente importante, pois contribuiu e contribui para expandir as fronteiras e possibilidades do fazer historiográfico. De acordo com Silvia Salvatici, (2005, p. 41.) “[...] a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público, de tal forma que a reivindicação de universalidade tornou-se um desafio”.

Durante estes anos de pesquisa do projeto Vidas Clandestinas, venho percebendo que mesmo com o passar dos séculos, existem práticas das memórias femininas que ainda permanecem semelhantes às das mulheres de dois séculos atrás. Fazer história oral com mulheres é extremamente importante, pois contribuiu e contribui para expandir as fronteiras e possibilidades do fazer historiográfico. Não quer dizer que não valorizamos as memórias masculinas, elas foram e são de fundamental importância para a realização desta pesquisa, quer dizer apenas que após tanto tempo de invisibilidade feminina na história oficial, estamos agora, buscando cada vez mais inserir estas falas e memórias no campo historiográfico, ocupando um novo lugar na historiografia. Trabalhar com a história oral nos possibilita organizar essas memórias e é isto o que o projeto “Vidas Clandestinas” vem realizando desde 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

GUISONI, Raquel Felau. Entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis, 2013. Acervo do LEGH/UFSC. Entrevista realizada em 15 Out. 2013.

GUISONI, Divo. Entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis, 2013. Acervo do LEGH/UFSC. Entrevista realizada em 10 Set. 2013.

MAFRA, Inácio. Entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis, 2015. Acervo do LEGH/UFSC.

SCHULTE, Lúcia Helena. Entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis, 2015. Acervo do LEGH/UFSC.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAES, Fernando. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. 4.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto Re-Velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1994.

FERREIRA, Priscila Von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO,

Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, UFSC, n. 9, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf>. Acesso em: 17 Out. 2015.

GUISONI, Divo. (Org.). *O livro negro da Ditadura militar*. São Paulo: Anita / Fundação Maurício Grabois, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

JELIN, Elizabeth. El gênero em las memórias. In: _____. *Los trabajos de la memória*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, Jan.-Jun. 2010.

KOERICH, Josiély. Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.), *1964-2004 40 anos do golpe: Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 20 Mar. 2015.

PEDRO, Joana Maria; ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. Relações de Gênero na Clandestinidade no Cone Sul (1960-1990). *Congrès “Femmes dans les Amériques” – Aix – Marseille Université –*, França, Dez. 2013.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, Jan.-Jun. 2005.

ROSA PALAU AGUILAR: ATUAÇÃO E (IN) VISIBILIDADE NO ARCHIVO DEL TERROR DO PARAGUAI

Janine Gomes da Silva²⁵⁶

Josiély Koerich²⁵⁷

Lucas Fernandes Silochi²⁵⁸

Martín Almada, el precursor del allanamiento practicado por dos jueces²⁵⁹ en dependencias del Departamento de Producciones, prorrumpió en sollozos cuando se descubrió una montaña de documentos de presos, torturados y desaparecidos bajo la brutal dictadura del general Alfredo Stroessner.

Almada no cesaba de repetir que el allanamiento a Producciones era ‘una verdadera’ ‘Toma de la Bastilla paraguaya’ para brindar justicia a tantos sufridos paraguayos y sus familias que sufrieron despiadadas persecuciones. (ALMADA..., 1992, p. 7.)

O ex-presos político Martín Almada, acompanhado do juiz José Agustín Fernández e da imprensa, no dia 22 de dezembro de 1992, encontraram²⁶⁰ no *Departamento de*

256 - Janine Gomes da Silva: Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: janine.gomesdasilva@gmail.com. Este texto faz parte das reflexões desenvolvidas dentro do projeto de pesquisa *Espaços de memória: Arquivos e fontes documentais (re)significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai)*, financiado pelo CNPq.

257 - Josiély Koerich: Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda em História Cultural pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, com a pesquisa *Diferentes narrativas para uma memória da ditadura: o Archivo del Terror do Paraguai*, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Janine Gomes da Silva. Bolsista CNPq. E-mail: josielykoerich@hotmail.com.

258 - Lucas Fernandes Silochi: Graduando em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista PIBIC/CNPq orientado pela Prof.^a Dr.^a Janine Gomes da Silva no projeto de pesquisa *Espaços de memória: Arquivos e fontes documentais (re)significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai)*. E-mail: lucasfsilochi@gmail.com.

259 - No momento que foram encontrados os documentos, estava presente somente o juiz José Agustín Fernández. Em um segundo momento, em virtude da grande quantidade de material encontrado, o mesmo convocou o juiz Luis María Benítez Riera para auxiliar nos procedimentos referentes a esta documentação.

260 - Utilizamos neste texto as palavras *encontrados* ou *localizados*, e não *descoberta*, para referir-se ao fato dos documentos que compõem o *Archivo del Terror* terem se tornado públicos. A análise de entrevistas e jornais no Trabalho de Conclusão de Curso de Josiély Koerich, onde foram trabalhadas as diferentes narrativas envolvendo este acontecimento, permitem inferir que esses documentos foram *encontrados*, ‘colocados’ no *Departamento de Producciones* em Lambaré para serem ali localizados. (Cf. KOERICH, 2015.)

Producciones de la Policía Nacional,²⁶¹ em Lambaré, cidade próxima a capital paraguaia, inúmeros documentos da ditadura civil-militar²⁶² de Alfredo Stroessner (1954-1989) – o governo ditatorial mais extenso desse país e de todo o Cone Sul.²⁶³ Sob a custódia do juiz Fernández, os documentos alcinados pela imprensa de *Archivos del Terror* foram trasladados ao *Palacio de la Justicia*,²⁶⁴ em 26 de março de 1993, onde foi criado o *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* (CDyA),²⁶⁵ nome oficial do arquivo que abriga o referido acervo. Uma das atrizes sociais envolvidas com a criação do CDyA foi Rosa Palau Aguilar. Documentalista licenciada em Matemática, Rosa Palau recebeu um convite do *Centro de Documentación y Estudios* (CDE),²⁶⁶ em 28 de dezembro de 1992, para orientar os trabalhos de inventariado e classificação desses documentos. (PALAU, 2012, p. 3-4.) Com o estabelecimento do CDyA, foi convidada a coordenar o local, função a qual permanece atuando, em contato contínuo com vítimas da ditadura, pesquisadores, estudantes, diplomatas, e outros usuários do espaço.

Neste trabalho buscamos explorar a atuação e a relação de Rosa Palau Aguilar com o acervo documental do *Archivo del Terror* do Paraguai. Com o auxílio de fontes orais e notícias veiculadas em jornais digitalizados no CDyA e disponíveis em meio digital, procuramos problematizar sua (in)visibilidade relativamente a outros atores sociais também relacionados a este acervo. Excepcionalmente em relação a Martín Almada, considerado pela imprensa paraguaia como “[...] el ‘héroe’ del espectacular descubrimiento del archivo secreto de la policía de Investigaciones”, (LA HORROROSA..., 1992, p. 6.) e ao juiz José Agustín Fernández, diretor do *Archivo del Terror*.

261 - Local mais direcionado a assuntos internos da polícia paraguaia.

262 - Neste trabalho fizemos uso do termo ditadura *civil-militar* para o governo de cunho autoritário e repressivo estabelecido no Paraguai a partir da década de 1950. Considerando a literatura sobre a ditadura stronista, esta perspectiva de ditadura *civil-militar* possui embasamento na concepção de que esse regime teve apoio de parcelas da população civil no golpe. Compartilhamos também, com o historiador Enrique Padrós, a caracterização desse governo como uma Ditadura de Segurança Nacional, que se baseia, em aspectos gerais, no alinhamento junto aos Estados Unidos para conter a ‘ameaça comunista’, na Doutrina de Segurança Nacional e na defesa dos cânones do capitalismo. (PADRÓS, 2009; 2008.)

263 - O Paraguai, assim como os demais países que compõem o Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, e Brasil), vivenciou um regime civil-militar durante a segunda metade do século XX. Estando sob a égide de um mesmo presidente, o general Alfredo Stroessner durante trinta e cinco anos (1954-1989), a ditadura de Stroessner, como aponta Padrós, deu continuidade a uma dinâmica política marcada por regimes autoritários. (Cf. PADRÓS, 2008, p. 2.)

264 - Sede do poder judiciário paraguaio sediado na capital, Assunção.

265 - Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA). Utilizaremos no texto a sigla CDyA para nos referirmos a este Centro.

266 - Centro de Documentación y Estudios (CDE). Organização autónoma fundada em 1985 (reconhecida juridicamente apenas em 1988), sucessora do Banco Paraguayo de Datos (BPD) (1978-83). Dedicar trabalhos a documentação, pesquisa e informação na área das Ciências Sociais. Informações disponíveis em: <<http://www.cde.org.py/acerca/sobre-el-cde/>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

Abrigando a documentação referente à ditadura de Stroessner, este arquivo é considerado um dos mais volumosos acervos documentais tornados públicos com relação aos anos da repressão das ditaduras do Cone Sul.²⁶⁷ Com preponderância de materiais produzidos por forças policiais, o *Archivo del Terror* dispõe de documentos importantes não só da ditadura paraguaia, mas também de documentação de extrema relevância a nível internacional, como as relacionadas a Operação Condor.²⁶⁸ Espaço de memória²⁶⁹ da ditadura de Stroessner, incluído em 2009 pela UNESCO no registro *Memoria del Mundo*, além de atividades administrativas e de atendimento à sociedade lesada pela ditadura, são realizadas no CDyA eventos culturais e educativos, etc.

Como suportes teóricos metodológicos para este trabalho, utilizamos a História Oral e a História do Tempo Presente. Analisar as ditaduras do Cone Sul latino-americanas vivenciadas entre os anos de 1960 a 1980, bem como o debate sobre questões não resolvidas atinentes àquelas experiências históricas, exige o desafio de entender que há contemporaneidade da/o pesquisadora/or²⁷⁰ com seu objeto de estudo. (Cf. PADRÓS, 2009, p. 35.) Permeada pela indeterminação e provisoriidade – segundo Padrós, não como insuficiências da análise ou rigor científico, mas “[...] especificidade de um método de abordagem que procura dar inteligibilidade inicial a fatos pontuais ainda nebulosos” (PADRÓS, 2009, p. 33-34.) – a História do Tempo Presente pode contribuir para a compreensão da realidade estudada. E é sob esta perspectiva que esta foi apropriada aqui; cientes, todavia, de que nossa narrativa estará aberta a outras interpretações, e que escrita em uma proximidade temporal “sob o olhar” (RIOUX, 1999, p. 43.) das atrizes e atores sociais às/aos quais remete poderá destas/es receber questionamentos.

Uma das metodologias que tem colaborado para as reflexões da História do Tempo Presente é a História Oral. Considerando cada pessoa como “[...] um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas”, (PORTELLI, 1997, p. 17.) a História Oral tende à representação da realidade como um mosaico no qual os fragmentos são diferentes, mas, reunidos, formam um todo coerente. (Cf. PORTELLI, 1997.) Envolvendo as memórias das/os diferentes atrizes e atores sociais,

267 - O CDyA possui aproximadamente duas toneladas de documentos (PALAU, 2012). Constituídos pelos mais variados tipos documentais, o *Archivo del Terror* reúne materiais produzidos ou confiscados pela polícia secreta de Stroessner (oriundos dos *Departamento de Producción de la Policía de la Capital, Sección Técnica del Ministerio del Interior, Departamento Judicial de la Policía, Comisaría Tercera de Assunción e Delegación de Gobierno de Caaguazú*) ao longo do seu governo repressivo.

268 - Operação de Inteligência criada no Chile, com o apoio da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai que perseguia militantes de esquerda oriundos de qualquer um destes países. Ver: (BOCCIA; LÓPEZ; PECCI, 2002.)

269 - Fazemos uso tanto da noção de espaços de memória quanto da de ‘lugares de memória’, entendendo-os não como diferentes, mas enquanto lugares materiais, simbólicos e funcionais, onde a intenção de memória, de instituir algo a ser recordado, é o que os torna espaços e lugares de memória (NORA, , 1993, p.07-28).

270 - Utilizamos palavras no feminino/masculino de modo a enfatizar que tanto as mulheres como os homens são e foram agentes atuantes da história.

perpassadas por emoções, silêncios, esquecimentos e distorções, são necessários cuidados ao utilizá-la, dado que recordar “[...] não é reviver, mas refazer, reconstruir, com as imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. (BOSI, 1995, p. 55.) Para Silvia Salvatici, as narrativas orais de mulheres, contando sobre suas estratégias e recursos, e delineando espaços de ação, devem ser percebidas, porém, como diferentes das masculinas, as quais também guardam especificidades, enfatizando assim a interconexão entre a construção de papéis sociais. (Cf. SALVATICI, 2005.)

Estas construções de papéis nos remetem a categoria gênero. Rejeitando explicações que balizam o sexo biológico como definidor das atrizes e atores sociais, e assinalando as diferenças percebidas entre as pessoas como construções culturais, o gênero é empregado aqui como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 14.) Propiciando perceber como se configuram as relações de poder e dominação, os diferentes papéis e expectativas para homens e mulheres, o uso desta categoria de análise na narrativa histórica permite focalizar, além das relações mulheres-homens, as relações entre mulheres e aquelas entre homens. (PEDRO, 2005, p. 88.) E é como uma categoria relacional que o gênero é abordado no trabalho.

Questões atinentes à análise do discurso também serão perspectivadas. Não realizaremos, porém, uma análise do discurso, mas utilizaremos elementos desta para refletir e problematizar as fontes. Para Eni Orlandi, a análise do discurso considera não o conteúdo das palavras, mas o funcionamento do discurso na produção de sentidos. Compreendendo estes não como evidentes, e que ao falar, o sujeito enunciador significa a si mesmo, (Cf. ORLANDI, 1996.) buscamos apreender as relações de poder, bem como as subjetividades que vêm se estabelecendo nos e por meio dos discursos de Rosa Palau. Sendo ademais o discurso ação que transforma e constrói identidades (Cf. ORLANDI, 1996) – essas, arquitetadas dentro do discurso, e mais como produto da exclusão e da diferença do que signo de uma unidade idêntica (Cf. HALL, 2000, p. 109.) –, concebemos os sujeitos enquanto construções discursivas, como constituídos por suas experiências. (Cf. SCOTT, 1999.) Pois, como salientou Scott, sujeitos têm agenciamento, “[...] não são indivíduos unificados, autônomos, [...] ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas. [...] Essas condições possibilitam escolhas, apesar de não serem ilimitadas”. (SCOTT, 1999, p. 42.) Concordando com a autora, não iremos aqui, contudo, historicizar a categoria “experiência”, como ela propõe em seu texto, mas, a partir de algumas de suas considerações, refletir sobre a atuação de Rosa Palau no *Archivo del Terror* do Paraguai.

“Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência [...]. Nesses espaços de poder, o presente controla o que futuro saberá do passado”. (COOK; SCHWARTZ, 2002, p. 24.) Espaço perpassado por disputas políticas e sociais, o arquivo, não é um dado em si, mas um “lugar praticado”. (CERTEAU, 1996.) É esse ambiente de ação, de construção, carregado de intencionalidades, portador de projetos de memória que pode fazer do arquivo mais

do que jazigo da história, um “espaço de memória”. (NORA, 1993.) A enunciação de Catela tipifica bem a concepção de arquivo que mobilizamos neste trabalho: “[...] como instituciones que no son pasivas intermediarias para la producción de historia, sino que también son activas gestoras de memorias y sentidos”. (CATELA, 2002, p. 207.) É partir dessas considerações que buscamos neste trabalho perspectivar a atuação de Rosa Palau Aguilar no *Archivo del Terror*, bem como sua (in)visibilidade referente a outros atores sociais também relacionados a este acervo.

A ATUAÇÃO NO ARCHIVO DEL TERROR

“A Rosa foi indispensável para os arquivos”, (BOCCIA, 2015.) contou o médico e jornalista Alfredo Boccia Paz em entrevista, referindo-se a Rosa Palau Aguilar. Esta afirmação enfatiza a importância que Rosa tem no *Archivo del Terror*, e neste sentido, torna-se importante destacar algumas proposições sobre ela de modo a compreender sua inserção e atuação no local. Nascida em Assunção no ano de 1952, Rosa formou-se em licenciatura em Educação Primária e em Matemática, concomitantemente, pela *Facultad de Filosofía* da *Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción* (PORTAL...). Em 1988, após cerca de dez anos lecionando matemática, percebendo que suas aulas estavam sendo mecânicas, automáticas, conforme afirma em entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva, passa a trabalhar na ONG *Base de Investigaciones Sociales* (BASE-IS).²⁷¹ (Cf. PALAU, 2015.) Devido a seu trabalho nesta organização, ainda nos anos 1989 e 1990, participa de alguns cursos de manejo documental e arquivístico em Santiago, no Chile, indo no ano seguinte à Costa Rica para um curso de Direitos Humanos, onde, a partir de então, inicia sua militância em prol dos Direitos Humanos. (Cf. PALAU, 2015.)

Defesa e militância que Rosa Palau continuou a cultivar no *Archivo del Terror* quando em 28 de dezembro de 1992, seis dias após este acervo documental ser encontrado em Lambaré, foi convidada pelo CDE para coordenar os trabalhos de inventariado do arquivo. Com isso, segundo aponta em entrevista à Janine Gomes da Silva “[...] nos entrevistamos con el juez de la causa, el doctor José Agustín Fernández, y en esa primera entrevista y viendo el cúmulo de papales que había [...] yo le solicito conformar un equipo, y así se hace...”. (PALAU, 2012, p. 4-5.) Composta por vinte e cinco pessoas, esta equipe de trabalho iniciou o processo de inventariado e classificação dos documentos em janeiro de 1993. Coordenada pelos juízes que intervieram no encontro da documentação, José Agustín Fernández e Luis Riera, além de contar com a colaboração de Rosa Palau, o grupo estava constituído por representantes da *Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Senadores*, de membros do *Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia*

271 - Base de Investigaciones Sociales (BASE-IS). Instituição comprometida com investigações sociais, políticas e econômicas, defendendo a pertinência dessas pesquisas para o desenvolvimento social e valorizando o autogoverno e a sustentabilidade. Informações disponíveis em: < <http://www.baseis.org.py/> > e < <http://www.portalguarani.com/museos.php?pormustytr=ODc=>> . Acesso em: 22 Mar. 2016.

(CIPAE)²⁷² e do CDE, além de funcionários do Ministério Público, e de vítimas e seus familiares. (FERNÁNDEZ, 2008, p. 100.) Finalizada a primeira etapa de classificação dos documentos, Rosa e as demais pessoas desta equipe, entraram em contato com a *Corte Suprema de Justicia* do Paraguai. Conforme salienta ainda em entrevista concedida a Janine Gomes da Silva:

Entonces cuando nosotros vamos y nos entrevistamos y le planteamos que terminamos el inventario y ellos preguntan 'y ahora que se hace', entonces yo les propongo crear un Centro de Documentaciones y Archivo, porque esto va a servir para investigación, va a servir para pruebas en juicios, va a servir como aporte a otros países y entonces dice él y como se va a llamar. Entonces nosotros hacemos el borrador de resolución muy pegado a un proyecto que nos permitiría iniciar la retrofilmación, nosotros le hacemos el borrador de resolución y de creación, entonces ellos lo pasan en limpio, lo firman y es la resolución (PALAU, 2012, p. 7).

Criado em 26 de março de 1993 pela *Corte Suprema de Justicia*, através da Resolução n. 81, o CDyA está “[...] destinado a la preservación de los documentos y su contenido, en vista del valor jurídico, procesal e histórico mediante la aplicación de procedimientos modernos de control y manejo automatizado”. (STABILI, 2012, p. 145.) Designada pela Corte Suprema como coordenadora do CDyA, na fala acima é possível perceber seu protagonismo na criação do mesmo, se utilizando de estratégias na urdidura da resolução que o estabeleceu, de modo a favorecer e dar continuidade aos trabalhos que nele estavam sendo realizados, e que realça seu próprio agenciamento, que como lembra Scott (1999, p. 42.) é criado através de posições e situações que lhes são atribuídas. Nesse sentido, é significativa ainda a fala de Rosa Palau referente à nomeação do espaço que abriga o *Archivo del Terror*. Esse nome:

[...] si bien era muy largo, fue muy difícil de instalarlo porque decían Centro de Documentación y Archivo de Derechos Humanos, o Archivo de Derechos Humanos, entonces nosotros siempre hacíamos hincapié que era *para la Defensa de los Derechos Humanos* que no era *de* Derechos Humanos. Entonces en un momento dado cuando viene lo que denominamos nosotros la misión UNESCO en el año 98, 99 nos preguntan porque insistimos tanto en el *para* la defensa y no de Derechos Humanos, entonces ahí es cuando nosotros le explicamos que acá hay pruebas de violaciones de Derecho Humanos, y para que no se vuelva a repetir esto se llama *para* la defensa de los Derechos Humanos. Entonces a partir de ahí es como que consolidándose, sobre todo en la comunidad internacional el *para* la defensa, antes era de Derechos Humanos. (PALAU, 2012, p. 6.)

272 - Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE), órgão ecumênico paraguaio, criado em 1976, é uma instituição sem fins lucrativos de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Informações disponíveis em: <<http://www.cipae.org.py>>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

Apregoando a necessidade da denominação do CDyA “para” a Defesa dos Direitos Humanos e não “de” Direitos Humanos, Rosa Palau defende que este local deve ser um espaço “para” garantir que as arbitrariedades praticadas durante a ditadura não mais se repitam, e não somente um lugar referente “de” Direitos Humanos. Ao mobilizar o “para” a defesa ao invés “de” Direitos Humanos, Rosa vem, assim, considerando os estudos de Eni Orlandi sobre a análise do discurso, “produzindo outros efeitos de sentido”. (ORLANDI, 2013, p. 29.) Segundo a autora, a análise do discurso atenta-se não para o conteúdo das palavras, mas para o funcionamento do discurso na produção de sentidos. Desta forma, não sendo estanque, o discurso é construído pelos diferentes indivíduos a partir de suas subjetividades, contextos etc., pois ao falar, ao significar, o indivíduo se significa. (Cf. ORLANDI, 1994.) Nessa perspectiva, convém ressaltar que a denominação do CDyA foi discutida quatro anos após o término da ditadura stronista. Em um contexto ainda marcado por instabilidades e indefinições políticas, ressaltar o “para” a defesa dos Direitos Humanos era também provavelmente assumir uma postura contrária à ditadura e seus ‘resquícios’ que se encontravam (e se encontram) no Paraguai. Era se significar como uma defensora dos Direitos Humanos, construir-se enquanto sujeita comprometida com esta questão. E, convém lembrar, a memória faz parte da produção do discurso, e quando pensada em relação a este, deve ser tratada como interdiscurso, entendido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, e que disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (Cf. ORLANDI, 2013, p. 31.) Desse modo, por exemplo, pode-se inferir que tudo o que já foi dito sobre as experiências ocorridas no Paraguai relacionadas às arbitrariedades cometidas contra os cidadãos durante a ditadura stronista está significada, presentificada pelo enunciado “para” a defesa dos Direitos Humanos defendida por Rosa Palau.

Como coordenadora do CDyA, Rosa tem contato contínuo com vítimas, familiares de vítimas, pesquisadores, estudantes, diplomatas e muitos outros usuários que ali visitam e recorrem. Por seu envolvimento com este arquivo, compôs o grande e heterogêneo grupo que discutiu o que fazer com a memória histórica da ditadura stronista numa jornada de reflexão (VICTIMAS... 2002) intitulada *Memoria Histórica y Archivo de la Represión*.²⁷³ Os trabalhos desenvolvidos nesse evento por profissionais e intelectuais resultaram ainda num foro público na Faculdade de Filosofia e se desdobrou notoriamente no movimento que, em 2003, engajou a criação da *Comisión de Verdad y Justicia*.²⁷⁴ no Paraguai. (Cf.

273 - Organizada entre 28 e 29 de outubro de 2002 na *Universidad Católica de Asunción*, o encontro denominado *Memória y archivos de la represión: debates para un futuro*, que vinha ocorrendo também em outros países do Cone Sul, contou com a presença do sociólogo Alain Touraine e da jurista Sophie Thonon. A partir desse encontro foram aferidos três objetivos: criar uma Comissão da Verdade; criar um museu referente às memórias das vítimas da ditadura e incluir como uma disciplina escolar a História Recente paraguaia. Todos esses objetivos foram atingidos. (Cf. PALAU, 2012.)

274 - A *Comisión de Verdad y Justicia*, iniciando seus trabalhos em outubro de 2004 e finalizando-os em agosto de 2008, buscou investigar as violações aos Direitos Humanos ocorridas no Paraguai entre 1954 a 2003. Constituída por oito tomos, os trabalhos desta Comissão abarcam questões como o regime político de Stroessner, a Operação Condor, o exílio, o impacto da violência nas mulheres e as diferenças de gênero, a

PALAU, 2012, p. 12-14.) Além disso, também por meio desse acervo documental, vem sendo convidada ainda a participar de outros eventos e congressos no Paraguai e em outros países nos quais divulga os trabalhos ali desempenhados; a realizar alguns cursos, (Cf. PALAU, 2015.) e a se mobilizar em torno de outras ações, especialmente as relacionadas às vítimas do regime stronista. Referente a estas, em entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva, aponta ainda que:

Umas das coisas que eu sigo lutando e insistindo muito nas associações de vítimas é que devemos deixar de mostrar as fotos das vítimas maltratadas [...], temos que mostrar quem foram os repressores. E mesmo que muitos deles já estejam mortos, temos que dizer esse fulano de tal, ele torturou. Então essa vai ser a única maneira que vamos poder colocar a história na memória. [...] Essa é a campanha que eu sigo fazendo e lutando (PALAU, 2015.)

Sendo a entrevista um jogo de olhares entre entrevistada/o e entrevistadora/or, uma ‘entre/vista’, na qual as memórias são evocadas, significadas e organizadas no diálogo interativo entre ambos/as, (PORTELLI, 2010, p. 19.) percebe-se a importância e a atuação de Rosa Palau no *Archivo del Terror*, as quais lhe propiciam também adentrar e participar de outros âmbitos e esferas. Contudo, apesar de sua inserção nos meandros deste local, ressalta que:

Muitas coisas eu não posso fazer, porque sou coordenadora do arquivo. E porque o arquivo é um testemunho silencioso que tem de ser descoberto pelas pessoas que o visitam e não por quem o custodia. Então nosso arquivo é um testemunho silencioso que está esperando que venha um estudante, um pesquisador para ver as coisas que temos aqui. Nós não podemos estar aqui fazendo as pesquisas, aqui digamos, porque então nos convertemos nos donos dos documentos, e não somos os donos dos documentos, mas sim vocês. (PALAU, 2015.)

Pensar as limitações que sua inserção neste arquivo suscita, notadamente a questão de considerar não poder nele realizar pesquisas, sendo que anteriormente a partir dos documentos deste arquivo e em participação com outros pesquisadores, contudo havia escrito dois livros em coautoria sobre este acervo documental²⁷⁵ que são importantes para pensar sobre os não-ditos de seu lugar social, conforme as reflexões desenvolvidas por Michel de Certeau (1982) em *A escrita da História*. Quando tratou do lugar social, Certeau pensou no lugar ocupado pelos historiadores. Contudo, suas análises dão ensejo à reflexão do lugar ocupado por outros profissionais, como o de Rosa enquanto documentalista, pois

repressão nas comunidades atingindo os “campesinos”, etc. Apresentando também recomendações ao governo paraguaio, cabe destacar que na data da entrega dos trabalhos da referida Comissão, o então Presidente do país, Fernando Lugo, pediu perdão em nome do Estado pelas violações cometidas. (COMISIÓN..., 2008.)

275 - Os livros escritos em coautoria são: (BOCCIA; PALAU; SALERNO, 2007); e (BOCCIA; PALAU; GONZALEZ, 1994.)

como ele ressalta os próprios arquivos modernos, em sua origem, combinam um grupo, uma prática e um lugar. (CERTEAU, 1982, p. 81.) De acordo com Certeau, a pesquisa historiográfica está associada a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural que delinea interesses, organiza os documentos e as questões a serem trabalhadas, assim como instaura os métodos a serem seguidos. (Cf. CERTEAU, 1982.) Para ele, a história se define por uma relação da linguagem com a sociedade e com os limites que esta impõe, pois também a prática é relativa à estrutura da sociedade e mudanças nesta podem alterar as análises do passado, transformando o discurso e a maneira de se trabalhar. (Cf. CERTEAU, 1982.) Nesse sentido, pode-se ponderar que, talvez, devido aos trabalhos da Comissão de Verdade e Justiça (2004-2008), que nos últimos anos vem impulsionando um número maior de estudos sobre a ditadura, o fato de Rosa Palau, enquanto arquivista, utilizar-se dos documentos do arquivo para realizar pesquisas, poderia gerar críticas de outros profissionais.²⁷⁶ Não-ditos, limitações, interditos que fazem do arquivo não apenas um lugar espacial, físico, porém também um lugar social. (Cf. CERTEAU, 1982.)

Limitações sobre Rosa não poder realizar pesquisas no arquivo, são pontuadas também pelo jornalista e médico Alfredo Boccia Paz, que escreveu com Rosa Palau e Myriam Gonzalez, o livro *Es mi informe: los archivos secretos de la Policia de Stroessner*. (BOCCIA; GONZÁLEZ; PALAU, 1994.) Em entrevista concedida em 2015, apesar de não indicar os possíveis motivos destas limitações, diz que “[...] a Rosa produz pouco, ela é a funcionária, é digamos... da organização dos arquivos [...]”. (BOCCIA, 2015.) Colocação que nos permite também ponderar que sua função enquanto documentalista vem restringindo suas possibilidades de escrever e refletir sobre os documentos do arquivo. Ainda em relação à escrita deste livro, no ano de 1993, Boccia Paz narra que:

Então ele, o CDE, contratou [...] a Myrian Gonzalez, por isso que no livro está a Myrian Gonzalez do CDE. O livro está escrito por Alfredo Boccia, por Rosa Palau Aguilar e Myrian Gonzalez. Na verdade o trabalho de investigação foi meu e o de assessoria e vinculação com o poder judiciário, com a corte, era da Rosa que era funcionaria, e o trabalho de informático da época, 1993, era da Myrian. (BOCCIA, 2015.)

Ainda segundo Boccia, Rosa Palau era uma documentalista absolutamente desconhecida antes de trabalhar no *Archivo del Terror*, e que ali, ao conhecê-la, disse “[...] tenho que trabalhar com a Rosa, porque ela é a única que conhece como se está classificando isso [a documentação]” (BOCCIA, 2015.) Além disso, Boccia ressalta que “[...] a Rosa foi indispensável para os arquivos”, (BOCCIA, 2015.) convertendo-se em uma figura icônica, o que acentua e demonstra sua importância e grande atuação no local.

276 - Interessante salientar igualmente que para Rosa Palau o arquivo constitui um “testemunho silencioso” a ser descoberto. Tal perspectiva, que concebe os arquivos como espaços neutros onde se guarda a memória e a verdade, e que nas últimas décadas vem sendo criticada, pode ser talvez compreendida pelo fato de que os documentos do arquivo, sobretudo por serem da repressão, podem e adquirem muitas vezes para as vítimas e seus familiares, um forte valor de verdade, uma comprovação incontestável das arbitrariedades.

“GUARDIÃ” E “TRANSMISSORA” DA MEMÓRIA DO ARCHIVO DEL TERROR DO PARAGUAI

A memória, em um sentido básico da expressão, é a presença do passado. (Cf. ROUSSO, 1998, p. 94.) Reconstrução intelectual e psíquica que acarreta um processo seletivo do passado, que nunca é somente aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional, (Cf. ROUSSO, 1998.) a guarda de uma memória comum é uma questão fundamental na constituição, manutenção, bem como modificação dos grupos no tecido social. Essa memória não pode passar por transformações abruptas, por incorrer no risco da desintegração dos principais referenciais do grupo, além de ameaçar a manutenção da identidade do mesmo. Tal dimensão da memória, que circunscreve limites e lhe demanda constantes reelaborações, pode ser compreendida como um “trabalho de enquadramento da memória”. (POLLAK, 1989, p. 8.) Esforço esse de “controle da memória”, (POLLAK, 1989, p. 8.) onde a guarda e o enquadramento da memória “[...] se retroalimentam, estando ligados à presença de uma figura especial – porque singular no grupo e porque especializada –, que se reconhece e é reconhecida como o guardião da memória”. (GOMES, 1996, p. 7.)

Considerando as proposições acima, bem como a atuação e importância de Rosa Palau no *Archivo del Terror*, compreendemo-la aqui como uma “guardiã da memória”. Para Angela de Castro Gomes, um “guardião da memória” é um profissional da memória e “[...] tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar”. (GOMES, 1996, p. 7.) Ele possui e guarda as “marcas” do passado acerca do qual se remete, seja porque coleciona os objetos materiais daquela memória, quanto porque se torna um ponto de convergência das histórias vivenciadas por outras/os dos grupos. (Cf. GOMES, 1996.)

Em seu texto, intitulado *A guardiã da memória*, que alude a essas questões, Angela de Castro Gomes explora o papel de “guardiã” de Alzira Vargas de Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas. De acordo com a autora, Alzira

[...] tratava-se de uma depoente que explicitamente se atribuía o dever de guardar e reproduzir memória de seu pai: de ‘falar’ por ele como pessoa privada e pública, já que Getúlio era um dos mais importantes personagens da história do Brasil. Em o fazendo, portanto, ela não só reconstruía a memória de sua família, como a de toda uma época estratégica para nossa história. Entretanto, seu relato, ao delinear o perfil do pai – pois não era casual que a entrevista sobre ele se estruturasse –, instaurava uma imagem de Alzira sobre ela mesma, cuidadosamente conformada através do tempo: a de guardiã da memória (GOMES, 1996, p. 5.)

Essas reflexões são importantes para pensar algumas questões sobre a atuação e o papel de “guardiã” de Rosa Palau Aguilar no *Archivo del Terror*. Em entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva em 2015, Rosa enfatizou em relação a este acervo documental que:

Digo desde o princípio que meu dever é um dever de cidadão paraguaio, de trabalhar com isso, de custodiá-los e, de transmitir. Transmitir essa história, e transmitir às crianças, porque somos também conscientes que nós seres humanos somos simplesmente passageiros. As instituições ficam, e os seres humanos se vão! (PALAU, 2015.)

Considerando a afirmação de Alessandro Portelli, “[...] recordar e contar já é *interpretar*”, (PORTELLI, 1996, p. 90.) percebemos que, assim como Alzira Vargas, Rosa Palau também atribui para si o dever de guardar uma memória, a do *Archivo del Terror*, e de custodiar os documentos que o compõem. Esse papel de “guardiã”, no entanto, ultrapassa o escopo de sua função enquanto documentalista e coordenadora do arquivo, sendo significada, em sua narrativa, como um dever de cidadã paraguaia. Dever este que denota sua preocupação com aquele acervo e a(s) história(s) e memória(s) que os documentos nele presentes contam e que a leva a enfatizar em sua narrativa não tanto sua trajetória e atuação no arquivo, mas principalmente a importância deste, (Cf. PALAU, 2012.) e o que ele “representa”, ou seja, um “espaço de memória” para que as arbitrariedades perpetradas durante o stronismo não voltem a se suceder. Se colocando assim em segundo plano, como uma coadjuvante, onde o protagonista central é o *Archivo del Terror*.

Letícia Borges Nedel, que em alguns de seus trabalhos vêm também perspectivando Alzira Vargas, especialmente em questões voltadas para o arquivo pessoal, ressalta que o valor de uso dos documentos tanto próprios de Alzira, como os familiares – e de maneira especial os produzidos e acumulados pelo pai – está relacionado estreitamente “[...] ao exercício de um papel autodelegado: o de guardiã ‘da verdade’ sobre a trajetória política de Vargas e da ‘era’ por ele representada”. (NEDEL, 2008, p. 4-5.) Nesse sentido, podemos também pensar, considerando-se suas especificidades, que Rosa se autodelega o papel de ser a “transmissora” da(s) história(s) e memória (s) do período ditatorial stronista que os documentos contam, tanto no *Archivo del Terror* como, talvez, nos seminários e outros eventos que, por vezes, é convidada a participar. E que ao se “autodelegar” como uma “guardiã” e uma “transmissora” da memória, preocupada com as questões dos Direitos Humanos, e com que as violações ocorridas durante o período ditatorial não voltem a ocorrer, vem construído assim sua identidade. Esta, entendida aqui como não sendo fixa, mas arquitetada “[...] no interior do jogo do poder e da exclusão”. (HALL, 2000, p. 110-111.)

Associada ao *Archivo del Terror*, a figura de Rosa Palau reúne em si ainda elementos fundamentais para o processo de constituição de uma memória coletiva. Segundo Steve Stern, uma memória se torna emblemática ao inaugurar um “quadro” que “[...] dá sentido interpretativo e critério de seleção às memórias pessoais”. (STERN, 2002, p. 04.) De memórias soltas a memórias emblemáticas, passamos por diferentes “nós convocadores da memória”, elementos que “criam e exigem pontes de memória” para essa transição de sentidos individuais para sentidos compartilhados. (Cf. STERN, 2002, p. 03.) Nesse interim, Rosa Palau e sua trajetória junto ao CDyA, que remonta ao “nascimento” do mesmo, podem, analogamente, ser relacionadas aos três tipos de nós convocatórios da memória: “nó humano”, ou a própria Rosa como porta-voz de uma experiência pessoal, na perspectiva

de atuação no local, e que encontra ressonância em outras experiências individuais; “nó de acontecimentos ou datas”, referente à criação do CDyA e sua consequente importância para a transição paraguaia; e “nó de vestígios materiais”, encarnado pelo acervo e pelo espaço que constituem o *Archivo del Terror*. (Cf. STERN, 2002, p. 03.) Há que atentar-se, todavia, como orienta Steve Stern, ao perigo de relegar demasiado protagonismo à manipulação das memórias; para uma memória se tornar significativa num âmbito coletivo não é suficiente a construção arbitrária desta; mas referenciais compartilhados e uma compreensão particular da experiência passada, (STERN, 2002.) o que implica em considerar as subjetividades/sensibilidades das/os portadoras/es dessas memórias. Numa dimensão pessoal, a longevidade de seu trabalho junto ao CDyA, aliada ao seu projeto comprometido com os Direitos Humanos, podem orientar a percepção de Rosa Palau como uma “guardiã da memória” do arquivo e, mesmo, retificar sua construção identitária diante das disputas que envolvem as memórias e os “espaços de memória”. Num plano coletivo, encontram-se “ecos” que contribuem com tal imagem. É exemplar da associação de Rosa Palau com o *Archivo del Terror* a fala de Osvaldo Salerno, artista visual e promotor cultural que integrou a equipe para reforma museográfica do CDyA em 2007: “[...] Rosa está casi desde el principio de los descubrimientos de los archivos, entonces ella es un poco madre de ese proyecto ¿verdad?”. (SALERNO, 2013, p. 9.)

“Una madre de ese proyecto”, “guardiã da memória” do *Archivo del Terror*, Rosa Palau Aguilar, no entanto, mesmo participando de eventos, escrevendo livros, tendo contato com as/os usuárias/os do CDyA etc., em relação a Martín Almada e ao juiz José Agustín Fernández, tem pouca “visibilidade”. Contudo, é importante pontuar, não estamos afirmando que Rosa não tenha “visibilidade” no arquivo, mas que sua projeção “em relação” à Almada e Fernández está “eclipsada” por esses dois atores sociais, notadamente na imprensa, onde tal disparidade se torna mais acentuada. Como a análise dos recortes de jornais digitalizados no CDyA,²⁷⁷ assim como de notícias veiculadas em jornais de grande circulação disponíveis em meio digital do Paraguai, *ABC Color* e *Última Hora*,²⁷⁸ nos permitem salientar, apesar de ser Rosa Palau – por sua função e papel de guardiã – quem mais aparece quando se fala do arquivo, são respectivamente Almada e o juiz Fernández os protagonistas e os detentores das falas, enquanto Rosa, nas mais raras ocasiões em que sua narrativa é solicitada, uma coadjuvante, ou “colaborada”, como é informado na legenda da imagem abaixo:

277 - Estes recortes de jornais correspondem ao período referente a dezembro de 1992 (quando foi encontrado o acervo documental na cidade de Lambaré, Paraguai) até março de 1993 (momento concernente a criação e estabelecimento do referido CDyA).

278 - Referente ao jornal *ABC Color*, analisamos reportagens correspondentes ao período de janeiro de 2002 (momento em que este passou a ser disponibilizados em meio digital) até junho de 2014. Quanto ao periódico *Última Hora*, exploramos notícias veiculadas entre setembro de 2006 (quando ele foi disponibilizado em meio digital) a junho de 2014.

Imagem 1: Rosa Palau Aguilar e José Agustín Fernández



Imagem 1 – El Dr. José Agustín Fernández y una colaboradora, revisando datos del archivo, hallado hace 21 años (HACE..., 2013.)

Das notícias analisadas, esta foi à única em que aparece uma fotografia de Rosa Palau. Todas as demais reportagens ilustradas trazem alguma fotografia do arquivo ou de Almada e/ou Fernández. Antes de realizar algumas reflexões sobre a fotografia acima, é premente destacar algumas questões atinentes a Martín Almada e José Agustín Fernández.

A urgência social de ferramentas concretas para saciar demandas de reparação da sociedade vitimizada pela ditadura stronista concedeu um ar de efeméride, de marco histórico ao encontro dos documentos da repressão e, como a epígrafe deste texto aponta, uma imagem heroica e de protagonismo a Martín Almada e José Agustín Fernández. A Fernández foi delegada a jurisdição sobre os documentos e a direção do Centro que seria criado – função que exerce atualmente.²⁷⁹ Como juiz criminal de segundo turno²⁸⁰ no *Palacio de la Justicia*, e por seu envolvimento no encontro do arquivo, são suas falas que reverberam nos jornais quando referentes ao espaço e sua importância jurídica.

Já Martín Almada, por seu envolvimento na localização deste acervo documental já em 1992 foi considerado pela imprensa paraguaia como “[...] el ‘héroe’ del espectacular descubrimiento del archivo secreto”. (LA HORROROSA... 1992, p. 6.) Sendo convidado para eventos, seminários, conferências etc., para explicar sobre o arquivo e a trajetória que o levou a encontrá-lo, é nomeadamente na imprensa que Almada ainda parece possuir maior notoriedade, a qual publica muitas de suas ações (iniciar querelas contra torturadores, entre outras). Nas comemorações do dia 22 de dezembro, data em que foram

279 - Atuou de 1993 a 1995 e, posteriormente, de 2010 até a presente data.

280 - Destaca-se que o juiz José Agustín Fernández, mesmo sendo o diretor do local, tem uma sala localizada no oitavo andar do prédio da Corte Suprema de Justiça, enquanto o arquivo encontra-se no térreo deste edifício.

encontrados os arquivos, Almada é um interlocutor reiterado da ocasião. No entanto, a relação de Almada com a imprensa deve ser vista com ponderação, pois o jornal “[...] selecciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público”. (LUCA, 2006, p. 139.) Miguel López, analisando os discursos de três jornais paraguaios de grande circulação (*ABC Color*, *Ultima Hora* e *Noticias*),²⁸¹ referente a alguns acontecimentos que marcaram a transição no país, ressalta que com esses vários setores políticos e sociais intensificaram suas denúncias dos crimes da ditadura e que os meios de comunicação foram os veículos privilegiados de tais acusações. Para ele, no entanto, mesmo que neste período “[...] el discurso imperante en sus líneas editoriales ostentó un marcado contenido democrático, en su práctica siguieron reflejando sectarismos y exclusiones por causas ideológicas cuando se trataba de quiénes debían o no tener voz en sus páginas”. (LÓPEZ, 2003, p. 32.) Sectarismo que continuou nos anos seguintes, conforme aborda. Tal proposição possibilita inferir que Almada, seus dizeres e atividades, se coadunassem possivelmente com os interesses dos jornais e com o que estes queriam difundir, possibilitando a ele ter grande visibilidade nestes, como as fontes analisadas deixam a entrever.

É nesse sentido que podemos também entender que Almada e Fernández, considerados “descobridores” do *Archivo del Terror* pela imprensa – sobremaneira Almada, quem já reclamou o título ante a justiça paraguaia²⁸² – possuem maior visibilidade em relação ao arquivo que Rosa Palau. Essa, como na Imagem 01 e sua respectiva legenda, é apontada como uma “colaboradora”. A notícia de onde essa fotografia foi retirada se refere a uma reportagem “comemorativa” de 22 de dezembro de 2013, sobre os vinte e um anos da localização do acervo, cujo destaque se refere a Fernández: “[...] magistrado destaca relevancia de memoria histórica para las generaciones jóvenes”. (HACE..., 2013.) Ou seja, é a Fernández a quem cabe o protagonismo e a Rosa Palau, que não foi nomeada, o papel de coadjuvante. Questão que pode ser percebida na própria imagem, onde Fernández parece

281 - Os jornais *ABC Color*, criado em 1967, e *Ultima Hora*, em 1973, foram inaugurados por Stroessner. Com uma orientação comercial, conservadora e acrítica, tais jornais, pertencentes, segundo López a “oligarquia tradicional” (grandes proprietários de terra, em geral) do país, e ligadas ao governo, não tiveram nenhuma censura até o final da década de 70, quando passaram a veicular notícias que o governo considerou como pondo em perigo “a paz da República”. O jornal *Ultima Hora* foi fechado durante trinta dias em 1979 e o *ABC Color* teve de fechar suas portas em 1984, somente reabrindo após o fim da ditadura stronista. Quanto ao jornal *Noticias*, foi criado 1984 pelo empresário Nicolás Bó, amigo pessoal e comercial de Stroessner, objetivando trazer uma imagem positiva de Stroessner e seu governo. Com o termino da ditadura stronista, esses jornais mudaram seu perfil. O jornal *ABC Color*, voltado para a linha comercial de livre mercado, passou a atacar a ditadura, enfatizando sua postura de vítima da censura. Articulado a família de Pablo Rojas, tesoureiro do exército de Stroessner o jornal *Ultima Hora* passou também a denunciar as arbitrariedades do stronismo após fim deste regime, em uma postura também mais voltada aos problemas sociais, enquanto o jornal *Noticias*, passou a omitir qualquer juízo sobre o regime. (Cf. LÓPEZ 2003, p. 23-34.)

282 - Martín Almada tem pedido a ratificação perante a *Corte Suprema de Justicia* paraguaia de ter sido ele “[...] quien descubrió el Archivo del Terror que sirvió para el procesamiento y condena de represores policiales y militares por la tortura de y muerte de disidentes políticos durante la dictadura stronista (1954/89)”. (MARTIN..., 2008.)

explicar algo que se encontra em um livro, e Rosa, com uma expressão concentrada, lê o que ele lhe mostrou. (HACE..., 2013.)

Em outra notícia do jornal *ABC Color* sobre o “aniversário” do arquivo, de dezembro de 2015, podemos igualmente apreender que mesmo este entrevistando também Rosa, é a Fernández que o jornal se remete primeiramente:

Durante el acto el director [...] José Agustín Fernández, destacó la importancia del evento, ya que se tratan de documentos que forman parte de la época dictatorial.

En la ocasión se realizó la presentación del informe de gestión del Museo de la Justicia, a cargo de la licenciada Rosa Palau, coordinadora de la mencionada dependencia judicial, quien hizo referencia al resumen de actividades realizadas durante el año y el aporte otorgado a la ciudadanía.

Palau destacó a su vez la importancia en cuanto al contenido de las proyecciones de documentales extranjeros que hacen referencia a los hechos violatorios de derechos humanos ya en transición democrática [...]. (RECUERDAN..., 2015.)

Segundo Eni Orlandi, “[...] não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções”. (ORLANDI, 2013, p. 40.) E são estas imagens e/ou palavras que “[...] ‘tiram’ seu sentido destas posições, isto é, em relação às formações ideológicas das quais essas posições se inscrevem”. (ORLANDI, 2013, p. 43.) Tendo em vista os estudos de Orlandi, pode-se dizer que a posição de juiz e diretor do CDyA, assim como daquele que esteve presente na localização do arquivo – e que pode ser pensada também em relação de Almada – conferem maior autoridade e legitimidade a atuação de Fernández que à de Rosa, documentalista do arquivo. Conforme ainda a noção de ‘relação de forças’ que Orlandi trabalha em seus textos, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” e de tal modo, sendo a sociedade em que vivemos “[...] constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentada no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação”. (ORLANDI, 2013, p. 39-40.) Dessa forma, Fernández ao falar de seu lugar de diretor, e como aquele que participou do encontro do acervo, tem em suas palavras maior “importância”, sua fala significa e tem maior visibilidade, que a de Rosa ao falar de seu respectivo lugar.

Essas relações hierarquizadas aludidas por Orlandi remetem-nos aos papéis históricos e culturalmente atribuídos a mulheres e homens. Coadjuvante, “guardiã da memória”, “transmissora” ou, como apontou Osvaldo Salerno, “un poco madre del proyecto” museográfico do CDyA (Cf. SALERNO, 2012.) são algumas das proposições relacionadas e/ou que se atribuí Rosa Palau Aguilar, e que estão particularmente relacionadas às atividades “ditas femininas” do cuidar. Considerando que o gênero “[...] refere-se às

origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1990.) estamos entendendo tais questões como construções socioculturais que relacionam à esfera do cuidado às atividades femininas. Tomando ainda o gênero como uma categoria de análise de caráter relacional, podemos apreender que a relação hierarquizada entre Rosa e Fernández perpassa também por questões de gênero, onde ele diretor, juiz, homem, é visto como um protagonista e são suas as falas que ganham espaço no cenário público, possuindo assim funções, papéis e expectativas diferenciadas – baseadas em construções histórico-culturais –, das de Rosa, documentalista do arquivo. Tida como uma colaboradora, uma coadjuvante, “guardiã” – que está geralmente relacionada à figura feminina – Rosa é colocada em “segundo plano” e relacionada às questões ligadas ao cuidado – função identificada com o feminino – neste local, tanto pela imprensa como em suas narrativas, como abordado anteriormente.

No entanto, é importante salientar que, como mulheres e homens possuem posições diferenciadas no sistema de gênero, as quais implicam experiências e relações sociais bastante distintas e hierarquizadas, (Cf. JELIN, 2000, p. 100.) isto implica algumas singularidades no modo de lembrar, podendo-se pensar, como aponta Michelle Perrot, em uma especificidade da memória feminina. Especificidade, contudo, não baseada em questões biológicas segundo a autora, mas posto que as práticas socioculturais em ação na memória “[...] estão imbricadas com as relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produtos de uma história”, pois “[...] forma da relação com o tempo e o espaço, a memória, assim como a existência de que ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”. (PERROT, 2005, p. 43.) É nesse sentido que se pode colocar que Rosa, por sua posição no arquivo, vem se recordando e se colocando como uma “guardiã da memória”.

Uma “guardiã” que, todavia, por sua atuação no *Archivo del Terror* deve ser considerada também uma “artífice da memória”. (HEYMANN, 2012, p. 20.) Apesar desses dois termos parecerem – e de certa forma são – diferentes, pois um implica passividade/cuidado e outro mudança e uma postura mais ativa, acreditamos que as duas questões se coadunem em Rosa. Pois mesmo ela se atribuindo o papel de “guardiã”, pode-se perceber que por meio de sua atuação no arquivo Rosa contribuiu para impingir a ele outras significações. Tal consideração de Rosa como uma “artífice da memória” se apoia em estudos (COOK; SCHWARTZ, 2004.) que vem defendendo que o arquivista atua politicamente, sendo que sua função não pode ser desvinculada dos embates e interesses aos quais está entremeadada. Perspectiva que contribui “[...] para ‘desnaturalizar’ os arquivos e entende-los como produto social em cuja ‘fabricação’ interferem vários agentes movidos por objetivos distintos e portadores de visões de mundo diferentes”. (HEYMANN, 2012, p. 25.) Agentes esses que intervêm no arquivo, lhe propiciando outras configurações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber Rosa Palau como uma “artífice da memória”, além de contribuir para complexificar e “diminuir” as desigualdades de gênero ao enfatizar seu protagonismo e importância no *Archivo del Terror*, é fundamental também para pensar neste acervo como

um espaço de história e memória no qual se pode perceber “[...] relaciones que antes de evidenciar la vida de otros (aquellos referidos em los documentos) retrata el mundo de los seres que los habitan y hacen de ellos un lugar de enigmas, poderes y representaciones del mundo”. (CATELA, 2002, p. 219.) Se os usos do gênero e as diferenças de gênero estavam presentes na militância e na resistência da ditadura stronista, ao que tudo indica, estão presentes também na construção da memória do *Archivo del Terror*.

Os espaços que atualmente abrigam acervos, museus e centros de documentação relacionados ao período das ditaduras, no Paraguai e em outros países do Cone Sul, refletem, de certa maneira, o crescente debate público sobre a gestão do passado, impondo novas reflexões para o estatuto e usos políticos dos arquivos. Segundo Marlon Salomon, nas últimas décadas, “[...] os arquivos se tornaram um problema político e epistêmico em inúmeras sociedades”. (SALOMON, 2011, p. 6.)

Arquivos e museus não são apenas repositórios de fontes documentais, mas, além de subsidiar narrativas que evocam a retórica testemunhal, contribuem com as lutas políticas e os desafios do presente na agenda da memória das ditaduras. Desse modo, podemos dizer, a atuação e visibilidade/invisibilidade de Rosa Palau – notadamente na imprensa –, contribuem para refletir, como nos lembra Farge ao trabalhar com documentos policiais do século XVIII conservados em arquivos franceses, que o arquivo “[...] raramente é mudo, apesar de opaco”. (FARGE, 2009, p. 20.) Assim, os arquivos, permeados de relações de força e poder, vontade de preservação e legitimação, são um campo perpassado por lutas e disputas, onde as/os arquivistas, como Rosa, agem e possuem um papel decisivo em suas configurações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Martín. Allanamiento fue una verdadera ‘Toma de la Bastilla’. *ABC Color*, Asunción, p. 7, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH).

_____. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben, 2010.

BOCCIA, Alfredo Paz. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva e JosiélyKoerich. Asunción, Paraguai, 15 Out. 2015. Acervo da autora.

_____; PALAU, Rosa Aguilar; GONZALEZ, Myrian A. *Es mi informe: los archivos secretos de la Policia de Stroessner*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994.

_____; _____. SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: los Archivos del Terror. Los papeles que resignificaron la memoria del stronismo*. Asunción: Corte Suprema de Justicia; Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, 2007.

_____; LÓPEZ, Miguel H.; PECCI V. Antonio. *En Los Sontanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Condor*. Asunción: Servi Libro; Expo libro, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: _____; JELIN, Elizabeth. (Orgs.). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final AnivehaguãOiko- Síntesis y Caracterización del Régimen*. T. 1. Assunção: Paraguai: J.C. Medina. 2008.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. *Registro*, Indaiatuba, n. 3, Jul. 2004.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERNÁNDEZ, José Agustín. *El Hábeas Data en el Paraguay*: Instrumento constitucional para el hallazgo de los Archivos Secretos de la Policía. La importancia jurídica, histórica y política de estos archivos. 2008. Tese (Doutorado) – Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Asunción, Asunción: Paraguay, 2008.

GOMES, Angela Castro. A guardiã da memória. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, Jan./Dez. 1996.

HACE 21 años hallaban Archivo del Terror. *ABC Color*, 22 dic. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/hace-21-anos-hallaban-archivo-del-terror-1198792.html>>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar do Arquivo*: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

ICTIMAS de la dictadura con Touraine. *ABC Color*, Asunción, 27 oct. 2002. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/victimas-de-la-dictadura-con-touraine-669324.html>>. Acesso em: 16 Maio 2016.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KOERICH, Josiély. *O 'Archivo del Terror' no Paraguai*: algumas narrativas sobre sua descoberta e usos contemporâneos. 2015. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LA HORROROSA historia del doctor Martín Almada: Durante 30 días fue torturado. *Hoy*, Asunción, p. 6, 31 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no 'Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos', Assunção, Paraguai.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEDEL, Leticia. Os papéis de Alzira Vargas: biografia política de um arquivo pessoal.

In: Vestígios do passado: a história e suas fontes. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA-ANPUH RIO GRANDE DO SUL. *Anais...*, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara AunKhoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, Dez. 1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2013.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PADRÓS, Enrique Serra. O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional. Vestígios do passado: a história e suas fontes. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA-ANPUH RIO GRANDE DO SUL. *Anais...*, 2008.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, Jan./Jun. 2009.

PALAU, Rosa Aguilar. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Assunção, Paraguai, 14 Jan. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

_____. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Assunção, Paraguai, 22 Jan. 2015. Acervo do LEGH/UFSC.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: _____. *As Mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método: as estratégias do fazer história. In: _____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, Abr. 1997.

PORTAL GUARANI. Rosa Palau Aguilar. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/631_rosa_palau_aguilar.html>. Acesso em: 11 Jan. 2015.

SALOMON, Marlon. (Org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011.

RECUERDAN 23º aniversario del Archivo del Terror. *ABC Color*. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/recuerdan-23-aniversario-del-archivo-del-terror-1438212.html>>. Acesso em: 31 Mar.2016.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A.;

- TÉTARD, Ph. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SALERNO, Osvaldo. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Assunção, Paraguai. 13 Jun. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, São Paulo, v. 8, n. 1, Jan./Jun. 2005.
- SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.). *Falas de Gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, Jul./Dez. 1990.
- STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: JELIN, Elizabeth. (Comp.). *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

NARRAÇÕES DE UMA ‘VIDA’: MEMÓRIAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE CARMEN DE LARA CASTRO NA OPOSIÇÃO À DITADURA STRONISTA (PARAGUAI 1967- 1993)

Tamy Amorim da Silva²⁸³

INTRODUÇÃO

Segundo narram entrevistas orais e livros, Carmen Casco Miranda de Lara Castro nasceu em 1919 no *Pueblo de Concepción*, uma região próxima a Mato Grosso do Sul, mas passou parte da vida morando na capital do Paraguai, Assunção. Sua mãe Lúcia Miranda Cueto dedicou-se a criação das/dos filhas/filhos e seu pai Fermín Casco Espínque a carreira militar no exército paraguaio. Carmen de Lara Castro era uma das filhas mais velhas de uma família composta de três homens e quatro mulheres. Sua família era bastante militarizada (pai, irmão, tio) e com grandes ligações políticas com o Partido Liberal. Seus estudos foram realizados em colégios católicos e depois se tornou professora. Casou-se, em 1940, com o advogado Mariano Luis Lara Castro com quem teve seis filhos homens. Foi professora de Francês e Educação Moral e Cívica em colégios da região de Assunção, como o *La Providência* e o *Normal*, até praticamente o ano de 1965. Em 1967 fundou em Assunção a primeira Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Paraguai do qual foi presidenta até o ano de 1993. Também foi Deputada Nacional, entre 1968 a 1978, e Senadora Nacional de 1989 a 1993, ano em que faleceu.

Essas notas biográficas são importantes para saber acerca de Carmen de Lara Castro, são alguns detalhes sobre sua família, sua formação e a relevância partidária que adquiriu ao longo da vida. Porém essas referências datadas e circunscritas a um espaço, muitas vezes encontradas em livros de cunho biográficos, só podem ser realmente entendidas quando são apresentadas junto ao contexto em que ocorreram tais referências. Dessa forma, este capítulo tem como objetivos apresentar e analisar as entre/vistas orais²⁸⁴ sobre a trajetória de Carmen de Lara Castro, no contexto da ditadura stronista, no Paraguai (1954-1989).

283 - Mestra em História Cultural pela Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Orientada pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff. *Gostaria de agradecer a Eloisa Rosalen e Gustavo Tiengo Pontes pelas leituras e comentários valiosos que contribuíram na construção desse texto.

284 - É importante ter em mente que uma entrevista, seu texto, é demarcada pela oralidade. Pois a prática da história oral se dá em uma situação específica onde a pessoa entrevistada e entrevistadora dialogam, trocam olhares, numa experiência multivocal e mediadas pelo gravador. (PORTELLI, 2010.)

As entre/vistas foram construídas com pessoas que a conheceram durante sua vida e acompanharam sua luta na oposição à ditadura stronista. Foram realizadas com 17 pessoas entre os anos de 2012 e 2015,²⁸⁵ no âmbito da pesquisa que realizo no mestrado em História Cultural.²⁸⁶ A investigação foi traçada a partir de questionamentos feitos sobre as entrevistas realizadas pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff em 2008, no Paraguai, em que me deparei com a personagem Carmen de Lara Castro e a luta pelos direitos humanos.²⁸⁷ A presença de Carmen de Lara Castro nas memórias das/os entrevistadas/os, nos livros e nas revistas é bastante viva, principalmente, quando tema tratado é os direitos humanos.

Metodologicamente, faço uso de reflexões de Alessandro Portelli, Verena Alberti e Elizabeth Jelin no campo da memória e da História Oral. Já que essa ferramenta de pesquisa se tornou primordial durante a investigação, devido a seu caráter dialógico possibilita aprender uma “história dentro da história”, (ALBERTI, 2008, p. 155.) que não é a mesma escrita nos jornais e livros. Pois, na maioria das vezes são laudatórios quando tratam de Carmen de Lara Castro. Nesse sentido, a importância das entrevistas e das memórias é central, já que permitem encontrar narrações do cotidiano e narrativas plurais sobre essa personagem.

Para compreender a atuação de Carmen de Lara Castro é preciso levar em conta que a ditadura no Paraguai (1954-1989) possui algumas especificidades quando olhamos comparativamente com outras ditaduras do Cone Sul – dado a particularidades da cultura, da sociedade e da economia paraguaia – que não serão discutidas devido à finalidade desse capítulo. É necessário frisar que em uma mirada de longa duração na história paraguaia, a ditadura instituída em 1954 “não foi uma novidade”. (Cf. SOLER, 2014, p. 40-45.) Foram vários os governos de cunho autoritário e repressivos nesse país, além de terem passado por duas guerras internacionais²⁸⁸ e guerras civis.

285 - Foram feitas 19 entrevistas no total, pois foram necessárias fazer duas entrevistas com Jorge Lara Castro uma em 2014 e outra em 2015, o mesmo ocorreu com Luis Alfonso Resck, a primeira entrevista ocorreu em 2012 e a outra em 2014.

286 - A investigação atual sobre a trajetória de Carmen de Lara Castro, tema de minha dissertação de mestrado, é um desdobramento da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Laboratório de Estudos de Gênero e História entre os anos de 2010-2013, durante a graduação em História. Na época o projeto de pesquisa intitulava-se: *Brasil, Paraguai e Bolívia um estudo comparativo sobre a atuação das mulheres nas organizações de familiares de desaparecidos e detidos (1954-1989)*. Foi orientado pela profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff no projeto de pesquisa chamado: *O gênero da resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul 1964-1989*.

287 - Compreendo os Direitos Humanos como históricos e nascidos de circunstâncias de lutas e não um dado da natureza. Nesse texto, por meio das entrevistas, entendo que os Direitos Humanos no Paraguai durante o stronismo foram mobilizados para pedir liberdade aos presos, liberdade de pensamento, de anistia, de democracia e, entre outras reivindicações. (BOBBIO, 1995, p. 353-35; 2004, p. IX.)

288 - Guerra da tríplice Aliança- entre Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai (1865-1870) e Guerra do Chaco – entre Bolívia e Paraguai (1932-1935).

A atualização do regime stronista, dentro da política paraguaia, se deu pelo apego a “democracia” e as formas jurídicas, o uso sistemático da repressão e o progresso econômico promovido pela construção da Usina Binacional de Itaipú. O regime ditatorial supracitado se desenvolveu dentro do contexto da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional, obtendo ‘simpatia’ e ajuda financeira dos Estados Unidos, principalmente nas duas primeiras décadas. Além da relação de apoio militar entre o Brasil e Argentina com o Paraguai. (Cf. SOLER, 2014; ABENTE, 2014; ARDITI, 1992.)

Nesse período de stronismo²⁸⁹ é que emergiu a figura de Carmen de Lara Castro, tanto no âmbito político partidário quanto pelos direitos humanos, como indicam as memórias orais e os livros enciclopédicos. Especificamente, quando se aborda sua trajetória de vida o tempo é demarcado pelo ano de 1967. A importância dessa data se dá pela criação da primeira *Comisión de Defensa los Derechos Humanos del Paraguay*, atuando no auxílio assistencial a pessoas presas por motivos políticos e denúncias das violências cometidas pelo regime.²⁹⁰

O recorte temporal que escolhi são os anos de 1967 a 1993, época em que Carmen de Lara Castro foi a presidenta dessa organização, além de ter tido uma influente participação política – partidária no Partido Liberal e no parlamento, sendo Deputada Nacional de 1968 a 1978 – o que muitas vezes aparece nas entrevistas como um desdobramento da luta pelos direitos humanos e uma disposição familiar.

Nas entrevistas realizadas por mim o tema da ditadura foi constante já que as perguntas focalizavam a atuação de Carmen de Lara Castro durante esse período, além de buscar entender a trajetória da própria pessoa entrevistada. Nas narrativas orais, de modo geral, a trajetória de Carmen de Lara Castro está relacionada ao tema da violência repressiva do regime e aos direitos humanos, onde comumente é lembrada como uma mulher “valente” que “ia as prisões ajudar detidas/os” e “que denunciava à ditadura”.

Em vista disso, os pontos de inflexão que serão abordados no texto acerca das memórias narradas sobre Carmem de Lara Castro são: Por que ela é lembrada a partir da data de 1967? Qual importância de Carmen de Lara Castro durante a ditadura para ser recordada ainda nos dias atuais? Como são associadas sua trajetória política e os direitos humanos? De modo a responder essas perguntas o texto está construído em dois eixos temáticos: 1 – Abarca informações sobre a ditadura emergente e os direitos humanos no Paraguai para compreender melhor o contexto em que Carmen de Lara Castro atuou; 2 – Sobre as narrativas, refletindo como Carmen de Lara Castro é contada nas memórias

289 - A palavra stronismo faz referência ao governo de 35 anos do General Alfredo Matiuda Stroessner, percebendo-o como um sistema político composto da tríade de forças: Partido Colorado, Forças Armadas e o governo.

290 - Quando me refiro a comissão como a ‘primeira’ no Paraguai a realizar denúncias e auxílio é no sentido organizacional, deste modo, não pretendo limitar a possibilidade de que outras pessoas e grupos também auxiliavam as pessoas presas e realizavam denúncias.

orais percebendo elementos de gênero,²⁹¹ quando associada à luta pelos direitos humanos.

DITADURA E DIREITOS HUMANOS NO PARAGUAY- NOTAS SOBRE A OPOSIÇÃO AO REGIME STRONISTA

T – Bueno... Él señor fue secretario de Carmen de Lara Castro, en la Comisión. L – Fui miembro, por ahí me volvía secretario, porque no fue reconocida la Comisión oficialmente... T – Era clandestina...

*L – Clandestina era... T – Y la comisión surge en el '67, '64... ¿la comisión fue creada? L – Más o menos en el '64 T – ¿Pero cómo surge la organización? L – No, la primera fue muy irregular, muy informal, éramos 5, 6, nada más, no... una persecución mortal... me entiendes... [...].²⁹²
(RESCK, 2012, p. 9.)*

O ano era 1967, após mais de uma década sob o jugo do stronismo, fundou-se a *Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay*. Funcionava de modo a auxiliar presas/o políticos e realizando denúncias de abusos dos direitos humanos e teve a figura de Carmen de Lara Castro na presidência até o ano 1993, quando ela faleceu de câncer. A organização, como narrou Luis Alfonso Resck,²⁹³ já vinha ocorrendo anteriormente, mas de modo muito precário e, talvez com menor atuação ou de forma separada, cada qual em seu partido, mas não se tem maiores esclarecimentos sobre esse período.

Esse ano é importante por demarcar a criação da primeira comissão de direitos humanos do Paraguai, mas também por se inserir em um período de 'liberación' em que se realizou a Constituinte Nacional da República do Paraguai com a participação dos partidos de oposição, como: Liberal, Liberal Radical e o Febrerista. Nesse ano, o Partido Liberal Radical foi reconhecido pela Junta Eleitoral Central, decidindo participar das eleições. (Cf. CHARTRAIN, 2013, p. 410.) O Partido Liberal Radical foi uma dissidência

291 - Neste trabalho a categoria gênero é usada e entendida como “constituído por relações sociais: estas baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder”. A categoria gênero emergiu dos questionamentos dos movimentos sociais de feministas que enfatizavam que o problema da discriminação, da desigualdade era cultural e social, e que nada em absoluto possuía uma natureza pré-estabelecida no sexo, pois não é o sexo biológico que define sujeitas/os, mas a cultura que constrói e que define aspectos normativos, ou seja, é a partir de uma configuração de gênero que se define comportamentos e as normas distintas. Essa categoria utilizada por historiadoras/es e outras/os disciplinas, é um desdobramento de outros questionamentos advindos das categorias como “mulher” e “mulheres”, cada lugar de fala incorpora essas categorias em diferentes momentos e contextos. No Brasil, por exemplo, o gênero passou a ser usado na historiografia na década de 1990, concomitantemente com outras categorias como “mulher” e “mulheres” que já eram utilizadas, porém essas continuam a serem usadas de acordo com o enfoque de investigação. (Cf. PEDRO, 2005, p. 86.)

292 - Essa foi a única entrevista que não foi transcrita por mim, mas foi realizada pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História e se insere em minha pesquisa de Iniciação Científica, em meados de 2012.

293 - Para obter mais informações sobre Luis Alfonso Resck: <http://www.portalguarani.com/3044_luis_alfonso_resck_haiter.html>. Acesso em: 2 Abr. 2015

do pequeno grupo do Partido Liberal que participou das eleições de 1963. Nesse ínterim é que Carmen de Lara Castro foi eleita Deputada Nacional pelo Partido Liberal Radical.

Conforme Benjamín Arditi, participar das eleições e do jogo político serviu somente para a fachada democrática ao regime stronista, já que em realidade os partidos de oposição como o Partido Revolucionário Febrerista e o Liberal e Liberal Radical, tinham pouquíssimo peso dentro do parlamento onde a maioria era do Partido Colorado.²⁹⁴ Não obstante, mesmo que as/os participantes desse jogo político partidário soubessem que legisariam em uma situação desfavorável, o Governo Stronista somente aceitava ou reconhecia o espaço do Congresso como único local de negociação política. (Cf. ARDITI, 1992, p. 40-49.)

Na década de 1960, o governo de Stroessner já estava consolidado, havia unificado o Partido Colorado, os espaços para manifestações civis foram diminuídos, juntamente com os movimentos estudantis e sindicatos, grande parte dos “inimigos do regime” estavam presos ou no exílio e as tentativas de guerrilha pisoteadas. O meio “legal” de negociação com o regime era feito através dos partidos que também não lograram êxito,²⁹⁵ tanto é que, em 1977, a maioria opositora se absteve de participar da eleição de 1978, pois Stroessner pretendia mudar o Artigo 173 da Constituição Nacional que limitava os mandatos do presidente. Nesse contexto, uma parcela do Partido Liberal Radical se negou a participar das eleições e outra parte continuou. Devido a isso, ocorre então mais uma cisão dentro do partido. O grupo “abstencionista” nominou-se Partido Liberal Radical Auténtico, grupo que Carmen de Lara Castro apoiou.

Por conseguinte, o espaço de luta pelos direitos humanos se fez importante dado a violência e a repressão do regime. Alguns autores sugerem que durante o stronismo havia “ciclos de maior repressão”,²⁹⁶ já que no cotidiano inculcava o medo com um sistema de repressão e investigações criado desde 1955 – chamado de *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* com a ajuda e cumplicidade dos Estados Unidos –, além das leis repressivas 294/1955, 209/1970 e o Estado de Sítio usado de forma perene; que deram respaldo

294 - A legislação eleitoral stronista definia que o partido que obtivesse a maior contagem de votos, receberia 66% das bancas parlamentares, já os outros partidos repartiriam 33% de forma proporcional número de votos recebidos. (Cf. ARDITI, 1992, p. 45.)

295 - Acompanhando as sessões do parlamento em que Carmen de Lara Castro participou percebi que muitos dos projetos da oposição não eram aprovados e que eram frequentes as reclamações de não receberem a “orden del día” com os assuntos que seriam debatidos. Documentos cedidos pela *Biblioteca del Congreso Nacional del Paraguay* dos anos 1968-1978.

296 - Segundo o Informe Final da Comisión de Verdad y Justicia: “Los años en que hubo una mayor cantidad de personas desaparecidas fueron los que corresponden a los casos de resistencia armada a la dictadura de Stroessner llevada adelante por el Movimiento 14 de Mayo y por el Frente Unido de Liberación Nacional, (FULNA, 1960.) y aquellos que equivalen a los casos que se encuadran dentro del Operativo Cóndor y represión a las Ligas Agrarias, OPM y otros movimientos (1976 a 1978). Precisamente por la razón de que los familiares pudieron recuperar los restos de sus seres queridos que habían sido ejecutados, 1976 fue el año de mayor cantidad de casos de ejecuciones extrajudiciales”. (INFORME FINAL, 2008, p. 58.)

para as violações de direitos humanos. Diferentemente dos outros países do Cone Sul que experimentaram governos de exceção, não havia uma polícia paralela ou milícias clandestinas para realizar tortura, prisões e desaparecimentos, tudo era feito nas próprias delegacias e departamentos de investigação. (Cf. NICKSON, 2010, p. 281-282.)

De fato, a *Comisión*, em um primeiro momento que focaliza a década de 1960, esteve praticamente sozinha no cenário paraguaio, contando com a ajuda de pessoas anônimas, de sacerdotes e de igrejas. Assim realizou uma ajuda precária e assistencialista, porém necessária visto que não havia outro local de reclame que não fosse esses assinalados. O grupo que conformou a *Comisión de los Derechos Humanos del Paraguay* era formado por pessoas da elite política paraguaia,²⁹⁷ respeitadas socialmente e que já possuíam uma representatividade na luta contra o regime. Elas faziam parte do Partido Liberal Radical/Radical Autêntico e do Partido Democrata Cristiano.²⁹⁸

A construção política e jurídica do regime foi implacável, funcionando com o Estado de Sítio e as leis, que limitava as ações civis – como reuniões informais, publicações de periódicos e prisões arbitrárias, além de ocorrer de maneira diferente na cidade e no campo, onde atuava de forma ainda mais impune. (Cf. BRUN, 2014.) Nessa década, os grupos que defendiam os direitos humanos, tanto no exílio quanto no Paraguai, tiveram que aprender a realizar táticas e estratégias para que os problemas ocorridos nesse país chegassem às organizações de direitos humanos internacionais ou interamericanas para tentarem limitar a violência estatal.²⁹⁹ (Cf. SIMON, 1992, p. 59- 60.)

A organização de Carmen de Lara Castro nesse período, ainda que pequena, se dava de forma pragmática, uma vez que visitava as prisões, levava comida, roupa, verificava quem estava presa/o e as condições em que se encontravam. As visitas às prisões eram uma ação que Carmen de Lara Castro já realizava anterior à fundação da *Comisión*. Desde o fim de 1950 mulheres do *Departamiento Femenino* do Partido Liberal, do qual ela fez parte, faziam o trabalho de assistência nos cárceres paraguaios. (Cf. CABALLERO, 1994, p. 25.)

Alfredo Boccia Paz, médico que investiga o aparato repressivo stronista e teve uma militância política pelos direitos humanos no período, contou em entrevista que a importância da Carmen de Lara Castro se dava na inflexão entre a vida e a da morte

297 - Um pequeno grupo reconhecido socialmente por suas atividades, pelo “nome” de origem – geralmente advindos de famílias importantes da política ou da cultura paraguaia – e que exerciam influência social dentro dos partidos, igrejas, movimentos estudantis, direitos humanos, entre outros.

298 - A lista nominal de pessoas está incompleta, visto que não encontrei documentos que apresentassem os nomes das pessoas que organizaram a *Comisión*, já que os documentos que levavam o nome dessa organização eram assinados por Carmen de Lara Castro. Do que pude levantar, faziam parte dela em meados de 1967: Carmen de Lara Castro, Jeronimo Irala Burgos e Luis Alfonso Resck (Partido Democrata Cristiano).

299 - Para aprender mais sobre o tema da emergência dos direitos humanos na América Latina, ver em: (QUADRAT, 2008; SIKKINK, 2006.)

de uma/um prisioneira/o. Apesar de longo o excerto da entrevista, ela é elucidativa para entender a relação entre a violência policial, a/o presa/o, a família e a impossibilidade de respostas diante de um aprisionamento. Segundo ele:

AB- Tem que pensar que naquela época até 1980 ser um preso político era desaparecer da sociedade. Simplesmente. Seu nome não aparecia em nenhum jornal, em nenhuma rádio. Era uma pessoa que deixou de ir ao trabalho ou a faculdade, que só a família ou em torno mais próximo sabia que ele estava preso. A sociedade estava num ambiente de tanto medo que não perguntava muito. T- Sim. AB- Em 60 e 70, até 80, isso não existia, a família ia para a delegacia ao Departamento de Investigação, ao Ministério de Interior. [...] A polícia respondia: – Ele não está aqui! Nós não sabemos nada dele, não está aqui! E fazer o quê? Então para o próprio preso era uma sensação de desamparo absoluto. Por que não existia como entidade jurídica, nem como pessoa física, nem como fato de imprensa. Então, ele podia desaparecer como aconteceu com muitos e a polícia dizia: não sabemos! Está Desaparecido! Quando a família tomava, finalmente, a primeira atitude, a primeira medida era procurar os órgãos oficiais policiais ou do Ministério do Interior. Se lá ninguém dava nenhuma resposta, no dia seguinte era procurar Doña Coca. Se Doña Coca começava a perguntar: – Tenho informações que João está aqui, e vou fazer a denúncia, eu quero falar com ele, eu trouxe a comida para ele, eu quero ver ele, eu vou para embaixada da Alemanha, vou para embaixada daqui e de lá! Forçava a polícia a apresentar o cara, admitir que estava preso, ou soltá-lo, ou mandar para o exílio, ou mandar para o judiciário, que era outra coisa, aí você já era uma pessoa física, já tinha um advogado, daí não podiam matar. Essa diferença é muito difícil de compreender hoje. (PAZ, 2014, p. 3-4.)

Buscar a ajuda de *Doña Coca*, como Carmen de Lara Castro era conhecida, ou de outras pessoas identificadas com a defesa dos direitos humanos, é entendida por alguns entrevistados como algo que era difícil de ser fazer, pois Carmen de Lara Castro, além de realizar assistência às pessoas presas, era vinculada a um partido opositor. (Cf. ESCOBAR, 2015; PAZ, 2014.) Por isso, nem sempre as pessoas que tinham parentes, amigas/os presas/os recorriam a *Comisión* a fim de buscá-los.

Outro entrevistado, Dionísio Gauto Galeano, que foi sacerdote e secretário da *Conferencia Episcopal Paraguaya*, entre outras organizações, narra que conheceu Carmen de Lara Castro devido a uma palestra sobre a situação dos direitos humanos em 1969; quando passou a atuar como sacerdote em Assunção, e foi a partir daí que estreitaram laços. No trecho a seguir, Gauto conta um pouco do trabalho de troca de informações entre secretarias episcopais de outros países, a paraguaiense e a *Comisión*.

E partir desse ano, também, passei a documentar a situação dos presos políticos. Formei um fichário, cada preso tinha uma ficha de dados que chegavam, pois era onde os familiares iam fazer a denúncia. Sobretudo, por que uma quantidade de presos eram *campesinos* e *obreiros* de setores populares, gente humilde. E não tinham outra

forma de recorrer a advogados e a pagar caro. Então, recorriam muito a Conferencia Episcopal e eu anotava. Então, fui formando um arquivo de dados e de fotos. E, foi daí, a relação que tive relação com Carmen de Lara Castro e sua equipe. Alguns muito amigos dela como Irala Burgos, Lorêncio... o sobrenome não me recordo nesse momento, Luis Alfonso Resck. [...]. Fazíamos intercâmbio de dados. Ela me passava os dados novos que tinha e eu passava os dados novos que eu tinha. E então, o nosso objetivo eram dois: por um lado, ir documentando os acontecimentos que ocorriam e, por outro lado, difundi-los no exterior, sobretudo, através da Anistia Internacional. Eu tinha muita relação com Anistia da Inglaterra, da Suécia e de vários países, e me vinham tantos cartões e tantas perguntas! E às vezes minha resposta saía em algumas revistas de outros países ao lado da resposta do governo. O governo respondia através de Mario Abdo Benitez, secretário privado de Strossner dizendo: – Que não havia presos políticos e, esses presos são da lei 209 e 294!... E bom, legalmente estavam presos. Não eram presos políticos! E o que eu dizia era totalmente diferente. Bom, então trabalhamos muito. Creio que em 67 começou a trabalhar formalmente a comissão da senhora Lara Castro. Sendo uma das primeiras, senão a primeira da América Latina... (GALEANO, 2015, p. 1.)

As narrativas de Alfredo Boccia Paz e de Dionísio Gauto Galeano vão ao encontro dos estudos sobre a emergência das organizações de direitos humanos. Já que foram nas décadas de 1970 e 1980 que se apresentaram mudanças no que diz respeito aos direitos humanos na América Latina, desde o golpe no Chile em 1973, as organizações como a Comissão de Direitos Humanos da ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA se fizeram mais presentes e atuantes. Os grupos Latino-americanos emergiram de forma a criar redes de denúncia e apoio nesse período, além das organizações de direitos humanos como a Anistia Internacional, que já vinham atuando no reclame das/dos presas/os e nos diversos casos de torturas espalhados pelo Cone Sul. Nesse ínterim foram criadas outras organizações no Paraguai como o *Comitê de Iglesias para Ayudas de Emergencia* em 1976, que se aliou de forma efetiva com a *Comisión*, e a Cruz Vermelha que também auxiliou as pessoas presas.

O relato de Alfredo Boccia Paz nos faz entender que, diferentemente da atualidade, em que existem diversas organizações de direitos humanos e dentro da marca da democracia, a importância de ‘*Doña Coca*’ se dava em um cenário vazio de organizações de luta pelos direitos humanos no Paraguai, em que atuava buscando diálogo com os órgãos repressivos e que muitas vezes recebia repostas negativas. Desta forma, pode-se afirmar que Carmen de Lara Castro, nas memórias de Paz emerge como um ‘ponto de diálogo’ entre os órgãos repressivos e as famílias que necessitavam de ajuda.

Já o excerto da entrevista de Dionísio Gauto Galeano desperta a ideia das trocas de informações entre as organizações e da igreja que colaboravam no auxílio a pessoas presas. Além de pontuar os objetivos de denuncia no âmbito nacional e internacional, a troca de dados entre as organizações auxiliava a ação do grupo de Carmen de Lara Castro que fazia visitas às prisões.

Nesse contexto de stronismo, as organizações de direitos humanos; os movimentos civis criados na década de 1980; as igrejas e as pessoas que as apoiaram; em conformidade com mudanças no cenário internacional e as crises econômicas; lograram êxito na saída de Stroessner, enfraquecendo sua imagem de ‘paz e progresso’. Nesse país onde os Direitos Humanos eram assegurados na própria Constituição Nacional – no capítulo V – mas eram violentados diariamente, Carmen de Lara Castro teve a importância de atuar realizando denúncias e assistindo a pessoas presas. Ela não foi a primeira e nem única a reclamar a falta de direitos humanos reconhecidos na Constituição de 1967. Mas é recordada por muitas/os entrevistadas/os como alguém que buscou auxiliar as pessoas que poderiam desaparecer nos cárceres no limiar da tortura.

É preciso entender que a militância de Carmen de Lara Castro, tinha o respaldo do partido do qual era vinculada,³⁰⁰ mas que não levava o nome do partido, já que outras pessoas participantes vinham de outras organizações partidárias. Também cabe comentar que o grupo da *Comisión* era formado por pessoas importantes na política paraguaia e, assim como Carmen de Lara Castro, algumas dessas pessoas eram influentes nos círculos políticos. Sua atuação na *Comisión* é recordada de maneira enfática pelas/pelos entrevistadas/os, já que em algumas narrativas orais a política partidária é associada a uma senda para visibilizar a luta pelos direitos humanos, mas o que proponho é pensar que a luta pelos direitos humanos também foi uma maneira de Carmen de Lara Castro atuar e se inserir na política partidária em um ambiente ‘visto’ como extremamente fechado e masculino. Como trataremos a seguir.

NARRAÇÕES ORAIS, CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES DE SI E DA OUTRA

Siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, en la resistencia, en el mundo privado, en las “catacumbas”

(JELIN, 2002, p. 6.)

Os tempos da memória não seguem uma cronologia ou uma linearidade. A memória é entendida aqui como um trabalho de construção que é seletivo, subjetivo, individual e parte da coletividade, sendo necessário para construção das identidades e, portanto, é transformadora. (JELIN, 2002, p. 14.) As narrações orais, nessa perspectiva, são relevantes para entender a construção da visão que temos de nós mesmos e sobre as outras pessoas, já que a identidade sempre se dá na relação de diferença com a/o outra/outro. A história oral, dessa maneira, está implicada nessa relação da temporalidade subjetiva da memória,

300 - Haja vista que no ideário do programa do partido liberal, os direitos humanos faziam parte do estatuto e aparecem desde o ano de 1945 e se ampliou em 1965-1977. É preciso mencionar isso, pois, grande parte das pessoas opositoras estava no exílio. Os direitos humanos aparecem em consonância com a Declaração Direitos do Homem e Cidadão de 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. (Cf. GIMENEZ, 2014, p. 51.)

construção de identidades, percepções de si e da/o outra/o. (Cf. JELIN, 2002, p. 24.)

Como ensina Portelli, ao refletir sobre as memórias e a história oral, nenhuma memória é igual a outra, são “como digitais”, uma vez que as pessoas aprendem as experiências vividas de formas diferentes. (Cf. PORTELLI, 1997, p. 16.) Nas entrevistas que realizei – com os filhos de Carmen de Lara Castro, com amigas/os, com parentes – todas as pessoas que a conheceram em vida tinham diferentes memórias e relações de afeto. Alguns tiveram a vida salva por alguma denúncia feita por ela; outros receberam asilo em sua casa; um deles se atentou para a situação dos direitos humanos a partir de uma palestra em que “*Doña Coca*” falou sobre o assunto; outras já a conheciam por vínculos familiares e se tornaram mais próximas devido à posição de seus maridos durante o regime.

Em suma, todas as pessoas tinham imagens, tinham anedotas e tinham dados diferentes sobre a mesma pessoa; nem todas as narrativas foram laudatórias. A riqueza dessas informações, com suas multiplicidades de experiências e suas vozes só foi ‘adquirida’ por meio das entrevistas; perceber os laços de afetividade, narrativas reais ou imaginárias contadas durante a entrevista, possibilitou alcançar histórias que livro nenhum poderia apresentar a respeito de Carmem de Lara Castro.

Das 19 entrevistas realizadas por mim, entre os anos de 2012 e 2015, esta é a Carmen de Lara Castro que me contam geralmente nas entrevistas orais: “Carmen de Lara Castro não foi uma mulher da esquerda política”; mas de um “partido de cunho Liberal progressista que se opunha à ditadura stronista”; “foi uma das poucas e primeiras mulheres a adentrar o sistema legislativo”; “teve filhos presos e torturados”; “tinha uma família que a apoiou”; “ela ia as delegacias visitar presas/os e levar roupa e comida”; “enfrentava os policiais para exigir ver as pessoas que estavam incomunicáveis”; “realizava denúncias nacionais e internacionais sobre as violações de Direitos Humanos”.

A Carmen de Lara Castro que me contam era uma mulher “valente”, que tendo uma posição política distinta conseguiu atuar dentro do Partido Liberal – era sobrinha do Mariscal José Félix Estigarribia que foi presidente do Paraguai entre 1939-1940.³⁰¹ Foi casada com o advogado Luis Mariano Lara Castro, advindo de uma família também imbricada na política Liberal. Os pais, irmãos de Carmen de Lara Castro também tiveram vínculos com o Partido Liberal, participaram do “levante” de 1947 em oposição ao ditador General Higinio Morínigo e ao Partido Colorado – e foram levados a deixar o país, devido às perseguições. Esse quadro familiar de vínculos partidários é apresentado em algumas entrevistas, principalmente nas narrativas dos filhos que tratam de contar a trajetória de sua mãe pelas dificuldades que ela sofreu com o exílio de parte de sua família na Argentina. Os fatores ligados à família devem ter ajudado a Carmen de Lara Castro a ascender dentro do Partido Liberal, mas não podem retirar a agência ou diminuir sua atuação durante o período.

301 - Mariscal Estigarribia era/é considerado herói da Guerra do Chaco, morto em acidente de avião em 1940.

De modo geral, as lembranças em torno de Carmen de Lara Castro permeiam a fundação da comissão de direitos humanos e a ajuda a/aos presas/os, mas o período anterior a 1967 não é rememorado com facilidade, é um período desconhecido nas narrativas sobre a vida dessa mulher.³⁰² A data de 1967 é importante pela criação da *Comisión de Defensa los Derechos humanos*, mas também pela Constituição Nacional da República do Paraguai sancionada naquele ano e pela eleição na qual Carmen de Lara Castro foi eleita Deputada Nacional; talvez por essas situações, essa data esteja mais presente nas entrevistas.

A trajetória política de Carmen de Lara Castro é comumente associada à *Comisión*, entretanto seus estreitamentos com a política partidária se deram anteriormente, vinculados a questões de assistência e benevolência – supostamente distinguidos como feminino.³⁰³ (MARTINS, 2011.) O “início aparente” de sua trajetória política ou, até onde as narrativas e fontes selecionadas para pesquisa permitiram visualizar, ocorreu na década de 1950. Nesse período Carmen de Lara Castro já estava casada, tinha filhos e era professora de Francês e Educação Cívica em escolas da região de Assunção. Ela, juntamente com outras mulheres da elite política paraguaia, organizou um grupo de assistência às pessoas necessitadas e tinha como prioridade atender mulheres, esse espaço era chamado de *Instituto Cultural Amparo a la Mujer* (1953-1956).³⁰⁴ O instituto citado foi criado em 1953, localizado em uma casa em Assunção e tinha em sua organização médicas e professoras. Os poucos trabalhos que localizam o grupo apontam que além da preocupação de auxiliar mulheres, tinham também uma ação de conscientização política para mulheres, já que muitas delas atuavam dentro de partidos políticos. (Cf. CORVALÁN, 1986, p. 111-113.)

Nos fins na década de 1950 um grupo de mulheres ligadas ao Partido Liberal criou o *Departamiento Femenino*, como sugere Graziella Corvalán. (1986, p. 111-113.) Esse deve ter sofrido influência do *Instituto Cultural Amparo a la Mujer*, já que parte dirigente desse *Departamiento* também fez parte do *Instituto*. No ínterim, destaco também que o sufrágio veio a ocorrer no Paraguai somente em 1961 e a luta de mulheres e homens que emergiu no início do século XX culminou na lei 704 de *Derecho Político de la Mujer*.³⁰⁵ É importante destacar esses grupos de mulheres, já que foi nesse período de autoritarismo que elas discutiam o sufrágio e a participação política para as mulheres.

302 - Com exceção das entrevistas feitas com os filhos de Carmen de Lara Castro- José Mauel Lara Castro, Martin Alessandro Lara Castro, Luis Félix Lara Castro, Fernando Adolfo Lara Castro e Jorge Lara Castro.

303 - Essa autora investiga as ações de cuidado e benevolência no pensamento de Aristóteles e no cristianismo, mostrando como essas concepções e conjunções entre política e assistência/cuidados foram assimiladas na criação do Estado moderno permeadas por distinções de gênero. A autora sustenta que não somente mulheres se dedicavam a assistência e filantropia, mas que a ‘ideologia da domesticidade’ restringiu estas ações como femininas. (Cf.MARTINS, 2011, p. 21-22.)

304 - Poucas informações foram obtidas sobre essa organização, já que foi fechada e suas documentações sequestradas no início do governo stronista.

305 - A partir desse ano, as mulheres passaram a votar e serem eleitas o que somente veio a ocorrer no ano de 1963 – uma das primeiras mulheres a ascender politicamente foi Dolores de Miño y Bienvenida de Sánchez pelo Partido Colorado. (Cf.VILLALBA, 2000, p. 197.)

Foi possível averiguar a partir da literatura sobre o assunto que nessas organizações, nos departamentos e nos comitês femininos do Partido Liberal, o departamento feminino não atuava da mesma maneira que o dos “homens” do partido; eram organizações separadas em que se concentravam mulheres. É certo que havia outras mulheres que atuavam dentro do partido, mas comumente a divisão dos trabalhos era o padrão, afastando-as da possibilidade de participar do centro decisório de um partido. A maioria das mulheres envolvidas formava a sua base, organizando as festas, arrecadando dinheiro, ajudando pessoas necessitadas, trabalhando na tesouraria, na secretaria e os altos cargos ficavam para os homens.

Desta forma, no *Departamento Feminino* as mulheres possuíam algumas funções ligadas ao que era considerado como do âmbito doméstico e que não rivalizavam com as atribuições de gênero.³⁰⁶ Ainda que participar de um partido político fosse algo incomum para mulheres naquele período e bastante representativo, seus cargos e funções não estavam vinculados a tomadas de decisões e da direção do mesmo. Chamo atenção para o fato de que não era “qualquer mulher” que poderia fazer parte dessas organizações, primeiro que os partidos políticos eram ambientes mais fechados, tanto do ponto de vista do status social quanto no que diz respeito à segurança dessas pessoas que participavam da vida política durante a ditadura. Portanto, não era “qualquer” pessoa que poderia fazer parte do diretório, teria que ser alguém confiável, bem articulado e que seguisse a linha do partido.

Das entrevistas e entrevistadas/os, quando questionadas/os sobre a participação política de Carmen de Lara Castro e seus projetos políticos, poucas/os a lembraram. Entretanto é algo difícil de recordar, já que muitos dos que foram apresentados durante a ditadura foram negados – grande parte da bancada na *Cámara* era Colorada. Nelson Garcia Ramirez, (2015) que trabalhou juntamente com Carmen de Lara Castro no Partido Liberal, comentou que reclamavam pelos presos políticos, para que estado informasse sobre eles, mas os projetos e os pedidos não vingavam.

As atividades de Carmen de Lara Castro dentro do partido eram diferentes das realizadas por homens, muitas de suas ações pelo partido foram para conseguir dinheiro, emprestar a casa para as reuniões, oferecer jantares e festas em sua residência organizados por mulheres. Contudo, por meio dessas atividades consideradas “femininas”, Carmen de Lara Castro ascendeu no partido.

Geralmente, ter um familiar ligado a política “facilitava” a entrada no partido. Duas

306 - Compreendo que essas distinções hierárquicas de gênero na política possuem história. Não corroboro com a ideia de que o político/público é para o masculino e o privado/doméstico é para o feminino. Essas esferas dicotômicas são criações discursivas que devem ser vistas como falsas dicotomias. Entretanto, não podemos tratá-las como insignificantes, pois, como ensina Sandra Harding, elas insistentemente estruturam nossas vidas e consciências. O papel de apontar essas distinções de gênero, essas falsas dicotomias, no texto é entender e deslocar sua construção hierárquica e naturalizante, como ensinou Susan Okin e Sandra Harding. (Cf. HARDING, 1993, p. 26; OKIN, 2008.)

entrevistadas, em épocas diferentes e com familiares ligados ao partido, Rafaela Guanes de Laino e Maria Victoria Riart de Garcia, trabalharam com e pelo Partido Liberal por anos, atuando nessas mesmas práticas “femininas”, mas não adquiriram postos do diretório; na época Rafaela G. Laino dedicou-se a família, e, no caso de Maria Victoria Riart a família e ao trabalho como contadora. (DE GARCIA, 2015, p. 3.) Nesse sentido, ter um familiar ligado ao partido e, estar dentro dele realizando ações, não era o bastante para ascender politicamente.

Nas narrativas dos filhos, Carmen de Lara Castro aparece como uma mulher apaixonada pela política que teve na família o apoio necessário para alcançar seus postos políticos e reconhecimento de sua luta. É necessário frisar que não foi Mariano Luis Lara Castro, o esposo advogado e intelectual, que fez carreira política – o que seria normal, dado os altos vínculos políticos de sua família. Sem maiores dificuldades, poderia ter adquirido cargos parlamentares como outros da oposição, mas se dedicou a docência na Universidade Católica na área de administração e direito.

A ideia de uma mulher empregar cargos políticos naquele momento, mesmo que tardio, aparece nas memórias desses entrevistados como algo comum somente se for atrelado à família. Essa informação nos incita a pensar o quão era fechado o ambiente partidário para uma mulher fazer parte dele. Não conheci relatos de mulheres que ingressavam na política naquela época sem ter um familiar conhecido nesses ambientes. Além disso, pondero como essas memórias estão/são marcadas por gênero, hierarquizando posições, ações e distinguindo esferas do político como masculino. É com naturalidade que os entrevistados enfatizam que as mulheres realizavam as ações de assistência para o partido ou, como quando apontam que Carmen de Lara Castro não era uma acadêmica ou uma intelectual – como muitos dos homens, que possuíam graduação, esse era um ponto de distinção. (Cf. LAINO, 2015, p. 3-4.) Esse ambiente do partido é descrito por esses entrevistados, consciente ou inconsciente, como marcadamente masculino. Entretanto, era um lugar extremamente demarcado por mulheres que davam aos partidos, estrutura e organização.

Nenhum dos entrevistados homens, quando falavam de suas atividades realçavam suas próprias ligações familiares com a política ou, que realizavam algum tipo de assistência social. (NELSON, 2015; LAINO, 2015; DE VARGAS, 2015.) Contavam como entraram no partido e foram ascendendo em cargos sem dificuldades. Então, por que, quando mencionaram Carmen de Lara Castro, sua trajetória tinha que ser ligada à família? Sua trajetória de ajuda as pessoas presas, pelas mulheres no *Amparo a la Mujer*, no *Departamiento Femenino* ou, sua vontade de atuar politicamente, não bastavam por si só? Parece que não, tinha que estar atrelada a outros condicionantes para ser totalmente aceita.

Consequentemente, Carmen de Lara Castro ao sair em defesa da família e dos direitos humanos não agredia as hierarquias de gênero construídas culturalmente ligados

à maternidade, que vinculam a mulher à mãe.³⁰⁷ Nas narrativas sobre Carmen de Lara Castro a bravura, a coragem, a sensibilidade é algo que pode ser remetido ao cuidado e ao zelo, como uma exteriorização do amor materno.³⁰⁸ Como sugerem alguma/uns entrevistadas/os, apesar de ser mãe e mulher, sua importância política pode ter sido um fator para obter maior ‘respeito’ dos agentes de repressão quando ia a uma delegacia; para além de ser uma mulher idosa na época em que atuou a frente da *Comisión*.

Além disso, como sugeriu Nelson Garcia Ramirez – durante a entrevista que estava realizando com sua esposa Maria V. R. De Garcia – o status de Deputada Nacional dava Carmen de Lara Castro uma proteção que poderia ser útil nas visitas às prisões:

Era ela quem ia as delegacias?

Por que ela tinha imunidade parlamentar. Ela podia ingressar por que tinha imunidade parlamentar. Isso era muito útil. E em sua comissão ela mesma elegia as pessoas intelectuais como, por exemplo, o Irala Burgos, era um democrata Cristiano, não era liberal. Então ela os chamava e eles trabalhavam com ela. [...]. (DE GARCIA, 2015, p. 5.)

Segundo Garcia, era Carmen de Lara Castro quem ‘elegia’ as pessoas que participariam da *Comisión*. Isso faz sentido, pois, ela era a presidenta e era em sua casa que essa organização funcionava, ou seja, de forma bem informal. Não existiu um local apropriado para a *Comisión* que não fosse a casa de Carmen de Lara Castro. Além disso, faz-se necessário sinalizar, que para Nelson Garcia era ela quem ia visitar os cárceres e não o advogado Irala Burgos, justamente pela imunidade que possuía como Deputada, porém ela só foi Deputada por dez anos e a *Comisión* continuou até a década de 1990.

Ao que tudo indica, era Carmen de Lara Castro e outras mulheres,³⁰⁹ quem regularmente iam às prisões fazerem visitas. Além de ter imunidade parlamentar prevista na Constituição de 1967 por ser Deputada Nacional, entre os anos de 1968-1978,³¹⁰ o que

307 - A questão da mãe paraguaia está composta no próprio mito de origem do povo paraguaio, sendo um importante constructo na identidade dessa sociedade, contribuindo para estabelecer e reforçar uma visão coletiva e esferas do que é um homem/mulher paraguaio/a. (Cf. GONZÁLEZ, 2013.)

308 - Algo que deve ser mencionado é que como mostrou Elizabeth Badinter, desde o século XVIII os discursos sobre mulheres e a relação com seus filhos vinham se modificando. Construídos e reforçados por meio de diversos setores que pretendiam segregar, hierarquizar e fazer com que as mulheres se voltassem para “as doçuras do amor materno”, exaltando “as funções” maternas sobre os cuidados para com a/o filha/o. É elucidador olhar que a maternidade e os discursos atrelados a ele puderam ser usados como uma bandeira de luta contra a repressão. Com isso não digo que o amor entre mãe e filho não exista, mas que esse sentimento de vínculo natural não é universal. (Cf. BADINTER, 1985.)

309 - Alguns nomes de mulheres que apareceram de nas entrevistas: Elida Lizza, Custódia De Irrazabal, Maria Elena Perez.

310 - Do artigo 142 da Constituição Nacional sobre imunidade parlamentar “Ningún miembro del Congreso puede ser acusado ni interrogado judicialmente por las opiniones que emita en el desempeño de sus

pode tê-la ajudado. Muitos entrevistados narraram as situações em que Carmen de Lara Castro passou nas delegacias e como ela entrava para fazer as tais visitas; nas memórias os homens aparecem somente como pessoas que as acompanhavam até o cárcere. Isso é interessante, pois, a visita às delegacias e às pessoas presas era vista como “*cosa de mujer*”, como aponta o livro *El precio de la Paz*, que enfatiza que no fim da década de 1970, com a administração de Jimmy Carter, emergem ao Paraguai outras organizações de direitos humanos e essa prática deixa de ser algo feminino. (BLANCH; ACUÑA; BAREIRO, 1991, p. 166.)

Apesar de ser mulher, mãe, Deputada Nacional, Carmen de Lara Castro não deixou de ser perseguida, reprimida e censurada pelo regime. Todos os filhos entrevistados narraram que a sua casa vivia em uma constante vigilância e que era difícil conseguir bolsas de estudo ou empregos devido à vinculação familiar com a oposição. Carmen de Lara Castro teve dois de seus seis filhos presos. Em 1969, Jorge de Lara Castro era vinculado ao movimento estudantil na Faculdade de Direito, ele foi preso durante o ato contra a visita de Nelson Rockefeller ao Paraguai. O outro foi José Manuel de Lara Castro, na época tinha 15 anos e não tinha militância política. Os dois foram torturados no mesmo departamento de formas diferentes e deixados incomunicados, o primeiro ficou meses na prisão, o segundo apenas alguns dias. Jorge de Lara Castro, em sua narrativa, enfatiza que sua prisão também foi realizada para atingir sua mãe: “Eu pessoalmente assumi 50% de minha cota e 50% a cota de minha mãe na tortura e de tudo”. (2014, p. 5.) O mesmo ocorre com José Manuel Lara Castro quando conta sobre sua prisão,

T- E por que te levaram? JM- Eu creio que por minha mãe. Como ela era muito contrária ao regime de Stroessner, brigava com a gente do governo e nesse momento não se calava. Quando me pegaram disseram que se confundiram. Não se confundiram sabiam muito bem o que fazia. (CASTRO, 2015, p. 3.)

A polícia não se confundiu, José Manuel foi retirado de sua própria casa. Na fala de cinco filhos de Carmen de Lara Castro que entrevistei as situações de prisão e de tortura na família são entendidos como um castigo, além de uma maneira realizada para pressionar Carmen de Lara Castro a diminuir sua atuação. A tortura dos filhos também foi narrada por Carmen de Lara Castro quando invocava a falta de direitos humanos no país, usava da legitimidade de ser mãe de dois filhos presos inocentemente e torturados. Esse excerto trata do fechamento de um dos centros de tortura em Assunção, conhecido como *La*

funciones de legislador. Desde el día de su elección hasta el de su cesamiento, ningún Senador o Diputado podrá ser detenido, salvo que fuere hallado en flagrante delito. En este caso, la autoridad interviniente lo pondrá bajo custodia en su residencia, dará cuenta inmediata del hecho a la Cámara respectiva, y remitirá los antecedentes a la justicia ordinaria. Si ésta le formare proceso por ese u otro hecho delictuoso, y hubiere lugar al auto de prisión, el juez de la causa, antes de dictarlo, informará a la misma Cámara que, con dos tercios de votos suspenderá al acusado y lo pondrá a disposición de aquel”. (1967, p. 18.)

Técnica, esse foi encerrado em 1992,³¹¹ por pressão civil e de políticos como Carmen de Lara Castro que na época era Senadora Nacional:

Este lugar lo visite muchísimas veces y he visto el cuerpo lacerado de mis hijos, con dedos quemados de Jorge y José Manuel, que fue raptado de mi casa a los 15 años. Dijo

Este lugar es terrible, donde las torturas se hacían con deleite. Donde cansado el torturador lo dejaba de hacer. En este lugar, había una crudeza terrible. Expresó

En este momento, agradecemos esto por que es como un regalo de Navidad. Esto no es sólo una clausura simbólica, sino la clausura de toda la represión. Enfatizó. (MENORES, 1992, p. 6.)

Carmen de Lara Castro foi eleita Senadora em 1989, no período de transição para democracia e morreu um dia antes das eleições presidenciais em maio de 1993. As narrativas sobre sua morte no presente envolvem o descrédito com a política e com o partido. No sentido de que ela representasse um período de auge do Partido Liberal Radical Autêntico. Além de mencionarem que ela poderia ter feito muito mais pelos direitos humanos nesse país, algo que foi limitado pelo autoritarismo de Estado.

A personagem que invade a entrevista em si é rememorada como um exemplo de ser político dentro do partido e na luta pelos direitos humanos, fazendo um contratempo entre passado, presente e futuro. As narrativas de si e de Carmen de Lara Castro buscam dar sentido as lutas anti-stroessner e contam como a vida mudou desde o fim da ditadura. Vivendo em plena democracia, ainda que não seja plena – deposição de Fernando Lugo em 2012 e a falta de direitos humanos – não se vive mais “sob tortura” e “censura” cotidianamente como antes. As presenças de Carmen de Lara Castro nas memórias mostram um tempo que já passou e que não é recordado pela juventude, que vive em uma democracia e não sabe o que é ter medo.

CONCLUSÕES

A memória, enquanto individual e parte da coletividade, realiza um ‘trabalho’ de construção de si com base em um passado, marcada pelo presente e com olhos para o futuro, sendo social e culturalmente assinalada. As narrativas dessas pessoas entrevistadas dão sentido e valor às suas ações no passado e, também, sobre Carmen de Lara Castro quando questionadas/os. Refletindo sobre esse processo de recordar que se dá em uma entre/vista, infiro que as memórias narradas sobre si e sobre Carmen de Lara Castro realizam um processo de narração e identificação; pois, recordam de suas vidas, buscando imprimir uma identidade para si e para a outra que também é recordada na entrevista.

311 - A *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* foi fechada dois dias depois do ‘descobrimento’ do *Archivo del Terror*, como tornou-se conhecido os documentos da polícia stronista, encontrados em uma dependência policial em *Lambaré*, cidade próxima de Assunção, em 22 de dezembro de 1992. (Cf. PAZ; AGUILAR; SALERNO, 2007.)

(Cf. THOMSON, 1997, p. 51.)

Como um trabalho embasado na metodologia de História Oral, foi possível verificar nas entrevistas que Carmen de Lara Castro é recordada de maneira especial. Obviamente em se tratando de memórias, cada pessoa descrevia situações diferentes e ‘outras’ Carmen de Lara Castro. Essa lembrança viva na memória, muitas vezes, dá sentido a própria luta anti-stonista que essas/esses tiveram no período, apresentando que a juventude hoje não conhece o que é o drama de se vivenciar um período autoritário.

Sobre a trajetória política de Carmen de Lara Castro nas memórias, frequentemente, está associada à *Comisión* e aos vínculos familiares. Como intentei apresentar, Carmen de Lara Castro já tinha uma participação no Partido Liberal de longa data, aproximadamente na década de 1950; com a fundação do *Instituto Cultural de Amparo a la Mujer*, e com a criação do *Departamiento Femenino* do Partido Liberal que foram locais em que atuou. Os vínculos familiares, tanto por parte de seu esposo Luis Mariano Lara Castro, quanto por sua família com o Mariscal Estigarribia, seu irmão e pai; foram fatores importantes dentro do cenário de sua inserção na política, mas essa atuação necessitava de um desejo de fazer-se política em um cenário diretivo masculino.

A respeito da data de 1967 nas narrativas, atentou-se para o contexto de uma nova Constituição Nacional em que a oposição entrou para o jogo político, e com isso, Carmen de Lara Castro tornou-se Deputada Nacional em 1968. Além da criação da primeira *Comisión de los Derechos Humanos del Paraguay* que teve uma atuação importante no auxílio de pessoas presas e denúncias de abuso policial. Várias/os entrevistadas/os tiveram um acercamento maior com Carmen de Lara Castro nesse período: devido a prisões, asilo, participar da *comisión*, ou do Partido Liberal Radical.

A “presença” de Carmen de Lara Castro atualmente, se dá na associação da imagem de uma mulher que se destacou nesse período calamitoso como uma *madriña* para as pessoas presas e como uma mulher valente para as pessoas entrevistadas. Era uma mulher, mãe, circunscrita na elite política *Asunceña*, que levantava a bandeira pelos direitos humanos, visitando pessoas presas, atentando para a violência policial e denunciando os abusos da ditadura. Apesar de sua atuação política ter sido ao lado da oposição, e ter sido perseguida pela polícia stonista, ela não realizava uma ruptura para os padrões de gênero na época, podendo ser mais um fator para ser lembrada. Sua importância nas memórias orais e nos livros se dá pela relevância que adquiriu na época como presidenta da Comissão de Direitos Humanos e como destaque dentro do Partido Liberal Radical. Sendo lembrada como uma personagem que “salvou vidas”, um exemplo de mulher, mãe e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ARGAÑA, Luis Manuel Escobar. (Tício Escobar). Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador Digital. 22 Jan. 2015. Assunção Paraguai. Acervo da autora.

CASTRO, Fernando Adolfo Lara. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 21 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

CASTRO, Jorge Lara. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Gravador digital. 20 Fev. 2008. Assunção, Paraguai. Acervo do LEGH/UFSC.

CASTRO, Jorge Lara. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 03 Maio 2014. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

CASTRO, Jorge Lara. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 22 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora. (Segunda entrevista).

CASTRO, Jose Manuel Lara. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 19 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

CASTRO, Luis Felix Lara. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 13 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

CASTRO, Martín Alessandro Lara. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 19 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

DE GARCIA, Maria Vitctoria Riart. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 14 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

DE VARGAS, Francisco José. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador Digital. 14 Jan. 2015. Assunção Paraguai. Acervo da autora.

GALEANO, Dionisio Gauto. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 19 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

LAINO, Domingo. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 16 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

LAINO, Rafaela Guanes. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 07 Maio 2014. Assunção Paraguai. Acervo da autora.

PAREDES, Claudio Roberto. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 03 Maio 2014. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

PAZ, Alfredo Boccia. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 07 Maio 2014. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

RAMIREZ, Nelson Garcia. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador

digital. 13 Jan. 2015. Assunção, Paraguai.

RESCK, Luis Alfonso. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital Transcrita por Paolo Andrés Mondino. 14 Junho 2012. Assunção, Paraguai. Acervo do LEGH.

RESCK, Luis Alfonso. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 07 Maio 2014. Assunção, Paraguai. Acervo da autora.

MONGES, Julian Vera. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Gravador digital. 16 Jan. 2015. Assunção, Paraguai. Acervo da autora

MENORES de 15 años eran torturados. *El Diario*, p. 06, 24 Dec. 1992. (Digitalizado). Disponível no Laboratório de Estudos de Gênero e História.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da historia. In: PINSKI, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ARDITI, Benjamín. *Adiós a Stroessner: la reconstrucción de la politica en el Paraguay*. Assunção: CDE; Rp ediciones, 1992.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, v. 15, Abr. 1997.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAREIRO, Line; ECHAURI, Carmen. *Las recién llegadas: Mujer y política*. San José: IIDH, Estudios Basicos em Derechos Humanos IV, 1995.

BLANCH, José M., ACUÑA, Edith, BAREIRO, Line (et. al.). *El precio de la Paz*. Assunção: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1991.

BRUN, Diego Abente. *El regimen stronista*. Assunção: ABC Color, El Lector: 2014. (Colección 60 años del Stronismo)

CABALLERO, Montserrat González Oddone de. “Otros verán nuestra vitoria”- Breve biografía de Carmen Casco Miranda de Lara Castro. Assunção: [s.n.], 1994.

CHARTHAIN, François. *La Iglesia y los partidos en la vida política del Paraguay desde la independencia*. Assunção: Fondec / CEADUC, 2013.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final Anive haguã Oiko- Síntesis y Caracterización del Régimen*. T. 1. Assunção: Paraguai: J.C. Medina, 2008.

CORVALÁN, Graziella. La accion colectiva de las mujeres urbanas en el Paraguay. In: RIVAROLA, Domingo; et al. *Los movimientos sociales en el Paraguay*. Assunção: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1986.

GIMÉNEZ, Félix Rafael Ayala. *Doctrinas y prácticas del Partido Liberal Paraguayo*- Estudio de los idearios del Partido Liberal Paraguayo. Assunção: [s. n.], 2014

GONZÁLEZ, Wilma Mancuello. *Cantando a la madre*: Una de-construcción de la figura materna en el nacionalismo paraguayo. Assunção: Museu Etnográfico Andrés Barbeiro, 2013.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revistas de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>>. Acesso em: 19 Jul. 2015.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*, uma história. São Paulo: Cia. das letras, 2007.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

NICKSON, Robert Andrew. El regimen de Stroessner (1954-1989). TELESKA, Ignácio. (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Taurus / Santillana, 2010. Disponível em: <http://works.bepress.com/andrew_nickson/14> Acesso em: 03 Out. 2015.

MOREIRA, Mary Monte de López; BAREIRO, Line; SOTO, Clyde. *Al fin ciudadanas (1961-2011) – 50 años de derechos políticos de las mujeres en Paraguay*. Assunção: Centro de Documentación y Estudios, 2011.

SIMON, Jose Luis. *La dictadura de Stroessner y los Derechos Humanos*. 2. ed. Comite de Iglesias. Assunção: Editorial Estilográfica, 1992. (Serie Nunca Más). V. 1.

SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Assunção: Arandurã, 2014.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, Maio-Ago. 2008.

PAZ, Alfredo Boccia; AGUILA, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: los Archivos del Terror- los papeles que resignificaron la memoria del stronismo*. Assunção: Servicios Graficos del Poder Judicial, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 2005, v. 24, n. 1, 2005.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

_____; PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, 1997.

_____. Filosofia e os fatos- Narração, interpretação significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

QUADRAT, Samatha Viz. A emergência dos Direitos Humanos na América Latina. In: FICO, Carlos. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

SIKKINK, Kathryn, A emergência, evolução e efetividade da rede de Direitos Humanos da América Latina. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBURG, Eric. (Orgs.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: EDUSP; NEV/USP, 2006.

VILLALBA, Juan Roque Galeano. Honorable Congreso de la Nación- revisión Histórica. Asunción: [s.n.], 2000. [Digitalizada por *Biblioteca y Archivo Central del Congreso Nacional*]. Acervo da Autora.

HELENA GRECO E O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM MINAS GERAIS: EMOÇÃO E POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA BIOGRAFIA

Kelly Cristina Teixeira³¹²

A nossa cidadania depende diretamente da nossa capacidade de indignação. Esta, por sua vez, só se concretiza a partir do exercício permanente da perplexidade. Helena Greco (ANOTAÇÃO PESSOAL. S/d)

As cicatrizes de 1979 nos levam a percorrer pelo período de arbítrio no qual o país se via imerso, a viver emoções e descobrir no presente, por meio da História, as expectativas e esperanças do passado. Já se passaram mais de três décadas da sanção da Lei da Anistia, muitos que viveram este período já não estão entre nós, mas, ainda podem nos contar através de vários registros sobre as suas participações políticas. Afinal, são agentes dos tempos de arbítrio, no qual lutaram por um Brasil mais democrático e pela anistia para tantos brasileiros. Portanto, este trabalho tem por objetivo perceber no presente sinais desta brisa da liberdade e democracia através da biografia de Helena Greco. Sua trajetória se transformou e para compreender tal transformação ressaltaremos o papel das emoções na construção de suas atividades sociais e políticas em alguns momentos de sua vida, em especial, a partir de sua entrada para o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) no ano de 1977.

Para compreender a emoção como estratégia em especial na política, partimos da reflexão de Christophe Prochasson, (2005, p. 312.) que percebe a emoção:

Designa o conjunto de movimentos efetivos, mais ou menos estáveis engendrados pelo choque de um estado individual com a análise de uma situação. Isto implica em duas consequências importantes: as emoções não resultam de um encaminhamento puramente individual, mas se inscrevem em uma perspectiva social e cultural: elas não se opõem à cognição.

Ao estudar as emoções não buscamos desnudar Helena Greco, mas aprender e analisar os fragmentos das expressões de sua emoção, ou ainda, o que Prochasson

312 - Doutoranda em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF – 2008); Especialista em Ciência da Religião (UFJF – 2007); Especialista em Aspectos Metodológicos e Conceituais da Pesquisa Científica (UFJF – 2012), graduada em História pela UFJF (2002), Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: kellyhistoriadora@yahoo.com.br

denominou de *práticas emocionais* que visam desencadear o uso das emoções.

Nesse sentido, cabe ressaltar que não temos a pretensão de dissecar de forma objetiva a personalidade de Helena Greco, nem abordar todo o período de duração de sua vida, que perfazem 95 anos.³¹³ Por conseguinte, o desafio de compreender mesmo que parcialmente as tensões e as práticas aparentes que perfazem a trajetória de Helena Greco em torno do MFPA e dos Direitos Humanos nos leva a refletir sobre o desafio biográfico.³¹⁴ Ao abordarmos sua entrada para o MFPA, denominaremos este momento de *ruptura visível*.³¹⁵

Helena Greco nasceu em Abaeté, Minas Gerais, em 15 de junho de 1916, em uma

313 - O fazer biográfico é um caminho repleto de armadilhas. Estamos atentos ao que Boudieu advertiu em seu artigo *A Ilusão Biográfica* que a história de vida não acontece de forma linear, na qual o indivíduo nasce, cresce se desenvolve e morre.

314 - A biografia histórica possuiu idas e vindas no métier do saber histórico Phillippe Levillain no fim dos anos 1970 apontou seu reflorescimento na França com a história problema. Na Itália, nos anos 70 a coleção intitulada *Microstorie* é direcionada principalmente para pesquisas biográficas. Em 1976, quando a biografia ainda permanecia uma provocação diante da história serial e quantitativa Ginzburg lança *O Queijo e os Vermes*. Nas décadas de 1980/90 o mercado editorial conhece o boom biográfico. Em 1982 Natalie Zemon Davi escreve o *Retorno de Martin Guerre*; em 1985 Peter Gay publica *Freud: uma vida para nosso tempo*; em 1992 o espanhol Jaime Contreras lança *Sotos contra Riquelmes*; Na Inglaterra Peter Burk publica *A fabricação do Rei: a fabricação da imagem pública de Luis XIV*, além de recuperar a tradição de biografias coletivas de elite (prosopografia) difundidos na década de 1920/30 com a obra *Veneza e Amsterdã*. A English Social History recupera a biografia em sua dimensão subjetiva dos processos sociais. Christopher Hill escreveu em 1988 *Oliver Cromwell*. No Brasil a divulgação do estudo biográfico é comentada pelos historiadores Benito Schimidt, Magda Ricci, Marly da Silva e Francisca L. Nogueira de Azevedo (Cf. SCHIMIDT, 1996, p. 174). Além das publicações Benito Bisso Shimidt “Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro” (1998) e “A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’”.

315 - Compreendemos por *ruptura visível* o que está dado a ver por um grupo. O que ele percebe como transformação. Nesse sentido não vislumbramos chegar a transformação subjetiva. Para tanto partiremos da análise de parte das fontes de seu arquivo pessoal coletadas no Instituto Helena Greco e de entrevistas com Helena para o *Projeto História e Memória: Visões de Minas do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais*. Tais fontes são complementares: parte do arquivo pessoal de Helena Greco se encontra no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania (IHG) criado em 2008 sob a tutela de sua filha Heloiza Greco, conhecida como Bizoca. O IHG se autocalifica como um coletivo de militantes e espaço auto gerenciado com uma perspectiva classista, libertária e revolucionária que reivindica o direito a história, memória, a verdade e a justiça. O arquivo possui diferentes fontes de vários momentos da trajetória de Helena, como: cartas, atas, livros, fotografias, panfletos, recortes de jornais, anotações. Nesse arquivo, destacam-se os documentos referentes ao envolvimento de Helena na luta pela Anistia. Outra fonte utilizada, conforme mencionamos acima, são os depoimentos feitos ao Núcleo de História Oral vinculado ao Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e reúne pesquisadores de várias unidades acadêmicas da UFMG. O objetivo do Núcleo tem sido pesquisar e documentar a complexidade e a diversidade da vida política, econômica, social e cultural de Minas Gerais. Conta atualmente com um acervo bibliográfico e de entrevistas, com mais de cem entrevistas impressas e gravadas em fitas cassetes. Dois são os tipos de depoimentos que o Núcleo de História Oral se debruça: entrevistas temáticas e entrevistas de histórias de vida. Helena faz parte da sessão, entrevistas temáticas com ênfase na História dos Partidos Políticos e Sindicatos.

família de classe média, seu pai de origem italiana foi comerciante e banqueiro e sua mãe brasileira, dona de casa, sendo a mais velha de sete irmãos. Devido à ampliação dos negócios, seu pai resolve mudar-se para Belo Horizonte em 1924. Sua origem somada à escolaridade no colégio Santa Maria, dirigido por irmãs dominicanas e considerado uma instituição de elite de Belo Horizonte, contribuiu para que tivesse uma educação refinada e uma formação clássica que incluiu: formação musical e o domínio de outras línguas como o francês, inglês e o italiano. Nos tempos de colégio interno, segundo relatou em entrevistas, sua leitura a luz de lanterna (às escondidas no dormitório), incentivadas por seu professor Veloso, que ministrava filosofia, afastavam-se do padrão tradicional de leituras e comportamentos das “moças de família”. Afinal, ainda estava em vigor o *Index Librorum Prohibitorum*, ou seja, a lista de livros proibidos, que viria a ser abolida pela Igreja Católica apenas em 1966. Segundo Helena em sua entrevista concedida à Neves e Lanna:

Naquela ocasião tinha a tal leitura cor de rosa. Madamy Delly. Eu tinha ódio disso. Eu consegui uma coisa que eu nem sei como [...]. Porque naquele tempo era assim: ou o livro era indecente ou era contra a religião, era o Index. E o Dr. Velloso, é aí que eu devo uma obrigação ao Dr. Velloso. Ele me passou uma lista de livros, que eu comprei e levava escondido. Ele me passava livro também. Aí eu lia escondido das irmãs. Era rara a semana que eu não lia um livro [...]. (GRECO, 1995, p. 42.)

Entre os livros citados por Helena se encontravam os autores Balzac, Anatole France, Shakespeare e Dante Alighieri, todos lidos na língua original. Todavia, mesmo com o afastamento da leitura “cor de rosa”, Helena parecia compreender que havia códigos de conduta a serem interpretados e reproduzidos como demonstra na citação:

Tinha uma coisa interessante que era o seguinte, as irmãs me deram muito apoio, porque eu não era... A questão espiritual nunca me importou mesmo. Então as irmãs, tinham umas que ficavam meio preocupadas com aquilo. Acontece que eu fiz questão de ganhar todos os prêmios de religião. [...] Eu seguia um roteiro era simples. (GRECO, 1995, p. 30.)

Há, em seu depoimento, aproximações e rupturas com os modelos fixados a uma geração. Aproximações e rupturas que desembocam em relações de poder como na fala que seguia um roteiro. Esta vivência no colégio manifesta normas próprias do mundo político, que revelam por sua vez, códigos de agir e pensar que tomam lugar nas estratégias de representações do mundo social e que mais tarde fundamentarão a manipulação de discursos e objetos simbólicos reconhecidos por determinadas coletividades. Um exemplo disto é que, anos mais tarde, após já estar casada e com filhos, ensinou língua estrangeira aos domingos a alunos carentes. Iniciou com um grupo de senhoras um trabalho caritativo realizando visitas a Penitenciárias, fato que lhe rendeu o convite para ensinar inglês na *Penitenciária Antônio Dutra Ladeira* em 1964, trabalho que desenvolveu até 1966.

No decorrer de sua trajetória, Helena foi agraciada com vários prêmios e distinções, entre os quais Prêmio Chico Mendes de Resistência (1995), Prêmio Cidadania Mundial (1999) e Prêmio “Che” Guevara (2002). Além disso, foi designada para receber o Prêmio Estadual de Direitos Humanos, em 1998. Sendo a primeira vereadora eleita da capital mineira, nas eleições de 1982 e uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade, sendo eleita em dois mandatos. Por fim, mesmo com seu falecimento em 27 de junho de 2011 deu origem a um projeto apresentado pelo vereador Tarcísio Caixeta (PT), para que seu nome substituisse o de Castelo Branco em um viaduto da capital mineira. Em 25 de março de 2014 seu nome foi aprovado, registrando mais uma vez o nome de Helena na história de Minas Gerais.

Por conseguinte, sua trajetória é permeada pelo sentimento e ao instrumentalizarmos a noção de emoção para a análise das fontes compreendemos que esta se inscreve em uma perspectiva social e cultural, neste sentido, Helena pode nos ajudar a explicar fragmentos de seu contexto. A emoção está vinculada ao seu tempo, ao cotidiano e ao momento vivido. Esta faz parte das alternativas apresentadas para romper ou não com períodos de constrição. De tal modo, utilizo as emoções articulada com a da instrumentalização da emoção na perspectiva compreendida por Luc Capdevila, a qual denomina como jogos de gênero. A definição fornecida por este autor é de que os jogos de gênero se assemelham a um jogo de xadrez, em que os atores políticos, conscientes ou inconscientes dos discursos e representações relacionadas à identidade de gênero, tentam intervir em determinados espaços. Nesses jogos, os sujeitos intervêm nas realidades em andamento, ora reforçando padrões tradicionais ora assumindo posições de ruptura, em uma encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo antagonista. (Cf. CAPDEVILA, 2001, p. 105.)

Como Helena instrumentaliza a emoção ao longo de sua trajetória? Como acontece a inversão de Helena Greco, de esposa, mãe para um agente político? São questões que buscamos responder, mesmo que parcialmente. Logo, um percurso a partes de sua biografia através de sua fala em entrevistas, mostra-se relevante. Maurice Halbwachs adverte que toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (Cf. HALBWACHS, 2004.) Vale dizer que, de certa forma, filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos que nos seja significativo. Talvez, não possamos impedir que certas lembranças afluam, mas podemos controlar a forma como essas lembranças são exteriorizadas, narradas e apresentadas de diferentes maneiras de acordo com seus contextos de produção.

Destarte, apesar de revoltada contra as injustiças, conforme revelou em entrevista a revista Teoria & Debate, em 1994, Helena Greco, até os anos de 1970, não encontrava um canal de participação político, uma vez que de acordo com sua visão, não conhecia partido que valesse a pena. Helena dizia não ter na época muito estudo de política, e complementa explicando que, o que ela possuía era um sentimento, conforme pode ser visto:

Eu tenho um sentimento de que seria muito bom [...] sinto que sou cidadã do mundo. A diferença é que sou socialista. Olha ser socialista para mim é você... É um governo que antes de pensar no governo e em

si próprio ele pensa no que é bom para o povo. (GRECO, 1995, p. 94.)

Cabe ressaltar que emoção, interesses e normas sociais não são dicotômicos, elas interagem entre si no desempenho individual e na constituição de sua própria imagem. Uma vez que somos vistos, avaliados, benquistos ou não, construímos nossas performances para o universo coletivo. E a utilização da emoção através do discurso, mas, também, através da imagem, da conduta se faz estratégico em períodos de repressão como estes vividos por Helena Greco. Vários exemplos podem ser citados a respeito, como as mães da Praça de Maio na Argentina, que clamavam obter notícia de seus filhos, pelo fato de serem mães, simbolizado segundo Cristina Scheibe Wolff através do uso estratégico da fralda. (Cf. WOLFF, 2013.)

A partir da instrumentalização de certas estratégias ligadas ao gênero e das posições contextuais, é possível analisar as práticas políticas de Helena Greco durante a ditadura militar. Inicialmente, com a implantação da Ditadura Militar em 1964, sua análise sobre o golpe era norteadas, sobretudo, por revistas norte-americanas utilizadas nas aulas de inglês. A partir da morte do estudante Edson Luis, em 1968, ela começou, segundo seu depoimento, a achar “esquisito” o que estava acontecendo no Brasil.

Os discursos de resistência à Ditadura Militar mobilizavam, sobretudo os jovens, e Helena observava que sua filha caçula, Heloisa Greco, estudante de história na UFMG, estava envolvida com o movimento estudantil, em especial a partir do ano de 1976. Heloisa fazia parte da resistência à Ditadura através do grupo de esquerda Centelha.³¹⁶ De acordo com Helena sua preocupação com o bem estar da filha foi o motivo para investigar mais a fundo o que estava acontecendo. Sua casa sempre estava cheia de jovens que se reuniam e ela sempre escutava os debates e opiniões sobre a situação do Brasil naquele período. Helena mencionou em entrevistas que nunca teve muitos amigos, segundo sua filha Heloisa, isto pode ser em parte devido a sua erudição, se aproximando assim dos seus amigos universitários.³¹⁷ Existiam também as macarronadas de sexta-feira, em que grande número de jovens participava. Em um destes encontros no início em junho de 1977, ela escutou sobre a manifestação no Campus da UFMG na Faculdade de Medicina e resolveu ir até lá. Segundo a sua narrativa, foi este o primeiro e decisivo passo para a *ruptura visível* de Helena e a implantação definitiva do MFGPA em Minas Gerais:

316 - O Centelha era uma corrente estudantil criada em 1977 por um grupo mineiro chamado apenas de O. (abreviatura de Organização), pelo seu entendimento de trabalho clandestino. A organização fora criada por estudantes das Universidades Federais de Juiz de Fora, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica mineira. A O., em 1973, contava com apoios da Oposição Sindical Metalúrgica de Belo Horizonte, sendo contrária à atuação do PCdoB e da AP-ML no movimento estudantil e crítica da experiência armada. (KAREPOVS; LEAL, 2007.)

317 - Em entrevista realizada com Heloisa Greco em 19 de Junho de 2013 em Belo Horizonte/MG, a Kelly Cristina Teixeira, a entrevistada nos relatou: a entrada dela no MFA tinha mais haver com seus desejos de fazer algo, do que a preocupação com a minha segurança.

Eu soube que os estudantes iam todos lá no Campus da Medicina e que a polícia estava cercando tudo lá. Eu fiquei preocupada, porque todo o meu povo com quem eu lidava politicamente estava lá. Então eu fui pra lá [...]. Houve aquela... Uma fala muito bonita, o pessoal todo muito interessado, e tal. Mas a gente preocupada com a situação que estava. Foi a primeira vez que tinha um ato público durante a Ditadura. Então eu resolvi falar. Levantei e falei... O negócio é que eu senti na hora, era um sentimento. Eu senti foi o seguinte: a minha geração foi muito inerte, ela podia ter feito muita coisa. E hoje eu me arrependo disso. Eu quero dizer que a gente tem que fazer alguma coisa, porque a questão está muito séria e não pode continuar assim. (GRECO, 1995, p. 104-105.)

O sentimento de que havia alguma coisa errada, o sentimento de desigualdade social, o sentimento de negação de sua geração, unido ao sentimento de preocupação com sua filha e com “seu povo” envolvido com o movimento estudantil, desembocarão na ruptura de Helena: de uma mulher vista como componente da elite mineira Helena será vista como a defensora dos direitos humanos. A emoção e o sentimento perfazem seu discurso na Faculdade de Medicina. O impulso de fazer algo, movida pela emoção, pela “fala muito bonita” a fez sair, segundo consta em sua entrevista, do fundo da sala, pegar o microfone e, sobretudo, falar para os jovens universitários presentes. Um jornal a identificou como “uma senhora velha e gorda que tomou a palavra”. Helena já estava com 61 anos e sua fala na manifestação contribuiu para a abertura de um canal de participação política e o início de uma vida pública.

Além disso, está presente em sua fala um questionamento da posição de sua geração, vista por ela como inerte em um momento político conflituoso.³¹⁸ Helena matinha vínculos com a geração de sua filha, com quem compartilhava ideias e discursos que produziam uma nova maneira de ver e vivenciar o momento político divergindo de muitos de seus contemporâneos biológicos no período da Ditadura Militar. Contudo, em suas *práticas emocionais*, o chamado a sua geração biológica está implícito, seus cabelos brancos, sua figura que carrega consigo o peso da idade serão instrumentos oportunos para delinear os jogos de gênero. Ser mulher e idosa nos sugere respeito, mesmo que seja em momentos de conflito, tanto devido à fragilidade de seu corpo, quanto nos sentimentos que desperta: proteção, cuidado e seus adjetivos. O despertar de tais sentimentos pode consciente ou inconscientemente ser instrumentalizado na configuração de estratégias para atingir determinados objetivos.

318 - Karl Mannheim reflete sobre o conceito de geração a partir das ideias de Pinder que dizem respeito ao problema da “entelégua de uma mesma geração”. Ou seja, de seus objetivos internos ou suas metas íntimas que estão relacionadas ao “espírito do tempo” de uma determinada época ou ainda a desconstrução, uma vez que várias gerações estão trabalhando simultaneamente na formação do “espírito do tempo”. (YNCERA, 1993.) Portanto, é preciso levar em conta que o ritmo biológico reage no elemento do acontecer social. Helena se reconhece no que Mannheim denomina “conexão geracional” *generationszusammenhang* em uma alusão a Heidegger. Ao instrumentalizarmos o conceito de conexão geracional compreendemos que é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva com a partilha de experiências comuns.

No final da manifestação na Faculdade de Medicina um grupo de mulheres, em sua maioria jovem, a convidou para participar do MFPA que seria fundado em Minas, no final dos anos de 1970. Helena até então desconhecia o Movimento que estava em fase de organização, ainda não possuindo até aquela ocasião uma presidente. Helena aceitou o convite e a partir daquele momento passou a ocupar um papel de destaque dentro do MFPA em Minas Gerais, tornando-se a primeira presidente.

A campanha pela Anistia, desencadeada em 1975, com o lançamento do Manifesto da Mulher Brasileira pelo MFPA, foi organizada primeiramente em São Paulo por Therezinha Zerbine, se irradiando por demais estados do país no decorrer da década. Em Belo Horizonte, desde 1976, um grupo de mulheres reuniu-se para formar o núcleo mineiro, entre elas estavam: Eleonora Menicucci, Zélia Rogedo, Ângela Pezzuti, Emely Salazar, Maria Luiza Meyer, Inês Teixeira, Efigênia de Oliveira, D. Ondina Nahas. Essas mulheres, primeiramente, começaram a realizar visitas às casas de familiares de presos políticos, exilados, desaparecidos, convidando outras mulheres a participarem do movimento. As primeiras reuniões foram realizadas na casa da D. Yedda Matta Machado, mãe de José Carlos da Matta Machado, membro do grupo de resistência Ação Popular Marxista-Leninista, morto pela repressão política durante o ano de 1973 e esposa de Edgar Godoy da Matta Machado que teve sua cadeira de cátedra na Faculdade de Direito da UFMG cassada pela Ditadura.

Posteriormente, Therezinha Zerbine foi convidada a vir a Belo Horizonte, para dar as diretrizes do Movimento. Na casa de D. Yedda foi lançada a semente do MFPA. Aos poucos, esse pequeno grupo de mulheres foi se consolidando e, durante todo o ano de 1976 e início de 1977, várias reuniões foram realizadas na sacristia da Igreja Carlos Prates. Nessas reuniões, foi se sedimentando a proposta de fortalecer e ampliar o máximo possível o MFPA. Couberam às mulheres, portanto, o pioneirismo pela luta da Anistia em solo mineiro, assim como no restante do país.³¹⁹ Em sua maioria por terem maridos, filhos, parentes ou amigos perseguidos, presos ou exilados.

De acordo com Helena, esse foi o seu primeiro canal de participação política. Acredito que o convite para Helena participar no MFPA, perfazia a interação de três elementos já citados anteriormente: sentimento, interesse e normas sociais. Os sentimentos são associados a formas políticas. Helena almejava mudanças que sua geração não foi capaz de fazer, e este interesse de modificar o que estava estabelecido parece ter sido instrumentalizado pelo MFPA para convidá-la a fazer parte do movimento.

Desse modo, nessa esfera de disputas simbólicas em que a imposição de uma figura depende, além de fatores externos, de sua aceitação carismática por parte de seu grupo, Helena era relevante para os objetivos do MFPA. Uma vez que era uma senhora da alta

319 - Segundo Heloisa Greco, em sua tese *Dimensões Fundacionais da luta pela Anistia*, esse papel coube às mulheres em um primeiro momento por serem mães, irmãs, companheiras e filhas de atingidos pela Ditadura, que se uniram em torno de um objetivo comum a busca de familiares desaparecidos ou a defesa dos familiares presos. (Cf. GRECO, 2003, f. 69.)

sociedade da capital mineira, bem relacionada, culta e mais velha que as demais integrantes. De tal modo, a utilização da emoção e sentimentos em seu discurso também poderia ser instrumentalizada como práticas políticas para conseguir a Anistia, uma vez que era uma estratégia de atuação tanto para solidificar o MFPA em Minas quanto para concretizar sua aceitação, enquanto um movimento que assistiria aos perseguidos pela repressão. Esta entidade não usava a força das armas, mas a força das práticas discursivas tradicionais de que o sentimento de mães, irmãs e filhas de caçados pelo regime, era inquestionável.

Mas está não era a situação de Helena, que não possuía familiares perseguidos, sua filha apesar de ativa no movimento estudantil e participante da Centelha, não havia sofrido diretamente perseguição no período. (Cf. GRECO, 2013.) Então o que a motivava a entrar no MFPA? Segundo sua filha Heloisa, sua busca estava mais relacionada com seus desejos de fazer algo, do que a preocupação com a sua segurança. (Cf. GRECO, 2013.) Destarte, Helena parece carregar simultaneamente as lembranças negativas da história das mulheres de sua geração, que não criticaram o que acontecia no país, mas com o orgulho no que diz respeito a iniciativa das jovens mulheres que faziam parte do grupo universitário de sua filha e do MFPA. O que pode sugerir a existência de uma conexão geracional de consciência combativa com estas mulheres.

No mesmo dia de sua intervenção na manifestação no Campus da UFMG, após as prisões de vários estudantes, Helena e 79 pessoas se reuniram na Igreja de São Francisco das Chagas e escreveram um manifesto de repúdio ao ato dos policiais em nome do MFPA. Esta foi a primeira ação do MFPA em Minas Gerais, segundo Helena. Em dezembro de 1977 já havia nove grupos formados perfazendo um total de aproximadamente cem pessoas. Helena foi eleita a primeira presidente do movimento em Minas e Ângela Pezzuti vice-presidente, possuindo ambas grandes divergências quanto ao rumo da luta com Therezinha Zerbine. Segundo Helena uma de suas discussões durante a organização com o grupo mineiro, foi a entrada de homens no movimento e a aproximação das integrantes com as mães de presos e exilados. (Cf. GRECO, 2011, p. 131.) Para Helena, os homens seriam bem-vindos para apoiar, mas não para participar do movimento, caso contrário, o MFPA, deveria mudar de nome. Porém, sua real intenção era a ampliação dos objetivos do Movimento para demandas feministas.

Outra questão era a divergência de grupos dentro do MFPA que não aprovavam a aproximação com as mães dos exilados, fato também contestado por Helena. Em sua compreensão era necessária esta aproximação, “[...] eu falei: não é [uma coisa a parte]. Elas estão agora chorando pelos filhos, vamos dar a elas a ideia de que elas têm que chorar por mais gente, não só pelos filhos não”. (GRECO, 2011, p. 131.) Helena, buscava através das mães, desencadear o uso da emoção. O choro de uma mãe por um filho é complacente, mas o choro de uma mãe pelos perseguidos que também poderiam ser seus filhos é impactante e desencadeia sentimentos de comoção ao grande público.

De tal modo, ambas as discussões na visão de Helena eram discussões políticas, uma vez que em sua visão o MFPA era um movimento de mulheres que não deveria ficar apenas no assistencialismo, resumindo-se em atuações como levar mantimentos nas

prisões e vender os artesanatos fabricados por alguns presos para assistir suas famílias, segundo relata em diversas entrevistas. Inicialmente, o intuito da entidade não eram as famílias e sim os presos e exilados e cada grupo era autossustentável. Portanto, havia duas concepções, inicialmente, a questão da Anistia e do assistencialismo. Para Helena, a luta do MFPA não deveria ser apenas assistencialista. (Cf. GRECO, 2011, p. 136.)

Outra questão importante na qual Helena se posicionou foi a luta pela emancipação da mulher. No Estatuto do MFPA estava que o seu objetivo era de:

[...] promover a elevação social, cultural e cívica da mulher através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica e orientando-a para a sua compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e a integração da família na comunhão social sempre dentro dos ideais democráticos. (ARQUIVO PARTICULAR- INSTITUTO HELENA GRECO)

Dentro do MFPA havia distintas correntes de pensamento sobre a temática. Therezinha Zerbine e Helena possuíam uma relação conflituosa sobre este e outros temas. Em meados de 1994 em entrevista a Revista Teoria & Debate ao ser indagada sobre como era sua relação com a Therezinha Zerbine, Helena respondeu: “É até difícil falar. Quando me perguntavam se eu conseguia trabalhar com a Terezinha, eu respondia: ‘Não, não consigo’. Tínhamos *modus operandis* completamente diferentes”. (GRECO, 1994, p. 2.)

Sobre as questões ligadas a hierarquia de gênero, segundo Helena Greco a posição de Zerbine era burguesa visando somente na questão da Anistia. Esta postura segundo a interpretação de Helena se dava principalmente, por ter seu marido perseguido, e a integração da mulher na sociedade deveria partir de uma ideia de papel pacificador. Já Greco revelou em entrevistas que almejava extinguir este papel pacificador, convocando mulheres para a luta não só pela Anistia, mas de resistência à Ditadura. Logo, também propunha repensar o papel da mulher em coletivos sociais, como família e trabalho. Em recente publicação de Amelinha Teles um depoimento de Zerbine confirma que esta não se considerava e não queria ser uma feminista. (Cf. TELLES, 2013.)

Nesse sentido, Helena parece estar voltada para questões mais amplas como: os direitos humanos, as relações de gênero, questionando o que era ser feminista, o feminino e o objetivo pelo qual estavam lutando dentro do MFPA. Segundo ela:

No começo eu queria fazer do Movimento Feminino pela Anistia um meio de combater a ditadura. Que era isto... Quer dizer, a gente estava defendendo os presos e os exilados dentro de uma luta sem trégua pelos direitos humanos. E também pelos direitos da mulher [...] é muito difícil uma pessoa pertencer ao feminismo que não seja feminista também. Mas como eu falei com você, havia uma certa pecha na palavra feminista.

Eu achava errado, inclusive, a gente devia empregar isto o menor número de vezes possível. Porque nós temos que nos afirmar como feministas mesmo. Afirmando que as mulheres tinham uma problemática

específica e porque além de todo o horror social que o brasileiro sentia, ainda tinha a parte específica da mulher, que para muitos era considerada uma coisa que nem existe, que é cidadania de segunda categoria. Não existe. Ou você é cidadã ou não é. Ou você está grávida ou não está. Então nós lutamos muito por isto aí e o grupo nosso ficou muito bom mesmo. (GRECO, 1995, p. 131.)

O caráter feminista que Greco ambicionava imprimir ao MFPA precisa ser pensado dentro das etapas do feminismo que se desenvolveu no Brasil, ainda que o contexto político da ditadura militar tornasse quase impossível qualquer forma de mobilização. Como já destacado por Joana Maria Pedro, (2007) no Brasil pode ser percebido o desenvolvimento de três fases do feminismo: o primeiro, um anterior a 1975; o segundo, a partir de 1975; e um último no final da década de 1970. No último destaca-se o retorno das exiladas com ênfase em um diálogo entre os feminismos que estavam no Brasil e aquelas que vinham do exterior.

Devemos ter o entendimento que muitas reivindicações feministas não tinham muito espaço dentro das discussões e mobilizações dos grupos contrários a Ditadura, uma vez que muitas pessoas dentro desses grupos entendiam que tais questões prejudicariam a luta maior, contra a própria Ditadura. O feminismo também não era visto com bons olhos pelo regime militar, porém o entendimento dos órgãos de repressão do Estado era que as ações das mulheres na mobilização contra o regime ditatorial eram “menos perigosas”. Tal entendimento se daria pelo fato de o regime conceber que as mulheres eram sujeitos sem consciência política. Desta forma, a sociedade brasileira patriarcal e classista “aceitou” a participação do MFPA por reforçar os ideários patriarcais, pois, segundo uma ideia que estava presente, era de que os movimentos sociais e populares dirigidos por/para mulheres e de composição feminina são sempre menos “perigosos”. (Cf. LEITE, 2009, p. 113.)

Nota-se que Helena Greco carregava signos aceitos pelo imaginário da época como: sua idade que passava dos 60 anos que lhe conferia uma representação de um tradicionalismo comportamental, sua origem burguesa, sua fala mansa e cordial reforçavam o papel aceito pelas elites, quicá tais características permitiam estrategicamente seu livre trânsito em delegacias, presídios e passeatas sem grandes represálias. Nos anos de 1970, junto aos avanços dos feminismos da Europa e dos Estados Unidos num contexto de efervescência política e cultural, o movimento feminista brasileiro tomou proporções maiores, assumindo a luta pela democracia num contexto de repressão política e ditadura militar em todo o Cone Sul. Foi no ambiente do regime militar, (mesmo muito limitado pelas condições que o país vivia na época), que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970, fato que também deve ter inspirado Helena.

Com o apoio do Frei Antônio,³²⁰ as reuniões passaram a acontecer com certa

320 - Não possuímos até o momento, grande número de informação sobre o Frei Antônio. Apenas temos conhecimento de que era da Ordem dos Franciscanos e que era pároco da Igreja Nossa Senhora das Chagas localizada em Belo Horizonte.

regularidade as segundas-feiras na Igreja Nossa Senhora das Chagas e, às vezes, as reuniões de emergência eram feitas na casa de Helena. Cultos Ecumênicos eram realizados pró-Anistia e vigiados de perto pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que caracterizou os discursos de Helena como subversivos, exaltados e carregados de emoção. Imagens que ligavam Helena a reivindicações pelo fim da violência do governo militar eram registradas pela Delegacia de Vigilância Especial, no qual agentes de polícia detalhavam os Atos Públicos realizados na Igreja São José.

Helena morava em frente a sede da 4ª Brigada de Infantaria do Exército em Belo Horizonte, fato que permitia vigilância sobre ela e o silenciamento dos ataques e as ameaças por parte de grupos de extrema direita, como o GAC (Grupo anticomunista) e o MAC (Movimento Anticomunista). Em abril de 1978, Helena encontrou um bilhete no para-brisa de seu carro: “Olho por olho. A cada ação uma reação”, dizia o comunicado assinado pelo GAC (IHG-Pasta Ameaças). As pressões e ataques que recebeu eram de diferentes tipos, além de bilhetes, havia também, cartas, telefonemas anônimos e bombas. Um grupo de cartas assinadas por Betão se destaca. Neste conjunto com a mensagem há sempre uma foto de homens nus, nesta em que segue o bilhete vê-se o homem apenas da cintura para baixo com o pênis que ia até próximo ao joelho, seguido por mensagens sexuais como se lê:

Helena meu amor! Pare de fazer subversão, meu bem! Olhe para o meu caralho e caia na sacanagem! Garanto que sou melhor do que o Lula! Eu também sou um torturador. A diferença é que eu torturo cus, como o seu, sua filha da puta! Cuidado com o que fala. Betão. (IHG-Pasta Ameaças).

Outra carta estampava uma mulher nua expondo seu rosto tentando se aproximar de seu ânus, lê-se: “Helena! No próximo culto ecumênico quero encontrá-la nesta posição, sua velha filha da puta! Do amigo que você tanto aprecia. Betão” (IHG-Pasta Ameaças). As ameaças eram enviadas pelo correio cujo remetente utilizava o codinome Roberto Di Cillo Pazotto. Nota-se uma articulação do conteúdo das cartas e a questão de gênero enaltecendo o falo masculino e, ao utilizar o sexo, a pornografia enquanto arma de ameaça política a uma senhora de cabelos brancos, de fala mansa, entretanto combativa que para muitos deveria permanecer na esfera privada.

Sobre outro tipo de ameaça, uma bomba foi jogada em sua casa no dia de uma reunião na qual Zerbine estava presente. Segundo Helena:

No dia seguinte de manhã, foram os policiais novos lá pedindo que eu falasse o que tinha acontecido. Eu falei: Não, não vou falar o que aconteceu não. Eu que vou perguntar para vocês onde é que vocês estavam esta hora. Então eles ficaram assim meio sem jeito e tal.

Tem uma guarita e tem gente toda hora lá. Então eles foram embora. Foram embora muito desconsertados. E resolveram fazer um inquérito do que tinha acontecido. E chegaram à brilhante conclusão que eu

tinha jogado a bomba para me autopromover. {Risos} Agora, tem uma coisa muito interessante. Que o pessoal... A imprensa foi toda para lá. Porque o pessoal estava doido para encontrar a bomba. Quem achou foi o meu cachorro. Eu tinha um cachorro que latia para todo mundo, menos para o pessoal da anistia. {Risos}. (GRECO, 1995, p. 21.)

Helena no período de sua permanência no MFPA se aproximou de determinados meios de comunicação com o intuito de dar visibilidade às questões de seu interesse. Um jornalista que sempre dava publicidade a suas questões era Chico Pinheiro, o qual na época trabalhava no Jornal do Brasil em Belo Horizonte. Já o jornal Estado de Minas, após receber críticas de Helena, colocou, segundo ela, seu nome em uma lista negra e não era mencionada mesmo que sua imagem fosse veiculada. Ao se utilizar da imprensa Helena criava atritos dentro do MFPA, em especial com Zélia Rogedo. Segundo Helena, Zélia pertencia ao grupo mais assistencialista ou populista. Já as intervenções de Helena no Jornal do Brasil, de acordo com sua interpretação eram mais politizadas.

Além do “Jornal do Brasil”, os periódicos alternativos eram de grande valia para seus objetivos, mesmo tendo uma vinculação mais restrita, as temáticas acabavam ganhando certa publicidade em conversas, reuniões e afins. Entre esses jornais estavam: o “Movimento”, o “Em Tempo” e o “De Fato”. No ano de 1979 o cartunista Nelson veiculou em jornais alternativos uma charge sobre a notoriedade que Helena Greco estava conquistando. Na charge, Helena é escolhida por um menino como um exemplo do que ele se pretende enquanto adulto, ao invés de super-heróis masculinos veiculados pelo cinema hollywoodiano. A questão de gênero é aqui exposta, e podemos interpretá-la demonstrando Helena como uma mulher de coragem, força e heroísmo, desbancando homens cuja virilidade e características superlativas eram contempladas pela grande maioria das crianças.



Figura1 – Super-Helena. Fonte: IHG Charge

Em 1978 emergiu a proposta de formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e Helena assume a vice-presidência, acumulando com a presidência do MFPA, fato que permitiu fronteiras fluídas entre os movimentos. Sua entrada para o CBA marca inclusive uma crítica ao MFPA. Para Helena este não era tão organizado nacionalmente como o CBA, apesar de haver reuniões sistemáticas, não havia uma estrutura organizativa interna e Therezinha Zerbine em sua visão “[...] tentava centralizar a coisa. E todas as eleições para presidente, ela ganhava. Porque estava lá a turma dela”. (GRECO. 1995, p. 19.) O CBA tinha uma estrutura organizativa nacional. E uma atuação mais incisiva, fotos eram veiculadas em um nítido combate ao Estado repressor, como a imagem abaixo, que aponta os mineiros mortos pelo Estado Ditatorial.



Figura 2 – Mineiros mortos pela Ditadura. Fonte: IHG Helena Greco

Em 1979, seu nome recebeu projeção nacional e internacional, fato que lhe rendeu um convite para participar do Congresso da Anistia realizado em Roma em junho de 1979. Segundo Helena Greco o seu convite causou ciúmes em Zerbine, uma vez que ela se considerava a dona do MFPA brasileiro e não fora convidada. Helena foi acompanhada do advogado Luis Eduardo Greenhald. Na ocasião discursou em defesa da anistia ampla, geral e irrestrita, para mais de duas mil pessoas. Em sua fala explanou que:

Todos os opositores do regime, perseguidos, presos, torturados e mortos merecem o mesmo respeito. Lutaram e lutam ao lado do povo por melhores condições de luta e trabalho, por uma sociedade justa e humana. Denunciaremos vigorosamente qualquer medida discriminatória, qualquer arremedo de anistia que se tente impingir. Seguiremos em nossa luta que é a de todo o povo brasileiro por ANISTIA, AMPLA, GERAL E IRRESTRITA e pelas liberdades democráticas. (GRECO, 1979.)

Estiveram também presentes no Congresso de Roma os exilados brasileiros, entre

outros: Gregório Bezerra, Diógenes Arruda, Hércules Correa, Francisco Julião, Márcio Moreira Alves, e os ex-presidentes da UNE: José Luís Moreira Guedes, Luís Travassos e Jean Marc Vander Weiol. (Cf. GRECO, 2013.) Acreditamos que sua escolha para a presidência do MFPA, para a vice-presidência do CBA (em 1980 torna-se presidente do CBA), e, principalmente, sua escolha para representar o Brasil no Congresso da Anistia, demonstra a confiabilidade que Helena suscita, inclusive através de apelos por sentimentos, crenças e subjetividades do imaginário despertado a partir das emoções.

Outro exemplo foi seu convite as Mães da Praça de Maio para virem ao Brasil, no início dos anos 80, para contarem suas histórias às mães brasileiras que também perderam seus filhos pela repressão. Como mencionamos anteriormente, Cristina Scheibe Wolff, em seu artigo “Eu só queria embalar meu filho”, esclarece que as Mães da Praça de Maio foi a organização que mais mobilizou esse discurso emocional. Como símbolo estas mães usavam a fralda branca exigindo o aparecimento de seus filhos com vida ou punição dos responsáveis pelo seu assassinato. A fralda passa a se constituir em um instrumento simbólico que remete ao cuidado da mãe para com o filho e seu uso pode ser interpretado como estratégico, pois antes de serem guerrilheiros e/ou terroristas, os jovens de esquerda eram filhos e filhas. Helena na imagem abaixo não usa a fralda na cabeça, não teve seus filhos agredidos fisicamente pela repressão, mas possui outros códigos bem próximos a essas duas mães retratadas abaixo: a idade e os cabelos brancos que possuem a marca do tempo, da experiência, das alegrias e das tristezas que contem em seu bojo um valor e apelo emocional.



Figura 3 – Visita das Mães da Praça de Maio em Belo Horizonte. FONTE: IHG Helena Greco

Com tudo apresentado até aqui, podemos considerar que Helena correspondia aos requisitos que almejava o MFPA, para dar credibilidade ao movimento em Minas Gerais: era de classe abastada, tinha uma certa idade, possuía um grau de instrução e, sobretudo, o sentimento que tais adjetivos poderiam despertar ao grande público. Em tempos de armas, os olhos marejados pelo discurso carregado de sentimento e as *práticas emocionais*

validadas no cotidiano são capazes de despertar admiração e animar os espíritos para a luta. Helena, de acordo com seu pronunciamento na Faculdade de Medicina da UFMG, almejava mudanças que sua geração não foi capaz de fazer. O interesse de modificar o que estava estabelecido foi instrumentalizado pelo MFPA para convidá-la a fazer parte do movimento. Mas, ao mesmo tempo em que as práticas emocionais instrumentalizadas por Helena são relevantes para o MFPA, esta também encontrou no MFPA um canal para iniciar sua *ruptura visível* e galgar uma trajetória na política, dominada sobremaneira por homens.

Os cabelos brancos de Helena demonstram a fragilidade do corpo exposto ao tempo, mas também a sabedoria e a experiência foram componentes significativos na construção de sua biografia. Ao mesmo tempo em que havia uma conexão geracional com os contemporâneos de sua filha, não podemos negligenciar a utilização de sua geração biológica. Destarte que após sua participação no MFPA e no CBA, tomou parte em praticamente todos os movimentos e lutas que envolveram o binômio direitos humanos e cidadania na capital mineira. Foi idealizadora e fundadora de várias entidades – entre elas, a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, o Conselho Municipal da Mulher, o Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos de Belo Horizonte, o Grupo de Trabalho Contra o Trabalho Infantil e o Movimento Tortura Nunca Mais.

Na esfera de disputas simbólicas – em que a imposição de uma figura depende além de fatores externos, de sua aceitação carismática e emocional – a personagem permanece como a senhora que lutou pela Anistia e pelos direitos de mulheres e homens das Minas Gerais e do Brasil como um todo. Uma mulher cuja “capacidade de indignação” e o “exercício permanente da perplexidade” contra os abusos em tempos de repressão a levaram a encontrar seu primeiro canal de participação política, o MFPA, apesar de todas as divergências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

GRECO, Helena. Entrevista. *História & Debate*, 1994. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/helena-greco?page=full>>. Acesso em: 10 Maio 2015.

_____. *Projeto História e Memória: Visões de Minas do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais*, Entrevista concedida a Profª Drª Lucília de Almeida Neves Delgado e Anna Flávia Arruda Lanna em 08 Nov. 1995. Belo Horizonte. Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-deentrevistas>>. Acesso em: 20 Maio 2014.

_____. Entrevista concedida a Kelly Cristina Teixeira, em 19 Jun. 2013. Gravador digital. Belo Horizonte Minas Gerais. Acervo da autora.

PAZZOTO, Roberto Di Cillo. Carta [s/d], Belo Horizonte, Minas Gerais [para] GRECO Helena, Belo Horizonte, 1 f. Ameaça utilizando a pornografia, imagem masculina. Pasta Ameaças. Disponível no Instituto Helena Greco

PAZZOTO, Roberto Di Cillo. Carta [s/d], Belo Horizonte, Minas Gerais [para] GRECO Helena, Belo Horizonte, 1 f. Ameaça utilizando pornografia, imagem feminina. Pasta Ameaças Disponível no Instituto Helena Greco.

Bilhete Anônimo [s/d], Belo Horizonte [para] GRECO, Helena, Belo Horizonte, 1 f. Pasta Ameaças. Disponível no Instituto Helena Greco.

GRECO, Helena. Figura 1 (Charge). Disponível no Instituto Helena Greco.

GRECO, Helena. Fotografia 2. Disponível no Instituto Helena Greco.

GRECO, Helena. Fotografia 3. Disponível no Instituto Helena Greco.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

BOURDIEU, Pierre. Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GRECO, Heloisa. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

KAREPOVS, D.; LEAL, M. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 60*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. V. VI:

LANNA, Ana Flávia Arruda. *O Movimento Feminino pela Anistia: a esperança pelo retorno à Democracia*. Curitiba: CRV, 2011.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. In: SILVA, Haíke R. Kleber da. (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Ed. UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura* – Revista de História, Cultura e Arte, Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/Joana%20Maria.pdf>>. Acesso em: 20 Jul. 2013.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, Jul. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200004>. Acesso em: 02 Jun. 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedos*, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, (Online), v. 5, 2013.

SHIMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *ANOS 90* – Revista do programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, UFRGS, n. 6, Dez. 1996.

_____. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Cultura e Trabalho*, São Paulo, PPGH/DH/PUC-SP, n. 16, Fev. 1998.

_____. A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’. In: BRACELLOS, César; et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz leite. *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção de um feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

YNCERA, Ignacio Sánchez de la. La sociología ante el problema generacional. Anotaciones al trabajo de Karl Mannheim. *REIS*, n. 62, Abr./Jun. 1993.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: O CASO DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SANTA CATARINA (1975-1979)

Mariane da Silva³²¹

INTRODUÇÃO

O presente capítulo versa sobre a articulação do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina – MFPA-SC (fundado em 1977) – na medida em que analisa as narrativas de mulheres que participaram desse movimento. Essa pesquisa é fruto do meu trabalho de conclusão de curso, no qual propus a escrita da articulação e desarticulação do MFPA em solo catarinense. (SILVA, 2015.)³²² Ao investigar os vestígios desse movimento e com a finalidade de mapear a construção do núcleo catarinense, entre os meses de setembro de 2014 e abril de 2015, entrevistei quatro mulheres que participaram em diferentes momentos do MFPA; são elas: Marise Maravalhas, Maria Helena Garcia, Maria Rita Bessa e Margaret Grando.

O Movimento Feminino Pela Anistia foi oficialmente instituído em dezembro de 1975, na cidade de São Paulo pela advogada Therezinha Godoy Zerbine. A principal bandeira desse movimento era a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todas/os as/os presas/os e exiladas/os políticas/os pelo regime civil-militar,³²³ instaurado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. As medidas arbitrárias tomadas após o golpe acabaram por suspender todas as garantias legais para reprimir todas/os àquelas/es que se sentiam encorajadas/os a se opor ao governo, garantido, assim, a consolidação do Estado por meio da violência.

321 - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cristina Scheibe Wolff. Bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015).

322 - Além das entrevistas orais utilizadas para essa elaboração, para a monografia também utilizei documentos do MFPA nacional (1975-79) e núcleo catarinense (1977-79), documentos do Movimento Estudantil (1977-79), Relatório de Observação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) (1977), boletim *Maria Quitéria* (1978) e o livro de Therezinha G. Zerbine, lançado em 1979 – *Anistia: Semente de Liberdade*.

323 - Utilizo a expressão ditadura civil-militar buscando enfatizar o apoio e participação de diversos setores da sociedade civil na promoção do regime ditatorial vivenciado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. (Cf. REIS FILHO, 1997, p. 102.)

Ao pesquisar acerca da trajetória do MFPA nacional deparei-me com uma divergência na grafia do nome da representante nacional do MFPA, Therezinha Godoy Zerbine: algumas/ns pesquisadoras/es optaram por utilizar a grafia Therezinha e não Therezinha, bem como a assinatura Zerbini ao invés de Zerbine. Diante dessa desarmonia, optei fazer uso da grafia Therezinha Godoy Zerbine conforme consta no livro *Anistia – Semente da Liberdade* organizado pela própria presidenta do MFPA, que contém suas falas em entrevistas, inauguração de novos núcleos, conferências, entre outras participações, durante o período de 1975 a 1979. (ZERBINE, 1979.) Já nas quatro edições do boletim oficial do MFPA, o *Maria Quitéria*, lançado em 1978, apenas a edição Ano 1 nº 2 consta Therezinha G. Zerbin*i*; nas outras três edições aparece como Therezinha G. Zerbine. A escolha por escrever o nome da presidenta – Therezinha Godoy Zerbine – se dá pela forma em que aparece nos principais meios de comunicação por ela utilizados intencionando, dessa forma, estabelecer uma maior proximidade temporal com a precursora do MFPA.

Esse movimento emergiu na década de 1970 com a finalidade de serem denunciados os abusos e de lutar pelas pessoas presas e exiladas/os pelo regime civil-militar. Pensando no âmbito nacional, a década de 1970 no Brasil pode ser entendida como período mais brando do aparelho repressivo, em que há a rearticulação dos movimentos de oposição ao regime, ao mesmo tempo em que há os desdobramentos da Operação Condor. Em Santa Catarina, ao contrário desse cenário nacional, ocorreu em 1975 a Operação Barriga Verde que consistiu na prisão de suspeitos de articulação do Partido Comunista em Santa Catarina, sendo considerada uma das ações mais violentas do governo repressivo em solo catarinense. Essa operação será aprofundada ao longo do texto, pois é de fundamental importância para compreender a articulação do MFPA-SC.

O contexto da década de 1970, além de ser importante pelo crescimento dos movimentos de oposição às ditaduras civil-militares instauradas no Cone Sul,³²⁴ é também marcado pelo impacto das discussões sobre o feminismo em âmbito internacional e pela criação dos primeiros grupos de discussão feminista no Brasil.³²⁵ O que estava em pauta era discutir sobre mudanças na condição de vida das mulheres com o questionamento da tradicional hierarquia de gênero, problematizadas pela chamada Segunda Onda do Movimento Feminista.³²⁶ Paralelamente a estas discussões a Organização das Nações

324 - Refiro-me aos seguintes regimes ditatoriais no Cone Sul: Paraguai (1954-1989), Chile (1963-1990), Bolívia (1964-1982), Argentina (1966-1973) e Uruguai (1973-1985). Sobre isso, ver em: (WOLFF, 2007.)

325 - Sobre a formação dos primeiros grupos feministas no Brasil, ver em: (SARTI, 2004; TELES, 1993.)

326 - Utilizo a concepção de Primeira e Segunda Ondas Feminista proposta por várias/os autoras/es, entre elas/es, Celi Regina Jardim Pinto. A Primeira Onda, ocorrida no final do século XIX e início do XX, se refere ao movimento sufragista que objetivava a inserção das mulheres na política – o direito de votar ser votada, a inserção da mulher na sociedade como cidadã, sem colocar o homem como o causador dessa opressão, chamando-o de “feminismo bem comportado”. Já a Segunda Onda feminista, ocorrido entre as décadas de 1960-80, a autora Céli Pinto enquadra-o como a fase “malcomportada”, pois além de retomar as contestações da “primeira onda”, essas mulheres lutavam pelo fim da discriminação, igualdade entre homens e mulheres, etc. As reivindicações também eram pautadas no direito ao prazer e ao corpo: as práticas repressivas sofridas

Unidas (ONU) instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. A proposta era viabilizar o debate sobre a condição da mulher, por meio da fala delas próprias, em diferentes modalidades de comunicações e para propor metas para que essas mudanças acontecessem. O ponto central do ano da *Mulher* foi a realização da *I Conferência Mundial sobre a Mulher*, no México com o propósito de abrir espaço para as próprias mulheres falarem sobre as suas questões na esfera pública. Com a realização dessa conferência, os anos de 1976 a 1985 foram declarados como a *Década da Mulher* e em 1979 a conferência passou a se chamar *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, descrita como *Carta Internacional dos Direitos da Mulher*.

A realização da *I Conferência Mundial sobre a Mulher* foi a oportunidade para Therezinha Zerbine, em tom denunciativo, fazer a leitura do “Manifesto da Mulher Brasileira pela Anistia” e tornar oficial o Movimento Feminino Pela Anistia que já vinha sendo pensando desde início daquele ano. No manifesto é enfatizada a importância do papel da mulher na luta pela Anistia, na busca da igualdade e pelo restabelecimento das liberdades individuais. A repercussão da leitura desse documento e da oficialização do MFPA foi decisiva para a disseminação do movimento em território nacional. O segundo semestre daquele ano e os que se seguiram, foram marcados por diversas conferências em solo nacional que buscavam enfatizar a importância da promulgação de uma Lei de Anistia e a convocação das mulheres a adensar o movimento; já que era um movimento exclusivo para e por mulheres.

Os núcleos do MFPA foram se formando pelos Estados por meio do convite feito pela própria Therezinha Zerbine através de cartas, buscando apresentar o movimento e os seus objetivos de mobilizar mulheres desenvoltas para atuarem na criação desses novos núcleos. Inicialmente, conforme aponta Anna Barreto, (2011) somente mulheres participavam das reuniões e eram admitidas como “sócias”. A presença de homens se dava na função de colaboradores, participando das atividades desenvolvidas pelo MFPA e/ou com algum tipo de apoio material. (Cf. BARRETO, 2011, p. 75.) Essa particularidade dos primeiros núcleos do MFPA não foi vivenciada em Santa Catarina de acordo com as falas das pessoas por mim entrevistadas, por ter se oficializado num período de maior “estabilidade” da organização e com diversos núcleos trabalhando em prol da anistia política; a criação do MFPA-SC se deu em plena efervescência do aparelho repressivo no Estado.

Tendo esse cenário como pano de fundo, esse trabalho se deterá em abordar a memória do MFPA em Santa Catarina, pelo viés do esquecimento. Apesar de contarmos com uma historiografia consolidada sobre a ditadura civil-militar brasileira, ainda são poucos os trabalhos que se preocuparam em problematizar a participação de mulheres em movimentos de resistência à ditadura civil-militar (estudantes, partidos políticos, oposição armada, entre outros) (ROCHA, 2012; WAGNER, 2003; TORRES, 2009; ROLLEMBERG,

pelas mulheres eram ligadas ao domínio do corpo, sendo esse domínio considerado a expressão máxima do machismo. (Cf. PINTO, 2003, p. 14-15.)

2007.) e, praticamente, nulo os que se preocupam em problematizar a construção de uma memória sobre o período.

Foi por meio da História Oral que esses silenciamentos vieram à tona e com a realização de entrevistas orais permitiram vislumbrar como as discussões sobre a construção da memória e o esquecimento estão interligados, visto que “[...] a memória é permeada de silêncios, esquecimentos e não ditos”. (POLLAK, 1989, p. 8.) Minha pesquisa, nesse sentido, utiliza a metodologia da História oral entendendo-a como uma possibilidade de visibilizar a trajetória de resistência dessas mulheres.

Como algumas/ns historiadoras/es já defenderam, a História Oral de mulheres além de visibilizar a trajetória de mulheres, possibilita fazer emergir diferentes questões na esfera das relações sociais e na relação entre História e Memória. (Cf. SALVATICI, 2005, p. 41.) A rememoração de mulheres permite perceber como as relações e hierarquias de gênero se definem e contribuem para a construção de uma memória sobre o período estudado. No caso das mulheres do MFPA-SC, a intenção ao relacionar as suas memórias pessoais com a historiografia é a de problematizar e perceber de que forma as relações de gênero contribuíram para o esquecimento desse movimento de resistência catarinense à ditadura civil-militar.

Ao conversar com essas mulheres, antes mesmo de marcamos a entrevista, algo em comum me chamou bastante a atenção: passados quase quarenta anos da organização desse movimento, essas mulheres nunca foram cotadas para contarem as suas histórias de luta contra a ditadura. A surpresa ao serem contatadas para falar sobre o MFPA pode estar atrelada a pouca importância atribuída a este movimento na memória da resistência catarinense que foi construída e colocou em evidência a mobilização chamada Novembrada, ocorrida em 1979 em Florianópolis.

As ações do MFPA-SC ao não serem contempladas pela historiografia sobre o período, tanto regional quanto nacional, tendem a ser consideradas insignificantes. Mas ao mudar o olhar ou nesse caso, a escuta, podemos perceber que essas sujeitas estavam à frente de um movimento nacional, em defesa da democracia e contra o aparelho repressivo policial instaurado e nunca foram ouvidas.

Na historiografia pertinente às resistências à ditadura, e até mesmo em um quadro que visualiza os estudos sobre o MFPA em caráter nacional, o silenciamento do núcleo do MFPA, em diversos níveis, é frequente. As investigações na área de História refletidas nas últimas publicações que enfatizam a ditadura civil-militar catarinense,³²⁷ bem como nos trabalhos mais antigos de modo geral, o MFPA-SC não é analisado enquanto movimento

327 - Refiro-me as seguintes obras: *Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985)* organizado por Ana Lise Brancher e Reinaldo Lohn, lançado em 2014, *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde* de Celso Martins, lançado em 2006, *A Justiça nem ao Diabo se há de negar: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975)* de Mateus Gamba Torres, lançado em 2009 e *Abaixo as ditaduras: história do movimento estudantil catarinense 1974-1981* de Lédio Rosa de Andrade, lançado em 2010.

de resistência. Essas produções tendem a evidenciar com sagacidade e propriedade as características do aparelho repressivo utilizado na Operação Barriga Verde, a situação das pessoas encarceradas, bem como os diversos mecanismos utilizados para a articulação e desarticulação dos movimentos de resistência catarinense, tomando como foco principal o Movimento Estudantil. São utilizadas entrevistas orais com pessoas envolvidas, jornais e boletins produzidos à época, encontros, conferências, discursos, enfim, diversos elementos que visam à reconstrução desse período. Porém, poucos, senão raros, são os trabalhos que visem problematizar a construção dessa memória e os seus usos no presente. O que podemos aprender desse silêncio da historiografia e das memórias das participantes do MFPA que revertem essa ordem de silenciamento?

Entendo que esse silenciamento está atrelado ao silenciamento imprimido às mulheres no campo da História. O objetivo desse trabalho é justamente o de escrever essa história do MFPA por meio da fala dessas mulheres; suas vivências, percepções e contribuições nos movimentos sociais na década de 1970 no Brasil.

USOS E ABUSOS DA RESISTÊNCIA: A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE, A LUTA PELA ANISTIA, A NOVENBRADA E O ESQUECIMENTO DO MFPA

Em Santa Catarina, ocorreu em 1975 a deflagração da Operação Barriga Verde, encabeçada pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) do Exército. A execução contou com o apoio da Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica e órgãos de segurança estaduais. O objetivo era, principalmente, a cassação, apreensão e extração de informações – mediante tortura se fosse preciso, como já era de costume – dos articuladores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam em Santa Catarina.

De acordo com o historiador Mateus Torres, a investigação durou cinco meses e tratou de fotografar, seguir e perseguir os supostos articuladores do Partido Comunista em Santa Catarina. (TORRES, 2009, p. 28.) Em um sentido mais amplo, os DOI-CODI's espionavam, também, a vida dos familiares dos suspeitos de serem ligados ao PCB, buscando intimidar e demonstrar força.

Essa situação ficou evidenciada ao entrevistar a senhora Maria Rita Bessa, ex-esposa de Roberto Motta,³²⁸ que afirma que, após a prisão do marido, era perseguida por todos os lugares por onde andava; pois *eles* buscavam saber se a mesma possuía ligações com outros membros do PCB, seja para pedir ajuda sobre o marido preso ou para a troca de

328 - Roberto Motta iniciou a militância no Partido Comunista aos 18 anos. Ingressou no curso de Direito na UFSC e assumiu militância no Movimento Estudantil da UFSC. Em 1967 era secretário do Centro Acadêmico XI de Fevereiro da Faculdade de Direito da UFSC. Motta foi preso em 1975, pela Operação Barriga Verde, ficando desaparecimento durante 30 dias (como afirma Maria Rita em entrevista concedida a mim), sendo solto, apenas 11 meses depois de sua prisão. (Cf. MARTINS, 2006, p. 108.)

informações sobre as articulações do partido. (BESSA, 2014, p. 2-3.) Essa articulação com a memória das entrevistadas é importante, pois essa ação repressiva também atravessou a vida delas e foi definitiva para agirem contra o regime com outros pontos de atuação. Não só está presente no relato de Maria Rita, mas no de outras entrevistadas,³²⁹ a questão da perseguição e dos “supostos” assaltos. Essas narrativas giram em torno da mesma cena: ao chegarem a suas casas encontravam tudo bagunçado, principalmente documentos e livros e os objetos de valor intactos. Estas ações podem ser entendidas como forma de intimidar os familiares dos suspeitos e/ou presos propositalmente, causando sensação de insegurança e medo aos familiares.

Como resultante dessa operação, foram presas no período 41 pessoas, em várias cidades catarinenses, principalmente em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville. Entre os 41 presos, encontravam-se personalidades como Teodoro Ghercov e Newton Cândido (o primeiro romeno e o segundo paulista, eram representantes do Comitê Central do PCB no estado), Roberto Motta (ex-deputado estadual pelo PMDB), Marcos Cardoso Filho (Engenheiro Eletricista, professor da Universidade Federal de Santa Catarina), Cirineu Martins Cardoso e Alécio Verzola, em Florianópolis, Júlio Serpa, Roberto Cologni e Edgard Schatzmann (Joinville) e Amadeu Hercílio da Luz (Criciúma). (Cf. MARTINS, 2006, p. 108.)

Os três últimos presos políticos a serem liberados foram: Roberto Cologni, Marcos Cardoso Filho e Alécio Verzola. Conforme reportagem no jornal O ESTADO de 11 de novembro de 1977,

Os três estavam com prisão preventiva decretada, de acordo com o que consta no Processo número 749, da Justiça Militar, por infração ao disposto no artigo 43 do Decreto-Lei número 898/69, documento que define os crimes contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social, estabelecendo seu processo e julgamento.

[...] Os três presos políticos foram submetidos aos exames médicos usuais, antes de serem postos em liberdade, estando em perfeitas condições físicas de (sic) mentais. Alécio Verzola, Roberto Cologni e Marcos Cardoso Filho, acusados de tentativa de articulação do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina, estavam presos desde novembro de 1975 [...]. (O ESTADO, 1977, p. 6.)

Como se pode observar no excerto acima, essas pessoas foram mantidas encarceradas por quase dois anos sob prisão preventiva sem ser infligida pena. Essa situação manifesta o total desmonte do judiciário em favor das exigências do governo ditatorial. No fragmento é possível perceber que essa ameaça comunista era deliberadamente presente no cotidiano e tratado abertamente pelos meios de comunicação. Ao analisar os aspectos políticos da

329 - Ao mencionar a questão dos supostos assaltos, Maria Helena Garcia em entrevista concedida na sua casa, relatou-me um episódio desses, dias antes de sua colega de quarto ser presa. (Cf. GARCIA, 2014, p. 5.)

Operação Barriga Verde e pensá-los de forma mais ampla, é perceptível essa construção no imaginário político brasileiro de que o anticomunismo salvaria os valores tradicionais das famílias.

O objetivo era destruir esse inimigo comum – pois ele passou a ser mal visto e temido pela população, no sentido geral, também. Para legitimar a cassação e a prisão dos considerados subversivos, por colocarem em risco a segurança nacional e os valores morais tradicionais, “[...] deveriam ser detidos, e impedidos de estabelecer seus tentáculos de polvo sobre o povo de Santa Catarina”. (TORRES, 2009, p. 30.) A partir desse clima de cassações e prisões que o núcleo catarinense do Movimento Feminino Pela Anistia passou a ser pensado e colocado em prática.

Após as prisões resultante da Operação Barriga Verde, diferentes movimentos se articulam para buscar notícias e pela soltura dos presos políticos do Estado. Os Movimentos Estudantis da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) passaram a organizar e distribuir nos *campus* folhetins e informativos denunciando as prisões arbitrárias e as péssimas condições em que se encontravam as/os encarceradas/os e de seus familiares, realizavam essas ações em uma situação de perigo e com precariedade, já que não poderiam entregar os folhetins em qualquer local e hora.

A articulação para a instalação do MFPA-SC foi realizada por Margaret Grando,³³⁰ que cursava Farmácia e Bioquímica na Universidade Federal de Santa Catarina entre 1975 e 1980. No seu relato, Margaret diz que o primeiro contato que teve sobre as prisões que estavam ocorrendo em decorrência da Operação Barriga Verde foi na fila do Restaurante Universitário, por meio de um folheto produzido pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes). Naquele momento em diante, segundo o seu relato, se deu conta de toda a efervescência política do campus, se envolveu com as questões políticas e iniciou a sua militância no Movimento Estudantil e, posteriormente, na Juventude do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). (Cf. GRANDO, 2015, p. 1-2.)

Segundo sua narrativa, entre os anos de 1976 e 1977, realizava visitas regulares aos presos políticos que estavam na Cadeia Agrícola de Canasvieiras, local onde fez amizade com o professor Marcos Cardoso Filho.³³¹ Durante uma dessas visitas, foi o próprio Marcos Cardoso que a orientou sobre a existência de um movimento de mulheres que lutavam pela Anistia aos presos e exilados políticos e por melhores condições para os encarcerados. Segundo Margaret,

Ele tinha muita convicção que o Movimento Feminino pela Anistia era um, seria importante pra liberdade deles naquele momento. A luta pela

330 - Este relato é parte da entrevista concedida a mim realizada em abril de 2015. (GRANDO, 2015, p. 1-3.)

331 - Marcos Cardoso Filho era engenheiro eletricista e professor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFSC em 1975. Foi um dos 42 presos da Operação Barriga Verde sob acusações de integrar e articular o Partido Comunista no Estado.

Anistia era muito importante; pelas liberdades e que a gente deveria constituir em Santa Catarina um Movimento Feminino pela Anistia. (GRANDO, 2015, p. 2.)

Na entrevista ao rememorar este pedido, Margaret se emocionou ao falar das dificuldades enfrentadas pelas/os presas/os e seus familiares. Esse pedido de Marcos Cardoso também evidencia a importância de trazer esse movimento para Florianópolis, pois seria incorporada à pauta do movimento nacional a denúncia das arbitrariedades cometidas na deflagração da Operação Barriga Verde, bem como as péssimas condições das pessoas presas em Santa Catarina e de seus familiares. A organização do MFPA em Santa Catarina representava também uma esperança de projeção das ilegalidades e assim angariar apoio da sociedade e de outras entidades civis.

Na continuação de sua fala, Margaret aponta que percebeu o MFPA como uma alternativa para ajudar a essas pessoas, e, aproveitando de uma viagem que seu companheiro faria a São Paulo, resolveu encarar o desafio de conversar com Therezinha Zerbine e fazer essa interlocução entre o MFPA e criar um núcleo em Florianópolis. Ela rememora que:

Então, eu fui pra São Paulo, junto com o Celso [Martins] [...] para ir ao Movimento Feminino pela Anistia, no Comitê Brasileiro pelo Movimento Feminino pela Anistia, para ver como trazer o movimento pra cá. Como que a gente poderia fazer essa interlocução. Eu não tenho lembrança exata de como era, assim, mas eu era uma militante, eu era muito menina, assim não é... [...] Então, lá depois de São Paulo, eu me lembro de ter vindo pra cá; conversei com a Maria Rita [Bessa]. Ela [Therezinha Zerbine] me deu lá os jornais, os estatutos do Movimento Feminino [...]. A própria Zerbine! Ela mesma me recebeu; conversou comigo, me explicou o quê que deveria de fazer. Aí eu falei que íamos reunir as mulheres dos presos políticos, do pessoal incriminado na Operação Barriga Verde. E que eu estava lá pra fazer vínculo, mas que outras pessoas estariam conosco; e ela tinha escutado falar da Maria Rita – ou ela estava lá na USP, no dia em que a Maria Rita fez um depoimento lá, não sei como é que foi. Lembro que ela falou da Maria Rita. Aí quando eu vim de São Paulo, procurei a Marise Maravalhas, procurei a Maria Rita, a Vera era minha amiga; e a Vera morava com outras pessoas e, tinha uma amiga dela, acho que era Jô – a gente chamava de Jô, não lembro o nome completo dela. A Jô, também, deu um apoio ali pra Movimento Feminino pela Anistia. A Lígia, uma outra amiga da Vera e da Jô; ao menos ali no começo, assim, aquela força pro movimento andar. (GRANDO, 2015, p. 2.)

A rememoração de Margaret Grando é surpreendente em função da riqueza de detalhes que ela consegue elencar na narrativa. Surpreendente porque faz quase 40 anos que essa interação ocorreu. Em sua narrativa, percebe-se que a Therezinha Zerbine já tinha noção da situação das/os presas/os políticos do Estado em virtude de um contato anterior com Maria Rita Bessa, que se mostrou disposta a auxiliar na construção do núcleo. Durante a entrevista ela me entregou algumas cópias de folhetos e jornais dos

Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), Diretório Acadêmico Estudantil (DCE) e alguns manuscritos contendo anotações de suas participações em eventos do Movimento Estudantil e do MFPA. Das cinco mulheres em que cita na sua fala como integrantes da primeira formação do núcleo catarinense do MFPA conseguiu contato com apenas duas delas, Maria Rita Bessa e Marise Maravalhas.

Apesar de não se recordar de ter participado em 26 de novembro de 1977 houve na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, uma conferência proferida por Therezinha Zerbine para a oficialização do núcleo catarinense do MFPA. Nessa fala, Zerbine apresenta o movimento e aponta as suas intenções:

Quando nós começamos a luta pela Anistia, muita gente perguntava “Por que movimento feminino?” Eu digo que há um estudo da UNESCO que diz: a escolha de um objetivo e a criação de condições para se chegar a esse objetivo, isso se chama política. O nosso Movimento Feminino pela Anistia é um movimento político, mas apartidário. Nós colocamos que a anistia é a necessidade imperiosa da consciência e cabe a nós, do MFPA, ganhar essas consciências aonde elas estiverem, até do lado de lá. O movimento tem muito valor, pois ganhar quem já fala nossa língua não é ganhar, nosso papel é ganhar consciências. (ZERBINE, 1979, p. 122.)

Durante a sua fala na conferência, a líder do MFPA buscava chamar atenção à responsabilidade de todas as pessoas presentes a lutarem pela causa da Anistia. Nessa exposição é enfatizado o caráter político do movimento, os objetivos e necessidade do restabelecimento da democracia. Aponta que, passados últimos treze ou quatorze anos, a Anistia continua sendo um fantasma e que a situação do país é de “iniquidade e injustiça”. A suspensão do habeas corpus é colocada como um desrespeito aos direitos humanos e ao processo eleitoral com base na vontade do povo – e para o povo. Therezinha aproveita para chamar à responsabilidade todos os cidadãos que têm por obrigação juntar forças, meios para que seja restabelecida a democracia e o Estado de Direito.

Assim como em outras conferências, a fala de Therezinha também é marcada pela ênfase na posição em que a mulher deve assumir enquanto sujeita ativa e participante da cena política. Finaliza a conferência e abre para o diálogo ao rebater uma das maiores críticas direcionadas ao MFPA, que é a não participação de homens, afirmando: “[...] o nosso MFPA não tem no seu ideal liderar exércitos de gente, a nossa função é levantar consciências, que se mobilizam em suas áreas de trabalho para pedir [a Lei de Anistia]”. (ZERBINE, 1979, p. 122.)

Sobre a instalação do MFPA-SC a professora aposentada Marise Maravalhas (ex-esposa de Marcos Cardoso Filho) concedeu uma entrevista à historiadora Janine Petersen em 2006, em que aborda um pouco da sua participação como militando do MFPA:

E nessa época eu fazia Ciências Sociais na Universidade e eu tinha meu ex-marido que foi um dos que foram presos também, se chamava Marcos

Cardoso Filho. Então todo o pessoal que foi preso em 75 era conhecido. Daí a gente foi a São Paulo, quem era presidente geral do Movimento Feminino pela Anistia era a Theresinha Zerbine. A gente começou a receber material. [...] Nós criamos aqui em SC o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, mas vinculado a São Paulo. Nós éramos mais ou menos 10 mulheres. Mas quase todas tinham um vínculo, ou tinham um parente preso, ou o marido, ou algum conhecido. E o pessoal batalhava bastante naquela época. Tinha até uma sede do movimento. Íamos pra São Paulo, nas reuniões e conseguimos uma porção de coisas na época. (MARAVALHAS, 2003, p. 1-2.)

Infelizmente, como não era o objetivo da historiadora que realizou a entrevista, não foram aprofundadas as questões pertinentes ao MFPA. Mas desse relato realizado em 2003 pode-se ter uma noção da estrutura que o movimento passara a ter e a importância de estar atrelado ao núcleo de São Paulo, o qual encaminhava as deliberações e ações a serem realizadas.³³² Onze anos após ter concedido essa entrevista à Janine Petersen, entrei em contato com a senhora Marise para conversarmos sobre o MFPA. Em função da idade e da acentuada distância temporal, muitas questões caíram no esquecimento. Percebo que a rememoração é carregada de significado e de subjetividade que ao longo dos anos foram se contornando e se reconstituindo, ao mesmo tempo em que a narrativa passa pela reordenação e reinterpretação das suas ações do passado em virtude do presente. Ao realizar essas entrevistas, entendo que as discussões sobre a construção da memória e o esquecimento estão interligadas, visto que “[...] a memória é permeada de silêncios, esquecimentos e não ditos”. (POLLAK, 1989, p. 8.)

Dentro desse panorama, o recordar, esquecer e silenciar são responsáveis por constituir a memória. Do mesmo modo que a lembrança, o esquecimento se faz necessário para constituir nossa memória, que acarreta na construção da nossa subjetividade e identidade. Esse processo de subjetivação pode estar atrelado à salvaguarda de objetos e/ou símbolos que marcaram um período de nossas vidas; e essa memória passa ser enunciada a partir da visualização destes símbolos. O relato de Marise Maravalhas sobre um encontro com Therezinha Zerbine me parece bastante emblemático para compreender o acionamento desta memória.

Uma pessoa muito, muito querida! Assim, eu estive na casa dela em São Paulo. Ela recebeu todo mundo na casa dela, depois foi um almoço num hotel lá, muito grande. Depois foi um encontro na Assembleia de São Paulo. E ela tinha bordado um vestido na prisão. E eu até poucos anos atrás, eu estou lembrada de ver esse vestido; mas como eu me mudei muitas vezes... E ela bordou! Era um vestido comprido marrom, todo colorido, bordado por ela. (MARAVALHAS, 2014, p. 12.)

332 - Essa iniciativa por parte do núcleo de São Paulo em deliberar as ações e posturas a serem tomadas pelos demais núcleos causou insurgências e cisões, como é o caso do núcleo Mineiro. Sobre isso ver: (BARRETO, 2011.)

Esse encontro com Therezinha Zerbine narrada por Marise Maravalhas se deu em função da realização do *1º Encontro Nacional do MFPA*, realizado em São Paulo, entre os dias 7 e 10 de dezembro de 1977. A finalidade do Encontro era a busca por unidade e consistência ao movimento que vinha crescendo com a instalação de núcleos em diversos estados brasileiros. Para além das discussões para as ações dos núcleos, esse momento era importante para a criação de laços de amizade e confiança entre essas mulheres. Era a oportunidade de conhecer outras pessoas que também estavam passando por situações semelhantes de saber que poderiam uma contar com as outras. Nesse sentido, acredito que a rememoração sobre esse vestido, que ganhou de Therezinha Zerbine, pode estar vinculada à criação desse laço afetivo. O momento em que foi por bordado e o que foi entregue à Marise Maravalhas são parecidos onde apresentam certa fragilidade e carecem de amplo apoio emocional. Diante dessa fala percebo, também, que há a seleção entre o que é lembrado e o que deve ser dito, onde se fazem presentes os esquecimentos, omissões, criações e recriações que são repletos de significado. (Cf. FONTELES, 2012, p. 206-207.)

Por vezes, as narrativas dessas mulheres são alternadas entre esquecimentos e pequenas recordações de símbolos difundidos pela memória coletiva do período. Ao mesmo tempo em que compreendem que a participação nesse movimento foi importante para ajudar tanto aos familiares quanto aos presos políticos, atribuem um sentido de desqualificação das ações que entendo estar atrelada ao completo silêncio do mesmo na história da resistência catarinense. Cenário esse totalmente compreensível, porque, afinal, passados quase quarenta anos da formação do núcleo catarinense do MFPA, essas mulheres puderam falar acerca das suas experiências de resistência.

Apesar de não conectarem suas ações no cenário de resistência à ditadura civil-militar, essas mulheres percebem a importância do movimento como auxílio às famílias das/os presas/os políticas/os; veem no apoio emocional, financeiro e na orientação jurídica a possibilidade real de ajudar a essas pessoas. Ao questioná-las sobre a importância do núcleo catarinense do MFPA, Marise Maravalhas (2014) respondeu-me da seguinte maneira:

Eu acho que pras famílias terem, saberem o que estava acontecendo. E serem orientadas de como proceder, de como saber; onde que estavam às pessoas, quem eram... Desapareciam sem elas saberem, de repente apareciam mortas em algum lugar... Ou nunca mais... Até hoje não apareceram. (MARAVALHAS, 2014, p. 12.)

Percebe-se neste sentido a preocupação de Marise, enquanto participante do MPFA com a questão familiar, voltada ao auxílio das famílias que tinham seus entes queridos desaparecidos (e/ou mortos) pelo regime autoritário, por ter se encontrado na mesma posição; o seu ex-companheiro foi um dos presos políticos na Operação Barriga Verde. Ao participar desse movimento, Maria Rita Bessa (2014) observa que, não só passou a compreender o cenário político e os abusos que estavam sendo cometidos pelo governo autoritário, como teve a possibilidade de ajudar outras pessoas. Segundo ela:

Assim ó: eu era mais alienada. Depois disso tudo eu fiquei bem mais esperta pra tudo. [...] Foi importante porque nós estávamos o quê? Querendo liberar, soltar os nossos maridos, os nossos filhos e... Era essa a importância! [...] Por alguém, Certo! Que eu não medi esforços, nenhum! Não tinha medo mesmo! Medo nenhum! Fazia mesmo! As pessoas morriam de medo e tudo mais, eu ficava falando um monte. (BESSA, 2014, p. 9-10.)

A narrativa da Maria Rita demonstra à coragem do enfretamento a ordem vigente e de não poupar esforços para lutar pela liberdade dos presos políticos. Esses relatos são narrações sobre si e de como se entendem enquanto participantes da cena política. Ao rememorar essa atuação política, essas pessoas interpretam o passado a partir da recordação do presente e, por meio dele, reconstroem a sua identidade. De acordo com Michael Pollak,

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204.)

Ao rememorar a sua participação no MFPA, Maria Rita consegue identificar a reconstrução de si própria; seja pelo caráter traumático dos eventos promovidos pela Operação Barriga Verde, seja pela atuação política que desempenhou e que não mais passou despercebida com o passar dos anos. Além da possibilidade de ajudar outras pessoas, na fala de Maria Helena Garcia, (2014) fica explícita a oportunidade da resistência e da luta política. Ao atribuir significado na possibilidade de melhorar as condições dos presos políticos, ela infere que:

Olha, eu acho que foi uma possibilidade de ter uma atuação; uma resistência, uma forma de luta que, a gente se sentia muito. Nós estávamos muito sofridos, todos nós. Assim, porque eram amigos, eram familiares que tinha sido torturado, que eram pessoas bonitas, que eram pessoas que queriam coisas boas para todo mundo, generosas e tal. E, quando você sofre uma violência, além do que, eu, também, fui seguida, sabe; a minha casa teve um assalto, lá que foi muito suspeito. Porque os meus papéis estavam todos espalhados e, a gente foi seguida várias vezes, então, pessoalmente, também! Estava farta daquela censura, daquele autoritarismo, daquela prepotência. Então, tinha sofrimento, tinha raiva, tinha indignação e, a Anistia era um, era uma forma de a gente lutar, de oposição! E, também, de solidariedade com o pessoal que estava lá preso, que tinha sofrido diretamente. Era o mínimo que a gente podia fazer, pra ajudar, pra enfim, resgatar. Dar uma possibilidade de eles continuarem suas vidas (GARCIA, 2014, p. 7.)

É inegável a importância desse movimento presente em sua fala, tanto para pressionar o governo militar para um posicionamento acerca das prisões arbitrárias quanto em prestar apoio aos familiares das/os presas/os políticas/os. Esse sentimento de indignação, raiva, da possibilidade de ajudar a essas pessoas e seus familiares, assim como os ideais de família, paz e Anistia às/aos presas/os políticas/os também estão presentes em todas as comunicações do movimento ao longo de sua existência entre os anos de 1975 e 1979. (Cf. ZERBINE, 1979.)

O período posterior à liberação dos últimos presos político de Santa Catarina pode ser considerado como o período de maior atuação do MFPA-SC. Acredito que pelo fato de a mobilização pela Anistia estar ganhando cada vez mais adeptos ao longo do país, tenha contribuído para o fortalecimento do movimento. Como aponta a historiadora Gislene Lacerda, “[...] o final da década de 1970 teve a marca de partes significativas de uma sociedade que se mobilizava ativamente nas diversas lutas que contribuíam para o fim da ditadura e para restaurar a democracia no país”. (LACERDA, 2014, p. 4.)

Os anos de 1978 e 1979 foram marcados pela luta pela Anistia, que ocorreu concomitantemente em vários estados brasileiros, inclusive contribuiu para a mobilização de diversos setores da sociedade civil. A autora Carla Rodeghero (2009) aponta que a luta pela Anistia “foi contemporânea de um novo conjunto de movimentos sociais que emergiram” nesse período. Tais movimentos são considerados como “movimentos de minorias políticas” impulsionados pelo cenário internacional, mas, também, marcados pela conjuntura particular brasileira. (RODEGHERO, 2009, p. 107.) Diante desse cenário de luta pela redemocratização e de disputas ideológicas, é importante perceber que nesse momento, essas minorias políticas – estudantes, operárias/os, mulheres, donas de casa, negras/os – tornaram-se os atores sociais e passaram, também, a lutar no espaço público.

A criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) é marcada pela integração dos representantes dessas minorias políticas que passaram a integrar o quadro de militantes. Ainda segundo Carla Rodeghero, (2009) entre essas mulheres e homens que passaram a integrar os comitês estão:

[...] representantes do Movimento Sindical, do Movimento Estudantil, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, de organizações feministas e ambientalistas, familiares de mortos e desaparecidos e, também, de organizações políticas legais e clandestinas (RODEGHERO, 2009, p. 106-107.)

O CBA foi criado em 1978 tornando-se, também, uma organização de âmbito nacional. Assim como o MFPA, promoveu discussões públicas sobre a Anistia, participou das campanhas em prol da libertação de presos no exterior, elaborou propostas para o projeto de Anistia e mobilizou-se quando da votação do projeto da Lei de Anistia pelo Congresso, em agosto de 1979. (Cf. ARAUJO, 2012, p. 14.)

Apesar de o CBA ter sido organizado objetivando o encaminhamento do projeto de

Anistia ao Congresso, é aludido como o principal movimento pela Anistia da década de 1970 em detrimento do MFPA. (Cf. VARGAS, 2008, p. 6-7.) A partir dessa significação, percebo que essa memória, também, é construída baseada nos papéis tradicionais de gênero. Sabendo que homens e mulheres participaram dos movimentos de contestação e resistência, percebo que a luta dessas mulheres, por notícias de seus entes e por melhores condições de encarceramento aos presos políticos, não era concebida como movimento político, mas o cumprimento do papel³³³ da mulher. Inicialmente, a estratégia do MFPA era justamente a de afastar o caráter político do movimento, mas cabe a nós, historiadoras e historiadores, percebermos esses jogos (DUARTE, 2012, p. 15.) ao estudarmos o período repressivo do Brasil. Faz-se necessário, também, atentarmos para o fato de que mulheres e homens são afetados de maneiras diferentes em governos de exceção.

Essa diferenciação na construção da memória do CBA em detrimento do MFPA se faz presente em diversos trabalhos que abordam a questão da Anistia de 1979. A autora Ana Rita Fonteles Duarte, (2012) ao estudar as memórias do núcleo cearense do MFPA, constata essa diferenciação na construção da memória sobre Anistia. Ressalta que:

A memória da anistia é preponderantemente masculina, com ênfase nas ações dos Comitês Brasileiros pela Anistia. As mulheres não estão fora do cenário, mas aparecem como “abre-alas”, pelo MFPA, homenageadas pelos papéis femininos naturalizados em solenidades e atos públicos (DUARTE, 2012, p. 204.)

O MFPA nacional desde a sua criação, em 1975, sofreu diversas críticas pelo caráter restrito do movimento e, principalmente, por não aceitar homens como sócios. Conforme os estudos de gênero mostram, o feminino é socialmente inferiorizado e, quando assume “tarefas” diferentes das definidas pelo seu papel social, é deslegitimado. Desse modo, acredito que o MFPA, por ser elaborado e constituído por mulheres, passa a ter esse caráter de inferioridade. Os CBA's não só contam com a participação de homens, como passam a serem os protagonistas na luta pela Anistia.

Para Magaret Grandó a criação do CBA em Florianópolis não se deu num momento de divergências, pelo contrário, em suas palavras:

Em março de 79 foi a criação do Comitê Brasileiro de Anistia, seção de Florianópolis. Porque tenho a impressão que chegou um momento que o Movimento Feminino pela Anistia, pelo fato de ser feminino, ele

333 - As diferentes representações e significados que envolvem a participação de mulheres na vida pública ultrapassam os limites definidos como “espaço de mulheres”. Apesar de defenderem interesses que fazem parte do “papel da mulher” – cuidar do lar, dos filhos, zelar pela família – estavam partindo para um universo público, presente no imaginário social, como cenário masculino. Ao adentrar esse espaço, reivindicando questões do “privado”, utilizaram estratégias para não sofrerem com a repressão. Para refletir e problematizar o papel social atribuído às mulheres e homens utilizo a definição de gênero proposta por Joan Scott: “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1995, p. 13-14.)

acabava meio que... Sendo mais restrito (GRANDO, 2015, p. 1.)

Acredito que a ênfase dada na possibilidade de homens participarem das reuniões do CBA também está ligada aos questionamentos a essa postura que o movimento mantinha no decorrer dos anos de atuação. Assim como a própria Margaret também era militante do Movimento Estudantil e da Juventude do MDB, provavelmente o estranhamento com a restrição de homens nas reuniões do MFPA parta da sua experiência pessoal, de diversificada militância.

Esse estranhamento também pode estar relacionado ao momento político em que diversas entidades e movimentos sociais se uniram para pressionar a promulgação de uma Lei de Anistia. Durante a minha pesquisa documental, tive a oportunidade de pesquisar no acervo particular do jornalista e historiador Celso Martins, que contém jornais, revistas, panfletos, fotografias, cartas, entre outros documentos importantíssimos para a compreensão do aparelho repressivo em Santa Catarina. Dentre estes documentos, encontrei diversos folhetos como eventos, mesas de discussão, teatros, saraus promovidos pelo Diretório Acadêmico da UFSC conjuntamente ao CBA-SC, Comissão de Justiça e Paz e o MFPA-SC.³³⁴ A Novembrada é um exemplo de uma mobilização que foi organizada pelo DCE da UFSC em novembro de 1979 e contou com o apoio de diversas entidades civis e da classe trabalhadora catarinense, em sentido geral.

A Novembrada até a atualidade é evocada como símbolo de resistência catarinense à ditadura civil-militar. Esse protesto foi organizado pelos Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina, em 30 de novembro de 1979, em frente ao Palácio Cruz e Souza, que na época era a sede do governo do Estado e onde seria recebido o então presidente da república, General João Baptista Figueiredo.³³⁵ Segundo a historiadora Paola Silveira, as reivindicações do protesto giravam em torno da situação de pobreza da população até os gastos exorbitantes para a recepção do presidente; além da contestação ao regime autoritário que se mantinha. (SILVEIRA, 2013, p. 11.) Essa manifestação mobilizou milhares de pessoas incluindo trabalhadoras/es, donas de casa e até crianças. (Cf. SARMENTO, 2014, p. 138.)

A memória construída a posteriori da Novembrada – baseada tanto na repercussão nacional quanto internacional desse protesto – tende a resumir o cenário de resistência catarinense à ditadura civil-militar. Acredito que isso esteja relacionado ao fato de que a Novembrada, após ter sido gestada pelo Movimento Estudantil da UFSC, contou com o apoio popular e este se tornou decisivo para caráter de sucesso da manifestação. (Cf.

334 - Dentre estes documentos, destaco: “Por Liberdades” – Informativo do DCE – UFSC de 1977; “Todos ao Ato Público pela Anistia” – Informativo do DCE – UFSC de 1977; “Constituindo” – Boletim da Juventude do MDB de 1977; “Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” – MFPA/SC de 1977; “Manifesto por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” – MFPA/SC de 1978; “Anistia Para os Brasileiros” de 1979.

335 - O general João Baptista Figueiredo esteve na presidência da república no período de 1979 a 1985, o último presidente do regime militar.

BRISTOT, 2014, p. 64-67.) Com o passar dos anos, a reconstrução histórica do período entre 1975 e 1979, a partir de determinados fatos e personagens, contribuiu para a construção de uma memória coletiva sobre a resistência catarinense à ditadura civil-militar. Se a Operação Barriga Verde pode ser considerada uma das mais violentas ações do aparelho repressor em solo catarinense, a Novembrada, ainda hoje, é memorada como símbolo de luta e resistência do Estado.

A historiadora Isabella Cristina de Souza, ao analisar os marcos da trajetória do Café Ponto Chic³³⁶ ou Senadinho, em Florianópolis, constata uma ressignificação na memória desse Café em função da Novembrada.

O caso da Novembrada é muito significativo para discutir a questão da construção da memória, pois evidencia que, dependendo da situação ou do contexto, determinados elementos são “esquecidos”, lembrados ou até mesmo ressignificados. (SOUZA, 2013, p. 11.)

O curioso da relação desse Café com a Novembrada, segundo a mesma autora, é que a intenção era homenagear o presidente da república, General João Batista Figueiredo, com a entrega do primeiro diploma de *senador* da confraria; esse diploma passou a ser entregue a pessoas consideradas personalidades da cidade. Esse episódio ocorreu em meio aos protestos no centro da cidade. Passados trinta anos após esses acontecimentos, no ano de 2004, nos esforços para o tombamento desse café como Patrimônio Cultural do Estado, as argumentações giravam em torno “da difusão da cultura mané” e da participação na Novembrada. (Cf. SOUZA, 2013, p. 11.) Percebe-se que há a tentativa de reconstrução da memória do Senadinho visando ressignificar a memória atrelando-a ao cenário de resistência catarinense. Como ressalta Isabella Souza, “[...] de apenas um Café onde o presidente recebera uma homenagem, passou a ser visto como o próprio lugar símbolo da luta contra a ditadura e de redemocratização do país”. (Cf. SOUZA, 2013, p. 10.)

A (re) simbolização da memória da participação do Senadinho na Novembrada possibilita-nos refletir acerca da necessidade de se conectar o lugar de fala à memória coletiva sobre o período. A memória desse evento está relacionada à resistência e ao enfrentamento de estudantes e populares ao presidente da república *que foi escorraçado pela multidão*. (Cf. SOUZA, 2013, p. 10.) Entendo que essa reconstrução visa atender ao propósito de se posicionar ao lado dos vencedores; ou dos protagonistas desse evento.

Ao abordar a questão da memória sobre a Novembrada, a historiadora Lídia Schneider Bristot, (2014) em sua pesquisa que tem como objetivo compreender a participação de mulheres no Movimento Estudantil da UFSC, infere que: “[...] o foco nesse evento acaba

336 - “Um dos aspectos que singulariza o Ponto Chic perante as demais cafeterias da cidade, é a Confraria *Senatus Populusques Florianopolitanus*, ou Senadinho, criada em setembro 1979, por Edy Leopoldo Tremel e Ludwig Wolfgang Rau, com o objetivo de reunir os clientes mais assíduos do estabelecimento. Na Confraria, diplomas seriam anualmente entregues aos escolhidos ‘senadores’, sendo que a maioria eram personalidades da cidade que frequentavam o Café”. (SOUZA, 2013, p. 11.)

muitas vezes invisibilizando outras vivências e outras resistências que ocorreram na cidade, mas não tiveram suas memórias tornadas públicas”. (Cf. BRISTOT, 2014, p. 19.) Acredito que a invisibilização e omissão de movimentos de resistência catarinenses, inclusive do MFPA, contribui para o cenário de desqualificação e esquecimento do movimento.

Assim como na memória das mulheres que entrevistei, o relato da Novembrada como uma ação efetiva no combate ao governo ditatorial se faz presente como única forma de resistência ocorrida no Estado. Apesar de algumas pesquisas se preocuparem em enfocar a participação de mulheres nas lutas contra o regime ditatorial, percebo que ainda prevalece uma desqualificação em função do caráter hegemônico de algumas memórias; como é o caso da memória sobre a Novembrada.

Em contextos totalitários, se o esquecimento forçado é uma maneira de controle, a recordação e a disseminação de conhecimento são formas de resistência. (Cf. TODOROV, 2000, p. 12-15.) Compreendo que trazer para o debate as memórias dessas mulheres sobre a suas participações nos movimentos de resistência catarinense à ditadura civil-militar, possibilita-nos percorrer diferentes questões importantes, as quais já foram colocadas pela historiografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer os vestígios da atuação do núcleo catarinense do MFPA, é perceptível que, ainda que reduzido, ele contribuiu para a legitimação do movimento nacional, não só para a disseminação das ideias, mas para atestar a unidade da luta em prol das/os presas/os e exiladas/os políticas/os. Não se pode deixar de perceber que a existência do núcleo de São Paulo foi fundamental para a existência do núcleo de Santa Catarina, assim como o contrário é válido, pois para disseminação do movimento nacionalmente, era extremamente vital o respaldo em diferentes estados. Apesar de não ter uma atuação profícua no cenário catarinense, essas ideias não passaram despercebidas; elas forma sentidas e apropriadas, da forma como foi possível, pelas pessoas que participaram.

Com relação à esperada Lei de Anistia (nº 6.683) promulgada pelo então presidente da república João Baptista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Apesar de ser considerada uma vitória dos Movimentos pela Anistia, a promulgação dessa lei tomou um caminho diferente do esperado. Em função dessa aprovação, as/os exiladas/os e opositoras/es obtiveram o perdão e os seus direitos à cidadania brasileira restabelecida. Em contrapartida, os promotores do regime militar foram igualmente beneficiados pelo projeto, que entrou em vigor no ano de 1979, ao se apoiarem no trecho da Lei na qual diz que serão anistiados àqueles que cometeram “crimes conexos”. A maior discussão está na interpretação dessa expressão, pois para os torturadores “conexos” seriam os crimes praticados no contexto geral da disputa política da época. Ou seja, a situação na qual eles se encontravam não era por escolha própria e, sim, pela função em que desempenhavam no período. Para os que defendem a revisão da Lei, essa interpretação não tem sentido jurídico já que na prática representaria uma auto-anistia. Diante desse cenário de luta e reivindicações

pelo restabelecimento da democracia e de liberdades individuais, o projeto de Anistia aprovado pelo governo, apesar de não atender totalmente à demanda dos movimentos sociais, representou um avanço em termos democráticos.

Sem ter a pretensão de encerrar esse assunto e assumindo o caráter restrito desta pesquisa, finalizo esse trabalho entendendo a contribuição da atuação do MFPA catarinense no cenário de lutas brasileiro e que o mesmo carece ser estudado por diferentes perspectivas historiográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

BESSA, Maria Rita. *Movimento Feminino Pela Anistia*: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 09 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

GARCIA, Maria Helena. *Movimento Feminino Pela Anistia*: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 01 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

GRANDO, Margaret. *Movimento Feminino Pela Anistia*: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 20 de abril de 2015]. Entrevista concedida à Mariane da Silva, na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

MARAVALHAS, Marise. *Movimento Feminino Pela Anistia*: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 05 de setembro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

Bibliografia

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras*: história do movimento estudantil catarinense 1974-1981. Florianópolis: Conceito, 2010.

ARAUJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. *História Oral*, v. 15, n. 2, Jul.- Dez. 2012.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. *O movimento feminino pela anistia*: a esperança do retorno à democracia. Curitiba: CRV, 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

BRISTOT, Lúcia Schneider. *Mulheres no movimento estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. 2014. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2014.

_____. Um outro olhar sobre a Novembrada. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, UFSC, v. 6, n. 1, 2012.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. 1 v.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ed. São Paulo: Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LACERDA, Gislene Edwiges de. Movimento Estudantil na transição democrática brasileira: entre história e memória. In: XII – ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2014, Teresina. *Anais...* Teresina, UFPI, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397528990_ARQUIVO_artigo_encontro_HO2014.pdf>. Acesso em: 23 Maio 2016.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: EdUFSC; Fundação Boiteux, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. *Revolta em Florianópolis: A novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.

MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: [s.n.], 1984.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: _____. et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

ROCHA, Raquel Caminha. Construindo uma memória militante: mulheres e oposição à ditadura civil-militar brasileira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADES E CULTURAS, 1, 2012, Ceará. *Anais...* Ceará, UEC, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela Anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, Jan.-Jun. 2005.

SARMENTO, Anaíra Sousa de Moraes; GREVE, Vitória Gonçalves Pereira. A cobertura jornalística da Novembrada em Florianópolis. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2014.

SARTORI, Juliana. A novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense. *Revista História, Santa Catarina*, ano II, n. 9, Nov.-Dez 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul.-Dez. 1995.

SILVA, Mariane da. *O Movimento Feminino Pela Anistia: a participação e o engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979*. 2015. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVEIRA, Paola Vieira da. *Novembrada, revolta catarinense contra ditadura: das impressões do momento às interpretações posteriores*. 2013. TCC (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

TODOROV, Tsvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

TORRES, Mateus Gamba. *A Justiça nem ao Diabo se há de negar: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. *Entre processos e convenções: a repressão às mulheres na Operação Barriga Verde (1975-1978)*. 2009. TCC (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 9, 2008, Porto Alegre. *Vestígios do Passado: a história e suas fontes*. Porto Alegre: Anpuh-RS, 2008.

WAGNER, Mírian Elisa da Silva Aguiar. *Em cena, as mulheres: a novembrada como lugar de resistências*. 2003. TCC (Graduação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

POSFÁCIO: CASA DA MÃE JOANA

Este livro comemora muitos anos do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Os textos são produções atuais de pesquisadoras de várias instituições diferentes, com temáticas variadas, mas todas têm uma coisa em comum, uma árvore genealógica intelectual, em algum momento de suas vidas, pois essas pessoas conviveram nesse espaço, o LEGH, a casa da mãe Joana.

Segundo Câmara Cascudo, essa expressão “Casa da Mãe Joana” se originou a partir de uma situação histórica, de uma certa Joana I, Rainha de Nápoles e da Provença, que viveu entre 1326 e 1382. Ela teria sido expulsa de Avignon pela Igreja Católica, que alegava sua insubordinação e costumes desregrados, e seu envolvimento em uma conspiração política. Entre as medidas administrativas da rainha esteve uma certa normatização dos bordéis, com proteção para as prostitutas, penalizando agressões a elas e outras situações. Dessa forma, o que chegou até nós é que Casa da Mãe Joana é um local onde as pessoas podem agir como bem querem e onde entra quem quer. O respeito é um dos princípios do LEGH. Mas também a autonomia e a liberdade. De certa forma nos espelhamos nesta Joana I, por sua insubordinação e envolvimento político, defendendo os direitos das mulheres. Mas principalmente nos espelhamos na nossa mestra Joana, Professora Joana Maria Pedro, que ensinou a todas o respeito à autonomia, a importância da liberdade para o aprendizado e para a pesquisa em Ciências Humanas.

O LEGH teve dois outros núcleos precursores. O Núcleo de Informação e Pesquisa em História do Trabalho surgiu em 1985, com a coordenação da Joana Maria Pedro, Lígia Czesnat e, a partir de 1986, Maria Bernardete Ramos Flores. A principal pesquisa desenvolvida foi a que deu origem ao livro *Negro em terra de branco*.³³⁷ Este livro inaugurou uma tradição no LEGH de trabalho em equipes de professoras e estudantes, que se mantém até hoje. E também as famosas reuniões semanais de discussão de textos teóricos e metodológicos, que fazemos sempre. Em 2001, seguindo uma nova normatização da UFSC, o Núcleo se tornou Laboratório de História Social e incorporou novas pesquisas: a pesquisa sobre o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, a pesquisa sobre a Oktoberfest e outras festas em SC (Coordenada pela Maria Bernardete Ramos Flores), a pesquisa sobre o Aborto e Infanticídio em Florianópolis (Coordenada pela Joana Maria Pedro), a pesquisa sobre as Índias pegadas a laço (coordenada por mim), e várias outras que se seguiram. Em 2004, a Professora Maria Bernardete montou outro laboratório, o LabArt, e criamos então o Laboratório de Estudos de Gênero e História, o LEGH, que nesta época reunia Joana, Roselane Neckel e Cristina como professoras, e logo começou a aglutinar

337 - Cf. PEDRO, Joana Maria; et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

também doutorandas, mestrandas, bolsistas de iniciação científica e pós-doutorandas.

A partir de 2005 iniciamos um novo projeto, mais coletivo e ambicioso. A partir do primeiro edital da Secretaria de Políticas para as Mulheres e o CNPq, para pesquisas sobre gênero e mulheres, montamos um projeto conjunto, coordenado pela Joana Maria Pedro, com a temática Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Na equipe integrava-se além de Joana, Roselane e Cristina, também o Prof. Marcos Montysuma, e várias alunas de IC, mestrado e doutorado. A partir daí lançamos a proposta para as alunas de fazerem seus TCCs, dissertações e teses trabalhando de forma comparativa, dentro do contexto do Cone Sul, ou enfocando questões abarcadas por este projeto. Passamos a fazer projetos individuais de pesquisa que não eram mais individuais, mas sim fatias deste bolo, perspectivas sobre este tema abrangente. Eu fui trabalhar, num primeiro momento, com gênero na luta armada de esquerda, comparando os vários países. Joana trabalhou sobre o feminismo e a circulação de categorias feministas nestes países em plena ditadura. E a partir daí foram aparecendo TCCs, dissertações e teses, que não vou citar para não cometer injustiças. Em 2011, chegou ao departamento de História a Janine Gomes da Silva, e se incorporou ao projeto, problematizando os espaços de memória nestes países.

Começamos a viajar pelo Cone Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Em cada lugar eram muitas entrevistas, e muitíssimas fotos digitais de documentos, xerox, livros comprados, emprestados, trocados, construindo um acervo coletivo que tem aumentado a cada ano e que estamos tentando organizar no repositório digital da UFSC, desde 2011. A partir destas viagens, fomos criando uma rede de contatos e em 2009, com apoio do CNPq, CAPES e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, fizemos o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Para esse evento, que teve cerca de 400 inscrições, convidamos palestrantes de todos os países pesquisados, e que apresentaram suas palestras em mesas redondas. Tivemos também a excelente conferência de Elisabeth Jelin. O Colóquio teve anais eletrônicos publicados, como também um livro com as mesas redondas e um DVD com os vídeos das mesas registrados.³³⁸

Nesse momento também construímos um livro coletivo do LEGH com textos derivados de várias dissertações, teses, TCCs, ICs, pós-doutorado.³³⁹ O livro e o Colóquio foram trabalho de equipe, com coordenação da gente, mas muita autonomia e solidariedade entre as estudantes. Os textos foram todos lidos e discutidos nas reuniões semanais, co-autorias foram feitas, e a Ana Maria Veiga, então doutoranda, teve um papel fundamental na administração dos textos e versões. Como da outra vez, tivemos a parceria da Editora Mulheres, para a publicação.

Aos poucos novos projetos foram feitos, e temos tido nestes anos muito apoio do

338 - PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2009. Disponível para download na página www.ieg.ufsc.br.

339 - Ibid.

CNPq, mas também da FAPESC e da CAPES para os eventos, bem como bolsas PIBIC, bolsas de estágio, pós-doutorados PNPd ou PDJ-CNPq. Em 2014 realizamos o II Colóquio Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, integrado ao Encontro Estadual de História da ANPUH de Santa Catarina, na UFSC. Além dos Anais Eletrônicos, foi publicada uma Seção Temática na Revista Estudos Feministas, com o tema, com artigos que foram escritos a partir das palestras das principais mesas redondas do Colóquio.³⁴⁰

Atualmente Joana está concluindo seu projeto sobre Clandestinidade e gênero. Eu coordeno a pesquisa sobre Políticas da emoção e do gênero nos movimentos de resistência contra as ditaduras do Cone Sul, e Janine trabalha sobre os Museus como espaços de memória e os lugares do gênero nessa memória, especialmente no Chile, Brasil e Paraguai. E estamos trabalhando coletivamente em mais um livro, este uma coletânea de entrevistas editadas, com entrevistadas de todos os países do Cone Sul. Além das entrevistas, haverá textos explicativos e introdutórios sobre as ditaduras, os movimentos de resistência e os feminismos nas décadas de 1970 e 1980 em cada país. Este é mais um trabalho que integra equipes de estudantes dos vários níveis e professoras para todo o processo que foi da seleção das entrevistas, revisão, edição, contato com as entrevistadas, novas revisões, escrita das introduções. Em breve estará nos portais.

Este livro que aqui se encerra é um grande presente para quem acompanha a trajetória do LEGH e acho que as I Jornadas do LEGH foram um evento único. Reunir ex-estudantes de graduação e pós-graduação que hoje são professoras doutoras em instituições Federais e Estaduais, em vários Estados do Brasil, bem como as atuais integrantes do LEGH foi uma ocasião muito feliz, de muita gratificação para todas. Na festa de encerramento trocamos presentes em uma “amiga secreta”, tomamos chopp e nos divertimos muito. Lembramos também do Igor Henrique de Queiroz, que nos deixou tragicamente em 2015, mas que participou ativamente do LEGH enquanto esteve conosco, abrilhantando nossas reuniões das quintas a tarde. Na mesa de encerramento, como não poderia deixar de ser, fizemos uma homenagem à Professora Joana Maria Pedro.

A Joana é a pessoa que aglutina, com quem aprendemos jeitos de orientar, de ensinar, e especialmente, de sempre continuar aprendendo. Sempre digo que não quero ser como ela quando eu crescer, pois ela trabalha demais e não quero trabalhar tanto assim, mas ninguém pode ter uma amiga mais solidária, uma parceira mais sólida e confiável para o trabalho, uma conselheira mais sábia. Muito obrigada Joana.

E nessa família matriarcal e matrilinear, a casa da mãe Joana, a Janine tem sido uma irmã, numa relação de muito respeito, generosidade, solidariedade, confiança e amizade. Esperamos continuar algumas tradições desse LEGH da mãe Joana, por muito tempo ainda: o trabalho em equipes misturando estudantes de vários níveis e professoras, a abertura sempre das nossas reuniões de estudo para todas as interessadas, o incentivo à autonomia das estudantes para buscar seus temas de pesquisa, para escreverem e se

340 - Organizada por Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva e Núcia Alexandra de Oliveira. Está no volume 23, n. 3 da Revista Estudos Feministas. Disponível em www.scielo.br/ref

aperfeiçoarem, o trabalho de pesquisa militante por mundos melhores, vidas melhores, espaços/estudos para mulheres, negras, indígenas, trabalhadoras, trans, lésbicas, gays, bissexuais, queers.

Finalmente quero agradecer a toda a equipe do LEGH que organizou a I Jornada e especialmente a Cintia Lima Crescêncio, a Lidia Schneider Bristot e a Janine Gomes da Silva pela organização deste livro.

Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina